



XIV
CONGRESSO
IBEROAMERICANO
DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

REVOLUÇÃO, MODERNIDADE E MEMÓRIA
CAMINHOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
LIVRO DE RESUMOS

XIV CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO · **CIHELA 2021**

EDIÇÃO · **Associação de História da Educação de Portugal — HISTEDUP**

TÍTULO · **Revolução, Modernidade e Memória: Caminhos da História da Educação**

CAPA, COMPOSIÇÃO E ARRANJO GRÁFICO · **José Eduardo Real**

ISBN · **978-989-54039-1-2**

Lisboa, julho de 2021

COMISSÃO ORGANIZADORA

Joaquim Pintassilgo · Ana Maria Pessoa · Carla Vilhena · Carlos Manique da Silva · José Brás · José Eduardo Franco · Luís Alberto Alves · Maria João Mogarro · Nuno Martins Ferreira · Raquel Pereira Henriques

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adelina Arredondo · Agustín Escolano Benito · Alicia Civera · Ana Clara Nery · Ana Diamant · Ana Isabel Madeira · Antón Costa Rico · Antonio Canales Serrano · António Gomes Ferreira · Antonio Romano · Antonio Viñao Frago · Áurea Adão · Celso Carminati · Chyntia Greive Veiga · Cláudia Ribeiro · Décio Gatti Júnior · Diana Vidal · Eugenia Roldán Vera · Eugenio Otero Urtaza · Gabriela Ossenbach Sauter · Inés Dussel · José António Afonso · José Gonçalves Gondra · José Luís Hernández Huerta · José María Hernández Díaz · Justino Magalhães · Libania Nacif Xavier · Luís Grosso Correia · Luís Mota · Margarida Felgueiras · Maria del Mar del Pozo Andrés · Maria Helena Câmara Bastos · Myriam Southwell · Norberto Dallabrida · Pablo Pineau · Pablo Toro Blanco

SECRETARIADO

Kadine Teixeira · Rita Balsa Pinho · Sandra Ziegler · Thais Palmeira Moraes

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO

- **Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP)**
- **Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEULisboa)**
- **Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM/ FLUP)**

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

- **Associação de Professores de História (APH)**
- **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, Universidade Aberta (UAb)**
- **Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX / Universidade de Coimbra (CEIS20) Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL/ FLULisboa)**
- **Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (CeIED)**
- **Centro de História / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH/ ULisboa)**
- **Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa (ESELx)**
- **Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS)**
- **Instituto de História Contemporânea / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (IHC/ FCSH-UNL)**
- **International Standing Conference for the History of Education (ISCHE)**
- **Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE)**

INTRODUÇÃO	63
------------------	----

PAINÉIS

EIXO I

AS REVOLUÇÕES E AS MUDANÇAS EM EDUCAÇÃO

OS SABERES ESCOLARES E OS MÉTODOS DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE REVOLUÇÃO E DE MUDANÇA PEDAGÓGICA	69
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Coordenadora: Carlota Boto

OS SABERES PEDAGÓGICOS INSCRITOS EM MANUAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O CONHECIMENTO EDUCACIONAL DAS BIBLIOTECAS PAULO BOURROUL E MACEDO SOARES	70
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Carlota Boto

OS IMPRESSORES DE LIVROS ESCOLARES NO MARANHÃO IMPERIAL	71
---------------------------------------------------------------	----

Cesar Augusto Castro

NUEVOS PARADIGMAS PARA LA EDUCACIÓN CÍVICA EN LOS TEXTOS ESCOLARES. ESTUDIO DE CASOS DE ALGUNOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA (1990–2010)	72
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Gabriela Ossenbach

EDUCAÇÃO CÍVICA E PATRIOTISMO NA ESCOLA DA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO, EM PORTUGAL	73
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

Justino Magalhães

LIBERALISMO, ESTADO-NACIÓN Y EDUCACIÓN – PERSPECTIVAS LATINOAMERICANAS	75
---------------------------------------------------------------------------------	----

Coordinador: Marianne Helfenberger

TRES MOMENTOS DE POLÍTICAS LIBERALES EN EL PROCESO DE CONFIGURACIÓN DE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN COLOMBIA	76
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Alejandro Álvarez Gallego

COSTA RICA, LA REVOLUCIÓN DE 1948 Y DISCURSOS SOBRE LA RELACIÓN EDUCACIÓN Y ESTADO	77
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

Marianne Helfenberger

COLEGIO MAYOR CASA DO BRASIL: MODERNIZACIÓN Y CIRCULACIÓN DE IDEAS ENTRE BRASIL Y ESPAÑA (1962–1980)	78
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Tatiane Ermel de Freitas

REVOLUÇÃO, MODERNIDADE E MEMÓRIA – CAMINHOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APRESENTANDO UMA HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS	79
Coordenador: Kazumi Munakata	
A CRIANÇA E O ENSINO DAS CIÊNCIAS AO AR LIVRE NO FINAL DO SÉCULO XIX	80
Helder Henriques	
TALLERES DE GEOGRAFÍA EN LAS AULAS REPUBLICANAS DE ENSEÑANZA PRIMARIA Y SECUNDARIA: PROPUESTAS DISCURSIVAS Y REALIZACIONES PRÁCTICAS DURANTE LA DÉCADA DE 1930	81
Leoncio López-Ocón	
HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS, ENTRE PRÁTICAS E MATERIALIDADES: UM PROGRAMA DE PESQUISA	82
Katya Mitsuko Zuquim Braghini Kazumi Munakata	
SUJEITOS E ARTEFATOS: MOVIMENTOS E VESTÍGIOS	83
Coordenadora: Silvina Gvirtz	
DA CRIANÇA NATURAL À CRIANÇA-ALUNO: A MEDICALIZAÇÃO NOS DISCURSOS PEDAGÓGICOS E SEUS IMPACTOS NOS TEMPOS DE ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA GRADUADA (BRASIL E PORTUGAL/ 1900 A 1930)	84
António Carlos da Luz Correia Rita de Cassia Gallego	
LOS CUADERNOS DE CLASE EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: UN NUEVO GIRO HACIA EL ANÁLISIS DE LOS SUJETOS QUE ENUNCIAN	85
Silvina Gvirtz	
A FUNÇÃO DAS IMAGENS NA VENDA DE MATERIAIS ESCOLARES: ANÁLISE DE CATÁLOGOS NO BRASIL, NA FRANÇA E NA ITÁLIA (1914–1939)	86
Rachel Duarte Abdala	

EIXO II

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

LA HISTORIA QUE NO FUE, LA EDUCACIÓN QUE NO HA SIDO: REVOLUCIONES FALLIDAS, MODERNIDAD TRUNCADAY DESMEMORIA	89
Coordinador: María Lourdes González Luis	
LOS SILENCIOS DE LA HISTORIA Y LA HISTORIA SILENCIADA	90
María Lourdes Glez-Luis Pedro Perera Méndez	

EDUCACIÓN EN LAS FRONTERAS: HACIA UNA ÉTICA DEL MESTIZAJE	91
Inmaculada González Pérez	
Andrés Glez-Novoa	
EL TRASFONDO PEDAGÓGICO DE LA TECNOCRACIA: EL <i>HOMO LUDENS</i> POR VENIR	92
María Daniela Martín Hurtado	
Natalia Pais Álvarez	
POR UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS (AUTO)FORMATIVAS	93
Coordenadora: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto	
ENTRE EDUCAR E MILITAR: O CASO DA PROFESSORA MARIA CELESTE VIDAL	94
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto	
Alberto Inácio da Silva	
FORMAÇÃO EDUCATIVA DE ROSA MARIA BARROS RIBEIRO: CIDADANIA COM CONSCIÊNCIA ÉTICA RACIAL	95
Lia Machado Fiuza Fialho	
José María Hernández Diáz	
HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A EXPRESSÃO FEMININA DA ESCOLA (1960–1980)	96
Lia Ciomar Macedo de Faria	
POMBAL EDUCADOR	97
Coordenador: Luiz Eduardo Oliveira	
O MARQUÊS DE POMBAL E OS INGLESES: DIPLOMACIA, LITERATURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO POMBALINO	98
Luiz Eduardo Oliveira	
REPRESENTAÇÕES POMBALINAS NAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS	99
Elaine Maria Santos	
O ANTAGONISTA POMBAL E O DISCURSO DE DEFESA DA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO	100
Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes	
DIFUSIÓN Y CONSECUENCIAS DE LA POLÍTICA ANTIJESUITA POMBALINA EN LA MONARQUÍA HISPÁNICA (1758–1762)	101
Mar García Arenas	

<p>REPRESENTACIONES DE LA “NORMALIDAD” Y LA “ALTERIDAD” EN TEXTOS ESCOLARES DE BRASIL, ARGENTINA, MÉXICO, PORTUGAL, ITALIA Y ESPAÑA, ENTRE FINALES DEL SIGLO XIX Y LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX</p>	103
<p>Coordinadoras: Gabriela Ossenbach y Ana María Badanelli</p>	
<p>JECA TATU E AS REPRESENTAÇÕES DA ALTERIDADE EM MANUAIS ESCOLARES BRASILEIROS</p>	104
<p>Heloísa Helena Pimenta Rocha</p>	
<p>LA IMAGEN DEL MUNDO ÁRABE EN LOS TEXTOS ESCOLARES ESPAÑOLES DE ENSEÑANZA PRIMARIA, 1870–1930</p>	105
<p>Ana María Badanelli Gabriela Ossenbach</p>	
<p>LA FORMACIÓN DE LA «ITALIANIDAD» EN ITALIA Y EN ARGENTINA A FINES DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL XX</p>	106
<p>Paolo Bianchini Paula Serrao</p>	
<p>AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NOS MANUAIS ESCOLARES PORTUGUESES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO DE REGIME POLÍTICO (BRASIL, 1889–PORTUGAL, 1910)</p>	107
<p>Elza Alves Dantas</p>	
<p>AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA</p>	109
<p>Coordinador: Ana Diamant</p>	
<p>TRANSICIONES DEL IMPERIALISMO AL AUTORITARISMO EN LA EDUCACIÓN RURAL DOMINICANA, 1918–1946</p>	110
<p>Juan B. Alfonseca Giner de los Ríos</p>	
<p>LA VICTORIA IMPUNE. EL LEGADO DE LA PRIVATIZACIÓN FRANQUISTA EN LA EDUCACIÓN ESPAÑOLA DE LA DEMOCRACIA</p>	111
<p>Antonio Fco. Canales Serrano</p>	
<p>DE LO IMPOSIBLE A LO INEVITABLE. EL MOVIMIENTO DE PROTESTA CHILENO COMO RESULTADO DEL APRENDIZAJE TRANSGENERACIONAL (1973–2019)</p>	112
<p>Cristina Alarcón</p>	

<p>AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA. GRUPO II – AUTORITARISMO, EDUCACIÓN Y FORMAS DE ACTUACIÓN</p> <p>Coordinadores: Ana Diamant, Antonio Romano e Pablo Pineau</p>	113
<p>LA DEPURACIÓN FRANQUISTA DEL PROFESORADO COMO INSTRUMENTO PARA ELIMINAR LAS PROPUESTAS EDUCATIVAS PROMOVIDAS POR LA II REPÚBLICA</p> <p>Francisco Martín Zúñiga</p>	114
<p>“RESISTENCIAS” AO AUTORITARISMO NO CAMPO EDUCATIVO: PEDAGOGÍAS ALTERNATIVAS EM PORTUGAL (ANOS 50 A 70 DO SÉCULO XX)</p> <p>Joaquim Pintassilgo</p>	115
<p>EDUCACIÓN POPULAR EN MÉXICO DE LOS OCHENTAS: RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MOVILIZACIÓN POLÍTICA</p> <p>Alonso Millán Zepeda</p>	116
<p>AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA. GRUPO III. AUTORITARISMO, EDUCACIÓN Y FORMAS DE RESISTENCIA</p> <p>Coordinador: Ana Diamant, Antonio Romano e Pablo Pineau</p>	117
<p>REDES E TRAMAS: O CONJUNTO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964–1985)</p> <p>Rayane Jéssica Aranha da Silva Maria do Carmo Martins</p>	118
<p>DOCENTES Y REFORMA EDUCATIVA EN MÉXICO: ENTRE EL CORPORATIVISMO ESTATAL Y EL PROFESIONALISMO NEOLIBERAL (2013–2019)</p> <p>Alicia Civera</p>	119
<p>DE LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA CIUDADREALAÑA AL SILENCIAMIENTO REPRESIVO. EL CASO DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN CIUDAD REAL EN EL PRIMER TERCIO DEL SIGLO XX</p> <p>María Teresa Bejarano Franco</p>	120

FOTOGRAFIAS, REALIZAÇÕES E REPRESENTAÇÕES FEMININAS, SÉCULOS XIX E XX	121
----------------------------------------------------------------------------------------	------------

Coordenadora: Marta Maria de Araújo

A PRIMEIRA COMUNHÃO FEMININA NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS EM MEADOS DO SÉCULO XX: UM RITUAL EDUCATIVO RELIGIOSO ENTRE DOIS LADOS DO OCEANO (BRASIL E ESPANHA)	122
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Pablo Álvarez Domínguez

Maria Celi Chaves Vasconcelos

ITINERÁRIOS PEDAGÓGICOS DA CONDESSA DE BARRAL: A “HISTÓRIA DE PORTUGAL” ATRAVÉS DOS ESTUDOS DA PRINCESA ISABEL	123
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Ana Cristina Borges López Monteiro Francisco

A UNIVERSALIDADE DA CULTURA ACADÊMICA DA PROFESSORA MARIA ISAURA DE MEDEIROS PINHEIRO	124
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Marta Maria de Araújo

Cristina C. Vieira

EIXO III

MODERNIDADE, ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN COMO PROBLEMAS: NUEVOS INTERROGANTES SOBRE LAS MODERNIDADES DESDE LOS ESTUDIOS DE LA PRENSA EDUCACIONAL	127
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Coordinadora: Silvia Finocchio

COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN “EN REVISTA” (ARGENTINA, PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX)	128
----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Silvia Finocchio

INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL. O ENSINO SECUNDÁRIO EM PORTUGAL NAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX	129
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

António Gomes Ferreira

Luís Mota

Carla Vilhena

NARRATIVAS DE COHESIÓN SOCIAL Y PRENSA EDUCATIVA: ARGENTINA: 1907–1914	130
-----------------------------------------------------------------------------------------	------------

Ricardo González Leandri

LA PRENSA GREMIAL EN LA PROVINCIA DE RÍO NEGRO: COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN	131
Glenda Miralles	

A "FORMA JORNALÍSTICA" NA RECONFIGURAÇÃO DAS CULTURAS DOCENTES (BRASIL, 1971 – 1974)	132
Daniel Revah	

EIXO IV

ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

EDUCAR PARA A ITALIANIDADE NAS TERRAS BRASILEIRAS: EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS MOBILIZADAS PELO ESTADO E PELA IGREJA CATÓLICA (1875 – 1938)	135
Coordenadora: Terciane Ângela Luchese	

<i>CELEBRAR A ITALIANIDADE. A ESCOLA E A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL, ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA (1925–1938)</i>	136
Terciane Ângela Luchese	
Alberto Barausse	

EMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE E PROPAGANDA FASCISTA: O CASO DE "O TAMBURINO DA JUVENTUDE ITALIANA NO EXTERIOR" (1931 – 1943)	137
Anna Ascenzi	

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS IMIGRANTES ITALIANOS PELO OLHAR DE ADELCHI COLNAGHI NAS PÁGINAS DO <i>STELLA D'ITALIA</i> (RIO GRANDE DO SUL, 1902–1908)	138
Maria Helena Câmara Bastos	

EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A AMÉRICA, O TRABALHO DE MONS. JOÃO BATISTA SCALABRINI E A CONGREGAÇÃO SCALABRINIANA (1888–1905)	139
Roberto Sani	

ITINERARIOS, PROTAGONISTAS Y LUGARES DE EDUCACIÓN NACIONAL EN EL EXTERIOR. PROCESOS DE MIGRACIÓN, ESCOLARIDAD Y CONSTRUCCIÓN PELA IDENTIDADE ENTRE EL MEDITERRÁNEO Y AMÉRICA LATINA	141
Coordenador: Alberto Barausse	

O ALFABETO DO EMIGRANTE TRANSOCEÂNICO: MANUAIS E GUIAS DE INSTRUÇÃO E PREPARAÇÃO À EXPATRIAÇÃO	142
Michela D'Alessio	

ESCOLAS ÉTNICAS, ITALIANIDADE E LIVROS ESCOLARES ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX. O CASO DE SÃO PAULO E DOS SILABARIO E LEITURAS / <i>PICCOLI ITALIANI IN BRASILE</i> POR GAETANO NESI E GEMMA MANETTI NESI	143
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Alberto Barausse

PROFESSORES EM VIAGEM: UM OLHAR TRANSNACIONAL PARA E/IMIGRAÇÃO DE PROFESSORES ITALIANOS PARA O RIO GRANDE DO SUL, BRASIL (1875– 1914)	144
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Terciane Ângela Luchese

MIGRACIÓN GALLEGA Y PROCESOS DE ESCOLARIZACIÓN: LA HISTORIA DE LAS SOCIEDADES DE INSTRUCCIÓN ENTRE EDUCACIÓN POPULAR Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA. UNA HISTORIA PARA ENTENDER Y GUIAR LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL HOJ	145
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Josè Malheiro

EIXO V

ESPAÇOS, TEMPOS E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MODERNA

ESTÉTICA, SENSIBILIDAD Y EMOCIONES EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN. BALANCES Y DESAFÍOS	149
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Coordinador: Pablo Pineau

<i>A LA PATRIA, POR LA VISTA. ESTÉTICA ESCOLAR Y REGÍMENES EMOCIONALES EN EL CENTENARIO DE LA INDEPENDENCIA Y EN EL PLAN DE CHILENIDAD (CHILE, 1910– 1941)</i>	150
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Pablo Toro-Blanco

ESPACIO ESCOLAR, FORMACIÓN DOCENTE Y PRODUCCIÓN DE SENSIBILIDADES: EL CASO DE LA ESCUELA NORMAL “MARIANO ACOSTA” DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES	151
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Pablo Pineau

ACERCA DE LOS MOVIMIENTOS DE LAS IMÁGENES Y DE LOS CUERPOS EN LA CINEMATOGRAFÍA DOCUMENTAL SOBRE CULTURA FÍSICA	152
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Eduardo Lautaro Galak

O ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA E A “EDUCAÇÃO DA AFETIVIDADE”	153
--------------------------------------------------------------------	-----

Heloísa Helena Pimenta Rocha

REVISITANDO LA HISTORIA DE LA SENSIBILIDAD EN EL URUGUAY. TRES DÉCADAS PARA UN BALANCE DEL GIRO SENSIBLE EN LA HISTORIOGRAFÍA URUGUAYA	154
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Antonio Romano

EIXO VI

**A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DO MODELO ESCOLAR
E DOS SABERES PEDAGÓGICOS**

- MODELOS Y SABERES PARA EL DESARROLLO: INTERSECCIONES ENTRE
LOS ESTADOS UNIDOS, LAS AGENCIAS EDUCATIVAS INTERNACIONALES
Y LAS POLÍTICAS NACIONALES. LOS CASOS DE ARGENTINA, CHILE Y PERÚ
(C.1950-C.1970)** 157
 Coordinador: Pablo Toro-Blanco
- DOCILIDAD VERSUS RESISTENCIA. LA CIRCULACIÓN DE SABERES,
PRINCIPIOS Y TECNOLOGÍAS PSICOMÉTRICAS ESTADOUNIDENSES
EN CHILE Y ARGENTINA (1960–1970)** 158
 Cristina Alarcón
- AGENCIAS INTERNACIONALES E INTENTOS DE MODERNIZACIÓN
DE LA ESCUELA NORMAL CHILENA (CA. 1960–CA. 1970)** 159
 Camila Pérez-Navarro
- LA ESCUELA NORMAL EN AMÉRICA LATINA:
BALANCES Y PROYECCIONES REALIZADAS POR LA ORGANIZACIÓN
DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) EN LOS AÑOS DE 1960** 160
 Laura Graciela Rodríguez
- PERSONALIDADES PARA EL DESARROLLO:
APROPIACIONES Y TRAYECTOS DEL COUNSELING ESCOLAR
EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA CHILENA (C.1960–C.1970)** 161
 Pablo Toro-Blanco
- A PEDAGOGIA PERSONALIZADA E COMUNITÁRIA EM MOVIMENTO NO BRASIL,
NA ESPANHA E EM PORTUGAL (ANOS 1950-1970)** 163
 Coordinador: Norberto Dallabrida
- CIRCULAÇÃO DA PEDAGOGIA PERSONALIZADA E COMUNITÁRIA
NO BRASIL NA DÉCADA DE 1950** 164
 Norberto Dallabrida
- YVON LAFRANCE E AS CLASSES EXPERIMENTAIS DO COLÉGIO SANTA CRUZ:
A PEDAGOGIA PERSONALIZADA NA ARENA EDUCACIONAL
(SÃO PAULO, 1959–1962)** 165
 Mauro Castilho Gonçalves
- LA RECEPCIÓN DE LA PEDAGOGÍA PERSONALIZADA Y COMUNITARIA
EN MADRID (ESPAÑA) EN LA DICTADURA FRANQUISTA** 166
 Sara Ramos Zamora
 Teresa Rabazas Romero

<p>PIERRE FAURE EM PORTUGAL: INTERVENÇÕES E SINTONIAS PEDAGÓGICAS EM TEMPO DE AFIRMAÇÃO DA DEMOCRACIA.....</p> <p>José Eduardo Franco Rita Balsa de Pinho</p>	167
<p>ARCHIVOS E HISTORIAS ENTRELAZADAS: MODOS DE EDUCACIÓN DEL CUERPO Y CULTURA FÍSICA EN ARGENTINA, BRASIL Y URUGUAY.....</p> <p>Coordinadora: Paola Dogliotti</p>	169
<p>A PREPARAÇÃO DE DIRETORES FÍSICOS NOS ESTADOS UNIDOS E NA SUL-AMÉRICA: CONEXÕES A PARTIR DE INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS.....</p> <p>Giovanna Camila da Silva Paola Dogliotti</p>	170
<p>INSTITUCIONALIZACIÓN DE LAS PRÁCTICAS DEPORTIVAS Y PROCESO DE SECULARIZACIÓN: EL MOVIMIENTO ASOCIACIONISTA, LAS MINORÍAS PROTESTANTES Y EL PROCESO DE CONSTITUCIÓN DE UN MODELO DE CIUDADANO MODERNO LAICO EN EL URUGUAY (1900–1930).....</p> <p>Paula Malán</p>	171
<p>CONCEPÇÕES DE NATUREZA NA GINÁSTICA EXPRESSIVA DE RUDOLF BODE E NA GINÁSTICA NATURAL AUSTRIACA DE KARL GAULHOFER E MARGARETE STREICHER (DÉCADA DE 1920).....</p> <p>Cassia Danielle Monteiro Dias Lima Tamara Parada</p>	172
<p>EDUCAÇÃO DO CORPO, NATUREZA E SENSIBILIDADE: MODERNIDADE EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL.....</p> <p>Coordenadora: Meily Assbú Linhales</p>	173
<p>O QUE PODE O CORPO? PRÁTICAS CORPORAIS E MAL-ESTAR NAS PEDAGOGIAS DO SÉC. XX.....</p> <p>Meily Assbú Linhales</p>	174
<p>A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE ESCOLAS AO AR LIVRE NO CONTINENTE AMERICANO (1927–1937).....</p> <p>André Dalben</p>	175
<p>TÉCNICAS CORPORALES Y CINEMATOGRÁFICAS EN EL CINE INFORMATIVO DOCUMENTAL. CULTURA FÍSICA Y FORMACIÓN DE LAS SUBJETIVIDADES EN “SUCEOS ARGENTINOS”.....</p> <p>Eduardo Lautaro Galak</p>	176

O ENSINO SECUNDÁRIO APÓS A II GUERRA MUNDIAL: ESTUDOS ENTRECruzADOS (1/2)	177
Coordenador: Halferd Carlos Ribeiro Junior	
LA “GUERRA FRÍA” EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN LA DÉCADA DE LOS 60: REFORMAS, EXPERIMENTACIÓN Y REACCIÓN CONSERVADORA EN EL URUGUAY	178
Antonio Romano	
EL OPTIMISMO PEDAGÓGICO Y LOS PROCESOS DE ENSEÑANZA EN EL BACHILLERATO A DEBATE: COLOMBIA (1950– 1980)	179
Carlos Jilmar Díaz Soler	
O ENSINO SECUNDÁRIO E O ENSINO DE HISTÓRIA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO BRASIL: COMO EDUCAR PARA A DEMOCRACIA E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ?	180
Halferd Carlos Ribeiro Junior	
O ENSINO SECUNDÁRIO APÓS A II GUERRA MUNDIAL: ESTUDOS ENTRECruzADOS (2/2)	181
Coordenador: Luís Grosso Correia	
MODULAR LA VICTORIA. LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA DE 1953 EN LA ESPAÑA FRANQUISTA	182
Antonio Fco. Canales Serrano	
ENTRE DINÁMICAS TRANSNACIONALES Y NACIONALES: EL CASO DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN LA ARGENTINA ENTRE LOS AÑOS '50 Y '60	183
Felicitas Acosta	
AS REFORMAS DO “GRANDE IMPÉRIO DO MEIO” DO SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS ENTRE 1945 E 1965: PERSPETIVA NACIONAL E INTERNACIONAL	184
Luís Grosso Correia	
CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014-2018). ANÁLISIS ESTADÍSTICO GLOBAL Y REFLEXIONES CRÍTICAS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS	185
Coordinadores: José Luis Hernández Huerta y Andrés Payà Rico	
CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN AMÉRICA LATINA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS	186
Tatiane de Freitas Ermel	
Juan Luis Rubio Mayoral	
Maria Helena Cámara Bastos	

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN CANADÁ Y ESTADOS UNIDOS. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS	187
José Luis Hernández Huerta	
Antonella Cagnolati	
CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN EUROPA CONTINENTAL Y AUSTRALIA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS	188
Carmen Sanchidrián Blanco	
Andrés Payà Rico	
Iván Pérez Miranda	
CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN EUROPA MEDITERRÁNEA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS	189
Sara González Gómez	
Roberto Sani	
Anna Ascenzi	
MUSEOS PEDAGÓGICOS: DIÁLOGOS IBERO-AMERICANOS!	191
Coordinadora: Vera Lucia Gaspar da Silva	
EL MUSEO PEDAGÓGICO NACIONAL DE ESPAÑA (1882–1941): UN BALANCE HISTORIOGRÁFICO	192
Pedro L. Moreno Martínez	
O MUSEU PEDAGÓGICO DE LISBOA, PORTUGAL: PERCURSO E SIGNIFICADO DE UMA INSTITUIÇÃO RENOVADORA	193
Maria João Mogarro	
EL MUSEO PEDAGÓGICO EN ARGENTINA: NACIMIENTO Y AVATARES DE UNA INSTITUCIÓN RENOVADORA	194
María Cristina Linares	
“MUSEO Y BIBLIOTECA JOSÉ PEDRO VARELA” (MONTEVIDEO / URUGUAI, 1889)	195
Gabriel Scagliola	
Vera Lucia Gaspar da Silva	
PEDAGOGIUM: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES (1890–1919)	196
Camila Marchi da Silva	

DE LA MODERNIDAD A LAS NUEVAS PEDAGOGÍAS EN EDUCACIÓN PREESCOLAR EN IBEROAMÉRICA, SIGLOS XIX Y XX PARTE 1	197
Coordinador: Elida Lucila Campos Alba	
LA ESCUELA NUEVA EN LOS JARDINES DE NIÑOS MEXICANOS 1928–1960	198
Elida Lucila Campos Alba	
CIEN AÑOS DE EDUCACIÓN PREESCOLAR EN ESPAÑA (1874–1970): AVANCES Y RETROCESOS	199
Carmen Sanchidrián Blanco	
A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS MAIS NOVAS NA 1ª REPÚBLICA PORTUGUESA: UM RETRATO EM CONSTRUÇÃO	200
Helder Henriques Amélia Marchão	
PLAYGROUND, ESCOLA DE SAÚDE E PARQUE INFANTIL: PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS (SÃO PAULO E SANTOS, SP, 1930–1941)	201
Moysés Kuhlmann Jr.	
PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS DE INFÂNCIA EM PORTUGAL: UM ESTUDO DE CASO — INSTITUTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (1954–1974)	202
António Gomes Ferreira Carla Vilhena Luís Mota	
“GÉNERO Y CIRCULACIÓN DE IDEAS PEDAGÓGICAS Y FEMINISTAS: LAS MAESTRAS COMO INTERLOCUTORAS DE IDEAS EDUCATIVAS TRANSNACIONALES Y LOCALES I”. ESPAÑA, MÉXICO, BRASIL	203
Coordinador: Teresa González Pérez	
PERTO DA DEVOÇÃO, LONGE DO PECADO: CONSELHOS PARA A EDUCAÇÃO FEMININA NO FINAL DO XIX	204
Maria Teresa Santos Cunha Maria Celi Chaves Vasconcelos	
LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN DE MAESTROS RURALES BRASILEÑOS Y MEXICANOS CON LA MIRADA DE LOURENÇO FILHO Y ISIDRO CASTILLO PÉREZ	205
Rony Rei do Nascimento Silva	
LA IMPORTANCIA DE SER MUJER Y EDUCADORA: ANÁLISIS DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO DE LAS EDUCADORAS AMANDA LABARCA E IRMA SALAS ENTRE 1920 Y 1950	206
Estela Muñoz	

“GÉNERO Y CIRCULACIÓN DE IDEAS PEDAGÓGICAS Y FEMINISTAS: LAS MAESTRAS COMO INTERLOCUTORAS DE IDEAS EDUCATIVAS TRANSNACIONALES Y LOCALES II”. MÉXICO, CHILE, BRASIL	207
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Coordinadora: Teresa González Pérez

CECILIA MARIA WESTPHALEN E A RENOVAÇÃO METODOLÓGICA DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO PARANÁ, 1927– 2004	208
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Ariclé Vechia

MARÍA VICTORIA PERALTA: SU COMPROMISO CON LA EDUCACIÓN PARVULARIA EN CHILE Y LATINOAMÉRICA	209
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Jaime Caiceo Escudero

CARMEN DE BURGOS SEGUÍ: MAESTRA Y FEMINISTA TRANSNACIONAL	210
------------------------------------------------------------------------	------------

Teresa González Pérez

EIXO VII

REPRESENTAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

REPRESENTACIONES AUDIOVISUALES TRANSNACIONALES Y FORMACIÓN DE LAS SUBJETIVIDADES: CULTURA FÍSICA Y JUVENTUD EN TIEMPOS DE AUTORITARISMO	213
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Coordinador: Eduardo Lautaro Galak

DESDE LA METODOLOGÍA: ANALIZAR DOCUMENTALES DESDE SU IDEALIZACIÓN	214
--------------------------------------------------------------------------------	------------

Eduardo Lautaro Galak

Eulàlia Collelldemont

DESDE LA EPISTEMOLOGÍA: LA CONSTRUCCIÓN DE UNA JUVENTUD IDEALIZADA, LOS ESTEREOTIPOS MASCULINOS DEL FRANQUISMO	215
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Raquel Cercós

Eulàlia Collelldemont

Josep Casanovas

DESDE LOS CONTENIDOS: DIÁLOGOS TRANSNACIONALES: ARGENTINA Y ESPAÑA: REPRESENTACIONES DE LA JUVENTUD Y LA CULTURA FÍSICA ARGENTINAS EN IMÁGENES DEL NO-DO ESPAÑOL	216
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Eduardo Lautaro Galak

ESPAÑA EN PORTUGAL	217
---------------------------------	------------

Ana Luísa Paz

BRASIL EN ESPAÑA, ESPAÑA EN BRASIL	218
-------------------------------------------------	------------

Jordi Garcia Farrero

EIXO X

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO: MEMÓRIAS, MATERIALIDADES E PATRIMÔNIO

ESCOLA COMO TRADIÇÃO E HERANÇA CULTURAL/SOCIAL:
MEMÓRIA E MATERIALIDADES 221

Coordenadora: Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

CIDADE COLONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA
E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE PARACATU 222

Giselda Shirley da Silva

Antônia Fialho Conde

PATRIMÔNIO MATERIAL, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: O ESPAÇO EDUCATIVO NO MUSEU
HISTÓRICO MUNICIPAL PEDRO SALAZAR MOSCOSO DA VEIGA PESSOA
-PARACATU MG 223

Vandeir José da Silva

Olga Magalhães

PATRIMÔNIO, TRADIÇÃO E CULTURA MATERIAL ESCOLAR: AS INVESTIGAÇÕES
DO DIRETÓRIO DE PESQUISA (CNPQ/PUC-GO/HISTEDBR) EDUCAÇÃO, HISTÓRIA,
MEMÓRIA E CULTURAS EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS 224

César Evangelista Fernandes Bressanin

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO: DIFERENTES EXPERIÊNCIAS
DE PRESERVAÇÃO DA HERANÇA EDUCATIVA 225

Coordenadora: Margarida Louro Felgueiras

DO MUSEU VIVO DA ESCOLA PRIMÁRIA AO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
(CITRIME-MURÇA): DISTÂNCIAS E APROXIMAÇÕES NA SALVAGUARDA
DA HERANÇA EDUCATIVA 226

Margarida Louro Felgueiras

O ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA (PORTUGAL)
E SUAS POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO REDUF
-RAÍZES DA EDUCAÇÃO PARA O FUTURO 227

Marcia Terezinha Cruz

CENTRO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO
DE APLICAÇÃO DA UFS. AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO EDUCATIVO 228

Joaquim Tavares da Conceição

A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA IGREJA LUSITANA CATÓLICA APOSTÓLICA EVANGÉLICA – REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÓNIO DA REDE ESCOLAR DE VILA NOVA DE GAIA	229
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

José António Afonso

A NOSSA ESCOLA TEM HISTÓRIA(S)”. EXPLORANDO QUESTÕES RELATIVAS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	230
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Inês Amorim

COMUNICAÇÕES INDIVIDUAIS

EIXO I

AS REVOLUÇÕES E AS MUDANÇAS EM EDUCAÇÃO

DA DITADURA À DEMOCRACIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES NA POLÍTICA EDUCATIVA CHILENA	235
-------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Maria Luísa Quaresma

CRÍTICA Y DENOSTACIÓN DEL IDEAL EDUCATIVO REPUBLICANO DESDE LAS PÁGINAS DE <i>MAGISTERIUM</i>	236
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Rosa Ortiz de Santos

Álvaro Nieto Ratero

“O EU E O NÓS NA FORMAÇÃO DOCENTE: O NÓ NEGRO NA TESSITURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA”	237
----------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira

Joanna de Ângelis Lima Roberto

A INVENÇÃO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR (1808–1958)	238
-------------------------------------------------------------	-----

Samuel Robes Loureiro

O CUMPRIMENTO DO EXARADO NA LDB/96 PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	239
--------------------------------------------------------------------------------	-----

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Izaías Costa Filho

A IDEIA DE PROVÍNCIA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL	240
------------------------------------------------------------	-----

Dalvit Greiner de Paula

Vera Lúcia Nogueira

EDUCACIÓN CATÓLICA EN LA REPÚBLICA DE COLOMBIA: UNA HERENCIA IMPERTURBABLE DE LA COLONIA TRAS LA REVOLUCIÓN DE INDEPENDENCIA	241
Leonardo Tovar Bernal	
A MULHER PORTUGUESA NOS MEIOS RURAIS (DÉCADA DE 1960): UMA VISÃO A PARTIR DA IMPRENSA REGIONAL DO PINHAL INTERIOR	242
Áurea Adão	
MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA (1967–2018): MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO E RESISTÊNCIAS DA EDUCADORA NEGRA	243
Lia Fialho	
Rayane Monte	
Cristine Brandenburg	
A EMERGÊNCIA DAS UNIVERSIDADES DE LISBOA E PORTO	244
Aires Antunes Diniz	
A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820 E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE NA ECONOMIA	245
Aires Antunes Diniz	
O PODER DA RAZÃO NO IMAGINÁRIO EDUCATIVO DA REVOLUÇÃO LIBERAL	246
Maria Neves Gonçalves	
José G.Viegas Brás	
CARTOGRAFANDO OS COLÉGIOS CATÓLICOS DO RIO DE JANEIRO: UM PERCURSO DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA PRESENÇA DO CATOLICISMO NA MEMÓRIA SOCIAL/COLETIVA	247
Paula Leonardi	
Beatriz Ferreira Arantes	
Nathália Mesquita Neumann de Sousa	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UM ESTUDO HISTÓRICO	248
Conceição Solange Perin	
Terezinha Oliveira	
A MILITÂNCIA ESTUDANTIL FEMININA UNIVERSITÁRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	249
Silvana Lazzarotto Schmitt	
Alexandre Felipe Fiuza	
REFORMA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO DECRETO Nº 981 DE 1890 NO PANORAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	250
Mateus Dias Soares	

MILITÂNCIA NEGRA E ESPAÇOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS: DESAFIOS E CONQUISTAS NA BUSCA POR CIDADANIA	251
Dayse Mara Ramos da Silva	
Carlos Antonio Giovinazzo Junior	
A SERVIÇO DE SUA MAJESTADE IMPERIAL: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL DE HERCULANO FERREIRA PENNA (1842–1863)	252
Vera Nogueira	
UNIVERSIDADE E SOCIEDADE EM FINAIS DE SÉCULO. O PAPEL DAS REFORMAS DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA E COIMBRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	253
Carlos Fernando Teixeira Alves	
EMANCIPACION, LIBERALISMO Y DICTADURA EN LOS INICIOS DEL SISTEMA EDUCATIVO EN EL PARAGUAY (1811–1841)	254
José María Hernández Díaz	
POR UMA EDUCAÇÃO LAICA E LIBERAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM PORTUGAL: O <i>VINTÉM DAS ESCOLAS</i> E A MISSÃO ELIAS GARCIA	255
Nuno Martins Ferreira	
“LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN CIUDAD REAL (CASTILLA-LA MANCHA. ESPAÑA) DURANTE EL PRIMER TERCIO DEL SIGLO XX: UNA MIRADA DESDE LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA”	256
Felipe Jiménez Mediano	

EIXO II

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

<i>CORREIO DA MANHÃ</i> (1901–1974), UM “GUIA” PARA FORMAÇÃO DE SENSIBILIDADES	259
Renata Maria de Oliveira Neiva	
A UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA E A MILITÂNCIA FEMINISTA NA REVISTA <i>JORNAL DAS MOÇAS</i> PELAS LINHAS DE FLORA FERRAZ VELOSO	260
Priscila Dieguez	
A CRIAÇÃO DO MONTEPIO LITERÁRIO. PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES MUTUALISTAS PARA PROFESSORES E HOMENS DE LETRAS (1813–1821)	261
Ana Araújo	

SOB O MODELO DOS NÚCLEOS COLONIAIS: IDEIAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS DE AMÉLIA DE REZENDE MARTINS PARA EDUCAÇÃO DA MULHER OPERÁRIA (1918–1920)	262
Amanda Haydn Mauro Castilho Gonçalves	
A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS: SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA BAIXADA SANTISTA	263
Alexander Marques da Silva	
MEMÓRIA E HISTÓRIA DE VIDA: A CASA DA PROFESSORA LOURDES COMO ESPAÇO EDUCATIVO	264
Jose Cicero Pinto dos Santos	
“DEMOCRACIA RESTRITIVA” VERSUS “DEMOCRACIA DE PARTICIPAÇÃO AMPLIADA”: OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA (1945–1964)	265
Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro	
DA INVISIBILIDADE DOS “CONDENADOS DA TERRA”: ENTRE O RACISMO EPISTÊMICO E O DIREITO À CIDADANIA	266
Aloísio Monteiro Julio Cesar Araújo dos Santos Joanna de Ângelis Lima Roberto	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA COMO PROMESSAS DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA (1983–1987)	267
Luiza Silva Moreira Antonio Jorge Gonçalves Soares	
LITERATURA, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: CORA CORALINA, UMA POETIZA NO INTERIOR DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PATRIARCAL	268
Ana Raquel Costa Dias Keides Batista Vicente	
NARRANDO O FUTURO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO	269
Justino Magalhães	
DISCURSO MÉDICO E A EDUCAÇÃO FEMININA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX: UMA LEITURA DAS TESES DE ALEITAMENTO MATERNO	270
Washington Dener dos Santos Cunha	
EXPANSÃO DA REDE E ARQUITETURA DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS EM SÃO PAULO – DÉCADA DE 1940 A 1960	271
Karoline Santana Moreira Daniel Ferraz Chiozzini	

PRÁTICAS EDUCATIVAS PELA LUTA DA CIDADANIA NUMA COMUNIDADE DE OPERÁRIOS NA CIDADE DE SANTOS: AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	272
João Pereira Lopes	
DO MERCADO DE TRABALHO À ACADEMIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO EM PICOS-PI-BR	273
Mayara Sousa Ferreira	
Maria do Amparo Borges Ferro	
A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO PENSAMENTO DE FREI CAETANO BRANDÃO (1782 A 1789)	274
Adriene Suellen Ferreira Pimenta	
Laura Maria da Silva Araújo Alves	
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA, NO PERÍODO 1960–1975	275
Alboni Marisa Duedeque Pianovski Vieira	
UMA ANÁLISE EM TORNO DOS ALUNOS(AS) E DAS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA (FARROUPILHA, RIO GRANDE DO SUL — BRASIL, 1938–1948)	276
Cassiane Fernandes	
REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL: UMA NOÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR EM MEADOS DO XIX	277
Kadine Teixeira Lucas	
RETRATO DEL DOCENTE MEXICANO EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX. DON JUSTO DE JOSÉ GÓMEZ ROBLEDA	278
Gustavo Adolfo Enríquez Gutiérrez	
CECÍLIA MEIRELES, A COLUNA COMENTÁRIOS NO <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> (1930–1933) E O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO ESPAÑHOL RODOLFO LLOPIS	279
Adão Aparecido Molina	
EDUCAÇÃO E CIDADANIA SEGUNDO O DISCURSO DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA DE LA BOÉTIE: MEMÓRIA E HISTÓRIA	280
Terezinha Oliveira	
Conceição Solange Perin	
OS AFRICANOS EM PÁGINAS ILUSTRADAS: PRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS CULTURAIS NA REVISTA <i>EU SEI TUDO</i> (1945–1958) APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	281
Ana Carolina Carvalho Guimarães	

CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS DEBATES PROMOVIDOS PELA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (1987)	282
Isabela Sanchez	
A EDUCAÇÃO DE MENINAS POBRES NA AMAZÔNIA DOS SÉCULOS XIX E XX	283
Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo	
Gercina Ferreira da Silva	
A DIALÉTICA HISTORICISTA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	284
Eliana Xerri	
Bibiana I. G. Xerri	
O PENSAMENTO DE JACQUES MARITAIN E DE EMMANUEL MOUNIER NO CAMPO CATÓLICO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE PAULO FREIRE	285
Rogério Luiz de Souza	
USOS E INTERESSES DA “CIDADANIA NA EDUCAÇÃO”: BRASIL PRIMEIRA REPÚBLICA (1889–1930)	286
Juliana Ribeiro Leite Soares	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO DE HISTÓRIA LOCAL	287
Clara Freire da Cruz	
A EDUCAÇÃO MORAL DE MANOEL BOMFIM EM LIÇÕES DE PEDAGOGIA	288
Bruna de Oliveira Fonseca	
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EXTRAESCOLAR DO MOVIMENTO ESCOTEIRO DO PIAUÍ: PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS	289
Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino	
Maria do Amparo Borges Ferro	
EL ESPÍRITU CRÍTICO EN LA ESCUELA FRENTE AL AUTORITARISMO. PRÁCTICAS DEMOCRÁTICAS DEL MOVIMIENTO FREINET EN ESPAÑA A PARTIR DE 1969	290
Alba María Gómez Sánchez	
NAS TRILHAS DO FEMININO NEGRO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM COLÉGIO EM MINAS GERAIS	291
Amauri Carlos Ferreira	
Anderson Marinho Maia	
Soraia Aparecida Belton Ferreira	

UMA ABORDAGEM DISCURSIVA PARA INVESTIGAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, BRASIL (1937–2014)	292
Kemily Toledo-Quiroga	
Marcia Serra Ferreira	
INTELECTUAIS MEDIADORES E PRINCÍPIOS FORMATIVOS DA NACIONALIDADE BRASILEIRA NA IMPRENSA ESCRITA: EUGENIA E HIGIENE MENTAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	293
Maria Julieta Weber Cordova	
EMERGÊNCIA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SIGNIFICANTE 'CIDADANIA PLANETÁRIA' NO DISCURSO AMBIENTAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO O TEMPO PRESENTE	294
Diego Ramires Silva Santos Santos	
"VERMELHO BOM, SÓ BATOM": MULHERES CATÓLICAS EM MARCHA CONTRA O COMUNISMO, NA AFIRMAÇÃO DA DITADURA NO BRASIL (ANOS 1960)	295
Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi	
CÁRCERE AOS CORPOS LEPROSOS DA AMAZÔNIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO LAZARÓPOLIS DE MARITUBA/PA (1940–1970)	296
Moises Levy Pinto Cristo	
Jane Elisa Otomar Buecke	
Gercina Ferreira da Silva	
MOMENTO FEMININO: IMPRENSA NÃO PEDAGÓGICA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	297
Caren Victorino Regis	
EL PENSAMIENTO DE SAN AGUSTÍN Y EL CONCEPTO MODERNO DE PEDAGOGÍA: UN ANÁLISIS DESDE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN	298
Ania Quintero	
Sergio Ramirez	
CARTAS DE ANCHIETA — RELATO JESUÍTICO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA	299
Marlúcia Menezes de Paiva	
Úrsula Andréa de Araújo Silva	
CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E NOÇÕES DE CIVISMO NA ESCOLA PRIMÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO NO BRASIL (1890/1920)	300
Arnaldo Pinto Junior	
Taís Temporim de Almeida	

AS COLEÇÕES ARTÍSTICAS DA FACULDADE DE BELAS-ARTES DE LISBOA — UM REFLEXO DA EVOLUÇÃO DO ENSINO ARTÍSTICO EM PORTUGAL DESDE 1836	301
Alice Nogueira Alves	
POR UMA INSTRUÇÃO VERDADEIRA: REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO NO PERIÓDICO <i>O APÓSTOLO</i> (1866–1883)	302
Eveline Viterbo Gomes	
HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES QUE DEFINEM POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS: TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS	303
Damares Regina Alves	
Sandra Lima de Vasconcelos Ramos	
Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira	
NOVAS PERSPECTIVAS PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS DO BRASIL	304
Sirlene Ribeiro Alves da Silva	
UM ESTUDO DO IDEÁRIO CONTRACORRENTE DE MANOEL BOMFIM PARA A INTERPRETAÇÃO DE NAÇÃO: A RELAÇÃO DO PROGRESSO, EDUCAÇÃO E CULTURA EM SUA PRODUÇÃO ESCRITA DE 1905–1932	305
Marcela Cockell	
O PROCESSO DE INGRESSO DAS PRIMEIRAS MULHERES NO CORPO DISCENTE DE UMA TRADICIONAL ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MASCULINA BRASILEIRA (1987–1989)	306
Patrícia Rodrigues Augusto Carra	
A EXPANSÃO (CONTIDA) DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (1945–1961)	307
Marta Maria de Araújo	
Lília Letícia Ferreira da Silva	
DEBATES EDUCACIONAIS E HISTÓRIA DAS LUTAS DOS TRABALHADORES PELA EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO — PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	308
Renata Rodrigues Chagas Pessoa	
AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NA CIDADE DE LISBOA (1908–1910)	309
João Fortes Rocha	
AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA LACERDA DE MOURA (1887–1945) PARA O DEBATE SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA	310
Tatiana Ranzani Maurano	

EL SUEÑO CIUDADANO EN LA EMERGENCIA DE LA REPÚBLICA	311
Gloria Maria Naranjo Quintero	
LOS PRINCIPIOS DE LA ESCUELA NUEVA Y LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS FÍSICO-QUÍMICAS Y NATURALES EN EL <i>DICCIONARIO DE PEDAGOGÍA</i> DE EDITORIAL LABOR (1936)	312
Mavi Corell Doménech	
MEMORIA DE LA PEDAGOGÍA FREINET: APORTACIONES A UNA EDUCACIÓN CIUDADANA	313
Andra Santiesteban	
PANORÂMICA SOBRE A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO PORTUGUESA DESDE INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ À INTRODUÇÃO DO ENSINO COMPUTORIZADO	314
Sara Dias-Trindade	
António Gomes Ferreira	
J. António Moreira	
ALBORES DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA SECUNDARIA FEMENINA EN CHILE: LICEO Nº1 DE NIÑAS DE VALPARAÍSO, 1891 – 1906	315
Priscila Muenza Zamorano	

EIXO III

MODERNIDADE, ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) EM PATOS DE MINAS/MG (1970–1980)	319
Leni Rodrigues Coelho	
MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO: PESCA E EDUCAÇÃO	320
Verônica Gomes de Aquino	
O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO PORTUGAL DE OITOCENTOS: REVISITANDO AS ESCOLAS LISBOETAS DE MENINAS	321
Áurea Adão	
Maria José Remédios	
ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA RADIOEDUCATIVO E IMPLANTAÇÃO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (1955 A 1961)	322
Isabel Bilhão	

ARTHUR PORCHAT DE ASSIS E O DISCURSO DA MODERNIDADE EDUCACIONAL EM SEU LIVRO “EDUQUEMOS” (1915)	323
Luiz Henrique Portela Faria Thalita Di Bella Costa Monteiro	
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: PASSADO E PRESENTE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO	324
Maria Betânia Gomes Grisi Sandra Mara de Paula Dias Botelho	
A CONVERGÊNCIA DE IDEAIS LIBERAIS E O SURGIMENTO DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DAS LETRAS E ARTES EM S. MIGUEL	325
Isolina Medeiros	
UM ESTUDO SOBRE OS PREFÁCIOS DE CARTILHAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX	326
Juliano Guerra Rocha Francisca Izabel Pereira Maciel	
MODERNIDADE E ESCOLARIZAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL NOS ANOS 1930: O SUL DE MATO GROSSO EM QUESTÃO	327
Kênia Hilda Moreira Eglen de Oliveira Passone Rodrigues	
EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DE COMPROMETIMENTO DOS INDIVÍDUOS SOB A ÉGIDE DA GLOBALIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE	328
Eliana Curvelo Maria Teresa Miceli Kerbauy Sebastião Souza	
SEMINÁRIOS MENORES: DO FIM AO RECOMEÇO?	329
Samuel José de Carvalho	
LAICIDAD, LAICIZACIÓN Y MODERNIDAD: CONFIGURACIÓN DEL ESTADO-EDUCADOR, PROCESOS DE ESCOLARIZACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO ESCOLAR EN ZACATECAS, MÉXICO (1831 – 1897)	330
Laura Rangel Bernal René Amaro Peñaflores	
A EDUCAÇÃO POR CORRESPONDÊNCIA: CARTAS DE ALMEIDA GARRETT À FILHA	331
Maria Teresa Santos Terezinha Oliveira	

O LADO FEMININO DO ENSINO E DA LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL, NO INÍCIO DO SÉCULO XX	332
Maria de Fátima Machado Pinto	

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA: MEMÓRIAS DA CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA (1959–1961)	333
Dayane de Freitas Colombo Rosa	
Roseli Gall do Amaral da Silva	
José Joaquim Pereira Melo	

COLEÇÃO <i>BRASIL MOÇO</i> – LITERATURA VIVA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES NA DÉCADA DE 1970	334
Suzete Bornatto	

MARCAS NA EDUCAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL COLÔNIA	335
Patrícia Rodrigues Augusto Carra	

LIBROS DE TEXTO, LECTORES Y PRÁCTICAS DE LECTURA EN MÉXICO: ENTRE EL MUNDO NATURAL Y EL MUNDO SOCIAL EN EL SIGLO XX	336
Antonio Padilla Arroyo	

ENTRE OS TESTES ABC E O IDEÁRIO CONSTRUTIVISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A IDADE MAIS ADEQUADA PARA QUE AS CRIANÇAS INICIEM O APRENDIZADO DE LEITURA E DA ESCRITA	337
Andressa Caroline Francisco Leme	

ESCUELAS RURALES. MÁLAGA 1940–1980	338
M ^a del Carmen Ruiz Pérez	

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E AUTOFORMATIVAS DE MULHERES EM MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR: O NORDESTE BRASILEIRO, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960	339
Alessandra Maria Santos	
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto	

EIXO IV

ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

A EDUCAÇÃO RURAL CONCEBIDA PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: A UNESCO, A OEA E A CEPAL FRENTE À EDUCAÇÃO EM ÁREAS RURAIS	343
Macioniro Celeste Filho	

ASPECTOS DA IDENTIDADE DOS PROFESSORES DO CURSO SECUNDÁRIO NO COLÉGIO PEDRO II (1946–1964)	344
Jefferson da Costa Soares	
O CAMPO POLÍTICO E A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (ESTADO DE SÃO PAULO, 1963–1971)	345
Carlos Alberto Diniz	
POLÍTICAS PÚBLICAS EN TORNO A LA EDUCACIÓN PARVULARIA EN CHILE: ESTUDIO HISTÓRICO	346
Jaime Caiceo Escudero	
“JEFES Y OFICIALES DEL EJÉRCITO ESCOLAR”: LA CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES DE LOS MAESTROS ARGENTINOS EN RELACIÓN CON LA PROFESIÓN MILITAR A PRINCIPIOS DEL SIGLO XX	347
Laura Graciela Rodríguez Germán Soprano	
VIDA, PENSAMIENTO Y ACCIONES DE LOS PREMIOS NACIONALES DE EDUCACIÓN CHILENOS DE ACUERDO A LAS INVESTIGACIONES DEL DR. JAIME CAICEO ESCUDERO	348
Estela Socías Muñoz	
A LIBERDADE DE ENSINO EM PORTUGAL NA INTERPRETAÇÃO DO INTELLECTUAL CATÓLICO JOSÉ CARLOS BELCHIOR EM 1979	349
Eduardo Norcia Scarfoni Luiz Carlos Barreira	
AS LITERATURAS GREGA E LATINA NO CURRÍCULO DA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA (RIO DE JANEIRO, BRASIL: 1850–1950)	350
Emery Marques Gusmão	
O PROFESSOR PRIMÁRIO, UM “OBREIRO DA CIVILIZAÇÃO” (1822–1901)	351
Maria Paula dos Santos Pereira	
DISCIPLINAR O CORPO E OS AFETOS DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS (1933–1955)	352
Maria Paula dos Santos Pereira	
EL PROYECTO POSREVOLUCIONARIO DE ESCUELAS ARTÍCULO 123. FINANCIAMIENTO Y APROPIACIÓN DE LA PRIMARIA EN EL ESTADO DE SAN LUIS POTOSÍ (1917–1978)	353
Rene Medina Esquivel	

A ATUAÇÃO DE LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO	354
Josineide Siqueira de Santana	
Patrícia Batista dos Santos	
Nayara Alves de Oliveira	
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E OS NEABIS (NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS): RELATO DE EXPERIÊNCIA DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA — BRASIL	355
Jackson Alexsandro Peres	
“SOCIEDADE À DERIVA, ESTADO PARTIDO: DA EDUCAÇÃO INVISÍVEL AO DIREITO DE (RE)EXISTIR”	356
Aloísio Monteiro	
Julio Cesar Araújo dos Santos	
Marize Vieira de Oliveira	
SABERES SOBRE HIGIENE PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS E OS ESCRITOS DE ALMEIDA JUNIOR (SÃO PAULO, 1923–1939)	357
Angélica Pall Oriani	
FORMAR O HOMEM CONSTITUINTE: A EDUCAÇÃO NACIONAL COMO BASE DA SOBREVIVÊNCIA PARLAMENTAR E EIXO DE UMA IDENTIDADE PATRIÓTICA NO DISCURSO DOS DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA DURANTE O SÉCULO XIX	358
António Henriques	
ESCRITOS DO INTELLECTUAL BRASILEIRO JOÃO ROBERTO MOREIRA SOBRE EDUCAÇÃO NO <i>BOLETIM DO CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS</i> (1959–1961)	359
Leziany Silveira Daniel	
O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (1983 A 1987)	360
Luiza Silva Moreira	
Antonio Jorge Gonçalves Soares	
LA HISTORICIDAD DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN: BASES CONSTITUCIONALES Y REGULACIONES POLÍTICO EDUCATIVAS EN PERSPECTIVA COMPARADA	361
Guillermo Ramón Ruiz	
BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS (1795–1850): AS REVOLUÇÕES LIBERAIS E O PROJETO EDUCACIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL	362
Dalvit Greiner de Paula	
Luciano Mendes de Faria Filho	

A EDUCAÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DO PATRIARCADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	363
Anna Clara Granado	
A IMPORTÂNCIA DOS AGENTES HIGIENISTAS NA FORMULAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX	364
João Lúcio Mazzini da Costa	
Monika de Azevedo Reschke	
Danielly Cristinne Barbosa de Campos	
URUGUAY: EL PAPEL DEL ESTADO EN LA CONFORMACIÓN DE LA UNIDAD NACIONAL; LA ESCUELA VARELIANA COMO MATRIZ DE CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA Y FORTALECIMIENTO DE IDENTIDAD NACIONAL	365
Sonia Cerecetto	
EDUCAÇÃO TÉCNICA: A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO ABREU SODRÉ NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL	366
Marcelo Peralli Broti	
Tassia Monique Castro	
A EDUCAÇÃO COMO PEDRA ANGULAR NA CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE CUBANA	367
Maria do Carmo Caldas Leite	
AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA E O “MOVIMENTO EDUCATIVO” TRANSNACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO (1950–1960)	368
Fabiana Teixeira da Rosa	
Maria das Dores Daros	
NACIONALIDADES E PROFISSÕES DOS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DR. JÚLIO CARDOSO DE 1935 A 1967	369
Joana Célia de Oliveira Borini	
Aparecida Helena Costa	
MÉXICO POSREVOLUCIONARIO: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA Y LA DIFUSIÓN DEL NUEVO MÉTODO PEDAGÓGICO DE LA ACCIÓN Y SU ALCANCE EN PUEBLA	370
Estela Munguía Escamilla	
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX	371
Margarida Borges Ferreira	

AROLD DE AZEVEDO E A PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA (1930–1970)	372
Gisele Ferreira Silva de Oliveira Sílvia Helena Andrade de Brito	
“PARA A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E MORAL DOS HABITANTES DA NOSSA PROVÍNCIA”: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO BRASILEIRO	373
Angélica Borges	
A ONÇA MALHADA, A FAVELA E O ARRAIAL: UM PROJETO DE ARIANO SUASSUNA SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA ITINERANTES	374
Aurea Maria Bezerra Machado	
CONSTRUCCIÓN DE LA NORMALIDAD EN LOS CUERPOS DE MAESTRAS, MAESTROS Y ESTUDIANTES MAGISTERIALES DESDE LA ACCIÓN DEL CUERPO MÉDICO ESCOLAR EN EL URUGUAY (1907–1935)	375
Fernanda Sosa Cedrani	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FINANCEIRIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTUDOS INICIAIS SOBRE A FUNDAÇÃO LEMANN	376
Viviane Cardoso da Silva José Claudinei Lombardi	
“JOVENS ÚTEIS A SI E A PÁTRIA”: UMA ANÁLISE ACERCA DAS COLÔNIAS ORFANOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	377
Beatriz Souza dos Santos	
CADA ALUNA NO SEU LUGAR – FORMATAÇÃO IDEOLÓGICA E DISCIPLINAR DAS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO ESTADO NOVO	378
Rodrigo Azevedo	
A FORMAÇÃO DO PEQUENO CIDADÃO POR MEIO DO IMPRESSO: ALMA INFANTIL (1912) E VIDA INFANTIL (1947)	379
Gabrielle Carla Mondego Pacheco Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM OS IDEÁRIOS DA UNESCO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	380
Raquel da Costa Adão Aparecido Molina	

O LIBERALISMO VAI ÀS PERIFERIAS: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO INTERIOR DO AMAZONAS	381
Claudio Afonso Peres	
Robson Freitas da Silva	
Alexandre Felipe Fiuza	
A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO LIBERAL NA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO PARA O BRASIL	382
Alzenira Francisca de Azevedo	
Monique Adriele da Silva	
LA EDUCACIÓN RURAL EN CHILE EN EL CONTEXTO DE LA REFORMA AGRARIA: EL PAPEL DE LA IGLESIA CATÓLICA A TRAVÉS DEL INSTITUTO DE EDUCACIÓN RURAL (1954–1970)	383
Vanessa Tessada Sepúlveda	
REDES E CAMINHOS: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA TRAJETÓRIA DE FRANCISCO LINS	384
Daise Silva dos Santos	
AS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: OS PROJETOS ARARIBÁ E TELÁRIS NO BRASIL	385
Gabriela Isbaes	
O CENTRO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO E A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO PELA LEI N. 5.692/71 NO BRASIL	386
Juliana Filgueiras	
REFORMAS POMBALINAS, INSTRUÇÃO PÚBLICA E ENSINO DE LÍNGUAS: UMA ANÁLISE DE GRAMÁTICAS DO SÉCULO XVIII	387
Elaine Maria Santos	
Rodrigo Belfort Gomes	
Luana Inês Alves Santos	
AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES COMO POLÍTICA PÚBLICA PRIVATISTA DO ESTADO BRASILEIRO	388
André Gomes da Conceição	
AS POPULAÇÕES NATIVAS NO LIVRO DIDÁTICO: TRADIÇÃO SELETIVA, MEMÓRIA E ICONOGRAFIA DIDATIZADA	389
Taís Temporim de Almeida	
Arnaldo Pinto Junior	

O CURRÍCULO ESCOLAR DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA: A LEI 5692/71 E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS	390
Larissa Freire Pereira	
POLÍTICA EDUCATIVA EVALUACIÓN Y CAPITAL CULTURAL EN LA ESCUELA	391
Rafael Hernandez Castellanos	
AS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM MINAS GERAIS (1889–1930)	392
Leandro Silva de Paula	
Rosana Areal de Carvalho	
EDUCAÇÃO, JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS À OCUPAÇÃO DE ESCOLAS EM GOIÁS ENTRE 2015 E 2016	393
Joao Batista Coelho Cunha	
Aldimar Jacinto Duarte	
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	394
Valdivina Alves Ferreira	
O PRIMEIRO LIVRO DIDÁTICO JESUÍTA DE FILOSOFIA, AUTORIZADO PELA REPÚBLICA BRASILEIRA NA DÉCADA 1940	395
Aldemir Barbosa da Silva	
Celso João Carminati	
HACIA LA CONSOLIDACIÓN DEL SUJETO NEOLIBERAL. PROCESO DE REFORMA Y MODELO EDUCATIVO EN MÉXICO	396
Marcelino Guerra Mendoza	
Lucía Rivera	
Roberto González	
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES QUE FOMENTARAM O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE AÇÕES EDUCATIVAS	397
Aparecida Helena Costa	
Joana Célia de Oliveira Borini	
“DEMOCRACIA RACIAL” NA OBRA DE GILBERTO FREYRE E EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA MOÇAMBIQUE COLONIAL	398
Juçara da Silva Barbosa de Mello	

DEBATES EM TORNO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: OS DISCURSOS SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO EXPRESSOS PELOS VEREADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO ENTRE 2001 – 2002	399
Daniela do Nascimento Rodrigues	
A HISTÓRIA DO COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA (1960–2010)	400
Jussara Cassiano Nascimento	
O ENSINO SECUNDÁRIO NA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, BRASIL (1835–1840)	401
Vera Lúcia Nogueira	
DE LA AUTONOMÍA A LA CUARTA TRANSFORMACIÓN EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS. APUNTES PARA UNA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN MÉXICO	402
Mireya Martí Reyes Cirila Cervera Delgado	
ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS Y CONFIGURACIÓN DE IDENTIDADES	403
Francisco Colomer Villalobos Xavier Laudo Castillo	
ESTADOS, POLÍTICAS EDUCATIVAS Y CONFIGURACIÓN DE IDENTIDAD	404
Francisco Colomer Villalobos Xavier Laudo Castillo	
REPRESENTACIONES DEL TRABAJO DOCENTE EN LOS DEBATES DEL CONSEJO DE SECUNDARIA EN URUGUAY (1930–1935)	405
Pía Batista	
A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO INTERNATIONAL COMPUTER AND INFORMATION LITERACY STUDY (ICILS)	406
Vitor Rosa	
HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DE SÃO PAULO (DÉCADA DE 1980): O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS	407
Karine Gonçalves	
EL ESTADO EN LA CONFIGURACIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO ESPAÑOL A TRAVÉS DE LA PRENSA: APORTACIONES DE LORENZO LUZURIGA EN EL PERIÓDICO <i>EL SOL</i> (1917–1921)	408
Isabel Grana Gil Cristina Redondo Castro Manuel Hijano del Río	

LA ESCOLARIZACIÓN DE LOS POETAS DEL 27 EN LOS MANUALES ESCOLARES ESPAÑOLES DE LITERATURA (1970–2020)	409
Antonia M. Mora-Luna	
ESCOLA EM MEIO RURAL E MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO ESCOLAR: O CASO DA SUB-REGIÃO DO PINHAL INTERIOR SUL (INÍCIO DO SÉCULO XXI)	410
Carlos Manique da Silva	
EL ESTADO Y LA EDUCACIÓN A TRAVÉS DE LA <i>REVISTA GENERAL DE ENSEÑANZA</i> (1910)	411
María Dolores Molina Poveda	
Carmen Sanchidrián Blanco	
OS PROFESSORES EM PERÍODO DE MUDANÇAS (1970–1980): ENTRE A INOVAÇÃO, A HETEROGENEIDADE DOS ALUNOS E O SENTIDO DA ESCOLARIZAÇÃO	412
Patrícia Aparecida do Amparo	
PROJETOS POLÍTICOS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS PARA INDÍGENAS SOB A MONARQUIA E REPÚBLICA BRASILEIRA (1822 A 1962)	413
Circe Maria Fernandes Bittencourt	
ENCONTROS E ESCRITOS INTELECTUAIS SOBRE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: REDES DE SOCIABILIDADE EM EXPANSÃO (DÉCADAS DE 1950/1960)	414
Leziany Silveira Daniel	
Maria das Dores Daros	

EIXO V

ESPAÇOS, TEMPOS E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MODERNA

ESPAÇO, TEMPO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: REFORMAS E AMPLIAÇÕES PREDIAIS OCORRIDAS NA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO (1986–2019)	416
Analder Magalhães Honório	
Angélica Augusta Camargo	
Ana Claudia Câmara Pereira	
PRESCRIÇÕES HIGIENISTAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ	417
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	

LAS INSTITUCIONES DE ENSEÑANAZA DE MINERÍA EN MÉXICO Y POTOSÍ: DISTINTOS PROYECTOS Y DISTINTAS TRAYECTORIAS	418
Gavira Marquez Maria Concepcion	
INSTRUMENTOS DE CRONOMETRIA NAS ESCOLAS DO ALTO MINHO (1863–1940), ENTRE O DISCURSO E A MATERIALIDADE	419
José Carlos Loureiro Loureiro	
“DEPARTAMENTO DA INSTRUÇÃO”: UM ARTIGO NO IMPRESSO A SEMANA PARA DISCUSSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO (1895)	420
Shayenne Schneider Silva	
A CONSTITUIÇÃO DA CÁTEDRA DE FÍSICA E QUÍMICA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1880–1884)	421
Matheus Luiz de Souza Céfaló	
PARA ALÉM DA VIRTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO TRADICIONAL: ESTADO DO CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	422
Ione Rodrigues Ana Elisa Ribeiro	
PRIMEIRO GINÁSIO ESTADUAL DE SANTOS (SP): ACOMODAÇÕES INICIAIS DO ESPAÇO ESCOLAR NAS DÉCADAS DE 1930/1940	423
Maria Aparecida Franco Peireira	
REPETÊNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA DE UMA CULTURA PEDAGÓGICA	424
Maria de Lourdes Sá Earp Diana Mandelert	
AS PROFESSORAS CATEQUISTAS DAS ESCOLAS PAROQUIAIS CAPUCHINHAS NO INTERIOR DO MARANHÃO (1960–1970): UMA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA SALA DE AULA	425
Janeth Carvalho da Silva Cardoso Cesar Augusto Castro	
HIGIENE E EDUCAÇÃO: LEITURAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1997–2019)	426
Angélica Pall Oriani Ana Clara Bortoleto Nery	
O INSTITUTO DONA ESCHOLÁSTICA ROSA E O TESTAMENTO DE JOÃO OCTÁVIO DOS SANTOS (SANTOS, SP, BRASIL, 1899–1933)	427
Roseli Fernandes Rocha	

DA “ESCOLA DO POVO” AO “GRUPO ESCOLAR” PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EDIFÍCIO PRIVADO PARA O EDIFÍCIO PÚBLICO (1893–1913)	428
Gilson Braga	
Moysés Kuhlmann Jr.	
O TRABALHO DA NORMALISTA PALMIRA LINS DE CARVALHO: REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA NOVA NA <i>REVISTA ESCOLA</i> (1934), PARÁ, BRASIL	429
Cilene Maria Valente da Silva	
Lorena Bischoff Trescastro	
EL ESPACIO ESCOLAR EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN EL SIGLO XIX EN SAN LUIS POTOSÍ, MÉXICO	430
Francisco Hernández Ortiz	
CULTURA LABORATORIAL DO ENSINO DE BIOLOGIA NO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DO COLÉGIO PEDRO II (1960–1970)	431
Flaviana Alves de Oliveira	
Maria Margarida Gomes	
EDUCAÇÃO ESTÉTICA E RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM MINAS GERAIS (DÉCADAS DE 1920 E 1930)	432
Nádia Rezende	
UM OLHAR SOBRE O NASCIMENTO DE INSTITUIÇÕES FEMININAS DE ENSINO E ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL	433
Miriam Fernandes Muramoto	
POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL (1931–2020)	434
Eliete Vasconcelos Gonçalves	
RE-ORDENAR LA ESCUELA. EMERGENCIA Y TRANSFORMACIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR EN MÉXICO	435
Lucía Rivera	
Marcelino Guerra Mendoza	
Roberto González Villarreal	
ESCOLAS PROFISSIONAIS FERROVIÁRIAS: ESTUDOS COMPARATIVOS DA ARQUITETURA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE VIAÇÃO PARANÁ SANTA-CATARINA (RVPS) DE CURITIBA E MAFRA — 1944/1970	436
Ana Paula Pupo Correia	
Vânia Mara Pereira Machado	

A ARQUITETURA DA CIDADE IMPERIAL NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO: NOVOS CONTORNOS URBANÍSTICOS, ESTÉTICOS E SOCIAIS A PARTIR DO PLANO DE MELHORAMENTOS DE 1874 E DAS ESCOLAS DO IMPERADOR	437
Luciana de Almeida Silveira	
AS PROPOSTAS DE FERNANDO DE AZEVEDO PARA UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO (1930–1970)	438
Silvia Helena Andrade de Brito Andre Luiz Motta Silva	
OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NOS DEBATES DO EDUCADOR FERNANDO DE AZEVEDO	439
Breno Pereira Machado	
EDUCAR EN EL ORDEN Y EN EL PROGRESO: LOS COLEGIOS DE EDUCACIÓN SECUNDARIA EN VERACRUZ, MEXICO. 1876–1911	440
Gerardo Antonio Galindo Peláez Ayala Flores Hubonor	
CULTURA ESCOLAR. TIEMPO Y ESPACIO ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN AGROPECUARIA EN ALTERNANCIA. PROVINCIA DE BUENOS AIRES, ARGENTINA	441
Marcela Ginestet	
CULTURA E O SURDO NA ESCOLA INCLUSIVA: ACEITAÇÃO NA ESCOLA, OU DIREITO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?	442
Silvana Elisa de Morais Schubert Allana Morais Schubert Luiz André Brito Coelho	
OS MÉDICOS EXAMINAM A ESCOLA: ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE OS EFEITOS DO AMBIENTE ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	443
Ana Laura Lima	
ESPAÇOS EDUCACIONAIS EM TEMPOS INCERTOS: CONTRIBUIÇÕES DE MARIO DE ANDRADE À EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	444
Ana Gabriela Godinho Lima	
A CONTRIBUIÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA NA CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL MIZUHO ABUNDÂNCIA	445
Francisco Alexandre	

EIXO VI

**A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DO MODELO ESCOLAR
E DOS SABERES PEDAGÓGICOS**
ESCOLA NOVA E ESTADO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA 448

Wojciech Kulesza

LOS SALESIANOS Y SALAMANCA.
EL COLEGIO DE MARÍA AUXILIADOR (1909–2019) 449

Álvaro Nieto Ratero

José Ángel Ayllón Gómez

Raúl Miguel Malmierca

**A DERROTA DO LAICISMO: OS POSITIVISTAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NA PRIMEIRA REPÚBLICA 450**

Adalmir Leonidio

O MODELO EDUCATIVO FROEBELIANO
**A PARTIR DOS PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS “THE LITTLE GEM AND KINDERGARTEN”
E “FROEBEL REVISTA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA” 451**

Vinicius Monção

A ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO ESPANHOLA
NA PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA DO RIO DE JANEIRO (1883) 452

Danielle Barreto Lima

Katya Mitsuko Zuquim Braghini

EL VIAJE DE MANUEL BARTOLOMÉ COSSÍO A ESCOCIA EN 1888.
LAS REFLEXIONES DE UN EDUCADOR EN UN MOMENTO CRUCIAL DE SU VIDA 453

Eugenio Otero Urtaza

**SALVADOR M. LIMA Y LA INTRODUCCIÓN DE LA PSICOMETRÍA
EN LA EDUCACIÓN MEXICANA 454**

María Guadalupe García Alcaraz

Luciano Oropeza Sandoval

REVISTAS BRASILEIRAS PARA PROFESSORES DA INFÂNCIA:
UM MAPEAMENTO CRÍTICO (1890–2019) 455

Juliana dos Reis Domingues

**EXPERIÊNCIA PUBLICADA: BERTHA LUTZ E O INTERCÂMBIO DE IDEIAS
SOBRE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA DOMÉSTICA (1923) 456**

André Luiz Venâncio Junior

Daise Silva dos Santos

AS CLASSES SECUNDÁRIAS DO COLÉGIO NOVA FRIBURGO: AS EXPERIÊNCIAS DO PROF. JOAQUIM TROTTA	457
Patricia Coelho da Costa	
“UMA LIÇÃO DE HYGIENE”: UM ESTUDO REALIZADO A PARTIR DA SÉRIE GRADUADA DE LEITURA PUIGGARI-BARRETO	458
Flavia Rezende	
A PRESENÇA DO “MÉTODO DECROLY” NA EDUCAÇÃO PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS DA <i>REVISTA ESCOLAR</i> (1921 – 1935)	459
Reisla Silva	
Joaquim Pintassilgo	
A ESCOLA BRASILEIRA (JOÃO TOLEDO, 1925, 1929, 1932) E OS ARTEFATOS PARA ENSINAR	460
Vivian Batista da Silva	
UM ATOR INFLUENTE COM INTERESSE EM MODELOS EDUCATIVOS ESTRANGEIROS: JOSÉ MARIA EUGÉNIO DE ALMEIDA	461
Carlos Manique da Silva	
A CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS APLICADOS AOS ESTUDOS CIENTÍFICOS DE UM JESUÍTA EXILADO NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: CARLOS ZIMMERMANN	462
Aparecida Valéria Salviano de Souza	
Carlos Ângelo de Meneses Sousa	
UM ESTUDO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS EM REVISTAS VOLTADAS A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PORTUGAL E BRASIL / SANTA CATARINA (1920–1940)	463
Mônica Teresinha Marçal	
Diana Carvalho de Carvalho	
AS LIÇÕES DE HISTÓRIA DAS MULHERES: LIVROS DE HISTÓRIA PÁTRIA NO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX	464
Amanda Sousa Galvêncio	
Jean Carlo de Carvalho Costa	
LA RECEPCIÓN DE LA PEDAGOGÍA DEL FASCISMO ITALIANO EN ESPAÑA A TRAVÉS DE LA <i>REVISTA DE PEDAGOGÍA</i> (1922–1936)	465
Carlos Sanz Simón	

PSICOLOGIA DA CRIANÇA E PEDAGOGIA EXPERIMENTAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO SÉCULO XX: MOVIMENTOS DE RECEPÇÃO, APROPRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS NO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ – BRASIL (MG)	466
Paula Dantas de Oliveira Pelizer	
Camila Jardim de Meira	
Regina Helena de Freitas Campos	
PRÁTICAS DE CORRESPONDÊNCIA ESCOLAR ENTRE A ESCOLA MODELO DE LÍNGUA JAPONESA DA COLÔNIA PINHAL E AS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO JAPÃO	467
Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira	
Wilson Sandano	
A PEÇA “O ABADE DE L’ÉPÉE” NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA: GERME DE CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA PARA MENINOS SURDOS NO BRASIL	468
Cássia Geciauskas Sofiato	
Lucia Helena Reily	
“UM PASSEIO À TIJUCA”: VISITA DE ADOLPHE FERRIÈRE AO RIO DE JANEIRO PUBLICADA NO JORNAL <i>DIÁRIO DA NOITE</i> (1930)	469
Raquel Pires	
A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE MODELO ESCOLAR: REVISTA ESCOLA EM BELÉM, PARÁ – BRASIL (1934–1935)	470
Cilene Maria Valente da Silva	
Cesar Augusto Castro	
GOVERNAÇÃO EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DE CONTRATOS EM PROL DA AUTONOMIA ESCOLAR	471
Maiza de Albuquerque Trigo	
A IMPRENSA ESTUDANTIL E OS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DO PORTO (1922–1931)	472
Juliana Rocha	
José António Afonso	
O IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II: CENTRO DE REFERÊNCIA DAS IDÉIAS EDUCACIONAIS FRANCESAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO	473
Ariclê Vechia	
AÇÃO SOCIAL E CONSCIENTIZAÇÃO EM TEMPOS DE DITADURA: O PAPEL DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO E DO MOVIMENTO GRAAL (1957–1974)	474
Maria João Mogarro	
Maria Edith Romano Siems-Marcondes	

A AMÉRICA LATINA NAS PÁGINAS DA REVISTA <i>PROGRESSIVE EDUCATION</i> (1924–1957)	475
Rafaela Silva Rabelo	
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA TRANSNACIONAL DA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE BRASIL E A REVISTA <i>THE NEW ERA</i> (1920–1939)	476
Vinicius Monção	
UMA COLEÇÃO NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: A CIRCULAÇÃO DAS CIÊNCIAS PARA INSTRUÇÃO POPULAR NA <i>BIBLIOTHECA DO POVO E DAS ESCOLAS</i> (LISBOA–RIO DE JANEIRO, 1881–1915)	477
Josiane Silva de Alcântara	

EIXO VII

REPRESENTAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

LA REPRESENTACIÓN DE LA INFANCIA Y LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES	480
Joana Miguelena	
Pauli Dávila	
Luis M. Naya	
AS TRANSFORMAÇÕES DE UMA IMAGEM: OS DESAFIOS DE UMA NOVA MENORIDADE	481
Luiz Coppi	
LEITURAS RECOMENDÁVEIS PARA CRIANÇAS: ANÚNCIOS E NOTAS CRÍTICAS SOBRE A BIBLIOTHECA INFANTIL QUARESMA NO PERIÓDICO <i>O PAIZ</i> (1894–1896)	482
Márcia Cabral da Silva	
Michele Ribeiro de Carvalho	
Soyane da Silva Santos	
REPRESENTAÇÕES DE UMA JOVEM NORMALISTA EM CLARISSA, DE ERICO VERÍSSIMO (1933)	483
Michele Ribeiro de Carvalho	
REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NO BRASIL COLONIAL	484
Jane Elisa Otomar Buecke	
Mario Allan da Silva Lopes	
Iviny Cristina Aguiar da Silva	
EL MODELO DE MASCULINIDAD IMPULSADO POR LAS ORGANIZACIONES JUVENILES DEL FRANQUISMO VISTO A TRAVÉS DE NO-DO (1943–1975)	485
María Dolores Molina Poveda	

A SEMANA DA CRIANÇA DA CRUZADA PRÓ-INFÂNCIA (1930–1940)	486
Ariadne Lopes Ecar	
AS PROPAGANDAS NAS PÁGINAS DE <i>VIDA INFANTIL</i>	487
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
ENTRE DEUS, ARMAS E BRINQUEDOS: AS IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL EM DOIS TEMPOS DISTINTOS (1973 E 1988)	488
Tatiane Godoy Campos da Silva	
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA: REPRESENTAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA	489
Thais Palmeira Moraes	
REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA INFANCIA EN EL PRIMER FRANQUISMO (1939–1951)	490
Miriam Sonlleve Velasco	
DA MEMÓRIA À REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ‘OUTRA INFÂNCIA’ PORTUGUESA NOS PRINCÍPIOS DO SÉC. XX: DOS DISPOSITIVOS E MEDIDAS AOS MODELOS DE INTERVENÇÃO REEDUCATIVA	491
Ernesto Candeias Martins	
COLÔNIA ORPHANOLÓGICA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL ISABEL: UM ESPAÇO PARA INSTRUIR E EDUCAR NEGROS, BRANCOS E ÍNDIOS. (1874–1894)	492
Tamima Bastos	
Margarida Louro Felgueiras	
EDUCAR E INSTRUIR A MOCIDADE: A ESCOLA COMO DESVIO DA VADIAGEM E DA DELINQUÊNCIA	493
Irlen Antônio Gonçalves	
O DEVANEAR DA INFÂNCIA POBRE NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA REPRESENTAÇÃO NA OBRA <i>CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA</i>	494
Laura Maria da Silva Araújo Alves	
Maria do Socorro Pereira Lima	
REVISTAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS PARA PROFESSORES DA INFÂNCIA: UM PARALELO	495
Juliana dos Reis Domingues	
Ilvar Josué Carantón Sánchez	

INFÂNCIA E REPRESENTAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS ARQUIVOS DA CRECHE BARONEZA DE LIMEIRA	496
Carla Oliveira Maria do Carmo Martins	
A CRIANÇA NEGRA EM FOCO: ESCOLARIZAÇÃO E ASSISTENCIALISMO NA “TERRA DA LIBERDADE E DA CARIDADE”	497
Sandra Regina Pereira Ramos	
LA INFANCIA COMO REPRESENTACIÓN PEDAGÓGICA EN LA POESÍA ESCOLARIZADA DE JUAN RAMÓN JIMÉNEZ: UN ESTUDIO HISTÓRICO-CULTURAL (1930–1960)	498
Juan Carlos González Faraco Heliodoro Manuel Pérez Moreno Juan Ramón Jiménez Vicioso	
PSICANALISTAS DEDICADOS À INFÂNCIA: ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES AOS PAIS E PROFESSORES	499
Júlia Catani	
A IMPRENSA ESTUDANTIL BRASILEIRA COMO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO ENTRE A INTIMIDADE E A VIDA PÚBLICA (1930 – 1945)	500
Mônica Yumi Jinzenji Eliezer Raimundo de Sousa	

EIXO VIII

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHO DOCENTE

ESTUDIO HISTÓRICO COMPARADO DE LA FORMACIÓN DE MAESTROS DE 1939 Y 1955	503
Monica Otero	
EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO UMA INTELLECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA HISTÓRIA	504
Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho	
ARTISTAS MODERNISTAS NA SALA DE AULA: O CASO DO INSTITUTO DE ARTES DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL – RJ (1935–1939)	505
José Roberto Pereira Peres	

O “PROGRAMA DA CADEIRA DE DIDÁTICA GERAL PARA O ANO DE 1939” E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE DOCENTE NO BRASIL	506
Maria Verônica Rodrigues da Fonseca	
EL SEMINARIO DE PEDAGOGÍA (ESPAÑA) Y LOS CENTROS DE CAPACITACIÓN EN MÉTODOS DE EDUCACIÓN ACTIVA (CEMEA, FRANCIA): LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA EN LA ESPAÑA DE LOS AÑOS SESENTA	507
Beatriz Chamorro Cercos Luis Miguel Lázaro Lorente	
A PROFISSÃO DOCENTE EM TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA ABORDAGEM COMPARADA	508
Libania Nacif Xavier	
A ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE VIANA DO CASTELO NOS ANOS DE 1973 A 1988	509
António José Gonçalves Barroso	
DA REFORMA FRANCISCO CAMPOS À <i>REVISTA DO ENSINO</i> : AS PREMISSAS DA ESCOLA NOVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS (1927–1934)	510
Monique Adriele da Silva Carlos Henrique Carvalho Alzenira Francisca de Azevedo	
HISTÓRIAS DE PROFESSORAS: AS MARCAS DA ESCOLA EM NÓS...	511
Simone Ribeiro Dileno Dustan L. Souza	
A ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB: APONTAMENTOS ACERCA DO SEU MODELO DE FORMAÇÃO DOCENTE (1960–1970)	512
Niédja Maria Ferreira de Lima Melânia Mendonça Rodrigues Vivia de Melo Silva	
MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INSTRUMENTOS MEDIADORES DE DISCURSOS PEDAGÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DE 1930 NO BRASIL	513
Roberlayne Roballo	

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS AO PROFESSORADO NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932–1942): UMA INICIATIVA DE FORMAÇÃO?	514
Vivia de Melo Silva	
Niédja Maria Ferreira de Lima	
Melânia Mendonça Rodrigues	
FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL NA PRÁTICA DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÕES, CURRÍCULOS E IDENTIDADES	515
Danielle Pereira Gomes Flores	
Alzeny Flores Pereira	
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL E NO BRASIL (1920–1940): FIOS QUE SE ENTRELAÇAM	516
Mônica Teresinha Marçal	
Diana Carvalho de Carvalho	
<i>A VOZ DO PROFESSORADO:</i>	
ENTRE A INSTRUÇÃO E A PROFISSÃO NO CONTEXTO AÇORIANO	517
Leandro Ávila	
HISTÓRIA DO CURRÍCULO: INVESTIGANDO A PRODUÇÃO DA DOCÊNCIA E SEUS SUJEITOS NAS REFORMAS DO TEMPO PRESENTE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL	518
Beatriz Pereira	
Juliana Marsico	
Marcia Serra Ferreira	
LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EN TORNO A LA FORMACIÓN INICIAL DOCENTE EN CHILE. DESDE LO PÚBLICO A LOS ACTORES (1990–2002)	519
Mabelin Garrido	
Sebastian Neut	
POSICIONES DE LA DOCENCIA ANTE LA REFORMA DE 1968 EN LA ARGENTINA	520
María José Draghi	
O PERCURSO PROFISSIONAL DO DOCENTE FARIA JÚNIOR EM INTERFACE COM O ENSINO DE LATIM NO BRASIL	521
Wânia Cristina dos Reis José Balassiano	
LA FORMACIÓN DOCENTE DURANTE EL PORFIRIATO. EL CASO DEL PROFESOR HERCULANO CORTÉS	522
Francisco Hernández Ortiz	
Emir Antonio Cruz Rentería	

ENTRE O CONHECIMENTO DA LIÇÃO E A VERDADE A SER ENSINADA: O MANUAL NORMAL DA ESCOLA DOMINICAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS IGREJAS PROTESTANTES (1938)	523
Priscila de Araujo Garcez	
POETISAS NA SALA DE AULA: A TRAJETÓRIA DE DUAS PROFESSORAS EM MAGÉ NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	524
Kimberly Araujo Gomes Pereira	
EMOCIÓN, BELLEZA Y AMOR... LA EDUCACIÓN ESTÉTICA EN ESCUELAS DE ESPAÑA (1929–1936)	525
Rosa Ortiz de Santos Luis Torrego Egidio	
ESCUELAS NORMALES RURALES EN CHILE: PROPÓSITOS, FUNDAMENTOS Y POLÍTICAS EN TORNO A LA CREACIÓN DE UNA PEDAGOGÍA RURALISTA (1929–1967)	526
Camila Pérez-Navarro	
LA LABOR DE LA MAESTRA EN LA ESCUELA PÚBLICA DEL PRIMER FRANQUISMO. UN ANÁLISIS A TRAVÉS DE LOS TESTIMONIOS DEL ALUMNADO	527
Miriam Sonlleve Velasco Carlos Sanz Simón	
EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS Y FORMACIÓN DE PROFESORES: DESAÍOS Y PROPUESTAS PEDAGÓGICAS EN EL ÁMBITO DE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES DEL CHILE POST- DICTADURA (1990- 2019)	528
Daniela Luque Mabelin Garrido	
PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NO BRASIL: UM ESTUDO COM PROFESSORES QUE ATUAM NAS CLASSES POPULARES	529
Jussara Cassiano Nascimento	
A FORMAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL (1954–1977)	530
Carla Vilhena António Gomes Ferreira	
DE NOVOS SUJEITOS NA UNIVERSIDADE: ESTUDANTES EM MOVIMENTO COMPONDO OUTRAS NARRATIVIDADES DE LINGUAGEM E DE MEMÓRIA	531
Fabrícia Vellasquez Aloísio Monteiro	

A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DO MARANHÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (1840–1844)	532
Alexandra Rudakoff	
DESTINOS Y TRAVESÍAS: SER Y QUEHACER DE LOS PROFESORES EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX EN UNA PROVINCIA DEL CENTRO DE MÉXICO	533
Cirila Cervera Delgado	
Mireya Martí Reyes	
DA RECOMPENSA AO DESAJUSTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE DIMENSÕES EMOCIONAIS DO TRABALHO DOCENTE EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS	534
Marina Mendes da Costa	
LA CONFORMACIÓN SOCIOHISTÓRICA DEL MAESTRO FORMADOR DE FORMACIÓN DOCENTE EN EL URUGUAY EN EL MARCO DEL PARADIGMA DEL PENSAMIENTO DEL PROFESOR	535
Lucía Ruth Rojas Méndez	
VIDAS QUE IMPORTAM! BIOGRAFIA, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA	536
Marcia de Almeida Gonçalves	
LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO (1990–2017): IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO DE PROFESSORES	537
Silvana Elisa de Moraes Schubert	
O PROFESSORA DA INDUSTRIA: ROBERTO MANGE	538
Desire Luciane Dominschek	
Jose Claudinei Lombardi	
MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: AS EXPERIÊNCIAS DO PIBID E AS SINGULARIDADES DE UMA INSTITUIÇÃO	539
Desire Luciane Dominschek	
DESVALORIZAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM ESTUDO POR MEIO DE ARTIGOS DE UM JORNAL LOCAL DA CIDADE DE CAMPINAS — SP (1930–1960)	540
Yohana Soares dos Reis	
Rosane Michelli de Castro	
UM PROFESSOR LEIGO NO GRANDE SERTÃO: VEREDAS	541
Helder Pinto	

SABER OBSERVAR Y SABER ENSEÑAR. LA METODOLOGÍA ESPECIAL DE LA GEOGRAFÍA DE LEOPOLDO KIEL, 1909	542
Gerardo Antonio Galindo Peláez	
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO TÉCNICO	543
Cláudia Ribeiro	
Helena Vieira	
MAPEANDO LA DISCIPLINA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN ARGENTINA	544
Marcela Ginestet	
Liliana Graciela Paredes	
LAS CONFIGURACIONES IDENTITARIAS DEL CUERPO DOCENTE EN HISTORIA, AL INTERIOR DEL INSTITUTO SUPERIOR DEL PROFESORADO JOAQUÍN V. GONZÁLEZ	545
Fernando Lamas	
PRODUÇÃO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNESP/MARÍLIA – SP (2004–2019): QUESTÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE EM FOCO	546
Tatiana Ranzani Maurano	
Karine Gonçalves	
REFORMAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E A CIRCULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL IMPÉRIO: ENTRE O RIO DE JANEIRO E A PROVÍNCIA DO MARANHÃO	547
Alexandre Silva	

EIXO IX

ESCOLA E INOVAÇÃO: PEDAGOGIAS ALTERNATIVAS E ESCOLAS DIFERENTES

RETÓRICAS HIGIENISTAS E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA MODERNA DE BARCELONA (ANOS FINAIS DO XIX E INÍCIO DO XX)	551
Pedro Henrique Prado da Silva	
MODERNIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PRESENÇA DO LIBERALISMO RADICAL DE JOHN DEWEY NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (BRASIL, SÉCULO XX)	552
Décio Gatti Júnior	
Geraldo Gonçalves de Lima	

O FIM DO ENSINO VOCACIONAL BRASILEIRO UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INOVADORA	553
Lucas Henrique Silva Gonçalves	
REVISITANDO NARRATIVAS SOBRE A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO	554
Sandra Sylvia de Santana Ziegler Adriana Angélica Ferreira	
TAYLORIZAR A INSTRUÇÃO PARA VALORIZAR A EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA INDIVIDUALIZADA NA PERSPECTIVA DE CARLETON WASHBURNE	555
Nara Vilma Lima Pinheiro	
A CRIAÇÃO DO CURSO DE EXPRESSÃO GRÁFICA COMO PERMANÊNCIA DO ENSINO DE DESENHO NO SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS DA UFPR (2001–2011)	556
Rossano Silva Adriana Vaz	
VALORIZAÇÃO DA PEDAGOGIA ADAPTADA NO PORTUGAL OITOCENTISTA: O ENSINO PARA ALUNOS CEGOS NO ASILO-ESCOLA ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO (1888)	557
Maria Romeiras Amado	
JORNAIS ESCOLARES COMO MEDIADORES NA PEDAGOGIA RENOVADORA ITALIANA DA DÉCADA DE 1970	558
Mônica Yumi Jinzenji	
O ENSINO DOMICILIAR E A POSIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIOLÓGICA À LUZ DA OBRA DE ÉMILE DURKHEIM	559
Simone Pires Ferreira de Ferreira Batana Jean Robert Batana Pires Ferreira	
PEDAGOGIA ANTIPOFFIANA: PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS, EPISTEMOLÓGICAS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	560
Camila Jardim de Meira Regina Helena de Freitas Campos Paula Dantas de Oliveira Pelizer	
A ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ: INOVAÇÕES DOS FRANCISCANOS NO USO DO MÉTODO INTUITIVO NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM PETRÓPOLIS – RJ (BRASIL), FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	561
Claudino Gilz Cleonice Aparecida de Souza	

AMBIENTES INOVADORES DE APRENDIZAGEM E A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES PARA A AÇÃO DOCENTE NESTE ESPAÇO	562
Daniela Diesel	
UMA PEDAGOGIA INVISÍVEL DA AMIZADE IBÉRICA NOS NOTICIÁRIOS DE ATUALIDADES PORTUGUESES: O CASO DA CULTURA E DAS ARTES	563
Ana Luísa Paz	
CULTURA ESCOLAR NAS CLASSES EXPERIMENTAIS SECUNDÁRIAS DO GINÁSIO BRASILEIRO DE ALMEIDA (1959–1962)	564
Marilane Machado de Azevedo Maia Norberto Dallabrida	
ENTRE CARTAS, CARTILHAS E RÁDIO NA DIFUSÃO DA ALFABETIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM PERNAMBUCO (1961–1966)	565
Kalline Laira Lima Santos Manuela Garcia de Oliveira	
CONSCIÊNCIA, LIBERDADE E AUTONOMIA EM PAULO FREIRE: UM PROJETO EDUCACIONAL PARA A CIDADANIA ATIVA	566
Egidiane Michelotto Muzzatto	
O COLÉGIO DE ESPANHA EM PARIS, PROJECTO INTELECTUAL E PEDAGÓGICO	567
Susana Gala Pellicer	
(O)USAR A TEAM BASED LEARNING E A FLIPPED CLASSROOM NUMA AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	568
Maria Luís Queirós	
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	569
Luisa Deon Andréa Mussi Amilton Martins	
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INOVADORAS: UM OLHAR PARA AS INICIATIVAS PORTUGUESAS	570
Fabiana Moraes	

EIXO X

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO: MEMÓRIAS, MATERIALIDADES E PATRIMÔNIO

ESPAÇOS DE MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO	573
Carlos Alberto Diniz	
ACTIVIDADES FORMATIVAS PARA LA RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA ESCOLAR EN EL MUSEO DE LA EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO	574
Pauli Dávila	
Luis M. Naya	
Joana Miguelena	
FIOS DE ARIADNE: A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL COMO ELABORAÇÃO DE CIÊNCIA E MEMÓRIA	575
Keides Batista Vicente	
Vitor A. de Oliveira	
MEMÓRIAS, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: A TRADICIONAL EDUCAÇÃO DOMINICANA-ANASTASIANA EM PORTO NACIONAL	576
César Evangelista Fernandes Bressanin	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL DO GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO MARISTA DE SENHOR DO BONFIM (1944 – 1954)	577
Dulcinéia Medeiros	
Virgínia Ávila	
COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM SERGIPE NO INÍCIO DO SÉCULO XX	578
Patrícia Batista dos Santos	
Cristiano Ferronato	
A FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTOS (1969–1985): MEMÓRIAS DE ESPORTISTAS E EX-ALUNOS	579
Natasha Guerrize	
BIOGRAFIAS HISTÓRICAS DE AUTORAS DE IMPRESSOS ESCOLARES: O ENTRECruzAMENTO DE LUGARES E DEMANDAS CULTURAIS, POLÍTICAS, SOCIAIS E EDITORIAIS EM SEUS TEMPOS (SÉCULO XX)	580
Ana Raquel Costa Dias	

OS ITINERÁRIOS DE VIAGENS E A CONSTRUÇÃO DE UMA OBRA: A ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO	581
Micheli Tavares	
MEMÓRIAS DA ESCOLA PORTUGUESA: CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO EM MEIO RURAL (MEADOS DO SÉCULO XX)	582
Ana Isabel Madeira	
EL MUSEO COMO ESPACIO PARA PEDAGOGÍAS CRÍTICAS EN EL APRENDIZAJE DEL PATRIMONIO: LA EXPERIENCIA EDUCATIVA EN EL MUSEO DE CULTURA POPULAR, UNIVERSIDAD NACIONAL, COSTA RICA	583
Luis Pablo Orozco Varela	
TRAYECTORIAS DE MUJERES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA 1960–1980	584
Blanca Susana Vega Martínez	
RITUAIS CÍVICOS E MEMÓRIA COLETIVA: UM ESTUDO DAS FESTAS CÍVICAS NAS ESCOLAS DE SOROCABA ENTRE OS ANOS DE 1958 E 1970	585
Priscila Carriel de Lima Renata Marcílio Cândido	
MEMÓRIAS DA ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA	586
Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira	
INTERSECCIONES ENTRE LOS MUSEOS PEDAGÓGICOS ESPAÑOLES Y LOS MUSEOS DEL NIÑO EN MÉXICO: RESIGNIFICAR LA ESCUELA EN TIEMPOS DE VIOLENCIA, CRIMINALIDAD Y CORRUPCIÓN	587
Sofía Guadalupe Corral Soto Pavel Roel Gutiérrez Sandoval	
O COLÉGIO PEDRO II NA MEMORIALÍSTICA DE PEDRO NAVA	588
Márcio José Pereira de Camargo Wilson Sandano	
O TRABALHO DOCENTE EM BIOLOGIA NA ESCOLA CAETANO DE CAMPOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980 PELO RELATO DE UMA DAS SUAS PROFESSORAS	589
Reginaldo Alberto Meloni Renato Barboza	

A CULTURA ESCOLAR DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO BÁSICO A PARTIR DO SEU ACERVO FOTOGRÁFICO	590
Ivana Marta da Silva	
Angélica Rocha	
Reginaldo Alberto Meloni	
TRADIÇÃO GLORIOSA: LYCEU PARAHYBANO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS ESCRITOS ESTUDANTIS (1913–1918)	591
Itacyara Viana Miranda	
A HABITAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MEIO RURAL DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA: ANÁLISE DE PROJETOS DE ESCOLAS/RESIDÊNCIAS	592
Carlos Manique da Silva	
MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL — UM PASSEIO PELO QUADRADINHO	593
Marcela Silva da Conceição Brito	
William Batista Vieira	
Valdivino Aparecido dos Reis	
O OUTRO LADO DOS PALÁCIOS-ESCOLAS: AS DISPUTAS PELA BOA AÇÃO NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DA REPÚBLICA	594
Ricardo Felipe Santos da Costa	
RETRATOS DE MULHERES EM CIRCULAÇÃO NOS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE CURITIBA/PR: O LAR, O MAGISTÉRIO E AS ARTES	595
Adriana Vaz	
Rossano Silva	
ESPAÇOS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: INSTITUIÇÕES DE INTERNATO FEMININAS NA CIDADE DE PENAFIEL, (1926–1973)	596
Céu Basto	
Margarida Louro Felgueiras	
LAS ADJUDICACIONES DE MATERIAL ESCOLAR EN ESPAÑA DURANTE LOS PRIMEROS 70 AÑOS DEL SIGLO XX	597
M ^º José Martínez Ruiz-Funes	
José Pedro Marín Murcia	

MEMÓRIAS, MATERIALIDADES E PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DOS FRANCISCANOS PARA A HISTÓRIA EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PRODUÇÃO DIDÁTICA DA EDITORA VOZES PARA A ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ	598
Cleonice Aparecida de Souza Claudino Gilz	
O LIVRO DIDÁTICO <i>BRASIL VIVO</i> POR ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS	599
Maria de Fátima Guimarães Cleonice Aparecida de Souza	
A ESCOLA COMO MISSÃO: ESTUDOS E NOTAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA YESHIVÁ COLEGIAL MACHANÉ ISRAEL DE PETRÓPOLIS	600
Vanessa dos Santos Novais	
MOLDAR PARA A CIVILIDADE: REPRESENTAÇÕES DO PROJETO REPUBLICANO NA MATERIALIDADE DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO PARÁ (1900 A 1910)	601
Adriene Suellen Ferreira Pimenta Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França	
CONFIGURAÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS: FORMAS DE INGRESSO E PERFIL SOCIOECONÔMICO RETRATADOS EM MEMÓRIAS DE ESTUDANTES EGRESSOS (1960–1980)	602
Joaquim Tavares da Conceição Rísia Rodrigues Silva Monteiro Rafaela Cravo de Melo	
CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	603
Joaquim Tavares da Conceição Anne Emilie Souza de Almeida Cabral Rafaela Cravo de Melo	
CULTURA MATERIAL ESCOLAR: AS LIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO “PÁGINAS BRASILEIRAS” NAS ESCOLAS DO PARÁ NA DÉCADA DE 50 (SÉCULO XX)	604
Maria do Socorro Pereira Lima	
A IMPRENSA E AS MEMÓRIAS DO COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO DE PIRACICABA: ASPECTOS DA IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO	605
Isis Sanfins Schweter Daniel Ferraz Chiozzini	

DINÂMICAS DA MEMÓRIA NAS RECORDAÇÕES DA ESCOLA DO TEMPO DO ESTADO NOVO. NOVOS OLHARES SOB A PERSPECTIVA DA SOCIODINÂMICA	606
Rooney Figueiredo Pinto	
GEOMETRIA DESCRITIVA	
— DA ESCOLA POLITÉCNICA PARA AS BELAS-ARTES	607
Odete Palaré	
CENAS ESCOLARES:	
MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE PRÁTICAS EDUCACIONAIS DO SÉCULO XX	608
Mariane Inês Ohlweiler Ohlweiler	
O LUTO NA ACADEMIA: RITUAIS FÚNEBRES E EXÉQUIAS NA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE (BRASIL — 1950–1968)	609
Marcia Terezinha Cruz	
MEMÓRIAS DE PROFESSORAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADICIONAIS: ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS À APRENDIZAGEM	610
Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira	
Damares Regina Alves	
Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino	
A MEMÓRIA COMO PROTAGONISTA NA VISITA AO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MURÇA	611
Mafalda Resende	
Susana Saborano	
Margarida Louro Felgueiras	
RECORDAÇÕES E NARRATIVAS DA MEMÓRIA DA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DA SOCIODINÂMICA E DA MEMÓRIA SOCIAL	612
Rooney Figueiredo Pinto	
A EDUCAÇÃO EM IMPRESSOS QUE INTEGRAM O ACERVO HISTÓRICO DA SOCIEDADE POLÔNIA DE PORTO ALEGRE: ENTRE AUSÊNCIAS E RARIDADES	613
Cláudia Severo	
Maria Stephanou	
UN PASEO POR LA MEMORIA: ENTRE LA EDUCACIÓN ESPECIAL Y LA INTEGRACIÓN EDUCATIVA EN MÉXICO. TESTIMONIOS Y EXPERIENCIAS EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX	614
María Concepción Martínez Omaña	
Antonio Padilla Arroyo	

EL GRUPO ESCOLAR MARÍA QUINTANA (1923–1927) COMO MEMORIA PATRIMONIAL DE LA ANTIGUA VILLA DE MEQUINENZA (ZARAGOZA, ESPAÑA)	615
Monica Vázquez Astorga	
SOBRE AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: O CASO DO PROFESSOR MARCOS CARDOSO FILHO	616
Sidélia Suzan Ladevig Garcia	
Rachel Tomás dos Santos Abrão	
Alexandre Fernandez Vaz	
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA NATURAL: PRESCRIÇÕES, CONTEÚDOS E MATERIAIS (1890–1930)	617
Andrezza Cameski	
ÍNDICE ONOMÁSTICO	619

XIV CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

REVOLUÇÃO, MODERNIDADE E MEMÓRIA
CAMINHOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

C I H E L ▲ 2021

INTRODUÇÃO

Esta publicação eletrônica contém os resumos das comunicações apresentadas ao XIV Congresso Ibero-Americano de História da Educação (CIHELA 2021) realizado entre os dias 20 e 23 de julho de 2021.

Os Congressos Ibero-americanos de História da Educação (CIHELA) constituem um evento acadêmico que junta as comunidades de historiadores da educação dos países da América Central e do Sul e, também, da Península Ibérica. Têm vindo a ser realizados desde 1992, tendo a 1.^a edição decorrido em Bogotá, na Colômbia. A partir daí tiveram como sede cidades de diversos países latino-americanos, tendo igualmente decorrido uma vez em Espanha. A periodicidade foi, habitualmente, de 2 em 2 anos.

A realização deste congresso estava prevista para 2020, ano em que se completavam os 200 anos da Revolução portuguesa de 1820, devendo decorrer presencialmente no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. As circunstâncias associadas à vaga pandémica que assolou o mundo desde o início desse ano obrigaram ao adiamento por um ano e, depois, à transição do congresso para o formato digital.

Aproveitava-se a evocação desse momento inaugural da implementação do liberalismo em Portugal para refletir sobre o contributo das revoluções que se realizaram tendo como inspiração o ideário liberal para a construção da modernidade em várias das suas dimensões de entre as quais destacamos as seguintes: criação das ideias de cidadão e cidadania; construção do modelo escolar e de um sistema público de educação; aprofundamento dos processos de alfabetização e de escolarização; concretização da figura do Estado-Educador; papel central que a escola passou a desempenhar como contexto de socialização e de integração escolar; seu contributo para a promoção da ideologia do Estado-Nação; desenvolvimento da dicotomia liberdade-disciplina; expressão de um novo olhar sobre a criança e a infância. Num outro plano, os processos de independência dos países latino-americanos, que tiveram o ideário liberal como uma das suas principais fontes de inspiração, eram igualmente considerados indissociáveis da eclosão das revoluções liberais.

A generalização da escola moderna, um processo que ocorre entre os séculos XIX e XX, sedimentou uma determinada organização pedagógica, que se instituiu como tradição, mas que também suscitou o aparecimento de propostas alternativas em relação a esse modelo, e que foram sendo apresentadas como inovações pedagógicas, mas que, na verdade, mantinham uma relação complexa e ambivalente com a tradição. A educação foi, neste contexto, um terreno habitualmente fértil para imaginar os futuros possíveis para a escola (ou, mesmo, a ausência de futuro) num registo que se abeirava da utopia. Como noutros dos dilemas da modernidade, essa ideia iluminista de projeto não põe em causa a presença dos discursos que apelam à memória. Não só a escola se tornou num verdadeiro lugar de memória, e de invenção de tradições, como também as experiências vividas tal como são representadas pelas memórias dos atores passaram a ocupar um lugar central nos nossos discursos sobre a escola.

Os trabalhos do CIHELA 2021 decorreram tendo como referência os eixos temáticos a seguir indicados:

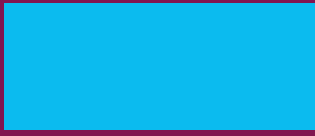
- I. As revoluções e as mudanças em educação;
- II. História, educação e cidadania;
- III. Modernidade, alfabetização e escolarização;
- IV. Estado, políticas educativas e construção de identidades;
- V. Espaços, tempos e organização pedagógica da escola moderna;
- VI. A circulação internacional do modelo escolar e dos saberes pedagógicos;
- VII. Representações sobre a infância e a juventude;
- VIII. Formação de professores e trabalho docente;
- IX. Escola e inovação: Pedagogias alternativas e escolas diferentes;
- X. A escola como tradição: Memórias, materialidades e património.

O CIHELA 2021 foi organizado pela Associação de História da Educação de Portugal — HISTEDUP — em parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE-ULisboa) e o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CITCEM/ FLUP). O congresso foi, ainda, patrocinado por um conjunto diverso de entidades nacionais e internacionais indicado em local próprio da presente publicação.

A Associação de História da Educação de Portugal — HISTEDUP — que assume a edição da presente obra — é uma associação sem fins lucrativos criada em 5 de fevereiro de 2015 para dar sequência à secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE) e às atividades anteriormente desenvolvidas nesse âmbito. A História da Educação sempre se afirmou com uma identidade própria dentro da SPCE, organizando e promovendo encontros nacionais e internacionais na sua área. A HISTEDUP é hoje reconhecida, a nível internacional e nacional, como congregando o conjunto de investigadores que trabalham e produzem resultados científicos na área de História da Educação, centrando-se particularmente na realidade portuguesa, seja de forma mais específica, seja numa perspetiva cada vez mais global e transnacional.

Terminamos com um agradecimento muito sentido a todos e todas que tornaram possível a realização deste ambicioso evento académico, não só as entidades que o patrocinaram e apoiaram, como, também, aos membros da Comissão Científica que, com os seus criteriosos pareceres, avalizaram a qualidade científica do congresso e aos elementos do secretariado que tudo fizeram para garantir a eficácia e o profissionalismo da organização.

Lisboa, julho de 2021
A Comissão Organizadora do CIHELA 2021





EIXO I

AS REVOLUÇÕES E AS MUDANÇAS
EM EDUCAÇÃO

OS SABERES ESCOLARES E OS MÉTODOS DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE REVOLUÇÃO E DE MUDANÇA PEDAGÓGICA

Coordenadora: Carlota Boto

A ideia de revolução é socialmente pautada pelo signo da transformação. Nesse sentido, pensar a revolução é problematizar a própria acepção do ordenamento social. A escola, por sua vez, é a instituição voltada para se constituir como o alicerce que cimenta o equilíbrio e a harmonia da sociedade. Aparentemente, portanto, educação e revolução seriam conceitos opostos um ao outro. Veremos que não é assim. Pensar a educação significa interagir com um universo que extrapola em muito a escolarização. Os livreiros e editores, por exemplo, desempenham um papel de educação social, trabalhando coletivamente para fazer circular saberes e histórias. É assim que se inscreve nesta mesa de comunicações coordenadas o trabalho de César Augusto Castro, discorrendo sobre Berlamino de Matos que, ao fundar a Associação Tipográfica Maranhense atua no mundo da cultura e também no mundo da política, posto que ele defendia os tipógrafos contra perseguições políticas e religiosas e contra a possibilidade de censura à imprensa que volta e meia ronda as sociedades letradas. Já o trabalho de Justino Magalhães versa sobre o que qualifica por virtude cívica republicana, voltada para conferir aos indivíduos — e, sobretudo, às novas gerações — o amor das leis e da pátria. Tais princípios reguladores da república e da nação tiveram expressões diversas, à luz das diferentes conjunturas político-sociais que se sucediam em Portugal. São qualitativamente diferentes, portanto, os manuais escolares de educação cívica da primeira república portuguesa e os manuais de educação moral e cívica do Estado Novo em Portugal. Este último pretendia qualificar a acepção da nação a partir de componentes morais, o que arrefecia, em alguma medida, o componente de cidadania republicana expresso nos manuais da primeira república. Por sua vez, a historiadora Gabriela Ossenbach chama atenção para o lugar do livro no âmbito do que tem sido caracterizado como cultura escolar, e dedica-se a pensar até que ponto as transformações do mundo contemporâneo modificaram os valores políticos e religiosos que tradicionalmente têm sido transmitidos através da escola para engendrar a coesão social, a criação de identidades nacionais, a formação cívica e a socialização da infância. Para tanto, suas fontes documentais são constituídas por livros escolares utilizados nas escolas primárias e secundárias do Equador, Colômbia e Costa Rica desde o final do século XX. Finalmente, Carlota Boto aborda as maneiras pelas quais a escolarização produz o novo, a renovação, a transformação de seus métodos e de suas práticas como se de uma revolução se tratasse. Esta última comunicação debruçar-se-á, então, sobre um conjunto significativo de obras no campo da formação de professores, compreendidas como fundamentais para saber o que liam e como esses sujeitos construam suas representações sobre um saber-fazer intrínseco à sua profissão.

OS SABERES PEDAGÓGICOS INSCRITOS EM MANUAIS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O CONHECIMENTO EDUCACIONAL DAS BIBLIOTECAS PAULO BOURROUL E MACEDO SOARES

Carlota Boto

Faculdade de Educação da USP

A presente comunicação propõe-se a investigar manuais voltados para a educação escolar entre o final do século XIX e o princípio do século XX. Tais compêndios são dirigidos a orientar a atividade docente, tanto no que diz respeito à transmissão de conhecimentos quanto no tocante aos valores. Tais livros indicam que a escola tem três funções na vida das crianças: a primeira delas é a de se colocar como instância intermediária entre a família e a vida social. É como se a escola preparasse a criança para seu ingresso no mundo público. Essa é sua primeira função. As outras duas são decorrentes dessa. Naquelas sociedades da fronteira do século, o acesso à cultura letrada tornava-se um requisito. E a escola é a instituição voltada para ensinar a criança a lidar com os códigos da cultura escrita. Essa é a segunda função da escola. E, finalmente, a terceira tarefa da escolarização é a de um aprendizado de valores e de códigos de comportamento considerados adequados e condizentes com o que a sociedade entende ser importante. A escola, então, suporia um aprendizado da ética e da civilidade. A atual comunicação tem, portanto, o objetivo de descortinar os saberes pedagógicos inscritos nas obras de cunho didático presentes na Biblioteca Paulo Bourroul. Além disso, propõe-se a identificar o repertório prescrito em termos de métodos de ensino e de procedimentos didáticos indicados. Metodologicamente, a investigação procederá mediante a leitura, análise e interpretação do discurso impresso nos textos de tratados de metodologia e de práticas de ensino recomendados para os professores de crianças. A biblioteca Paulo Bourroul contempla um conjunto de livros de formação de professores, escritos no final do século. O referido acervo originalmente foi a primeira biblioteca de formação de professores, constituída na Escola Normal de São Paulo em 1883. Possui um conjunto significativo de obras no campo da pedagogia, tidos por fundamentais para pensar como liam e o que liam os que se formavam professores e os que formavam esses professores, entre o final do século XIX e o princípio do século XX. As categorias analíticas a serem vistoriadas, nas mesmas obras ora analisadas, são as que seguem: infância; educação dos sentidos; educação física; educação moral; educação intelectual; estudos e ensino; deveres do professor; biblioteca escolar; civilidade; métodos e modos de ensino. Finalmente, à luz dessa reconstituição histórica dos saberes pedagógicos prescritos para a formação de professores, poderemos estabelecer as confluências de tais representações simbólicas com seu tempo; e os deslocamentos das mesmas em relação ao tempo que se lhes seguiu.

PALAVRAS-CHAVE

Manuais, Formação de Professores, Paulo Bourroul, Macedo Soares

OS IMPRESSORES DE LIVROS ESCOLARES NO MARANHÃO IMPERIAL

Cesar Augusto Castro

Universidade Federal do Maranhão

A Província do Maranhão no período imperial destacava-se pela qualidade dos seus impressos como jornais, folhetos e livros que circularam em várias localidades das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os livros, em particular, se constituíam em traduções de autores franceses, portugueses e ingleses e, também aqueles elaborados por professores e escritores maranhenses que atendiam as demandas dos escolares do ensino primário e secundário. Tal fato, levou a Cidade de São Luís, ao epíteto de Atenas Brasileira, pela grande produção literária e pela influência que exerceu na formação da cultura regional e nacional, a partir dos escritos de Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Aluisio Azevedo, João Lisboa e muitos outros que se destacaram como poetas, romancistas, jornalistas e tradutores. Portanto, esta comunicação analisa os livros escolares publicados pelas tipografias maranhenses e o lugar dos impressores nessa atividade com destaque para Berlamino de Matos e Antonio de Frias, por se constituírem nos principais expoentes nessa atividade e que dos seus prelos saíram os livros adotados nas escolas maranhenses e com grande circulação nacional. Berlamino de Matos, nasceu na Cidade de Axixá, e desde muito jovem aprendeu o ofício de tipógrafo e além de imprimir os principais jornais que circularam na Província do Maranhão, edita obras literárias, e, notadamente, os didáticos redigidos por professores do Liceu, do Instituto de Humanidades e das escolas de instrução primária, tanto da capital, São Luís, como das cidades no interior como Caxias, Itapecuru, Turiaçu, que a partir da sua aprovação pela Inspeção da Instrução Pública eram autorizados para produção e adoção, com preferência aqueles destinados ao ensino da leitura, gramática, história e geografia, dentre outras disciplinas que compunham o currículo das instituições de ensino. Além disso, Berlamino de Matos, funda a Associação Tipográfica Maranhense com a finalidade de defender e auxiliar os tipógrafos contra as perseguições políticas e religiosas e a censura na imprensa. Pela sua atuação e envolvimento na defesa dessa categoria profissional foi considerado o “Didot Maranhense”. Antônio de Frias, português, ao imigrar para São Luís, abre sua tipografia de cujos prelos são impressos manuais escolares em grandes tiragens. Para a escrita deste trabalho recorreremos às fontes bibliográficas e documentais. No primeiro caso, analisaremos a história da imprensa maranhense de modo a situarmos a relevância desses tipógrafos e, o segundo, nos jornais que anunciavam a produção e adoção de livros escolares, na legislação que evidenciam as normas e regras estabelecidas para a publicação de impressos e, ainda, os relatórios dos presidentes da Província e dos Inspectores da Instrução Pública que destacavam a necessidade de livros para os escolares e o estímulo pecuniário dado aos professores para escreverem obras destinadas aos alunos. Concluímos que esta comunicação trará importantes contribuições para os estudos sobre as atividades dos impressores de livros escolares, na medida em que, os trabalhos que abordam estes materiais centram-se no seu conteúdo, nos autores, nas edições, ficando à margem os sujeitos que materializavam os textos destinados aos estudantes brasileiros, em especial, os maranhenses.

PALAVRAS-CHAVE

Impressores, Maranhão, Ensino Primário, Secundário

NUEVOS PARADIGMAS PARA LA EDUCACIÓN CÍVICA EN LOS TEXTOS ESCOLARES. ESTUDIO DE CASOS DE ALGUNOS PAÍSES DE AMÉRICA LATINA (1990–2010)

Gabriela Ossenbach

Universidad Nacional de Educación a distancia

En América Latina la investigación sobre los manuales escolares se ha desarrollado sobre todo a partir de mediados de los años 1990 y constituye hoy en día un campo de estudio consolidado y de amplio desarrollo. Este nuevo ámbito de investigación, que Agustín Escolano ha denominado “manualística” escolar, ha primado de manera especial el análisis de los textos escolares de Ciencias Sociales y de Lectura. De hecho, los primeros trabajos sobre el tema se dedicaron sobre todo al estudio de los textos escolares de Historia. Dichas investigaciones han puesto el foco sobre todo en la forma en la que los textos escolares han contribuido históricamente a la cohesión social, a la creación de identidades nacionales, así como a la formación cívica y a la socialización política de la infancia y la juventud. Ello obedece a la convicción generalizada de que la educación juega un papel fundamental en la formación cívica y moral de los individuos, siendo el libro de texto, con su fuerte arraigo en la cultura escolar, un vehículo ideal para la transmisión de dichos valores y virtudes.

Desde la creación de los sistemas educativos a partir de los procesos de independencia política, en América Latina el objetivo de crear una cohesión social ha dado lugar a una enseñanza dirigida no solo a la creación de sentimientos de identidad nacional, sino también a la inculcación de sentimientos religiosos compartidos, que en épocas pasadas han tenido una amplia difusión a través de la escuela. Los textos escolares son un fiel reflejo de cómo históricamente ambos valores, políticos y religiosos, han perseguido la cohesión social a través de los procesos de escolarización. Esas cosmovisiones con poder integrador se han transmitido mediante el uso de mecanismos de fuerte carga emocional, que se manifiestan no solo en el discurso escrito, sino también en el discurso iconográfico de los manuales escolares.

En la presente comunicación pretendemos analizar una muestra de textos escolares de Ciencias Sociales utilizados en escuelas primarias y secundarias de Ecuador, Colombia y Costa Rica desde finales del pasado siglo, para indagar qué transformaciones se han producido en ellos no solo en los valores encaminados a crear sentimientos de identidad y cohesión, sino también en las formas de transmisión de los mismos a través de la escuela. Asistimos a unos cambios trascendentales que afectan al mundo contemporáneo, con la instauración de fenómenos como la carencia de una concepción del mundo ampliamente compartida, el reconocimiento de la diversidad cultural de las sociedades, los procesos de secularización, la irrupción de la tecnología en la vida y los hábitos de las personas, las migraciones o los procesos de globalización. Las estrategias para crear valores de integración ciudadana han tenido necesariamente que cambiar, a pesar de que algunos de los paradigmas patrióticos o religiosos, con sus discursos y símbolos tradicionales, se mantengan y convivan en la cultura escolar. Nos proponemos identificar el surgimiento de nuevos mitos, símbolos y paradigmas, “competentes” desde el punto de vista emocional, que a través de los textos escolares persigan nuevas estrategias para conseguir el objetivo de la cohesión social que se ha encomendado a la escuela.

PALABRAS CLAVE

Educación Cívica, Manuales, Ciencias Sociales

EDUCAÇÃO CÍVICA E PATRIOTISMO NA ESCOLA DA REPÚBLICA E DO ESTADO NOVO, EM PORTUGAL

Justino Magalhães

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Deve-se a Montesquieu, em *l'Esprit des Lois*, um estudo diacrónico e comparativo sobre os Costumes e a instituição das Leis do Estado Moderno, bem assim como um esclarecimento fundamental sobre a relação entre regime político e educação: «les lois de l'éducation doivent être relatives aux principes du gouvernement [...] dans les monarchies, elles auront pour objet l'honneur; dans les républiques, la vertu; dans le despotisme, la crainte» (vol.I, Paris, Flammarion, 1979, p. 155). E acrescentava que «c'est dans le gouvernement républicain que l'on a besoin de toute la puissance de l'éducation» pois que a virtude cívica republicana envolve «l'amour des lois et de la patrie» e a renúncia dos indivíduos a si próprios.

Retomando aquele estudo de Montesquieu, Rousseau assinalou que «dans la naissance des sociétés, dit Montesquieu, ce sont les Chefs des Républiques qui font l'institution, et c'est ensuite l'institution que forme les chefs des Républiques» (*Du Contrat Social*, Paris, Gallimard, 1964, p. 135). Remetia assim para a máxima platónica «construamos uma República (...) as suas bases serão (...) as nossas carências» (Platão (1971). *A República I*, 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, p. 90). Que, na base dessas carências, estão a educação e o ensino, cedo o entenderam os Republicanos Portugueses, pois que, implantado o regime republicano em 5 de Outubro de 1910, até final de 1911 elaboraram e promulgaram 36 instrumentos legais (leis, decretos, regulamentos), no campo da educação e do ensino. Ainda que parte desse corpo legal aludisse à conveniência de reformar a legislação anterior, a verdade é que insistiam no argumento de revisão dos princípios legitimadores da acção do Estado na Educação, como factor da aliança entre República e Nação.

Este mesmo princípio foi utilizado pela Ditadura Militar vitoriosa, na sequência do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, para rever os fundamentos da educação escolar, invocando uma tradição e uma fundamentação pátrias interrompidas com a República. A esta tradição, o Estado Novo apôs um outro sentido de progresso e um patriotismo legitimadores de uma Nova Ordem.

Desde a Revolução Ocidental de 1789, passando pelas Revoluções Liberais e pelas Repúblicas (positivistas) de final de Oitocentos, que a educação cívica constituiu um domínio pedagógico fundante da cidadania no binómio Estado-Nação e na relação governo-cidadãos. Com o Estado Novo a educação cívica, convencional e laica, foi endurecida com a componente moral: educação moral e cívica. A educação cívica está assim na base do ideário e da virtude escolar, como elucidou o Dicionário Buisson «l'enseignement moral se meut dans une tout autre sphère que le reste de l'enseignement» (1911, Vol 2, p. 1353)

Nesta comunicação procurarei ilustrar e comprovar esta tese, através da análise de manuais escolares de educação cívica da República e de manuais de educação moral e cívica do Estado Novo em Portugal, utilizados no Ensino Primário e no Ensino Secundário.

PALAVRAS-CHAVE

República, Portugal, Educação Cívica

LIBERALISMO, ESTADO-NACIÓN Y EDUCACIÓN – PERSPECTIVAS LATINOAMERICANAS

Coordinador: Marianne Helfenberger

Procesos de modernización y de construcción del Estado-Nación suelen coincidir históricamente con la construcción de sistemas educativos dirigidos a formar ciudadanos acordes a las políticas estatales, a las necesidades de la sociedad y a concretizar y afirmar una identidad nacional. Actores en estos procesos, desde el tiempo de la Ilustración hasta bien entrado el siglo XX, suelen estar asociados a las teorías del liberalismo. Posteriormente, la historiografía cementó esta visión liberal de los procesos siendo los mismos actores liberales y constructores del Estado-Nación los autores de la narrativa liberal. Desde la perspectiva europea, la construcción de ciudadanía moderna está íntimamente relacionada con la emisión de leyes educativas sustentadas por teorías políticas que proclaman una simbiosis entre nación, estado constitucional y currículum. (Tröhler, 2016) Sin embargo, América Latina se caracteriza desde la Independencia hasta el presente por inestabilidad constitucional (Marquardt, 2011; Mirow, 2015) y política. Asimismo, el liberalismo latinoamericano no es equivalente al liberalismo europeo. La perspectiva de transferencias y circulación de saberes (Middell, 2005; Steiner-Khamsi, 2012; Werner & Zimmermann, 2002) al igual que de prácticas político-estatales, compele a releer y cuestionar la narrativa liberal de la contribución de la escuela a la promoción no sólo de la ideología del Estado-Nación y de la modernidad, sino también de los modelos de democracia moderna. Este panel propone un debate alternativo a la narrativa liberal tradicional desde la perspectiva latinoamericana e hispana continuando y diferenciando el análisis iniciado por Gabriela Ossenbach sobre la construcción de sistemas educativos nacionales en América Latina. (Ossenbach Sauter, 1993) El panel presenta los casos de Costa Rica y la revolución de 1948 (Marianne Helfenberger, Swiss Distance University), las transferencias entre Brasil y España después de 1960 a nivel universitario (Tatiane Ermel, Universidad Complutense, Madrid) y tres momentos de políticas liberales y educativas en Colombia durante los siglos XIX y XX (Alejandro Alvarez, Universidad Pedagógica Nacional de Colombia). Las tres ponencias serán comentadas por Felicitas Acosta, Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina.

TRES MOMENTOS DE POLÍTICAS LIBERALES EN EL PROCESO DE CONFIGURACIÓN DE LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN COLOMBIA

Alejandro Álvarez Gallego

Universidad Pedagógica Nacional

La ponencia muestra tres momentos diferentes de políticas liberales en el proceso de configuración de Instrucción Pública en Colombia. El primer momento se ubica entre 1821 y 1826, cuando se expide la primera Ley de Instrucción Pública en cabeza del general Francisco de Paula Santander. Dicho momento se caracterizó por el intento de introducir el pensamiento ilustrado, creando escuelas con el modelo lancasteriano, pero también promoviendo en las cátedras universitarias el pensamiento de Destut de Tracy y de Jeremías Bentham, lo cuál significó una abierta oposición de la iglesia y de los sectores más proclives al pensamiento católico. El segundo momento, 1870-1886, se relaciona con la expedición del Decreto Orgánico de Instrucción Pública, en cabeza de los llamados Liberales Radicales, quienes contratan una misión pedagógica alemana y traen 9 pedagogos protestantes a dirigir 9 Escuelas Normales, una en cada Estado Soberano, con orientaciones pestalozzianas. El tercer momento, 1930-1946, es un nuevo intento por producir reformas liberales con la creación de la Escuela Normal Superior como cabeza del sistema educativo (ya no hablaban de Instrucción Pública), a través de la cuál se generó un movimiento intelectual que impulsó la institucionalización de las ciencias sociales. Comparar estos tres momentos puede dar luces para identificar una posible constante que permita hablar del pensamiento liberal, y mostrar las diferencias con otras corrientes de pensamiento. Será útil también para comparar en el panel estos movimientos con los que se produjeron en otros países latinoamericanos.

PALABRAS CLAVE

Colombia, Instrucción Pública, Escuelas Normales

COSTA RICA, LA REVOLUCIÓN DE 1948 Y DISCURSOS SOBRE LA RELACIÓN EDUCACIÓN Y ESTADO

Marianne Helfenberger

Swiss Distance University

Costa Rica no estuvo exenta de la inestabilidad constitucional característica de América Latina en el siglo XIX. No obstante, Costa Rica tiene la reputación de ser un caso especial y diferente por su trayectoria política y educativa. La compulsión escolar para niños y niñas fue instituida constitucionalmente en 1869 con la primera constitución considerada liberal. Sin embargo, durante el siglo XIX y hasta la constitución post revolucionaria de 1949, tenía validez constitucional la distinción entre ciudadano y costarricense: ambos iguales ante la ley, pero no ante la política, ambos en igualdad de derechos y obligaciones individuales, pero no igualdad de derechos políticos y electorales. Hasta la disolución definitiva de la Federación Centroamericana en 1848, existía en Costa Rica un pluri-constitucionalismo educativo puesto que seguían vigentes en este punto la Constitución de Cádiz de 1812 y la Constitución Federal de 1835. No fue sino hasta 1849 que Costa Rica firmó su primera ley educativa nacional, la cual regulaba principalmente los niveles superiores del sistema educativo. Las normas para la educación primaria seguían siendo idénticas a las establecidas por la Constitución de Cádiz. En 1886 tuvo lugar la reforma educativa conocida como liberal y modernizadora a cargo del Ministro de Instrucción Pública Mauro Fernández. En 1892 se llevó a cabo la reforma de Segunda Enseñanza unificando el currículum de los cinco colegios secundarios del país. En todos estos procesos hubo transferencias y circulación de saberes entre Costa Rica, Europa y Suramérica. A pesar de calificar como reformas liberales y modernizadoras, ellas perfilan como instrumentos de estratificación escolar. Y justamente los liberales de finales del siglo XIX defienden el voto censitario. (Jiménez Oreamuno, 1888) Durante la primera mitad del siglo XX, se acelera la democratización política (Molina Jiménez, 2007) y la legislación electoral es reformada paulatinamente por intereses políticos. (Lehoucq & Molina Jiménez, 2002) En este contexto surge el *Centro para los Estudios Nacionales* como actor político y educativo. De este grupo deriva el activismo revolucionario de 1948 liderado por José Figueres, quien durante su primera presidencia post revolucionaria abolió el ejército en 1949. En el marco de un proyecto mayor sobre democracia y educación en Costa Rica, esta ponencia se guía por la siguiente pregunta: ¿Cómo relacionan los actores del *Centro para los Estudios Nacionales* en su revista *Surco* su proyecto político, la educación y el sistema educativo? Por lo tanto, la ponencia será un análisis de fuentes y sus discursos e ideas sobre educación previas a la revolución cuestionando el significado de “liberalismo” y “revolución” dentro del marco teórico propuesto por el panel.

PALABRAS CLAVE

Costa Rica, Educación Primaria, Centro para los Estudios Nacionales

COLEGIO MAYOR *CASA DO BRASIL*: MODERNIZACIÓN Y CIRCULACIÓN DE IDEAS ENTRE BRASIL Y ESPAÑA (1962–1980)

Tatiane Ermel de Freitas

Universidad Complutense, Madrid

Partiendo de estudios sobre instituciones educativas (Magalhães, 1999, 2004) y la historia de la circulación y recepción de ideas e culturas (Schriwer, 2012, 2013; Burke, 2013; Caruso, 2014), esta comunicación se centra en la historia de las dos primeras décadas del Colegio Mayor Universitario Casa do Brasil, creado a partir de un acuerdo entre los gobiernos de Brasil y España, estableciendo en la capital española un espacio para la residencia de estudiantes universitarios brasileños y otras nacionalidades y la difusión de la cultura brasileña. El objetivo de este estudio consiste en discutir la compleja estructura política, social y universitaria existente en los dos países, marcados en Brasil por una breve experiencia democrática y el período de la dictadura civil-militar y, el franquismo en España, así como los primeros movimientos de democratización en los dos países. La investigación documental, de carácter historiográfico, está organizada en dos fases: la primera, a través de la consulta de plantas y proyectos, los estatutos y reglamentos, los informes de los cursos académicos, *Revista de Cultura Brasileña*, así como de los actos y actividades culturales promovidas durante las décadas de 1960 y 70; en la segunda fase, desde la ubicación y contactos con antiguos residentes y equipo personal, se han realizado entrevistas semiestructuradas basadas en la metodología de historia oral. Basándonos en la documentación analizada, podemos ver la corriente vanguardista arquitectónica moderna que el conjunto Casa do Brasil representó en el campus universitario, reflejando una tendencia de la arquitectura brasileña, alineada con los presupuestos que Niemeyer y Costa estaban ensayando en la ciudad de Brasilia. Con una administración externa dependiente de la Embajada de Brasil en España, el Rector de la UCM y el Director del Instituto Brasileño de Cultura Hispánica, el colegio se centró internamente en la figura de su director, siendo mediada por el asesor cultural y los colegiados mayores. Constituyó un espacio de constantes actividades culturales y educativas, tales como: conferencias, coloquios, seminarios, ciclos de cine y cine club, exposiciones de arte, recitales folclóricos, conciertos, representaciones teatrales, actividades deportivas, viajes culturales y excursiones, cursos de portugués y otros idiomas, siendo la mayoría de ellos dirigidos también al público externo y con la presencia de diferentes nacionalidades. Observamos que estas actividades tenían como objetivo presentar la cultura brasileña a los españoles y otros residentes y transeúntes de otros países y colegios que circulaban por la casa, y que también constituían un lugar de recepción de culturas de otros países, especialmente, España y Portugal, así como de América Latina. Los actos públicos semanales estuvieron marcados por el régimen de censura existente en ambos países, pero presentaron mecanismos de críticas al sistema vigente, especialmente, a partir de obras teatrales consideradas revolucionarias y películas. También, es posible observar una tímida apertura a partir de la segunda mitad de la década de 80 y una significativa aproximación religiosa católica, con la presencia de una capilla, la celebración de misas semanales y el apoyo espiritual para los residentes.

PALABRAS CLAVE

Colegio Mayor Casa do Brasil, España, Universidad

REVOLUÇÃO, MODERNIDADE E MEMÓRIA – CAMINHOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APRESENTANDO UMA HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

Coordenador: Kazumi Munakata

O que é fazer história do ensino de ciências? Essa é a pergunta central deste painel, que apresenta algumas contribuições de pesquisadores do Brasil, de Portugal e da Espanha sobre a questão em seus respectivos países, segundo perspectivas analíticas inovadoras, que conferem ênfase nas práticas efetivas desenvolvidas por mulheres e homens em atividades educativas, com a mediação de objetos utilizados no ensino. Nessa abordagem, importa verificar não apenas as continuidades e as rupturas de disciplinas escolares já constituídas, mas os processos de invenção desses saberes escolares. Tomar esses saberes como artefatos históricos requer interrogar sobre a constituição de metodologias e epistemologias próprias, implicando práticas diferenciadas, que não se pode resumir ao processo de “transposição didática”. Assim, Helder Henriques, de Portugal, apresenta as propostas do periódico “Froebel – Revista de instrução primária” (1882-1884) para evidenciar a importância da aprendizagem ao ar livre por meio das “excursões escolares”, pelas quais os alunos são apresentados às noções de ciências naturais. As práticas excursionistas também são estudadas pensando o estímulo da observação, como base para a renovação do ensino de Geografia na Espanha, segundo o trabalho de Leoncio López-Ocón, sugerindo a interface entre esta disciplina e a História Natural, concedendo importância ao ensino pelos olhos. Sidmar dos Santos Meurer expõe o processo de introdução, na escola primária do Paraná, nas primeiras décadas do século XX, do ensino das ciências positivas e o aparecimento da rubrica *Sciencias Physicas e Naturaes*. Por fim, Katya Braghini e Kazumi Munakata fazem um balanço da historiografia do ensino de ciências, apontando-lhe caminhos alternativos a seguir, em que a materialidade e as práticas efetivadas têm centralidade na análise. Vera Lucia Gaspar da Silva, estudiosa da cultura material escolar, encarrega-se de fazer comentários sobre os trabalhos apresentados. Os conteúdos das comunicações mostram diferentes aspectos do crescente envolvimento das ciências da natureza nos currículos desses respectivos países; destacam os diálogos interdisciplinares acontecidos entre diferentes ciências; mostram a composição e uso dos materiais didáticos; analisam o registro teórico, metodológico e pedagógico sobre a importância dessas inovações para o entendimento sobre o ensino das ciências no século XIX e início do século XX.

A CRIANÇA E O ENSINO DAS CIÊNCIAS AO AR LIVRE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Helder Henriques

CEIS20 da Universidade de Coimbra - Instituto Politécnico de Portalegre

“Froebel leva as creanças no meio das tempestades e diz-lhe em linguagem singela como se forma a nuvem, como se produz a chuva, como sibila o vento, como estala o raio, como se condensa a agua e como gela através do espaço para cair em brilhantes flocos de neve sobre os casaes, as choupanas, os montes e as campinas” (Revista Froebel, *A Redacção*, 1882, nº 1, p. 8). A introdução das ideias e práticas pedagógicas ancoradas no pensamento do alemão Friedrich Froebel (1782 – 1852), considerado o fundador dos “Kindergarten”, verificou-se em Portugal sobretudo na segunda metade da centúria de oitocentos. Os princípios da espontaneidade da educação, da importância da educação de infância e do desenvolvimento integral das crianças nomeadamente a nível físico, intelectual, mas também social, possibilitou uma nova abordagem, através da educação, para aquelas que eram consideradas o futuro da nação: as gerações mais novas. Neste sentido, o pedagogo Alemão esteve, direta ou indiretamente, alinhado com novos entendimentos para o ensino das crianças no âmbito das ciências. A citação inicial deste texto torna evidente a consideração anterior. O alcance do pensamento Froebeliano em Portugal aconteceu, entre outros canais, por via da imprensa pedagógica e/ou de ensino. É o caso da publicação periódica “Froebel, revista de instrução primária” que surgiu no último quartel do século XIX (1882), dirigida pelo bibliotecário geral do município de Lisboa Feio Terenas. A publicação contou com diversos autores onde se destacam Adolfo Coelho, José Elias Garcia, António Simões Raposo, entre outros. Esta publicação surgiu como homenagem a Froebel por altura do centenário do seu nascimento. Entre outros assuntos, verifica-se na revista Froebel uma associação entre a relevância atribuída à espontaneidade da aprendizagem das crianças, onde a observação assume uma crescente importância, e o ensino das ciências. Na verdade, esta publicação da 1ª série da revista “Froebel”, entre 1882 e 1884, parece constituir um espaço onde se destacam três aspetos fundamentais: 1) A circulação do pensamento pedagógico alemão em Portugal; 2) O estímulo à apropriação de novas ideias centradas na evolução natural das crianças; 3) As práticas pedagógicas direcionadas para uma aprendizagem “ativa” através, entre outros, da natureza. Verificamos, ao longo da análise realizada à publicação que é dado destaque à prática pedagógica das “excursões escolares” como elemento fundamental no ensino das ciências. Assim, e partindo destas premissas, procuramos, especificamente, relacionar o ensino das ciências com os processos de descoberta ao ar livre através das referidas “excursões escolares”. Ancorados, do ponto de vista teórico, na História da Educação e numa abordagem metodológica de inspiração socio histórica assumimos o propósito de explorar documentalmente a primeira série da publicação periódica “Froebel – Revista de instrução primária” (1882-1884) e de evidenciar a importância da aprendizagem ao ar livre enquanto ideia relevante ali defendida por autores diversos. Espera-se, por isso, tornar ainda mais evidente a influência alemã e, em concreto, de Friedrich Froebel, no contexto português do último quartel do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE

Froebel, Portugal, Educação de Infância

TALLERES DE GEOGRAFÍA EN LAS AULAS REPUBLICANAS DE ENSEÑANZA PRIMARIA Y SECUNDARIA: PROPUESTAS DISCURSIVAS Y REALIZACIONES PRÁCTICAS DURANTE LA DÉCADA DE 1930

Leoncio López-Ocón

Instituto de Historia. CSIC. Madrid

Durante el primer tercio del siglo XX, y particularmente durante la Segunda República en los años previos al estallido de la guerra civil, se produjo en la sociedad española un amplio movimiento de renovación pedagógica que implicó transformaciones en la enseñanza de las ciencias, tanto físico-naturales como sociales. En los diferentes niveles del sistema educativo se hicieron esfuerzos por diversos tipos de docentes para hacer una enseñanza más activa y experimental, de manera que el material escolar y su adecuado uso se convirtieron en motivo de preocupación constante de los didactas de las diversas disciplinas escolares. Una de las disciplinas que experimentó un proceso de transformación en sus métodos de enseñanza fue la geografía al surgir diversas iniciativas para que el eje de la enseñanza geográfica en las nuevas escuelas republicanas fuese la geografía vivida en cooperación, experiencia que había de realizarse en la práctica excursionista y en talleres-laboratorios provistos de un material específico, en los que se impulsaba el manualismo. El objetivo de esta comunicación es triple. En primer lugar profundizar en la concepción de esos talleres-laboratorios geográficos que debían funcionar en las escuelas republicanas tal y como fue formulada por el didacta y profesor de Escuelas Normales, donde se formaban los maestros, Pedro Chico. Para ello expondré sus propuestas acerca de su funcionamiento tal y como las planteó en diversos textos como los dos libros que dedicó a la metodología de la geografía, publicados en 1932 y en 1934, y en numerosos artículos de publicaciones tales como *Revista de Pedagogía*, *Revista de Escuelas Normales*, *El Magisterio Español*. La labor profesional de Pedro Chico en esos años fue apreciada por geógrafos portugueses, como Amorim Girão, de la Universidad de Coimbra. En segundo lugar dar cuenta de cómo los nuevos planteamientos metodológicos de didactas como Pedro Chico para estimular la capacidad de observación por los alumnos de los hechos geográficos y de investigación de sus causas y resultados se concretaron en la labor desarrollada en las aulas. Para ello mostraré algunos trabajos geográficos realizados por alumnos de institutos republicanos de diversas ciudades a través de sus cuadernos de trabajo y de la prensa escolar. Se aprecia entonces en cómo fueron usados los textos literarios para promover el conocimiento del territorio español y europeo. En tercer lugar comparar los contenidos de tres manuales sobre la geografía de España elaborados por el catedrático de instituto Leonardo Martín Echeverría, uno de los autores de referencia de Pedro Chico, publicados respectivamente en 1932, 1938 y 1940, tanto antes como después de su exilio a México al haber sido un dirigente de Izquierda Republicana. El objetivo de esa comparación es mostrar la evolución de su lenguaje visual, con el que los alumnos de escuelas e institutos se familiarizaban en los talleres laboratorios geográficos en una etapa en la que se concedió una gran importancia a la enseñanza de la geografía por los ojos.

PALABRAS CLAVE

España, Segunda República, Geografía, Enseñanza Primaria y Secundaria

HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS, ENTRE PRÁTICAS E MATERIALIDADES: UM PROGRAMA DE PESQUISA

Katya Mitsuko Zuquim Braghini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Kazumi Munakata

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

No decorrer do século XIX, surgiram em quase todo o Ocidente críticas contra as concepções educacionais baseadas na leitura de textos e na memorização. Tratava-se agora de promover o ensino e a aprendizagem do saber pela experiência direta da assim chamada “realidade”. Tal proposta, embora pudesse conter variações de nomenclatura e de objetivo, visava constituir o modelo de um ensino centrado nas ciências, mediado pela utilização e manipulação de instrumentos de laboratório, materiais de ensino e objetos diversos. Como se constituiu esse ensino? E como era ministrado? A historiografia das ciências e do ensino de ciências, de modo geral, não se atém a essas questões. Antes, julga os “equivocos” cometidos por concepções condenadas como “ultrapassadas” e propõe o advento das novidades, das “inovações. Ou, então, também julga a formação “inadequada” dos professores, sempre dependente dos livros e manuais com muitos “erros” e “impropriedades”, que perpetuavam um modo de ensinar “tradicional”, “arcaico” e “inconveniente”. Nesses julgamentos, sempre era obscurecida toda a história do ensino de ciências que se constituiu na e pela crítica da “cultura livresca”, a favor da observação e da experimentação das coisas – crítica que era reiterada a cada “inovação” proclamada, desde os meados do século XIX até hoje. Esta comunicação propõe um programa de investigação que desloque esse eixo de análise que moldou a história do ensino das ciências. Trata-se não mais de julgar o que se fez nesse terreno, mas de compreender os feitos e os acontecimentos, realizados por mulheres e homens reais, que organizaram práticas efetivas, mediadas por instrumentos e utensílios disponíveis, o que, por sinal implicou um adestramento do corpo. Tal programa tem como companhia as análises sobre a história das ciências e do ensino de ciências feitas por Dominique Pestre, Lorraine Daston, Bruno Belhoste, Pierre Kahn, Christian Jacob, Peter Heering, Martin Lawn, Ian Grosvenor, entre vários outros pesquisadores. Suas fontes compreendem desde documentos escritos, como legislação e prescrições curriculares, discursos diversos sobre as ciências e seu ensino, livros didáticos e manuais para professores, textos de revistas pedagógicas etc., até objetos utilizados nas práticas de ensino, como coleção de rochas, madeiras, insetos ou animais taxidermizados, os instrumentos científicos e de demonstração científica, peças de laboratório etc., ainda encontráveis nos museus e nos depósitos das escolas. Como resultado das pesquisas desenvolvidas e a ser desenvolvidas pelo programa, podem ser citados artigos e livros, comunicações nos eventos acadêmicos e, eventualmente, realização de painéis como o que se propõe agora.

PALAVRAS-CHAVE

Ciências, Ensino, Manuais, Recursos

SUJEITOS E ARTEFATOS: MOVIMENTOS E VESTÍGIOS

Coordenadora: Silvina Gvirtz

Ao tratar dos Sujeitos e artefatos: movimentos e vestígios, o presente Painel quer reunir algumas pesquisas realizadas junto ao Projeto Temático Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...) (FAPESP 2018/26699-4), coordenado pelas Professoras Doutoras Diana Vidal e Carlota Boto, da Faculdade de Educação da USP, que conta com apoio da FAPESP e a participação de docentes e estudantes de várias instituições nacionais e internacionais, como a UNESP, a UNICAMP, a PUC-SP, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade de Taubaté.

Propõe-se aqui retrazar o circuito material da escola em suas várias dimensões, desde aquelas que se referem ao nível mais normativo e dizem respeito às leis que regem os sistemas de ensino e as escolas, até as que remetem aos conhecimentos pedagógicos e pelo dia-a-dia de professores e alunos. Para tanto, o Painel abriga investigações feitas a partir de fontes diversificadas que possibilitem averiguar a conexão transnacional de tendências e de modelos educativos.

O conjunto dessas produções atenta não apenas para educadores de destaque no campo educacional, administradores de ensino ou autores de obras científicas, reconhecidas e amplamente divulgadas. Há que se levar em conta ainda registros de professores, diretores de escola ou inspetores de ensino, por exemplo, cujas trajetórias merecem ser mais exploradas nos estudos históricos, posto que têm papel fundamental na circulação de saberes e práticas junto a instâncias mais próximas da vida escolar em seu cotidiano. São, por exemplo, relatórios de viajantes, trabalhos apresentados em congressos, publicações em periódicos, edições de livros, ofícios e prescrições para comissionamento em missões, notícias de jornais, arquivos pessoais, catálogos de exposição e de indústrias etc. A análise desse amplo conjunto documental supõe a interdisciplinaridade e a correlação entre as concepções científicas e pedagógicas, bem como perspectivas políticas e comerciais.

O Painel pretende colaborar com as discussões propostas pelo CIHELA 2020 acerca da generalização da escola moderna e dos modos pelos quais ela instituiu tradições e imperativos de mudança em diferentes tempos e espaços. Parte do pressuposto que as múltiplas relações, que se estabelecem entre os países localizados na Europa e nos Estados Unidos e entre os que compõem o sul do continente americano, configuram tramas que enlaçam os países. Esse circuito internacional é perspectivado a partir da circularidade das trocas, do embaralhamento de pontos de partida e chegada, das mútuas influências que não se cingem ao paradigma da transferência, mas que alargam o espectro da pesquisa para as diversas apropriações, entendidas como reinvenções criativas de modelos e práticas, atentas às realidades nacionais e às características particulares dos sistemas educativos, ainda que em seus momentos mais embrionários. É nessa perspectiva que o presente Painel abriga as 4 comunicações que o compõem e são assinadas por Silvina Gvirtz, António Carlos Correia e Rita de Cassia Gallego, Keila Vieira e Rachel Duarte Abdala.

DA CRIANÇA NATURAL À CRIANÇA-ALUNO: A MEDICALIZAÇÃO NOS DISCURSOS PEDAGÓGICOS E SEUS IMPACTOS NOS TEMPOS DE ENSINAR E APRENDER NA ESCOLA GRADUADA (BRASIL E PORTUGAL/ 1900 A 1930)

Antônio Carlos da Luz Correia

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Rita de Cassia Gallego

Faculdade da Educação da Universidade de São Paulo

A Pedagogia Moderna constituiu-se enquanto discurso híbrido que mobilizou enunciados científicos, médicos e psicológicos, difundindo-se por meio da realização de eventos internacionais, da imprensa e dos livros pedagógicos na formação de professores em diversos países. Frequentemente combinados com interesses políticos, sociais e científicos, esses enunciados produzidos foram instrumentais na validação do modelo escolar graduado, o qual se configurou ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, em diversas localidades. Entre os aspectos que impactam a dinâmica escolar nas diversas sociedades é a sobreposição da reinvenção de criança natural na criança-aluno. Nesse processo, muitos médicos foram protagonistas na definição das políticas públicas e na construção do discurso pedagógico, portanto intervieram na formação de professores, nos serviços de sanidade escolar, em congressos e eventos nacionais e internacionais, bem como na imprensa pedagógica e de ensino.

Tendo em vista as considerações tecidas, o propósito desta comunicação é explorar, em Portugal e no Brasil, a repercussão das influências referidas na definição da agenda pedagógica quer nos modelos de ensino quer nos modelos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e jovens, em particular nas 3 primeiras décadas do século XX.

A análise será tecida com base na discussão de dados extraídos de fontes como imprensa pedagógica e Manuais de Pedagogia, que circularam nos dois países no período indicado. No percurso do modelo organizacional da escola graduada e da respectiva racionalidade pedagógica, foram sendo incorporados elementos importados quer dos princípios da Organização Científica do Trabalho, proposta por F. W. Taylor, quer das ideias do eugenismo, muito ligadas, por via da corrente francesa, ao higienismo social. Estas correntes tiveram uma repercussão relevante no pensamento pedagógico internacional da época, ilustrado pela apologia da sua aplicação à educação escolar, feita, entre outros, por Edouard Claparède ou Ovide Decroly.

A ideia de que a construção da criança natural fez-se acompanhar de propostas de periodização do seu desenvolvimento, de uma azáfama de medições, de observações e de quantificação nos planos biológico, fisiológico, psicológico e mental consiste em um dos aspectos centrais a ser discutido. Haja vista que esse imenso campo de observações e dados experimentais desembocou no conceito de normalidade escolar, que rapidamente se impôs como bitola da normalidade, ou seja, as normas escolares transmutaram-se em normas naturais do desenvolvimento humano nas suas etapas da infância e juventude, segundo apontado por autores como Pinell. O alargamento da população escolar a cada vez mais vastas camadas da população, proporcionado pelas medidas de combate ao analfabetismo e de efetivação da obrigatoriedade do ensino primário, colocou a necessidade de lidar com a heterogeneidade e a inadaptação ao meio escolar dos alunos. Tópicos abarcando a fadiga escolar, os ritmos e as durações das lições, as sequências e as transições, a adequação dos horários das atividades e das férias escolares, a representação do aluno normal situada no aluno médio, a importância dos testes mentais e a definição da correspondência ou discrepância da idade cronológica com a idade mental, com o conseqüente estabelecimento de tipologias de anormalidade, difundiram-se amplamente, sempre com a chancela da autoridade médica e científica.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia Moderna, Portugal, Criança

LOS CUADERNOS DE CLASE EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN: UN NUEVO GIRO HACIA EL ANÁLISIS DE LOS SUJETOS QUE ENUNCIAN

Silvina Gvirtz

Universidad de San Martín

Los estudios sobre cuadernos de clase y otros dispositivos de escritura se expanden desde fines del siglo xx y han realizado aportes significativos al campo de la historia de la educación. Dos libras de trabajo han prevalecido: la primera el análisis de contenido de lo enseñado en la escuela, especialmente en el nivel primario, la segunda, el estudio de los cuadernos como dispositivo escolar o como parte de la materialidad de los sistemas educativos desde la segunda mitad del siglo XIX.

En este paper nos proponemos ofrecer una tercera forma de analizar los cuadernos de clase ya no a través de sus enunciados sino de quienes se constituyen como los sujetos que enuncian en el marco de esa gramática escolar.

Sujetos que presentan homogéneos entre sí: maestros y maestras que aplican las mismas normativas y que tienen hasta una caligrafía similar, alumnos homogéneos, casi idénticos entre sí en los albores del siglo XX, a los cuadernos que pretenden mostrar un masivo proceso de individuación en la década de los 70.

Un nuevo giro en la historiografía de la materialidad de la escuela, tal como lo señala Dussel (2019).

A FUNÇÃO DAS IMAGENS NA VENDA DE MATERIAIS ESCOLARES: ANÁLISE DE CATÁLOGOS NO BRASIL, NA FRANÇA E NA ITÁLIA (1914–1939)

Rachel Duarte Abdala

Universidade de Taubaté

Considerando-se que as imagens têm um grande potencial informativo e exercem fascínio nas pessoas que as vêem, o caráter ilustrativo da imagem, tanto no que se refere à gravura e ao desenho, quanto à fotografia, foi amplamente explorado na composição de Catálogos de material e de mobiliário escolar. Os Catálogos produzidos por empresas industriais para a comercialização de materiais e de mobiliário escolares foram importantes vetores de circulação de referências e de modelos de materiais escolares. O que pode ser chamado de internacionalização da educação foi um processo promovido em grande parte pelas seções dedicadas à educação das Exposições Universais.

Além desses espaços privilegiados de exibição e de circulação foram promovidas também Exposições Pedagógicas com esse intuito com foco na temática educacional nas quais os Catálogos também estiveram presentes. No Brasil foi realizada uma dessas exposições em 1883. Desse modo, os primeiros catálogos datam de fins do século XIX, acompanhando o desenvolvimento do setor industrial e a demanda por materiais e mobiliário escolar a partir do advento da Proclamação da República no Brasil nesse período que promoveu a ampliação dessa demanda. Para o desenvolvimento desta pesquisa o foco centrou-se no período entre 1914 e 1939 devido ao primado da esfera educacional nesse período no Brasil, na França e na Itália e ao desenvolvimento das possibilidades de visibilidade. Além disso, deve-se considerar que os catálogos eram imprescindíveis nas compras a distância e na impossibilidade de conhecer os produtos diretamente a mediação promovida pela descrição dos itens a serem comercializados potencializada pelas imagens que as acompanhavam permitia a avaliação do produto e a compra.

Com o objetivo de investigar a circulação de sujeitos e artefatos em diferentes espaços educacionais, para compreender as práticas e as formas de apropriação de materiais escolares nesse trabalho o objeto de análise nesta pesquisa foi a forma como os Catálogos de materiais escolares apresentavam, por meio de imagens os produtos a serem comercializados.

Metodologicamente esta pesquisa foi desenvolvida a partir da análise documental de Catálogos da Maison Deyrolle (de 1910 e de 1914) encontrados no Acervo da Escola Caetano de Campos, de São Paulo. A Maison é uma empresa francesa ainda em atividade da qual foi exportada uma significativa quantidade de material escolar para o Brasil. Na Itália foram encontrados catálogos do início do século XX (1906-07, e 1907-08) e da década de 1930 (dois de 1935 e em de 1933-34) no Museo della Scuola Paolo e Ornella Ricca. O foco da análise foi as imagens veiculadas nos catálogos e a sua relação com o texto.

Por meio da análise dos catálogos é possível investigar a circularidade de objetos em diferentes países. Além desse aspecto também é possível perceber as apropriações e a partir das relações entre imagens e textos (das legendas e textos descritivos) a função da imagem como forma de propaganda.

PALAVRAS-CHAVE

Imagens, Catálogos, Material Escolar

EIXO II

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E
CIDADANIA

LA HISTORIA QUE NO FUE, LA EDUCACIÓN QUE NO HA SIDO: REVOLUCIONES FALLIDAS, MODERNIDAD TRUNCADA Y DESMEMORIA

Coordinador: María Lourdes González Luis

Ni globalización ni universalización, hechos más o menos presentes en todos los puntos del planeta, han hallado su traducción en una mayor ni mejor convivencia entre los pueblos. De ahí la necesidad de actualizar y reinterpretar los conceptos de patrias, naciones, pueblos, identidades, desarrollo, sostenibilidad, educación, derechos humanos y globalización; y en concreto de la tríada local-global-universal, en cuyo análisis la homogeneidad es mostrada como antagónico artificio opuesto a los acervos constituyentes de cada pueblo y nos permitiría hablar de “unidad heterogénea” en cualquier punto del planeta. Son muchos los cambios culturales, ecológicos, económicos, políticos y tecnológicos que están indicando que las interacciones, vínculos, encuentros y contradicciones están siendo reorganizadas; en la mayoría de los casos, existen dificultades en imaginar o visualizar la magnitud e incidencia de este tipo de procesos. La nueva racionalidad tecnológica, la ley de la oferta y la demanda, el mercado y su coartada neoliberal se han divorciado desde su gestación de un compromiso con la justicia, la equidad o el equilibrio medioambiental, neutralizando sociedades, ideologías y/o culturas refractarias al modelo mundo anclado, desestabilizándolas y anulando lugares, memorias y cosmologías particulares y diversas. Aquí se pretende ampliar la perspectiva hasta ahora asumida, destacando los tránsitos y las huellas que dejan las tensiones entre memoria/olvido, globalización/diversidad, entre ataduras/articulaciones. Las prácticas educativas y de investigación comunitarias se sitúan con más recurrencia, en ambientes caracterizados por la diversidad y la conflictividad, que no sólo se manifiesta en expresiones y posturas diferentes, en intolerancia y agresión, sino también en tensiones generadas por dinámicas sociales, culturales y económicas contradictorias, que buscan por un lado homogeneizar los modos de ser, hacer, y estar en el mundo y, por el otro, las tendencias que pretenden configurar “identidades” individuales o colectivas diversas, con capacidades de construir, proclamar y ejercer, desde allí, sus derechos. Los consensos, negociaciones y concertaciones se hacen, entonces, más difíciles por la incapacidad de reconstruir las raíces de sentido que sustenten posibles interacciones comunicativas, en las que los sujetos se reconocen como diversos, diferentes y, probablemente, en condiciones de desigualdad frente al ejercicio del poder y con pocas competencias para asumir y expresar sus posturas en el diálogo. En suma, las ataduras inspiradas en la visión de la globalización del mercado parecerían resolver e inhibir el conflicto, la agresión y la violencia, al impedir el reconocimiento crítico de interlocutores diversos y en condiciones de desigualdad. Estos “amarres” son los que llevan a usar expresiones semejantes camuflando intereses y sentidos en contradicción. Los deseos, necesidades y las posiciones ideológico - políticas son resignificadas. La llegada de las tecnologías del conocimiento, de la comunicación y del consumo intensivo; su impacto sobre las personas, los grupos, sus motivaciones, sus historias, herencias y cultura parecen haber pulverizado las premisas socio-críticas y emancipadoras sobre las que se basaban los imaginarios políticos y las revoluciones pedagógicas de la Modernidad.

LOS SILENCIOS DE LA HISTORIA Y LA HISTORIA SILENCIADA

Maria Lourdes Glez-Luis

Universidad de la Laguna, España

Pedro Perera Méndez

Universidad de la Laguna, España

Si hemos apostado frente a la traición de la Historia por rescatar la Memoria, no podemos más que constatarlo preguntando ¿tienen historia los pobres?

Encontrar el lugar de la dignidad humana es cada vez más complicado. Los archivos hablan solamente de aquellos que han escrito, y los pobres dejan pocos testimonios. Además, el juicio que sobre los invisibles se cierne sobre su papel en la historia es, a lo sumo, el de testigos involuntarios, testigos de ‘carga’. Su ausencia o la reducida presencia en la ‘crónica del crimen’, ha generado, además, una memoria negativa. O, talvez, una memoria negada no es más que la ocultación de una memoria vergonzosa, la que se cierne sobre el dolor de los vencidos, la que no quiere reparar la memoria de las víctimas. Es el exilio de la memoria, la desmemoria.

La Historia ha guardado siempre un sospechoso silencio respecto a la vida, el sufrimiento y los actos de resistencia de los sin nombre, sin tierra, sin trascendencia, sin importancia...sin historia. Son los anónimos de la farsa. Desaparecen de escena sin dejar rastro. Sin embargo, su ausencia o exclusión no agita los espíritus.

El relato que recorre la historia de la colonización como una racionalidad interior, pasa por la destrucción y la muerte, y por la constitución de las identidades de siempre renovados poderes. Su fundamento teológico fue la aspiración apocalíptica del cristianismo a la constitución de un poder universal, a través de un proceso indefinido de culpa, expiación y subjetivación, es decir, de un proceso infinito de conversión (de esto saben mucho los pobres y...las mujeres). Su reformulación moderna es la idea de un progreso tecno-económico indefinido y depredador que hoy también alcanza los límites de su formulación apocalíptica a la vez como sistema civilizatorio global y como destrucción universal. Bajo estas claves hemos intentado comprender-nos entre los dilemas que atraviesa hoy el mundo en general y América Latina en particular. Su crisis no señala tanto el final de los grandes discursos modernos de progreso y emancipación, cuanto ponen de manifiesto la mentira y la trampa implícitas en sus promesas de felicidad.

Narrar hoy nuevamente la modernidad desde una perspectiva contemporánea entraña serios dilemas. Los modernos sistemas totalitarios y los reiterados genocidios del siglo XX y de estas atrozadoras primeras dos décadas del XXI, la alerta democrática en el mundo, el cataclismo ecológico en ciernes, los feminicidios o el escarnio mediático, tiñen con sombríos colores los principios programáticos de la bandera moderna, de la emancipación y el progreso, de la civilidad por la razón y las luces. La tecnología letal, las estrategias económicas feroces y devastadoras, los sistemas de control institucional del existente humano, la insostenible destrucción sostenida del medio natural y el masivo empobrecimiento social, han puesto un visible límite a las visiones del progreso. Aquellos discursos teológicos de la dominación colonial estaban tan marcados por este límite como lo están hoy las versiones laicas del mismo discurso epistemológico de la dominación poscolonial. Del grotesco teológico hemos avanzado hasta el esperpento político.

PALABRAS CLAVE:

Historia, memoria, modernidad incumplida, amnesia, dominación, hegemonía y pensamiento emancipador

EDUCACIÓN EN LAS FRONTERAS: HACIA UNA ÉTICA DEL MESTIZAJE

Inmaculada González Pérez

Universidad de la Laguna, España

Andrés Glez-Novoa

Universidad de la Laguna, España

A pesar de la realidad y de incontables pruebas “objetivas” que evidencian un mundo con escasas posibilidades de supervivencia, debemos aferrarnos a nuestro peregrinaje hacia lo imposible. En esta búsqueda incesante, es imprescindible impregnarse de una educación que nos posibilite avanzar hasta el límite de las fronteras tangibles e intangibles para traspasarlas, treparlas, destruirlas, derribarlas, rompiendo concepciones y perspectivas anquilosadas, principios incuestionables que imposibilitan el mestizaje cultural favorable a la justicia social. Con tal objeto, será necesario ‘poner en jaque’ una serie de principios vigentes que habitan en nosotros sin ser cuestionados, condicionando las alternativas posibles que logramos vislumbrar. El más dañino, debido a los inmensos límites que genera, es el concepto hegemónico de ‘identidad’ que persiste actualmente en las políticas de identidad y condicionan las propuestas éticas en torno al mestizaje. En la actualidad se promueve un corporativismo bajo rúbricas como etnia, género o nación. En estos casos, se requiere reforzar las fronteras y desarrollar estrategias de “pureza” para poder movilizar a ‘unos’ con el objeto de excluir a ‘otros’. La identidad, además de ser enormemente compleja, se encuentra en constante proceso de cambio. La defensa de la identidad inmutable como si ésta fuera innata, no tiene fundamento. Aun así, es la concepción más extendida, teniendo claras repercusiones a la hora de afrontar el reto de sociedades interculturales. La defensa de la ‘tribu’ sustituye airesamente la defensa de la ‘raza’ dejando pocas salidas al autoanálisis y a la autocrítica, a la búsqueda de alternativas, a la mejora de las condiciones en que vivimos, a la mejora de la vida, y por supuesto, al mestizaje cultural. La reflexión crítica y dialéctica con los ‘otros’ requiere de la “autocrítica cultural”, del análisis sobre las limitaciones de nuestra propia cultura, del ‘desarme cultural’. Debemos tomar una posición responsable ante nuestras propias culturas, en su mayoría, por cierto, ya híbridadas con la cultura hegemónica, y entender que todas deben ‘perder para ganar’, estando en constante revisión frente a una ética del mestizaje que dé cabida a sociedades culturalmente justas. Sólo así será posible afrontar los retos de un mundo en cambios, no sólo tecnológicos y culturales, sino especialmente éticos.

PALABRAS CLAVES

Fronteras, alteridad frente a corporativismo, ética del mestizaje

EL TRASFONDO PEDAGÓGICO DE LA TECNOCRACIA: EL *HOMO LUDENS* POR VENIR

María Daniela Martín Hurtado

Universidad de la Laguna, España

Natalia Pais Álvarez

Universidad de la Laguna, España

Las aportaciones y beneficios de la tecnología son innegables. Ofrece un sinfín de posibilidades de mejora, pero también conlleva riesgos a los que la Pedagogía debe dar respuesta. El propósito de este texto es analizar y cuestionar los efectos de un proyecto tecnocrático que puede devenir excluyente e incapaz de garantizar la buena vida de todas y todos, es decir, advertir sobre el riesgo de la posibilidad de que la tecnología se instrumentalice para ser usada como herramienta de exclusión y estigmatización. Ello no es posible sin una reflexión sobre la relación medios-fines, si de lo que se trata es posibilitar un proyecto que aspire a educar a usuarios comprometidos, que no pierdan la noción de colectividad más allá de un postureo estético o del intercambio de avatares.

Lógicamente, esta realidad afecta a las políticas pedagógicas y a este respecto nos detendremos en algunas cuestiones tales como la señalada potencia de la tecnología como modo de exclusión y la paradoja de que, por una parte, los que acceden corren el riesgo de una suerte de imperialismo tecnocrático y quienes no, se ven condenados al ostracismo de una nueva marginalidad. También se pretende abordar el riesgo de un reduccionismo didáctico enfocado únicamente al manejo de destrezas tecnológicas. Se cuestiona si realmente este pretendido *homo ludens* se adecua a un proyecto de mundo comunitario o bien este sirve más bien a la conformación de conciencias aletargadas y ajenas a la realidad. Se cuestiona si realmente una generación formada únicamente bajo el imperativo de la gamificación y virtualización se adecua a un proyecto para la vida. Finalmente, se interroga acerca de si no estaremos creando un proyecto educativo para una vida entendida como espectáculo que nos puede llevar al mundo de las fenomenologías, es decir de la visualización del ser como ilusión estética, y meramente centrado en la apariencia, que sirve subjetividades de interpretación del mundo. En un tiempo de posverdad, la ilusión de verdad se presenta como imagen. La imagen está priorizándose, como nunca, sobre el contenido, la apariencia sobre la sustancia, el espectáculo sobre la realidad, lo lúdico frente al ocio. Sobre estas coordenadas debe enarbolarse un sujeto comprometido, que cada vez tiene más difícil distinguir lo real de lo verdadero.

Se trata, en suma, de recordar la necesaria traslación del satélite de la educación para un mundo virtual y colocarla en el centro de un proyecto educativo transformador. Ese proyecto tampoco puede olvidarse de los problemas, preocupaciones y compromisos en el mundo real.

PALABRAS CLAVES

Tecnocracia, exclusión, comunidad, gamificación, virtualidad

POR UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS (AUTO)FORMATIVAS

Coordenadora: Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

A proposta de realização deste painel atrela-se ao projeto de investigação interinstitucional intitulado “A educação de Mulheres no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX”, que tem como propósito oferecer possibilidades teóricas a serem trilhadas na investigação da realidade brasileira, levando em consideração a sua construção heterogênea, pautada de grande diversidade de condições e oportunidades. Estudando a trajetória de mulheres, objetivamos entender a sua composição e, para além das suas instâncias formativas, entender as disparidades entre o que se viabiliza, em relação às oportunidades, para homens e mulheres no século XX, atentando para suas classes sociais, poderes econômicos e aquisitivos e, acima de tudo, para como as relações de gênero se impõem neste recorte temporal. Neste sentido o estudo da educação feminina nos permite entender os principais impasses postos às mulheres em detrimento de sua condição biológica. E neste painel o que nos une é o pressuposto de que os estudos biográficos podem ser aliados à história das mulheres em função de uma história da educação. Ter a biografia como escrita da história não somente corrobora com a virada epistemológica em direção aos sujeitos, como ratifica a importância dos estudos e pesquisas que contemplam as táticas e estratégias por eles/elas ativadas. Nesse sentido, ao invés de tecermos uma história vista de cima, o que nos propomos é, como sugeriu o historiador inglês Jim Sharpe, uma “história vista de baixo” em que o olhar esteja menos nas regras e mais nos mecanismos de aplicação delas, a partir dos quais podemos entender as experiências, as escolhas, os processos formativos, para além das condições sócio-econômica-culturais limitantes ou potencializadoras de cada sujeito histórico. Nesse sentido o que apresentamos como proposta é um conjunto de cinco pesquisas biográficas que tem por objetivo desvelar distintos perfis de mulheres e seus respectivos processos formativos que têm na cidadania um elemento fundamental de formação de si e do outro. Ao estudarmos as trajetórias formativas e profissionais de uma líder das ligas camponesas no nordeste do Brasil, a professora primária Maria Celeste Vidal; das professoras de ensino superior, a militante negra Rosa Maria Barros Ribeiro e da membro da classe media fluminense Lia Ciomar Macedo de Faria (autobiografia), bem como da musicista Margarida Schivasappa que impactou significativamente no ensino da música clássica no norte do Brasil, foi possível perceber como é plural a história das mulheres e como as especificidades permitem captar “consciências de gênero” que revelam inúmeras possibilidades de escrita, estas impregnadas de escolhas, de experiências, como também de resistências, mas sempre permeadas de possibilidades de novas análises comprometidas com as novas páginas da história da educação brasileira. Por fim, o que se espera com este painel é evidenciar circunstâncias de formação, bem como criar condições de discussão acerca da mulher e dos espaços por elas conquistados.

ENTRE EDUCAR E MILITAR: O CASO DA PROFESSORA MARIA CELESTE VIDAL

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Federal de Pernambuco

Alberto Inácio da Silva

Université Paris IV-Sorbonne

Estudo da trajetória formativa de Maria Celeste Vidal (1928-2002) conhecida na história pernambucana como uma das principais líderes das ligas camponesas no Brasil. Professora primária, poetiza, cordelista e presa política durante o regime civil militar por ter liderado a tomada de terras no município de Santo Antão (estado de Pernambuco), junto com João Alfredo, João Zeferino, João Virginio, Ventania dentre outros militantes da causa da distribuição de terras aos menos afortunados, Maria Celeste representa um coletivo de mulheres que, por suas questões ideológicas e defesa da cidadania, foi presa, torturada e vilipendiada em seus direitos de mulher, mãe e cidadã no período de 1964 a 1969. Isto exposto, o objetivo da pesquisa foi desvelar seu processo formativo e sua atuação profissional e militante. Para tanto a sua trajetória de vida foi tomada como objeto de estudo, e, por meio do método de investigação histórica foram tomadas como fontes: cartas trocadas com parentes, amigos e a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, artigos de jornais, Documentos da Comissão da Verdade, memórias, seus 3 livros (Bandeira a meio pau, Metade sol metade sombra e Literatura de Cordel) dentre outros documentos que revelem caminhos, estudos, trajetórias formativas e problemas do ser mulher e militante durante o regime político civil militar no Brasil. Ancorada em George Duby (1988) para quem o estudo do individual só interessa quando revela o coletivo e em Michele Perrot (1995) para quem a “história das mulheres se inscreve em uma genealogia das representações e da linguagem” que revela símbolos e uma longa duração de sistemas de valores masculinos, a investigação encontrou elementos formativos do período histórico que consorciavam habitus professoral, militância política, tradição política partidária, poder econômico, redes de relacionamentos, para além da força de vontade e enfrentamentos em uma sociedade androcêntrica. Neste sentido, as documentações sobre Celeste Vidal nos revelam que, em relação às denúncias de traição a pátria, pouco era preciso para delatar, encarcerar e torturar uma mulher neste período, valorizando-se profundamente a palavra do gênero masculino, da classe abastada que, durante o Regime Civil Militar, exercia influências e fora decisiva na sociedade. Também revela a condição do ser mulher e militante que tinha apenas na formação escolar e na autoformação militante elementos de luta em prol de igualdade de condições. Assim sendo este estudo expõe, a partir do caso da professora e presa política Maria Celeste Vidal, as experiências individuais e coletivas dentro de um regime autoritário, atentando para o papel assumido pelas mulheres neste contexto, uma vez que, apesar de não lhes serem conferidas oportunidades de igualdade perante a organização social, recebiam o mesmo tratamento que os homens nas instâncias carcerárias e judiciais. Há que se ressaltar que quando evidenciamos esse tipo de história determinada por variáveis distintas, conseguimos demonstrar como a história de Pernambuco e do Brasil não pode ser tecida sem as páginas dedicadas às mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Maria Celeste Vidal, Pernambuco, Mulher

FORMAÇÃO EDUCATIVA DE ROSA MARIA BARROS RIBEIRO: CIDADANIA COM CONSCIÊNCIA ÉTICA RACIAL

Lia Machado Fiuza Fialho

Universidade Estadual do Ceará

José María Hernández Díaz

Universidad de Salamanca

A pesquisa trata da biografia de Rosa Maria Barros Ribeiro, uma mulher educadora negra, que vivenciou sua formação escolar no contexto da Ditadura Militar e se inspirou na superação da repressão e do preconceito para fomentar uma educação crítica voltada para a cidadania e justiça social. O objetivo foi compreender como uma jovem negra e interiorana, de classe econômica baixa, conseguiu galgar escolarização para tornar-se professora universitária e militante feminista negra respeitada na Universidade Estadual do Ceará. Desenvolveu-se um estudo do tipo biográfico, pautado nos pressupostos teóricos da história cultural e amparado metodologicamente na história oral na interface com outras fontes – documentais, imagéticas, legais. As entrevistas em história oral realizadas com Rosa Ribeiro foram gravadas, transcritas, textualizadas e validadas pela biografada, em seguida, analisadas no entrecruzamento com os documentos pessoais e escolares, as fotografias e a legislação educacional. Rosa nasceu em 1964, iniciou sua escolarização aos 7 anos em instituição pública denominada Patronato Santa Maria, na cidade de Caucaia-CE. Aos 12 anos de idade não possuía mais acesso à educação porque a rede pública da sua cidade não oferecia a 5ª série, e, para contornar tal problemática, seu pai começou a trabalhar na cantina de uma escola privada, denominada Luzardo Viana, vendendo lanches, para conseguir custear o prosseguimento dos seus estudos. Rosa foi convidada para atuar como professora após concluir o segundo grau mesmo ante o preconceito dos mais abastados, tendo, assim, sua primeira experiência docente. Lecionava as disciplinas de Religião, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Moral e Cívica, no entanto, já envolvida com a Pastoral de Juventude, Rosa burlava as orientações do currículo e, com suporte teórico na Teologia da Libertação (Löwy, 2000), superava o ensino tradicional descontextualizado, exercendo uma prática baseada na ética e espiritualidade da vida, problematizando os valores da pura produtividade, fomentando resistência no interior do sistema de ensino (Sofiat, 2013). A tônica de sua docência não era o patriotismo ou o disciplinamento dos corpos, mas a discussão das questões sociais, econômicas e políticas para o empoderamento juvenil, propulsor do combate às desigualdades de maneira cidadã, ou seja, no exercício consciente dos direitos e deveres na perspectiva da justiça social. Rompeu com a Pastoral da Juventude logo após concluir o curso de Teologia, quando percebeu atuação meramente assistencialista da Igreja Católica, cursou Filosofia e se envolveu no *Movimento Negro*. Também concluiu mestrado e doutorado na Universidade Federal do Ceará, tempo que conciliou com atividades de docência em universidades públicas na condição de professora substituta. Apenas em 2003, a docente foi aprovada no concurso para professora efetiva da Universidade Estadual do Ceará onde constituiu reconhecida história de militância feminina negra. A biografia de Rosa Ribeiro permite compreender os mecanismos de fuga e resistência de uma mulher negra e pobre para galgar educação de qualidade em contexto sócio-histórico preconceituoso e excludente que perpassa a vida de toda uma coletividade negra.

PALAVRAS-CHAVE

Rosa Maria Ribeiro, Educadora, Ceará, Feminismo

HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A EXPRESSÃO FEMININA DA ESCOLA (1960–1980)

Lia Ciomar Macedo de Faria

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Em tempos de recrudescimento do pensamento autoritário e de práticas que remontam à censura, torna-se premente reacender a memória da recente história do Brasil e dos aprendizados que nos deixou por legado. Nesse sentido, trabalhar na recuperação da memória política e coletiva, contando também com a contribuição das memórias individuais e privadas do universo feminino, é proporcionar a produção de conhecimentos ao serviço da (re)construção de uma permanente reflexão social e educacional no Brasil. Apresento neste artigo, portanto, uma discussão do lugar do feminino no magistério a partir da minha trajetória no professorado fluminense (Lia Ciomar Macedo de Faria). Aos dezessete anos, oriunda de típica família classe média, moradora de Copacabana, da zona sul do Rio de Janeiro, munida de diploma, anel de grau e muitos sonhos, entrava em sala de aula bem longe de casa, descobrindo, naquele momento, realidades sociais totalmente diferentes das que eu conhecia até então. A escola Cruzada São Sebastião do antigo estado da Guanabara se situava dentro da favela de Parada de Lucas na Avenida Brasil. Do meu espanto inicial brotaram muitas questões, algumas analisadas durante minha trajetória ao longo de 50 anos de magistério. Outras tantas foram surgindo durante esse processo. Assim, refaço o meu inventário/estudo *gramsciano* como mulher, mãe, avó, educadora, percebendo como estas faces estão entrelaçadas em minha vida familiar. Casada com um professor de matemática, por 44 anos, mãe de 3 filhos, avó de seis netos, professora de incontáveis alunos, com um caminho de estudo e trabalho, ocupando cargos de gestão na área educacional discuto e busco identificar indícios que ajudam a entender como se constrói a mulher-professora fluminense. Destaco assim, que a formação das jovens professoras das séries iniciais, para o antigo curso primário, se revela determinante para uma melhor compreensão de possíveis marcas conservadoras que ainda demarcam a educação do Brasil Republicano, em pleno século XXI. Optamos pela pesquisa bibliográfica, utilizando depoimentos biográficos como recurso metodológico. Assinalamos ainda que no movimento das contradições presentes no cotidiano das nossas Escolas, a questão feminina se revela determinante para a superação do conservadorismo que ainda define a educação no Brasil. O histórico da condição feminina através dos séculos denota toda uma luta pelo direito à esfera pública, principalmente pelo trabalho. O que assinala que o “aprisionamento” feminino nada tem a ver com caracteres biológicos, mas sim com múltiplas determinações políticas, sociais e econômicas de cada sociedade, em dado momento histórico. E tal “aprisionamento” será uma das dificuldades da mulher-professora em se constituir como profissional consciente, atuando para a melhoria de nossa Escola. Nas últimas décadas observamos um movimento de rebeldia que originará lideranças femininas, levando à libertação das mulheres, e também a transformações profundas em nossa Escola e na sociedade como um todo. A presença da mulher na história oficial brasileira, como mucama, sinhá-moça, escrava ou professorinha, vem apontando possibilidades de mudança no horizonte de construção de uma nova mulher, sujeito de sua própria história, profissional competente e militante política.

PALAVRAS-CHAVE

História, Memória, Fluminense, Lia Ciomar de Faria

POMBAL EDUCADOR

Coordenador: Luiz Eduardo Oliveira

Este painel vincula-se a um projeto de investigação e preparação da obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados. O projeto busca fazer o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada e preparar uma edição criticamente anotada e atualizada, promovendo assim uma renovação dos estudos pombalinos por meio de uma abordagem interdisciplinar, para além das visões parciais motivadas pelas paixões polêmicas que ora desvalorizaram, ora supervalorizaram o significado de sua ação. Receberemos trabalhos relacionados aos escritos pombalinos relativos à instrução pública, de modo geral, e ao ensino de Humanidades de modo particular, responsáveis pelo que se convencionou chamar, na historiografia educacional, de reformas pombalinas, bem como à sua repercussão no Brasil.

O objetivo geral deste painel é estabelecer um cânone dos escritos pombalinos relativos à instrução pública, de modo geral, e ao ensino de Humanidades de modo particular, verificado o modo como se desenvolveu, como política de Estado, um complexo jogo discursivo que incluía os jesuítas, a Inglaterra e a manutenção das colônias, algo que se repercutiu, como tentaremos mostrar, na legislação que regulamentava as Aulas e instituições então criadas. Apoiados no suporte teórico da história cultural e dos estudos culturais, valer-nos-emos da historiografia sobre o período, de manuscritos e demais fontes documentais, legislativas, literárias e epistolares, assim como dos livros e periódicos publicados no período.

Foi durante o governo pombalino que se institucionalizou o ensino de Humanidades em Portugal, bem como a instrução comercial e militar. Podemos dizer, assim, que a governação pombalina foi um divisor de águas na história da educação de Portugal e seus domínios, uma vez que, pela primeira vez, não só reformou o ensino das línguas clássicas e institucionalizou o ensino da língua materna, com a regulamentação das escolas menores, mas também o das línguas estrangeiras modernas, isto é, a então camadas “línguas vivas” (francês e inglês), que passaram a constar dos planos de estudo dos cursos recém-criados de instrução comercial e militar. Contudo, ao contrário do que certa historiografia educacional faz acreditar, não havia, propriamente, uma política pombalina de instrução pública, embora a conjuntura histórica e os problemas de ordem prática que o ministro de D. José teve que enfrentar forçaram-no a tomar medidas legislativas que, do ponto de vista educacional, iriam modificar fundamentalmente a estrutura estabelecida pela tradição jesuítica, o que fez com que Portugal, em muitos casos, tomasse a dianteira dos outros países da Europa nessa matéria.

O MARQUÊS DE POMBAL E OS INGLESES: DIPLOMACIA, LITERATURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO POMBALINO

Luiz Eduardo Oliveira

Universidade Federal de Sergipe

Os principais intelectuais portugueses que trataram da questão das relações político-econômicas e culturais entre Portugal e Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, assumiram uma posição ambígua entre a anglofobia e a anglofilia, pois, mesmo cientes da posição de atraso e desvantagem de Portugal com relação à sua aliada, reconhecem e até se subordinam à Inglaterra como potência econômica e imperial, numa espécie de admiração ao mesmo tempo extática e temerosa. Essa ambígua relação de amor e ódio não se restringiu aos aspectos político-econômicos da aliança, mas abrange também uma noção estereotipada de cultura e literatura inglesa, ou de “inglesidade”, algo que envolvia o gênio e as características físicas dos ingleses. A anglofobia atingiu sua mais perfeita expressão nos escritos do Marquês de Pombal, pois pela primeira vez o caráter malévolo da aliança foi atribuído ao “gênio” e ao “caráter” dos ingleses, posição que, nessa época, envolvia também uma dimensão étnica e linguística. O objetivo desta comunicação é verificar o modo como se desenvolveu, como política de Estado, o jogo discursivo entre a anglofilia e anglofobia de Sebastião José de Carvalho e Melo, algo que se repercutiu na legislação que regulamentava as Aulas e as Companhias de Comércio então criadas, bem como nos tentados incrementos à instrução pública.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Marquês de Pombal, Inglaterra, Instrução Pública

REPRESENTAÇÕES POMBALINAS NAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS

Elaine Maria Santos

Universidade Federal de Sergipe

O objetivo desta comunicação é promover uma discussão sobre algumas das representações verificadas nos textos publicados em teses, dissertações, periódicos e livros brasileiros sobre o Marquês de Pombal, com ênfase nas publicações que se dedicam às reformas pombalinas da Instrução Pública, a partir dos dados coletados no projeto de Iniciação Científica desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, no período de 2019-2020. Além de mapear as regiões e universidades com mais trabalhos publicados, as maiores recorrências temáticas foram identificadas, sendo também possível tecer alguns comentários sobre o uso das fontes primárias e secundárias nos trabalhos desenvolvidos. Assim, é perceptível a predominância de uma reprodução de falas e representações baseadas, em muitos casos, em releituras de autores que analisaram as peças legislativas, em detrimento de pesquisas baseadas em fontes primárias.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Marquês de Pombal, Representações, Instrução Pública

O ANTAGONISTA POMBAL E O DISCURSO DE DEFESA DA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO

Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes

Universidade Federal de Sergipe

Esta comunicação pretende fazer uma avaliação crítica da produção literária realizada por vários dos intérpretes da política desenvolvimentista e reformista do Marquês de Pombal, em representações que ora o retratam como estadista defensor da modernidade e dos ideais iluministas, ora como desprezível ministro que implodiu o sistema de ensino português. O propósito é compreender as finalidades de seu projeto de poder que fundamentaram a supremacia do seu discurso e influência nos rumos de Portugal e suas colônias, seja representando uma oposição contra o protagonismo jesuítico vigente e a construção de uma nova identidade nacional gestada sob a luz da ciência e da razão, seja simbolizando um período obscurantista de perseguição a quem não coadunasse com sua política.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Marquês de Pombal, Políticas Públicas, Reformas Pombalinas

DIFUSIÓN Y CONSECUENCIAS DE LA POLÍTICA ANTIJESUITA POMBALINA EN LA MONARQUÍA HISPÁNICA (1758–1762)

Mar García Arenas

CHAM - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

El proceso de expulsión de los jesuitas portugueses fue seguido con una gran expectación en la monarquía hispánica en las postrimerías del reinado de Fernando VI y en los inicios de Carlos III. A través de la correspondencia de los embajadores portugueses destinados en Madrid y Roma analizaremos la influencia que tuvo en Madrid la política y la campaña propagandística antijesuita propiciada por el futuro marqués de Pombal desde una doble perspectiva. Por un lado, examinamos su influjo a nivel gubernamental; por otro, mostramos la reacción de los jesuitas españoles y sus partidarios ante los ataques del Secretario portugués.

PALABRAS CLAVE

Antijesuitismo, diplomacia, propaganda, marqués de Pombal

REPRESENTACIONES DE LA “NORMALIDAD” Y LA “ALTERIDAD” EN TEXTOS ESCOLARES DE BRASIL, ARGENTINA, MÉXICO, PORTUGAL, ITALIA Y ESPAÑA, ENTRE FINALES DEL SIGLO XIX Y LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX

Coordinadoras: Gabriela Ossenbach y Ana María Badanelli

Los manuales escolares han sido a lo largo de la historia un importante vehículo para fijar en las mentalidades colectivas la idea de homogeneidad que subyace a toda construcción de la nación. Igualmente, han sido instrumentos para la formación del ciudadano, transmitiendo, de manera expresa o velada, representaciones y cánones para orientar las pautas de conducta a las que deben atenerse las jóvenes generaciones.

El cumplimiento de tales objetivos ha supuesto, por un lado, la construcción de configuraciones identitarias (políticas, étnicas, lingüísticas, religiosas, de género, etc.), así como la definición de una idea de “normalidad” capaz de orientar y alentar modelos de ciudadanía. Por otro lado, también ha dado lugar a la construcción de las “anormalidades”, es decir, de las formas no convencionales de entender y de vivir los roles y las identidades antes mencionadas. Los textos escolares, en definitiva, han contribuido a crear toda clase de estereotipos que han tenido fuerte arraigo en las representaciones sociales del mundo contemporáneo.

Este panel pretende analizar la forma en que se representaron en los textos y materiales escolares los procesos de identificación-diferenciación de las sociedades nacionales, abordando tanto el tratamiento de la heterogeneidad “interna” (el “otro” interno) como las representaciones de otros pueblos (el “otro” externo). Se trata de contraponer los conceptos de identidad y alteridad, entendiendo a esta última como la definición de la diferencia (establecer una identidad es establecer una diferencia). Las ponencias incluidas en este panel abordan diversas formas de construcción de la alteridad en textos escolares de seis países (Brasil, Argentina, México, Portugal, Italia y España) entre finales del siglo XIX y la primera mitad del siglo XX, con la intención no solo de establecer algunos parámetros comparativos, sino también de profundizar en la conceptualización del binomio alteridad/normalidad y en algunas cuestiones teóricas y metodológicas que afectan a la investigación sobre los manuales escolares

Finalmente, el tema elegido para el panel aspira también a contribuir, a través de la reconstrucción de los procesos que configuraron las identidades colectivas en diferentes lugares, aportar conocimientos e instrumentos para la reflexión actual (educativa, cultural, social y política) acerca de los modelos de organización social, los sentimientos de lealtad y pertenencia, o el reconocimiento o negación de la complejidad y de la pluralidad cultural e identitaria. Desde el último cuarto del siglo XX se ha puesto de relieve la fuerza que han ido adquiriendo las identidades múltiples, originando un conflicto debido a las insuficientes y limitadas oportunidades de “las políticas de la identidad” aplicadas históricamente en los Estados nacionales, que han estado orientadas, en su mayor parte, hacia la uniformización en los patrones propios de la etnia o de la cultura dominante. Desde este tipo de investigaciones históricas creemos que es posible contribuir a la organización de la convivencia basada en un concepto fuerte de ciudadanía enraizado en el respeto mutuo de la diversidad colectiva e individual.

JECA TATU E AS REPRESENTAÇÕES DA ALTERIDADE EM MANUAIS ESCOLARES BRASILEIROS

Heloísa Helena Pimenta Rocha

UNICAMP/CNPq (Brasil)

Entre os anos de 1914 e 1918, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma série de artigos do escritor Monteiro Lobato, reunidos posteriormente em obras literárias que se tornaram bastante conhecidas: *Urupês*; *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. Nesses textos, Lobato deu vida a um personagem que se tornou emblemático nas discussões sobre as condições sanitárias do País, em suas correlações com a pobreza, o atraso, o Jeca Tatu. Representação do homem do campo, em sua alteridade, imerso em práticas arcaicas de trabalho com a terra, o personagem, identificado a um “funesto parasita da terra”, fez sua primeira aparição no artigo “Velha Praga” (1914), denúncia do uso das práticas de queimada na agricultura. Em *Urupês* (1918), o personagem figura como descendente de uma raça que “existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”.

O período é marcado pelo desenvolvimento de um amplo movimento em prol do saneamento do Brasil, de forte teor nacionalista, desencadeado, dentre outros fatores, pela publicação, entre 1916 e 1917, do relatório das expedições comandadas pelos sanitaristas Arthur Neiva e Belisario Penna aos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Registro das condições de vida e saúde das populações rurais, observadas nos mais de sete mil quilômetros percorridos pelos cientistas, o relatório, ao mesmo tempo em que escancarava o quadro de doenças e miséria das populações rurais, clamava pela ação dos poderes públicos, com base na tese de que a redenção econômica, social e moral da nação dependia das condições de saúde.

Nesse cenário, o personagem de Lobato é emblemático dos vários matizes assumidos pela discussão sobre o lugar do trabalhador nacional na constituição do povo brasileiro, em suas articulações com a indagação sobre as possibilidades de inserção do Brasil no “concerto das nações civilizadas”. A inflexão do pensamento de Lobato e a sua adesão à causa do saneamento ganham expressão na publicação de “Jeca Tatu: a ressurreição” (1918). Um novo Jeca emerge na narrativa de Lobato, curado da ancilostomíase, liberto da preguiça, valente, saudável, vigoroso, forte e trabalhador, graças ao milagre operado por “Nhá Ciência”. Mais forte que os imigrantes estrangeiros, o personagem se converte em próspero fazendeiro e sonha com a carreira política.

Jeca Tatu, representação do homem do campo, esse outro estereotipado, em sua alteridade em relação à imagem de progresso que se procurava imprimir à sociedade brasileira, não ficaria confinado às páginas da literatura, mas povoaria os manuais escolares destinados às escolas primárias. Mal vestido, descalço, magro e triste, vivendo em precárias condições, Jeca marca sua presença em lições ilustradas de obras produzidas com o intento de ensinar às crianças noções de higiene e promover a formação de hábitos saudáveis. Nesta comunicação, busca-se examinar as representações das populações rurais presentes em manuais escolares, por meio da interrogação sobre as figurações do personagem Jeca Tatu, postas em circulação nesses manuais.

PALAVRAS-CHAVE

Jeca Tatu, Monteiro Lobato, Manuais

LA IMAGEN DEL MUNDO ÁRABE EN LOS TEXTOS ESCOLARES ESPAÑOLES DE ENSEÑANZA PRIMARIA, 1870–1930

Ana María Badanelli

Centro de Investigación MANES, UNED (España)

Gabriela Ossenbach

Centro de Investigación MANES, UNED (España)

El objetivo de este trabajo es analizar la visión que los textos escolares españoles ofrecieron del mundo árabe en un periodo fundamental para la conformación de la identidad española, aproximadamente entre 1870 y 1930. En esta etapa no solo se pusieron de manifiesto las debilidades de la integración política y cultural de la nación española tras la invasión napoleónica y el movimiento emancipador americano, sino que también la pérdida de las últimas posesiones ultramarinas (Cuba, Puerto Rico y Filipinas) provocaron el surgimiento de un nacionalismo pesimista y la aparición de un verdadero ímpetu nacionalizador de las masas. Se trata de un periodo en el que las señas de identidad de la nacionalidad española se fijaron de manera muy penetrante en la mentalidad colectiva, con hondas repercusiones hasta la actualidad, ya que muchos de sus componentes se exacerbaron durante la dictadura franquista.

En el último cuarto del siglo XIX el historiador Marcelino Menéndez Pelayo teorizó la idea de la esencia católica de la nacionalidad española, a la que se adhirió el pensamiento más conservador, pero que tuvo también un considerable arraigo entre otros intelectuales de diverso signo. Según los postulados de Menéndez Pelayo, España había nacido de la conversión al catolicismo del rey visigodo Recaredo, y el ideal cristiano se había desarrollado a lo largo de la Reconquista, llegando a su plenitud con los Reyes Católicos y la Casa de Austria, que lograron la unidad nacional y la evangelización de América.

En los manuales escolares de todo el periodo se representó a la Reconquista y al reinado de los Reyes Católicos, junto a la Guerra de la Independencia frente a la invasión napoleónica, como un hecho histórico “fundacional” de la nación. De esta manera se identificó sobre todo a los árabes y a los franceses como “el otro” frente al cual se afirmaba la propia identidad, vinculándose de manera insistente el patriotismo a escenas bélicas y militares. No obstante, frente a la valoración peyorativa de árabes y franceses, el indio americano se mostró más bien como un elemento exótico o en minoría de edad, objeto de evangelización o sumisión.

Nuestro estudio pretende contribuir a la comprensión de las raíces de una siempre tensa y compleja visión de los árabes en España. Para ello, en esta ponencia se analiza la representación de los árabes en una selección de libros para la enseñanza primaria que fueron utilizados ampliamente en las escuelas en el periodo 1870-1930. Se eligieron libros en los que aparecieran abundantes evidencias de contenidos nacionalistas, aunque se evitó circunscribirse solo a libros de historia, que son los más estudiados en relación con la creación de imaginarios nacionales. El conjunto de obras seleccionadas incluye libros de lectura, lecciones de cosas, formación moral, historia, geografía y religión, así como algunos libros escritos en otras lenguas peninsulares que empezaron a aparecer en aquella época. Además, se eligieron libros en los que los textos fueran acompañados de abundantes ilustraciones, con el fin de analizar no solo el discurso de los textos, sino también las representaciones icónicas del mundo árabe.

PALABRAS CLAVE

Enseñanza Primaria, Mundo Árabe, Manuais

LA FORMACIÓN DE LA «ITALIANIDAD» EN ITALIA Y EN ARGENTINA A FINES DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL XX

Paolo Bianchini

Universidad de Turín (Italia)

Paula Serrao

Universidad de Turín (Italia)

Entre los siglos XIX y XX, los manuales italianos de Geografía se esforzaron por trazar una línea divisoria entre un “nosotros” italiano y una otredad, no siempre bien definida, a través de elementos distintivos como la “raza”, la lengua o la religión. Si bien la identidad nacional italiana tendió a ser representada como una característica natural y permanente de la población de la península, el fuerte fenómeno migratorio de fines del siglo XIX estimuló los temores de varios políticos, religiosos e intelectuales, alarmados por la posibilidad de que los italianos emigrantes olvidaran en el extranjero su identidad nacional, convirtiéndose en “otros”. En un contexto histórico fuertemente marcado por la competencia entre los Estados por recursos, mercados y territorios, fueron ideadas distintas estrategias educativas tendientes a reforzar la “italianidad” de los emigrantes, las cuales serán abordadas en el presente trabajo.

Luego de haber analizado las distintas definiciones del concepto de nación ofrecidas por los manuales de Geografía y los criterios empleados por tales textos para distinguir el “nosotros” y del “ellos”, la segunda parte del trabajo se detiene en una serie de testimonios que reflejan las preocupaciones de algunos contemporáneos por la eventual desnacionalización de los italianos en Sudamérica, y especialmente en Argentina, que permiten identificar cuáles eran los elementos considerados constitutivos de la nacionalidad italiana. Por último, a través de distintas fuentes legislativas, hemerográficas y educativas en general, entre las que se incluyen los textos escolares, se analizará el rol asignado a la “educazione italiana” como instrumento para conservar la “italianidad” de la población emigrada, señalando la posible emergencia, en el caso argentino, de propuestas escolares de cierta originalidad, no siempre iguales a las delineadas por el Estado italiano. La representación de la nación italiana presente en algunas escuelas fundadas por las asociaciones italianas de ayuda mutua de Buenos Aires incluía, por ejemplo, un importante componente republicano ausente en las escuelas del “Regno”.

PALABRAS CLAVE

Italianidad, Geografía, Nación, Argentina

AS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL NOS MANUAIS ESCOLARES PORTUGUESES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO DE REGIME POLÍTICO (BRASIL, 1889–PORTUGAL, 1910)

Elza Alves Dantas

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI (Brasil)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP (Portugal)

Temos como objetivo perceber como se constrói e se insere a História do Brasil nos manuais escolares portugueses e como essas representações do Brasil atravessam os períodos de transição do regime político nos dois países. No Brasil este recorte temporal se processa no ano de 1889 e em Portugal no ano de 1910. O propósito é analisar os manuais escolares portugueses dentro do recorte temporal da transição do regime monárquico para o republicano, em busca de compreender quais são as representações encontradas acerca da História do Brasil; discutir os aspetos conceituais e estruturais dessa História; identificar as propostas pedagógicas e ideológicas nos manuais escolares e de que forma os discursos se relacionam com a construção do regime republicano em Portugal e Brasil.

Estabeleceu-se como critério ordenador do processo de seleção das fontes a obra ser de fato um manual escolar, ou seja, que tenha sido produzido e ou adequado com a finalidade de ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem; ter sido considerado apto ou aprovado pelo governo para ser utilizado no ensino; bem como apresentar os conteúdos necessários para o trabalho de análise.

O corpo documental desta investigação é constituído por manuais escolares da disciplina de História utilizados no ensino secundário em Portugal nas décadas finais do século XIX e início do século XX. A pesquisa documental foi realizada nos catálogos da Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional de Portugal em Lisboa.

Através da metodologia da análise de conteúdo, como elucida Laurence Bardin, perceber: quais outras realidades podemos encontrar nesses manuais escolares? Quais são as representações de Brasil? As representações de Brasil se modificam com as mudanças de regime político? Como se processa a ideia de uma identidade luso-brasileira? Quais as identidades e alteridades contruídas em torno da língua portuguesa? Como as divisões eurocêntricas da História dialogam com as transformações políticas das últimas décadas do século XIX e XX no Brasil e na América?

PALAVRAS-CHAVE.

Brasil, Manuais, Portugal

AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA

Coordinador: Ana Diamant

Este GTP se propone revisar cómo el siglo XX, el que mostró el mayor despliegue de la educación moderna en la historia de la humanidad y la ampliación de los sistemas escolares que buscaron albergar a la mayor cantidad de población posible para garantizarles su derecho a la educación, y generar formas de emancipación, estuvo jalonado por una cantidad de experiencias autoritarias, que buscaron acallar las promesas emancipadoras y ordenar las prácticas educativas para el control social. En el espacio iberoamericano, estas propuestas tomaron mayormente la forma de dictaduras militarizadas de distinta duración que se presentan muy relacionadas entre sí en distintas formas.

El intento de relevar, consolidar archivos e interpretarlos, sobre guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios, más allá de la amplitud temática, no presupone abordar un objeto definido y preciso de conocimiento, impone, sobre todo, considerar, para cada una de estas – y otras categorías – diferencias, matices, discontinuidades y reapariciones, fisuras y amalgamas, formas emergentes y residuales, claves contextuales y emergentes y luego los modos manifiestos, excluidos y ocultos de presentarse en la escuela y de impactar sobre docentes, estudiantes y familias.

La discusión incorpora por lo menos cinco ejes analíticos

- El abordaje conceptual de los temas
- Los modos a apropiación y procesamiento de la información
- Las perspectivas historiográficas y de memoria
- La transposición de los contenidos desde el campo del saber al de la enseñanza.
- La perspectiva genealógica que supone considerar cómo los movimientos epocales condicionan las prácticas discursivas, las operaciones de subjetivación y las construcciones identitarias.

Realizar un relevamiento de las investigaciones en curso y de los investigadores participantes, considerando especialmente temáticas afines, propuestas metodológicas, territorialidades y temporalidades.

Generar un fondo común de producciones de los integrantes del GTP y de otros equipos, en diversos formatos y lenguas.

Discutir alcances de diversas propuestas metodológicas para abordar temas vinculados con historia reciente y distante.

Revisar categorías analíticas ya utilizadas en anteriores producciones e incorporar nuevas que permitan analizar situaciones vivenciales y transmitidas en relación con lo traumático, lo dramático, las reelaboraciones personales atravesadas por los tiempos históricos y subjetivos, los efectos de las consideraciones sobre éxitos y derrotas, las oportunidades reparatorias, los modos discursivos desde la épica o la nostalgia.

Identificar marcas materiales y simbólicas presentes y sus reinterpretaciones, más allá del paso del tiempo, dejadas por guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios.

Relevar los modos en que esas marcas son resignificadas por sucesivas generaciones.

Conformar un corpus de conocimiento en torno a las marcas de las diferentes formas de autoritarismos – explícitas y encubiertas – que a su vez pueda ser considerado propósito de la enseñanza en los diversos niveles de los sistemas educativos y fuera de ellos.

Determinar categorías que permitan consolidar y tematizar archivos específicos con fondos en diversos formatos y sus formas de disponibilidad presencial y remota.

TRANSICIONES DEL IMPERIALISMO AL AUTORITARISMO EN LA EDUCACIÓN RURAL DOMINICANA, 1918–1946

Juan B. Alfonseca Giner de los Ríos

Instituto Superior de Ciencias de la Educación del Estado de México. México

Como proyecto cultural, la educación rural nace en la República Dominicana como resultado de la Ocupación militar norteamericana de 1916-1924, que establece la Escuela Rudimentaria Rural en 1918 como la institución capaz de brindar al campesinado dominicano los conocimientos necesarios para el ejercicio del auto-gobierno y para aprender a ser un productor eficiente.

Dotada de un pequeño huerto de demostración productiva, la Escuela Rudimentaria replicó las iniciativas educativas para el mundo rural que ensayaron los Estados Unidos en su expansión imperial por la Antillas, que también propusieron la construcción de un modelo cultural de corte productivista y utilitarista en Puerto Rico, Cuba y Haití.

En el caso dominicano, ese modelo cultural fue retomado en plenitud en 1930 por el dictador Rafael L. Trujillo, quien acentuó el perfil pedagógico heredado de la Ocupación valiéndose de mecanismos de encuadramiento autoritario.

La ponencia persigue discutir los orígenes imperiales del modelo escolar que el trujillismo vendió como una creación iluminada del propio dictador, examinando las herencias y las políticas de enseñanza agrícola a que dio paso en el país en el lapso 1930-1946, esto es entre la gran campaña de escolarización rural iniciada con el lanzamiento de las escuelas “Presidente Trujillo” en 1933 y el decreto de promulgación de la Ley Orgánica de Enseñanza Agrícola de 1946. En el interín, el régimen convirtió a la escuela rudimentaria rural en una suerte de aparato corporativo adecuado a las necesidades de legitimación de sus imaginarios civilizatorios y a los requisitos tangibles de control e inteligencia política del Estado e insertándola como agente corresponsal del aparato formal del trujillismo en las localidades (Partido Dominicano, Ejército Nacional e Iglesia).

Interesa también valorar en esta historia de transición, continuidad y ruptura entre el modelo educacional implantado por el imperialismo y el desplegado por el autoritarismo, la naturaleza de la difusión de la política imperial en el marco antillano, que se valió generalmente de alianzas locales que, gracias a su articulación coyuntural con el nuevo orden de dominación, tendieron a desplazar de modo permanente otros posicionamientos locales en relación con la escuela.

PALABRAS CLAVE

Educación rural, República Dominicana, Modelo Escolar

LA VICTORIA IMPUNE. EL LEGADO DE LA PRIVATIZACIÓN FRANQUISTA EN LA EDUCACIÓN ESPAÑOLA DE LA DEMOCRACIA

Antonio Fco. Canales Serrano

Universidad Complutense de Madrid

El traslado de los restos del dictador ha avivado en España el debate sobre el legado del franquismo. Los sectores más críticos con la situación actual esgrimen contra el discurso complaciente de la Transición, predominante hasta hace pocos años, las herencias autoritarias de la dictadura. En educación este discurso tiende a centrarse en el nivel cívico-ideológico, reclamando una educación mucho más combativa con el régimen y los elementos a él asociados. No obstante, nadie parece prestar atención a un legado mucho más tangible que ha hipotecado el sistema educativo español en la democracia: el poderoso sector privado mayoritariamente en manos de la Iglesia católica. Por el contrario, la importancia de este sector tiende a naturalizarse como algo propio de la tradición española y se desdibuja su carácter de herencia de la victoria católica en la guerra civil, así como su responsabilidad en los rasgos negativos del actual sistema educativo español.

La presente comunicación pretende caracterizar el proceso de desmantelamiento del sistema público y la intensa privatización, sin precedentes internos, ni referentes en las dictaduras coetáneas, que el régimen franquista impulsó después de la guerra civil con el abierto objetivo de favorecer la proliferación de colegios de la Iglesia. Posteriormente, se analizará el papel determinante que la herencia de esta victoria católica jugó en el debate constitucional de 1978 y el blindaje de la enseñanza privada resultante, que ha sido reforzado a través de las sucesivas sentencias de los altos tribunales. La tesis principal es que este legado ha hipotecado la política educativa en la España democrática y que la pretensión voluntarista y redentorista de la izquierda de ignorar los límites que ese pacto imponía ha desembocado en una situación todavía peor que la heredada: la meritocracia del tardo-franquismo ha sido sustituida por la más cruda segregación económica y étnica bajo la democracia

PALABRAS CLAVE

Franco, España, Enseñanza

DE LO IMPOSIBLE A LO INEVITABLE. EL MOVIMIENTO DE PROTESTA CHILENO COMO RESULTADO DEL APRENDIZAJE TRANSGENERACIONAL (1973–2019)

Cristina Alarcón

Humboldt-Universität zu Berlin. Alemania

El punto de partida de la ponencia es el disruptivo movimiento de protesta de octubre de 2019 en Chile, cuyas dimensiones, demandas y dinámicas escaparon a la mayoría de los pronósticos científicos y políticos previos. La revuelta actual es distintiva por los siguientes factores: Si en el Chile post dictadura los menores de edad, llámese los escolares, asumían la “mayoría de edad” (*Mündigkeit*) al transformarse en el sujeto político principal, el presente movimiento se distingue por su carácter nacional tanto en términos generacionales, como sociales. Si en las décadas previas, los escolares actuaron como “portavoces” de las generaciones previas, mostrando indicios de “parentificación” política (Moré 2013), lo peculiar de este movimiento es que los mayores edad asumen la acción política directa. Si los movimientos escolares previos circunscribían primariamente las demandas al ámbito educativo, este movimiento restituye, más allá de las demandas identitarias, la problemática de la “lucha de clases” y con ello la problematización de las condiciones salariales y existenciales de vida. Es más, el movimiento asume características revolucionarias en tanto exige por primera vez en más de 30 años cambios fundamentales en la estructura de poder existente. Si el movimiento escolar y estudiantil previo basaba su acción en la institucionalización de voceros, el presente movimiento se define por su carácter primariamente acéfalo. La presentación pretende historizar el movimiento actual desde la perspectiva del aprendizaje transgeneracional, teniendo en cuenta la compleja conexión entre neoliberalismo y autoritarismo existente en Chile. El argumento principal es que la concientización y acción política en Chile es, más allá de las instituciones educativas formales, producto de un complejo intercambio intergeneracional de emociones traumáticas, ideas, experiencias y prácticas políticas de resistencia. La presentación se basa en entrevistas a actores del movimiento escolar y presente, además de fuentes escritas tales como informes y periódicos, y visuales como imágenes y videos.

PALABRAS CLAVE

Chile, Escolar, Periódicos, Imágenes

AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA. GRUPO II – AUTORITARISMO, EDUCACIÓN Y FORMAS DE ACTUACIÓN

Coordinadores: Ana Diamant, Antonio Romano e Pablo Pineau

Este GTP se propone revisar cómo el siglo XX, el que mostró el mayor despliegue de la educación moderna en la historia de la humanidad y la ampliación de los sistemas escolares que buscaron albergar a la mayor cantidad de población posible para garantizarles su derecho a la educación, y generar formas de emancipación, estuvo jalonado por una cantidad de experiencias autoritarias, que buscaron acallar las promesas emancipadoras y ordenar las prácticas educativas para el control social. En el espacio iberoamericano, estas propuestas tomaron mayormente la forma de dictaduras militarizadas de distinta duración que se presentan muy relacionadas entre sí en distintas formas.

El intento de relevar, consolidar archivos e interpretarlos, sobre guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios, más allá de la amplitud temática, no presupone abordar un objeto definido y preciso de conocimiento, impone, sobre todo, considerar, para cada una de estas – y otras categorías – diferencias, matices, discontinuidades y reapariciones, fisuras y amalgamas, formas emergentes y residuales, claves contextuales y emergentes y luego los modos manifiestos, excluidos y ocultos de presentarse en la escuela y de impactar sobre docentes, estudiantes y familias.

La discusión incorpora por lo menos cinco ejes analíticos

- El abordaje conceptual de los temas
- Los modos a apropiación y procesamiento de la información
- Las perspectivas historiográficas y de memoria
- La transposición de los contenidos desde el campo del saber al de la enseñanza.
- La perspectiva genealógica que supone considerar cómo los movimientos epocales condicionan las prácticas discursivas, las operaciones de subjetivación y las construcciones identitarias.

Realizar un relevamiento de las investigaciones en curso y de los investigadores participantes, considerando especialmente temáticas afines, propuestas metodológicas, territorialidades y temporalidades.

Generar un fondo común de producciones de los integrantes del GTP y de otros equipos, en diversos formatos y lenguas.

Discutir alcances de diversas propuestas metodológicas para abordar temas vinculados con historia reciente y distante.

Revisar categorías analíticas ya utilizadas en anteriores producciones e incorporar nuevas que permitan analizar situaciones vivenciales y transmitidas en relación con lo traumático, lo dramático, las reelaboraciones personales atravesadas por los tiempos históricos y subjetivos, los efectos de las consideraciones sobre éxitos y derrotas, las oportunidades reparatorias, los modos discursivos desde la épica o la nostalgia.

Identificar marcas materiales y simbólicas presentes y sus reinterpretaciones, más allá del paso del tiempo, dejadas por guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios.

Relevar los modos en que esas marcas son resignificadas por sucesivas generaciones.

Conformar un corpus de conocimiento en torno a las marcas de las diferentes formas de autoritarismos – explícitas y encubiertas – que a su vez pueda ser considerado propósito de la enseñanza en los diversos niveles de los sistemas educativos y fuera de ellos.

Determinar categorías que permitan consolidar y tematizar archivos específicos con fondos en diversos formatos y sus formas de disponibilidad presencial y remota.

LA DEPURACIÓN FRANQUISTA DEL PROFESORADO COMO INSTRUMENTO PARA ELIMINAR LAS PROPUESTAS EDUCATIVAS PROMOVIDAS POR LA II REPÚBLICA

Francisco Martín Zúñiga

Universidad de Málaga. España

La depuración franquista del profesorado se inicia al poco tiempo del golpe militar (18 de julio de 1936) que provocó la guerra civil española (1936–1939): de hecho, en una orden de 28 de agosto de 1936 ya se ordena a las autoridades provinciales y municipales que envíen al recién creado gobierno golpista, a través de los rectores de las universidades, “informe personal sobre los antecedentes y conducta política y moral de todo el profesorado”.

El proceso depurador de la educación se convirtió en una cuestión de Estado, pues sabían que el futuro del régimen en buena parte se decidiría en las aulas. Así, la educación se antojó el medio ideal para la reproducción y sostenimiento del naciente orden. Por ello, cualquier atisbo de pensamiento pedagógico innovador suscitado por influencia de la Escuela Nueva o por algunas propuestas de carácter autóctono como la *Institución Libre de Enseñanza* de Francisco Giner de los Ríos o la *Escuela Unificada* de Lorenzo Luzuriaga, fue eliminado mediante unos eficaces medios represivos, siendo el proceso depurador el más importante.

Se trataba de afirmar un nuevo orden educativo que, en declarada antítesis con los ideales y realizaciones educativas republicanas. En esa dirección y para asegurar la pertinencia ideológica para después de la guerra, el régimen emprendió una triple acción: controlar al profesorado en ejercicio, sancionando al que se alejara de la norma establecida, seleccionar al afín y reprimir cualquier conducta sospechosa. En consecuencia, la finalidad de la acción depuradora fue doble: punitiva, castigando la disidencia, y preventiva, para evitar la difusión de cualquier propuesta educativa y política contraria a los ideales del nuevo régimen

La depuración se aplicó a todo el funcionariado y demás puestos de la administración, siendo el sector del profesorado uno de los más afectados. De entrada, se le consideró sospechoso y por ello se creyó imprescindible “...una revisión total y profunda en el personal de instrucción pública, trámite previo a una reorganización radical y definitiva de la enseñanza, extirpando así de raíz esas falsas doctrinas que con sus apóstoles han sido los principales factores de la trágica situación a que fue llevada nuestra patria” (Orden de 8 de noviembre de 1936).

En consecuencia, el propósito de este trabajo es el de analizar, a partir de los pliegos de cargos emitidos por las Comisiones de Depuración y de otras fuentes de estudio, la relevancia que tuvieron las ideas pedagógicas innovadoras como causa de sanción con respecto a las acusaciones de carácter político, estableciendo, en la medida de lo posible, un estudio comparativo entre los distintos cuerpos (primaria, secundaria y universidad), categorías docentes...

PALABRAS CLAVE

Franco, Depuración, ILE, Escuela Nueva

“RESISTÊNCIAS” AO AUTORITARISMO NO CAMPO EDUCATIVO: PEDAGOGÍAS ALTERNATIVAS EM PORTUGAL (ANOS 50 A 70 DO SÉCULO XX)

Joaquim Pintassilgo

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

No período posterior à 2ª Guerra Mundial e, em particular, a partir dos anos 50, embora ainda em contexto autoritário, assistimos a um esforço de renovação pedagógica, desenvolvido, em especial, nas margens do regime e protagonizado por atores educativos que se situavam, na maior parte dos casos, no campo da resistência política e que, por isso, foram alvo de perseguição, impedidos de trabalhar em escolas públicas e, em vários casos, tiveram de abandonar o país. Como figuras de referência desse movimento encontramos intelectuais e educadores como Rui Grácio, João dos Santos, Maria Amália Borges e Sérgio Niza os quais inspiraram ou ajudaram a dinamizar um conjunto de experiências escolares alternativas tendo em vista uma educação para a cidadania, para além de procurarem, igualmente, pôr em prática novas conceções relativas à formação de professores, à proteção da criança ou à educação hoje designada como inclusiva. Entre as experiências escolares então desenvolvidas, podemos destacar os casos do Jardim de Infância Pestalozzi, do Centro Helen Keller, do Externato Fernão Mendes Pinto ou da Cooperativa A Torre, todos ainda hoje em funcionamento, e, noutro plano, o Movimento da Escola Moderna que tem raízes nos anos 60. Os referidos educadores acabaram por ser decisivos no que diz respeito à receção e difusão de um conjunto de ideias inovadoras que circulavam internacionalmente e à tentativa de promover a sua apropriação, como sempre criativa, no nosso país de forma a contribuírem, por essa via, para a queda do regime autoritário e para a concretização futura da uma sociedade democrática. A grande fonte de inspiração para esse momento de renovação foi a chamada pedagogia Freinet, mas é igualmente possível encontrar alusões à pedagogia institucional ou à pedagogia não-diretiva, entre outras correntes. Algumas das obras dos autores a elas ligados circularam no Portugal da transição dos anos 60 para os anos 70 e, em alguns casos, conhecem mesmo traduções para português em coleções editoriais dedicadas ao campo pedagógico. A presente comunicação tem, assim, como objetivos refletir sobre as apropriações, no Portugal dos anos 50 a 70, de pedagogias que se apresentam como alternativas à pedagogia dita “tradicional” e avaliar o papel desempenhado nesse movimento por um conjunto de educadores considerados “progressistas” e que batalhavam no campo da oposição política ao regime autoritário, aqui entendidos como “intelectuais mediadores”, para além refletir, nesse contexto, sobre a complexidade das relações entre tradição e inovação, tendo como referência o conceito de “tradição de inovação”. Utilizaremos como fontes o conjunto da produção, aos mais diversos níveis, desses educadores, cujo conteúdo analisaremos, para além de traduções de pedagogos internacionais em coleções pedagógicas alternativas e de artigos da imprensa pedagógica dessa fase de transição. Recorreremos, em particular, aos conceitos e às perspetivas da história cultural e das abordagens transnacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação, Autoritarismo, Renovação Pedagógica, Freinet

EDUCACIÓN POPULAR EN MÉXICO DE LOS OCHENTAS: RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS DE MOVILIZACIÓN POLÍTICA

Alonso Millán Zepeda

DIE-CINVESTAV. México

En América Latina, durante el último tercio de siglo XX varios actores sociales (organizaciones y movimientos culturales sociales y políticos) se adscribieron al proyecto pedagógico de la Educación Popular. En México, a partir de los años sesenta “distintos grupos de jóvenes interesados en trabajar por la educación y la justicia social comenzaron a realizar acciones de formación dirigidas a estudiantes, trabajadores y organizaciones políticas y sindicales en todo el país.” (Acri, 2018, p.38). Esto incrementó la participación comunitaria y generó una pluralidad de experiencias con una intencionalidad política por transformar la sociedad a partir de “analizar la realidad”.

Esta ponencia se centra en el vínculo entre compromiso político y el quehacer pedagógico a partir de los recuerdos y las formas de representarse en la construcción narrativa de participantes entrevistados de experiencias de Educación Popular en México durante los años ochenta. Se analizarán las experiencias de su participación como educadores populares en distintos espacios para conocer por qué y cómo se movilizaron políticamente.

La historia y la memoria sobre la EP me permiten construir un relato donde se cruzan problemas de desarrollo latinoamericano, la identidad de los participantes desde el presente de sus posicionamientos (éticos, políticos y religiosos), las relaciones interculturales a nivel local en distintos ámbitos y sus vinculaciones con procesos transnacionales-globales de formación de subjetividad social.

A partir de la metodología de la Historia Oral se recuerda lo vivido y la memoria toma relevancia. En el trabajo se busca captar particularidades de la historia reciente de la EP en México que permiten a los participantes asumirse como sujetos políticos. En este sentido, el corpus del proyecto de investigación está compuesto, principalmente, de entrevistas biográficas (relatos de vida) de autoría conjunta (Arfuch, 2007, p.178), es decir, mía y cada uno de los nueve educadores populares entrevistados. Se tomó el testimonio como dato y se contrastó con otro tipo de información: fuentes secundarias y revistas especializadas de la época.

Como aporte de la ponencia se da cuenta de los recuerdos sobre su experiencia en los siguientes procesos:

- Hubo una aproximación entre la tradición cristiana y el marxismo en campos como la Teología de la Liberación, en proyectos de investigación acción o investigación participativa.
- Se muestra cómo la movilización de los sujetos se enmarca en un proceso regional en el que nuevos discursos y prácticas emergentes tomaron distancia paradigma fundacional clasista-marxista de la EP (Torres, 2012).
- Sus prácticas y reflexiones contribuyeron al fortalecimiento de organizaciones sociales fuera de la esfera de producción.
- Surgieron de acciones en EP con mujeres, en derechos humanos, en formación ciudadana, en educación rural, en educación inicial y otros temas emergentes.

PALABRAS CLAVE

Educación Popular, México, Historia Oral

AUTORITARISMOS Y EDUCACIÓN. UNA PERSPECTIVA SOCIO HISTÓRICA DEL IMPACTO DE LAS GUERRAS Y LOS TERRORISMOS DE ESTADO SOBRE LA ESCUELA IBEROAMERICANA. GRUPO III. AUTORITARISMO, EDUCACIÓN Y FORMAS DE RESISTENCIA

Coordinador: Ana Diamant, Antonio Romano e Pablo Pineau

Este GTP se propone revisar cómo el siglo XX, el que mostró el mayor despliegue de la educación moderna en la historia de la humanidad y la ampliación de los sistemas escolares que buscaron albergar a la mayor cantidad de población posible para garantizarles su derecho a la educación, y generar formas de emancipación, estuvo jalonado por una cantidad de experiencias autoritarias, que buscaron acallar las promesas emancipadoras y ordenar las prácticas educativas para el control social. En el espacio iberoamericano, estas propuestas tomaron mayormente la forma de dictaduras militarizadas de distinta duración que se presentan muy relacionadas entre sí en distintas formas.

El intento de relevar, consolidar archivos e interpretarlos, sobre guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios, más allá de la amplitud temática, no presupone abordar un objeto definido y preciso de conocimiento, impone, sobre todo, considerar, para cada una de estas – y otras categorías – diferencias, matices, discontinuidades y reapariciones, fisuras y amalgamas, formas emergentes y residuales, claves contextuales y emergentes y luego los modos manifiestos, excluidos y ocultos de presentarse en la escuela y de impactar sobre docentes, estudiantes y familias.

La discusión incorpora por lo menos cinco ejes analíticos

- El abordaje conceptual de los temas
- Los modos a apropiación y procesamiento de la información
- Las perspectivas historiográficas y de memoria
- La transposición de los contenidos desde el campo del saber al de la enseñanza.
- La perspectiva genealógica que supone considerar cómo los movimientos epocales condicionan las prácticas discursivas, las operaciones de subjetivación y las construcciones identitarias.

Realizar un relevamiento de las investigaciones en curso y de los investigadores participantes, considerando especialmente temáticas afines, propuestas metodológicas, territorialidades y temporalidades.

Generar un fondo común de producciones de los integrantes del GTP y de otros equipos, en diversos formatos y lenguas.

Discutir alcances de diversas propuestas metodológicas para abordar temas vinculados con historia reciente y distante.

Revisar categorías analíticas ya utilizadas en anteriores producciones e incorporar nuevas que permitan analizar situaciones vivenciales y transmitidas en relación con lo traumático, lo dramático, las reelaboraciones personales atravesadas por los tiempos históricos y subjetivos, los efectos de las consideraciones sobre éxitos y derrotas, las oportunidades reparatorias, los modos discursivos desde la épica o la nostalgia.

Identificar marcas materiales y simbólicas presentes y sus reinterpretaciones, más allá del paso del tiempo, dejadas por guerras, persecuciones, exilios, clandestinidades y genocidios.

Relevar los modos en que esas marcas son resignificadas por sucesivas generaciones.

Conformar un corpus de conocimiento en torno a las marcas de las diferentes formas de autoritarismos – explícitas y encubiertas – que a su vez pueda ser considerado propósito de la enseñanza en los diversos niveles de los sistemas educativos y fuera de ellos.

Determinar categorías que permitan consolidar y tematizar archivos específicos con fondos en diversos formatos y sus formas de disponibilidad presencial y remota.

REDES E TRAMAS: O CONJUNTO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964–1985)

Rayane Jéssica Aranha da Silva

Universidade de Campinas. Brasil

Maria do Carmo Martins

Universidade de Campinas. Brasil

O presente trabalho, fruto de um doutorado em desenvolvimento, parte da análise das tramas que integram a rede de expansão do ensino no período da ditadura militar (1964-1985), tendo por foco o final da década de 1960. A ampliação de oferta de ensino coadunou com a política de fomento à construção de moradias populares no país, fato que somado às iniciativas de investimento em obras de infraestrutura transformaram-se na base de apoio para aceitação e popularização do regime militar. Na cidade de Campinas, estado de São Paulo, percebemos a capilaridade das políticas integradas de escolarização e habitação popular, por meio dos estudos sobre as ações do Banco Nacional da Habitação (BNH) na criação de bairros populares, nos quais foram implantadas escolas públicas de grande porte edificadas pelo FECE (Fundo Estadual de Construções Escolares), conforme apresentado em comunicação anterior (Silva; Martins, 2019). A criação destas escolas compõe a ação do governo estadual de São Paulo que, na década de 1960, realizou a expansão da rede física de escolas. A ampliação do número de escolas possibilitou uma maior fluidez e facilitou a adesão da rede escolar paulista às políticas educacionais instauradas pelo governo militar, dentre elas, a lei n. 5.6972/71, que reformou o ensino primário e secundário no Brasil. Pensar o movimento de expansão do ensino neste período nos incita a lançar os olhos à vida no interior das escolas, à cultura escolar que em seu conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos inerentes ao pensar e fazer do cotidiano escolar nos permite, como indica Viñao-Frago (2000, p.100), capturar “mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados”. Neste sentido, nos interessa saber como as práticas educativas de caráter militarista e, as festas cívicas instituídas e fomentadas pela ditadura militar, foram representadas e disseminadas na comunidade educativa, incluindo nisso a recepção e implicações delas nos espaços escolares de três unidades educacionais estudadas. O modo com que essas práticas de se efetivaram tendem a reforçar mecanismos geradores de dominação mas, também, podem ter sido apropriadas em lógicas emancipadoras. Tais mecanismos abarcam os processos pedagógicos e organizativos no cotidiano da escola, perpassam a legislação e instâncias regulamentadoras. Assim, ao desvelar o compasso das mudanças em que se produz essa historicidade, a cultura escolar assume o espaço como um constructo cultural que revela, sob sua materialidade, discursos, sujeitos e resistências no fazer educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Escola pública, Militarismo

DOCENTES Y REFORMA EDUCATIVA EN MÉXICO: ENTRE EL CORPORATIVISMO ESTATAL Y EL PROFESIONALISMO NEOLIBERAL (2013–2019)

Alicia Civera

DIE, Cinvetav. México

Diversos mecanismos han operado a lo largo del tiempo para demeritar la docencia como profesión y abaratar su costo. Muchos de ellos lo han hecho en el nivel global, pero dentro de cada país y región ha habido circunstancias y procesos particulares que hacen que el desarrollo de la profesión docente adquiera matices peculiares. En el caso de México la docencia no puede comprenderse sin examinar las formas en que el sindicalismo magisterial se ha relacionado con el corporativismo estatal. Las relaciones, siempre tensas, han vivido cambios de importancia desde los años ochenta del siglo pasado con la alternancia en el poder.

En esta ponencia analizo cómo los discursos de profesionalización docente, presente en el contexto global, han operado en México como un intento de quitar poder al sindicato magisterial, mientras que éste ha operado como un freno a la privatización de la educación pública pero también a otras innovaciones para mejorar la calidad de la educación.

Para ello analizo, desde la historia presente, la reforma educativa de 2013 que incluyó la evaluación de los profesores para ingreso y promoción en el servicio, así como las propuestas actuales que dan vuelta atrás con dicha evaluación. El análisis lo realizo con base en la revisión de documentos oficiales (leyes, decretos, declaraciones), los debates en la prensa y las redes sociales, así como entrevistas a directores y profesores de educación básica. Se analizan estos mecanismos desde la historia política y social de la profesión docente, retomando como centrales los conceptos de apropiación (Chartier), formación, práctica y trabajo docente (Rockwell, Ezpeleta, Civera) y cultura escolar (Escolano, Viñao). El trabajo docente se ha de comprender desde el hacer diario de los maestros en la escuela, entendida esta como un espacio en el que operan relaciones pedagógicas, culturales, políticas y laborales, que forma parte de un sistema educativo nacional y global, estratificado y jerarquizado, constituido históricamente. Los maestros son, a la vez, profesionales de la educación, trabajadores asalariados, ciudadanos y empleados al servicio del Estado. Sólo entrelazando estas y otras facetas de su quehacer (los desequilibrios de género, clase social y ubicación geográfica), es que podemos comprender su conformación como profesión.

La idea central es que los intentos por incorporar un proceso meritocrático de obtención y promoción en el empleo buscaron romper la fuerza política de uno de los sindicatos más grandes de América Latina. El mecanismo fue la evaluación de los profesores y un ataque sistemático en los medios de comunicación, que propiciaron la movilización y protesta de muchos profesores. Con la llegada de un nuevo gobierno se elimina la evaluación, pero los equilibrios políticos se han movido, de manera que queda en el aire la pregunta acerca del retorno de las relaciones del sindicalismo en el programa de la Cuarta Transformación, y sobre los mecanismos para propiciar una mejora en la formación docente y en las condiciones escolares en la que los maestros realizan su trabajo.

PALABRAS CLAVE

México, Sindicalismo, Profesionalización

DE LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA CIUDADREALAÑA AL SILENCIAMIENTO REPRESIVO. EL CASO DE LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN CIUDAD REAL EN EL PRIMER TERCIO DEL SIGLO XX

María Teresa Bejarano Franco

Universidad de Castilla La Mancha. España

Los objetivos de esta intervención se encuadran en: describir, analizar y comprender la educación ciudadrealañá del primer tercio del siglo XX (1900-1936) a través de los modelos de Renovación Pedagógica acontecidos en el contexto español.

También en desvelar las repercusiones del silenciamiento pedagógico al que estuvo sometida toda la promoción y fomento de la Renovación Pedagógica a causa del alzamiento nacional (1939)

Nos adentramos en un territorio determinado por claves socioeconómicas arrastradas desde el s XIX:

- Lento crecimiento demográfico.
- Carácter rural y desigual de la sociedad.
- Problemas de acceso a recursos básicos y suministros.
- Escuelas de mala calidad y dotada de escasos recursos.
- Alto índice de analfabetismo (37,65%).

Estas claves, favorecieron la presencia de una población consagrada a índices de precariedad educativa en los inicios del nuevo milenio (s. XX). Se subrayan las conclusiones de una investigación (Tesis Doctoral, 2019) inédita donde se concentran hallazgos sobre instituciones educativas que se fueron forjando en este periodo histórico en la ciudad de Ciudad Real, Española. Instituciones impregnadas por los principios de la Escuela Nueva y algunos retazos pedagógicos influenciados por la Institución Libre de Enseñanza. Instituciones, gestionadas desde el paradigma Renovador y cuyos principios y estrategias se conformaron en torno a tres categorías, que han sido analizadas en profundidad: a) didácticas, b) estructurales, c) ideológicas. El análisis de estas categorías ha sido posible gracias a un minucioso trabajo archivístico (públicos, privados y personales), y a testimonios orales de protagonistas educativos de época. Los resultados, nos desvelan, por una parte, el avance que supuso el desarrollo de estas instituciones en el primer tercio del siglo XX respecto a cuestiones como: el higienismo, la coeducación, la protección a la infancia y la autonomía educativa, entre otros. Pero también la transformación pedagógica y utilitarista que sufrieron dichas instituciones cuando se estableció el alzamiento nacional en España (julio de 1939). Se revisará el proceso de silenciamiento y bloqueo al que fue sometido el progreso pedagógico acontecido en la época investigada, así como el itinerario vital y profesional de algunas de las figuras educativas que influyeron en dichas instituciones. Se explicará la repercusión, que en la actualidad, ha tenido para la ciudad el fenómeno del silenciamiento represivo activado por la dictadura franquista.

PALABRAS CLAVE

Renovación Pedagógica, Institución Libre de Enseñanza, España

FOTOGRAFIAS, REALIZAÇÕES E REPRESENTAÇÕES FEMININAS, SÉCULOS XIX E XX

Coordenadora: Marta Maria de Araújo

O painel contempla estudos sobre mulheres. O primeiro aborda imagens fotográficas femininas individuais sobre o momento de realização da primeira comunhão, ritual ao qual estavam submetidas por suas famílias, como um dos cinco sacramentos principais da Igreja Católica Apostólica e Romana. O objetivo principal do estudo está centrado em analisar os retratos produzidos expressamente para esse fim, com foco em aspectos como a postura, a indumentária, os objetos que complementavam a vestimenta, o mobiliário, a simbologia religiosa presente e a moldura escolhida para guardar uma lembrança eterna. De forma mais específica busca-se comparar imagens produzidas no Brasil e na Espanha, durante a primeira comunhão de meninas, nas últimas décadas da primeira metade do século XX, examinando as peculiaridades próprias de cada país na elaboração do ritual religioso, evidenciadas pela fotografia. O segundo estudo trata sobre Luiza Margarida Portugal de Barros, a condessa de Barral, foi a preceptora principal das herdeiras do trono do Brasil, Isabel e Leopoldina, no período de 1856 a 1864. Tem como objeto a análise dos cadernos de “História de Portugal” das princesas, buscando apresentar/analisar/recompor aspectos da condução educacional dirigida pela condessa. Para tanto, utiliza-se como amparo teórico o conceito de representações de Roger Chartier, que afirma a capacidade crítica diante da história, cujas possibilidades de leitura são vistas como “construções interpretativas” daquilo que se quer “validar ou rejeitar”; em diálogo com Paul Ricoeur, que entende as representações como um “objeto” e como uma “operação” singular, permitindo o retorno ao fato que se quer evidenciar, sem que o mesmo esteja alijado de outras representações diferenciadas. O terceiro estudo trata sobre o livro intitulado *Minhas Escolas*, onde a professora aposentada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (de História da Educação, Filosofia da Educação, Educação Comparada e Didática) – Maria Isaura de Medeiros Pinheiro (nascida na década de 1930) – destaca a família, os colégios e as universidades como instituições de educação, de formação de valores humanos, de socialização de conhecimentos e de confronto do direito à igualdade de oportunidades socioculturais para todos os indivíduos. A escrita histórica dessas “escolas” da professora Maria Isaura, deixa transparecer, por um lado o seu pertencimento a uma classe social privilegiada, com familiares professores universitários, escritores e historiadores, por outro lado, exprimem a sua fé na instituição escolar como aquela por excelência formadora das novas gerações pelas gerações adultas, para nortear, com o auxílio do conhecimento ensinado e dos valores transmitidos, as convivências equilibradas na vida civil.

A PRIMEIRA COMUNHÃO FEMININA NAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS EM MEADOS DO SÉCULO XX: UM RITUAL EDUCATIVO RELIGIOSO ENTRE DOIS LADOS DO OCEANO (BRASIL E ESPANHA)

Pablo Álvarez Domínguez

Universidad de Sevilla / Departamento de Teoría e Historia de la Educación y Pedagogía Social

Maria Celi Chaves Vasconcelos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Programa de Pós-Graduação em Educação

O trabalho trata de estudar as imagens fotográficas femininas individuais sobre o momento de realização da primeira comunhão, ritual ao qual às meninas estavam submetidas por suas famílias, como um dos cinco sacramentos principais da Igreja Católica Apostólica e Romana. O objetivo principal do estudo está centrado em analisar os retratos produzidos expressamente para esse fim, o dia da primeira comunhão, com foco em aspectos como a postura, a indumentária, os objetos que complementavam a vestimenta, o mobiliário, a simbologia religiosa presente e a moldura escolhida para guardar uma lembrança eterna. De forma mais específica busca-se comparar imagens produzidas no Brasil e na Espanha, durante a primeira comunhão de meninas, nas últimas décadas da primeira metade do século XX, examinando as peculiaridades próprias de cada país na elaboração do ritual religioso, evidenciadas pela fotografia. Os procedimentos metodológicos remetem a uma pesquisa qualitativa e histórico-documental, que utiliza o método comparado de investigação, propondo dois planos de análise que estão centrados em cada uma das realidades pesquisadas. Para muito além da utilidade da comparação, enfocamos a relevância deste tipo de trabalho de pesquisa e de produção do conhecimento, em relação a memórias e imagens femininas silenciadas e, por vezes, apagadas ou até destruídas, mas que podem contribuir significativamente para a História da Educação nos dois países mencionados. As fontes verificadas encontram-se, no Brasil, no acervo fotográfico relativo ao Colégio Nossa Senhora do Sion, em Petrópolis; e, na Espanha, no Museo Pedagógico de la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad de Sevilla. As fotografias serão analisadas considerando seu potencial para interpretar a linguagem das imagens na construção do conhecimento histórico educativo. A pesquisa, ainda em andamento, depara-se com uma imensa quantidade de retratos que possuem múltiplas possibilidades historiográficas e de leituras para a investigação em educação. Entre os resultados obtidos constata-se a relação estreita entre a primeira comunhão com as práticas escolares, especialmente em se tratando de uma escola católica para meninas, caracterizando-se como um momento ritualizado no contexto do próprio cronograma escolar. No que se refere a escolas leigas, embora não oferecessem um ritual semelhante a uma culminância do processo educativo, apresentava caráter de importância igual. Também foi possível perceber diferentes mudanças e permanências, em ambos os países, que envolveram a prática da primeira comunhão nas décadas estudadas.

PALABRAS CLAVE

Educação feminina, Rituais religiosos, Primeira comunhão, Fotografia educativa, Brasil e Espanha

ITINERÁRIOS PEDAGÓGICOS DA CONDESSA DE BARRAL: A “HISTÓRIA DE PORTUGAL” ATRAVÉS DOS ESTUDOS DA PRINCESA ISABEL

Ana Cristina Borges López Monteiro Francisco

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Luiza Margarida Portugal de Barros, a condessa de Barral, foi a preceptora principal das herdeiras do trono do Brasil, Isabel e Leopoldina, no período de 1856 a 1864. O presente estudo tem como objeto a análise dos cadernos de “História de Portugal” das princesas, buscando apresentar/ analisar/recompôr aspectos da condução educacional dirigida pela condessa. Para tanto, utiliza-se como amparo teórico o conceito de representações de Roger Chartier, que afirma a capacidade crítica diante da história, cujas possibilidades de leitura são vistas como “construções interpretativas” daquilo que se quer “validar ou rejeitar”; em diálogo com Paul Ricoeur, que entende as representações como um “objeto” e como uma “operação” singular, permitindo o retorno ao fato que se quer evidenciar, sem que o mesmo esteja alijado de outras representações diferenciadas. Dessa forma, o objetivo é analisar os documentos e egodocumentos referentes aos estudos sobre a “História de Portugal”, produzidos pelas princesas e pela própria condessa, colocados em diálogo com autores que enfocam temática semelhante, segundo Cerqueira e Argon (2019) Felismino (2018), Monge (2018), Lopes (2018), Aguiar (2017), Vasconcelos (2005). Entre os documentos abordados como fontes, destaca-se um caderno de estudos da princesa Isabel que se encontra no arquivo do Museu Imperial em Petrópolis, intitulado “História de Portugal” em que é possível intentar pelos temas e organização, as representações e itinerários sobre o ideal de formação almejado para a educação das herdeiras presuntivas do trono brasileiro bem como pelas famílias das elites oitocentistas, em relação à nacionalidade, capacidades, referências, experiência, conduta moral, nas últimas décadas do século XIX. A metodologia remete aos procedimentos relativos a uma pesquisa histórica e essencialmente documental, na qual as fontes elencadas são interrogadas de diversas maneiras, a fim de exprimirem aquilo que era considerado apropriado para a formação educacional e cultural das princesas, guardadas as peculiaridades de cada contexto. Conclui-se, pelos conteúdos abordados nos cadernos de estudos sobre a História de Portugal, que Isabel e Leopoldina tiveram uma formação abrangente que posteriormente foi consolidada com viagens, outras leituras e pelo interesse pelas questões ligadas ao desenvolvimento da educação no país, especialmente a educação pública. Embora não houvesse um estatuto que regesse o ofício da preceptoria, ela estava regulada por meio das representações construídas e legitimadas pelos usuários desses serviços, com códigos que se referiam desde a conduta moral esperada das mestras que habitavam as casas de seus alunos e alunas, até os conhecimentos exigidos para o exercício da profissão, fazendo com que a valoração desses serviços estivesse invariavelmente vinculada ao domínio de determinados saberes, habilidades, referências de empregos anteriores, e, como um aspecto bastante apreciado, a nacionalidade oriunda de determinados países da Europa.

PALAVRAS-CHAVE

Condessa de Barral, Educação doméstica, Cadernos Princesa Isabel, Brasil oitocentista

A UNIVERSALIDADE DA CULTURA ACADÊMICA DA PROFESSORA MARIA ISAURA DE MEDEIROS PINHEIRO

Marta Maria de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cristina C. Vieira

Universidade de Coimbra

No livro intitulado *Minhas Escolas*, a professora aposentada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (de História da Educação, Filosofia da Educação, Educação Comparada e Didática) – Maria Isaura de Medeiros Pinheiro (nascida na década de 1930) – destaca a família, os colégios e as universidades como instituições de educação, de formação de valores humanos, de socialização de conhecimentos e de confronto do direito à igualdade de oportunidades socio-culturais para todos os indivíduos. Se, por um lado, a escrita histórica dessas “escolas” da professora Maria Isaura deixam transparecer o seu pertencimento a uma classe social privilegiada, com familiares professores universitários, escritores e historiadores, por outro lado, exprimem a sua fé na instituição escolar como aquela por excelência formadora das novas gerações pelas gerações adultas, para nortear, com o auxílio do conhecimento ensinado e dos valores transmitidos, as convivências equilibradas na vida civil. O *corpus* documental é composto do Relatório do Estágio Supervisionado das Licenciaturas em Pedagogia e História, (1966-1970), do livro *Minhas Escolas* (2010) e *Entrevista* (2017). O trabalho incide, *metodologicamente*, nas formulações dessa educadora atinentes ao princípio de oportunidades equitativas socioeducacionais para todas as crianças e jovens, à finalidade da educação escolar e à formação por intermédio da educação escolar, *objetivando*, pelo contracanto, apreender as matrizes autorias e suas interlocuções disciplinares e interdisciplinares. *Em termos de conclusão*, a análise histórica levada a efeito em face da produção de um conhecimento de história da educação revela, segundo a professora Maria Isaura, as deficitárias condições dos materiais didáticos e dos equipamentos e as inconsistentes renovações pedagógicas das escolas públicas, que, dificilmente faziam valer o princípio de oportunidades equitativas socioeducacionais para todas as crianças e jovens. A finalidade da educação escolar, em consonância com os princípios da Pedagogia da Escola Nova, designava a socialização do educando mediante as dinâmicas do ensino e da aprendizagem, o atendimento aos seus interesses e o respeito a sua individualidade. Não obstante, a formação, por intermédio da educação escolar, era, simultaneamente, o aprimoramento e a constante renovação da vida civil para a cidadania pátria. As formulações da professora Maria Isaura – por vezes extensas e por vezes sucintas – decerto não reduzíveis às teorizações de João Amós Comênio (Didática Magna), de John Dewey (Vida e educação), de Anísio Teixeira (Educação no Brasil), de Paulo Freire (Educação como prática da liberdade), de Ivan Illich (Sociedade sem escolas), de Nicholas Hans (Educação comparada), mas se estendem às teorizações de Lauro de Oliveira Lima (A escola secundária moderna), de Dermeval Saviani (Educação: do senso comum a consciência filosófica); de Darcy Ribeiro (A universidade necessária), de Maria José Garcia Werebe (Grandezas e misérias do ensino no Brasil), de Vera Maria Candau (Ensino programado – uma nova tecnologia didática) e outros. Assumindo tais referenciais, argumentava que, há muito tempo, os estudos e as pesquisas da área da educação se projetavam, fundamentalmente, por meio da intersecção interdisciplinar do conhecimento visando não apenas às múltiplas dimensões do objeto estudado, mas também às suas múltiplas interlocuções com as ciências sociais.

PALAVRAS-CHAVE

História da educação, Educação escolar, Oportunidades socioeducacionais, Pedagogia da Escola Nova, Interdisciplinaridade do conhecimento

EIXO III

MODERNIDADE, ALFABETIZAÇÃO
E ESCOLARIZAÇÃO

COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN COMO PROBLEMAS: NUEVOS INTERROGANTES SOBRE LAS MODERNIDADES DESDE LOS ESTUDIOS DE LA PRENSA EDUCACIONAL

Coordinadora: Silvia Finocchio

Diversos imaginarios referidos a la cohesión social y a la innovación procuraron movilizar la educación durante los últimos doscientos años con diversos énfasis y sentidos según los contextos históricos. El interés para la investigación historiográfica en torno a estas nociones denota un problema cultural, social y político actual que impele a revisar algunos sentidos comunes y herencias en torno al papel histórico del imaginario sobre la educación igualitaria, por un lado, y sobre la educación como factor de cambio vinculado a la economía y a la tecnología, por otro.

En efecto, los lazos comunitarios que brindaba la religión en tiempos del Antiguo Régimen, en Europa, o en tiempos coloniales, en América, fueron puestos en tensión y quebrados por una diversidad de experiencias y situaciones a lo largo de los siglos XIX y XX asociadas a la crisis del Antiguo Régimen, a la ruptura de los vínculos coloniales y a la construcción y consolidación de los estados nacionales modernos e independientes, produciéndose una proliferación de discursos que concebían a la educación como componente central de una nueva y moderna argamasa social. A su vez, la noción de innovación, rechazada durante el Medioevo en tanto afectaba a la tradición, resultó incorporada a los discursos educacionales desde fines del siglo XIX y a lo largo de todo el siglo XX relacionada con las posibilidades que introducía la modernidad a medida que ella avanzaba y se expandía.

Por su parte, desde fines de la década del ochenta, la historia cultural de la educación puso a disposición una serie de trabajos que subrayan el papel de la prensa educativa. Entre esas contribuciones se destacan las investigaciones y los repertorios de publicaciones educacionales organizados por De Vroede (1973-1987), Bélgica; Ognier (1983), Francia; Pierre Caspard (1981-1991), Francia; António Nóvoa (1993), Portugal; Denice Barbara Catani (1989), Brasil; y Soledad Montes Moreno (2003), España. Estos trabajos permitieron comprobar la amplia gama de temas y cuestiones tratadas por una prolífica producción que acompañó la formación, consolidación y reforma de los sistemas educativos modernos. En efecto, la prensa educacional cumplió un papel relevante en la difusión de imaginarios pedagógicos a lo largo de los siglos XIX y XX, distinguiéndose por la diversidad de propósitos así como por el uso que ha tenido por parte de diversos actores educativos, (instituciones oficiales, asociaciones profesionales, sociedades científicas, entre otros).

Este panel se propone, en primer lugar, analizar las nociones de cohesión social e innovación en los discursos de la prensa educacional, recogiendo recientes resultados de investigaciones llevadas a cabo en España, Portugal, Brasil y Argentina desde diversas perspectivas y a partir de estudios concretos sobre las variadas y diferentes formas que asumieron los imaginarios asociados a ellas. En segundo lugar, debatir sobre los modos en que se plasmó la relación entre cohesión e innovación en la prensa educacional en diferentes contextos educativos. Finalmente, aspira a contrastar estudios sobre el papel que jugó la prensa educacional en la conformación y difusión de imaginarios que procesaron la relación entre pasado, presente y futuro en diferentes modernidades, profundizando en la escala educativa local y tomando en consideración lo regional y lo global.

COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN “EN REVISTA” (ARGENTINA, PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX)

Silvia Finocchio

UNLP/UBA

La escolarización tiene un carácter social que generalmente es atendido en términos geográficos y demográficos, en relación con su alcance poblacional de asistencia efectiva a la escuela. También ese carácter social se presenta asociado a las políticas educativas, sus estrategias y su financiamiento, también definido en términos de alcances. Esta ponencia, en cambio, indaga en dos nociones vinculadas a lo social pero que fueron desplegadas por la propia prensa educacional. En este sentido, procura comprender los modos que asumieron las nociones de “cohesión social” y de “innovación” educativa en los imaginarios pedagógicos que la prensa educacional puso en circulación.

Para ello, centramos nuestro estudio en revistas de pedagogía o ciencias de la educación que acompañaron los avances y quiebres que signaron la configuración del campo en Argentina durante la primera mitad del siglo XX. La mayoría de ellas provienen de unidades dependientes de universidades nacionales: la revista pedagógica editada por la Universidad Nacional de La Plata desde 1906 llamada *Archivos de pedagogía y ciencias afines*, y que luego, en 1914, se transformó en los *Archivos de Ciencias de la Educación*; los *Anales de la Facultad de Ciencias de la Educación* publicados por la Universidad Nacional del Litoral hacia la década del veinte; el *Boletín* del Instituto de Pedagogía de la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional del Litoral publicados a partir de los años treinta; la *Revista de pedagogía* que publicara desde la Universidad de Tucumán Lorenzo Luzuriaga, pedagogo republicano exiliado de España; y, finalmente, *Anales* que publicara desde los inicios de los años cincuenta el Instituto de Investigaciones Psicopedagógicas de la Universidad Nacional de Cuyo.

Se trata de rastrear dos nociones, cohesión e innovación, que trasuntan la idea de cambio social y educativo, entendiendo que ellas habilitaron búsquedas pedagógicas por diversas sendas a lo largo de las primeras décadas del siglo pasado. Para ello, en primer lugar, se aspira a identificar la presencia de nociones asociadas a cohesión social e innovación en la prensa educacional producida por centros universitarios de la Argentina en la primera mitad del siglo XX. En segundo lugar, analizar en tanto vehículo de nociones pedagógicas asociadas a la cohesión y a la innovación, los proyectos y debates que irrumpieron en estas revistas otorgando al género gran potencialidad para los estudios sobre los imaginarios pedagógicos. Finalmente, comprender los modos de articulación que asumieron ambas nociones en la prensa producida por el campo de la pedagogía o las ciencias de la educación.

PALABRAS CLAVE

Cohesión Social, Innovación, Prensa Pedagógica

INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL. O ENSINO SECUNDÁRIO EM PORTUGAL NAS DÉCADAS DE 60 E 70 DO SÉCULO XX

António Gomes Ferreira

FPCEUC – GRUPOEDE, CEIS20, UC

Luís Mota

IPC, ESE – GRUPOEDE, CEIS20, UC

Carla Vilhena

FCHS, UAIG – GRUPOEDE, CEIS20, UC

Arrolam-se títulos da imprensa de educação e ensino (e.g., *Labor*) e a legislação, para discutir as políticas e orientações educativas, bem como os posicionamentos dos atores sociais – e.g., professores dos ensinos liceal e técnico –, para o ensino secundário em Portugal, nas décadas de sessenta e setenta do século passado, opções cujo sentido é já, de algum modo, configurado sob os auspícios e o (maior ou menor) contributo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A reflexão convoca a inovação em educação enquanto introdução do novo e a reconfiguração das relações com o saber e o poder (Ferreira e Mota, 2018), num contexto marcado por preocupações com o contributo da educação, por um lado, para o desenvolvimento económico e, por outro, para a integração e coesão social. Estoutro, de receção tardia em Portugal, remontando às décadas de sessenta e setenta do século passado, representa a apropriação da crença no contributo dos sistemas de ensino para a democratização social, garantindo, a todos, a igualdade de acesso aos seus benefícios sociais (e.g., educação, qualificações e títulos escolares), desiderato que, como o processo histórico se encarregou de demonstrar, encontrou dificuldades diversas na sua concretização, apesar da ação no plano governamental, de certos atores sociais e do investimento das populações. Mais tardiamente, e à semelhança do que aconteceu noutros espaços europeus, assistir-se-ia à agregação de outros objetivos (e.g., discriminação positiva, diferenciação pedagógica). De resto, no final do século passado apenas cerca de 70% dos jovens acediam à formação e ensino de nível secundário (Silva, Azevedo, Fonseca, 2000). O corpus documental, que se debruça sobre temáticas como a estrutura do ensino secundário e os currículos – e.g., criação do ciclo preparatório do ensino secundário (CPES) –, os seus objetivos, os destinatários ou a importância da orientação vocacional, foi submetido ao método crítico e à análise de conteúdo. Obteve-se uma compreensão complexa da realidade educacional, captando dimensões de inovação educativa e dos seus limites, bem como de medidas e preocupações com a coesão social compaginadas, aqui e acolá, com as de desenvolvimento económico e a de sobrevivência do regime político vigente.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Secundário, Portugal, Coesão Social, Inovação

NARRATIVAS DE COHESIÓN SOCIAL Y PRENSA EDUCATIVA: ARGENTINA: 1907–1914

Ricardo González Leandri

Instituto de Historia/CSIC

Esta ponencia indaga la relación que existió en Argentina durante la primera década del siglo XX entre educación y cohesión social. Atendemos además a un proceso de más largo plazo implícito en el uso que hacemos del concepto “narrativas de cohesión social”, que ubica a la educación dentro del campo de lo social, un espacio más amplio y de larga trayectoria, caracterizado por su equidistancia de la política y el mercado, que facilitó el afianzamiento temprano de procesos de regulación pública. Partimos de la base de que con el cambio de siglo se abrió una coyuntura compleja para la evolución social, política y cultural de Argentina. Al conflicto social y al temor de las elites por el avance de nuevos sectores medios se sumó una mayor desconfianza en los efectos considerados negativos del proceso de inmigración masiva. Esta se resumió en el uso generalizado del polisémico término “cosmopolitismo” y en una serie de debates y propuestas que tuvieron a la cohesión social, la homogeneidad cultural y los relatos sobre la nación y la construcción de un “nosotros colectivo” en el centro de la escena social y cultural (Bertoni, 2001; Terán; Gramuglio, 2013; Solberg, 1970). Analizamos los matices que se dieron en las narrativas de la época orientadas a apuntalar tales “nosotros” colectivos. Priorizamos el análisis de la educación, y en especial de su prensa, en cuanto espacio vital en el despliegue de acciones y reflexiones orientadas a reformular el vínculo social y también por qué fue uno de los espacios en el que más se transparentaron las negociaciones y conflictos implícitos en esas redefiniciones. Apelamos para esto al concepto sociológico de cohesión social, atendiendo a los enfoques que promueven su redefinición en términos históricos a partir de una vuelta a su sentido durkheimiano original de “pegamento social” y solidaridad (Solano y Cohen, 2007).

En trabajos previos nos interesó analizar los abordajes que desde el campo educativo se hicieron del hecho inmigratorio, los experimentos homogeneizadores más notorios y las alternativas docentes que cambiaron su sentido y sus tiempos de aplicación. En esta ponencia en cambio ahondaremos más en el tipo de relación que se estableció entre el dispositivo educacional y sus órganos de difusión, dos espacios convergentes. Nos situamos para esto en el campo de las representaciones, lo que impone una breve contextualización. Las transformaciones de la sociedad argentina de las últimas décadas del siglo XIX (crecimiento económico, inmigración masiva, surgimiento de nuevos sectores sociales medios y populares) se entrelazaron con nuevas formas de concebir el conocimiento social y su difusión. Fue en gran parte gracias a la consolidación de un sistema educativo y a la emergencia de públicos letrados que una serie de agentes, individuales y colectivos -intelectuales, asociaciones, prensa política y publicaciones periódicas y varios otros- adquirieron protagonismo a través de circuitos de conocimiento y sociabilidad. Es a ese espacio al que interrogamos sobre la emergencia y afianzamiento de narrativas sobre la cohesión social.

PALABRAS CLAVE

Cohesión Social, Prensa Educativa, Argentina

LA PRENSA GREMIAL EN LA PROVINCIA DE RÍO NEGRO: COHESIÓN SOCIAL E INNOVACIÓN

Glenda Miralles

Face, UNCo – IPEHCS

A partir de la década del 80', la historiografía de la educación Argentina renovó su campo de estudio incorporando nuevas fuentes, aunque sin descuidar las fuentes ya conocidas. A la par se fueron incluyendo nuevos enfoques potenciando diálogos multidisciplinares que permitió centrar la atención en los lenguajes, la discursividad, las representaciones y las prácticas. Acorde con la renovación del campo de investigación de la historia de la educación se pretende, a partir de esta investigación, brindar nuevos marcos explicativos en pos de interpretar la realidad educativa en la provincia de Río Negro.

En nuestro país el surgimiento de la prensa escrita fue significativo para la cultura letrada del siglo XIX y supuso la modificación del cuadro tradicional de lectura en Argentina. En este sentido como señala Prieto (1998) se incorporó un nuevo tipo lector surgido de tres acciones; las masivas campañas de alfabetización, la instrucción pública y las publicaciones periódicas.

En la provincia de Río Negro desde mediados del Siglo XX, la prensa ocupó un lugar clave en el desarrollo político, económico, social y educativo con la presencia de una amplia y variada circulación de periódicos que devino en el rol dinámico y preponderante que ejerció.

Estas características permiten reconocer su lugar y su función social como espacio político y también público, en tanto interpela la praxis del Estado al tiempo que posee capacidad de influencia en la sociedad. Por ello podemos afirmar que la realidad social, política y educativa se construye, reconstruye y comunica también desde de la prensa que irrumpe en la sociedad ejerciendo, incluso, un rol contralor de los poderes públicos.

Algunos de los ejemplares indagados en el marco del Proyecto de Investigación que dirijo — prensas de prestigio, prensas locales, prensa alternativa sectorial — permiten sostener que la prensa continuo ejerciendo un rol preponderante en la provincia como espacio formador de la opinión pública que media entre el Estado y la Sociedad, y también advertir que el paulatino desarrollo de prensas “locales” y gremiales, permitió el desarrollo sectorial de las distintas publicaciones que respondieron a su vez geográficamente a las diferencias socio-económicas de la provincia.

En este sentido, se presenta la prensa pedagógica *Quiman*, que en lengua mapuche significa “Quiero saber”, fundada por el gremio docente UnTER, tuvo una vida efímera, pero significativa, en tanto forjó un espacio de construcción y fortalecimiento desde lo gremial, abonando una propuesta cuyo doble objetivo, sindical y pedagógico, procuró instalar en los docentes la necesidad de reflexionar e involucrarse en la política educativa de la provincia. Ambas cuestiones convergieron en la jerarquización de los docentes rionegrinos, en tanto la revista acompañó al lector a realizar determinados caminos, a relacionarse con determinados sujetos y a pensar y pensarse de determinado modo. Con sus matices, las publicaciones que se encuadran dentro de este género pueden definirse como herramientas comunicacionales que informan y, a la vez, son formativas y generadoras de opiniones. Resulta interesante como “desde abajo”, desde las bases, desde el sindicato, se proyectó el tema y en esta línea se puede afirmar que la revista se constituyó en un espacio de comunicación alternativa que interpeló la praxis docente y, al mismo tiempo, la política educativa provincial. A su vez, tuvo una posición comprometida con la transformación educativa, cuya intencionalidad se forjó desde su mandato fundacional, iniciando de este modo un camino de nuevos sentidos y significaciones en las representaciones sociales arraigadas en torno a lo rural en general y a la escuela en particular.

PALABRAS CLAVE

Cohesión Social, Prensa Educativa, Argentina

A “FORMA JORNALÍSTICA” NA RECONFIGURAÇÃO DAS CULTURAS DOCENTES (BRASIL, 1971 – 1974)

Daniel Revah

UNIFESP

Nas últimas décadas do século XX, tanto no Brasil quanto em outros países de Ibero-América, ocorreram reformas educacionais que impactaram de diversas maneiras os sistemas de ensino e as culturas escolares. Nesse mesmo período ocorreram também notáveis transformações nas culturas docentes induzidas em parte pelas reformas. Essas transformações podem ser detectadas e acompanhadas nos periódicos educacionais dirigidos aos professores, constituindo por essa razão uma fonte de pesquisa essencial. Mas esses periódicos, ademais, antes do que espelharem essas mudanças, constituem eles próprios atores importantes nesse processo, pois produzem e fazem circular representações sobre o professor e seu ofício que não são alheias à reconfiguração das culturas docentes que se desenrolou nessas décadas.

No Brasil, um momento importante nessa reconfiguração envolveu a Reforma de Ensino instituída durante o regime militar no início dos anos 1970, por meio da lei 5.692, que reorganizou os níveis do ensino ao reunir o primário e o ginásio num único nível (1º Grau) e transformar o colégio no chamado 2º Grau. São assim reunidas, sob uma mesma categoria (professor de 1º Grau), duas tradições profissionais e culturas docentes muito distintas: a do professor primário e a do professor secundário, pois o ginásio fazia parte do primeiro ciclo do ensino médio.

Nesse mesmo momento, aproveitando a inovação introduzida pela Reforma de Ensino e atendendo as possibilidades abertas pela nova configuração da escola brasileira, a editora Abril lança a revista *Escola* dirigida à nova categoria de professores criada pela reforma: os professores do 1º Grau. A própria revista participa então da construção dessa escola de 1º Grau e dessa categoria docente cuja tradição ainda deveria ser instituída. Ademais, quando se dirige a seus leitores, em particular à “professora”, apresenta-se como uma publicação que não traz apenas a nova concepção de escola e de ensino que a reforma promove, pois ela própria inova quanto à forma de chegar ao professor – nas bancas de jornal – e pelos recursos de comunicação que utiliza, pois coloca a “forma jornalística a serviço do conteúdo pedagógico”, num setor caracterizado “pelo mais insistente arcaísmo”, segundo o editor.

A revista *Escola*, lançada em outubro de 1971, deixa de ser publicada em abril de 1974, após 27 números, e de certo modo renasce na década 1980, quando em março de 1986 o Grupo Abril publica a revista *Nova Escola*, que igualmente tem na “forma jornalística” um princípio constitutivo da sua fórmula editorial. Esta última publicação, ao contrário da primeira, é um grande sucesso editorial e tem uma forte presença entre os docentes.

O trabalho que será exposto apresenta alguns dos elementos que caracterizam as fórmulas editoriais dessas publicações com a intenção de discutir a maneira como esse novo padrão de imprensa educacional que surge nos anos 1970, sob a “forma jornalística”, produz representações e modelos de leitura e formação docente específicos que incidem no processo de reconfiguração das culturas docentes que se desenrola nas décadas finais do século passado.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Docente, Reforma, Ensino

EIXO IV

ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

EDUCAR PARA A ITALIANIDADE NAS TERRAS BRASILEIRAS: EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS MOBILIZADAS PELO ESTADO E PELA IGREJA CATÓLICA (1875 – 1938)

Coordenadora: Terciane Ângela Luchese

A historiografia da educação internacional tem mirado a análise de políticas, estratégias e práticas culturais que contribuíram para a formação de identidades de colonos ou migrantes que se estabeleceram nos países latino-americanos. O objetivo é aprofundar algumas das experiências e estratégias educativas promovidas entre os emigrados da Itália e seus descendentes, estabelecidos, em especial, no Rio Grande do Sul, Brasil, entre os anos de 1875 e 1938. A mobilização de categorias analíticas como as da invenção da identidade nacional ou a construção de comunidades imaginadas, introduzidas por Hobsbawn e Anderson, respectivamente e, apenas para mencionar duas referências, permite pensar a experiência de e/imigração italiana para o Brasil como um campo investigativo profícuo para a compreensão de processos educativos. Desde o início de seu assentamento, os grupos de colonos e emigrantes italianos foram acompanhados por ações e práticas para a defesa e promoção de identidade (italianidade). As experiências foram introduzidas e/ou apoiadas pelas autoridades estatais italianas, mas também por movimentos associativos que emergiram e por membros da Igreja Católica orientados a apoiar a afirmação do catolicismo em conjunto com processos de pertencimento à Pátria Mãe, a Itália. Neste contexto, pretendemos aprofundar alguns itinerários, rotas e estratégias de construção de identidade, pensando entre a italianidade e a brasilidade, as características deste processo que assumiu conotações singulares. No arco temporal do estudo, diferentes momentos da história da Itália e do Brasil se entrelaçam e políticas entram em tensão (conflitos e consensos). Em particular, o painel se concentra no papel desempenhado pela ação pastoral educacional da congregação scalabriniana nas áreas de assentamento da emigração italiana nos estados do sul do Brasil. Juntamente com as práticas pastorais de um dos componentes mais significativos do catolicismo italiano orientados a agir em um sentido transnacional, há também a ação realizada pela imprensa periódica. Numerosos jornais publicados em italiano se constituíram no Rio Grande do Sul (RS) para promover e defender a identidade e os direitos dos italianos. Dentro dessas experiências da imprensa étnica se encontra a iniciativa do jornal 'La Stella d'Italia' e do projeto pedagógico desenvolvido por seu diretor Adelchi Colnaghi durante o início do século XX, em várias viagens dentro do RS para fortalecer uma rede de identidade em sentido étnico, superando os limites da identidade local e regional que, na maioria dos casos, distinguiu comunidades italianas. Também analisando a imprensa, mas produzida na Itália e enviada para o Brasil e o RS, está o caso do 'Il Tamburino' imprensa periódica para crianças italianas no exterior produzida durante o período fascista. Outra experiência, com muitas implicações de caráter pedagógico de massa, são eventos comemorativos que acompanharam os processos de inclusão de grupos italianos no Brasil. Entre eles, o caso das comemorações do Cinquentenário de imigração italiana no RS (1925), oportunidade para estabelecer uma certa representação do colono italiano e imigrante destinado a se tornar uma 'verdadeira' invenção da tradição. Um conjunto de estudos que se coadunam para perceber ações do Estado Italiano e da Igreja Católica na promoção da italianidade no contexto do RS.

CELEBRAR A ITALIANIDADE: A ESCOLA E A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL, ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA (1925–1938)

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise

Em 1924, aos 05 de novembro, o Jornal Staffetta Riograndense, o mais importante periódico católico publicado em italiano no Rio Grande do Sul, Brasil, apresentava em sua capa: “Por meio século, com força tenaz, forjamos o nosso destino nesta terra livre [...] orgulho de nos sabermos cooperadores da crescente prosperidade riograndense”. Foram recorrentes as matérias jornalísticas dedicadas, entre os anos de 1924 e 1926, às celebrações do cinquentenário de imigração italiana para o Rio Grande do Sul. As comemorações do cinquentenário representam um ato fundacional da história da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, afirmando as representações do imigrante italiano como católico e trabalhador. Em torno dos preparativos, das festividades e das memórias criadas a partir do Cinquentenário, as tradições foram reiventadas e a ‘epópeia da imigração italiana’, de trabalho, progresso e fé passou a ser renovadamente lembrado nos processos identitários de descendentes. E a escola frequentada por descendentes dos imigrantes participou ativamente de tais comemorações. Não é demais lembrar que as migrações de massa vivenciadas na passagem do século XIX ao XX são caracterizadas por processos de construção da tradição e de processos identitários em que a escola ocupou papel central. Ampla foi a gama de formas e iniciativas através das quais os poderes locais e as políticas brasileira de um lado e as italianas de outro, buscaram mediar as identidades. O estabelecimento dos grupos de imigrantes nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul (RS) em fins de 1875 foi, progressivamente, acompanhada pelo surgimento de pequenos municípios com nomes das cidades de origem como Nova Roma, Nova Vicenza, Nova Pádua, ou recordando o herói ‘dos dois mundos’, Garibaldi, bem como outros topônimos que marcam o vínculo étnico. O desenvolvimento dos municípios produziu outras marcas identitárias e celebrativas da etnicidade italiana com a inauguração de praças e escolas, de associações de mútuo socorro, de clubes e espaços de sociabilidade como capelas e seu entorno nas áreas rurais. Constituíram espaços de memória que (re)inventaram tradições, negociaram costumes e modos de viver que foram entendidos como ‘italianos’. O objetivo do presente texto é analisar o valor pedagógico das práticas de nacionalização, entre italianidade e brasilidade, tendo em conta as celebrações do Cinquentenário de Imigração Italiana, intensamente vividas nas áreas de colonização do RS, como construtoras de memórias e de processos identitários étnicos, atentando para a escola. Como procedimento metodológico, a análise documental histórica do corpus empírico constituído por relatórios consulares, imprensa, correspondências, livros de atas, entrevistas e fotografias. Atenta-se para as celebrações de cunho étnico, em especial aquelas do cinquentenário de imigração (1925) e outras cerimônias coletivas vivenciadas como as comemorações das *Semanas da Pátria* ou do 20 de setembro. Foram manifestações dos processos identitários étnicos que educaram e ressaltam a nacionalização, em especial nas escolas, podendo ser pensadas pelo viés da negociação, entre italianidade e brasilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Italianidade, Brasil, Imigração

EMIGRAÇÃO, EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE E PROPAGANDA FASCISTA: O CASO DE “O TAMBURINO DA JUVENTUDE ITALIANA NO EXTERIOR” (1931 – 1943)

Anna Ascenzi

Università degli Studi di Macerata

Em 15 de janeiro de 1931, publicado pela Sociedade Anônima Tipografia Luzzatti de Roma da Secretaria-Geral dos Fascios Italianos no Exterior iniciou suas publicações com o periódico quinzenal intitulado “Il Tamburino della giovinezza italiana all'estero” (O Tamburino da Juventude Italiana no Exterior). A revista constituiu um dos frutos mais maduros do ponto de viragem impresso na organização do Fascios no Exterior pelo novo secretário Piero Parini, nomeado por Mussolini em janeiro de 1928 com a tarefa de tornar este corpo o principal instrumento de penetração fascista dentro das comunidades italianas, visando não só, como no passado, sobre as populações adultas, mas também sobre as gerações mais jovens, nesses mesmos anos, também na península, de uma crescente atenção por parte do regime, testemunhado entre outras coisas pelo estabelecimento, em 1926, da Ópera Nacional Balilla (O.N.B.). A partir de 1920 como uma organização do Partido Nacional Fascista (P.N.F.), e depois, em 1925, o Ministério das Relações Exteriores, os Fascios Italianos no Exterior foram o instrumento através do qual Mussolini visava alcançar o objetivo de “fascistizar os italianos emigrados e seus descendentes, para transformá-los em veículos de difusão de sua ideologia” (E. Gentile). Não é por acaso que, em novembro de 1922, pelas diretrizes gerais da política da P.N.F. em relação aos italianos emigrados, o próprio Mussolini não deixou de apontar a necessidade “imediate” para uma “campanha maciça, destinada a estimular o senso de italianidade em todas as massas emigradas e fortalecer os laços com a pátria mãe”. Nessa mesma ocasião, no entanto, Mussolini também enfatizou a oportunidade de criar, em uma data posterior, um “trabalho progressivo para aumentar a conscientização das novas gerações” e, ao mesmo tempo, envolver “algumas minorias mais receptivas de jovens emigrantes” no trabalho de “penetração cultural e espiritual da ideologia nos países de acolhimento” (R. Cantalupo). Como diretor do ‘Il Tamburino’ foi colocado um funcionário obscuro do partido, Carlo Bonciani, mais tarde substituído pelo jornalista Attilio Frescura em abril de 1935, e o tradutor de obras literárias e teatrais Liana Ferri, a partir de setembro do mesmo ano. O intuito é iluminar, nas várias fases (1931-1943) do ‘Il Tamburino’, o papel desempenhado por este periódico de longa duração e ambicioso na disseminação da ideologia fascista, na promoção da identidade nacional e do amor à pátria entre as fileiras da juventude italiana do exterior. Caracterizado por grande número de ilustrações, desenhos e fotografias, uma linguagem gráfica moderna e cativante, capaz de atrair atenção e atender aos gostos de seus pequenos leitores, “Il Tamburino” apresentou, juntamente com uma seleção de romances em episódios, histórias, comédias, rimas infantis e histórias em quadrinhos para crianças e jovens. Também uma série de colunas fixas, às quais, sobretudo, como escreveu no editorial de abertura da primeira edição, Piero Parini, foi encarregado da delicada, porém fundamental, tarefa de “ajudar a pensar e a operar italianamente” a juventude italiana no exterior.

PALAVRAS-CHAVE

Itália, Fascismo, Tamburino

A EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS IMIGRANTES ITALIANOS PELO OLHAR DE ADELCHI COLNAGHI NAS PÁGINAS DO *STELLA D'ITALIA* (RIO GRANDE DO SUL, 1902–1908)

Maria Helena Câmara Bastos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

O fenômeno da imprensa étnica no contexto do Rio Grande do Sul (RS) foi rico e se enquadra no movimento da diáspora italiana no mundo. Hoje, o estudo da imprensa étnica reflete a dinâmica que tem caracterizado a sociedade globalizada, como a mobilidade humana, em perspectiva transnacional, colocando em evidência o papel da imprensa étnica no contexto da emigração e imigração. Com essa premissa, o estudo tem como objetivo analisar a imprensa étnica italiana de Porto Alegre/RS, especialmente a contribuição do jornal mais longo, - o bissemanal, depois trissemanal – «Stella d'Italia», editado de 1902 a 1925, sendo o porta-voz mais creditado da numerosa comunidade italiana do estado. Dirigido pelo milanês Adelchi Colnaghi, o jornal se proclamava independente, partidário de interesses e instituições italianas, principalmente das escolas e promotor do associativismo italiano. No contexto geral, orientado a reforçar processos de defesa identitária, manifestou uma atenção particular à questão da língua e das escolas étnicas, pois «além da difusão dos conhecimentos elementares, tinha o sentido de difusão da *italianità*, de cunho nacionalista». A manutenção da língua e do culto da Itália, como a pátria dos filhos dos imigrantes, era a preocupação das autoridades e também está presente no «Stella d'Italia», de diversas formas, mas especialmente nos Editoriais. O Editor realizou inúmeras viagens ao interior das colônias italianas, divulgando no impresso as visitas efetuadas em escolas e outras instituições sociais e culturais – Nova Trento (jun.1902); Caxias (set.1902); Rio Grande pela Lagoa dos Patos (nov.1902); Pelotas (dez.1902); Encantado, Estrela pelo Rio Taquari (fev/mar.1903); Bento Gonçalves, Garibaldi e São João de Montenegro (out.1903) e tantas outras. No relatório de sua viagem a Bento Gonçalves, relata a visita à escola mista dirigida por Luigi Petrocchi, retratando-a: «una larga e spaziosa sala, ben illuminata, dalle pareti coperte da mappe, carte geografiche e murali, quadri di battaglie dell'indipendenza italiana e dei nostri principal eroi, vidi seduti in bell'ordine, in banchi ben tenuti e comodissimi, oltre novanta bambini dagli otto ai 12 anni, intentissimi ai differenti esercizi impartiti loro» (A. Colnaghi, *Appunti di viaggio*, «Stella d'Italia», a. II, n.160, 8 ottobre 1903, p.1). Informava que o professor realizava com os alunos alguns cálculos, ministrava aula de cosmografia e realizava exercícios físicos. As viagens do Editor e seus relatórios tiveram a intenção de expressar suas opiniões sobre a situação das colônias e, especialmente, a situação das escolas étnicas, denunciando o descaso das autoridades brasileiras e italianas. Dessa forma, Adelchi Colnaghi se posicionava como defensor e promotor da italianidade no Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, buscava contemplar os diversos grupos sociais italianos presentes na sociedade, reunidos em torno do associacionismo de mutuo socorro do qual pretendia dar voz. Além de perseguir o objetivo de tutelar os interesses dos grupos de migrantes italianos, assumiu a escola e a promoção da língua italiana como tarefa imprescindível para garantir a permanência do sentimento pátrio.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Imigração, Stella d'Italia

EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A AMÉRICA, O TRABALHO DE MONS. JOÃO BATISTA SCALABRINI E A CONGREGAÇÃO SCALABRINIANA (1888–1905)

Roberto Sani

Università degli Studi di Macerata

No início de 1990, uma primeira tentativa de leitura orgânica do papel desempenhado pela Igreja Italiana em face do fenômeno maciço de emigração em massa de italianos, a partir da segunda metade do século XIX, o historiador Rosoli observou que os “institutos religiosos de um novo tipo, ou seja, de ‘vida ativa’ e de direção missionária predominante” ainda eram “um capítulo quase inexplorado na história da Igreja contemporânea”, e como “menos explorado” a “relação entre a expansão missionária e a assistência aos emigrantes”. Até hoje, a *lacuna historiográfica* relatada pelo estudioso parece longe de ser preenchida. Na esteira da rica documentação de arquivos e imprensa, o intuito desta contribuição é traçar o desenvolvimento significativo do trabalho religioso-pastoral e educacional realizado nos vários países do continente americano, com especial atenção ao Brasil, pelos Missionários e Missionárias de São Carlo Borromeo com os emigrantes. Sendo os dois institutos religiosos da vida ativa fundados e dirigidos pelo Bispo de Piacenza, Mons. Giovanni Battista Scalabrini, em 1887 e 1895, respectivamente. Do trabalho pastoral, religioso e educacional realizado por Scalabrinianos esta contribuição aprofunda a complexa relação entre espiritualidade missionária e educação religiosa e civil especificamente destinada aos italianos que emigraram para a América. As características das instituições e as práticas pastorais e educacionais (liturgia, práticas devotas, catecismos, escolas, etc.) realizadas pelos discípulos de Mons. Scalabrini no continente americano e o papel desempenhado pela congregação Scalabrini na defesa da italianidade e na promoção de um novo ideal de cidadania e integração de imigrantes nas sociedades e contextos culturais de recepção constituem a análise. Atenção específica será reservada por esta contribuição para o desenvolvimento e uso, pelos scalabrinianos, de novas e incisivas ferramentas pastorais, na consciência da pouca eficácia do catecismo tradicional, focada em grande parte na transmissão mnemônica dos princípios da fé (catecismo) e no exercício das práticas devotas usuais, como evidenciado, entre outros, uma publicidade religiosa e educacional (guias espirituais, obras devocionais, etc.) especificamente para as comunidades imigrantes e atentos aos problemas, necessidades daqueles que tinham sido forçados a deixar a sua terra natal e comunidades de origem, a fim de encontrar trabalho e melhores condições de vida. Para o Bispo de Piacenza, Mons. Giovanni Battista Scalabrini e para a congregação religiosa de Scalabrini, a emigração em massa da Itália constituiu não apenas um dramático desafio social e econômico, mas também, e acima de tudo, um desafio religioso, uma ameaça muito séria à fé cristã dos povos e ao futuro da própria religião católica. Na sua opinião havia uma ligação muito estreita entre a identidade nacional e comunitária e a filiação religiosa das populações: o abandono de seu próprio país e a comunidade de origem (desenraizamento geográfico), o enfraquecimento dos laços parentais e comunitários (desenraizamento afetivo), seria a verdadeira ‘desintegração’ e a perda dos marcos tradicionais que a emigração no exterior implicava (desintegração cultural e perda de identidade). Assim se constituiriam as premissas de desinteresse com os valores morais e religiosos tradicionais e o abandono da fé cristã.

PALAVRAS-CHAVE

Emigração, Itália, Igreja, Imigrante

ITINERARIOS, PROTAGONISTAS Y LUGARES DE EDUCACIÓN NACIONAL EN EL EXTERIOR. PROCESOS DE MIGRACIÓN, ESCOLARIDAD Y CONSTRUCCIÓN PELA IDENTIDADE ENTRE EL MEDITERRÁNEO Y AMÉRICA LATINA

Coordinador: Alberto Barausse

En la segunda mitad del siglo XIX y en la primera mitad del siglo XX, millones de europeos de diferentes nacionalidades dejaron las márgenes del Mediterráneo para alcanzar nuevos lugares y nuevos espacios en busca de nuevas oportunidades y diferentes condiciones de vida.

Después de una fase inicial en que la movilidad humana se dejó en manos de la espontaneidad sin la definición de políticas de migración, se pasó a un período en que la necesidad de un control más cercano de los estados para administrar el movimiento de millones de hombres y mujeres aumentó con políticas más atentas a su preparación y entrenamiento, tanto dentro como fuera de los estados, para facilitar su inclusión en nuevos espacios y lugares de cohabitación multiétnica. El caso italiano y el caso gallego se prestan como campos originales de estudio para verificar el nacimiento y el desarrollo de herramientas y culturas destinadas a promover la alfabetización y las identidades nacionales en los espacios y lugares de emigración para América Latina.

Para el caso gallego, la emigración que se fue asentando en las Antillas y el Cono Sur Americano fundamentalmente, aunque también en menor medida en el Brasil y en América del norte, observó un movimiento asociativo de carácter étnico extraordinariamente dinámico a través de sociedades denominadas “de instrucción”, que tuvo incidencias muy enriquecedoras en la organización de planes de alfabetización, escolaridad y capacitación laboral en los lugares de destino.

En Brasil se constituyó uno de los más importantes y significativos espacios y lugares de llegada de millones de emigrantes europeos, muchos de ellos italianos. La movilidad en el exterior impone la necesidad de iniciar experiencias de escolarización sin precedentes.

El panel pretende enfocar algunos estudios de caso para destacar el compromiso asumido en las áreas de colonización y emigración para la educación de los hijos de emigrantes italianos. Las áreas de colonización de Rio Grande do Sul o de las áreas de emigración en el Estado de São Paulo representan ejemplos a los cuales las investigaciones escolares y educativas históricas enfocan, las especificidades de los contextos de llegada en los cuales diferentes caminos de integración e circulación (tras)nacional maduran de la educación. Es necesario profundizar el conocimiento de la red de escuelas nacidas en el contexto de la emigración, pero también de los protagonistas, especialmente de los profesores, que alimentaron el nacimiento y el desarrollo de las escuelas en nuevos espacios y lugares de emigración. El panel pretende, entre otras cosas, promover una comprensión más profunda de los reflejos causados por el fenómeno migratorio en las prácticas de enseñanza y en el conocimiento que acompañó la aculturación escolar por las disciplinas, la producción de útiles escolares, como los libros didácticos, en relación al fenómeno migratorio.

El panel pretende concentrarse en un alcance especialmente significativo para evaluar la adaptación o retrasos de los cultivos escolares frente a la explicación de los fenómenos más complejos en la era de la gran movilidad humana.

O ALFABETO DO EMIGRANTE TRANSOCEÂNICO: MANUAIS E GUIAS DE INSTRUÇÃO E PREPARAÇÃO À EXPATRIAÇÃO

Michela D’Alessio

Università degli Studi della Basilicata

O contributo se propõe a examinar – na manifestação do fenômeno migratório quais são os aspectos importantes da vida nacional na Itália dos primeiros anos do 1990 – as respostas que o Estado deu sobre o plano da proteção e assistência de quem se locomoveu para novos lugares e espaços de vida além do oceano. Um papel fundamental em tal direção de política migratório foi ligada ao *Commissariato Generale dell’Emigrazione* (Comissariado Geral da Emigração), instituído em 1901, para favorecer a primeira alfabetização das classes populares e, portanto, a preparação cultural e profissional dos emigrantes, através da aquisição de conhecimentos úteis e de aspectos educativos sobre a consciência dos seus próprios e a manutenção da própria identidade originária.

Além das intervenções voltadas à abertura de escolas populares nas áreas da Itália com maiores correntes migratórias, a tarefa de assistência ao emigrante que partia foi confiada a uma série de instrumentos de informação entre as quais guias opúsculo a vademecum contendo notícias, indicações, conselhos e advertências úteis. O contributo se propõe à ilustrar as características formais e os conteúdos disciplinares e educativos de tais “livros-guia” publicados principalmente pelo *Commissariato Generale dell’Emigrazione* (Comissariado Geral da Emigração) e por outras instituições laicas e religiosas com grande sucesso e difusão. Propõe, sobretudo, focalizar o olhar sobre o tipo de preparação favorita de tais textos em sua duplo valência de instrumento didático de primeira alfabetização, guias de utilidades práticas e de meios de formação de uma consciência social e de classe.

Uma atenção particular será voltada, além como esta produção periegetica, a uma série de instrumentos didáticos e manuais de instrução do emigrante, entre os quais publicações dos órgãos delegados para a luta contra o analfabetismo particularmente empenhados nas iniciativas a favor das classes populares.

Além da posse do alfabeto, portanto, tais textos didáticos e guias permitiam formas de tutela e preparação dentro e fora do país de pertença, para educar sobretudo o emigrante a saber mover-se e a saber integrar-se em novos espaços e lugares de convivência civil longe da própria pátria de origem.

PALAVRAS-CHAVE

Manuais, Instrução, Migração

ESCOLAS ÉTNICAS, ITALIANIDADE E LIVROS ESCOLARES ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX. O CASO DE SÃO PAULO E DOS SILABARIO E LEITURAS / *PICCOLI ITALIANI IN BRASILE* POR GAETANO NESI E GEMMA MANETTI NESI

Alberto Barausse

Università degli Studi del Molise

Poucos e limitadas são as pesquisas para estabelecer melhor o mapa de alguns tipos de escolas realizadas no período da segunda e terceira colonização (Luchese, 2011; Barausse 2016) o da imigração italiana ao longo da década Vinte. Ainda é preciso investigar a rede das escolas étnicas italianas colocadas no contexto paulista ou naquele de Minas Gerais, ou de Santa Catarina. Limitadas são, também, as pesquisas focadas sobre a cultura destas escolas, a partir dos livros didáticos difundidos. Através de uma abordagem orientada pelo aprofundamento local (Magalhães, 2018), o texto pretende apresentar a proposta de uma investigação mais aprofundada da rede das escolas elementares italianas promovida no Estado de São Paulo e da circulação dos livros didáticos italianos. Objetivo é não somente iniciar a reconstrução de um mapa das escolas italianas no contexto paulista e paulistano mas, também, de individuar a natureza delas (associativa, privada, subsidiada, religiosa, ect.), as características (articulação e composição das turmas mistas por idade ou por sexo, número de inscritos e efetivos, taxas de inscrição e formas de subsistência), a organização e os conteúdos educativos e pedagógicos (escola diurna e noturna, articulação em graus, ensino mnemônico ou ensino intuitivo, conteúdos curriculares incluindo história e geografia ou catequese), as características, formação e condição dos professores. Nesta perspectiva o texto pretende apresentar o papel exercido pelos livros escolares na formação da identidade dos italianos imigrantes no Brasil e nas escolas de São Paulo. Em primeiro lugar o texto analisa as orientações das autoridades políticas e ministeriais italianas no âmbito de livros escolares a serem destinados aos italianos nas escolas coloniais ou étnicas. Ao mesmo tempo, através da análise de fontes inéditas, que são aquelas produzidas pelas autoridades consulares, se ilustrarão as problemáticas que a distribuição e a circulação dos livros escolares levantaram na relação com os grupos coloniais. O texto ilustrará as características da produção editorial introduzida nas escolas étnicas instituídas em diversos estados. Junto a essa, porém, encontraram livros produzidos diretamente pelos imigrantes italianos no Brasil. Nesse contexto o texto pretende concentrar-se no silabário e nos livros de leituras produzidos por Gaetano Nesi e Gemma Manetti Nesi, os quais em dezembro de 1894 fundaram e dirigiram o Ateneo Convitto italiano “Ai nostri Monti”. A análise textual dos livros escolares *Piccoli Italiani in Brasile* se concentrará, particularmente, nos livros destinados para as primeiras classes elementares. Serão colocadas em evidência as passagens mais significativas destinadas a incidir, de acordo com as autoridades italianas, na construção de um processo de identidade que soubesse conjugar a apropriação linguística italiana com a aquisição de valores e normas comportamentais consideradas essenciais também no imaginário coletivo brasileiro como a laboriosidade, a honestidade, o respeito pela autoridade civil e religiosa, o sentimento de caridade pelos humildes.

PALAVRAS-CHAVES

migracao italiana Brasil, escolas etnicas italianas, Sao Paulo, cultura escolar,

PROFESSORES EM VIAGEM: UM OLHAR TRANSNACIONAL PARA E/IMIGRAÇÃO DE PROFESSORES ITALIANOS PARA O RIO GRANDE DO SUL, BRASIL (1875– 1914)

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul

Entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, o intenso processo de entrada de imigrantes no Brasil produziu diversas mudanças, dentre as quais, a constituição de escolas caracterizadas como étnicas pelo idioma utilizado e modos como operavam em seu cotidiano. O intuito desse texto é compreender a circulação, os saberes e as principais práticas produzidas por professores que e/imigraram para o Rio Grande do Sul e atuaram nas escolas, muitas delas com marcas étnicas. Alguns destes professores também assumiram a função de agentes consulares. Na bagagem desses professores, uma diversidade de práticas culturais foi transportada e confrontada com os diversos modos de viver nos locais em que se estabeleceram. Pautada nas contribuições da História da Educação e História Cultural procedi à análise documental histórica de corpus empírico composto por leis, correspondências, relatórios, fotografias, entrevistas e jornais. Considero que o emigrado constitui as primeiras experiências no território da 'Pátria-Mãe', espaço em que aprende valores, hábitos, costumes, tradições religiosas e culturais que produzem um modo de ser no mundo. Ao atravessar fronteiras, novos modos de viver e conviver se confrontam na 'Pátria de destino'. Pela diferença, estabelecem negociações, conflitos, tensões e reinvenção de tradições nas dinâmicas culturais que se reconfiguram no tempo e no espaço. Ao pensar essas pessoas em deslocamento se configura a importância de ponderar os contextos históricos para além das fronteiras nacionais. Nessa investigação, interessa, em particular, os docentes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul no recorte temporal de 1875 – 1914, época de maior fluxo migratório. Abramo Pezzi, Julio Lorenzoni, Jacinto Targa, dentre tantos outros. Muitos emigraram de forma espontânea. Alguns foram selecionados e enviados para o Brasil pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália para assumirem a função de professores e agentes consulares. As práticas e os modos como produziram marcas no processo escolar, podem ser compreendidas cruzando documentos entre o contexto italiano e o brasileiro, permitindo complexificar e aprofundar a compreensão da história da escolarização entre imigrantes 'italianos' no Brasil. Penso as escolas étnicas como iniciativas ímpares, pois foram espaços relevantes de socialização, aprendizagem e configuração de processos identitários. Portanto, uma análise que olha a história da educação, de modo transnacional, entre o Brasil e a Itália, a partir da presença de sujeitos que atuaram como professores e, alguns, também como agentes consulares.

PALAVRAS-CHAVE

Professores e agentes consulares, Escolas italianas, História transnacional, E/imigração

MIGRACIÓN GALLEGA Y PROCESOS DE ESCOLARIZACIÓN: LA HISTORIA DE LAS SOCIEDADES DE INSTRUCCIÓN ENTRE EDUCACIÓN POPULAR Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA. UNA HISTORIA PARA ENTENDER Y GUIAR LA EDUCACIÓN INTERCULTURAL HOJ

Josè Malheiro

Universidade da Coruña

La historia reciente de Galicia está condicionada por su pasado migratorio a América. El contingente humano que salió de Galicia entre mediados del siglo XIX y comienzos del siglo XX se fue asentando en las Antillas y el Cono Sur fundamentalmente, aunque también en menor medida en el Brasil y en América del norte. Encuadrada en el contexto general migratorio europeo finisecular, Galicia observó de modo particular un movimiento asociativo de carácter étnico extraordinariamente dinámico a través de sociedades denominadas “de instrucción”, que tuvo incidencias muy enriquecedoras en la organización de planes de alfabetización, escolaridad y capacitación laboral en los lugares de destino; como también, y en parte inéditas y genuinas respecto a otras comunidades migrantes europeas, en los lugares de partida, de forma heterogénea y con diferenciados planteamientos ideológicos en un marco de educación popular y construcción de ciudadanía (Malheiro Gutiérrez 2006, 2013, 2018a, 2018b; Costa Rico 2008)). A los procesos de alfabetización y escolaridad llevados a cabo de forma directa por las sociedades denominadas “de instrucción” hay que sumar el efecto indirecto de la alfabetización y escolaridad que se observa también en aquellas zonas de Galicia donde el fenómeno migratorio fue más intenso (Gabriel 1990, 1998, 2011, 2013).

Este pasado migratorio tiene una proyección hasta el presente, situando a Galicia en la actualidad como una singular comunidad receptora de extranjeros y retornados, siendo estos en una proporción considerable descendientes, en segunda y tercera generación, de aquéllos que un siglo atrás abandonaron su tierra natal, y que cierran de este modo un extraordinario ciclo vital. Pero, ¿esta parte tan importante de nuestra historia reciente está presente en los contenidos curriculares de nuestro sistema educativo? Consideramos que un mayor conocimiento sobre nuestro pasado migratorio podría ayudarnos a comprender las distintas caras de la inmigración en el presente, a las que hay que sumar la de los exiliados y refugiados, para adoptar una nueva perspectiva sobre asuntos humanitarios de carácter intercultural o multicultural y generar actitudes empáticas y de apoyo que ayudarán a cambiar nuestras mentalidades.

PALABRAS CLAVE:

Procesos migratorios, inmigración y escuela, interculturalidad, multiculturalidad



EIXO V

ESPAÇOS, TEMPOS E
ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
DA ESCOLA MODERNA

ESTÉTICA, SENSIBILIDAD Y EMOCIONES EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN. BALANCES Y DESAFÍOS

Coordinador: Pablo Pineau

El llamado “giro sensible” presente en las ciencias sociales en los últimos años ha consolidado nuevos objetos de estudio basados en el análisis de los sujetos, los discursos y las formas de distribución, producción y apropiación de saberes y prácticas vinculados al llamado “mundo emocional”. De acuerdo a esto, la manifestación y represión de gustos, sentimientos y emociones son tópicos sociales y culturales que se aprenden y se enseñan. Pero, llamativamente, el lugar principal que los sistemas educativos juegan en estos procesos no ha sido tomado en cuenta lo suficiente por los abordajes más difundidos, en especial en su actuación sobre las infancias y juventudes y su impacto en sus espacios cercanos como los familiares y laborales, lo que permitiría reconstruir los procesos de su constitución y no sólo sus efectos

A lo largo del siglo XIX y XX, las sociedades modernas convirtieron a la escuela en una de las herramientas privilegiadas para llevar a cabo potentes procesos de unificación de costumbres, prácticas y valores en las poblaciones que le fueron asignadas. La volvieron un dispositivo capaz de llevar a cabo el objetivo moderno de que las poblaciones compartieran una cultura común -basada en una misma ética, una misma estética y una misma sensibilidad- necesaria para los progresos prometidos y soñados. Las marcas son premiadas o sancionadas, permitidas, estimuladas o prohibidas, de acuerdo a su grado de adaptación a los modelos impuestos por las instituciones educativas que las generaron.

De acuerdo a estas premisas, en los últimos años nuestro campo académico ha producido un conjunto de investigaciones que generaron miradas y términos específicos, y resultados concretos sobre objetos recortados. Esta mesa busca hacer un balance de esas producciones, a la vez que identificar un conjunto de desafíos para su continuación y profundización.

A LA PATRIA, POR LA VISTA. ESTÉTICA ESCOLAR Y RÉGIMENES EMOCIONALES EN EL CENTENARIO DE LA INDEPENDENCIA Y EN EL *PLAN DE CHILENIDAD* (CHILE, 1910–1941)

Pablo Toro-Blanco

Universidad Alberto Hurtado, Chile

La presente ponencia tiene como propósito abordar dos episodios de promoción de nacionalismo y patriotismo en el sistema educativo chileno, analizándolos a partir de los conceptos de estética escolar (Pineau, 2014) y régimen emocional (Reddy, 2001). En primera instancia, se estudia las iniciativas desarrolladas para construir estética y afectivamente el sentimiento patrio en el contexto de los festejos por el Centenario de la Independencia de Chile (1910). En la medida que el motivo propiciatorio estaba integrado en una operación cultural de más amplia escala (la conmemoración del primer siglo de vida independiente), se generó tanto un tipo de acciones estéticas como de inducciones emocionales que, se propone en esta ponencia, tuvieron como característica integrar las dimensiones internas del espacio escolar con el espacio público mediante el recurso de actos de contenido público, desfiles, marchas y otros dispositivos tendientes a emocionar a estudiantes y público, galvanizando la convicción en el rol de la escuela como conjuro a la crisis de identidad nacional y a la Cuestión Social.

El segundo caso, enmarcado en el gobierno del Frente Popular (1938-1941), encabezado por el profesor y abogado radical Pedro Aguirre Cerda, corresponde a un contexto en el que se buscó promover contenidos propios de un “nacionalismo cívico” que debería apartarse tanto de la interpretación autoritaria del pasado nacional, legitimadora de grupos conservadores y algunos sectores racialistas, como también de una lectura basada en el conflicto de clases. En vez de ello, se esperaba transmitir la idea de pertenencia a una comunidad social, política y culturalmente integrada gracias a la mediación del Estado y orientada hacia el progreso económico. En virtud de ello, en 1941 el gobierno lanzó una campaña bajo el rótulo de *Plan de Chilenidad*. Entre sus distintos alcances, el Plan establecía que cada escuela y liceo debería tener una “Sala Chile”.

A partir de los dos episodios aquí señalados, el propósito de esta ponencia es reflexionar sobre las implicancias de la promoción oficial de imágenes así como explorar la materialización de una específica “estética de la chilenidad” presente tanto en las iniciativas educacionales asociadas al Centenario como al *Plan*. Se busca, por ende, delimitar sus fundamentos, referentes y medios.

PALABRAS CLAVE

Chile, Nacionalismo, Patriotismo, Frente Popular

ESPACIO ESCOLAR, FORMACIÓN DOCENTE Y PRODUCCIÓN DE SENSIBILIDADES: EL CASO DE LA ESCUELA NORMAL “MARIANO ACOSTA” DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

Pablo Pineau

UBA

El desarrollo actual de la historia de las emociones ha permitido desnaturalizar las interpretaciones sobre la vida afectiva y analizar la construcción de distintos sistemas sensibles a lo largo del tiempo. En función de su condición histórica y cultural, las diferentes maneras de expresar y reprimir los sentimientos se transmiten, se aprenden y se enseñan.

Coherente con eso, este escrito se ubica en las indagaciones sobre “estética escolar” en la Argentina moderna que venimos desarrollando desde hace algunos años. Se entiende por tal objeto de investigación al registro de las operaciones escolares que producen sensibilidades individuales y colectivas a partir del otorgamiento de juicios de valor efectivos a las sensaciones percibidas por los sujetos.

El espacio escolar y su uso ha sido objeto de esas operaciones estetizantes de producción de sensibilidades. Esta situación tomó un peso especial en las Escuelas Normales, “las Escuelas de la Escuelas”, instituciones creadas en la segunda mitad del siglo XIX para la formación de los docentes del sistema. Este trabajo busca analizar algunas de las formas de sensibilidad al respecto que se han presentado en una institución emblemática específica: la Escuela Normal de Varones -luego red denominada “de Profesores”- “Mariano Acosta” de la Ciudad de Buenos Aires (Argentina), desde su fundación en 1874 hasta aproximadamente mediados del siglo XX.

Su primera sede provisoria fue una casa situada cerca de la plaza principal y la casa de gobierno. En 1889 fue trasladada a su actual locación en lo que entonces eran los bordes de una ciudad que se expandía, en un edificio específico que para tal fin realizó la Dirección de Arquitectura de la Nación. En la década de 1940 esa construcción fue fuertemente modificada y ampliada al calor de los cambios políticos, sociales y culturales contemporáneos.

Como se desprende de ese breve relato, su historia institucional se tejió en sintonía con la historia general del país, con la historia específica de la ciudad, y con sus historias educativas. En este escrito haremos hincapié en esos cruces en la producción de sensibilidades de los sujetos que la habitaron en lo que respecta al uso de los espacios.

En lo que respecta al material de archivo, se trabajará con fuentes diversas, entre las que se privilegiarán los planos edilicios, las fotografías, los relatos de alumnos y docente, y la cultura material remanente. Esto es posible ya que la institución cuenta con un Archivo Histórico y con un Aula Museo inaugurados en 2009 dentro del proyecto institucional “Espacios de Memoria”.

PALABRAS CLAVE

Argentina, Escola Normal, Mariano Acosta

ACERCA DE LOS MOVIMIENTOS DE LAS IMÁGENES Y DE LOS CUERPOS EN LA CINEMATOGRAFÍA DOCUMENTAL SOBRE CULTURA FÍSICA

Eduardo Lautaro Galak

CONICET/UNLP-IdIHCS

Partiendo de reconocer que en los últimos años viene desarrollándose, dentro de las ciencias sociales, un posicionamiento teórico signado como “giro sensible”, el cual implica una serie de resignificaciones sobre los lugares de las emociones, los afectos y las sensibilidades en la modernidad tardía, en la presente investigación se analizan las analogías de este proceso con otro desplazamiento teórico posible de ser denominado como “giro culturalista del cuerpo”, que entraña concebir lo corporal como territorio que escapa a su sentido tradicional estrictamente material, físico, anátomo-fisiológico. De esta manera el carácter simbólico antes que biológico en las significaciones sobre las sensibilidades y sobre los cuerpos es puesto de manifiesto. Inclusive, puede señalarse que en la actualidad es posible identificar una radicalización de estos desplazamientos teóricos, que conducen *nuevamente* la universalización de lo sensible y de lo corporal a raíz de establecer como puntos de partida su lugar *esencialmente* social. De este modo, se tornan parte de la retórica legitimadora, por caso, la máxima que indica que “el cuerpo es una construcción social” o la posibilidad de curricularizar una “educación emocional” que interprete lo afectivo como objeto universal.

Ahora bien, reconociendo los límites de la radicalización de estos giros, en este trabajo se estudian los posicionamientos políticos y registros estéticos de la prensa cinematográfica argentina en el periodo de su mayor producción y exponencial desarrollo de su industria: entre 1938, año de inicio de la empresa filmica informativa más importante, “Sucesos Argentinos”, y 1955, cuando se produce una resignificación de la bajada de línea editorial producto de la interrupción democrática por el derrocamiento de Perón. La pretensión es observar específicamente las narrativas audiovisuales respecto de la Educación Física como modo principal de pedagogización estatal de los cuerpos y de las sensibilidades –o del “carácter”, como aparece en el lenguaje de la época–.

Con ello se propone poner en juego una exhibición de imágenes en movimiento que muestran paralelamente una simultaneidad (en los “modos de hacer”) y una homogeneidad (en lo que según Rancière podría denominarse como “modos de ser sensible”). Desfilando y representando figuras geométricas o frases patrióticas, los cuerpos de las exhibiciones gimnásticas analizadas muestran la analogía de los cuerpos individuales con los cuerpos colectivos, fundiéndose lo sensible (progreso, patriotismo, grandeza, orgullo, pertenencia) en lo corporal (orden, método, técnica, fortaleza). De modo análogo, las imágenes de actividades físicas realizadas por un individuo frente a la cámara, mostradas mediante la técnica de *slowmotion* en primeros planos, representa el lugar de la particularidad, de la importancia de que conjuguen los modos de hacer “correctos” con los modos de ser sensible considerados como “correctos”.

PALABRAS CLAVE

Corpo, Imagem, Cinema, Audiovisual

O ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA E A “EDUCAÇÃO DA AFETIVIDADE”

Heloísa Helena Pimenta Rocha

Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Brasil)

O medo, a vergonha, a cólera, a alegria atravessam os tempos, como assinalam Corbin, Courtine e Vigarello (2016). No entanto, o sentido assumido por essas emoções muda historicamente, variando suas formas, suas nuances, sua intensidade, conforme realçam os autores, que convidam os historiadores a seguir a presença da emoção na história, de modo a dar conta do seu impacto sobre a sensibilidade, a cor e a tonalidade de cada contexto cultural. As reflexões dos autores se aproximam das proposições de Frevert (2014), que postula que as emoções têm história e fazem história, sublinhando a dimensão histórica e cultural das emoções. Por meio de tais formulações, a autora procura realçar as distinções entre as emoções experimentadas pelas gerações passadas e as emoções vivenciadas no tempo presente, bem como as peculiaridades das formas de expressão emocional e das regras segundo as quais se configuram as ações resultantes das emoções, em diferentes contextos. Interessada na compreensão das formas como as emoções são culturalmente adquiridas, negociadas e experienciadas, Frevert aponta para o papel da educação e das instituições educativas nesse processo, alertando para a importância de flagrar os diversos modos de incorporação das emoções e as diferentes estratégias por intermédio das quais se intenta produzir emoções. Nessa perspectiva, o conceito “regime emocional”, formulado por Reddy (2001), mostra-se particularmente fecundo, uma vez que permite interrogar acerca das emoções normativas, bem como dos rituais, práticas e objetivos emocionais por meio dos quais as emoções se expressam ou são impostas.

Esta comunicação incide sobre a dimensão emocional da socialização da infância que se dá pela via da escola, uma vez que busca oferecer elementos para o exame das emoções e sentimentos presentes nos processos educativos e nas formas como a escola procurou assegurar a sua transmissão. Toma como fonte as “Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental”, de autoria do professor Faria de Vasconcellos, publicado em Portugal, no final do século XIX, o qual circulou entre os educadores do estado de São Paulo, nas décadas iniciais do século XX. Examina-se, de forma mais detida, o capítulo intitulado “a afetividade”, procurando interrogar o lugar conferido, nas reflexões do autor, à gestão das emoções e dos sentimentos, nessa obra voltada para o estudo científico da criança, com vistas a guiar o trabalho pedagógico. Interessa, nesse sentido, atentar para as emoções e sentimentos que configuram a proposta de “educação da afetividade” postulada pelo autor, bem como para os padrões emocionais em que se inscrevem, uma vez que, segundo defendia: “o pensamento como a ação dependem intimamente da vida sentimental, emotiva e instintiva”.

PALAVRAS-CHAVE

Emoção, Afetividade, Regime Emocional, Infância

REVISITANDO LA HISTORIA DE LA SENSIBILIDAD EN EL URUGUAY. TRES DÉCADAS PARA UN BALANCE DEL GIRO SENSIBLE EN LA HISTORIOGRAFÍA URUGUAYA

Antonio Romano

Universidad de la República

1989 representa un momento particular en la historiografía uruguaya. La caída del muro de Berlín y el declive del marxismo como perspectiva de análisis, vino acompañada de la aparición de un nuevo enfoque historiográfico que sin abandonar la idea de modo de producción para pensar las transformaciones que se produjeron en el último tercio del siglo XIX, incorpora a los cambios en la “sensibilidad” como un complemento para analizar las transformaciones sociales ocurridas en el 900. Según su autor: “Un modo de producción nuevo -como el que estaba gestándose en el Uruguay de 1860 a 1890- implicaba cambios en la sensibilidad, modificaciones del sentir para que a la vez ocurrieran las transformaciones sustanciales en la conducta. Y así sensibilidad y cambio económico entrelazados, no son ni causa ni efecto el uno del otro, sino factores que tanto se abren camino juntos como se limitan y obstruyen el paso. Lo que cuenta en estos lazos entre sensibilidad y modo de producción es, entonces y antes que nada, advertir su correlación, notar que cierto esfuerzo de ascetismo de toda la sociedad fue contemporáneo de su “modernización” y que ambos fenómenos se alimentaron mutuamente y se necesitaron.” (Barrán, 1990: 21). En este trabajo pretendemos hacer un balance sobre la influencia de esta perspectiva en los trabajos de historia de la educación en estos últimos años, tratando de dar cuenta de las formas en que articularon las relaciones entre modos de producción y cambios en la sensibilidad.

PALABRAS CLAVE

Uruguai, Transformação

EIXO VI

A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL
DO MODELO ESCOLAR E DOS
SABERES PEDAGÓGICOS

MODELOS Y SABERES PARA EL DESARROLLO: INTERSECCIONES ENTRE LOS ESTADOS UNIDOS, LAS AGENCIAS EDUCATIVAS INTERNACIONALES Y LAS POLÍTICAS NACIONALES. LOS CASOS DE ARGENTINA, CHILE Y PERÚ (C.1950-C.1970)

Coordinador: Pablo Toro-Blanco

En el escenario que se abrió tras el fin de la Segunda Guerra Mundial y con el surgimiento de un orden educativo crecientemente global, expresado en el establecimiento de agencias y organismos de alcance transnacional, la circulación de modelos y saberes educacionales se incrementó, tanto en su cantidad como en su velocidad e intensidad de operación. Dado el contexto de desafíos comunes que enfrentaban los países latinoamericanos (transformación económica para adaptarse al nuevo orden capitalista, acompañada de esfuerzos por encauzar de manera democrática las fuertes tensiones sociales y políticas), se hizo frecuente que tales modelos y saberes fueran requeridos para acometer las tareas del desarrollo nacional. Así, por ejemplo, se puede constatar en lo que respecta a la urgencia de combatir el analfabetismo y promover la educación rural (como se presenta en la ponencia de Antonio Espinoza respecto al caso de Perú) o en la necesidad imperiosa de establecer cambios en el sistema de formación de docentes normalistas (tema que abordado tanto en su dimensión continental en la ponencia de Laura Rodríguez como en el caso específico de Chile a través del texto de Camila Pérez). Complementariamente, la circulación de modelos y saberes de proveniencia norteamericana se hizo visible en la década de 1960 mediante iniciativas que tuvieron como propósito analizar, clasificar, evaluar y promover aprendizajes en la población escolar en expansión, ya fuera a través de técnicas psicométricas (como en el caso de Argentina y Chile, estudiado por Cristina Alarcón) o utilizando la orientación y consejería escolar (analizadas, para el caso chileno, por Pablo Toro-Blanco). En todos los casos propuestos, es posible notar que existen tendencias en conflicto: propuestas nacionalistas versus proyección de intereses estratégicos o geopolíticos de los Estados Unidos; estrategias de continuidad de proyectos y programas formativos puestas a prueba por modelos nuevos de formación docente; políticas novedosas de evaluación y conceptualizaciones del acompañamiento adulto respecto a la población escolarizada frente a prácticas arraigadas localmente. En suma, a través de la propuesta de este panel se espera poder dar cuenta de clivajes fundamentales en las políticas educacionales de tres países latinoamericanos cercanos geográficamente e históricamente, en proceso de integración a marcos de acción educacional de escala transnacional.

DOCILIDAD VERSUS RESISTENCIA. LA CIRCULACIÓN DE SABERES, PRINCIPIOS Y TECNOLOGÍAS PSICOMÉTRICAS ESTADOUNIDENSES EN CHILE Y ARGENTINA (1960–1970)

Cristina Alarcón

Humboldt-Universität zu Berlin, Alemania

La presente ponencia tematiza la circulación y recepción de saberes y tecnologías psicométricas provenientes de los Estados Unidos en Latinoamérica. Tal proceso de circulación se produjo durante el contexto geopolítico de la “Alianza para el progreso”; un programa de asistencia económica, política y social de EE. UU. para América Latina desarrollado en los años 60. Fue en ese contexto cuando un conjunto de organizaciones privadas estadounidenses sin fines de lucro tales como el *College Board (CB)* y el *Educational Testing Service (ETS)*, en coordinación con organizaciones internacionales como la UNESCO, así como organizaciones filantrópicas como la Fundación Ford fomentaron la difusión de saberes y tecnologías psicométricas en el cono sur. Una de aquellas tecnologías fue el Scholastic Aptitude Test (SAT) un test de admisión universitaria estadounidense, y su principio de orden subyacente aptitud. El trabajo investiga, en primer lugar, la configuración de una red de expertos latinoamericanos, en su mayoría psicólogos con cargos en Universidades públicas, quienes formados en el ETS se encargaron de difundir aquellos saberes en sus respectivos países. En segundo lugar, compara los procesos de recepción de aquellos saberes para el caso chileno y argentino. El argumento central de la ponencia es que la circulación de saberes, principios y tecnologías psicométricas, promovida por aquella red de expertos, inauguraría un nuevo régimen de gobierno del proceso de enseñanza-aprendizaje con efectos culturales, educativos, epistémicos y subjetivos de consideración. El segundo argumento es que los procesos de circulación de aquellos saberes, principios y tecnologías, y específicamente del SAT, en Chile y Argentina, fueron de carácter esencialmente divergentes. Mientras en el primero el SAT fue adoptado y adaptado como prueba de admisión a nivel nacional, en el segundo, la adopción de la misma tecnología fue impedida por distintos actores. Por ello, el primer caso podría calificarse como un ejemplo de recepción dócil, el segundo como recepción resistida. La ponencia sigue en términos teórico-metodológicos los estudios de investigación de transferencia histórico-comparativa (Steiner-Khamsi 2000); (Schriewer 2001). El foco del análisis basado en aportes sociología crítica estará puesto en los discursos de los actores políticos, académicos, científicos y sociales locales. El artículo se basa en publicaciones periódicas, documentos oficiales (Parlamento) y en fuentes primarias del Archivo Central de Andrés Bello (Santiago de Chile) y el Rockefeller Archive Center (New York, USA).

PALABRAS CLAVE

Resistência, Universidade, Chile, Argentina

AGENCIAS INTERNACIONALES E INTENTOS DE MODERNIZACIÓN DE LA ESCUELA NORMAL CHILENA (CA. 1960–CA. 1970)

Camila Pérez-Navarro

Universidad de O'Higgins, Chile

La presente ponencia tiene como objetivo analizar los intentos de modernización de la Escuela Normal chilena, a la luz de las políticas educativas sobre formación inicial docente promovidas por agencias internacionales durante las décadas de 1960 y 1970. En particular, se estudia la influencia de agencias como la Organización de Estados Americanos (OEA) y la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) en la transformación del normalismo en Chile.

Históricamente este trabajo se enmarca en el período de adopción por parte de distintos gobiernos chilenos del proyecto de la Alianza para el Progreso, un programa estadounidense de ayuda económica y social para América Latina tendiente a contrarrestar la influencia del discurso reivindicativo de la izquierda política y profundizar el imperialismo de Estados Unidos. En el caso de Chile, esta política acabó ejerciendo influencia determinante durante los gobiernos de Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964) y Eduardo Frei Montalva (1964-1970).

La influencia de la OEA y la UNESCO se evidencia tanto en la política de Planteamiento Integral de la Educación Chilena diseñada e implementada durante el gobierno de Alessandri Rodríguez (en particular, en la aplicación de nuevos planes de estudio de las escuelas normales a inicios de 1964), como en la reforma educativa llevada a cabo por el gobierno de Frei Montalva en junio de 1967, la cual transformó las escuelas normales fiscales en instituciones postsecundarias y modificó –nuevamente– los planes y programas de estudio.

Con base en el análisis de fuentes primarias como informes ministeriales, documentos legislativos, archivos de prensa y entrevistas realizadas a actores de la época, la ponencia confirma lo sugerido por autores como Iván Núñez, Cristián Cox y Jacqueline Gysling, quienes sostienen que el fin de las escuelas normales no se explica únicamente por razones políticas –como a menudo se señala–, sino que respondió a varios intentos de modernización de la formación docente.

PALABRAS CLAVE

UNESCO, OEA, Modernización, Chile

LA ESCUELA NORMAL EN AMÉRICA LATINA: BALANCES Y PROYECCIONES REALIZADAS POR LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) EN LOS AÑOS DE 1960

Laura Graciela Rodríguez

CONICET/IdIHCS-UNLP, Argentina

Hacia los años de 1940, organismos internacionales como Unesco y OEA comenzaron a organizar reuniones con delegados de distintos países para tratar el “problema” de la educación secundaria en general, y de las Escuelas Normales en particular. Por ejemplo, en 1948 se realizó en Caracas el Seminario Regional de Educación en América Latina donde se formuló un análisis sobre los planes de estudios y programas de las Escuelas Normales. En 1958, el representante de la OEA, el argentino Luis Reissig, director de la revista *La Educación*, explicó que el Proyecto Principal de la Unesco sobre Extensión de la Enseñanza Primaria en América Latina era una buena oportunidad para empezar a encarar una reforma de la Escuela Normal en la región. Entre 1950 y 1964 se financiaron investigaciones comparativas y se elaboraron recomendaciones específicas a los planes y programas en más de diez reuniones internacionales.

En esta exposición analizaremos tres de estos estudios que se hicieron sobre las Escuelas Normales en América Latina. Estos fueron realizados por el profesor Evenor Zúñiga, en su calidad de funcionario especialista del Departamento de Asuntos Educativos de la Unión Panamericana de la OEA. El primer trabajo, llamado “La Escuela Normal en América Latina”, se dio a conocer en 1961 en la revista *La Educación*. Allí realiza un estudio global de los sistemas para la formación de maestros primarios vigentes en ese momento en los países latinoamericanos. El segundo texto titulado “Planes y programas de las Escuelas Normales Latinoamericanas”, fue publicado en 1963 por la Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos. En ese libro ofrece una investigación comparativa de los planes y programas de las Escuelas Normales de América Latina, como base para la evaluación de los sistemas de formación de maestros. En el tercer documento de 1964, “La formación del profesorado de las Escuelas Normales latinoamericanas”, Zúñiga busca resumir cuatro aspectos de normalismo: a) los objetivos generales explícitos de la educación normalista, b) la extensión y los ramos generales de la cultura general en la preparación del maestro latinoamericano, c) las materias de preparación pedagógica y sus características generales, y d) los planes docentes en las Escuelas Normales. Esta última investigación la hizo sobre la base de los hallazgos anteriores y de los estudios nacionales elaborados en seis países: Argentina, Brasil, México, Colombia, Chile y Perú.

PALABRAS CLAVE

Escuela Normal, América Latina, OEA

PERSONALIDADES PARA EL DESARROLLO: APROPIACIONES Y TRAYECTOS DEL COUNSELING ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA CHILENA (C.1960–C.1970)

Pablo Toro-Blanco

Universidad Alberto Hurtado, Chile

Esta ponencia tiene como propósito analizar aspectos de la apropiación en Chile de la figura del consejero escolar y de los principios del *counseling*, ambos provenientes de la tradición pedagógica norteamericana, en la cual fueron tempranamente concebidos como medios para el logro de lo que podría denominarse como “personalidades integradas o equilibradas”, al mismo tiempo que debían colaborar en el potenciamiento del desarrollo económico mediante elecciones vocacionales apropiadas, las que asegurarían inserciones exitosas en el mercado laboral.

El contexto histórico en el que se concentra la atención de este estudio está marcado en primer lugar por los propósitos de reactivación del crecimiento económico, en el marco del gobierno de Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964), orientado por fines propios de la economía liberal neoclásica y cercano a las orientaciones educacionales internacionales en vigor en la época. En segunda instancia, el gobierno reformista y desarrollista de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) procuró llevar adelante un programa de cambios profundos con el propósito de permitir la viabilidad de un modelo capitalista sitiado por fuertes contradicciones internas, bajo premisas que enfatizaban una deseada independencia nacional en términos económicos. En ese marco fue que, de acuerdo a la propuesta de esta ponencia, se relevó la importancia de promover la continuidad y adecuación de formas de consejería vocacional y personal que habían comenzado a implementarse en el país a partir del movimiento de la reforma experimental de mediados de la década de 1940 y que se habían expandido en la red secundaria, de manera irregular en profundidad y frecuencia, a partir de la reforma del Liceo Único en 1953.

Por lo tanto, mediante el examen de documentación oficial, publicaciones pedagógicas y prensa, esta ponencia busca determinar los cruces posibles entre los lenguajes políticos y educacionales en torno al problema de la autonomía (tanto en el plano individual como nacional) y el desarrollo económico en un período crucial para la educación chilena.

PALABRAS CLAVE

Chile, Consejero escolar, Reformismo

A PEDAGOGIA PERSONALIZADA E COMUNITÁRIA EM MOVIMENTO NO BRASIL, NA ESPANHA E EM PORTUGAL (ANOS 1950-1970)

Coordenador: Norberto Dallabrida

A historiografia da educação francesa tem feito trabalhos instigantes sobre a pedagogia personalizada e comunitária. Em 1998, Anne-Maria Audic publicou *Pierre Faure s.j. 1904-1988: vers une pédagogie personnalisée et communautaire*, livro que aborda a trajetória sócio-pedagógica do padre Faure. A pedagogia personalizada e comunitária aparece sendo construída nas intervenções educativas desse padre jesuíta ecumênico, particularmente na segunda metade do século XX. Em 2008, foi colocado a lume um volumoso conjunto de textos de Pierre Faure sob o título *Précurseurs et Témoins d'un enseignement personnalisé et communautaire*, em que ele analisa contribuições renovadoras da pedagogia de autores antigos como Jean-Jacques Rousseau e Henri Pestalozzi e autores do novecentos como Maria Montessori, Ovide Decroly e Célestin Freinet. No ano seguinte, Jean Marie Diem publicou *Pédagogie Personnalisée*, que explora o legado pedagógico fauriano, mas avança na análise de experiências educativas contemporâneas. Estas três obras foram publicadas pela *Collection Sciences de l'Éducation* da Éditions Don Bosco, dirigida por Guy Avanzini. Pois bem, estes trabalhos são consistentes na análise da proposta pedagógica de Pierre Faure, mas tratam *en passant* a sua circulação internacional, que era muito importante. Na medida em que se propõe a compreender a circulação da pedagogia personalizada e comunitária nos países da Península Ibérica e no Brasil, este painel procura dar uma resposta parcial a esta questão. Segundo Roger Chartier, a circulação de bens culturais se dá de diferentes formas como a publicação de impressos, o deslocamento de pessoas e a participação em eventos sociais. Trata-se de uma operação atravessada por interesses e relações de poder, que se coloca também no campo educacional, de sorte que os modelos pedagógicos ganham novos espaços de modo multiforme. A pedagogia personalizada e comunitária teve uma expansão global, inicialmente na América Latina, mas se difundiu em países europeus e no Oriente. O Brasil foi o primeiro país latino-americano em que ela foi disseminada e usada, contando com a presença do padre Faure em diferentes momentos. No tocante ao Brasil, este painel integra os seguintes trabalhos : « Circulação da pedagogia personalizada e comunitária no Brasil na década de 1940 », de Norberto Dallabrida, e “Yvon Lafrance e as classes experimentais do Colégio Santa Cruz: a pedagogia personalizada na arena educacional (São Paulo, 1959-1962)”, de Mauro Castilho Gonçalves. A introdução da pedagogia personalizada e comunitária na Península Ibérica deu-se de forma contrastante como mostram os trabalhos “La recepción de la Pedagogía Personalizada y Comunitaria en Madrid (España) en la dictadura franquista”, de Sara Ramos Zamorra e de Teresa Rabazas Romero, e “Pierre Faure em Portugal: intervenções e sintonias pedagógicas em tempo de afirmação da democracia”, de José Eduardo Franco e Rita Balsa de Pinho. A partir de contextos políticos e educacionais diferentes, portanto, a pedagogia personalizada e comunitária circulou e foi apropriada, de forma singular, no Brasil e nos países ibéricos.

CIRCULAÇÃO DA PEDAGOGIA PERSONALIZADA E COMUNITÁRIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1950

Norberto Dallabrida

Universidade do Estado de Santa Catarina

O presente trabalho se propõe a compreender a circulação da pedagogia personalizada e comunitária no Brasil durante os anos de 1950. Esta proposta pedagógica foi concebida pelo padre jesuíta francês Pierre Faure por meio da apropriação católica do movimento escolanovista europeu e norte-americano. As dimensões personalizadora e comunitária do projeto pedagógico de Faure estão materializadas nos seus instrumentos de trabalho (programação, plano de trabalho definido pelo estudante, uso de guias ou fichas para o trabalho pessoal do estudante e material didático, formado por biblioteca de sala de aula) e nos seus momentos didáticos (trabalho independente, trabalho grupal, partilha, síntese e registro pessoal, exposição oral e escrita e avaliação contínua). O foco é colocado sobre três formas de circulação da pedagogia personalizada e comunitária no Brasil na década de 1950. Em primeiro lugar é analisada a publicação de artigos científicos de Pierre Faure no *Servir*, boletim da Associação da Educação Católica (A.E.C.). Esses artigos procuram explicitar a proposta pedagógica fauriana em construção, bem como avaliar autores importantes da história da pedagogia. Em segundo lugar são apreciados os estágios de professores brasileiros no Centro de Estudos Pedagógicos (CEP), sob a supervisão do padre Faure. A estada de docentes católicos na França foi de importância capital para a disseminação e implantação da pedagogia fauriana na rede escolar católica no Brasil. Por fim, são avaliadas as visitas técnicas de Pierre Faure ao Brasil para a preparação didático-pedagógica de professores de colégios católicos que desejavam implantar a pedagogia fauriana. Assim, em 1955 e 1956, ele esteve no Brasil para animar as chamadas “semanas pedagógicas” com o fito de preparar professores para o ensino primário. Em 1959, ministrou curso, em São Paulo, para professores de ensino secundário dos colégios católicos Santa Cruz, Sion e das Cônegas de Santo Agostinho. O primeiro educandário católico era dirigido por padres canadenses francófonos e os outros dois coordenados por congregações religiosas de ascendência francesa. Para ler esta questão, considera-se que os modelos pedagógicos são produzidos em tempos e espaços específicos, circulam por meio de diferentes mediadores e suportes e são apropriados em diferentes instâncias dos sistemas educativos e, por fim, pelos professores em sala de aula. A operação de circulação é realizada, sobremaneira, por meio do deslocamento de pessoas, de ocasiões e eventos sociais e da publicação de impressos na forma de artigos, livros e outros textos, que geralmente passam por processo de tradução e/ou adaptação. As fontes usadas nesta pesquisa são formadas por artigos científicos, livros, relatórios técnicos, matérias em jornais em português e em francês, bem como por textos publicados no *Servir – Boletim da A.E.C.* Conclui-se, portanto, que a pedagogia personalizada e comunitárias no Brasil teve difusão multiforme e em circuitos católico e franco-brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Faure, Centro de Estudos Pedagógicos, Igreja

YVON LAFRANCE E AS CLASSES EXPERIMENTAIS DO COLÉGIO SANTA CRUZ: A PEDAGOGIA PERSONALIZADA NA ARENA EDUCACIONAL (SÃO PAULO, 1959–1962)

Mauro Castilho Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade de Taubaté, SP

Em 1963, a *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, editada pelo Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, publicou o artigo *Uma experiência psico-pedagógica no Colégio Santa Cruz*, de autoria do padre Yvon Lafrance, relatório-síntese da atuação do prelado na liderança de uma das primeiras experiências da pedagogia personalizada no estado de São Paulo, de base francesa e sob a inspiração de Pierre Faure. Diante de um cenário educacional favorável à renovação da escola secundária, as classes experimentais foram instaladas em diferentes instituições públicas e particulares, em contraposição à Reforma Capanema, estruturada na ditadura Vargas. O Colégio Santa Cruz foi fundado em 1952, pelo padre canadense Lionel Corbeil, que chegou ao Brasil no início da década de 1940 e vinculado à congregação dos padres de Santa Cruz, instituição religiosa que surgiu na França (1835), sob a liderança de Basílio Moureau. Seus religiosos iniciaram o périplo missionário na primeira metade do século XIX. Passaram pela África (Argélia) e Estados Unidos (Indiana). Em Quebec (1847), no Canadá, instalaram o seu primeiro seminário na América do Norte, iniciando o processo de formação de seus quadros clericais. A comunicação apresenta, desde uma perspectiva da História dos Intelectuais e das Instituições, as motivações filosóficas, políticas e pedagógicas que orientaram Lafrance na realização do projeto das classes secundárias experimentais no colégio paulistano em epígrafe. Seleciona como fonte prioritária o relatório publicado em 1963, examinando-o em consonância com o cenário nacional e internacional relativo ao papel do catolicismo nas circunstâncias históricas imediatamente posteriores à Segunda Grande Guerra. Limitado no nível ginasial, o projeto sustentou orientações neotomistas, embasadas na clássica articulação entre pressupostos filosóficos e teológicos. Com a máxima “a escola moderna carece de uma alma susceptível de vibrar, em face das grandes realizações da ciência e da arte”, o autor do relatório expõe suas impressões e convicções, alicerçadas no legado epistemológico do tomismo renovador de Jacques Maritain, “A grande máquina”, figura de linguagem que Lafrance utiliza para identificar as classes experimentais ordenada e organicamente instaladas no colégio, serviam como apanágio para justificar a opção teórico-ideológica (e religiosa) assumida pelos padres de Santa Cruz, tendo em vista as diretrizes oficiais emanadas da burocracia do Ministério da Educação. Os padres de Santa Cruz, atentos às mutações em curso na década de 1950, e a cidade de São Paulo explodindo em transformações sociológicas, econômicas e culturais, adotaram a “experiência pedagógica renovadora”. Lafrance representou, nestes termos, o intelectual que conduziria o colégio aos seus objetivos ali demarcados. As classes experimentais tornaram-se, portanto, uma estratégica reunião de procedimentos embalados pela nova pedagogia, no sentido de oferecer àquela instituição meios de se firmar como uma opção de formação intelectual, moral e religiosa aos setores abastados da sociedade paulistana, afim de buscar, na arena educacional do período, um lugar privilegiado na condução política e espiritual da mocidade.

PALAVRAS-CHAVE

Faure, Revista Psicologia Normal, Lafrance

LA RECEPCIÓN DE LA PEDAGOGÍA PERSONALIZADA Y COMUNITARIA EN MADRID (ESPAÑA) EN LA DICTADURA FRANQUISTA

Sara Ramos Zamora

Universidad Complutense de Madrid

Teresa Rabazas Romero

Universidad Complutense de Madrid

La enseñanza personalizada y comunitaria es una corriente pedagógica que se originó en Francia durante el contexto post bélico y se extendió a los países más cercanos como Italia y España. En el contexto español uno de los primeros autores que la introdujo fue Víctor García Hoz, catedrático de Pedagogía Experimental de la Universidad Complutense de Madrid y fundador de la Sociedad Española de Pedagogía. Su primer contacto con el personalismo pedagógico fue en 1954, cuando asistió al primer Congreso del Centro de Estudios Pedagógicos “Schòle”, celebrado en Italia, en el que se reunieron un grupo representativo de profesores universitarios europeos de inspiración cristiana, entre los que se encontraban Agazzi, Buyse, Planchard o Flores d’Arcais, entre otros. La difusión de este modelo renovador se realizó de forma teórica y sistemática a través de sus obras y publicaciones. De forma paralela, sin duda la Institución Teresiana (IT) será el máximo exponente en la introducción de este modelo pedagógico en España a través de sus escuelas. A comienzos de la década de los sesenta, un grupo de profesoras teresianas viajaron a Francia por iniciativa de Carmela Álvarez, Directora Regional en Madrid de la IT (1958-1966), para asistir a unos cursos formativos sobre enseñanza personalizada que organizaba Faure en París, en el Centro de Formación Pedagógica. A su regreso a España, estas educadoras introdujeron dicha propuesta pedagógica en los centros que dirigían en Madrid. Difundieron este modelo educativo a través de diversos cursos que organizaron desde una de sus instituciones, como el Instituto Véritas. En 1966, Ángeles Galino, Carmela Álvarez, Irene Gutiérrez de la IT y el hermano Emiliano Mencía, de la Salle, dirigieron el primer curso de Orientación Didáctica sobre este modelo pedagógico en España en el Instituto Véritas en el que no sólo se ofrecían exposiciones teóricas, sino también clases prácticas con la intervención de alumnos que seguían el horario escolar, logrando así una orientación muy práctica para los cursillistas (Instituto Véritas, 1965-1966). En investigaciones previas las autoras han estudiado la introducción de esta pedagogía en el contexto madrileño. Trataremos de ofrecer algunas claves que permitan entender cómo un modelo que se generó en contextos democráticos, fue introducido en España por las teresianas durante la dictadura de Franco. Su repercusión en el escenario educativo fue tal que la Ley General de Educación de 1970 incorporó en su proyecto de reforma dicho modelo pedagógico.

PALABRAS CLAVE

Pedagogía Personalizada, Comunitaria, Madrid

PIERRE FAURE EM PORTUGAL: INTERVENÇÕES E SINTONIAS PEDAGÓGICAS EM TEMPO DE AFIRMAÇÃO DA DEMOCRACIA

José Eduardo Franco

Universidade Aberta de Lisboa

Rita Balsa de Pinho

Universidade de Lisboa

A nossa comunicação terá como intuito apresentar no contexto português o enquadramento da proposta de Educação Personalizada e Comunitária, do pedagogo Pierre Faure, que emerge no seio de um movimento denominado *personalismo*, com intrincadas raízes na tradição católica jesuíta, que preconizava o atendimento individualizado ao aluno, respeitando as suas características singulares. Por outro lado, o conceito de pessoa e da sua dimensão comunitária, baseando-se na orientação de ser com os outros como a segunda componente desta proposta educativa. Deste modo temos como objetivos deste estudo: 1) Documentar as duas visitas de Pierre Faure, à Escola de Educadores de Santa Mafalda, localizada na cidade do Porto, em janeiro do ano de 1978 e em fevereiro do ano de 1979; 2) Aprofundar a sua participação em jornadas pedagógicas e outros encontros com professores que ocorreram no ano de 1978 na região Norte Portugal; 3) Explicitar o modo como decorreu a recepção das suas ideias pedagógicas, nomeadamente os quatro eixos conceptuais: *situar-se, definir-se, abrir-se, autonomizar-se*; 4) Problematizar a proposta fauriana analisando os pontos de contactos com o ideário reformista de pedagogos que estavam a repensar a educação em Portugal no contexto da Revolução Democrática do 25 de abril de 1974, e que abriria caminho para a fundação da III República em terras lusitanas e das subsequentes mudanças significativas na política educativa em Portugal. O objeto deste estudo enquadra-se no âmbito da História da Educação e cumprirá uma metodologia de investigação de natureza historiográfica. Com efeito, será realizada uma pesquisa bibliográfica e arquivística que nos possibilite a identificação e catalogação de diferentes tipos de fontes documentais - documentos administrativos, documentos pedagógicos, atas de reuniões, material iconográfico, entre outros - que se mostrem pertinentes para o aprofundamento da temática em estudo. Posteriormente, será necessário a realização de uma análise documental das fontes levantadas, recolhidas e classificadas. O Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, o Arquivo da Revista Brotéria, o acervo da Cúria dos Jesuítas, a Divisão de Documentação e Património Cultural da Secretaria - Geral do Ministério da Educação e Ciência, Arquivo da Administração Central, o Arquivo de Estabelecimentos de Ensino, nomeadamente o Fundo da Inspeção Geral do Ensino Particular, serão os locais privilegiados para a investigação empírica que sustentará as conclusões a apresentar nesta comunicação. Esperamos contribuir com a nossa pesquisa para o conhecimento crítico das influências internacionais no pensamento pedagógico e didático católico português da segunda metade do século XIX, em particular a recepção das ideias pedagógicas do Padre Pierre Faure no quadro e na sequências das suas visitas a Portugal na antepenúltima década do século passado.

PALAVRAS-CHAVE

Faure, Portugal, Personalismo

ARCHIVOS E HISTORIAS ENTRELAZADAS: MODOS DE EDUCACIÓN DEL CUERPO Y CULTURA FÍSICA EN ARGENTINA, BRASIL Y URUGUAY

Coordinadora: Paola Dogliotti

El panel reúne trabajos de investigadores que vienen hace años compartiendo diversos proyectos, paneles, e instancias diversas de investigación, entre los que se destacan los proyectos en curso: “Archivos e historias entrelazadas: la educación física y la formación de sus profesores en Brasil y Uruguay (1910-1960)” y “Corpos, natureza e sensibilidades em perspectiva transnacional (entre as décadas finais do século XIX e a década de 1970)”. Especialmente en este panel se abordan las diferentes construcciones de sentido en torno al cuerpo y las diversas formas que ha adquirido la cultura física en los países sudamericanos a partir de las traducciones específicas de su configuración moderna en las principales usinas europeas y norteamericanas.

Se trabaja con fuentes diversas buscando los cruces entre lo occidental, regional y nacional; entre lo estatal, institucional e individual, tensionando el nivel macro y el micro. Se analizan los currícula y programas de los diferentes niveles del sistema educativo y de la formación de sus profesores, manuales escolares, cartas y correspondencias de los principales referentes que tuvieron un papel destacado en la propagación de la cultura física en los países sudamericanos. Se buscan los tránsitos, circulaciones, continuidades y rupturas entre ellos y las distancias y permanencias, imbricaciones, traducciones y solapamientos con los países del norte.

Entre las temáticas que se abordan se destacan las tensiones entre laicidad y religiosidad en la divulgación de las diversas prácticas corporales, las cuestiones en torno al “giro espacial” en la configuración de la educación física moderna -los distintos tipos de patios escolares, los espacios de juegos, las plazas de ejercicios físicos, las plazas de juegos, los parques públicos y los polígonos de tiro. Se indagan los diversos saberes, disciplinas y prácticas corporales que configuraron a la educación física como disciplina escolar moderna, entre las que se señalan la gimnasia y el deporte como las más significativas.

A PREPARAÇÃO DE DIRETORES FÍSICOS NOS ESTADOS UNIDOS E NA SUL-AMÉRICA: CONEXÕES A PARTIR DE INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS

Giovanna Camila da Silva

UFMG, Brasil

Paola Dogliotti

Udelar, Uruguai

Este estudo investigou os cursos de formação de diretores físicos promovidos pela Associação Cristã de Moços (ACM), na década de 1920, em dois locais institucionais: o The Young Men's Christian Association College, em Chicago, e o Instituto Técnico Sul-Americano das Associações Cristãs de Moços, em Montevidéu. O propósito da investigação foi perceber se e como as experiências estadunidenses constituíram-se como canal de diálogo para o estabelecimento da formação de diretores especializados em Educação Física, para atuação nos países da América do Sul. A qualificação de sujeitos, pela Associação, que se ocupariam da difusão de práticas de cultura física mereceu ser pesquisada quanto à necessidade de especialização, quanto aos saberes e prescrições de práticas, quanto aos métodos de ensino. Ao adotar pressupostos das “histórias conectadas”, nosso propósito é dar visibilidade para um fluxo de sentidos que permearam a formação de diretores físicos nas trocas estabelecidas pela própria ACM entre diferentes partes do mundo. Trocas essas que podem comportar choques, conflitos, rejeição e/ou adesão, colaborações e exercícios de negociação de valores, interesses, significados. No projeto formador acemista, a direção física foi desenhando-se como profissão ao longo do tempo, relacionada à entrada mais decisiva da cultura física nos empreendimentos da instituição. A escola de treinamento profissional da Associação em Chicago foi inaugurada em 1884 e, ao longo do tempo, passou por diferentes transformações em sua estrutura e no desenho do curso ali oferecido para a preparação de diretores físicos. Preocupada com a produção de referências pedagógicas e culturais para atender às especificidades dos países sul-americanos, a Associação Cristã de Moços estabeleceu em Montevidéu, no ano de 1922, o Instituto Técnico Sul-Americano como instância formadora de seus agentes. Documentos institucionais que apresentam as intencionalidades com a formação, os requisitos para candidatar-se ao curso, os programas de ensino compõem as fontes, especialmente mobilizadas no Kautz Family YMCA Archives. nas bibliotecas da Asociación Cristiana de Jóvenes e do Instituto Universitario da Asociación Cristiana de Jóvenes. A análise do corpus documental permite indicar que uma condição para admissão nos estudos promovidos em Chicago e em Montevidéu, era a indicação de membros da própria ACM onde o candidato a estudante tivesse já demonstrado trabalho e características coerentes com o projeto desenvolvido pela instituição. Constituir-se como diretor físico pressupunha uma preparação técnica com ênfase nos conhecimentos biológicos, mas também com acesso aos saberes que permitissem o trato do jovem a partir de uma perspectiva social. O acesso a diferentes práticas de exercícios físicos também estava presente. Pensada a partir da intencionalidade de ocupação de cargos acemistas, a formação demandou ainda a compreensão da estrutura e política interna da Associação, ainda que em sua atuação, os diretores físicos tenham promovido inventivos processos de apropriação a partir dos pertencimentos com instâncias nacionais e estaduais de educação que extrapolaram o trabalho na ACM. Entendemos que estes foram negociados exercícios de sistematização por meio de conexões entre as instituições acemistas, que permitem conformar a formação de diretores físicos como lente para apreender os processos de circulação de saberes e conhecimentos na Associação.

PALAVRAS-CHAVE

Associação Cristã de Moços, EUA, Uruguai

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LAS PRÁCTICAS DEPORTIVAS Y PROCESO DE SECULARIZACIÓN: EL MOVIMIENTO ASOCIACIONISTA, LAS MINORÍAS PROTESTANTES Y EL PROCESO DE CONSTITUCIÓN DE UN MODELO DE CIUDADANO MODERNO LAICO EN EL URUGUAY (1900–1930)

Paula Malán

Udelar, Uruguay

El objetivo de este trabajo es analizar las afinidades entre el proceso de institucionalización de las prácticas deportivas y el proceso de secularización en el Uruguay, a partir de la relación establecida entre el Estado, las minorías protestantes y la Asociación Cristiana de Jóvenes (ACJ), en el período comprendido entre 1900 y 1960. El proceso de institucionalización de las prácticas deportivas en el Uruguay estuvo ligado al accionar de misioneros protestantes norteamericanos que llegaron a la región, desde finales del siglo XIX, para proyectar la instalación de las primeras Asociaciones Cristianas de Jóvenes (ACJs) en Sudamérica. Junto a la instalación de las primeras asociaciones en el continente sudamericano -Río de Janeiro (1893) y Buenos Aires (1901)-, se funda en 1909 la ACJ de Montevideo. En 1922, la Federación Sudamericana de ACJs crea en esta ciudad el Instituto Técnico Sudamericano de las ACJs, donde se formarían los secretarios y directores de educación física de este continente. Este instituto recibió líderes provenientes de Argentina, Brasil, Chile, Perú, México y Uruguay. Los dos primeros años eran realizados en las ACJs locales y los dos últimos en la sede de Montevideo. Recordemos que Uruguay es el primer país de Sudamérica en lograr la separación definitiva de la Iglesia Católica del Estado (1918). Uruguay fue elegido en este momento como lugar de traducción de este movimiento deportivo secular, que se dirigía al resto de los países de Sudamérica -con sus diversas realidades religiosas, y ciertamente, con mayor presencia de la Iglesia Católica (especialmente Brasil y Argentina)-, en el afán de instalar un nuevo orden corporal: racional, disciplinar, individual, muscular y laico. Desde una perspectiva histórico-discursiva indagaremos acerca del proceso que lleva a la traducción de este nuevo orden corporal moderno secular en el Uruguay, abordando la filiación entre deporte, minorías protestantes y subjetividad moderna laica -atravesada por la doctrina de la cristiandad muscular. La hipótesis central que orienta este trabajo es que el proceso de institucionalización de las prácticas deportivas, a partir de la influencia de la ACJ y del apoyo de las minorías protestantes, constituye una de las claves del proceso de secularización y de constitución de un modelo de ciudadano moderno laico en el Uruguay (1900-1960), con sus efectos discursivos en el resto de los países de la región. Abordaremos fuentes documentales pertenecientes al archivo de la ACJ en Uruguay (Montevideo), al Centro de Memoria de Educación Física (ISEF-UdelaR, Montevideo) y al archivo de la Iglesia Valdense en Uruguay (Biblioteca y Archivo Valdense de Colonia Valdense).

PALABRAS CLAVE

Asociación Cristiana de Jóvenes, Uruguay, Deporto, Secularización

CONCEPÇÕES DE NATUREZA NA GINÁSTICA EXPRESSIVA DE RUDOLF BODE E NA GINÁSTICA NATURAL AUSTRÍACA DE KARL GAULHOFER E MARGARETE STREICHER (DÉCADA DE 1920)

Cassia Danielle Monteiro Dias Lima

UFMG, Brasil

Tamara Parada

Udelar, Uruguay

Este estudo visou compreender como a natureza foi apresentada em duas proposições para a educação do corpo que foram gestadas na Europa, após a Primeira Guerra Mundial e circularam, ainda no século XX, por alguns países da América do Sul, como Uruguai e Brasil. Para tanto, foram analisadas duas obras: “Ginástica Expressiva”, publicada em 1922 por Rudolf Bode, e “Principais Características da Ginástica Escolar Austríaca”, de 1924, de Margarete Streicher e Karl Gaulhofer. Nessa última obra, que apresenta a Ginástica Natural como uma proposta de reformulação da educação física austríaca, a natureza foi apresentada num duplo sentido, a natureza do ser, especialmente da criança como sujeito de vontade, e a natureza como meio, incentivando uma vida ao ar livre. Na Alemanha, Rudolf Bode, inspirando-se nas preposições de Pestalozzi, defendeu a existência de um movimento natural, de uma “natureza” do ser humano, o que denominou de “instinto de vida”. Tal “instinto” deveria ser preservado para que os seres humanos se tornassem mais felizes e menos “angustiados”. Pensar a apropriação dessas ginásticas, suas perspectivas de natureza em nossos países e o que isso legitimava como adequado à educação do corpo é o que nos provoca como investigadoras.

PALAVRAS-CHAVE

Ginástica, Natureza, Bode

EDUCAÇÃO DO CORPO, NATUREZA E SENSIBILIDADE: MODERNIDADE EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL

Coordenadora: Meily Assbú Linhales

Este painel reúne pesquisadores brasileiros, uruguaios e argentinos que têm envidado esforços coletivos de pesquisa com o propósito de identificar e analisar elementos de circulação e de conexão cultural atinentes às maneiras de educar o corpo na modernidade, especialmente ao longo do século XX. A intenção é compreender as possibilidades de formação demarcadas por prescrições e práticas educativas, a partir de um olhar apurado sobre as relações entre corpo, natureza e sensibilidades e, ao mesmo tempo, buscando elementos de aproximação ou distanciamento entre experiências educacionais, escolares e não escolares, levadas a termo nos três países. Os trabalhos reunidos apresentam ênfases variadas em relação à temporalidade, aos aportes conceituais e ao escopo documental reunido para a investigação. Essa diversidade tem possibilitado o aprofundamento dos estudos sobre o tema, especialmente pelo exercício de renovação das questões propostas. Para interrogar as teorias e as práticas para uma educação do corpo, os trabalhos aqui reunidos mobilizaram os discursos em circulação na imprensa periódica e no campo educacional, os projetos e políticas dirigidos à educação e também à recreação e ao tempo livre, as diretrizes estabelecidas para a formação de professores, técnicos ou especialistas, além de uma diversidade de dispositivos didáticos adotados especialmente no ensino da ginástica ou da educação física. A partir desses vestígios do passado, pode-se compreender como foram mobilizados os sentidos corporais, de modo que novas sensibilidades pudessem ser forjadas e como tais exercícios reforçaram e estabeleceram demarcações para o que seriam as sociedades e os indivíduos educados, civilizados, modernos. O diálogo proposto no painel enfatiza alguns subtemas e também as possibilidades de articulação entre eles como, por exemplo, as representações sobre “natureza” presentes nos discursos formativos e nas práticas de educação do corpo, ou as afinidades entre corpo, ciência e técnica que permeiam os discursos educacionais. Em perspectiva transnacional, são mapeados os processos de circulação de prescrições educativas e de saberes pedagógicos procedentes da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, buscando conhecer os agentes (*passseurs culturels*) que autorizaram trânsitos e mediações nos países latino-americanos – Brasil, Uruguai e Argentina –, seus deslocamentos e os interesses aí subjacentes. Assim posto, atentamos para os processos de apropriação cultural que, regra geral, trazem as marcas dos tempos, dos lugares e das disputas que permitiram e legitimaram os exercícios de assimilação, de reinvenção e, por vezes, de resistência.

O QUE PODE O CORPO? PRÁTICAS CORPORAIS E MAL-ESTAR NAS PEDAGOGIAS DO SÉC. XX

Meily Assbú Linhales

UFMG - Brasil

O que pode o corpo, frente aos processos educativos? Propõe-se essa questão como ponto de partida para essa investigação que analisou as prescrições do médico alemão Daniel Gottlob Moritz Schreber para a educação e a correção dos corpos infantis, relacionando-as à singular visibilidade adquirida por seu filho, o juiz Daniel Paul Schreber, depois que Freud analisou sua narrativa autobiográfica intitulada “Memórias de um doente dos nervos”, de 1903, para a produção de seu estudo sobre as psicoses, de 1911: “*Notas Psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia Paranoides)*”. Entre vários manuais publicados pelo médico alemão, destaca-se aquele intitulado “Ginástica doméstica, médica e higiênica ou representação e descrição de movimentos ginásticos”, de 1855. Essa obra ganhou notoriedade em países da Europa e também no Brasil sendo traduzida e republicada em vários idiomas até as primeiras décadas do séc. XX. Vestígios da mesma são encontrados na escrita delirante estabelecida por seu filho. Tal investigação desdobra-se, também, para uma análise do movimento *Lebensreform* (Reforma da vida) – propagado em países da Europa Central, na passagem do séc. XIX para o séc. XX. Como um dos protagonistas desse movimento o Dr. Schreber foi responsável pela difusão de seus *Schrebergärten* (Jardins de Schreber), presentes na Alemanha até os dias atuais. Na esteira da Dialética do Esclarecimento, de Adorno e Horkheimer, com especial destaque para a nota “Interesse pelo corpo”, busca-se problematizar as práticas corporais prescritas como possibilidades pedagógicas capazes de devolver ao corpo aquilo que a civilização teria roubado. Nessa chave de leitura são analisados os esforços civilizatórios e seus efeitos no corpo, bem como a demanda incessante e ilusória em busca de uma totalidade harmônica para a relação entre corpo e natureza. Partindo de tais possibilidades interpretativas, o estudo interroga alguns deslocamentos da educação física no tempo, bem como os códigos culturais adotados e/ou modificados para sua afirmação e permanência como prática social e pedagógica nas décadas iniciais do séc. XX. Não menos importante foi também o exame da proliferação de “maneiras de educar o corpo” (dentro e fora das escolas), que advogam uma espécie de “reforma da vida”, como antídoto ao mal-estar. Os sentidos conferidos a essas práticas pedagógicas, suas “maneiras de fazer”, permitem constatar a condição de objeto modelado na e pela cultura. Em uma perspectiva historiográfica que compreende as experiências educativas como invenções concernidas à vida em sociedade, foram reexaminados “dispositivos de modelização” que prescreveram pedagogias para a educação do corpo e aferindo, nesse estudo, a pertinência operativa da noção de “modelo pedagógico”, em correlação com o estabelecimento de “primados disciplinares” para a correção dos corpos e a eficiência dos gestos.

PALAVRAS-CHAVE

Corpo, Ginástica, Educação Física

A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE ESCOLAS AO AR LIVRE NO CONTINENTE AMERICANO (1927–1937)

André Dalben

Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista

As primeiras experiências de escolas ao ar livre foram postas em práticas na primeira década do século XX em países europeus. Nasceram a partir da união de conhecimentos dos campos da educação e da saúde e foram divulgadas sobretudo como instituições dedicadas a prevenir o alastramento da tuberculose. Apresentaram como princípio conjugar as práticas priorizadas pela medicina natural (como exercícios físicos ao ar livre e tratamentos que empregavam a luz solar e o clima) com o ensino formal. Proporcionaram o encontro do corpo infantil com os elementos da natureza a partir de perspectivas médico-educativas e frequentemente combinaram a vigilância e o poder médico com novas propostas pedagógicas e de arquitetura escolar. Congressos internacionais de higiene e de tuberculose promoveram a divulgação das primeiras experiências postas em prática na Europa, suscitando a circulação de saberes e o confronto de ideias entre inúmeros profissionais. Entre as décadas de 1920 e 1950 foram realizadas cinco edições do Congresso Internacional de Escolas ao Ar Livre no continente europeu e foi criado o Comitê Internacional de Escolas ao Ar Livre. Médicos e educadores americanos não se ausentaram dos debates em curso, tendo promovido a circulação de saberes sobre escolas ao ar livre em seus países e estabelecido suas próprias redes internacionais de sociabilidade. A pesquisa empregou como fontes os boletins do *Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia*, organismo fundado em 1927 na cidade de Montevideu e encarregado de reunir, elaborar e divulgar informações sobre medidas e políticas de proteção à infância, assim como por realizar os *Congresos Pan Americanos del Niño*. As escolas ao ar livre figuraram entre o conjunto de temas abordados nos boletins desde suas primeiras edições, sendo os diversos artigos publicados em suas páginas escritos por profissionais latino-americanos. Emílio Fournié, uruguaio diretor da biblioteca do instituto, foi responsável por realizar um mapeamento das instituições ao ar livre existentes no continente americano. Publicado em 1937, o relatório da pesquisa expôs os dados coletados sobre as escolas ao ar livre em conjunto com os de aulas ao ar livre, excursões, preventórios, colônias de férias e acampamentos por considerar que todos partilhavam das mesmas finalidades. No que se refere especificamente às escolas ao ar livre, o relatório apresentou os estabelecimentos em funcionamento naquele momento na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Estados Unidos, México, Peru e Uruguai. Fournié mostrava-se atento aos debates dos Congressos Internacionais de Escola ao Ar Livre e, em artigo anterior, havia divulgado extensa lista de artigos acadêmicos e de matérias de jornais sobre escolas ao ar livre publicados na imprensa de países europeus e americanos. A exemplo do que ocorria na França, recomendou o estabelecimento de comitês nacionais especialmente dedicados a fomentar a criação de instituições ao ar livre, assim como um comitê internacional americano. Ainda que as recomendações não tenham se efetivado, é possível concluir que o *Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia* alcançou um papel de destaque na circulação de saberes sobre as escolas ao ar livre no continente americano.

PALAVRAS-CHAVE

Natureza, Saúde, Infância

TÉCNICAS CORPORALES Y CINEMATOGRAFICAS EN EL CINE INFORMATIVO DOCUMENTAL. CULTURA FÍSICA Y FORMACIÓN DE LAS SUBJETIVIDADES EN “SUCESOS ARGENTINOS”

Eduardo Lautaro Galak

CONICET/UNLP-IdIHCS

El cine informativo documental supuso la primera tecnología que puso como su eje de transmisión al movimiento, y que fue junto con la radio y la prensa gráfica uno de los principales medios de comunicación de la primera mitad del siglo XX. Su exponencial crecimiento implicó la puesta en circulación de discursos homogeneizantes que se apoyaron en la pretensión de reproducir tanto maneras de ser como maneras de hacer consideradas correctas, amparadas en la proyección masiva de las mismas imágenes, al mismo tiempo, en distintos territorios.

El objetivo de la investigación que llevo a cabo consiste en interpelar los discursos visuales y narrativos desarrollados en el cine informativo documental especialmente durante el segundo cuarto del siglo XX, particularmente en aquellos films cuyo objeto sea proyectar sentidos sobre prácticas corporales. En este registro, se propone interpretar imágenes en movimiento filmicas que exhiben cuerpos en movimientos concebidos como *correctos*, poniendo especial énfasis en las exhibiciones gimnásticas masivas y en las clases de Educación Física.

De ello se desprende la interpelación de dos sentidos articulados sobre las técnicas. Por un lado, las técnicas cinematográficas utilizadas configuran sentidos sobre lo que se pretende mostrar, con el objetivo de que sean reproducidos. De allí que el encuadre, el plano y el montaje puedan funcionar como recursos educativos que posibilitan la enseñanza de un mensaje a la vez estético y político. Por otro lado, las técnicas corporales que son proyectadas en la pantalla configuran la fijación y naturalización de lo legítimo, y con ello de lo normal. Como desarrollaron, primero, Marcel Mauss y, luego, Pierre Bourdieu, la incorporación de lo social, explicando cómo lo social está en el cuerpo pero también como el cuerpo está en lo social, permiten comprender cómo se naturalizaron sentidos sobre lo corporal para la formación de subjetividades.

En este trabajo se utilizan como fuentes tres clases de Educación Física a través del principal noticiero cinematográfico en Argentina: los “Sucesos Argentinos”. Entre agosto y octubre de 1942 se exhiben tres micros filmicos que, durante poco más de un minuto, muestran las “lecciones de técnica deportiva” desarrolladas por Edmundo D’Acosta, en las que, frente a la cámara, este *musculoso* “campeón del mundo” explica distintas técnicas de movimiento de los cuerpos, conjugando distintas técnicas cinematográficas como el *slowmotion* o los juegos de cámara para mostrar los buenos usos de la cultura física. Atraviesan estas imágenes discursos sobre lo corporal, sobre lo educativo, sobre lo natural, sobre la juventud, sobre la masculinidad y la femineidad, los cuales son analizados.

PALABRAS CLAVE

Corpo, Cine, Cultura Física

O ENSINO SECUNDÁRIO APÓS A II GUERRA MUNDIAL: ESTUDOS ENTRECruzADOS (1/2)

Coordenador: Halferd Carlos Ribeiro Junior

O ensino secundário vai assumindo, gradualmente, no período após a II Guerra Mundial, uma crescente importância a nível dos estudos internacionais e da sua incorporação a nível de políticas educativas nacionais. Os temas relacionados com esta atenção dedicada ao ensino secundário é patente nos estudos internacionais e comparados que se podem observar no período em análise, a saber: extensão da escolaridade obrigatória, ampliação da rede escolar, diversificação da oferta curricular, incremento e diversificação do ramo de formação técnica ou vocacional face ao ramo mais académico (tipicamente liceal), formação de professores, novas metodologias de ensino, investimento público, apoios sociais, maiores oportunidades de acesso para as raparigas e, em países de recente (re)implantação da democracia, a desideologização dos conteúdos curriculares marcadamente totalitários.

O presente painel visa disseminar, num primeiro momento, estudos sobre a situação do ensino secundário na Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Portugal e Uruguai no período em consideração para, num segundo momento, estabelecer o diálogo entre os resultados apresentados, numa perspetiva internacional, comparada, crítica e reflexiva.

Para tanto, o presente painel faz parte de um simpósio, organizado por dois painéis com o mesmo título (O ensino secundário após II Guerra Mundial: estudos entrecruzados). Para além da unidade temática, do título e da concertação das comunicações entre os investigadores, os dois painéis serão comentados por uma mesma investigadora.

Atenta a diversidade de políticas, atores e práticas educativas patenteadas nos países em referência ao longo dos dois painéis, projeta-se um conjunto de análises e de resultados que concorrerão para uma visão mais ampla e problematizada do ensino secundário no espaço ibero-americano no período mencionado. As comunicações a apresentar nos dois painéis são as seguintes:

- António Canales Serrano (Espanha), Modular la victoria. La reforma de la enseñanza media de 1953 en la España franquista.

- António Romano (Uruguai), La “guerra fría” en la enseñanza secundaria en la década de los 60: Reformas, experimentación y reacción conservadora en el Uruguay.

- Carlos Diaz Soler (Colômbia), El optimismo pedagógico y los procesos de enseñanza en e bachillerato a debate: Colombia (1950-1980).

- Felicitas Acosta (Argentina), Entre dinámicas transnacionales y nacionales: el caso de la educación secundaria en la Argentina entre los años '50 y '60.

- Halferd Ribeiro Júnior (Brasil), O ensino secundário e o ensino de História após a Segunda Guerra Mundial no Brasil: como educar para a democracia e para a construção de uma cultura de paz?

- Luís Grosso Correia (Portugal), O “grande império do meio” da organização escolar portuguesa entre 1945 e 1965: perspetiva nacional e internacional.

LA “GUERRA FRÍA” EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN LA DÉCADA DE LOS 60: REFORMAS, EXPERIMENTACIÓN Y REACCIÓN CONSERVADORA EN EL URUGUAY

Antonio Romano

Universidade de la República

La década de los 60 está atravesada por fuertes disputas en el campo de la educación, signada por emergencia de una nueva coalición conservadora ruralista que desata una furibunda caza de brujas anticomunista. Simultáneamente las ideas desarrollistas van a ir ganando terreno tratando de delinear lo que se definió como una doctrina americana de la enseñanza secundaria, que podría trazarse casi como un correlato de la influencia de la Alianza para el Progreso, pero en términos pedagógicos. Estas dos perspectivas se van a combinar con una tercera: el experimentalismo pedagógico, el cual, aunque abreva de la anterior, va a ofrecer una nueva traducción del escolanovismo modernizado. En este contexto, la ponencia intenta dar cuenta de la forma particular de apropiación de los discursos de los organismos internacionales como promotores de esta nueva doctrina de la enseñanza secundaria y de las estrategias que desarrollaron para lograr ganar progresivamente influencia a través de la revista *La Educación*, editada por la Unión Panamericana.

PALABRAS CLAVE

Uruguai, Enseñanza secundaria, Progreso

EL OPTIMISMO PEDAGÓGICO Y LOS PROCESOS DE ENSEÑANZA EN EL BACHILLERATO A DEBATE: COLOMBIA (1950–1980)

Carlos Jilmar Díaz Soler

Universidad Distrital Francisco José de Caldas

Todo proceso educativo requiere que en su seno haya una idea de optimismo. La idea de optimismo pedagógico es posible circunscribirla a ciertas características que asumen las expectativas que ciframos en los procesos educativos. Hacia la primera mitad del siglo XX el optimismo estaba centrado en la idea del progreso, proveniente del proyecto de la ilustración, caracterizado por la pretensión de la formación del ciudadano, con su anhelo de igualdad y libertad. Marco que a nombre del ideal de lo nuevo, lo moderno o lo activo contribuyó a instaurar en la sociedad cierta ilusión de movilidad social mediante la incursión en procesos educativos formales, asumidos como un seguro para el trabajo, para el empleo.

Después de la segunda guerra mundial se inicia un ciclo histórico que es posible relacionar con una actitud reformista: una serie de iniciativas fueron instauradas tendiendo a la ampliación de la educación secundaria, buscando con ello integrar a toda la población del país. El optimismo pedagógico pos segunda guerra mundial cifra sus esperanzas en la educación, pero ahora en ciertos términos conjugados con el desarrollo económico. Hacia la década del 50 surge la llamada teoría del capital humano que centra sus esperanzas en que el impulso a la educación contribuiría al desarrollo económico; impulso que toma a la enseñanza secundaria como centro de atención por parte de los Estados-nación.

Para este puntual periodo histórico asistimos, además, a un proceso de internacionalización de la educación, es decir, los Organismos Internacionales adquieren tal relevancia que su presencia se hace ostensible en las dinámicas políticas nacionales. Por ejemplo, la UNESCO (1945) desde su configuración busca permanentes vínculos con los distintos Estados-nacionales generando, como efecto, que la política educativa de muchos países se enmarque en cierto consenso. No obstante, una fuerte crítica a los sistemas educativos y, en ellos, a los procesos de enseñanza se instaura, señalando que la escuela ya no es baluarte de movilidad, ni de crítica, ni de posibilidad de progreso, provocando la emergencia de ciertos planteamientos acerca de la educación y la enseñanza. Una sensación de crisis y desencanto, cierto pesimismo se instala con respecto, no sólo a los Sistemas de Educación, también a los procesos de enseñanza y aprendizaje; aspectos que son motivo de interrogación en el presente trabajo investigativo.

Así, en el marco de fuentes documentales organizadas en niveles para el análisis, están siendo consultados archivos provenientes de los Organismos Internacionales; de igual manera, están siendo analizados corpus documentales compuestos por la política educativa en Colombia, así como aquellos relacionados con las reformas al currículo en el periodo de análisis. Inscrita esta comunicación en el proyecto investigativo “Pedagogía y Currículo: pensar la formación de profesores como problema analítico y político”, se busca comprender las particulares dinámicas de campos como el de la ciencia y el de lo político (Bourdieu, 2000), constituyentes de procesos relacionados con la formación y que en su comprensión requiere del abordaje histórico.

PALABRAS CLAVE

Colombia, UNESCO, Pedagogía, Currículo

O ENSINO SECUNDÁRIO E O ENSINO DE HISTÓRIA APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO BRASIL: COMO EDUCAR PARA A DEMOCRACIA E PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ?

Halferd Carlos Ribeiro Junior

Universidade Federal da Fronteira Sul

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo (regime de exceção no Brasil implantando em 1937) em 1945, no Brasil inicia-se os debates e ações para a reestruturação da democracia. Do ponto de vista internacional, a criação da UNESCO estabeleceu uma pauta de desafios para a construção de barreiras e o desenvolvimento de políticas culturais a fim de evitar outra catástrofe para a humanidade. Diante dessa dinâmica, a escola foi considerada o local privilegiado para análises e proposituras de projetos voltados para a construção de uma cultura de paz. Desse modo, havia duas grandes indagações que o Estado, intelectuais e professores precisavam enfrentar: como construir uma escola voltada para a consolidação da democracia? E, como construir um currículo voltado para a transformação da cultura política do país, de uma dinâmica em que viabilizava um projeto de guerra para uma que favorecesse a consolidação da paz e o respeito entre as nações? Diante disso, a presente comunicação apresentará os resultados de pesquisa que tem como objetivo lançar reflexões sobre essas indagações, apresentando a dinâmica do ensino secundário no período compreendido entre 1945 até 1964, o processo de construção projeto da UNESCO para a construção de uma cultura de paz e respeito entre as nações, a reorganização curricular de 1951, e as reflexões publicadas sobre como deveria ser o ensino de história no Brasil produzidas no período. A pesquisa teve como corpus documental a tramitação e a legislação brasileira para sistema de ensino secundário e do ensino de história, os relatórios das conferências da UNESCO, livros e artigos publicados que discutiam propostas para o ensino de história, analisadas à luz de uma história sociocultural do currículo (Goodson, 2013; Popkewitz, 1997).

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Secundário, História, Democracia, Paz

O ENSINO SECUNDÁRIO APÓS A II GUERRA MUNDIAL: ESTUDOS ENTRECruzADOS (2/2)

Coordenador: Luís Grosso Correia

O ensino secundário vai assumindo, gradualmente, no período após a II Guerra Mundial, uma crescente importância a nível dos estudos internacionais e da sua incorporação a nível de políticas educativas nacionais. Os temas relacionados com esta atenção dedicada ao ensino secundário é patente nos estudos internacionais e comparados que se podem observar no período em análise, a saber: extensão da escolaridade obrigatória, ampliação da rede escolar, diversificação da oferta curricular, incremento e diversificação do ramo de formação técnica ou vocacional face ao ramo mais académico (tipicamente liceal), formação de professores, novas metodologias de ensino, investimento público, apoios sociais, maiores oportunidades de acesso para as raparigas e, em países de recente (re)implantação da democracia, a desideologização dos conteúdos curriculares marcadamente totalitários.

O presente painel visa disseminar, num primeiro momento, estudos sobre a situação do ensino secundário na Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, Portugal e Uruguai no período em consideração para, num segundo momento, estabelecer o diálogo entre os resultados apresentados, numa perspetiva internacional, comparada, crítica e reflexiva.

Para tanto, o presente painel faz parte de um simpósio, organizado por dois painéis com o mesmo título (O ensino secundário após II Guerra Mundial: estudos entrecruzados). Para além da unidade temática, do título e da concertação das comunicações entre os investigadores, os dois painéis serão comentados por uma mesma investigadora.

Atenta a diversidade de políticas, atores e práticas educativas patenteadas nos países em referência ao longo dos dois painéis, projeta-se um conjunto de análises e de resultados que concorrerão para uma visão mais ampla e problematizada do ensino secundário no espaço ibero-americano no período mencionado. As comunicações a apresentar nos dois painéis são as seguintes:

- António Canales Serrano (Espanha), Modular la victoria. La reforma de la enseñanza media de 1953 en la España franquista.

- António Romano (Uruguai), La “guerra fría” en la enseñanza secundaria en la década de los 60: Reformas, experimentación y reacción conservadora en el Uruguay.

- Carlos Diaz Soler (Colômbia), El optimismo pedagógico y los procesos de enseñanza en e bachillerato a debate: Colombia (1950-1980).

- Felicitas Acosta (Argentina), Entre dinámicas transnacionales y nacionales: el caso de la educación secundaria en la Argentina entre los años '50 y '60.

- Halferd Ribeiro Júnior (Brasil), O ensino secundário e o ensino de História após a Segunda Guerra Mundial no Brasil: como educar para a democracia e para a construção de uma cultura de paz?

- Luís Grosso Correia (Portugal), O “grande império do meio” da organização escolar portuguesa entre 1945 e 1965: perspetiva nacional e internacional.

MODULAR LA VICTORIA. LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA DE 1953 EN LA ESPAÑA FRANQUISTA

Antonio Fco. Canales Serrano

Universidad Complutense de Madrid

La presente comunicación estudia la reforma de la enseñanza media de 1953 que supuso una rectificación de la radical reestructuración del tramo realizada en 1938 en plena guerra civil. La reforma de 1938 supuso una victoria del programa educativo católico y se plasmó en una radical desregulación de la enseñanza media que produjo una intensa privatización del bachillerato. El modelo suscitó numerosas críticas entre las familias, el profesorado y en el seno del propio régimen que fueron capitaneadas por el partido único FET y de las JONS. A lo largo de los años cuarenta se vivió una constante tensión por esta cuestión entre católicos y falangistas que trascendía al público a través de los medios de movilización de Iglesia y Partido. A principios de los años cincuenta el régimen era consciente de los problemas que el modelo vigente implicaba y la dificultad de defenderlo internacionalmente en un momento en que pretendía salir del ostracismo internacional al que le condenó la derrota de los fascismos. La pretensión de rectificar la situación se enfrentó a la radical negativa del mundo educativo católico que movilizó todos sus recursos en defensa de la situación creada. Finalmente, se alcanzó un compromiso en 1953 que intentaba resolver los problemas sin traspasar las líneas rojas establecidas por la Iglesia. La comunicación expondrá las líneas de fractura en este debate y la solución pactada, que se mantuvo hasta la reforma general del sistema educativo realizada en 1970.

PALABRAS CLAVE

Enseñanza media, España, Franquismo

ENTRE DINÁMICAS TRANSNACIONALES Y NACIONALES: EL CASO DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA EN LA ARGENTINA ENTRE LOS AÑOS '50 Y '60

Felicitas Acosta

Universidad Nacional de General Sarmiento

En el año 1955 la División de Educación de la Unión Panamericana de la Organización de Estados Americanos (OEA) realizó el Seminario Interamericano de Educación Secundaria en la ciudad de Santiago de Chile, Chile. El evento formaba parte de una serie de seminarios organizado por la mencionada división desde 1948: Seminario Regional de Educación en la América Latina (Caracas, Venezuela, 1948), Seminario Internacional de Alfabetización y Educación de adultos (Petrópolis, Brasil, 1950), Seminario Interamericano de Educación Primaria (Montevideo, Uruguay, 1952), Seminario Internacional de Educación Vocacional (Técnica; Universidad de Maryland, Estados Unidos, 1954).

Participaron del seminario sobre educación secundaria delegados designados por el gobierno de cada país de América. Discutían en comisiones de trabajo sobre la base de documentos previos elaborados por especialistas, en su mayoría de los Estados Unidos. Las memorias del Seminario exponen la doctrina expuesta y las recomendaciones adoptadas. Se las consideraba fuente de consulta para directores de la educación en América Latina. Formaron parte del seminario delegados de casi todos los países de esa región así como representantes de España, Estados Unidos y Haití. Argentina fue uno de los países que no participó del encuentro.

El objetivo de esta ponencia es situar las políticas hacia la educación secundaria entre los años '50 y '60 en la Argentina en el marco de las discusiones que tenían lugar en la escala regional y transnacional. El período considerado concentra hechos importantes en el desarrollo de la educación secundaria en el país. Entre estos cabe mencionar la expansión de la oferta y la matrícula, la consolidación del currículum generalista, la explosión de la educación técnica y posteriormente la comercial. Interesa indagar de qué manera estos cambios, orientados tanto por la intervención estatal como por el propio desarrollo de este nivel del sistema educativo, formaban parte o no de un lenguaje regional y transnacional respecto de los cambios en las finalidades de la educación secundaria y su forma de organización.

El argumento de la ponencia gira en torno a la existencia de modificaciones en los sistemas educativos de modernización temprana producto de la extensión de la educación secundaria. El sistema de segmentación tradicional sobre la base de una secundaria preparatoria hacia la universidad mostraba sus límites y las reformas sobre ese nivel educativo se hacían cada vez más perentorias. El encuentro entre esta dinámica transnacional y la propia de cada sistema educativo dio por resultado formas de expansión específicas de la secundaria. Argentina no fue ajena a este proceso y los cambios ocurridos en el período dan cuenta de esta tensión entre dinámicas transnacionales y locales.

El estudio se realiza sobre la base de fuentes primarias y secundarias. Las fuentes primarias refieren a las memorias del Seminario Interamericano de Educación Secundaria y documentos normativos hacia la escuela secundaria en la Argentina para el período considerado. Las fuentes secundarias las constituyen estudios previos sobre el tema.

PALABRAS CLAVE

Secundaria, Argentina, Transnacional

AS REFORMAS DO “GRANDE IMPÉRIO DO MEIO” DO SISTEMA ESCOLAR PORTUGUÊS ENTRE 1945 E 1965: PERSPETIVA NACIONAL E INTERNACIONAL

Luís Grosso Correia

Universidade do Porto

A presente comunicação abordará as principais questões que se colocaram ao ensino secundário-liceal português a partir do final da II Guerra Mundial até meados da década de 1960, durante a vigência do regime autoritário do Estado Novo. A abordagem terá em particular atenção as soluções encontradas a nível nacional face à pressão e diversificação social da procura deste segmento de educação escolar, tradicionalmente orientado para a formação do escol académico, e os desafios que eram colocados, a nível internacional, aos estudos pós-primários.

No rescaldo da II Guerra Mundial, o regime autoritário do Estado Novo vai empreender uma ligeira reforma do ensino secundário-liceal na qual visou articular o último ciclo de estudos (output) deste nível de ensino com os diferentes cursos do ensino universitário (input). Esta ideia não era nova pois já tinha apresentada como projeto pelas autoridades republicanas em meados da década de 1920, no período da I República. Sob pressão da crescente procura do ensino secundário a partir de inícios da década de 1960, por um lado, e da influencia dos estudos internacionais publicados pela mão da UNESCO e da OCDE, por outro, o mesmo regime autoritário vai tratar, em meados da mesma década, de expandir a escolaridade obrigatória para seis graus curriculares (quatro do ensino primário e dois de nível secundário) e, com isso, terminar com os seletivos exames de admissão aos liceus (e também às escolas técnicas) e começar a construir o caminho para uma educação pós-primária unificada e socialmente mais inclusiva.

Oscilando entre estas duas reformas operadas no topo e na base do ensino secundário-liceal, o presente trabalho será apoiado em estudos e indicadores de situação nacionais e internacionais, por um lado, ao mesmo tempo que analisa as políticas adotadas a nível nacional (do ponto de vista curricular e da formação de professores, entre outras) e o seu impacto e significado no terreno educativo a partir da análise de casos específicos (liceus da cidade do Porto), por outro.

Os resultados demonstrarão a persistência da cultura academicista, seletiva e urbana do ensino secundário-liceal de Novecentos na agenda, políticas e práticas educativas do período em estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Liceal, UNESCO, OCDE

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014-2018). ANÁLISIS ESTADÍSTICO GLOBAL Y REFLEXIONES CRÍTICAS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS

Coordinadores: José Luis Hernández Huerta y Andrés Payà Rico

Durante las dos últimas décadas, se han multiplicado el número de revistas científicas especializadas en Historia de la Educación, pasando de veinticinco proyectos editoriales vivos, a finales de la década de 1990, a cincuenta en 2018. Este crecimiento se ha debido, en buena medida, a tres factores: la maduración, el afianzamiento y la expansión de la Historia de la Educación como área de conocimiento; la irrupción de la edición electrónica en la esfera mediática, que redujo considerablemente los costes de publicación y distribución; y la extensión de sistemas de acreditación, calificación y promoción de profesores universitarios que, paulatinamente, han generado una creciente necesidad de publicar y, por tanto, también de la existencia de medios para tal fin.

Este panel temático, que es continuación de trabajos previos y forma parte de la actividad de *Connecting History of Education Working Group* (<https://fahrenheit.com/blog/connecting-history-of-education-working-group/>), tiene como objetivo contribuir a la exploración del territorio global de la Historia de la Educación demarcado por las revistas científicas especializadas. Concretamente, se pretenden tres cosas:

1. Cartografiar el espacio mediático científico ocupado por este tipo de proyectos editoriales en Europa Occidental, las Américas y Oceanía del Sur y profundizar en los modelos de gestión editorial ahí existentes.
2. Analizar la producción global en las mencionadas áreas, prestando especial atención a algunos aspectos directamente vinculados a los procesos de internacionalización, tales como: las políticas lingüísticas y el espacio mediático ocupado por cada idioma, los lugares de producción, el peso y las vías de colaboración internacionales, los focos de atención geopolítica de los investigadores, la proporción de estudios comparados, internacionales, transnacionales o globales, el enfoque y la ejecución de los números especiales o secciones monográficas.
3. Discutir críticamente sobre los retos técnicos y científicos que la internacionalización supone para la gestión editorial de revistas especializadas.

La muestra de revistas objeto de análisis está constituida por las cuarenta y cinco (45) editadas en Europa Occidental, las Américas y Oceanía, que representan el 92% de las que, en noviembre de 2019, se tiene constancia de que continúan editándose en todo el mundo. Esto permite ofrecer una panorámica global relativamente acabada de la situación de la Historia de la Educación en Occidente, debido a que están representadas distintas tradiciones historiográficas –anglosajona, latina, iberoamericana y germánica–, materializadas en trece (13) comunidades científicas nacionales –Alemania, Argentina, Chile, Colombia, México, Suecia, UK, Francia, Italia, España, Brasil, Canadá, USA, Australia-Nueva Zelanda–. De entre los trabajos publicados por las revistas, únicamente se han tenido en consideración los artículos aparecidos en las secciones “monografía” –o equivalentes– y “estudios” –o equivalentes–. Y el periodo de estudio abarca los cinco últimos años, desde 2014, hasta 2018.

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN AMÉRICA LATINA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS

Tatiane de Freitas Ermel

Universidad Complutense de Madrid. España

Juan Luis Rubio Mayoral

Universidad de Sevilla. España

Maria Helena Cámara Bastos

UFRGS / CNPQ. Brasil

En América Latina, las revistas especializadas de Historia de la Educación se han fundado, principalmente, durante los '90 y la segunda década del siglo XXI. Brasil, país pionero en la región, alberga el mayor número de proyectos editoriales (1978; 1997; 2000; 2001; 2002; 2015 -2-; 2017; 2018), seguido por Colombia (1998; 1999). También cuentan con publicaciones científicas especializadas las comunidades de historiadores de la educación de Argentina (1996), Chile (2013), México (2013) y Venezuela (2003).

Los objetivos de esta contribución son analizar los perfiles de los proyectos editoriales, analizar algunos aspectos de la producción relativos a los procesos de internacionalización (las políticas lingüísticas y el espacio mediático ocupado por cada idioma, los lugares de producción, el peso y las vías de colaboración internacionales, los focos de atención geopolítica de los investigadores, la proporción de estudios comparados, internacionales, transnacionales o globales, el enfoque y la ejecución de los números especiales o secciones monográficas) y enriquecer los debates sobre los retos de la internacionalización para la gestión editorial.

Las revistas tomadas como fuente para este estudio son las que, en diciembre de 2018, siguen publicándose y que utilizan el español, el italiano, el francés, el portugués y/o el inglés como principales idiomas de comunicación científica: *História da Educação* (Brasil); *Cadernos de História da Educação* (Brasil); *Revista Brasileira de História da Educação* (Brasil); *Revista de História da Educação Matemática (HSTEMAT)* (Brasil); *Revista de História e Historiografia da Educação* (Brasil); *Revista HISTEDBR On-Line* (Brasil); *Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo* (Brasil); *Acta Scientiarum. Education* (Brasil); *History of Education in Latin America* (Brasil); *Cuadernos Chilenos de Historia de la Educación* (Chile); *Heurística. Revista Digital de Historia de la Educación* (Venezuela); *Historia de la Educación. Anuario* (Argentina); *Revista Historia de la Educación Latinoamericana* (Colombia); *Historia de la Educación Colombiana* (Colombia); *Revista Mexicana de Historia de la Educación* (México).

Esta comunicación forma parte de la actividad de Connecting History of Education Working Group.

PALABRAS CLAVE

Revistas científicas, América Latina, Connecting History of Education

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN CANADÁ Y ESTADOS UNIDOS. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS

José Luis Hernández Huerta

Universidad de Valladolid. España

Antonella Cagnolati

Università di Foggia. Italia

En Canadá y Estados Unidos, el universo de las revistas especializadas de Historia de la Educación está conformado por un total de 11 proyectos editoriales. El primero de estos, pionero en el mundo, nació en Estados Unidos, en 1951, bajo el título *Journal of Philosophy & History of Education*, vinculado a la Society of Philosophy & History of Education. No obstante, fue durante las décadas de los 70 y, particularmente, de los 80, cuando se configuró el espacio propio de la Historia de la Educación, primero en Estados Unidos (1974, 1981, 1984) y, después, en Canadá (1989). A partir de entonces, se han fundado, con distintas perspectivas, varios proyectos editoriales más, tanto en Estados Unidos (1991, 2006, 2008, 2009, 2016), como en Canadá (2000).

Los objetivos de esta contribución son analizar los perfiles de los proyectos editoriales, analizar algunos aspectos de la producción relativos a los procesos de internacionalización (las políticas lingüísticas y el espacio mediático ocupado por cada idioma, los lugares de producción, el peso y las vías de colaboración internacionales, los focos de atención geopolítica de los investigadores, la proporción de estudios comparados, internacionales, transnacionales o globales, el enfoque y la ejecución de los números especiales o secciones monográficas) y enriquecer los debates sobre los retos de la internacionalización para la gestión editorial.

Las revistas tomadas como fuente para este estudio son las que, en diciembre de 2018, siguen publicándose y que utilizan el español, el italiano, el francés, el portugués y/o el inglés como principales idiomas de comunicación científica: *Historical Studies in Education / Revue d'histoire de l'éducation* (Canadá); *Encounters on Theory and History of Education* (Canadá); *History of Education Quarterly* (UK / USA); *American Educational History Journal* (USA); *Education's Histories* (USA); *Journal of the History of Childhood and Youth (JHCY)* (USA); *Journal of Educational Media, Memory, and Society* (USA); *Education & Culture* (USA); *Journal of Philosophy & History of Education* (USA); *American Educational History Journal* (USA).

Esta comunicación forma parte de la actividad de Connecting History of Education Working Group.

PALABRAS CLAVE

Revistas científicas, Canadá, Estados Unidos, Connecting History of Education

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN EUROPA CONTINENTAL Y AUSTRALIA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS

Carmen Sanchidrián Blanco

Universidad de Málaga. España

Andrés Payà Rico

Universidad de Valencia. España

Iván Pérez Miranda

FahrenHouse. España

Europa continental y Australia son regiones que albergan algunos de los mejores y más longevos proyectos editoriales especializados en Historia de la Educación. Estas revistas se han convertido en referentes internacionales para esa área de conocimiento. *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education*, nacida en Bélgica en 1961 –ahora publicada en UK–, fue la primera revista especializada en Historia de la Educación. Durante los siguientes años, aparecieron nuevas publicaciones en la region que respondían a los intereses científicos de las comunidades de UK (1968-2, 1972, 1987, 2009), Australia (1972, 2014), Alemania (1993) y los Países Nórdicos (2014).

Los objetivos de esta contribución son analizar los perfiles de los proyectos editoriales, analizar algunos aspectos de la producción relativos a los procesos de internacionalización (las políticas lingüísticas y el espacio mediático ocupado por cada idioma, los lugares de producción, el peso y las vías de colaboración internacionales, los focos de atención geopolítica de los investigadores, la proporción de estudios comparados, internacionales, transnacionales o globales, el enfoque y la ejecución de los números especiales o secciones monográficas) y enriquecer los debates sobre los retos de la internacionalización para la gestión editorial.

Las revistas tomadas como fuente para este estudio son las que, en diciembre de 2018, siguen publicándose y que utilizan el español, el italiano, el francés, el portugués y/o el inglés como principales idiomas de comunicación científica: *Childhood in the Past: An International Journal* (UK); *History of Education. Journal of the History of Education Society* (UK); *History of Education Researcher* (UK); *History of Education Review* (UK / Australia); *Historical Encounters* (Australia); *Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education* (UK); *History of Universities* (UK); *Journal of Educational Administration and History* (UK); *IJHE Bildungsgeschichte / International Journal for the Historiography of Education* (Alemania); *Nordic Journal of Educational History* (Suecia).

Esta comunicación forma parte de la actividad de Connecting History of Education Working Group.

PALABRAS CLAVE

Revistas científicas, Europa continental, Australia, Connecting History of Education

CARTOGRAFÍA, PRODUCCIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN (2014–2018) EN EUROPA MEDITERRÁNEA. ANÁLISIS A PARTIR DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS ESPECIALIZADAS

Sara González Gómez

Universitat de les Illes Balears. España

Roberto Sani

Università di Macerata. Italia

Anna Ascenzi

Università di Macerata. Italia

En la Europa Mediterránea, la primera revista científica moderna dedicada específicamente a la Historia de la Educación fue fundada en Francia en 1979. Desde entonces, otras han ido apareciendo en ese mismo país (1996, 1998) y en otros del entorno, como España (1982, 1994, 1997, 1998, 2009, 2013, 2014, 2015), Italia (1994, 1997, 2006 -2-) y Grecia (2002), hasta un total de 16 revistas especializadas.

Los objetivos de esta contribución son analizar los perfiles de los proyectos editoriales, analizar algunos aspectos de la producción relativos a los procesos de internacionalización (las políticas lingüísticas y el espacio mediático ocupado por cada idioma, los lugares de producción, el peso y las vías de colaboración internacionales, los focos de atención geopolítica de los investigadores, la proporción de estudios comparados, internacionales, transnacionales o globales, el enfoque y la ejecución de los números especiales o secciones monográficas) y enriquecer los debates sobre los retos de la internacionalización para la gestión editorial.

Las revistas tomadas como fuente para este estudio son las que, en diciembre de 2018, siguen publicándose y que utilizan el español, el italiano, el francés, el portugués y/o el inglés como principales idiomas de comunicación científica: *Annali di Storia dell' Educazione e delle Istituzioni Scolastiche* (Italia), *Cabás* (España), *Carrefours de l'éducation* (Francia), *CIAN-Revista de Historia de las Universidades* (España), *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació* (España), *Espacio, Tiempo y Educación* (España), *Histoire de l'éducation* (Francia), *Historia de la Educación. Revista Interuniversitaria* (España), *Social History and Education* (España), *Historia y Memoria de la Educación* (España), *History of Education & Children's Literature* (Italia), *Revue d'histoire de l'enfance irrégulière* (Francia), *Rivista di Storia dell'Educazione (CIRSE)* (Italia), *Sarmiento. Anuario Gallego de Historia de la Educación* (España).

Esta comunicación forma parte de la actividad de Connecting History of Education Working Group.

PALABRAS CLAVE

Revistas científicas, Europa mediterránea, Connecting History of Education

MUSEOS PEDAGÓGICOS: DIÁLOGOS IBERO-AMERICANOS!

Coordenadora: Vera Lucia Gaspar da Silva

A circulação de ideias pedagógicas que contribuíram para edificar os projetos de escolarização da infância, acompanhando a consolidação dos estados-nação, teve alguns sustentáculos. Destacamos aqui o aparato legislativo, que compreende um conjunto de prescrições no desenho da composição administrativa, entre elas, a obrigatoriedade escolar; as Exposições Universais como espaços de difusão de modelos, ideias, circulação de mercadorias direcionadas ao provimento da escola primária e fomento a um nicho de mercado e a organização de Museus Pedagógicos os quais assumem, na presente proposta, lugar central como difusores de um modelo ideal de escola. Numa caracterização mais ampla, os Museus Pedagógicos podem ser descritos “como um centro de formação para professores, onde seriam desenvolvidos, testados, apresentados e difundidos novos métodos, mobiliários e instrumentos didáticos” (Petry; Gaspar da Silva, 2013, p. 82). Ou, recuperando palavras de Bartolomeu Cossío (1886), um órgão por onde “... se introduzcan todos los adelantos que en el orden de la primera educación se verifican en los demás países...” (Apud Garcia del Dujo, 1985, p. 169). Compreendemos aqui que os Museus Pedagógicos não somente brindaram apoio a formação docente e a construção de sistemas educativos nacionais, como também edificaram projetos de infância e cidadania. Com a presente proposta de painel vislumbramos a possibilidade de explorar vínculos entre diferentes Museus Pedagógicos estabelecidos na América e na Europa nos anos finais do século XIX e em princípios do XX, além de destacar particularidades destas instituições que não tiveram somente os modelos francês e espanhol como referência, mas também, agregaram elementos numa espécie de modelo americano. Assim reunimos nesta proposta de painel estudos que contemplam o Museu Pedagógico Nacional da Espanha fundado em 1882 na cidade de Madri (que será abordado por Pedro Luis Moreno Martínez); o Museu Pedagógico de Portugal criado em 1883 na cidade de Lisboa em Portugal (por Maria João Mogarro); o Museu Pedagógico da Argentina criado em 1888 na cidade de Buenos Aires (por María Cristina Linares); o Museo Pedagógico do Uruguai criado em 1889 na cidade de Montevideo (por Gabriel Scagliola e Vera Gaspar) e o Museu Pedagógico Nacional do Brasil criado em 1890 no Rio de Janeiro (por Camila Marchi da Silva).

EL MUSEO PEDAGÓGICO NACIONAL DE ESPAÑA (1882–1941): UN BALANCE HISTORIOGRÁFICO

Pedro L. Moreno Martínez

Universidad de Murcia (España)

El mismo año que tenía lugar el primer Congreso Nacional Pedagógico se creaba, en 1882, el *Museo de Instrucción Primaria* de Madrid, que pasaría a denominarse a partir de 1894-95, hasta su supresión en 1941, *Museo Pedagógico Nacional*. Su gestación obedecía a los ideales regeneracionistas impulsados por la Institución Libre de Enseñanza que aspiraba a renovar la educación como proyecto pedagógico y político, para lograr la modernización y transformación social del país. En su instauración oficial, decretada el 6 de mayo de 1882, la iniciativa se vinculaba a la necesidad de acometer reformas para mejorar las condiciones de la primera enseñanza, aludiendo a la experiencia museística internacional, en base a la cual se fijaban sus características y funciones básicas, que serían desarrolladas posteriormente. En la configuración del Museo fueron determinantes las personas seleccionadas, por oposición, para desempeñar los cargos de director y secretario, los institucionistas Manuel Bartolomé Cossío y Ricardo Rubio. Cossío había conocido personalmente, previamente, algunos de los principales museos pedagógicos de países como Alemania, Austria, Bélgica, Francia o Portugal. Las líneas programáticas del Museo fueron difundidas por Cossío en la Conferencia Internacional de Educación celebrada en Londres, en agosto de 1884. En su informe destacaría, entre las claves para comprender las finalidades, orientaciones y alcance del Museo que estaba llamado a ser «el órgano por donde en España se introduzcan todos los adelantos que en el orden de la primera educación se verifican en los demás países». Como la historiografía de la educación ha ido constatando, entre las líneas de actuación cardinales del Museo podemos destacar, al menos, las siguientes. En primer lugar, su misión principal consistía en cooperar en la formación inicial y actualización de los docentes. Su labor fundamental, basada en la promoción de cursos y conferencias, se intensificaría tras la creación de sendos laboratorios, gestados como espacios de experimentación, innovación y formación. Se trataba, por una parte, del laboratorio de Antropometría y Psicología Experimental y, por otra, del de Física y Química, que ejercerían una notable influencia en la investigación y la modernización de las concepciones y las prácticas de la enseñanza de las ciencias. En segundo lugar, el Museo sería un centro de exposición, ensayo y renovación del mobiliario escolar y material de enseñanza. Actuaría como organismo consultor técnico del Ministerio cuyos dictámenes repercutieron en el equipamiento de mobiliario y material de enseñanza destinados a las escuelas públicas. Un material, en consonancia con las ideas formuladas por Cossío, regido por el principio de actividad, construido y vivificado por el maestro. En tercer lugar, el Museo llegaría a ser el centro de información pedagógica más importante del país. Contaría con una biblioteca, con un nutrido fondo bibliográfico, muy frecuentada, y llevaría a cabo una destacada labor editorial publicando estudios, por ejemplo, sobre los sistemas educativos nacionales, el movimiento de renovación pedagógica o propuestas metodológicas innovadoras.

PALABRAS CLAVE:

Museo Pedagógico Nacional, España, formación, investigación, innovación, cultura material

O MUSEU PEDAGÓGICO DE LISBOA, PORTUGAL: PERCURSO E SIGNIFICADO DE UMA INSTITUIÇÃO RENOVADORA

Maria João Mogarro

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Integrando um movimento internacional de institucionalização de museus pedagógicos, o Museu Pedagógico Municipal de Lisboa foi inaugurado em 1 de julho de 1883 e assumiu-se como um suporte fundamental de renovação do ensino. A sua criação foi defendida por uma geração de pedagogos que lideraram o debate educativo na época, em Portugal, e na qual se distinguiu Francisco Adolfo Coelho, que organizou e dirigiu o Museu. No contexto da época, o museu tem também de ser entendido no processo de emergência e afirmação da ciência da educação e na difusão de uma cultura pedagógica moderna. Estas ideias inspiraram os dirigentes do município de Lisboa, que viviam na década de 80 do século XIX um período de descentralização em matéria educativa e tiveram a possibilidade de criar um conjunto notável de dispositivos ao serviço da educação: além do Museu, surgiram a revista Froebel, o jardim infantil froebeliano, as escolas primárias e profissionais. Neste processo, o museu desempenhava um papel de significativa importância. Adolfo Coelho fez a escolha dos materiais do Museu, de todos os livros que compuseram a sua biblioteca pedagógica e as restantes coleções da instituição. O plano organizativo e as secções que constituíam o Museu foram também concebidos por Francisco Adolfo Coelho. A *Secção A* era dedicada à construção e mobília, devendo esta secção possuir plantas arquitectónicas, alçados e modelos das instituições escolares desde a creche às escolas profissionais, entre outros espaços educativos; o mobiliário escolar refletia as novas concepções sobre o ensino, seguindo as técnicas pedagógicas e didáticas inovadoras, devendo o espaço arquitectónico e as mobílias corresponder, de forma lógica e harmoniosa, às preocupações educativas higienistas mais avançadas. A *Secção B* integrava o material para a educação e o ensino, reunindo a documentação de todos os níveis de ensino. A *Secção C* era composta pela biblioteca e apresentava uma estrutura relacionada com os estudos educacionais, de que Adolfo Coelho traçava os grandes campos, devendo ainda disponibilizar a legislação, os planos e os programas de estudo. O Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, depois Museu Pedagógico de Lisboa (1892), ilustrava de forma exemplar as concepções pedagógicas e as orientações para uma renovação do ensino que marcavam o discurso pedagógico da época, na arena internacional. A sua decadência nas primeiras décadas do século XX foi um rude golpe, mas em 1933 a criação do Biblioteca Museu do Ensino Primário constituiu um segundo fôlego do museísmo pedagógico em Portugal. O Museu Pedagógico de Lisboa integrava-se na corrente internacional da moderna pedagogia, dedicado aos estudos educacionais e à formação profissional dos docentes. Com este museu, Lisboa colocava-se a par de outras cidades de referência, na época, e que tinham já os seus museus pedagógicos, mas relacionava-se mais diretamente com os museus similares de Madrid e do Rio de Janeiro. A reconstituição da sua biblioteca confirma o lugar do Museu na rede transnacional de circulação das ideias, nela se encontrando os nomes de referência da pedagogia mundial, nas diversas línguas (francês, português, inglês, alemão, castelhano).

PALVRAS-CHAVE

museu pedagógico, circulação de modelos pedagógicos, cultura material escolar

EL MUSEO PEDAGÓGICO EN ARGENTINA: NACIMIENTO Y AVATARES DE UNA INSTITUCIÓN RENOVADORA

María Cristina Linares

Universidad Nacional de Luján, Argentina

Los museos pedagógicos surgieron a partir de mediados del siglo XIX acompañando la formación de maestros y la construcción de los sistemas educativos nacionales. Eran centros que comprendían una biblioteca con obras de educación, legislación y otro tipo de documentos, como también mobiliario escolar y colecciones de materiales para la enseñanza. Abonaron a la circulación de ideas, prácticas y materiales escolares. Tenían un carácter prospectivo e instituyente de las nuevas metodologías, utillaje, política y estructura escolar, y la intención expresa de construir identidades nacionales. En la Argentina, la iniciativa de crear un museo pedagógico en el ámbito del Consejo Nacional de Educación, el Museo Escolar Nacional, anexo a la biblioteca y dirigido a la enseñanza primaria, fue entendida como motor para la renovación pedagógico-política y material de la educación. El museo era uno más de los mecanismos estatales dentro del sistema educativo para llevar a la sociedad, paulatinamente, a un nivel de “civilización”. Desde el museo pedagógico, se intentaba mostrar las tendencias en cuanto a la administración, arquitectura, mobiliario y materiales didácticos para las distintas disciplinas de la educación que respondían al método intuitivo y a la incorporación de las ciencias naturales y sociales al currículum dentro del marco de un positivismo biologista. El museo pedagógico también se orientó en función de construir una “identidad nacional” en el marco de las relaciones sociales de producción capitalista, dirigiéndose simultáneamente a tres problemas por resolver. Por un lado, había que construir el principio político del Estado-nación, bajo los ideales republicanos. Para ello, se recurrió al aprendizaje cívico y a una configuración de una noción territorial política. El museo pedagógico debía disponer de mapas, relieves en yeso, mapas dibujados sobre cartón, láminas para la enseñanza de historia natural realizados en el país o por los propios alumnos. Por otro lado, el nuevo Estado nacional requería, para la construcción de la nacionalidad, la constitución de una sociedad bajo la lógica de las relaciones de producción capitalista. Los objetos seleccionados en los museos pedagógicos debían representar la idea de la utilidad de las cosas y apreciar las riquezas de nuestro suelo. Por último, había que construir el sentido étnico de la nación (grupos humanos unidos por compartir un origen y una cultura comunes), convertido en fundamento de la legitimidad política. Para ello había que unificar la lengua, trazar una historia, honrar los símbolos patrios y compartir un folclore común. El museo pedagógico comenzó a formarse con grabados, vistas, paisajes, asuntos geográficos, escenas de “bienhechores de la humanidad”, asuntos de la historia, retratos de “prohombres argentinos”, mapas, relieves en yeso, con el propósito de “nacionalizar” la enseñanza y hacerla “objetiva”. El cierre o los cambios en los museos pedagógicos a partir de la década de 1930 pueden ser explicados por procesos políticos-económicos del período de entreguerras en algunos países, pero, además, pensamos que los fines específicos, en cuanto a la difusión de una nueva cultura escolar y la consolidación de los sistemas educativos, estaban prácticamente cumplidos.

PALABRAS CLAVE

Museo pedagógico – Argentina – cultura escolar

“MUSEO Y BIBLIOTECA JOSÉ PEDRO VARELA” (MONTEVIDEO / URUGUAI, 1889)

Gabriel Scagliola

Institutos Normales de Montevideo

Vera Lucia Gaspar da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

O Museo Pedagógico do Uruguai foi fundado em Montevideu em 1889, formando par com a Biblioteca Pedagógica num projeto que, como atestam mensagens recebidas de autoridades do ensino de outros países, buscou referência em instituições similares em nações consideradas mais avançadas. O influente pedagogo francês Ferdinand Buisson já anunciava em 1878 a ligação entre progresso da instrução primária e a criação de Museus Nacionais a elas conectados. A exemplo de outras, a instituição uruguaia agregou em suas funções uma espécie de formação prática de mestros com laboratórios e instrumentos que permitissem ensaios de práticas, a divulgação de ideias pedagógicas através de seu Boletim, bem como, a exposição de artefatos que, entendemos hoje, ajudavam a construir socialmente uma modelo ideal de escola. Alberto Gomez Ruano (1858 – 1923), seu primeiro diretor, teria tido atuação fundamental na criação de três “Institutos Nacionales: Museo y Archivo Histórico Municipal, Servicio Meteorológico de Uruguay y la Biblioteca y Museo Pedagógicos”. (Boletín Informativo, Año VI – 6, Agosto de 1958, p. 7) o que revela conexões para a consolidação de um aparato estatal com base científica e modernizadora para os padrões da época. Fontes consultadas no acervo desse Museu trazem dados que permitem ver os Museus Pedagógicos, além de outras funções, como canais de conexão com outros países, seja através da troca de acervos, de informações sobre gerenciamento e organização, seja nas visitas que recebe. É recorrente o registro de obras vindas de outros países como doação ao acervo da Biblioteca e do Museu Pedagógico assim como, de materiais que ainda hoje o compõem. O atualmente denominado Museo Pedagógico José Pedro Varela é, provavelmente, a mais longeva instituição desta natureza, mantendo-se em atividade no mesmo edifício até os dias de hoje. Na estrutura governamental atual, está vinculado ao Departamento de Bibliotecas e Museus do Conselho de Educação Inicial e Primária – Inspeção Técnica da Administración Nacional de Educación Pública do Uruguai. Tal longevidade permite identificar diferentes fases e funções, contudo, pretende-se aqui destacar aspectos que o conectam, nos anos iniciais, com instituições congêneres de outros países. Como fontes principais do presente trabalho destacamos edições do *Boletín Informativo*, produzido pelo Consejo Nacional de Enseñanza Primaria e Normal/Biblioteca y Museo Pedagógicos (uma série que vai dos anos de 1954 a 1958); o artigo “Museo Pedagógico Jose Pedro Varela– 80 Años de Vida”, de autoria de Armonia Etchepare de Henestrosa, impresso em 1973; a publicação “El Museo y Biblioteca Pedagógicos de Montevideo: Algunos Juicios y Referencias”, escrita pelo então diretor Alberto Gómez Ruano (Montevideu, 1916), os *Anales de Instrucción Primária* reunindo as conferências de 1909, publicados em 1910. Além destas, agregamos obras de Orestes Araújo, que tratam da História da Escola Uruguaia, o livro *Escuelas, Internatos e Institutos Normales del Uruguay*, de Lorenzo D’Auria, e o artigo de Eduardo Acevedo “Gobierno de Tajés 1886-1890”, os quais trazem um conjunto de dados que permitem conhecer os primeiros anos de funcionamento deste Museo Pedagógico.

PALABRAS CLAVE

Museu Pedagógico, circulação de ideias pedagógicas, cultura material escolar, Museo Pedagógico José Pedro Varela

PEDAGOGIUM: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES (1890–1919)

Camila Marchi da Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Esta comunicação pretende apresentar os resultados parciais da tese de doutorado intitulada, provisoriamente de “Museu Pedagógico Nacional: *Pedagogium*, um museu de grandes novidades (1890-1919)”. O Museu Pedagógico Nacional – *Pedagogium* foi fundado em 1890 e teve suas normas estabelecidas no Decreto nº 981 que também previa a reforma das instruções primária e secundária. Era função da instituição oferecer ao público e aos professores, principalmente, os meios de instrução profissional, a exposição dos melhores métodos e material de ensino inovador, inclusive oferecendo formações de diferentes tipos. Para tanto, a instituição contava com uma exposição com acervo permanente; oferecia cursos científicos; expunha e montava gabinetes e laboratórios de ciências físicas e história natural; organizava exposições escolares anuais; dirigia uma escola primária modelo; oferecia uma classe para trabalhos manuais; organizava coleções e modelos para o ensino concreto nas escolas públicas e publicava uma revista pedagógica. Sabe-se de uma parcela da história dessa instituição como centro de formação de professores, porém, sabe-se que além disso, a história dos museus pedagógicos está intimamente ligada às Exposições Universais, já que eles seriam centros difusores de tecnologias educacionais, também apresentadas em grandes exposições, não raro, museus pedagógicos poderiam ser formados a partir do que era apresentado em exposições. O próprio *Pedagogium* teve origem a partir do recebimento do acervo do antigo Museu Escolar Nacional, que fora constituído a partir da Exposição Universal do Rio de Janeiro de 1883. Esta comunicação tem por objetivo apresentar variadas facetas entre o *Pedagogium* e suas relações com diferentes formas de exposição, feiras universais, comerciais e museus; bem como, compreender e analisar a constituição do acervo do *Pedagogium*, levando em conta as suas afinidades com o comércio e a indústria, visando perceber em sua organização, por hipótese, as interferências comerciais na sua composição. Para tanto, o trabalho estuda documentações referentes às Exposições Universais; documentos sobre o *Pedagogium*, principalmente o conteúdo das Revistas Pedagógicas, periódico oficial da instituição, publicado entres os anos de 1890 até 1896, e que apresenta tanto o cotidiano e funcionamento do estabelecimento estudado, como a relação comercial estabelecida para a formação de seu acervo. Estuda-se a formação dos museus no Brasil, pensando os trabalhos de Borges (2011) e Lopes (2009). Sobre o *Pedagogium*, a principal referência é o trabalho de Mignot (2013).

PALAVRAS-CHAVES

Pedagogium, museus, exposições universais, cultura material escolar

DE LA MODERNIDAD A LAS NUEVAS PEDAGOGÍAS EN EDUCACIÓN PREESCOLAR EN IBEROAMÉRICA, SIGLOS XIX Y XX PARTE 1

Coordinador: Elida Lucila Campos Alba

Asistimos a un momento histórico de aceleración extrema del tiempo (Koselleck, 2003), saturado por una revolución digital (Freyermuth, 2000) que, bajo el marco de los discursos de la innovación, la ciencia y la tecnología hoy día restringe y censura los usos del pasado en nuestro presente. El presentismo como régimen de historicidad (Hartog, 2007) al instalarse socialmente como única estructura del tiempo configura la práctica pedagógica como un decir y un hacer caduco, anacrónico, tradicional, sin vigencia para pensar la crisis de la educación de las infancias en la contemporaneidad.

A principios del siglo XIX cuando triunfan en nuestros países los movimientos, armados o no, de independencia, la prioridad en cuanto educación era la alfabetización o si acaso la escuela elemental o primaria; sin embargo, al cabo de las décadas la educación de los más pequeños comienza a aparecer en las sociedades “modernas” con concepciones de la infancia propias así como con metodologías, espacios y materiales didácticos específicos.

Las ideas de Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Decroly, Montessori, entre otros comienzan a circular de Europa hacia América y se establecen con características propias en las escuelas para menores de 6 años, las cuales paulatinamente van ganándose un lugar en los sistemas educativos nacionales.

Así, por ejemplo, recientemente se ha vuelto a discutir los usos del pensamiento pedagógico del movimiento escolanovista que se empezó a dar en Europa a finales del siglo XIX y que tuvo su máximo esplendor a nivel internacional durante su institucionalización en América Latina durante las primeras décadas del siglo XX. En palabras de Brailovsky (2019) su surgimiento antes que una práctica de recuperación de nuestra memoria activa del saber pedagógico (Zuluaga, 2005) como parte constitutiva de nuestra memoria colectiva (Halbwachs, 2004), hace parte de un “conjunto de novedades” (p. 32), procedentes de la economía, del “ámbito de la gestión empresarial, el coaching y hasta la autoayuda” (p.32). De allí de la importancia de problematizar nuestro presente y particularmente los discursos del “neo-escolanovismo” (p.32) que hoy proliferan a nivel internacional para llevar a cabo la educación preescolar (México), educación infantil (Brasil, España y Portugal), la educación inicial (Argentina, Uruguay, Paraguay, Colombia) y la educación parvularia (Chile).

En este panel se propone dar a conocer y/o debatir las formas en que circularon, difundieron y apropiaron las ideas pedagógicas “propias para los párvulos” en Iberoamérica recurriendo a las relaciones que se teje entre la modernidad, la pedagogía y la infancia a través de distintos enfoques históricos que permitan dar cuenta en cada uno de los países participantes del panel de la apropiación e institucionalización de una pedagogía infantil o parvularia.

Constituir una comunidad académica internacional que permita problematizar históricamente la educación infantil en el marco de la apropiación e institucionalización de las diferentes ideas pedagógicas específicas en Iberoamérica, en aras de configurar un campo de saber para la pedagogía infantil en el presente, a partir de la recuperación y uso de su memoria colectiva desde el siglo XIX y hasta el presente.

Aspiramos a contribuir al debate político, social e histórico de nuestro presente a partir de la historia de la educación de la(s) infancia y la configuración de un campo de saber para la Pedagogía Infantil.

LA ESCUELA NUEVA EN LOS JARDINES DE NIÑOS MEXICANOS 1928–1960

Elida Lucila Campos Alba

SEIEM RED Historia de la educación Preescolar

Generalmente al hablar de la historia de los Jardines de Niños viene inmediatamente a nuestra mente Federico Froebel y su método, el cual, si bien es cierto fue el mayormente adoptado por las escuelas de párvulos a finales del siglo XIX en casi todo el mundo, no ha sido la única influencia pedagógica en este nivel educativo. Esta comunicación tienen como objetivo mostrar de manera breve, cómo se dio la circulación de las ideas de la llamada Escuela Nueva, principalmente del método globalizador por centros de interés de O. Decroly y la pedagogía científica de María Montessori en México y la forma en que la interpretaron, apropiaron y adaptaron a la realidad y momento político nacional, las docentes que desde el gobierno central dirigían la vida escolar de los jardines de niños. Realizando para ello, el análisis documental de fuentes primarias y secundarias de la época así como la comparación de los principios pedagógicos originales, la interpretación de las autoridades y la práctica real en las aulas, conforme entrevistas a alumnas y maestras. Concluyendo que en un momento en que la política educativa, o al menos el discurso, era construir una “escuela mexicana”, la Escuela Nueva, estuvo sin estar, durante un largo periodo en los programas y prácticas docentes; coexistiendo con lo froebeliano “modernizado”, sin aceptar abiertamente que eran influencias europeas pero realizando actividades sin ningún cambio de la propuesta original e invisible para las educadoras frente a grupo.

PALABRAS CLAVE

Escuela Nueva, Mexico, Jardines de Niños

CIEN AÑOS DE EDUCACIÓN PREESCOLAR EN ESPAÑA (1874–1970): AVANCES Y RETROCESOS

Carmen Sanchidrián Blanco

Universidad de Málaga. España

La historia de la educación preescolar en cada país no puede estudiarse sin considerar el papel jugado por el Estado y la Iglesia con relación a este nivel y con relación a la educación, en general. Sin embargo, para facilitar el estudio comparado de la historia de la educación infantil en distintos países, es conveniente establecer un marco común en el que encuadrar cada caso. Simplificando, se pueden establecer tres etapas cuya duración varía de un país a otro: la primera sería el periodo de creación de las primeras instituciones con una acentuada misión asistencial y la tercera el periodo de generalización, de extensión de la educación preescolar que en España abarcarían de 1838 a 1876 y de 1970 hasta hoy.

La segunda etapa, en la que se centra este trabajo, podemos situarla entre 1874 y 1970 y es quizá la menos espectacular, pero la más extensa en el tiempo y se caracteriza por ser cuando la educación preescolar dejar de ser sólo para los niños pobres cuyas madres no pueden atenderlos y pasa a ser vista como “conveniente”, buena, positiva para todos los niños antes de la escuela primaria. La elección de la primera fecha viene motivada por intentos de difusión del modelo froebeliano que indica el comienzo de una nueva etapa donde lo educativo prime sobre lo asistencial. Por otra parte, en 1970 se publica la ley General de Educación (LGE) que cambia sustancialmente la estructura del sistema educativo. Tras su promulgación, especialmente en los ochenta, comenzó realmente la generalización de la educación preescolar.

El camino recorrido en esta “segunda etapa”, es el más específico de cada país y tiene características propias, sólo explicables si situamos la educación preescolar en el contexto de la historia de la educación española y especialmente de la educación primaria. En este período el estado y la Iglesia católica lucharon por el control de la educación, pero ninguno de ellos tuvo un interés especial por la educación preescolar mientras que la enseñanza secundaria y universitaria focalizaron la mayor parte de sus esfuerzos.

En los cien años que abarca este segundo período, asistiremos a un desarrollo cuantitativo lento de la educación preescolar en la que la iniciativa privada tendrá un lugar fundamental. El desarrollo cualitativo tuvo lugar, principalmente, en las tres primeras décadas del siglo XX, pero limitado a ensayos de metodologías concretas como la de Montessori. Los cuarenta años del franquismo supusieron en este campo, como en todo, un freno e incluso una involución debido, especialmente, al papel que se le adjudicaba a la mujer en la sociedad.

Dada la extensión del período estudiado, no se pretende presentar la historia de la educación preescolar en España durante cien años, sino indicar algunos momentos, hechos, debates, contribuciones o normas legales significativos que permitan entender mejor esa historia.

PALABRAS CLAVE

Preescolar, España, LGE

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS MAIS NOVAS NA 1ª REPÚBLICA PORTUGUESA: UM RETRATO EM CONSTRUÇÃO

Helder Henriques

CEIS20 da Universidade de Coimbra - Instituto Politécnico de Portalegre

Amélia Marchão

VALORIZA - Instituto Politécnico de Portalegre

A perceção da infância como um período da vida fundamental para o futuro do homem e da sociedade, produto da modernidade, despertou o interesse por esta etapa da vida que adquiriu, desde o século XVII, uma crescente importância do ponto de vista político, social e científico (Henriques & Vilhena, 2015, p. 62). Em Portugal desde final do século XIX que se verificou um movimento crescente de valorização da educação das crianças mais novas. A educação infantil passou a ser uma prioridade no contexto político da 1ª República Portuguesa (1910-1926). Assim, colocamos as seguintes perguntas orientadoras: que perceção, práticas e representações se encontram associadas à educação das crianças mais novas (até aos seis anos de idade)? Que influências recebeu a educação infantil em Portugal? Que propostas para o seu desenvolvimento?

Com o propósito de responder às questões colocadas assumimos uma matriz teórica decorrente da História da Educação (Gomes, 1986; Cardona, 1997; Bairrão & Vasconcelos, 1997; Nóvoa, 2005; Hernandez Diaz, 2013; Henriques & Vilhena, 2015, entre outros). Do ponto de vista metodológico este é um trabalho de natureza socio histórica onde a análise documental das fontes assume particular importância. O “corpus” documental centra-se na legislação específica do período republicano relacionada com a educação infantil e na análise de um periódico: a revista “Educação Social” publicada entre 1924 e 1926.

Em síntese, percorreremos a história da educação infantil em Portugal no primeiro quartel do século XX. Evidenciaremos a circulação e a apropriação de ideias e pensamento pedagógicos em Portugal, assim como algumas práticas associadas à educação das crianças mais novas.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal, República, Educação de Infância

PLAYGROUND, ESCOLA DE SAÚDE E PARQUE INFANTIL: PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS (SÃO PAULO E SANTOS, SP, 1930–1941)

Moysés Kuhlmann Jr.

Fundação Carlos Chagas – São Paulo – SP

Universidade Católica de Santos – Santos – SP

Em 1930, inaugurou-se na cidade de São Paulo, Brasil, o Playground do Parque D. Pedro II, resultado de articulações que se fizeram desde a década de 1920, realizadas no âmbito do Rotary Club. No mesmo ano, a Associação Cruzada Pró-Infância desenvolveu um modelo de programa destinado à infância que tinha por propósito diminuir a mortalidade infantil e promover a educação para a saúde física e moral das crianças, do qual resultou uma parceria com a prefeitura paulistana, no sentido de fazer com que o playground do Parque D. Pedro II funcionasse de maneira mais eficiente. Em março de 1931, a Cruzada passou a administrar o playground alterando a sua denominação para Escola de Saúde. Também em 1931, em Santos, inaugurou-se outra instituição denominada Escola de Saúde, por iniciativa do Rotary Club daquela cidade. Esta comunicação analisa os processos que levaram à criação dessas instituições e posteriormente à sua incorporação aos respectivos governos municipais, com a denominação de Parque Infantil, o que ocorreu em 1935, em São Paulo, e em 1942, em Santos. As propostas educacionais para essas instituições também são analisadas. A investigação foi feita em resultados de pesquisas sobre o tema e em fontes documentais, como reportagens da imprensa diária, relatórios e comunicações a congressos, fotografias das instituições, revistas e livros do período. Na configuração das propostas educacionais, há uma explícita referência à inspiração nos playgrounds norte-americanos, que têm como referência a educação física e a educação integral. Identificam-se ainda aportes de concepções do urbanismo, em que o recreio ativo das crianças propiciaria o contato com a natureza. As Escolas ao Ar Livre ou Escolas ao Sol são outra fonte de inspiração, com o fomento dos banhos de sol como forma de promoção da saúde. A pedagogia da educação infantil é um fator preponderante, em que se identifica uma composição entre as propostas da Infant School inglesa, elaboradas por Samuel Wilderspin, e as propostas de Froebel para o jardim de infância. Outro elemento que aparece é a entrada dos interesses comerciais, em que indústrias de alimentos, como a Nestlé e a Toddy, desenvolvem programas em que oferecem alguns materiais didáticos ou paradidáticos, ao lado da oferta de seus produtos para as crianças. Um exemplo desses materiais é o ABC de João e Maria, da Nestlé, elaborado por Marques Rebello e Santa Rosa, “obedecendo aos mais rigorosos princípios da moderna pedagogia”. Educação e saúde se articulam nas propostas, marcadas muitas vezes pela sua relação com a natureza.

PALAVRAS-CHAVE

Playground, Brasil, Saúde, Infância

PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS DE INFÂNCIA EM PORTUGAL: UM ESTUDO DE CASO – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (1954–1974)

António Gomes Ferreira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - GRUPOEDE, CEIS20,
Universidade de Coimbra

Carla Vilhena

Universidade do Algarve - GRUPOEDE, CEIS20, Universidade de Coimbra

Luís Mota

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra - GRUPOEDE, CEIS20,
Universidade de Coimbra

Apesar do interesse crescente, nas últimas décadas, no campo da história da educação, pela história da educação de infância formal, ou seja, das instituições educativas destinadas a crianças entre os 0 e os 6 anos de idade, a análise sócio-história do processo de formação das educadoras de infância tem sido alvo de pouca atenção. Neste sentido, é nosso objetivo contribuir para a história da formação de educadoras de infância em Portugal, a partir do estudo de uma instituição específica, o Instituto de Educação Infantil. Fundado por Maria Teresa Andrade dos Santos, em 1954, o Instituto de Educação Infantil foi, a par com a Escola de Educadoras de Infância, criada por Maria Ulrich no mesmo ano, a primeira escola destinada exclusivamente à preparação de educadoras de infância em Portugal.

Neste estudo participaram 10 ex-alunas do Instituto de Educação Infantil, que o frequentaram em diferentes épocas da sua existência, tendo algumas delas exercido também funções enquanto docentes desta escola. À exceção de uma das participantes, todas se encontravam aposentadas no momento da entrevista, tendo trabalhado, até à data da reforma, na área da educação da infância.

Foi realizada, a cada uma delas, uma entrevista semi-diretiva que incidiu sobre as seguintes dimensões: trajetória biográfica, familiar e pessoal; a experiência no Instituto de Educação Infantil (currículo, espaços, professores, métodos de ensino, foram alguns dos pontos abordados) e percurso profissional. Uma vez que entendemos que a memória é, por natureza, seletiva e subjetiva, temos consciência que a narrativa produzida pelas participantes, no decurso das entrevistas, não pode ser interpretada como um retrato do real, mas sim como uma rememoração do passado (Ricoeur, 2000). Assim, optámos por complementá-la com a análise de diferentes tipos de documentos - fontes primárias (fotografias e documentos pessoais) e secundárias (imprensa) - de forma a triangular os resultados obtidos através da análise comparativa das diferentes entrevistas entre si com a análise de outras fontes. É ainda de salientar que, uma vez que temos consciência que a imagem transmitida e a sua inteligibilidade será marcada pelos percursos de vida das entrevistadas e pela intensidade da vivência das ações relatadas por parte das participantes, assim como pelas representações atuais da criança e da educação de infância, estes aspetos foram tidos em conta na análise das entrevistas.

A análise realizada permitiu não só aceder às diferentes dimensões do plano formativo - valores, currículo, processo ensino-aprendizagem, modelos pedagógicos - mas também àquilo que podemos designar como a imagem da boa educadora, ou seja, às características pessoais e profissionais que se considerava, nesta escola, essenciais para o exercício desta profissão. O principal objetivo desta escola era a formação de uma educadora reflexiva, com uma sólida ética profissional e conhecimentos nas diferentes áreas das ciências da infância, desde a saúde infantil até ao desenvolvimento físico, moral e intelectual da criança, ocupando-se não só da formação profissional das futuras educadoras de infância, mas também, da sua formação pessoal, aspeto enfatizado por todas as participantes.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal, Educação de Infância, Instituto de Educação Infantil

“GÉNERO Y CIRCULACIÓN DE IDEAS PEDAGÓGICAS Y FEMINISTAS: LAS MAESTRAS COMO INTERLOCUTORAS DE IDEAS EDUCATIVAS TRANSNACIONALES Y LOCALES I”. ESPAÑA, MÉXICO, BRASIL

Coordinador: Teresa González Pérez

En el presente panel se ofrecen ponencias que abordan a mujeres, maestras escritoras, pedagogas y viajeras, en tanto que fueron personajes relevantes de la educación en España, México, Chile y Brasil.

Dialogar con diferentes investigaciones acerca del aporte de las mujeres a la producción de conocimiento pedagógico y literario, a la educación de las niñas y mujeres y a la experiencia viajera como forma de intercambio de saberes.

Se realiza una aproximación metodológica que da centralidad a la biografía y al movimiento de ideas pedagógicas y feministas. En el primer aspecto, se recuperan las historias de vida de los personajes en sus contextos nacionales. Por otro lado se tejen los aportes y experiencias pedagógicas de las maestras y sus posibilidades de diálogos transnacionales, toda vez que se eligen personajes que a través de la movilidad internacional o la lectura, enriquecieron sus experiencias culturales y educativas y las aportaron en sus respectivas patrias o comunidades de origen.

Asimismo se hacen aproximaciones a los significados y particularidades subjetivas e identitarias que las mujeres dan a su experiencia viajera, en el desarrollo de la conciencia feminista, sus alcances literarios y pedagógicos, pues estamos analizando narrativas, proyectos y obras de mujeres que escriben, que viajan, que tienen impacto en la educación de mujeres o en comunidades específicas, de países de habla hispana y portuguesa. Pero también dejan huellas sobre sí mismas y sus opiniones sobre sus derechos como mujeres en sus particulares entornos nacionales y familiares.

Damos cabida asimismo, a las apropiaciones no viajeras, de maestras con experiencias comunitarias, rurales y locales, que llevan adelante ideas pedagógicas innovadoras, recuperadas a través de la lectura o procedentes de diversos contactos e influencias, que devienen en empoderamientos femeninos significativos.

El dialogo entre las y los colegas que constituyen el panel, permitirá reconocer en las experiencias biográficas de maestras viajeras, los intercambios culturales que se establecieron entre finales del siglo XIX y el XX sobre temas como la educación, la literatura, el magisterio y enseñanza. Particularmente en Chile, México y Brasil, tanto como en la experiencia española, encontramos matrices culturales compartidas para la formación de niñas y mujeres, en las que la experiencia del viaje era parte de la formación intelectual de las mujeres que trascendieron a los estereotipos de la época.

PERTO DA DEVOÇÃO, LONGE DO PECADO: CONSELHOS PARA A EDUCAÇÃO FEMININA NO FINAL DO XIX

Maria Teresa Santos Cunha

Universidade do Estado de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Educação

Maria Celi Chaves Vasconcelos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro /Programa de Pós-Graduação em Educação

O trabalho se propõe a analisar os conselhos registrados no livro “A mulher como deveria sê-lo”, na visão do padre Victor Marchal, missionário apostólico francês, cuja obra é traduzida em Portugal pelo padre M. J. de Mesquita Pimentel, e publicado, no ano de 1892, em terceira edição, pela Livraria Internacional de Ernesto Chardron/ Lugan & Genelioux e Sucessores, localizada na cidade do Porto. O objetivo central é evidenciar as representações de educação feminina contidas neste livro, mais especificamente, aquilo que ele considera o ideal de conduta feminina, no final do século XIX. Demonstram-se, ainda, como essas prescrições têm ecos/ressonâncias latentes, que fazem parte das subjetividades femininas até os dias atuais, como sinaliza Henry Rousso, vestígios do “passado que não passa”. Em um plano mais específico, o estudo discute a religião como devoção e como modeladora de comportamentos/conduitas; analisa os preceitos morais para construção da imagem da “esposa perfeita”; e apresenta o exemplo de Maria como o padrão de virtude a ser seguido e aspirado pelas mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, que busca verificar aspectos da materialidade da obra, desde a sua aquisição, condições de apresentação, supostos proprietários, até sua tipografia e a linha editorial a que pertencia. A investigação analisa, ainda, este manual como um produtor de sentidos pela prática de fornecer conselhos às leitoras e considera que o estudo comporta a disposição de reafirmar o papel da mulher ligado a cânones religiosos estáveis àquele tempo. Esta operação historiográfica é norteada por autores que discutem com a questão de gênero, analisando o silenciamento e a conversão das mulheres naquele tempo e contexto, para dialogar com os escritos do padre Marchal. Conclui-se que o padre Marchal via o cristianismo como “libertador” da mulher e até “protetor” dos seus “direitos”. A leitura dos romances e folhetins reaparece sempre como algo muito prejudicial às mulheres, que criariam sonhos e expectativas, impossíveis de serem concretizados. Outra grande ameaça constante à virtude estava na beleza feminina, para a qual se alertava da efemeridade, esvaindo-se em pouco tempo, restando apenas a devoção e a conduta moral e religiosa. Observa-se que a mulher para quem padre Marchal escreve, não é qualquer representante do sexo feminino, mas mulheres com boas condições econômicas, alfabetizadas, especialmente, casadas, havendo críticas às mulheres solteiras e às beatas, particularmente, sobre a forma como se comportam. Este livro escrito em meados do século XIX se refere, muitas vezes, à ideia de que “o mundo está mudando”. Diante disso, expressa sua preocupação com a emergência da formação da mulher/mãe ideal, tratando as mulheres como rainhas no “reino do lar”; chegando a interessante conclusão, para a época, de que “as mulheres governam o mundo”. Pensar este manual de aconselhamento, como construtor de subjetividades, com as ferramentas da História e da Educação, atravessadas pelos estudos de gênero, permite considerar este objeto como produtor de sentido para a educação feminina que ainda ressoa, no tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Feminina, Victor Marchal, Género

LAS EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN DE MAESTROS RURALES BRASILEÑOS Y MEXICANOS CON LA MIRADA DE LOURENÇO FILHO Y ISIDRO CASTILLO PÉREZ

Rony Rei do Nascimento Silva

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Marília — São Paulo.

Esta ponencia se deriva de la investigación titulada *Circulação de modelos educacionais para a educação rural no espaço Brasil-México (1940-1950)* y do *Projecto Nacional Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO* (décadas de 40 a 70 do século XX). Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo comprender las experiencias de formación de maestros rurales brasileños y mexicanos, retratados por Lourenço Filho y Isidro Castillo Pérez, en el libro *The training of rural school teachers*, publicado en inglés y francés por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), en 1953. El propósito de esta publicación fue reunir un conjunto de estudios y experiencias sobre la formación de docentes rurales en Brasil, Costa de Oro, India y México con el fin de proporcionar instrucción a otros países que necesitaban implementar políticas de educación de docentes rurales en todo el mundo. En ese sentido, las experiencias de formación de maestros rurales brasileños y mexicanos fueron utilizadas por la UNESCO para proyectar la imagen de ambos países como modelos a seguir por otras naciones, de acuerdo con los supuestos de la Historia Comparativa. En este trabajo, Lourenço Filho e Isidro Castillo Pérez tuvieron dos partes dedicadas a ofrecer a los lectores una visión general de las experiencias de formación de maestros rurales, llevadas a cabo en sus respectivos países. Ambos autores para construir sus narrativas, se basaron en referencias nacionales e internacionales, también, establecieron una tabla estadística de la formación de maestros rurales, utilizando datos numéricos y fuentes documentales ofrecidas por las instituciones educativas. Lourenço Filho dedica una parte importante de su capítulo a referirse a dos experiencias en curso en Brasil, primero al curso de formación de maestros rurales en Juazeiro do Norte, Estado de Ceará (1934) y la Fazenda Rosário en Betim, Estado de Minas Gerais (1948). Isidro Castillo Pérez, a su vez, detalló las principales características de la formación de maestros rurales mexicanos, abordando el caso de El Mexe, ubicado en el Valle Mezquital, Estado de Hidalgo, cerca de la Ciudad de México. Ambos autores fueron insertados en un movimiento de ideas y temas (políticos, educadores e intelectuales) en congresos, impresos, recomendaciones y documentos guía de las políticas educativas, llevado a cabo por la UNESCO. En cuanto a las opciones teórico-metodológicas, es un trabajo histórico con metodología de Historia Conectada y se utiliza la noción de “circulación de modelos pedagógicos”, centrado en la investigación documental y bibliográfica. Finalmente, se puede concluir que la propia interferencia de la Unesco con la publicación *The training of rural school teachers* es una indicación de someter la educación rural a los dominios del capital, dado que, a través de sus publicaciones, como organización especializada de las Naciones Unidas, ha postulado un orden económico basado en cooperación entre naciones.

PALABRAS CLAVE

Formación, Maestros Rurales, Brasil, México

LA IMPORTANCIA DE SER MUJER Y EDUCADORA: ANÁLISIS DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO DE LAS EDUCADORAS AMANDA LABARCA E IRMA SALAS ENTRE 1920 Y 1950

Estela Muñoz

Universidad Mayo, Chile

La mujer no tenía derechos a comienzos del siglo XX y será Elena Caffarena, abogada, quien impulsará el feminismo en el país, exigiendo igualdad de derechos frente al hombre y para ello promueve el voto femenino. A este movimiento se unirán Amanda Labarca e Irma Salas.

Analizar desde una perspectiva de género a dos mujeres educadoras chilenas, quienes serán entendidas como sujetos que tendrán la tarea de masificar y mejorar la educación de niños, jóvenes y adultos, manifestando el trabajo efectuado para poder acceder a quienes se les había negado esa posibilidad y por aquellas que pudieron acceder.

La metodología será histórico-cualitativa, entendiendo que la finalidad es comprender las razones que desencadenan la presencia del fenómeno a estudiar. Por este motivo se recurrirá a textos de autores que han analizado el discurso feminista, entre ellos el Doctor Jaime Caiceo (1992; 2015) quien ha investigado la vida y obra de las educadoras antes mencionadas y donde se visualizará la lucha que va desde la mujer ilustrada hacia la mujer transgresora.

Por este motivo nos centraremos en su aporte, en su lucha contra las segregaciones y brechas de género en el ámbito educativo, su búsqueda de estrategias para acceder al campo intelectual, monopolizado por los hombres, la búsqueda de igualdad de oportunidades, sin importar la clase social. Ambas educadoras eran seguidoras de Dewey e impulsaban en Chile el planteamiento de aquel: a mayor educación, mayor democracia.

Amanda Labarca participa en 1917 en el Círculo de Lectura, luego dirige el periódico del Círculo, Acción Femenina, que tuvo destacada participación en la lucha por la obtención del voto femenino; en 1919, en el Consejo Nacional de Mujeres (Caiceo, 2015). Tiene varias publicaciones acerca del problema de género; cabe destacar tres textos señalados en bibliografía (1934, 1951, 1970).

Irma Salas participó en la creación de la Asociación de Mujeres Universitarias (1931), institución que luchó por los derechos de la mujer.

PALABRAS CLAVE

Feminismo, Chile, Mujeres educadoras

“GÉNERO Y CIRCULACIÓN DE IDEAS PEDAGÓGICAS Y FEMINISTAS: LAS MAESTRAS COMO INTERLOCUTORAS DE IDEAS EDUCATIVAS TRANSNACIONALES Y LOCALES II”. MÉXICO, CHILE, BRASIL

Coordinadora: Teresa González Pérez

En el presente panel se ofrecen ponencias que abordan a mujeres, maestras escritoras, pedagogas y viajeras, en tanto que fueron personajes relevantes de la educación en España, México, Chile y Brasil.

Dialogar con diferentes investigaciones acerca del aporte de las mujeres a la producción de conocimiento pedagógico y literario, a la educación de las niñas y mujeres y a la experiencia viajera como forma de intercambio de saberes.

Se realiza una aproximación metodológica que da centralidad a la biografía y al movimiento de ideas pedagógicas y feministas. En el primer aspecto, se recuperan las historias de vida de los personajes en sus contextos nacionales. Por otro lado se tejen los aportes y experiencias pedagógicas de las maestras y sus posibilidades de diálogos transnacionales, toda vez que se eligen personajes que, a través de la movilidad internacional o la lectura, enriquecieron sus experiencias culturales y educativas y las aportaron en sus respectivas patrias o comunidades de origen.

Asimismo se hacen aproximaciones a los significados y particularidades subjetivas e identitarias que las mujeres dan a su experiencia viajera, en el desarrollo de la conciencia feminista, sus alcances literarios y pedagógicos, pues estamos analizando narrativas, proyectos y obras de mujeres que escriben, que viajan, que tienen impacto en la educación de mujeres o en comunidades específicas, de países de habla hispana y portuguesa. Pero también dejan huellas sobre sí mismas y sus opiniones sobre sus derechos como mujeres en sus particulares entornos nacionales y familiares.

Damos cabida asimismo, a las apropiaciones no viajeras, de maestras con experiencias comunitarias, rurales y locales, que llevan adelante ideas pedagógicas innovadoras, recuperadas a través de la lectura o procedentes de diversos contactos e influencias, que devienen en empoderamientos femeninos significativos.

El diálogo entre las y los colegas que constituyen el panel, permitirá reconocer en las experiencias biográficas de maestras viajeras, los intercambios culturales que se establecieron entre finales del siglo XIX y el XX sobre temas como la educación, la literatura, el magisterio y enseñanza. Particularmente en Chile, México y Brasil, tanto como en la experiencia española, encontramos matrices culturales compartidas para la formación de niñas y mujeres, en las que la experiencia del viaje era parte de la formación intelectual de las mujeres que trascendieron a los estereotipos de la época.

CECILIA MARIA WESTPHALEN E A RENOVAÇÃO METODOLÓGICA DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO PARANÁ, 1927– 2004

Ariclê Vechia

Universidade Tuiuti do Paraná.

Cecilia Maria Westphalen nasceu em 1927, na cidade da Lapa no interior do Estado do Paraná. Em 1944, tendo sua família ido morar em Curitiba, cursou a Escola Normal no Instituto de Educação do Paraná, concluindo os estudos em 1946. Em 1950, concluiu o curso de Geografia e História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, em 1952, obteve o título de Bacharel em Direito na mesma Instituição. Em 1951, iniciou sua carreira universitária, no curso de Geografia e História como Assistente, sendo que, em 1957, defendeu sua Tese de Cátedra em História Moderna e Contemporânea. Em 1958 e 1959 realizou estudos de Pós-Graduação na Universidade de Colônia e um estágio na École Pratique de Hautes Études de Paris, onde estudou com Fernand Braudel, apropriando-se dos conhecimentos teórico-metodológicos da Escola de Annales. Ainda em 1959, foi a protagonista da criação do Departamento de História (DHIS), sendo eleita a 1ª Diretora do mesmo. A partir de então, começou a imprimir ao Curso de História da UFPR a noção da História como uma Ciência Social, segundo as concepções braudelianas. O curso de História deixou de ser apenas um locus de formação de professores para o ensino secundário, mas antes, um curso de formação de professores/pesquisadores. Com a visão de que a pesquisa histórica se faz com uma gama de fontes, coordenou na UFPR um projeto de “Levantamento e Arrolamento de Arquivos Paranaenses” que tinha por finalidade a preservação das fontes dos arquivos públicos e particulares. Na disciplina sob sua responsabilidade “Introdução aos Estudos Históricos”, inseria os alunos na pesquisa das fontes na Biblioteca e no Arquivo Público do Paraná- locais considerados laboratórios de pesquisa. Este projeto teve vários desdobramentos durante as décadas de 1960 e 1970, quando alunos dos últimos anos do curso de História ou recém - formados participavam de levantamentos de arquivos eclesiais, cartoriais entre outros. Desta forma, moldou uma geração de professores pesquisadores. As séries documentais coletadas deram suporte para as Dissertações de Mestrado em História do Brasil, curso que foi criado na UFPR em 1972 sob sua coordenação e tendo sido organizado sob a égide da Escola de Annales, formando como que uma “escola de formação de docentes-pesquisadores” em história econômica e demográfica. Westphalen estabeleceu uma rede de sociabilidade profissional internacional, promovendo a circulação de ideias entre vários países. Promoveu interlocução entre historiadores brasileiros e europeus, Solicitou estágios e orientação para seus alunos, muitos já professores da UFPR, na França, no Canadá e na Inglaterra. Por outro lado, levava para o Brasil renomados historiadores franceses, canadenses, portugueses e de outros países. Seu objetivo maior era o de formar pessoal qualificado para a abertura do Doutorado em História do Brasil que se concretizou em 1981. Cecilia Westphalen aposentou-se da UFPR em 1998, vindo a falecer em 2004. Muito embora outras correntes da historiografia já estivessem presentes nos cursos de pós-graduação no Brasil e na UFPR, ela deixou marcas indeléveis na formação dos professores universitários de História no Paraná e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Cecilia Westphalen, Paraná, História, Annales

MARÍA VICTORIA PERALTA: SU COMPROMISO CON LA EDUCACIÓN PARVULARIA EN CHILE Y LATINOAMÉRICA

Jaime Caiceo Escudero

Universidad de Santiago de Chile

En Chile existe formalmente la educación de la primera infancia desde 1864 (Arancibia et al., 2004) y en 1906 se funda el primer kindergarten público (Peralta, 2006). Su mayor desarrollo, sin embargo, ha sido en los últimos 50 años, gracias a la creación de dos organismos públicos: JUNJI e INTEGRA. En este último tiempo, Victoria Peralta ha jugado un importante rol en pro de la educación parvularia.

Dar a conocer el aporte que a la mujer trabajadora le ha hecho Victoria Peralta al promover la educación universal de la primera infancia en Chile.

Es la propia de los estudios históricos, recurriendo a fuentes primarias y secundarias; el autor de este trabajo ha realizado diversas investigaciones sobre los Premios Nacionales en Educación (Caiceo, 2008).

Las instituciones públicas existentes para atender la educación parvularia en Chile no alcanzan en la actualidad a cubrir el 50% de las necesidades del país; es el déficit que tiene la educación chilena pues la cobertura del sistema escolar es casi total, existiendo el financiamiento público para todas las escuelas y liceos necesarios. Por lo mismo, la Dra. María Victoria Peralta ha estado promoviendo la sala cuna universal y la educación de la primera infancia en su totalidad para que el estado se haga responsable de una necesidad social y de desarrollo más pleno de niños y niñas. En efecto, socialmente la mujer en el mundo actual trabaja y necesita un lugar seguro y gratuito para dejar a sus hijos e hijas; la psicología, por su parte, señala que el ser humano tiene su mayor capacidad de aprendizaje antes de los 7 años. La Dra. Peralta es la educadora de párvulos que más ha luchado en los últimos cinco lustros, no solo en Chile sino que en los demás países del continente, por los derechos que la mujer madre tiene con sus hijos respecto a su educación desde la más tierna infancia. Además, se ha dedicado a reconstruir la historia de la educación parvularia en Chile y Latinoamérica. Por todo lo anterior, acaba de ser reconocida por el estado chileno al otorgarle el Premio Nacional de Ciencias de la Educación 2019 porque “ha realizado un importante trabajo de formación inicial y capacitación docente en el país y en Latinoamérica, asesorías en políticas públicas y programas para la primera infancia... y trabajos como consultora de UNICEF, UNESCO, BID, PMA y O.E.I.” (AA, 2019).

PALABRAS CLAVE

Chile, Victoria Peralta, Primera infancia

CARMEN DE BURGOS SEGUÍ: MAESTRA Y FEMINISTA TRANSNACIONAL

Teresa González Pérez

Instituto de Estudios de las Mujeres

Universidad de La Laguna (España)

Nuestro objetivo es difundir la figura polifacética de la española Carmen de Burgos Seguí (1867-1932) resaltando el perfil como maestra y feminista, para destacar las aportaciones que realizó a la educación y a los derechos de ciudadanía de las mujeres.

Al margen de sus estudios de magisterio Carmen de Burgos fue autodidacta. Su aprendizaje lo realizó a través de lecturas, viajes y tertulias, adquiriendo un vasto saber que abarcaba desde el feminismo a los conocimientos artísticos. Prolífica escritora, conferenciante, periodista y viajera incansable comprometida con diversas causas sociales. Se pronunció a favor de la educación reconociendo la importancia y necesidad para lograr la emancipación de las mujeres. Defendió los derechos cívicos de las mujeres, también los derechos de la infancia y de los judíos sefarditas. Emblemática y vanguardista su fecunda labor traspasó fronteras, recreó su inteligencia y dejó huella por Europa y América. Tuvo un intenso protagonismo y activismo social hasta su fallecimiento. No obstante, después de la segunda república y la guerra civil española fue una mujer silenciada, una proscrita condenada por la dictadura franquista y borrada de la memoria por la cultura patriarcal. En las últimas décadas diversos estudios han dignificado su legado.

Para esta investigación seguimos el método de trabajo de análisis histórico educativo con perspectiva de género. Analizamos fuentes de carácter secundario. Nos apoyamos en las publicaciones de la autora y en diversos trabajos de especialistas que han investigado su figura.

PALABRAS CLAVE

Carmen de Burgos, Feminismo, Maestra

EIXO VII

REPRESENTAÇÕES SOBRE A
INFÂNCIA E A JUVENTUDE

REPRESENTACIONES AUDIOVISUALES TRANSNACIONALES Y FORMACIÓN DE LAS SUBJETIVIDADES: CULTURA FÍSICA Y JUVENTUD EN TIEMPOS DE AUTORITARISMO

Coordinador: Eduardo Lautaro Galak

Los documentales y docu-ficciones cinematográficas están siendo reconocidos en los últimos años no solamente como fuente indiscutible para comprender la historia de la transmisión de discursos éticos, estéticos y políticos, sino también como objeto de estudio propiamente dicho (WARMINGTON, VAN GORP & GROSVENOR, 2011). Teniendo en cuenta este telón de fondo, es objetivo de este panel percibir recurrencias y particularidades epistemo-metodológicas observables en el diálogo transnacional de noticieros cinematográficos durante el período de su exponencial desarrollo, en el segundo cuarto del siglo XX.

No en vano, a partir de los trabajos realizados anteriormente hemos constatado que los análisis de la producción y de la recepción de dichos documentales informativos complementan los estudios de los períodos totalitarios y autoritarios acaecidos en distintos países a lo largo del siglo XX, tanto en Europa como en América, por cuanto coinciden en promover productoras fílmicas afines y dirigir muy directamente los discursos transmitidos en noticieros semanales y documentales que se emitían públicamente en salas de cinema.

Dentro de un universo de sentidos que las imágenes en movimiento proyectaron, nos interesa pensar las representaciones visuales de la cultura física para la juventud en el contexto de gobiernos autoritarios y totalitarios en distintas dictaduras. Especialmente es intención interpretar e interpelar estos discursos en las imágenes producidas oficialmente en países disímiles entre sí, como Portugal, España, Brasil y Argentina, con el objetivo de comprender las singularidades de cada contexto, al mismo tiempo que los diálogos transnacionales que trascendieron las fronteras y que configuraron modos epocales de transmitir sentidos para la juventud a través de educar sus cuerpos en movimiento. De esta manera, entre lo local y lo general, entre los arquetipos recurrentes y las concreciones locales, es posible comprender la conjugación de técnicas cinematográficas y técnicas corporales para formar las subjetividades de las poblaciones, especialmente aquellas jóvenes.

De allí que, dada su connivencia con los poderes, el análisis de discurso fílmico con técnicas de análisis de deconstrucción y contraste de realidad con la información proveniente de fuentes paralelas (fuentes orales, documentales así como fuentes visuales alternativas), representan una oportunidad para adentrarnos en los idearios que se querían promover, encarnados en los cuerpos de infantes y jóvenes. Unos cuerpos que se caracterizaban por querer demostrar simultáneamente dos cuestiones conectadas: por un lado, la diferenciación con lo otro, aspecto que queda manifiesto en las producciones en las que aparecen relaciones internacionales y que buscan generar un carácter nacional, distinguible de otros territorios, pero también, por el otro, la identificación con el igual, reivindicando lazos sociales chauvinistas que promueven la exaltación de valores morales asociados como modos de ser que se articularon con modos de hacer. En síntesis, las imágenes proyectan un tipo de ciudadano pretendido, educando sus cuerpos y sus sensibilidades, observable en fuentes que, como señala Antonio Paranaguá, hizo que los noticieros cinematográficos funcionen como método de reproducción de un "ritual de poder", proyecten -en el doble sentido del término- unas "formas de representación de los sectores dominantes" (2003: 25), las cuales se vuelven oficiales, legítimas, verdaderas.

DESDE LA METODOLOGÍA: ANALIZAR DOCUMENTALES DESDE SU IDEALIZACIÓN

Eduardo Lautaro Galak

CONICET/UNLP-IdIHCS

Eulàlia Collel Idemont

Universidad de Vic

El uso de los documentales y docu-ficciones audiovisuales producidos como dispositivo de propaganda y con la explícita voluntad de divulgar estilos de vida y formas de ser como única posibilidad aceptada requiere el internarse en las metodologías de etnografía e historia cultural como parámetro. Ello está ocasionado por cuanto una de las características más significativas para su comprensión radica, fundamentalmente, en la carga simbólica e ideológica de dichos productos. Siendo la estética -tanto en su vertiente creativa como receptiva- un elemento que en estas producciones deviene secundario, como podemos observar a partir del análisis de la poca atención a los elementos estéticos de producciones como las del No-Do, en las que, tanto el uso de cámara, como los usos de la música o, incluso de las locuciones, estaban claramente circunscritos a la simplificación del mensaje. A nivel metodológico, esta preeminencia del mensaje sobre la forma implica que el análisis de contenidos -sea realizado mediante categorizaciones o modelaciones- precede a los análisis visuales y de complemento sonoro. Un análisis de contenidos que, por nuestra experiencia en los proyectos de investigación sobre los documentales, aconseja que se realice desde la inducción, proyectando los significados en la semántica actual como adendas informativas. A partir de este primer análisis de contenido, prosiguen los análisis formales que empiezan con tener en consideración las técnicas disponibles y utilizadas en la producción de la obra. Posteriormente, prosigue ya el análisis visual que, en esta ocasión, aconsejan un primer peinado a la totalidad para centrar la atención posteriormente a los detalles, los cuales pueden ser tratados mediante el uso de esquematización de focos, planos y elementos de aparición. Los elementos sonoros que acompañan al documental serían la última de las dimensiones analizadas, observando minutajes, géneros musicales y sonoros, tonos y progresión sonora. Habida cuenta que tanto los documentales como los noticiarios o los docu-ficciones son piezas que encadenan los distintos lenguajes en una secuencia determinada, se considera fundamental observar las coherencias entre los lenguajes y sentidos.

Mediante la exposición de dos ejemplos de las investigaciones en curso, se propone ir señalando cuáles han sido los procesos de investigación usados y cuáles las tomas de decisiones que han requerido para poder discutir con el auditorio las posibilidades y límites de la propuesta metodológica.

PALABRAS CLAVE

Audiovisuales, Propaganda, No-Do

DESDE LA EPISTEMOLOGÍA: LA CONSTRUCCIÓN DE UNA JUVENTUD IDEALIZADA, LOS ESTEREOTIPOS MASCULINOS DEL FRANQUISMO

Raquel Cercós

Universidad de Barcelona

Eulàlia Collelldemont

Universidad de Vic

Josep Casanovas

Universidad de Barcelona

Este estudio se interroga sobre el significado de los estereotipos masculinos del soldado y el monje, ambos cánones de una masculinidad que se consolida durante la primera etapa del franquismo (Viñao, 2014). Un régimen totalitario que usó la masculinidad a la vez como un ideal y de manera práctica, con el objetivo de reforzar su estructura política, si bien en el centro de su concepción de masculinidad se hallaba la devoción por una causa superior: servir a la madre patria a partir del ideal de un guerrero cruzado al servicio de la fe católica. A partir de esta premisa se puso en juego toda una simbología que, en una época centrada cada vez más en lo visual, respondía a la idea ya puesta en práctica por los fascismos italiano y alemán según el cual los nuevos símbolos podrían hacer nuevos hombres.

De ahí que el análisis de la simbología franquista en términos de género deviene uno de los focos principales de esta investigación en el contexto de las producciones audiovisuales de los noticiarios del régimen (No-Dos). Hablamos de un aparato propagandístico que resultó crucial para la formación de un ideal masculino que debía estar basado en percepciones orientadas visualmente para consolidar el sentimiento nacionalista y determinar modelos normativos de moralidad y comportamiento que serán igualmente analizados en la presente investigación sustentada en las teorías de género (Butler, de Lauretis) y en los Men's and Masculinities Studies (Kimmel, Connell, Mosse).

Lo que se pretende es, en definitiva, aportar un nuevo horizonte de análisis de la estética franquista en torno a la masculinidad tomando como eje central la formación de la juventud. Por ese motivo se analizan las representaciones del Frente de Juventudes aparecidas en los No-dos. Recordemos que dicha organización tal y como indica su Ley Fundacional del 6 de diciembre de 1940, nació con el objetivo de que toda la infancia y la juventud se encuadrara en un movimiento político que abarcaba todas las disciplinas y rutinas escolares así como fuera del espacio escolar siendo esenciales actividades como los campamentos, las marchas o los «domingos deportivos». Del mismo modo nos preguntamos hasta qué punto el ideal hegemónico de masculinidad (Connell) auspiciado por el régimen fue asumido por la juventud de la época y, por tanto, la existencia de otros modelos que entraban en contradicción con el mismo a partir del contraste con otras fuentes ajenas al régimen básicamente de carácter clandestino.

PALABRAS CLAVE

Franquismo, Nacionalismo, Juventud

DESDE LOS CONTENIDOS: DIÁLOGOS TRANSNACIONALES: ARGENTINA Y ESPAÑA: REPRESENTACIONES DE LA JUVENTUD Y LA CULTURA FÍSICA ARGENTINAS EN IMÁGENES DEL NO-DO ESPAÑOL

Eduardo Lautaro Galak

CONICET/UNLP-IdIHCS

La presente investigación tiene por objetivo analizar los usos del cine informativo documental como artefacto cultural capaz de ser utilizado como dispositivo pedagógico. Para ello se estudian diversas imágenes en movimiento filmadas en Argentina que fueron proyectadas en España en el segundo cuarto del siglo XX con la intención de comprender cómo se conforma una estética simétrica para narrar una práctica corporal para la juventud: las muestras masivas de gimnasia de niños escolares organizadas por los Estados.

El cine documental informativo, especialmente el género “noticieros cinematográficos”, consistió en un recurso para la proyección masiva de comunicaciones en forma de noticias nacionales e internacionales, que mostraban actividades culturales y sociales, políticas públicas gubernamentales (próximo a la propaganda), acontecimientos religiosos o del Ejército, «notas de color», sección femenina y deportes. Fue un dispositivo informativo que en muchos países occidentales dependieron directamente de un organismo estatal, pero en todos cumplió un papel de lo que con Pierre Bourdieu (2014) podríamos llamar de “retórica de lo oficial”: esto es cuando los Estados, a través de sus diversos estamentos, despliegan una (con) fusión de lo estrictamente estatal con sentidos que resultan performativamente oficializados por la legitimación de su mandato y por la efectividad de su operación. Como parte de ese mismo dispositivo se constituye un entramado que hace de lo “oficial” un sinónimo de lo legítimo y lo universal. Es decir, incluso cuando dependieran de empresas privadas, como en el caso analizado argentino, los noticieros cinematográficos reproducen un “ritual de poder”, unas “formas de representación de los sectores dominantes” que se vuelven oficiales (Paranaguá, 2003: 25), casi universales.

Precisamente, resulta interesante la familiaridad que tienen las imágenes analizadas que produjeron el principal noticiero cinematográfico argentino entre 1938-1955, “Sucesos Argentinos”, con otros fotogramas realizados en el segundo cuarto del siglo XX en España, a través de la prensa cinematográfica oficial: los “Noticieros y Documentales” o “NO-DO”. En efecto, además de tener una fuerte influencia económica, política y cultural, especialmente producto de la histórica inmigración, Argentina importó a España modos de narrar prácticas corporales organizadas por los Estados.

Ahora bien, resulta significativo que, amparados en retóricas nacionalistas características del periodo entreguerras y durante la Segunda Guerra Mundial, puede afirmarse que existió una estética transnacional de cómo narrar las técnicas corporales y culturales correctas. A través de imágenes que en estos países se proyectaban obligatoriamente en todas las salas de cinema, puede resignificarse el postulado comeniano y afirmarse que los noticieros cinematográficos transmitieron simultánea y homogéneamente un discurso –todo, a todos, al mismo tiempo–, resultando una verdadera pedagogía transnacional. En síntesis, se estudian los modos de curricularización de la vida por fuera de los muros escolares a través de imágenes de cine documental informativo del segundo cuarto del siglo XX que toman por objeto la educación de los cuerpos y la formación de las subjetividades.

PALABRAS CLAVE

Cine documental, No-Do, Argentina

ESPAÑA EN PORTUGAL

Ana Luísa Paz

UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

A discussão aqui apresentada tem forte ancoragem na fonte *Jornal Português*, uma série de atualidades cinematográficas que foi publicada entre 1938 e 1951. O *Jornal Português* era produzido pela SPAC, uma agência no âmbito do Secretariado Nacional de Propaganda (SPN) dirigido por António Ferro, um dos principais agentes de construção do Estado Novo e da imagem de Salazar como chefe.

As notícias sobre Espanha primam pela sua relativa ausência. Falamos de 25 noticiários com notícias sobre ou com referências a este país vizinho num total de 95 números, e já incluindo as anuais festividades da Independência (de Aragão, mais tarde Espanha). Estas notícias decorrem entre 1938 e 1949 e por vezes alguns números trazem mais do que uma notícia. Quatro números são especialmente dedicados às relações entre os dois países, um sobre o match de futebol (ganhando Portugal 4-1) e 3 sobre a visita de Franco a Portugal.

A cultura juvenil e infantil dos dois povos, à exceção de alguns episódios desportivos encontra-se, assim, pouco representada. Todavia, no final da década de trinta, reuniram-se em Lisboa as juventudes de vários pontos do fascismo europeu, nomeadamente os Flechas e a Mocidade Portuguesa. A este propósito, o *Jornal Português* realizou uma curta peça sobre este tema garantindo para a posteridade um dos momentos em que obtemos uma comparação direta e em que o realizador português, responsável pela montagem, pode mostrar a sua versão dos factos. Com esta comparação, o que se observa é que as mocidades portuguesas não realizavam a saudação romana com o mesmo apuro e entusiasmo que o grupo galego que visitava Lisboa. A câmara capta, por mais de uma vez, poses que são expressamente realizadas para a câmara por crianças portuguesas, algumas com mais, outras com menos convicção.

Longe de pretender afirmar que em Portugal não vigorava uma ditadura de duros contornos, o que aqui se observa – e tendo em conta que o noticiário de atualidades é aqui tido como um dispositivo de ensino e aprendizagem não-formal, mas com um currículo relativamente fechado – é que existe um espaço de não adesão às práticas fisicamente mais exigentes, como sejam a correta representação da figura romana. Este tema da saudação executada com displicência num ato público serve de mote para pensar este ato, hoje tão intimamente conotado com os fascismos europeus, a partir da sua ideia pedagógica de raiz. Com efeito, o próprio Oliveira Salazar foi até muito tarde na sua carreira política, relutante em executar esta simbologia. Já em 1930 regista-se o primeiro ato público em que se mostra pouco à vontade, mas a sua postura contrasta com a iconografia de outros setores mais radicais, nomeadamente do jovem Marcelo Caetano.

Assim, esta comunicação pretende explorar a tópica da saudação romana na cultura infantil e juvenil de portugueses e espanhóis, conforme evidenciada pela fonte *Jornal Português*, coligindo e analisando sistematicamente todos os episódios com esta representação, de modo a poder problematizar a sua configuração.

PALAVRAS-CHAVE

Jornal Português, Espanha, Portugal

BRASIL EN ESPAÑA, ESPAÑA EN BRASIL

Jordi Garcia Farrero

Universidad de Barcelona

Brasil solamente aparece, sin perder de vista la edición Actualidades NO-DO para Brasil (1950-1961), en 73 ocasiones en el NO-DO. Esto significa un promedio de una noticia por año aproximadamente, con la excepción de los años 1944 y 1966 que presentan más de cinco. Llama especialmente la atención la última fecha porque el país continental ya estaba sometido a una dictadura que se alargó hasta el 1985. Los temas más recurrentes del noticiario son básicamente aquellos que están relacionados con el ejército, la política, la cultura y el deporte, con una especial atención por el fútbol.

La cultura juvenil queda representada explícitamente en dos noticias. La primera de ellas trata de una concentración religiosa de diferentes países en el estadio Maracanã de Rio de Janeiro (NO-DO número 641A). La noticia enfatiza, como es lógico, el valor religioso del evento con la celebración de una misa, pero también la presencia española con la correspondiente indumentaria nacional. Es decir: las mujeres aparecen vestidas de negro en su totalidad con una mantilla y, los hombres y niños que no merece ningún comentario por parte de la voz del narrador, con un uniforme que nos recuerda el que utilizaría más tarde la Organización Juvenil Española (1960). Vale la pena añadir que la única información relacionada directamente con el contexto brasileño que se transmite es que el propósito de este encuentro era el preparar el próximo congreso eucarístico que se tenía que celebrar en dicha ciudad (1955), algo que ya había sucedido tres años antes en Barcelona.

La otra noticia que destacamos es la que pone de manifiesto un congreso mundial de educación física y deportiva en motivo de la inauguración del nuevo edificio del Instituto Nacional De Educación Física de Madrid (NO-DO número 1238C). Su relato informativo subraya la presencia de autoridades (presidente de la federación internacional, representante de la UNESCO y ministro-secretario del movimiento) con la intención de transmitir que es un acto de relevancia política por parte del régimen y, al mismo tiempo, la exhibición de danzas folclóricas a cargo de la Sección femenina. La participación internacional va a cargo, en esta ocasión, de Portugal y de Brasil, pero más bien relacionado con la gimnasia rítmica y el ballet.

De ahí que la discusión que se quiere plantear en este texto es sobre la forma en qué los jóvenes son representados a través de manifestaciones religiosas y deportivas. Cobra importancia, por tanto, analizar su vestimenta y las actividades desarrolladas sin olvidar las diferencias de género que se establecen. Ciertamente también vale la pena preguntarse sobre la nula referencia al contexto brasileño y, al mismo tiempo, si los jóvenes son realmente cosificados porque la motivación principal de la noticia era otra teniendo en cuenta que este noticiario también contribuía a la supervivencia del régimen. Así, también serán estudiadas, a modo de ejemplo, otras noticias en que los jóvenes son silenciados tal y como acontece con las noticias que presentan Brasilia como la nueva capital de Brasil (NO-DO números 892 y 905B). Es bien sabido por todos que los educadores Darcy Ribeiro y Anísio Teixeira idearon unas instituciones pedagógicas ejemplares (escuelas y universidad públicas) pero, en cambio, el NO-DO estaba preocupado más bien por transmitir ideas como que era “un símbolo unificador de todos los estados que integran la nación”. Acabamos, pues, con la idea que esta comunicación también quiere explorar cómo el NO-DO también ayudó a transmitir un ambiente antintelectual tan propio de los totalitarismos a partir de la imagen de jóvenes, mitad católicos y mitad deportistas y, el culto del hacer por el hacer.

PALABRAS CLAVE

No-Do, Brasil, Espanha, Propaganda

EIXO X

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO:
MEMÓRIAS, MATERIALIDADES
E PATRIMÓNIO

ESCOLA COMO TRADIÇÃO E HERANÇA CULTURAL/SOCIAL: MEMÓRIA E MATERIALIDADES

Coordenadora: Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Esse painel tem como propósito apresentar reflexões e discussões sobre projetos, estudos e pesquisas que abordam questões relacionadas à escola como patrimônio material e imaterial, à tradição escolar como herança educativa e cultural/social; discutir e realçar a importância do papel dos atores sociais: educadores, professores, estudantes, instituições educacionais, culturais e sociais, como agentes da preservação do patrimônio histórico-cultural-educativo, seja local, regional e/ou transfronteiriços, e/ou de intersecções identitárias cujas identidades (como Brasil, Portugal e Espanha), histórias e memórias e linguagens se entrecruzam e se conectam por suas similaridades, pertencas e sinergias. Os estudos ancoram-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural que pressupõe o alargamento das fontes, dos objetos, método metuculoso, recorrendo à interdisciplinaridade e diálogos com diferentes disciplinas e áreas do saber, que contribuam para que sejam revelados os significados perdidos do passado. Nesse sentido, não só a escola tornou-se num verdadeiro lugar de memória, de invenção de tradições, como também das experiências vividas tal como são representadas pelas memórias dos atores que passam a ocupar um lugar central nos nossos discursos sobre a escola. Espera-se que os estudos trazidos pelos pesquisadores nesse painel venham a contribuir para fortalecer construtos sobre essas abordagens, que defendem os argumentos e suposições na direção de reconhecer a tradição escolar como referências duradouras e significativas, para as comunidades/sociedades tanto para os indivíduos em decorrência das ações e repercussões do processo educativo. Esse painel é composto por professores-pesquisadores de Portugal, Espanha e Brasil.

CIDADE COLONIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE PARACATU

Giselda Shirley da Silva

FINON E FCJP, Brasil, Universidade de Évora — Portugal

Antônia Fialho Conde

Universidade de Évora — Portugal

A pesquisa possui como objetivo refletir sobre história, patrimônio cultural e educação em diferentes espaços sociais, com enfoque na história local, regional e educação patrimonial, observando como tem sido feito historicamente o uso do centro histórico urbano de Paracatu como espaço educativo, constituindo-se em uma referência, um instrumento da memória coletiva. O estudo do meio e utilização do centro histórico como espaço educativo é entendido como um importante lugar para conhecer e divulgar a história no contexto regional. Para uma análise mais detalhada, delimitou-se Paracatu, cidade colonial pertencente ao ciclo da mineração em Minas Gerais (Brasil), como plano de observação do estudo. Surgindo na primeira metade do séc. XVIII, Paracatu, outrora, Paracatu do Príncipe, foi a última grande descoberta aurífera na Capitania de Minas e tornou-se um polo de importância regional, englobando no seu território uma vasta região, sendo, a área urbana de Paracatu o principal ponto. A inquietação que moveu o estudo foi: mesmo com a história de Paracatu, impregnada no traçado urbano, becos e ruas com edificações históricas, a comunidade local, valoriza e atua na preservação/divulgação desse patrimônio cultural e o utiliza como espaço educativo? Partindo dessa indagação, foi realizado um estudo nos relatórios do acervo da Secretaria da Cultura para ver como foi/é realizado a educação patrimonial desde que começaram a encaminhar os relatórios ao - IEPHA-MG na década de 1990. Além da pesquisa nos documentos, foi feito o acompanhamento e análise de um projeto de educação patrimonial e pesquisa realizado por professores de História, Geografia e arte com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual A. P no Centro histórico de Paracatu, tombado como patrimônio cultural pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan em 2010. As ações foram desenvolvidas pelos docentes em diversas etapas, com flexibilização do tempo e espaço escolar em 2019. Realizou-se visitas *in loco* nos espaços públicos e de sociabilidade do centro histórico, como, praças, chafarizes, becos, ruas e Casa da Cultura. Após a visita, redigiram relatório tendo como eixo norteador a Vila de Paracatu do Príncipe, elevado a essa categoria em 1798, possibilitando ver a complexidade da sociedade que lá se estruturou e transformou o espaço no aspecto histórico/educativo, sendo hoje, um lugar de preservação da memória e história local. No âmbito teórico-metodológico, a pesquisa fundamentou-se em autores que partilham do solo da história cultural. O estudo foi realizado no viés qualitativo com pesquisa de terreno e teve como suporte documental, relatórios dos projetos de educação patrimonial da Secretaria Municipal de Cultura, portfólios e relatórios feitos pelos alunos da referida escola após as visitas guiadas no centro histórico. Entrevistou-se os professores que realizaram o projeto interdisciplinar visando perceber o resultado do trabalho educativo. A pesquisa desvelou a importância da educação patrimonial para conhecimento da história e patrimônio cultural local, sendo este saber de grande relevância na formação do aluno e preservação da memória, importantes no processo ensino-aprendizagem e constituição identitária.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, Local, Brasil, História, Memória

PATRIMÔNIO MATERIAL, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: O ESPAÇO EDUCATIVO NO MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL PEDRO SALAZAR MOSCOSO DA VEIGA PESSOA – PARACATU MG

Vandeir José da Silva

Universidade Évora — Portugal

Olga Magalhães

Universidade de Évora — Portugal

Este trabalho analisou a importância do Museu municipal como local de preservação da memória e espaço educativo, enfocando o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa – Paracatu, Noroeste de Minas Gerais - Brasil. Paracatu é uma cidade datada do período colonial que ocupou grande importância na capitania das Minas Gerais sendo a última região mineiradora a ser descoberta. A arquitetura que abriga o museu anteriormente era um mercado municipal construído em 1903. O museu foi inaugurado em 30 de junho de 2000 e sua criação e regulamentação foi feita pelo decreto nº 4926 de 02 de maio de 2016, embasado no artigo 86, inciso 5 da lei orgânica municipal e está vinculado a Fundação Casa de Cultura. O local abriga um acervo de 1.120 peças, sendo palco de visitas guiadas e seu público alvo, são alunos da rede pública e privada nas diversas modalidades de ensino, visitantes de diversas partes do país e estrangeiros. O objetivo central da pesquisa foi conhecer a relação da História da Educação no espaço do museu como reflexo patrimonial de uma memória local e regional. Objetivamos também identificar as atividades que são trabalhadas e se elas estão relacionadas como escreve Pierre Nora (1993) como lugares dos sentidos material, simbólico e funcional, ocupando este espaço de objetos materiais a compreensão de lugares de memória, imaginação, alargando sua funcionalidade no jogo da memória como lugar de Educar. Os questionamentos que nortearam a pesquisa foram: Qual a finalidade do Museu como espaço educativo? Que papel desempenha esse Museu em relação à história e educação, como veículo de preservação e divulgação da memória da história local e regional? Como podemos reconhecer o museu um local de tradição e significação para a sociedade local e regional no processo de educação? Procuramos delimitar uma abordagem de campo teórico da história cultural e história oral. A pesquisa qualitativa e de campo foi realizada com entrevistas orais estruturadas com oito profissionais de seguimentos diferentes sendo, três professores, dois funcionários que trabalham a educação patrimonial, três alunos do curso de História. Para conhecimento dos trabalhos educativos, analisamos relatórios, fichas preenchidas e assinaturas nos cadernos de visita do acervo do museu. Ao final, compreendemos que o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, desempenha importante papel, sendo propagador da história, memória, identidade local e regional, possibilitando que a história da educação seja transmitida em espaços informais e formais como diálogo interdisciplinar, acreditando como Medeiros e Surva (2012) que a educação patrimonial permite o enriquecimento individual e coletivo, pois objetos em si, são condutores e expressões do patrimônio cultural e tornam-se elementos de atividades pedagógicas que ampliam fronteiras. Foi percebido também que através dos objetos trabalhados é possível haver percepção da composição de uma sociedade e sua cultura norteada pelo processo do tempo histórico os quais estão envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, Local, Brasil, Museu Histórico, Pedro Moscoso

PATRIMÔNIO, TRADIÇÃO E CULTURA MATERIAL ESCOLAR: AS INVESTIGAÇÕES DO DIRETÓRIO DE PESQUISA (CNPQ/PUC-GO/ HISTEDBR) EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURAS EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS

César Evangelista Fernandes Bressanin

UFT, PPGE PUC-GO

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

PPGE PUC-GO

O intuito deste trabalho é apresentar um balanço geral das investigações desenvolvidas pelo Diretório de Pesquisa “Educação, História, Memória e Culturas em diferentes espaços sociais”. Este diretório está vinculado à linha de pesquisa Educação, Sociedade e Cultura do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, comumente chamado de Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e estabelece parceria com o Grupo de Pesquisa de História da Educação no Brasil (HISTEDBR) da UNICAMP. Entre outras ações, o Diretório busca incentivar, orientar, produzir e organizar um corpus de estudos e pesquisas que enfatize o patrimônio histórico-cultural-educativo, a cultura escolar, a tradição escolar como herança educativa e cultural/social, as histórias, as memórias e as linguagens relacionadas às diversas instituições educativas presentes nos múltiplos espaços da sociedade. Tais estudos e pesquisas visam contribuir com os caminhos da História da Educação que sofreu uma verdadeira revolução nas últimas décadas, seja no alargamento de seus objetos ou de suas fontes (Lopes & Galvão, 2005) a partir da contribuição da História Cultural (Pesavento, 2008; Cardoso, 2011) e da metodologia da História Oral (Thompson, 1992; Alberti, 2004 e Almeida, 2009). Desta forma, os trabalhos de pesquisa acerca de instituições escolares públicas, privadas e confessionais, católicas e protestantes, do ensino primário, secundário e superior apontam os desafios, as intervenções e os modismos das escolas da rede pública, revelam o pioneirismo do catolicismo e do protestantismo em regiões remotas do sertão centro-setentrional do Brasil, assinalam seus legados a partir da constituição de patrimônios seculares, manifestado em suas arquiteturas, bem como a cultura material e imaterial produzida por estas instituições ao longo de suas trajetórias, como fruto das práticas educativas adotadas pelos atores sociais envolvidos no cotidiano, revelados em inúmeros objetos escolares e na memória e oralidade destes agentes. As pesquisas sobre Educação do/ no Campo objetivam dar voz, vez e lugar escolas campesinas com suas ricas trajetórias que constituem verdadeiros patrimônios, ameaçadas de fechamento, em virtude dos processos de nucleação, proposto pelo poder público numa política de contingenciamento, em que o capital prevalece sobre memórias, culturas e tradições. Com o olhar voltado para os povos tradicionais, as pesquisas sobre a educação em meio às comunidades quilombolas e indígenas objetivam (re)valorizar estes espaços educativos como lugares de memórias, enfatizando as diferentes práticas expressas nas culturas e nas tradições destes povos e a necessidade de uma escola que estabeleça o diálogo com diferentes saberes na perspectiva de uma educação intercultural. Da mesma forma, as pesquisas sobre e nos arquivos escolares - espaços importantes para a pesquisa em História da Educação – constituem-se lugares de memórias (Nora, 1993) e despontam como potencialidades da cultura material e imensa riqueza do patrimônio escolar, muitas vezes submetido a um crescente processo de destruição. Em meio as adversidades que enfrenta a pesquisa na realidade das universidades brasileiras, o Diretório de Pesquisa mantém-se como resistência e busca contribuir para a produção acadêmica em História da Educação.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio, Local, Brasil, História, Memória

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO: DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO DA HERANÇA EDUCATIVA

Coordenadora: Margarida Louro Felgueiras

A viragem que se operou quer no campo da museologia com o debate sobre a função social dos museus a partir da década de 70 do século XX acompanhada pela importância que o quotidiano e as memórias, individuais e de grupo assumiram nas Ciências Sociais e na História da Educação (Cf. histórias de vida de professores, de operários, industriais, e o desenvolvimento de métodos como autobiográfico (Nóvoa, A. & Finger, M., 2010), prosopografia (Mendes, J. M. Amado, 1992) quer ainda a importância da cultura material escolar para a compreensão da escola como tradição e sua herança educativa, levou a que os/as investigadores/as atribuíssem cada vez mais importância à preservação e divulgação da herança educativa. Surgiu então uma variedade de museus no campo educativo: museus escolares, salas-museu, centros de memória. Simultaneamente, foi visível o impacto da partilha de informação em congressos internacionais sobre as possibilidades, importância e dificuldades que se encontram no processo de salvaguarda de um património tão desvalorizado como o da educação.

O objetivo deste painel é confrontar diferentes experiências de preservação da herança educativa em Portugal, Brasil (Sergipe) e Argentina, focando quer projetos dentro da Universidade e tendo por origem docentes de História da Educação ou da área da Educação, quer em outros contextos, exteriores à Academia. O conhecimento dessas experiências permite levantar aspetos comuns nas intervenções e as dificuldades decorrentes dos diversos contextos.

O painel é constituído por 3 das comunicações que versam sobre projetos concretos de preservação da herança educativa, 1 sobre o aspeto específico dos arquivos na sua relação com o projeto de investigação-intervenção e 1 que discute o papel da educação patrimonial.

Joaquim Tavares (Brasil/Sergipe) detém-se no trabalho de organização de documentos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, que resultou na organização do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap). José António Afonso problematiza a relação escola, igreja e estado no trabalho desenvolvido com as Comunidades religiosas da Igreja Lusitana de Gaia (Portugal), em torno da rede escolar que estabeleceram. O que permitiu ações de estudo, seleção, preservação, estudo e divulgação da memória e identidade do grupo. Margarida Felgueiras aborda diversos projetos em que esteve envolvida, traçando uma distinção entre museus, salas museu e centros de memória de educação, para apresentar o projeto REduF como um polo dinamizador das atividades culturais da região e fator de desenvolvimento, numa sociedade rural em acelerado envelhecimento e desertificação.

O artigo de Marcia Terezinha Cruz salienta a importância e as possibilidades investigativas no campo da História da Educação do arquivo municipal Murça, Portugal, no âmbito do projeto REduF. Conclui pela necessidade de se organizar a documentação de arquivo, possibilitando que investigadores de diversas áreas possam aceder à documentação de modo ordenado. Inês Amorim, explora percursos de pesquisa em torno de uma comunidade e da sua memória, como se identifica com o projeto, como participa e potencia a sua consolidação, difusão e potencial cultural local, regional e internacional. O slogan “A nossa história tem escola” é um percurso de investigação, tendo por mediação objetos, ideias, memórias e muitas histórias.

DO MUSEU VIVO DA ESCOLA PRIMÁRIA AO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO (CITRIME-MURÇA): DISTÂNCIAS E APROXIMAÇÕES NA SALVAGUARDA DA HERANÇA EDUCATIVA

Margarida Louro Felgueiras

FPCEUP/ CIIE

A escola na sua configuração moderna instaurou um conjunto organizado de práticas, espaços e tempos que formaram e formam gerações cada vez mais amplas de crianças e jovens, tornando-se um instrumento privilegiado de transmissão de conhecimentos, de saberes e de socialização nas sociedades contemporâneas. A educação, considerada uma atividade fechada aos olhares exteriores, desenvolveu muito cedo exposições e criou museus pedagógicos, com uma finalidade mais prospectiva e de divulgação de inovações. Muitos deles localizavam-se em locais internos às instituições educativas e acessíveis a um público especializado. A conservação de objetos ligados a práticas caídas em desuso não era preocupação em geral.

No campo da museologia, os anos 70 trouxeram para o debate o papel dos museus como instituições de guarda e conservação de objetos para fruição pelas elites sociais. Colocaram a tónica no papel social dos museus e da importância em registar e valorizar o quotidiano de diferentes grupos sociais. Desde então o gosto pelo colecionismo e pela musealização não pararam de crescer, afirmando-se uma vontade de memória no seio das comunidades.

No campo educativo, o alargamento da educação verificada no pós II Guerra Mundial desencadeou transformação na organização, nos currículos, nos métodos e nos espaços, que se expandiram com ritmos muito diversos por países e grandes áreas geográficas. Simultaneamente, verificou-se um interesse por parte de alguns professores em salvaguardar os vestígios da sua atividade profissional. Em Portugal, assistiu-se a um movimento de criação de pequenos museus ou salas museu, com o auxílio do poder local. Marrazes, Cartaxo, Ribeira de Pena, Válega, Casa Branca-Montemor-o-Novo, Brinches-Serpa, são apenas alguns exemplos dessas iniciativas que lograram ter êxito.

Partindo do apoio dado a algumas dessas iniciativas e do desenvolvimento de outras, que não se chegaram a concluir e concretizar em instituições de carácter museológico (projeto Museu Vivo da Escola Primária, no Porto (Felgueiras e Fernandes, 1997-2001); Museu da Educação em Lisboa (Nóvoa et al, 1997-2002), o presente trabalho tem como objetivo elucidar as diferenças entre diferentes propostas (museu da escola, sala museu e centro de memória). Procura ainda analisar como se podem articular finalidades de estudo, preservação e valorização da herança educativa com novas exigências sociais e culturais.

Problematizando a relação entre escola e educação e destas com a cultura e o desenvolvimento sustentável, apresenta os pressupostos da criação de um centro de memória da educação (CITRIME), no âmbito do Projeto Raízes da Educação para o Futuro (REduF, FCT, PTDC/CED-EDG/30342/2017). Interrogando os fundamentos de uma educação do futuro, propõe-se a criação de um Centro como espaço e tempo de mediação intergeracional e transcultural, que favoreça a aquisição de uma linguagem histórica e analítica sobre a herança educativa, que se constitua como substrato de projetos de futuro e de novas tradições educativas, a construir.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto Raízes da educação para o Futuro, Museu vivo da escola primária, centro de memória da educação, CITRIME

O ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURÇA (PORTUGAL) E SUAS POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES NO ÂMBITO DO PROJETO REDUF – RAÍZES DA EDUCAÇÃO PARA O FUTURO

Marcia Terezinha Cruz

FPCEUP/ CIIE

Além de fonte e de objeto de investigação histórica, os arquivos e os documentos nele contidos constituem-se em parcela do património material, assim como, são indicadores de práticas relacionadas ao património imaterial de uma comunidade. Daí resultar a importância de sua preservação como etapa essencial à salvaguarda e transmissão desse património às gerações futuras. No campo educacional, Felgueiras (2011) denominou esse movimento de “herança educativa”. Nesse sentido, entendemos que as diversas fontes contidas nos Arquivos Municipais de Portugal podem contribuir para o conhecimento de elementos da vida escolar (profissão docente, ensino, aprendizagem, festejos, brincadeiras, canções) e auxiliar na leitura de diversas realidades educativas. Localizado em Trás-os-montes, o Concelho de Murça, situado na região norte de Portugal, constitui-se no núcleo central do Projeto REduF – Raízes da Educação para o Futuro, desenvolvido pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (UP), em parceria com a Universidade do Minho (UMinho). Financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia – FCT, o projeto é de caráter interdisciplinar, inter-regional e transfronteiriço e tem como um dos objetivos, a criação de um Centro de Memória que se constitua, também, como um polo de investigação histórico-pedagógica, sendo essencial, nesse sentido, o acesso ao acervo de diversos arquivos, como modo de potencializar os estudos relativos à região. Nesta investigação apresentamos os resultados das primeiras aproximações investigativas realizadas junto ao acervo do Arquivo Municipal de Murça. Referido arquivo foi inaugurado em 2006 e encontra-se em funcionamento em uma área de aproximadamente 60 m², ao rés do chão, em um prédio situado na parte central da Vila de Murça, compartilhado por diversos outros serviços da municipalidade. O arquivo, abriga documentos com datação entre os séculos XIX e XXI e não possui um profissional específico para realizar a gestão documental. A massa documental foi distribuída em fundos temáticos sem, contudo, seguir critérios específicos de organização. Os atos de interesse do Município publicados antes do advento dos diários eletrônicos, integram a hemeroteca da Biblioteca Municipal. Livros com atos anteriores ao século XX estão sob a guarda da Câmara, no prédio sede. O documentos estão acondicionados, em sua maioria, em caixas do tipo dossiê. Parte dessas caixas encontra-se em armários de aço do tipo deslizante (cerca de 08) e o restante, praticamente metade do acervo, está em estantes de aço. A partir do cenário descrito e da ausência de qualquer tipo de catálogo relativo à documentação pertencente a cada fundo temático, este estudo, como uma primeira incursão ao acervo, teve como foco os documentos nominados no Arquivo Municipal pelo descritor “Educação”. Os documentos foram organizados, para fins do presente estudo, a partir das categorias: organização escolar, prédios escolares, profissão docente e circulação de professores e estudantes, no marco temporal prioritário do século XX. Os resultados preliminarmente obtidos possibilitam o desenho de um primeiro plano de consulta, possibilitando que investigadores de diversas áreas possam aceder a essa documentação de modo ordenado, possibilitando seu conhecimento e problematização, assim como, o estabelecimento de relações e aprofundamento dos estudos em torno da herança educativa transmontana.

PALAVRAS-CHAVE

REduF, Herança Educativa, Trás-os-Montes, Arquivo Municipal de Murça

CENTRO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS. AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO

Joaquim Tavares da Conceição

Universidade Federal de Sergipe / programa de Pós-Graduação em Educação da UFS

A origem do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe está relacionada com a existência da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundada no ano de 1950, em Aracaju, com o objetivo de formar professores para atuarem no ensino secundário e normal. Fundado em 1959, sob a denominação de Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, tinha por finalidade atuar como escola-laboratório para práticas didáticas e pedagógicas, especialmente, por meio de estágios desenvolvidos pelos graduandos da faculdade. Incorporado à Universidade Federal de Sergipe em 1968, quando esta foi criada a partir da junção de faculdades isoladas fundadas em Sergipe a partir do final da década de 1940, dentre elas a Católica de Filosofia. O Colégio de Aplicação passou funcionar em 1981 na Cidade Universitária prof. José Aloísio de Campos, em salas do pavimento superior do Bloco de Didática III e, a partir de 1995, em prédio próprio também em referida Cidade Universitária. O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Brasil), instituído em 2016, funciona em sala específica do prédio escolar do Colégio de Aplicação (UFS), onde a documentação encontra-se acondicionada em pacotilhas, além de contar com uma coleção de objetos da cultura material escolar. Em geral, a massa documental é formada por documentos originais, apresenta uma diversidade de formatos e técnicas (livros, cadernos, folhas avulsas ou encadernadas) e tem como suporte papel e papel emulsionado (fotografias). Quanto as características internas, a documentação é bastante fragmentada e registra um período que se inicia em 1959, ano da fundação do Ginásio de Aplicação, até os anos de 1990. O acervo histórico escolar reunido e preservado, além do próprio espaço do Centro de Memória, tem propiciado o desenvolvimento de pesquisas e também se constitui como uma estratégia importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico voltado para a valorização e preservação do patrimônio histórico educativo e da memória institucional. Nesse sentido, o Cemdap tem um caráter preservacionista e pedagógico, articulado ensino, pesquisa e extensão, alargando as relações entre a escola e a comunidade. Além de atuar como lugar de guarda e preservação da escrita e da escrituração escolar, o Centro de Memória produz novos conteúdos a respeito da memória e história da instituição. A esse respeito, projetos desenvolvidos no Cemdap têm resultado na composição de um “banco de histórias” formado por narrativas de professores e estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo principal desses projetos é “gerar documentos novos” compondo um banco de entrevistas para a preservação da memória e a produção de documentação para futuras pesquisas – condição fim do banco de histórias. Esta comunicação apresenta o percurso e os resultados da execução de projetos que tiveram como objetivo a organização de um conjunto de documentos permanentes (históricos) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Além da salvaguarda da escrita e da escrituração escolar, a execução dos projetos desenvolvidos no período de 2013 a 2015 resultou na organização do Cemdap.

PALAVRAS-CHAVE

Cemdap, Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, Preservação, Patrimônio Educativo

A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA IGREJA LUSITANA CATÓLICA APOSTÓLICA EVANGÉLICA – REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÓNIO DA REDE ESCOLAR DE VILA NOVA DE GAIA

José António Afonso

Instituto de Educação / CIED – Universidade do Minho (Portugal)

É crucial compreender, em toda a sua extensão, o papel desempenhado pelas instituições no processo de consolidação de sociedades modernas, plurais e democráticas, assinalando todos os contributos que as diferentes organizações foram produzindo ao longo do tempo. No entanto, deve-se sublinhar que muito do património informacional, só resta nos fragmentos que a historiografia vai reconstituindo, ou pela necessidade administrativa de preservar a documentação essencial para a salvaguarda das rotinas quotidianas dos atos institucionais.

Neste contexto, o processo de construção da modernidade pressupõe que historicamente se pensem as relações entre as religiões e o Estado, estabelecendo novas perspetivas conceptuais e metodológicas que ultrapassem as representações redutoras do passado, com o apelo à responsabilidade cívica que os historiadores têm neste processo.

A institucionalização da Igreja Lusitana, Católica, Apostólica, Evangélica (ILCAE) é um processo histórico, perpassando diferentes regimes políticos, o que presume que a instituição se foi forjando em equívocas relações com o Estado, mas as missões da Igreja não se ancoraram na sua exclusividade salvífica, o percurso das comunidades (ou paróquias) atesta que a vertente cívica, declinada nas mais variegadas fórmulas – alfabetização, ensino, filantropia, sociabilidade – materializou-se em associações infra institucionais, encastradas nas dinâmicas organizacionais participativas das comunidades, que alcandoraram uma dimensão social de inequívoca eficácia nas relações estabelecidas com o exterior (ou mundo social), inaugurando uma outra visão do mundo e da prática religiosa.

Ultrapassar a mera cronologia implica adentrar-se em universos complexos, não sonhando as lógicas de interação – na sua multidimensionalidade e na contextualização das redes (materiais, simbólicas, humanas) – como instituintes das identidades (organizacionais, económicas e culturais), possibilita metodologicamente construir uma matriz que reconstitua a trajetória de uma outra narrativa da modernidade, onde estejam presentes as culturas cívicas empenhadas justamente no pluralismo religioso, viabilizando deste modo equacionar o protestantismo como um projeto único que objetivamente erigiu os seus lugares de memória.

A criação de um Arquivo Histórico tem implícita a multidimensionalidade e complexidade organizacional, que também tem a sua trajetória socio histórica, o que requer estabelecer um mosaico de memórias que não se reduzem ao documento escrito, ou fontes tradicionais, mas devem incluir fontes iconográficas, fontes orais e objetos de diferentes funcionalidades, para além dos próprios espaços religiosos; fontes, em suma, imprescindíveis para se compreender a vida de uma instituição na sua territorialidade e na amplitude e perenidade, reintegrando ou integrando na sua história as ações e os atores, no sensível equilíbrio entre oralidade, memória e património. Os nossos propósitos, em suma, serão ilustrados pelo sistemático labor de conciliar três dimensões (técnica, institucional e comunitária) em torno da rede escolar que a Igreja Lusitana criou em Vila Nova de Gaia entre 1868 e finais da década de 70 do século XX, enquanto dinâmicas cruciais para salvaguardar uma identidade.

Servirá esta reflexão, sobre uma experiência concreta, para proporcionar elementos (teóricos, metodológicos e processuais) que permitam pensar as dinâmicas que se forjaram a partir da escola, e conseqüentemente da escolarização, e como se podem revitalizar memória e património noutros contextos como no caso do projeto REduF.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo, Memória, Património, Escola, Igreja Lusitana

A NOSSA ESCOLA TEM HISTÓRIA(S)”. EXPLORANDO QUESTÕES RELATIVAS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Inês Amorim
FLUP / CITCEM

O objeto dessa comunicação é o papel da educação patrimonial. Discute-se: a quem educar? Porquê? para quê? o quê? São questões exploratórias acerca do património, seja ele qual for, associado à escola e às instituições educativas.

O conjunto dessas indagações incluem uma perspetiva integrada dos valores tangíveis e intangíveis da educação. Envolve as pessoas, em particular os jovens, como participantes ativos na salvaguarda da cultura. Permite também problematizar a implantação de um Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-regional de memória da Educação (CITRIME) na Vila de Murça, Portugal.

É objetivo do projeto compreender o processo de escolarização no interior rural em diálogo com outras formas de educação populares e leigas que lhe pré-existiam, o que exige a participação empenhada da comunidade. Neste sentido, exploram-se percursos de pesquisa em torno de uma comunidade e da sua memória: como se identifica com o projeto? como participa e potencia a sua consolidação? De que modo ocorre a difusão do potencial cultural local, regional e internacional? ou seja, como valoriza um território marcado pelo envelhecimento e diminuição da população, cuja tendência se quer reverter?

Valorizarmos o papel dos atores da comunidade na recolha participada e na preservação de saberes, proporcionando um espaço de encontros - de estudantes e professores; de idosos e jovens, de especialistas e de leigos – favorecendo o reconhecimento de identidades, simultaneamente locais e cosmopolitas. Nesse sentido cria espaço a múltiplas aprendizagens de todos e com todos, reforçando a cultura como um processo de construção e imagem e o papel da escola e dos professores.

O questionamento do passado através das ligações ao património permite articulá-lo com o desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa, que inclui o respeito pelo que são bens comuns a preservar.

“A nossa escola tem história(s)” é mais que um slogan, pois sinaliza para um percurso de investigação, tendo por mediação objetos, ideias, memórias e muitas histórias.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Patrimonial, Portugal, Murça



COMUNICAÇÕES

INDIVIDUAIS





EIXO I

AS REVOLUÇÕES E AS MUDANÇAS
EM EDUCAÇÃO

DA DITADURA À DEMOCRACIA: RUPTURAS E CONTINUIDADES NA POLÍTICA EDUCATIVA CHILENA

Maria Luísa Quaresma

Universidad Autónoma de Chile

Desde os anos 70, marcados pelo golpe de estado de Pinochet, até a atualidade, o sistema educativo chileno sofreu inúmeras transformações associadas às mudanças na configuração política do país. Com um desenvolvimento socioeconómico que se aproxima do português, o Chile é hoje considerado um caso paradigmático de massificação da educação superior. Em pouco mais de três décadas, este país aumentou a sua taxa bruta de participação no ensino superior em 612%, contando atualmente, tal como Portugal, com taxas de escolarização de nível universitário relativamente elevadas.

Nesta comunicação abordaremos as grandes transformações no sistema educativo chileno desde a década de 70 até a atualidade, focalizando a nossa atenção na configuração e dinâmicas educativas da atualidade. Esta análise insere-se num projeto de investigação que tem por objetivo estudar as universidades e cursos de prestígio no Chile, refletindo sobre a educação das elites em tempos de democratização escolar (Conicyt, Fondecyt Regular Nr.1170371). Esta pesquisa está a ser levada a cabo em seis cursos caracterizados pela sua excelência académica, alta seletividade e elevado reconhecimento social (Medicina, Engenharia Civil, Economia, Direito, Teatro e Literatura) leccionados nas cinco mais prestigiadas Universidades (públicas e privadas) da capital chilena.

Baseando-nos na análise de fontes documentais das Universidades (projetos educativos, páginas de internet, jornais e revistas institucionais), de estatísticas oficiais (obtidas pelo Servicio de Información de Educación Superior del Ministerio de Educación de Chile e pelo Departamento de Evaluación, Medición y Registro Educacional) e de entrevistas semi-diretivas realizadas aos atores escolares -diretores, subdiretores e professores (N=48)- dos cursos selecionados, mapearemos as principais transformações ocorridas na educação superior. Em primeiro lugar, e numa retrospectiva histórica, identificaremos as grandes medidas aprovadas pelo Governo Militar, cujas consequências são sentidas até aos dias de hoje: instauração de propinas anuais nas universidades públicas, abertura de novos tipos de instituições educativas (técnicas e vocacionais) e incentivos à criação de universidades privadas, o que, juntamente com outras políticas sociais direcionadas para a consolidação de um mercado educativo sem regulação do Estado, levou a que hoje mais de 60% dos estudantes frequentem universidades privadas. Em segundo lugar, analisaremos as mudanças na política educativa ocorridas após o referendo popular de 1988 que ditou o início do processo de democratização do país, destacando a ausência de medidas de ruptura com o processo de privatização do ensino superior e com as políticas de mercado iniciadas durante a ditadura, como a implementação de modalidades de empréstimos aos estudantes concedidos por bancos privados mediante altas taxas de juro ou o aumento das propinas anuais, cujos valores estão entre os mais altos do mundo. Por fim, refletiremos sobre os desafios e as tensões que hoje se vivem no seio das Universidades de elite chilenas, as quais, confrontadas com o processo de massificação do ensino superior, tentam, simultaneamente, *preservar* o seu legado histórico de instituições altamente seletivas, tradicionalistas e com elevada qualidade académica e *abrir-se* aos ventos de mudança que exigem integração de novos públicos escolares, novas práticas educativas e “relativização” do conceito de excelência.

PALAVRAS-CHAVE

massificação escolar, universidades de elite, transformações políticas, Chile

CRÍTICA Y DENOSTACIÓN DEL IDEAL EDUCATIVO REPUBLICANO DESDE LAS PÁGINAS DE *MAGISTERIUM*

Rosa Ortiz de Santos

Universidade de Valladolid

Álvaro Nieto Ratero

CEIS20 – Universidade de Coimbra

Estudiosos de reconocido prestigio de la historiografía educativa española coinciden en reconocer el primer tercio del siglo XX como la “‘edad de plata’ de la cultura española [añadiendo que] en cuanto a la educación se refiere, son años de renovación y reformas, de apertura al exterior y floración de una serie de revistas”. El denominado bienio conservador fue la última fase de la Segunda República, caracterizada por ser un periodo de gran inestabilidad y de crisis de los ideales educativos republicanos. En definitiva, significó un paulatino declive hacia la Guerra Civil Española. La contienda ocupó un lugar determinante como periodo de transición entre la Segunda República y la dictadura. La instauración del franquismo supuso, en materia de educación, la supresión del laicismo y la obligatoriedad de la enseñanza de la religión católica en las escuelas, así como la prohibición y la condena de la coeducación. La finalidad principal del nuevo régimen consistía en destruir la labor y las ideas educativo-pedagógicas republicanas.

Desde entonces “se impondrá [...] una visión única, católico-autoritaria”. Entre otras muchas consecuencias, desembocó en la supresión de más de 50 publicaciones educativas. Aquellas revistas que defendían postulados pedagógicos contrarios a los del régimen desaparecieron. No obstante, nacieron otros títulos; no podemos olvidar que la prensa pedagógica es una indudable “fuente de intercambio, circulación y transmisión de opiniones, ideas e informaciones, y un medio para la defensa de ideales y derechos...”, o lo que es lo mismo, un poderoso arma sociopolítico, ideológico y educativo.

Uno de estos nuevos títulos fue *Magisterium*, revista salmantina que se desarrolló durante el conflicto civil y estuvo dirigida por la Asociación de Maestros Católicos. La finalidad de esta aportación consiste en analizar cómo a través de sus páginas se condenan preceptos educativos republicanos y se ensalzan ideas propias del nacionalcatolicismo. Consultaremos los números conservados en la Biblioteca Virtual de Prensa Histórica (diciembre, 1935 – enero, 1937), analizando los cambios de una escuela católica (Salamanca), en la zona del bando nacional.

En definitiva, pretendemos abordar una cuestión trascendental para la educación del país en tiempos de la guerra civil utilizando, para ello, la prensa pedagógica.

PALABRAS CLAVE

Prensa pedagógica, Ideología, Salamanca, Prensa del magisterio

“O EU E O NÓS NA FORMAÇÃO DOCENTE: O NÓ NEGRO NA TESSITURA DA SOCIEDADE BRASILEIRA”

Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Joanna de Ângelis Lima Roberto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

A escola pública brasileira se caracteriza por ser território de tensões e espaço dos primeiros contatos do indivíduo com o mundo social. Da mesma forma, caracteriza-se por ser ambiente de aprendizagem do convívio coletivo, político e plural. Também, pode ser vista como local privilegiado de encontros e mediações entre as diferenças, sejam elas religiosas, de cor, raça e etnias. Este território plural, diversificado e permeado por diferenças, pressionam as concepções tradicionais presentes nas situações de aprendizagens na formação e prática docente, na medida em que, no contexto atual da realidade brasileira, as situações desafiadoras presentes em cada sujeito epistêmico, na maioria das vezes, são vistas como problemas que possuem iminente necessidade de resolução. Essas diferenças são culturais, de pluralismo religioso, das questões de gênero, de diversidade sexual, como também dos povos tradicionais, dentre outras. Porém, sobeja entre os docentes a sensação de não saber como lidar positivamente com essas diferenças no âmbito escolar. Neste sentido, Candau (2016) considera a escola como locus privilegiado, embora este fator não seja visto como vantagem pedagógica. Assim, em tempos de um crescente conservadorismo e da livre reprodução de discursos de ódio contra diferentes segmentos sociais excluídos historicamente - e as intolerâncias ocorridas nos mais diversos espaços -, não podemos nos esquecer que ainda está latente em nossas lembranças que “a educação contra as discriminações relativas a sexo, idade, cor, nacionalidade, etc., tem sido bandeira de luta reivindicatória de vários movimentos sociais na sociedade brasileira.” (Gohn, 2005). Porém, no contexto atual, essas reivindicações encontram resistências legitimando práticas e manifestações contra as conquistas desses movimentos. O objeto dessa comunicação se constitui, por um lado, socializar as observações preliminares sobre a investigação no atual contexto da realidade brasileira em relação às percepções das docentes do ensino fundamental, mais precisamente do primeiro ciclo da educação infantil, sobre a importância que os órgãos oficiais vem recentemente atribuindo aos temas e conteúdos propostos pela Lei 11.645/08 (que incorporou a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre a contribuição africana e indígena na sociedade brasileira). Por outro lado, na mesma direção, refletir sobre a formação e o posicionamento dessas futuras profissionais frente ao avanço das pautas conservadoras no espaço escolar atualmente. Sem dúvida, seria óbvio reafirmar o papel primordial da educação como sobejamente várias gerações de educadores já fizeram. Entretanto, a realidade social do Brasil reafirma contextos perturbadores, que articulam o racismo inerente da nossa formação colonial com as posições pré-concebidas presentes nas práticas docentes dos profissionais responsáveis pela formação de profissionais da educação infantil do ensino fundamental em relação a valorização e contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. A rigor, em oposição às narrativas privilegiadas, busca-se construir uma reflexão crítica do motivo de intensa mobilização do movimento negro em compreender a não neutralidade da escola pública, o sistema educacional e seus profissionais, mas a importância do fazer docente na dimensão dos diálogos e de combate à formação de preconceitos de ordem racial e/ou religiosa, geralmente aprendidos no espaço familiar, que podem se transformar em comportamentos racistas futuramente.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Docente, Pluralidade, Conservadorismo, Relações étnico-raciais

A INVENÇÃO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR (1808–1958)

Samuel Robes Loureiro

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

A apresentação divulga os resultados obtidos com a pesquisa sobre a história de três escolas militares brasileiras: a Escola Militar do Realengo (EMR), a Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) e a Escola de Formação de Oficiais (EsFO) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O principal objetivo foi desvendar o processo de consolidação de um modelo de escola militar presente em todo o Brasil: as Academias de Polícia Militar (APMs). Buscou-se comprovar a hipótese de que a APM seria resultante de um amálgama entre os currículos do curso profissional da PMDF, e as tradições da EMR, e que a primeira escola que sofreu essa transformação foi a APMBB. Após, o modelo foi disseminado para todas as Polícias Militares (PMs) do Brasil. A pesquisa avança nos estudos da história dos intelectuais, com ênfase nos processos de invenção das tradições, reformulação de currículo e na história das disciplinas escolares. A partir da crítica ao referencial teórico e metodológico do estruturalismo althusseriano, foram utilizados referenciais como a noção de experiência de Thompson, o processo de invenção das tradições de Hobsbawm e a acepção de intelectual de Sirinelli. Para tal, foi necessária a investigação em diversos tipos de fontes, como arquivos pessoais, documentos oficiais, legislação, acervo material, imprensa, entre outros. Pudemos concluir que o objetivo da invenção das APMs seria facilitar a transformação das forças militares estaduais em PMs, força reserva e auxiliar do Exército. Com isso, as forças militares estaduais transformaram-se em PMs visando sobreviver à ameaça iminente de extinção após a Revolução de 1930 e o fim da política dos governadores.

PALAVRAS-CHAVE

História do Ensino militar, Intelectuais da Educação, Academia de Polícia Militar, Invenção das tradições

O CUMPRIMENTO DO EXARADO NA LDB/96 PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Universidade Tuiuti do Paraná

Izaias Costa Filho

Universidade Tuiuti do Paraná

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96, apontou em seu Capítulo IV, dedicado à Educação Superior oito grandes finalidades, como seguem: I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (Brasil, 1996/2016). Esta comunicação apresenta interpelação à real efetivação do exarado na referida Lei, para o que se interroga: a expansão da Educação Superior tem efetivamente garantido formação de maneira a se atingir o cumprimento da LDB, qual o estágio no atingimento dessas finalidades? Para se equacionar esta problemática conta-se com o Censo da Educação Superior, Notas Estatísticas de 2017, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e a literatura pertinente ao tema, nomeadamente os estudos de Sguissardi, Leher, entre outros, quando alertam para o tipo de instituições e a expansão da educação a distância em relação a presencial. Trata-se de uma pesquisa documental, pois, recorre ao Censo já nominado, e bibliográfica, pois, conta com a produção acadêmica sobre o tema, considerada à luz das conjunturas das últimas duas décadas da história da Educação Superior no Brasil. Inscreve-se no eixo Estado, políticas educativas e construção de identidades uma vez que considera-se o tema e seu tratamento no âmbito do Estado brasileiro e a Educação enquanto política social- entendida como “uma certa maneira de conceber, organizar e operar a administração pública”(SAVIANI, 2016, p. 231). O Objetivo é contribuir com os debates e as políticas a respeito da Educação Superior.

PALAVRAS-CHAVE

LDB/96, Educação Superior, Finalidades, Estágio

A IDEIA DE PROVÍNCIA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL

Dalvit Greiner de Paula

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Vera Lúcia Nogueira

Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG

A ideia de uma Constituição Política não é uma novidade para a Europa do fim do século XVIII, porém a novidade é a mudança do *locus* político da soberania que deixa o rei e é transferida à nação, tornando-se o mote revolucionário liberal desse período. Esse período revolucionário liberal construiu o mundo contemporâneo, incluindo o Brasil como resultante desse processo. A soberania da nação refletirá os desejos das elites locais por meio das constituições políticas que surgirão no rastro revolucionário. Porém, para se fazer representar as elites locais criaram essa novidade institucional que é a Província. A Província, além de garantir a representatividade regional diante de um governo central buscará garantir, pela educação, a formação e a consolidação de uma identidade regional. Província e Educação seriam, pois, um dos reflexos da modernidade institucional criado pelas revoluções do século XIX. O Projeto *O Império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da província (1834-1889)* visa analisar as relações que se estabeleceram entre a província de Minas Gerais e o Governo Central de modo a compreender os possíveis impactos da composição e da atuação do segundo escalão da burocracia imperial – a presidência – na administração dos negócios da Província, em especial, no âmbito das ações voltadas para a educação no período de 1834 a 1889. Por isso, essa comunicação tem como objetivo apresentar parte de nossa pesquisa sobre a ideia de Província e como essa ideia mobilizou um novo projeto educacional no Brasil Imperial, num período que vai de 1812 até 1834 – da Constituição de Cádiz à criação das Assembleias provinciais no Brasil. Para essa pesquisa usamos os jornais do período, principalmente o *Correio Brasiliense*, fonte privilegiada para o entendimento da evolução da ideia de província e a Constituição de Cádiz de 1812, fonte inspiradora de outras constituições na América luso-espanhola, nos seus capítulos sobre a organização da província e da educação. Como referencial teórico apoiamos-nos nas teorias do constitucionalismo ibérico de Antônio Manuel Hespanha, quando nos propõe os problemas enfrentados pelo Liberalismo na condução das construções institucionais da província e do estado-nação naquela península – que vai influenciar fortemente o Brasil no seu nascimento enquanto Estado. O referencial metodológico utilizado por nós é o de Reinhart Koselleck na busca da historicidade dos conceitos – província e educação – para o entendimento do alinhamento da linguagem em torno de um projeto de nação. As principais conclusões a que estamos chegando é a de que o projeto de educação liberal no Brasil ainda não logrou o seu êxito na construção de uma nação baseada nas ideias iluministas que orientam o Liberalismo materializados na ideia e na prática da Província como estrutura local, replicada no mundo ibérico.

PALAVRAS-CHAVE

Província, Educação, Liberalismo

EDUCACIÓN CATÓLICA EN LA REPÚBLICA DE COLOMBIA: UNA HERENCIA IMPERTURBABLE DE LA COLONIA TRAS LA REVOLUCIÓN DE INDEPENDENCIA

Leonardo Tovar Bernal

Secretaría de Educación del Distrito – Bogotá

Las revoluciones no son absolutas ni uniformes: mientras aquí se despliega una nueva era; allá, si acaso, se desmorona el antiguo régimen. El catolicismo en la educación se constituyó en una de esas instancias que manifestaron un cambio morigerado, cercano a la invariabilidad, de la República con respecto a la Colonia. Para analizar dicha continuidad, esta investigación aborda la enseñanza religiosa y sus lecciones sobre Dios, el Universo, el hombre, la realidad social y natural, y cómo se vincularon con las condiciones políticas, religiosas e intelectuales del XIX en Colombia, durante el período pos-revolucionario hasta la Regeneración, cuando los liberales, conservadores y católicos dirigían el país.

Reconstruir a partir de la historia de los saberes escolares las enseñanzas sobre Dios, el Universo, la vida, el hombre, la realidad social y natural, estudiando sus vínculos con las condiciones políticas, intelectuales y religiosas de la época. Además, de analizar las relaciones entre el Estado colombiano, la religión y la escuela, favoreciendo la comprensión del porqué el catolicismo se hizo con el privilegio explicativo y a qué intereses representaba cuando continuó con la enseñanza religiosa heredada de la Colonia.

El contexto intelectual y político de la época se vincularon con los contenidos escolares impartidos en la Colombia del siglo XIX. Las lecciones, las metodologías y la orientación explicativa no fueron un accidente. De tal manera, esta investigación se sustenta en la historia de los saberes escolares, cuya metodología pretende mostrar que los contenidos desarrollados en las clases se relacionan con intereses políticos, sociales, intelectuales que los configuraron, haciéndolos posibles en las aulas. Comprenderlos, requiere de la observación de un conjunto de ideas, sujetos y establecimientos, como sacerdotes, intelectuales, científicos, docentes de escuelas y universidades, escritores, instituciones oficiales y privadas, organizaciones nacionales y extranjeras. También del examen de un generoso archivo: leyes, decretos, textos de enseñanza, publicaciones periódicas, revistas, literatura, poesía, telegramas. La investigación documental permitió el reunir la información en categorías de análisis que permitieron organizar, examinar, establecer regularidades y postular algunas conclusiones.

La República mantuvo, con ligeras modificaciones, la herencia religiosa de la Colonia. Cuando la revolución no importunó la presencia católica en la educación, la moral o las costumbres, los cambios revolucionarios prosperaron; no fue sino hasta que riñó con el dogma cuando la marcha se detuvo. Así, la educación católica, como se hubo manifestado durante la Colonia, perduró en la escuela de la República; en ocasiones con el antagonismo normativo del Estado, en otras, con su aquiescencia y decisión.

Las lecciones sobre Dios y los orígenes del Universo, la Tierra, el hombre, las especies y algunos fenómenos sociales y naturales fueron influenciados por el contexto político, religioso e intelectual del siglo XIX. Las enseñanzas mostraron una notable influencia del catolicismo, asistidas por los juicios de la Historia y Geografía sagradas, la Historia Natural, las Ciencias Naturales, la Urbanidad. También encontraron apoyo en los razonamientos propios de la doctrina católica: las plegarias, los misterios, los dogmas, la ley moral.

PALABRAS CLAVE

Religión, Educación, Estado

A MULHER PORTUGUESA NOS MEIOS RURAIS (DÉCADA DE 1960): UMA VISÃO A PARTIR DA IMPRENSA REGIONAL DO PINHAL INTERIOR

Áurea Adão

UIDEF do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Durante o Estado Novo, a imprensa nacional e regional revestia importância significativa na (in) formação dos diferentes tipos de leitores, não só nos centros urbanos como também em localidades eminentemente rurais. Era nestes meios que os jornais regionais tinham uma função primordial de difusores de programas de ação governamental, de acontecimentos específicos das comunidades que serviam, de textos propagandísticos. E foram igualmente, a par com os poucos jornais nacionais que chegavam a esses lugares e até à difusão alargada de outros meios de comunicação de massas, o principal instrumento de formação da opinião pública e divulgadores de testemunhos do seu quotidiano. Os redatores e colaboradores eram sobretudo homens influentes da região, mas também docentes dos ensinos primário e secundário, determinados fornecedores de notícias e estudiosos da história local, conhecidos publicamente por apoiantes ou por opositoristas ao Regime.

Sustentado o Portugal do Estado Novo na trilogia Deus/Pátria/Família, esta última correspondia a um microcosmos cuja dinâmica relacional se inferia por analogia ao macrocosmos, a Nação. Tal como na vida em sociedade, na família cada um tinha o seu lugar. O homem era o “chefe” exercendo o seu poder sobre a mulher e os filhos, numa lógica de dominador–dominados. Apesar de o art. 5.º da Constituição portuguesa de 1933 anunciar a igualdade dos cidadãos, não deixava de introduzir a diferenciação resultante da natureza e do valor social da família. Admitia-se ser a mulher diferente do homem, cabendo cuidar da família, atuando na esfera privada do lar e recorrendo-se à instrumentalização da própria mulher para assegurar a reprodução social dos papéis de género, às mães era pedido que educassem as filhas à sua imagem e semelhança. Os jornais regionais constituem uma fonte necessária para o estudo histórico da condição da Mulher nos seus diversos domínios; nela se exprime, direta ou indiretamente, a opinião pública no sentido de opinião publicada. Ainda que de modo muito limitado, esse acervo documental veicula informações e representações por meio de notícias, comentários e curtos estudos, ora contendo uma linha de continuidade sobre alguns assuntos, ora inserindo diferentes sensibilidades de opinião sobre outros, ora, por fim, reportando-se ao único documento informativo encontrado sobre determinado acontecimento. Contudo, as atenções estavam especialmente voltadas para as *senhoras com poder* (esposas, filhas e outras familiares de dirigentes do Estado Novo) e para algumas mulheres da classe média que se aproximassem delas, não sendo expectável que as trabalhadoras rurais ou esposas de operários e camponeses figurassem nessa imprensa.

Esta comunicação pretende dar a conhecer os resultados obtidos por um trabalho mais desenvolvido, inserido em um projeto de investigação da responsabilidade de uma ampla equipa e que se ocupa das memórias escolares em comunidades rurais. A imprensa da região portuguesa do Pinhal Interior, publicada nos anos de 1960, constitui o *corpus* documental principal do trabalho histórico realizado, embora com recurso a outras fontes documentais contextualizadoras da época, do espaço geográfico e da condição do género feminino.

PALAVRAS-CHAVE

Género e cidadania, Imprensa regional, Educação em meio rural

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA (1967–2018): MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO E RESISTÊNCIAS DA EDUCADORA NEGRA

Lia Fialho

Universidade Estadual do Ceará

Rayane Monte

Universidade Estadual do Ceará

Cristine Brandenburg

Universidade Federal do Ceará

A pesquisa trata da biografia de Maria Zelma de Araújo Madeira, educadora negra, que se inspirou na superação do preconceito racial para fomentar uma educação crítica voltada para a cidadania e justiça social. O objetivo foi compreender como uma jovem negra e interiorana, de classe econômica baixa, conseguiu galgar escolarização, em tempos de exclusão educacional, para tornar-se professora universitária e militante feminista negra respeitada no estado do Ceará-Brasil. Desenvolveu-se um estudo do tipo biográfico (Dosse, 2015; Loriga, 2011), pautado nos pressupostos teóricos da história cultural (Burke, 2010; Certeau, 1992), na perspectiva da história do presente (Amado, Ferreira, 2006), amparado metodologicamente na história oral (Amado, Ferreira, 2006) na interface com outras fontes – documentais, imagéticas, legais. As entrevistas em história oral realizadas com Zelma Madeira foram gravadas, transcritas, textualizadas e validadas pela biografada, em seguida, analisadas no entrecruzamento com os documentos pessoais e escolares, as fotografias e a legislação educacional. Os resultados aferiram que Zelma Madeira era filha de pai trabalhador da construção civil e mãe costureira, nascida em 1967, na cidade de Aroazes, interior do estado do Piauí; município Brasileiro no qual não era possível sequer concluir a educação básica por ausência de escolas públicas de segundo grau. Mudou-se para capital do Piauí, em 1970, pois seu pai buscava emprego e educação para os filhos em Teresina, por esta cidade ser um pouco mais desenvolvida. Nesta, cursou a educação básica sempre enfrentando o racismo e a exclusão, tendo que desenvolver mecanismos de resistência para não evadir. Com apoio dos pais galgou educação superior pública, concluindo o curso de Serviço Social (1990) para atuar como assistente social com foco na inclusão cidadã das mulheres negras e pobres. Casou-se com um fortalezense e o matrimônio possibilitou o prosseguimento nos estudos no estado do Ceará, onde realizou pós-graduação em Ciência Política (1992), mestrado (1995) e doutorado em sociologia (2008). Iniciou a atuação como docente no ensino superior em 1997, como substituta, sendo efetivada após sete anos. Foi indicada pela Reitoria da Universidade Estadual do Ceará como representante no Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial e eleita Coordenadora Executiva (2009), fundou o Laboratório de Estudos Afro-brasileiros de Gênero e Família – Nuafro (2010) e foi convidada pelo governador Camilo Santana (2009) para assumir a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial - Ceppir (2018). Zelma Madeira enfrentou o racismo e superou seu contexto de vulnerabilidade econômica e social graças ao apoio incondicional dos pais que, mesmo pobres, não permitiram que os filhos trabalhassem por acreditarem que o negro precisava de muito conhecimento para reverter a condição de inferioridade imposta sócio historicamente. Como docente e pesquisadora das relações de gênero, raça e etnia, e gestora pública, desenvolveu identidade consoante ao feminismo negro, militando na defesa de um projeto societário mais justo e igualitário. Essa biografia permite refletir memórias de resistência da mulher negra e compreender contextos históricos educacionais de superação e de silenciamento de um coletivo de mulheres negras relegadas ao analfabetismo e a invisibilidade social.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Educação de mulheres, Biografia, Feminismo negro, Cidadania

A EMERGÊNCIA DAS UNIVERSIDADES DE LISBOA E PORTO

Aires Antunes Diniz

Sem Filiação

A Arte das Mãos foi sempre uma Arte mal-amada nos séculos XII a XV como evidencia Cristina Moisão, mas pior ficou a sua situação com a extinção da Universidade de Évora em 1759, quando a de Coimbra passou a ser a única Universidade Portuguesa. Contudo os Constituintes de 1821-1822 como vemos no Diário das *Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa*, claramente inspirados no Jornal de Coimbra, consideraram que o estudo da cirurgia devia ser elevado à perfeição, dando maior extensão ao ensino estabelecido no hospital de S. José em Lisboa e no da Misericórdia no Porto. Quer-se que cesse “daqui em diante a diferença entre sangrador, ou cirurgião de pequenas operações, e o cirurgião operador; não devendo para o futuro haver se não umas cartas de cirurgia,” ficando unicamente autorizados a exercer os que as obtiverem, “ou até da faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Coimbra.” Também “As aulas de Farmácia só poderão ter lugar em Lisboa, Coimbra e Porto, onde houver o estudo da Filosofia natural” e “Enquanto não se estabelecem as escolas de Filosofia natural e de Cirurgia, -...os boticários devem frequentar, nenhum poderá ser examinado, sem primeiro apresentar certidão de ter praticado com assiduidade, e aproveitamento pelo menos quatro anos sucessivos em uma botica acreditada.”

Como veremos era a verdadeira rutura com a tradição da formação médica e farmacêutica, prenúncio de um novo tempo. Mas, os anos de guerra civil, permitiram apenas a criação em 1825 da Real Escola de Cirurgia no Hospital de S. José e a Régia Escola de Cirurgia do Porto, transformadas em Escolas Médico-Cirúrgicas em 1836 pelo decreto de 29 de Dezembro, concorrendo diretamente com a Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Coimbra.

Paralelamente havia formação de cirurgiões nos Hospitais militares, sendo José Fradesso Bello - Lente de Anatomia e Cirurgia na Praça de Elvas e Fr. António de S. Frutuoso - Lente de Anatomia, Primeiro Médico do Hospital Militar de Chaves. Por isso, “Chamam-se alunos a dois Soldados...que frequentam a Aula de Cirurgia, para se proverem nos lugares vagos de Ajudantes do Cirurgião-Mor”, mas ...isso só acontecia no Regimento de Infantaria de Chaves.

Veremos que se tentava acabar com o divórcio entre cirurgia e medicina e simultaneamente no Ensino da Química (Janeira, Guedes e Gonçalves, 1998) acabar com a distinção entre cabeça e mãos.

PALAVRAS-CHAVE

Cirurgia, Escola Médico Cirúrgica, Medicina, Porto, Lisboa

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820 E A CRIAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE NA ECONOMIA

Aires Antunes Diniz

Sem Filiação

A Revolução Liberal de 1820 foi motivada pela necessidade de restaurar a Independência Nacional, sentida pela oficialidade do exército português e pela burguesia nacional face aos Ingleses e da necessidade de preparar a modernização económica da Economia Nacional, obrigando à racionalização das práticas industriais e comerciais.

Tinha paradoxalmente esta opção como inspirador o economista José Acúrsio das Neves, cujos trabalhos usaremos, que sabia que a verdade do “*Balanço, escrituração e contas*” eram o principal objetivo que, desde aquela época, se procurou essencialmente atingir. Mas reconheceu que «as forças do partido oposto, ou apoio que ele sempre achou», podiam mais do que as suas intenções (Loureiro, 1957, pp. 66-67). Contudo, não há vestígios de que tivesse sido «vintista». Encarou, parece, a revolução de 24 de Agosto com o estado de espírito de muitos conservadores da época, que não viram desde início na revolução tudo o que nela se continha potencialmente e julgaram poder influir no seu curso futuro, *orientando-a*, e estabelecendo-lhe limites definidos de modo “a defender o mais possível a estrutura tradicional.” (Loureiro, 1957, p. 140).

Situaremos no *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Corte Portuguesa* a nossa principal fonte de pesquisa, onde a certo momento, vemos que o Deputado Soares Franco apresentará um projeto que corresponde aos anseios da cidade do Porto, propondo o *Estabelecimento das ciências filosóficas naturais e de uma cadeira de economia política na academia do Porto*. Para ele, o Porto deve em grande parte o seu rápido desenvolvimento à academia onde na aula do comércio se formaram excelentes guarda-livros e a escrituração tomou o caráter de verdadeira escrituração comercial. Também se refere que haverá uma aula de economia política que ficará unida às aulas do comércio existentes em Lisboa, formando o 3º ano.

Contudo, a Secretaria dos Negócios do Reino não tem qualquer plano estratégico para o ensino, nem isso parece preocupação dos Constituintes que estão mais preocupados em alterar a estrutura de poder no aparelho produtivo (Fortes, 1932). De facto, regista-se um quase solitário ofício do Ministro dos Negócios do Reino, remetendo uma consulta da junta da diretoria geral dos estudos sobre a criação de uma cadeira de primeiras letras no concelho do Paço de Vinhais, que foi mandado remeter à Comissão de instrução pública e uma felicitação de Diogo José de Albuquerque, professor de primeiras letras de Castelo Melhor por o Estado Liberal ter aumentado os ordenados dos professores de primeiras letras.

Por tudo isso, dado o contexto político, poucos são os resultados obtidos quanto à modernização desejada pela Revolução Liberal.

PALAVRAS-CHAVE

Economia Nacional, Liberalismo, Acúrsio das Neves, Academia do Porto

O PODER DA RAZÃO NO IMAGINÁRIO EDUCATIVO DA REVOLUÇÃO LIBERAL

Maria Neves Gonçalves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

José G.Viegas Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A Revolução de 1820 representa a constituição de um novo sistema nervoso sociopolítico. Este ponto de viragem afigura-se-nos um momento importante porque nele se expressa o imaginário social que surgiu com o século das luzes, o que pressupõe uma nova bússola educativa orientadora. Daqui emerge um novo regime político e, conseqüentemente, mudanças de valores e de modos de pensar e de agir. Nesta nova significação imaginária, a ideia de formar cidadãos, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres cívicos, ganha uma nova dimensão de necessidade educativa. O nosso interesse está em procurar a relação entre o movimento liberal vintista e a problemática da educação, tendo como pano de fundo as estruturas aristocráticas e clericais herdadas. Neste sentido a pergunta de partida que colocamos é a seguinte: Qual o sentido dado ao progresso civilizacional e que impacto teve no domínio da educação? Por consequência, definimos como objectivo central do nosso trabalho: Interpretar a ligação-relação da educação aos valores liberais. As fontes a utilizar são as produções vintistas, nomeadamente os Catecismos Constitucionais, Cartilhas e Manuais Políticos. Na metodologia, a análise documental e interpretativa das fontes, adotámos os seguintes descritores: progresso, concepção educativa, valores, razão. Pela investigação levada a cabo, podemos concluir que o liberalismo teve um grande impacto na educação. Com a mensagem vintista existe uma preocupação em destruir as instituições de ensino do Antigo Regime, promover a liberdade e os direitos individuais, apelando-se à ciência e à razão. Podemos dizer que aqui nasce a biopolítica. Utilizando uma interpretação foucaultiniana diremos que a partir daqui temos uma nova arte de governar. Esta razão governamental tem grandes repercussões no domínio da educação. Esta nova racionalidade vai produzir uma nova subjectividade.

PALAVRAS-CHAVE

Liberalismo, Cidadania, Catecismos

CARTOGRAFANDO OS COLÉGIOS CATÓLICOS DO RIO DE JANEIRO: UM PERCURSO DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA PRESENÇA DO CATOLICISMO NA MEMÓRIA SOCIAL/COLETIVA

Paula Leonardi

Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Beatriz Ferreira Arantes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Nathália Mesquita Neumann de Sousa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Na recém-criada República brasileira (1889) uma onda imigratória de congregações católicas que se desenrola por quase todo o século XX instala casas, hospitais e colégios nas cidades mais populosas e desenvolvidas do país (Bittencourt; Leonardi, 2019). As congregações têm na bagagem a orientação do Primeiro Concílio Plenário para a América Latina (1899): além do foco na escolarização, devem marcar as paisagens das cidades com símbolos católicos. Tomando os colégios instalados pelas congregações como monumentos e lugares de memória (Le Goff, 2003; Nora, 1993), essa pesquisa desenvolve uma cartografia dessas escolas na cidade do Rio de Janeiro, debate os modos de financiamento desses colégios na atualidade e, finalmente, toma um caso, o do Colégio Nossa Senhora da Piedade, para averiguar quais as memórias que as pessoas frequentadoras desse colégio, hoje em ruínas, mantêm. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por etapas, as quais contaram com a colaboração de bolsistas de Iniciação Científica em diferentes momentos e que projeta para as próximas fases o estudo de outros casos (financiamento Faperj). Essa comunicação é um primeiro ensaio de resposta à questão: qual o lugar que a educação católica e seus colégios ocupam na memória social. A metodologia consistiu no trabalho com dados de diferentes fontes: Anuário da Arquidiocese do Rio de Janeiro (1917); dados da Associação Nacional de Escolas Católicas (Anamec) e do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris) apresentados como anexos ao livro do padre Moura “A educação católica no Brasil” (2000); Banco de Dados Congregações Católicas, Educação e Estado Nacional do Grupo de Pesquisas Focus; Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2018); e seis entrevistas. Até o momento, esse trabalho totalizou 79 escolas cujos prédios ainda estão de pé, embora nem sempre em funcionamento. O mapeamento mostrou que a instalação desses colégios entre 1858 e 1958 acompanhou o movimento imigratório de congregações e a ocupação da cidade com o deslocamento das elites para a zona sul. Somente na década de 1950 os colégios tendem a instalar-se na zona norte quando a região torna-se mais populosa. A permanência na história da educação brasileira de transferência de recursos públicos para tais instituições, favoreceu a perenidade de seu patrimônio e o espraiamento de uma cultura católica branca e europeia em nosso país, em consonância com a herança escravagista. Contudo, nos dias atuais, apenas algumas sobrevivem. Quais e por quê? O caso do Colégio Nossa Senhora da Piedade mostra que diversos fatores contribuíram para seu fechamento, como a mudança na pertença religiosa dos brasileiros, mudanças no bairro e o prestígio e tradição da congregação na educação.

PALAVRAS-CHAVE

colégios católicos, Rio de Janeiro, memória coletiva

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: UM ESTUDO HISTÓRICO

Conceição Solange Perin

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá – UEM

O estudo está relacionado ao eixo da História, Educação e Cidadania, considerando que as três questões estão interligadas e, quando analisadas historicamente, favorecem o entendimento da organização dos homens em sociedade no seu devido tempo e espaço. Entendemos que para a compreensão sobre o que é educação e cidadania, é necessário retomar a história e analisar alguns pontos tratados no desenvolvimento educacional dos homens do passado, a fim de compreender as prioridades que regem a exigência para o homem ser considerado cidadão no seu devido contexto. Acreditamos que, independentemente do período estudado, questões relacionadas a formação humana sempre estão voltadas para o sócio/educacional e para as relações que são estabelecidas entre a educação e as demais instâncias que norteiam as necessidades da época, sejam elas: econômicas, religiosas, políticas ou outras. Focando a investigação histórica e a formação do homem como futuro cidadão, nos embasamos na História Social como 'fundo' teórico-metodológico da nossa pesquisa. Dessa forma, autores como Marc Bloch (1886-1944) e Le Goff (1924-2014) auxiliarão nas discussões tratadas para atender o estudo e, para o desenvolvimento histórico, nos ateremos em um autor que no alvorecer da Modernidade tratou, com profundidade, das questões sociais do seu tempo histórico e escreveu ao menos dois tratados sobre a educação da criança. Referimo-nos a Erasmo de Roterdão (1466-1536) e aos dois manuais que ele escreveu: *De Pueris* e *Civilidade Pueril*. Nosso propósito será analisar de que modo, por meio de seu projeto educacional, o autor expressou as mudanças que ocorriam na sociedade. Assim, por meio da história, refletiremos acerca de questões que delineiam o homem como norteador da organização da sociedade em que vive e sobre as questões educacionais que o conduz a refletir sobre as suas ações para se integrar e participar das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Cidadania, Erasmo, História Social

A MILITÂNCIA ESTUDANTIL FEMININA UNIVERSITÁRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Silvana Lazzarotto Schmitt

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Esta investigação tem como objeto central a militância estudantil feminina durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). A proposta tem a finalidade de lançar luz sobre o tema da militância feminina, assim analisa a forma como as mulheres participaram do Movimento Estudantil Universitário, bem como quais as contribuições deste movimento no processo de transição democrática. Explicita a repressão brasileira em relação aos estudantes, em especial às mulheres. Para tanto, a pesquisa está organizada a partir da compreensão do período em apreço, bem como das especificidades da organização estudantil universitária, permeados pela participação feminina. A metodologia está pautada no levantamento e análise de bibliografia, documentos, teses e dissertações sobre a militância feminina, em particular, no movimento estudantil universitário, além de estudos sobre a questão de gênero, a Ditadura Civil-Militar brasileira, a repressão política, entre outros. Dentre as fontes utilizadas para realização da pesquisa destaque para os documentos arquivados da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR); os disponíveis no Arquivo Nacional; os periódicos alocados na Hemeroteca Digital Brasileira e ainda uma fonte importante para esta pesquisa que diz respeito aos depoimentos disponibilizados pelo “Projeto Depoimentos para história: A resistência à Ditadura Militar no Paraná”, o qual é desenvolvido pela Sociedade de Direitos Humanos para a Paz, em parceria com a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, sob a coordenação do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná. No site da Sociedade Direitos Humanos para a Paz (DHPAZ), estão disponíveis para acesso 159 depoimentos de pessoas que militaram durante a ditadura, dos quais dedicamos a analisar os depoimentos das militantes estudantis. A análise dos depoimentos foi realizada a partir dos pressupostos da história oral, com vistas a contribuir para o debate, ao aproximar-se dos acontecimentos, tais como ocorreram. Os estudos realizados permitem reiterar o fato de que a inserção da mulher no movimento estudantil ocorre de forma singela no período de ditadura, sendo ampliado nos anos de 1980, quando elas assumem inclusive cargos de presidência nas entidades de representação estudantil. Todavia, nas imagens levantadas para a pesquisa identifica-se a presença das mulheres em manifestações de rua, de forma significativa. Por outro lado, os documentos da polícia política, permitem verificar o tratamento dispensado às mulheres que faziam parte do movimento estudantil, dentre os exemplos, quando da realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em que o relatório destaca a presença das mulheres em tom preconceituoso, enfatizando que não havia nenhuma separação nos alojamentos e também nos depoimentos das militantes. Por outro lado, as mulheres criaram diversas entidades de caráter anticomunista, fato que contribui sobremaneira para efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964. E ainda no período pós-golpe, a defesa da moral e dos bons costumes foram tomados como premissas para transformar a realidade brasileira que estava em “decadência”, nesta condição, o papel da mulher voltava-se para atender o ideal da família cristã. Por fim, os estudos sobre gênero e o patriarcado permitem compreender este processo contraditório da participação feminina no período ditatorial brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Ditadura Civil Militar, Movimento Estudantil, Participação Feminina

REFORMA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO DECRETO Nº 981 DE 1890 NO PANORAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Mateus Dias Soares

Centro Universitário de Patos de Minas

O presente trabalho analisa o Decreto nº981 de 1890 editado pelo Governo Provisório, na recém instalada República brasileira. O autor do referido Decreto foi o então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telegraphos, General de Brigada Benjamin Constant Botelho, que objetivou reestruturar a educação brasileira transformando o currículo acadêmico, agora influenciado pelo enciclopedismo positivista, ideal muito presente nos primeiros anos da República. A Reforma Benjamin Constant teve como escopo histórico as profundas transformações nos cenários econômico, político e social, que, marcaram a segunda metade do século XIX. Dentre estas transformações pode-se citar as mudanças na estrutura do sistema produtivo nacional, impactadas pela emergência de indústrias têxteis, alimentícia, construção de ferrovias, a abolição da escravatura em 1888, a intensificação da imigração na segunda metade do Século XIX e a Proclamação da República em 1889. Com o surgimento ainda embrionário do trabalho assalariado, fez-se necessário uma Reforma na Instrução Pública que visava a formação de um novo trabalhador adaptado à nova realidade social brasileira, inspirado num cientificismo evolucionista até certo ponto contraditório com a estrutura do país. Esta pesquisa objetiva analisar o contexto histórico que permeia o Brasil da segunda o século XIX aos primórdios do século XX, e entender a *persona* de Benjamin Constant, apresentar os pontos fulcrais desta Reforma e examinar suas consequências no panorama educacional do país. Utilizou-se para a realização deste trabalho a metodologia de pesquisa descritiva, com fontes bibliográfica e documental. Através dos estudos acerca da Reforma na Instrução Pública de Benjamin Constant pode-se alargar a compreensão sobre a educação básica no Brasil durante a fase inicial da Primeira República Brasileira (1889-1930). O currículo positivista outorgou uma eficiente forma na organização escolar devido à nova divisão por séries, ou anos escolares. Entretanto a introdução de conteúdos científicos não surtiu o efeito esperado pois, devido ao caráter elitista da educação neste momento, apenas poucas e privilegiadas pessoas tinham acesso ao sistema educacional que excluía a maior parte da população.

PALAVRAS-CHAVE

Benjamin Constant, República, Instrução Pública, Reforma

MILITÂNCIA NEGRA E ESPAÇOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS: DESAFIOS E CONQUISTAS NA BUSCA POR CIDADANIA

Dayse Mara Ramos da Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP Faculdade de Educação,
PEPG em Educação: História, Política, Sociedade.

Carlos Antonio Giovinazzo Junior

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP Faculdade de Educação,
PEPG em Educação: História, Política, Sociedade.

A oficialização do fim da escravidão no Brasil, em 1888, constituiu-se, diferentemente do que se esperaria em termos de justiça social, um desenho potente da exclusão: negros marginalizados e vida periférica, ou seja, um projeto excludente de país. Após os 350 anos de processo escravocrata e cerca de 4 milhões de escravos trazidos ao país, o Censo Demográfico de 1872 contava 1.510.806 a população nessa situação. Essa, oficialmente livre 16 anos depois, foi ignorada e inserida numa política de embranquecimento marcada sobretudo pela chegada de milhões de imigrantes. O mito da miscigenação, nesse contexto, gerava o nascimento romantizado de uma sociedade harmônica, anulando conseqüentemente a necessidade de um processo de inserção social capaz de conferir ao ex-escravizado condições sociais de construção digna e justa de um novo percurso.

Kabengele Munanga, professor e antropólogo brasileiro-congolês, discute o processo de embranquecimento como mecanismo eficientemente penetrado no psicológico da população brasileira, um ideal que ronda principalmente a vida de negros e mestiços, motivando-os a buscar a proclamada equidade, disfarçada numa identidade branca. Tal situação, segundo ele, dificulta a construção de projetos identitários por meio de movimentos sociais negros e a efetivação de políticas públicas afirmativas de direitos.

A luta pela concretização de direitos sociais, nesse sentido, faz-se necessária, assim como entendimentos sobre a constituição e o engajamento do Movimento Negro no Brasil, a compreensão da relação entre universidade e estudos sobre história de África, diáspora africana, políticas afirmativas e outras questões envolvidas com a participação negra efetiva na sociedade.

Este trabalho visa, assim, a analisar e compreender contextos culturais, educacionais e sociais nos quais o Movimento Negro esteve envolvido, buscando compreender como escola e outros espaços educacionais como espaços de constituição da cidadania. Para tal, pretende investigar sua história, que parte do reconhecimento de sua atuação, efetivada no meio acadêmico a partir de 1950. É importante, nesse sentido, ressaltar a criação de centro de estudos em universidades, que se constituíram como espaços e momentos de reflexões sociais, importantes na mudança paradigmática do perfil universitário no país: de acordo com a pesquisa *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada em novembro de 2019, o número de estudantes brasileiros nas universidades públicas chegou a 50,3%.

- Investigar a militância negra, compreendendo suas conquistas e seus desafios;
- Analisar documentos oficiais, buscando entendimentos sobre políticas afirmativas;
- Entender repercussões da militância negra em espaços escolares.

Para proceder a pesquisa, serão utilizados pressupostos da pesquisa quali-quantitativa, uma vez que análises de documentos, assim como elaboração e aplicação de questionamentos serão realizados no decorrer da pesquisa.

Esta pesquisa, ainda em sua etapa inicial num programa de Doutorado, espera confirmar a hipótese de que a atuação da militância negra no decorrer, principalmente, dos últimos 70 anos no Brasil, refletiu-se em políticas afirmativas e em mudanças nos espaços educacionais.

PALAVRAS-CHAVE

educação, militância negra, políticas afirmativas, cidadania

A SERVIÇO DE SUA MAJESTADE IMPERIAL: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL DE HERCULANO FERREIRA PENNA (1842–1863)

Vera Nogueira

UEMG

Faculdade de Educação da UEMG

Esta comunicação apresenta resultados da pesquisa que venho realizando sobre as políticas públicas para a instrução primária na província de Minas Gerais, no correr dos anos de 1834 a 1889. O objetivo deste texto é analisar a atuação do professor Herculano Ferreira Penna (1811-1867), no contexto da presidência de província, destacando as características e estratégias de sua administração, e, de modo mais detalhado o tratamento conferido à instrução pública nas províncias por ele administradas. Integrando o quadro da elite política nacional responsável pela consolidação da unidade do Estado Imperial, Herculano se destacou na prosopografia dos presidentes que governaram Minas Gerais, por ter administrado 40% das vinte províncias do Império brasileiro, a saber: Minas Gerais (1842 e 1856), Grão Pará (1846 a 1848), Espírito Santo (1845 a 1846), Pernambuco (1848), Maranhão (1849), Amazonas (1853), Bahia (1859 a 1860) e Mato Grosso (1862 a 1863). Tomando como fontes as Fallas e os Relatórios, apresentados por ocasião da instalação da Assembleia Legislativa Provincial e da transição de governo, buscamos compreender os discursos de Herculano na relação com o seu lugar de produção: a presidência de província. A proposta de analisar as decisões relativas à instrução pública na relação com jogo político imperial, decorre da compreensão de que a educação, por se constituir como um campo de disputas se inscreve nas relações múltiplas de poder. Tal entendimento nos leva ao diálogo com a Nova História Política que considera, além da política em seu sentido tradicional, as diversas práticas discursivas associadas ao poder. Os discursos proferidos, ao longo das várias administrações de Herculano, nos permitem conhecer o que ele pensava e defendia como sendo elementos indispensáveis ao bom andamento da educação. Por meio de seus diagnósticos e propostas de melhoramentos da instrução pública, vai se consolidado um projeto de educação que caminha concomitante ao processo de consolidação da Nação. Herculano defendeu uma finalidade para a instrução, questionou a falta de regulamentos, os métodos, a materialidade das escolas e, principalmente, fez severas críticas à vitaliciedade dos mestres. Encarnou o ideal de autoridade máxima da administração provincial por seus predicativos profissionais, além de sua maleabilidade política, forjada nos variados espaços de sociabilidades e de formação político-cultural que frequentou, ao lado de políticos experientes e com forte inserção no cenário político provincial e nacional. Tais características podem ter contribuído para preencher as lacunas relativas ao desconhecimento que tinha das províncias administradas - com exceção de sua província natal, Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE

Presidência de província, Instrução pública, Império brasileiro, século XIX, História da Educação

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE EM FINAIS DE SÉCULO. O PAPEL DAS REFORMAS DA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA E COIMBRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Carlos Fernando Teixeira Alves

CHSC-UC

Na segunda metade do século XVIII, a Europa assistiu a uma onda de reformas universitárias que transformou várias universidades. Esta terceira vaga de reformas foi mais impressionante no Sul da Europa (mas também na Europa Central) e constituiu uma resposta notável à nova mentalidade em que os governos assumiram a responsabilidade pela educação dos cidadãos. Esta apresentação pretende fazer uma comparação entre dois projetos distintos de Universidade, procurando sempre respeitar uma matriz cristã, mas procurando simultaneamente introduzir novas ideias. A “nova universidade” teria então de procurar conjugar saberes tradicionais – Teologia – com outros mais recentes – Filosofia – e dentro de cada uma das suas Faculdades, tinham de decidir eliminar velhas cadeiras – Filosofia Natural – para ser possível introduzir outras – História Natural. Este trabalho terá dois momentos, o primeiro que procurará identificar as mudanças estruturais que as reformas universitárias provocaram – aumento da importância dos Claustros ou o reforço da posição do Reitor, por exemplo. Sintomáticas de um processo de dependência cada vez mais evidente de um poder central mais intervencionista – com um projeto claro para o ensino universitário, de cariz elitista e baseado numa série de saberes utilitaristas com fins economicistas. Em segundo, e para procurar provar a ideia anterior, a minha análise irá centrar-se nas alterações realizadas nas faculdades de Artes e Filosofia para, através de um novo curso, se preparar uma nova classe de profissionais capazes de provocar mudanças profundas no tecido comercial e industrial do país. Estes argumentos estão patentes em várias fontes correlacionadas com as reformas, sendo os Estatutos um documento de referência. Assim, partindo das ideias apresentadas procurarei identificar de forma comparativa as escolhas e trajetórias delineadas para promover uma reforma que para ser devidamente entendida, tem de ser incluída numa série de medidas que visavam a transformação das suas respetivas sociedades. Assim vou recorrer-me do Plano de estudos de 1771 de Salamanca e dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772; de correspondência trocada pelos reformadores portugueses e espanhóis; pareceres e outros documentos da autoria de alguns docentes.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade, Coimbra, Salamanca, Sociedade

EMANCIPACION, LIBERALISMO Y DICTADURA EN LOS INICIOS DEL SISTEMA EDUCATIVO EN EL PARAGUAY (1811 – 1841)

José María Hernández Díaz

Universidad de Salamanca

El interés por el tema proviene de la lectura, hace años, de la magnífica novela de Augusto Roa Bastos, “Yo el Supremo”, quien juega literariamente con la dictadura de Stroessner y la de Francia. La controvertida figura del Supremo Dictador Rodríguez Francia ha ido conduciendo a valoraciones, muy dispares a veces, sobre el papel político educativo y cultural que desempeñó durante su vida al frente de la naciente República del Paraguay (1811-1840), en el proceso de implantación de la independencia y de un nuevo ordenamiento político, incluido lo que se refiere a la instrucción pública, la educación y la cultura. La lectura de varios trabajos relativos al tema nos dejaba todavía más confusos e insatisfechos, y al tiempo atraídos por la nebulosidad de una etapa menos estudiada y conocida en la historia educativa de la República del Paraguay.

Tal vez ese fue el motivo de atracción que nos encaminó al Archivo Nacional de Asunción para revisar documentación original, y poder así profundizar con más solidez en la pregunta por la aportación que esta etapa lejana y oscura de la historia educativa del Paraguay nos estaba demandando. De esa manera, al mismo tiempo que algo más tarde contrastamos con otros estudios más novedosos de planteamientos, podemos ofrecer una visión más ordenada y crítica sobre la aportación real, y propedéutica, desde el incipiente liberalismo a la educación pública del país que representan aquellos oscuros años del Supremo, el Doctor Francia.

Mostramos en este trabajo de investigación histórica cómo se gesta en Paraguay el inicio de su sistema educativo, en particular a través de la intervención de la figura del Dr. Francia, muy influenciado por las ideas reformadoras del movimiento de la Ilustración, y en particular de los políticos de la educación franceses y españoles de orientación liberal, como es el caso representativo de Jovellanos, inspirador de los primeros proyectos de reforma educativa en el Paraguay durante la primera mitad del siglo XIX. Al mismo tiempo, se constata y confirma la resistencia al cambio educativo que ofrecen los sectores más reaccionarios e inmovilistas tanto de los criollos paraguayos como de la Iglesia.

PALABRAS CLAVE

Paraguay, liberalismo, emancipación, educación, Dictador Supremo

POR UMA EDUCAÇÃO LAICA E LIBERAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM PORTUGAL: O VINTÉM DAS ESCOLAS E A MISSÃO ELIAS GARCIA

Nuno Martins Ferreira

Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Lisboa

Obra maçónica, inspirada no modelo da *Ligue d'Enseignement* francesa, a associação O Vintém das Escolas, cujo nome proveio do pedido de subscrição de 20 réis (um vintém) para ajudar a patrocinar um ensino laico e descentralizado, apareceu no dealbar do século XX, em Portugal. O Vintém das Escolas foi anunciado em 1898 e as bases para a sua fundação seriam apresentadas e discutidas durante a conferência maçónica ocorrida no Porto, em 1900, tendo surgido num contexto de radicalização do discurso e ação da maçonaria portuguesa contra o poder que a Igreja católica granjeava no campo educativo. Desde das últimas décadas de Oitocentos que o discurso liberal passaria de anticongreganista a anticlerical e republicano, o que se traduziria num conjunto de ações individuais ou coletivas com vista à implementação de novos modelos de educação. O tempo era o de pugnar-se por uma educação laica e liberal, livre das amarras da religião e influenciada pelo caso francês, nomeadamente com as leis escolares de Jules Ferry, que impuseram, na década de 1880, a laicidade na escola. O Vintém das Escolas, como outras iniciativas promovidas pela maçonaria ou por maçons a título individual, serviria como bandeira propagandística das ideias laicas contra o ultramontanismo, tendo criado diversas missões em várias partes do país (Lisboa, Porto, Coimbra, Figueira da Foz, Viseu, Funchal, entre outras localidades). A missão sediada em Lisboa, designada de “Elias Garcia”, geriria várias escolas, numa cidade que ainda hoje guarda na sua toponímia dois arruamentos, uma travessa e um beco, relembrando o Vintém das Escolas, mais especificamente na freguesia de Benfica.

O objetivo desta comunicação é o de resgatar a memória desta associação educativa de inspiração maçónica e trazer à luz a atividade desenvolvida pela Missão Elias Garcia. Para além de se fazer uma arqueologia da existência deste projeto educativo laico e liberal por subscrição na cidade de Lisboa, importa contextualizá-lo no seu tempo, sobretudo cruzando-o com importância da ação e do pensamento da maçonaria para a construção da escola republicana.

Este texto parte de uma investigação empírica, baseada em fontes documentais pouco exploradas no que ao olhar da maçonaria sobre a educação nacional diz respeito. Destacamos o Anuário do Grande Oriente Lusitano Unido, atas de conferências maçónicas e textos impressos relativos à instalação e funcionamento do Vintém das Escolas, sobretudo relatórios e contas da Missão Elias Garcia, bem como pareceres de conselhos fiscais.

Em tom de conclusão, podemos afirmar que o projeto do Vintém das Escolas foi a face visível da maçonaria portuguesa, sobretudo no que ao campo da educação diz respeito. Contudo, esta associação conheceu problemas relacionados com o crescimento e manutenção das escolas de ensino primário que foram abrindo um pouco por todo país. Neste particular, o caso de Lisboa foi paradigmático das dificuldades em obter donativos e apoios para sustentar esta obra.

PALAVRAS-CHAVE

Maçonaria, Século XX, Portugal, O Vintém das Escolas, Missão Elias Garcia

“LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS EN CIUDAD REAL (CASTILLA-LA MANCHA. ESPAÑA) DURANTE EL PRIMER TERCIO DEL SIGLO XX: UNA MIRADA DESDE LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA”

Felipe Jiménez Mediano

Instituto de Educación Secundaria “María Moliner” (Segovia, Castilla y Leon, España)

El primer tercio del siglo XX supuso para España la transformación del sistema educativo más relevante de toda la centuria. Ésta comenzó con la nación sumida en una enorme depresión socio-económica que destapó las enormes carencias del país en toda su maquinaria de estado. Un país desigual, improductivo, anclado en el sector primario y extremadamente deficitario en educación. Ésta fue la protagonista de la transformación y desarrollo de España durante los primeros años del siglo; la educación. Se asumió, no solo que un país debía estar formado, sino que una población formada constituiría la base sólida y eficaz de la recuperación de todo un estado. En estos términos, varias instituciones escolares contribuyeron a construir una educación desligada de lo tradicional, contagiada por los nuevos preceptos que ya se estaban promoviendo en otros escenarios europeos o del continente americano. Poco a poco, estas transformaciones fueron llegando al sistema educativo público, configurando un nuevo modelo socio-educativo en uno de los periodos más prolíficos para la educación española: la II República (1931-1936/39).

En este contexto, el proceso no se desarrolló igual en todos los lugares del país. No puede compararse el transcurso de los hechos en una ciudad como Madrid o en otras de provincias, donde los cambios se producían más lentamente y las dificultades eran aún más acuciantes. Este es el caso de Ciudad Real, una ciudad, capital de provincia, que se vio afectada por la marea renovadora y transformadora que llevaron a cabo en Madrid figuras como Giner de los Ríos, Manuel Bartolomé Cossío, o José Castillejo. Sin embargo el impacto de esta tendencia fue por supuesto distinto, presentando características especiales que dan explicación al particular desarrollo de la Renovación Pedagógica española durante el primer tercio del siglo XX.

Lo que queremos analizar en este trabajo es la manera en que una ciudad tan pequeña como Ciudad Real, se deja influir de la corriente transformadora que España y en especial algunas comunidades, está poniendo en marcha durante este momento histórico. Lo analizamos mediante sus instituciones educativas, quienes sin duda nos sirven para estudiar cuál fue el proceso acaecido en esta ciudad en cuanto a las infraestructuras, las metodologías, los recursos, la organización escolar, etc.

Con este trabajo pretendemos aportar información, inexistente hasta el momento, acerca del alcance de estas medidas, en un entorno tan complejo y lleno de dificultades como es el de la pequeña ciudad manchega. Lo estudiaremos a través de sus escuelas, y de los principios de análisis como la educación intuitiva, el movimiento higienista o la educación integral.

Para ello hemos usado una metodología historiográfica basada en el trabajo de archivo, lo cual nos ha llevado a realizar una captación de datos históricos muy completa y compleja que ha dado lugar a un trabajo que responde por tanto a la cuestión de partida que afirma que efectivamente en un contexto diferenciado de Renovación Pedagógica, también se pusieron en marcha en esta capital del sur de Madrid.

PALABRAS CLAVE

Renovación Pedagógica, Innovación escolar, Instituciones educativas



EIXO II

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO
E CIDADANIA

CORREIO DA MANHÃ (1901 – 1974), UM “GUIA” PARA FORMAÇÃO DE SENSIBILIDADES

Renata Maria de Oliveira Neiva

Universidade Federal de Uberlândia

A proposta deste estudo é analisar como um dos jornais mais influentes do Brasil em grande parte do século XX — o *Correio da Manhã* (1901-1974) - contribuiu para a circulação das ideias de cidadã e de cidadania ao disseminar a formação das sensibilidades modernas e a formulação de comportamentos urbanos. Ao investigar os suplementos femininos do diário que era produzido no Rio de Janeiro, mas que era lido em todo o país, buscamos apreender de que forma a leitura recorrente de colunas e seções pode ter colaborado para a educação das mulheres urbanas brasileiras pertencentes às camadas médias e altas para um determinado tipo de *ser e estar* no mundo. Nosso objetivo é abordar de que maneira a educação para além das paredes escolares promove a aprendizagem de valores e normas, fazendo com que o indivíduo absorva o conjunto de preceitos que o faz habitar o mundo de modo próprio. Por meio do método crítico de análise de fontes, examinamos como a imprensa feminina - por apresentar um formato que proporciona leitura rápida e objetiva - pode ser considerada uma “parente” dos velhos manuais de civilidade que surgiram na Europa no século XVI. Considerados guias de condutas, esses compêndios tinham como finalidade o controle da fala, dos gestos e das manifestações. Regulavam, enfim, a “linguagem dos corpos” (Revel, 2009). Inspirada na História da Educação das Mulheres e na História Cultural da Imprensa, essa pesquisa investiga, portanto, a educação feminina por meio de um jornal de grande circulação nacional que buscou suscitar, entre mulheres, por um longo período do século XX, o sonho das utopias em comum. Assim, décadas após décadas, ao folhear as páginas de um dos mais prestigiosos impressos brasileiros, as leitoras foram informadas de que “o que importa é o que se vê”. Nas colunas *Receituário Doméstico: guia para resolver os problemas da vida doméstica*, publicada nos anos 1930, e *Enciclopédia do Lar*, encontrada nos anos 1950, às donas de casa das camadas mais abastadas era ensinado que “era preciso dominar a arte de saber fazer para saber ordenar”. Dessa forma, as seções sobre “boas maneiras”, que difundiam regras para alcançar o ideário de esposa-mãe-dona de casa, multiplicavam-se em títulos e ensinamentos que tinham por meta o domínio do espaço privado. “[...] para um (*o homem*), o trabalho da cidade e do campo, para a outra (*a mulher*), o agasalho da casa”, sentencia Vigarello (2006).

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Imprensa, Gênero

A UNIÃO UNIVERSITÁRIA FEMININA E A MILITÂNCIA FEMINISTA NA REVISTA *JORNAL DAS MOÇAS* PELAS LINHAS DE FLORA FERRAZ VELOSO

Priscila Dieguez

UNIRIO

O presente trabalho é um fragmento da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que tem como objetivo analisar uma das reportagens publicadas no ano de 1960 na revista *Jornal das Moças*. Assinada pela advogada Dra. Flora Ferraz Veloso, que também era colunista e articulista do referido periódico, a matéria *A Respeito da U. U. F.* apresenta aos leitores a União Universitária Feminina (UUF), uma associação composta por mulheres de ensino superior fundada em 1929. Tendo como pano de fundo a sociedade brasileira dos Anos Dourados, no final do governo Juscelino Kubitschek, a publicação envolve em seu texto temas que suscitaram o debate e o interesse feminino daquele momento histórico, indicando ser a União Universitária Feminina um espaço para a troca de ideias acerca da inserção social das mulheres no Brasil. No que diz respeito aos referenciais teóricos, sob a luz dos trabalhos realizados por Gomes (2002), Maram (2002) e Leopoldi (2002) foi possível entender a dinâmica da sociedade brasileira durante o governo JK, em termos políticos e econômicos, utilizando também as contribuições de Luca (2008; 2013) e Buitoni (2009) como suporte para situar os marcos que definiam a imprensa periódica feminina naquele período. Assim sendo, pelas linhas de Flora Ferraz Veloso, com base nos estudos de Nailda Marinho (2016) a respeito da UUF, foi possível perceber que a esta agremiação parecia se estabelecer como o meio encontrado por essas mulheres para se apoiarem e seguirem em busca do seu lugar, não somente no meio acadêmico universitário, como também na sociedade de maneira geral.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres, Jornal das Moças, União Universitária Feminina

A CRIAÇÃO DO MONTEPIO LITERÁRIO. PRINCÍPIOS E DISPOSIÇÕES MUTUALISTAS PARA PROFESSORES E HOMENS DE LETRAS (1813–1821)

Ana Araújo

Faculdade de Letras /Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura

A profissionalização da carreira de professor régio, a partir de 1759, e as constantes reivindicações apresentadas à Coroa por elementos deste grupo social acabaram por revestir uma expressão mais organizada, depois de 1813, com a criação do “Monte Pio Litterario”.

Esta associação mutualista, moderna nos seus propósitos e atuação, congregou professores e homens de letras. O termo que aprovou o compromisso do Montepio Litterário foi assinado, inicialmente, por pouco mais de cem indivíduos e apresentado à Regência do Reino e ao Desembargo do Paço, para consulta.

Analisamos, nesta comunicação, o longo historial de reivindicações e petições do Montepio Literário, o crescimento do seu número de associados e beneficiados, as críticas que esta agremiação enfrentou e o Manifesto que dirigiu às Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, após a Revolução de 1820.

PALAVRAS-CHAVE

Professores, Mutualismo, Revolução de 1820

SOB O MODELO DOS NÚCLEOS COLONIAIS: IDEIAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS DE AMÉLIA DE REZENDE MARTINS PARA EDUCAÇÃO DA MULHER OPERÁRIA (1918–1920)

Amanda Haydn

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mauro Castilho Gonçalves

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Este artigo examina o projeto cultural e de organização social denominado *Núcleos*, publicado pela escritora e militante católica Amélia de Rezende Martins (1877- 1948) em início dos anos de 1920. Mais especificamente, este texto trata de um projeto de ruralização do ensino e do trabalho feminino, que teve como objetivo a racionalização e distribuição das mulheres pelas atividades rurais e urbanas. Apresenta, sinteticamente, as principais propostas discutidas por Martins, entre elas, a questão do trabalho da mulher na classe operária, a mecanização do cultivo, o incremento da pequena lavoura e a valorização das escolas domésticas por meio da implantação de núcleos rurais estrategicamente localizados. A pesquisa fundamenta-se nos referenciais teórico-analíticos sugeridos por Sirinelli (2003), tais como: rede de sociabilidade, itinerário e produção intelectual. O objetivo aqui, é propor uma análise da ação histórica de Martins, pontuando a extensão sobre a qual se desenvolveram suas ações vinculadas à resolução da chamada “questão social”. Na pesquisa, são utilizadas algumas obras da intelectual produzidas no período e parte das suas correspondências trocadas com seus familiares e amigos, disponíveis nos Arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e do Centro de Memória da Universidade de Campinas (UNICAMP). A análise indica uma forte aposta de Martins na educação regional, na integração da classe trabalhadora em um programa de adestramento profissional, de educação moral e higiene coletiva. Uma proposta política, agrária e sanitária, mas também católico-educadora, que tinha como fito conter os fluxos migratórios para as cidades, vitalizar a produção rural e fortalecer a família pela propriedade do lar, pela educação salutar, moral e cristã.

PALAVRAS-CHAVE

Núcleos rurais, Educação, Mulher operária

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS: SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA BAIXADA SANTISTA

Alexander Marques da Silva

Universidade católica de santos

A Universidade Católica de Santos (Unisantos) está localizada em Santos/SP, uma das cidades mais antigas do Brasil e que abriga o maior porto da América Latina. Foi a primeira instituição de ensino superior da Baixada Santista e teve e tem grande importância na formação da sociedade dessa Região metropolitana. O objetivo desta pesquisa é apresentar aspectos da sua história: sua criação, finalidades e sua relevância para a educação e formação da cidadania dos habitantes no raio de sua atuação. A metodologia utilizada é a histórico-documental. Entende-se aqui o documento na acepção da Escola dos Annales — como tudo o que revela a ação do homem ou de grupos; portanto, os materiais de natureza mais diversas, fontes escritas ou não: iconográficas, memórias, testemunhos, objetos, etc. A metodologia histórico documental, com seus métodos críticos de investigação sobre as fontes é um procedimento metodológico decisivo, pois favorece mais credibilidade da pesquisa. Possibilita a dimensão do tempo à compreensão do social, a contextualização histórica e a observação do processo de evolução de indivíduos e grupos, de se compreender os antecedentes, como esse processo têm sido desenvolvido. Aqui neste estudo, a utilização de fontes mais diversificadas dá mais robustez às pesquisas de história oral (entrevistas, questionários), com pessoas que participaram do processo de criação da Universidade Católica de Santos. No processo de investigação e como resultado da mesma, pode-se concluir que a criação da Universidade Católica de Santos contribuiu de maneira evidente para a formação intelectual e acadêmica da sociedade santista, visto que diversos intelectuais e pessoas atuantes na política da cidade de Santos e região estudaram na Universidade. Outro fator a se destacar é a importância da mesma para a formação da cidadania dos santistas, uma vez que a Universidade disponibiliza diversos serviços para a comunidade, como atendimentos jurídico, psicológico, administrativo, entre outros. Tais serviços, além dos cursos ministrados pela Universidade Católica de Santos, buscam despertar e fortalecer a cidadania dos moradores da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Universidade Católica de Santos, Educação e Formação para a cidadania, Inserção na sociedade

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE VIDA: A CASA DA PROFESSORA LOURDES COMO ESPAÇO EDUCATIVO

Jose Cicero Pinto dos Santos

FPCEUP

Esta comunicação tem por objetivo narrar a história da professora Lourdes, uma educadora no Nordeste do Brasil. A narrativa é desenvolvida a partir de dados recolhidos por meio de entrevista realizada em dezembro de 2018 e de muitos ecos de experiências que tenho da casa. Nessa história contextualiza-se a casa da professora Lourdes como espaço educativo e lugar de memória. Nesse sentido utilizou-se as recordações sobre o espaço, o contexto e as relações que se estabeleceram na casa. O relato desta educadora nos faz compreender porque ela abriu sua casa e seu coração para filhos sem pais e crianças sem oportunidades. Duas crianças sem nomes e um “sem ter” foi o início de uma instituição por onde passaram mais de 3.000 mil crianças. A percursora, professora Lourdes, fala com emoção de como tudo começou e como encontrou nas crianças um novo significado para sua vida. Por não ter sido mãe biológica, Lourdes acolheu cada criança como se fosse filho de verdade. Para esses educandos, a casa da professora Lourdes, passou a ser o lugar onde a educação começava uma transformação sem volta na vida da própria professora e dos “seus meninos”, como ela mesma chamava-os. Muito mais do que apenas um espaço físico, a casa da professora foi um lugar onde relações sociais eram construídas e compartilhadas na convivência diária. Os fundamentos teórico-metodológicos utilizados para construção deste baseiam-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa com o método de narrativas e como técnica, entrevista individual semiestruturada.

PALAVRAS-CHAVE

Meninos de rua, Professora, Espaço educativo, Memórias

“DEMOCRACIA RESTRITIVA” VERSUS “DEMOCRACIA DE PARTICIPAÇÃO AMPLIADA”: OS COMUNISTAS BRASILEIROS E A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA (1945–1964)

Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Neste trabalho, aborda-se a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB, vindo a adotar a denominação de Partido Comunista Brasileiro em 1961) em sua luta pela hegemonia junto às classes trabalhadoras, com ênfase em seu esforço de organização popular e de educação política dos setores populares da sociedade brasileira no período de 1945 a 1964. Período marcado por intensas lutas sociais, abrangendo diferentes níveis daquela realidade histórico-social. Tanto na esfera da sociedade civil, como no interior do aparelho de Estado, embates e alianças contextuais se fazem presentes nos cenários nacional, estadual e municipal, expressando a correlação de forças entre as classes e frações de classe, assim como os projetos de modernização para o Brasil. Através da trajetória do trabalho educativo desenvolvido pelos comunistas brasileiros e as posições assumidas nos debates e embates educacionais, examina-se o campo de disputa entre várias propostas de sociedade, entre diferentes concepções do mundo, e as limitações impostas pela sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia, que desemboca em uma democracia restritiva ou um Estado autocrático burguês para contrapor-se a qualquer possibilidade de passagem para uma democracia de participação ampliada, que configura-se em uma luta prolongada pela cidadania por parte das classes subalternas. Por fim, a partir das ideias de Antonio Gramsci sobre hegemonia e intelectuais orgânicos, aborda-se a questão de qual deve ser a postura do historiador da educação diante da História Oficial — aquela elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia. Em outras palavras, ressaltar o papel dos intelectuais — e, em particular, dos historiadores e professores de História — junto aos movimentos populares, mas principalmente nas escolas, nas salas de aula e no trabalho de pesquisa histórica, no sentido de formar jovens questionadores, cidadãos que não aceitem o consenso dominante, que estejam dispostos a se contrapor à hegemonia dos setores dominantes.

Este estudo histórico procura seguir os norteadores teóricos legados pelos clássicos do pensamento marxista (Marx, Engels, Lenin, Gramsci), de acordo com os quais a história é vista como história da luta de classes, da luta pela hegemonia, que atinge de diferentes formas diversos aspectos da vida social, inclusive e especialmente, os processos educativos. Uma análise da história concebida como luta social. Os escritos de Antonio Gramsci revelam-se, porém, o referencial teórico e metodológico principal deste trabalho de investigação histórica. O conjunto de instrumentos analíticos formulados ou desenvolvidos por ele, cujo conceito de hegemonia pode estabelecer o nexo articulador com as demais categorias gramscianas, constitui um caminho para a compreensão dos fenômenos históricos no Brasil. Em particularmente, o período 1945 e 1964, marcado pelo instável equilíbrio entre o projeto dominante (modernizador e desenvolvimentista, ancorado na ideia de conciliação de classes, reformista) e os interesses dos dominados, que tal projeto afirma representar, os quais se mobilizam para ultrapassar os limites colocados por essa proposta.

PALAVRAS-CHAVE

hegemonia, educação política, comunistas brasileiros, democracia

DA INVISIBILIDADE DOS “CONDENADOS DA TERRA”: ENTRE O RACISMO EPISTÊMICO E O DIREITO À CIDADANIA

Aloísio Monteiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Julio Cesar Araújo dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Joanna de Ângelis Lima Roberto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O presente trabalho busca socializar nossas análises sobre a ambiguidade no reconhecimento da noção cidadania, na sociedade brasileira atual, assim como os reflexos e tensões na trajetória histórica recente desse conceito, no que diz respeito às populações periféricas, a partir do sistema educacional brasileiro. Nessa perspectiva, em que pese uma falsa ideia de aparente consenso e estabilidade, o reconhecimento de cidadania ainda é algo a ser construído cotidianamente na realidade brasileira. Ou seja, sua construção ainda é algo difuso, não identificado e definido *a priori* pelas elites hegemônicas. Na mesma direção, podemos afirmar que o momento vivido pela sociedade brasileira, reflete nossas dificuldades históricas sobre o conceito amplo de cidadania, onde de modo algum, podem excluir vivências, concepções políticas e lutas sociais. Nesse sentido, para propor uma educação para a cidadania na realidade brasileira, antes de tudo, faz-se necessário interrogar os pressupostos políticos presentes neste diálogo. Assim, no interior deste contexto, elegemos como base teórica o pensamento fanoniano, entrelaçado à noção de necropolítica, de Mbembe, onde vimos a compreensão das lógicas de violência, principalmente no que diz respeito à discriminação racial, presentes nos espaços escolares periféricos de nossa sociedade. A problemática da educação, frente a ausência de uma política educacional brasileira que articule saberes fora dos padrões ainda *eurocêntricos-coloniais*, reproduz a violência instituída a partir de um racismo epistêmico, levando à identificação do conceito de cidadania, ao “ideário de justiça necessária” do extermínio da população pobre, negra e periférica. Nosso empenho é oferecer, dentro deste escopo, uma análise do espaço escolar brasileiro, ainda fortemente enraizado sob elementos constitutivos das *Epistemologias do Sul* (Boaventura) e uma possível existência intercultural silenciada e invisibilizadas, onde “*outras*” concepções de mundo, tecidas por saberes e tradições culturais supostamente mais “autênticas”, podem pintar, em nossa tela social, quadros muito mais fidedignos, que as antigas cores e pincéis coloniais. Nessa perspectiva, o debate pós-colonial se faz presente, na medida em que a identificação da representação do conceito de cidadania, que gira no interior de uma sociedade periférica e racista, ainda se vincula à exclusão e a morte (esta tida, em sua maioria, como natural e muitas vezes necessária). Por fim, nos propomos apresentar estratégias e práticas pedagógicas, fundamentadas em experiências de trabalhos desenvolvidos a partir da Lei 10.639/03, do Movimento de Ações Afirmativas Anti-Racistas, em escolas da Rede Pública Estadual, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que segundo Fanon, necessariamente, se constitui como *locus* de representações hegemônicas e narrativas privilegiadas, onde há invisibilidades e ausências de falas, daqueles que podem ser identificados como: “*os condenados da terra*”.

PALAVRAS-CHAVE

Racismo, Educação Decolonial, Genocídio, Colonialidade

EDUCAÇÃO E CIDADANIA COMO PROMESSAS DO GOVERNO LEONEL BRIZOLA (1983–1987)

Luiza Silva Moreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Antonio Jorge Gonçalves Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o projeto de governo de Leonel Brizola e a educação se tornaram argumento na formação do cidadão. O período em foco refere-se ao primeiro mandato de Leonel Brizola à frente do estado do Rio de Janeiro (1983-1987), após abertura político-partidária brasileira. Um período de reconstrução nacional, de ebulição na política, com a retomada do espaço democrático na sociedade brasileira tanto na área política como na social, na econômica e na educacional. Nos discursos de sua campanha política, Brizola anunciava a valorização do direito à saúde, educação e bem-estar para todos, mas principalmente, para as camadas populares. Eleito através do voto popular, Brizola buscou ressignificar o direito de cidadania para os pobres, elegendo a educação como prioridade do seu governo. Para analisarmos a política educacional brizolista, utilizamos o acervo da Fundação Darcy Ribeiro com documentos referentes ao programa de governo de Leonel Brizola. Selecionamos cerca de 40 documentos que indicam as diretrizes para educação, as metas governamentais e as principais iniciativas da política. Como resultado da nossa análise, identificamos que o governo de Leonel Brizola buscava ressignificar o direito de cidadania para os pobres através da educação. Brizola tentou romper com uma estrutura conservadora de sociedade, e assumir uma ideia de que as camadas populares deveriam conhecer e exigir seus direitos. O pensamento era de equidade dos direitos civis e sociais para todos. Pretendeu criar um estado de assistência completa e elevar as camadas populares a uma situação de dignidade, de modo que pudessem através do conhecimento dos seus direito se emancipar. Neste sentido, o programa de governo brizolista investiu em iniciativas como a elaboração de um documento informativo sobre o direito do cidadão e num programa educacional que pudesse dar assistência completa para que alunos pobres pudessem progredir nos estudos. O primeiro documento chamado “Cartilha do Cidadão” tinha uma redação clara e objetiva, na intenção de informar sobre democracia, estrutura política-administrativa, partidos políticos, como tirar documentos pessoais e direitos humanos; e pela via da educação, escolhendo-a como prioridade em seu plano de governo, pois acreditava que a educação era o instrumento, para dar dignidade e garantir os direitos sociais das camadas populares. O programa educacional formulado e implantado durante seu governo foi os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Os CIEPs eram escolas que funcionavam como um centro, integrando atividades vinculadas à cultura, assistência médica e dentária, recreação, esportes e a outras atividades. Não se tratava apenas de oferecer instrução, mas de um programa integral emancipatório, de educação para a vida. Era preconizado o aprendizado linguístico, o reconhecimento da própria cultura e a formação de atitudes e hábitos. O aprendizado da língua culta, das atitudes e das informações básicas do funcionamento da sociedade foram pontos norteadores a serem trabalhos no ensino primário dos CIEPs. As ferramentas de mobilidade para as camadas populares era a aquisição dos instrumentos de luta na sociedade moderna e metropolitana.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Brizola, Cidadania, Educação, CIEP

LITERATURA, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: CORA CORALINA, UMA POETIZA NO INTERIOR DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PATRIARCAL

Ana Raquel Costa Dias

Universidade Federal de Goiás

Keides Batista Vicente

Universidade Estadual de Goiás;

Na década de 1980, em uma cidade colonial no interior do Brasil, uma senhora, com seus 80 anos de vida, é reconhecida pela mídia e a literatura com a publicação de vários livros de poesias que enfatizam o seu cotidiano, as práticas culturais patriarcais de uma sociedade e suas compreensões sobre a mulher e o espaço social que lhe é permitido ocupar. Cora Coralina, pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto, em junho de 1965, aos 75 anos de idade publica seu primeiro livro “O Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais”. Seu segundo livro “Meu livro de Cordel” é publicado no ano de 1976, no ano de 1979 toma posse da cadeira n.º 5 da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. Mas o reconhecimento da sua obra ocorre após seus livros despertarem elogios do poeta Carlos Drummond de Andrade no ano de 1980. A experiência de Cora Coralina com a literatura inicia-se em sua adolescência, na qual em parceria com a também escritora, Leodegária de Jesus atuam como redatoras do Jornal “A Rosa” no início do século XX na antiga cidade de Vila Boa, hoje conhecida como “Cidade de Goiás”. A fase entre a adolescência e seu reconhecimento como escritora é marcada por um longo período distante da sua cidade natal, e pela construção de vários conceitos patriarcais sobre sua imagem, pelos moradores da cidade. Nestes aspectos torna-se necessário compreender como a literatura elaborada como escrita feminina contribui nos processos educacionais que viabiliza o conhecimento histórico, e assim permite articular práticas de cidadania. Hoje a Cidade de Goiás é Patrimônio da Humanidade, título concedido pela Unesco no ano de 2001, e a imagem de Cora Coralina transita entre o reconhecimento nacional e internacional da sua obra, de forma que a compreensão de parte dos moradores da cidade sobre o seu passado de mulher é que ela não se adaptou as regras sociais do patriarcado. Nos dois casos temos a literatura como mediadora destas compreensões, e a escrita de uma mulher que analisa o seu tempo e resiste a ele. Posto isto, a produção literária de Cora Coralina é compreendida também como mediadora de relações educacionais e de história, sobre a formação social e política do Brasil no século XX, bem como de contribuição em projetos sociais que promovem cidadania. Isto é, algumas mulheres moradoras do Estado de Goiás, participam de um projeto denominado “Mulheres Coralinas” (com apoio da Organização Internacional do Trabalho) em que tem acesso a literatura, história e elaboração de peças artesanais, com isto muitas mulheres conseguem romper com processos de violência doméstica, visto a compreensão de seus direitos civis e a emancipação financeira com a venda de artesanatos.

PALAVRAS-CHAVE

Cora Coralina, Poetisa, Patriarcado, Cidadania, Emancipação

NARRANDO O FUTURO, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO

Justino Magalhães

UIDEF – Unidade de investigação e Ensino em Educação
e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Jerome Bruner (1915-2016), psicólogo-educador, formador e influenciador do pensamento pedagógico contemporâneo, desenvolveu uma ephisteme da narrativa na educação. As narrativas próprias, bem como as que progenitores, educadores, escritores, a humanidade adulta, levam à criança e aos adolescentes, contêm intencionalidade e são organizadoras da experiência humana (Bruner, 1991). A intemporalidade e a transversalidade das narrativas tradicionais tornam-nas motivo de recriação, ideação, transformação quanto a futuro. Existencialistas, culturais, simbólicas, as narrativas infantis representam e recriam a humana condição. Levando a criança a reconhecer-se, sair de si, sentir-se membro de uma comunidade, estas narrativas congregam passado, presente e futuro. Actualizadas e projectadas pelo efeito da narrativa, estas memórias comportam futuro e a prática imemorial de narrar é educação.

De modo análogo, as pessoas, as comunidades, as instituições são portadoras de memórias, que a história converte em narrativa e que a educação activa e (re)significa como (in)formação, vivência e experiência simbólica, pessoal e de humanidade, com sentido prospectivo. Património escolar, museus, arquivos, laboratórios, bibliotecas são locais e suportes da memória. Memória que reporta à materialidade, ao funcionamento, à evolução e que não se esgota no legado histórico. Das memórias escolares fazem parte as recordações, as biografias, as histórias de vida. Complexidade, local, estrutura, interacção, o institucional escolar surge representado no ideário, no historial e no efeito de instituição, assim efemérides, destinos de vida, memórias dos alunos, histórias de professores (cf. Magalhães, 2004). Todas estas narrativas comportam futuro, narrando-as e fazendo história, faz-se educação.

No curto e não menos incontornável ensaio “Memória, história, esquecimento”, Paul Ricoeur (2003), após sintetizar a dialéctica entre memória e história, transitando da memória matriz da história para a memória instruída pela história, analisa o que designa de fenómeno da memória, distinguindo as noções de reconhecimento, testemunho, recepção, esquecimento e também as de privação e trauma da memória. Também Roger Chartier (1998) lembra que memória e história não são sinónimos. Salienta que a memória é sustentada pelas comunidades, porque a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu ser colectivo, e que a história está inscrita na ordem de um saber «científico» universalmente aceitável.

A memória é condição de educação. Mas é como história que se converte em narrativa actualizada, significativa, universal. A educação histórica dá curso ao presente, tornando-o substantivo e crítico; interpreta e confere significado ao passado; assegura o futuro. Não há futuro sem passado. A historicidade é uma atitude educativa. É enquanto historicidade que museus, arquivos e memórias são determinantes para a educação. Como salienta Paul Ricoeur, a memória é instruída pela história, enquanto ephisteme, narrativa, currículo. A educação histórica é direito e é prerrogativa de que as novas gerações não podem ser alheadas. A educação é construção do futuro, dando curso ao presente, como interacção, interpretação, actualização e (re)significação do passado.

Procurarei sustentar e dar consistência às noções e perspectivas enunciadas; apresentarei aspectos de caracterização e de método sobre as memórias educativas e escolares; terminarei com algumas reflexões sobre memória e educação e sobre educação histórica.

PALAVRAS-CHAVE

Memória, História, Educação, Histórias de Vida, Educação Histórica

DISCURSO MÉDICO E A EDUCAÇÃO FEMININA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX: UMA LEITURA DAS TESES DE ALEITAMENTO MATERNO

Washington Dener dos Santos Cunha

Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Como forma de domesticação de um novo operariado cria-se a imagem da família nuclear, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante, que deveria exercer certa sedução no espírito do trabalhador. Surge um novo modelo de feminilidade: a esposa, dona-de-casa, mãe de família, a preocupação com os filhos.

A mulher como responsável pelos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, cabe a ela vigiar os horários do esposo, dos filhos, estar a par do dia-a-dia dos entes queridos. A esposa, mãe, dona de casa, mãe de família, vai ser a própria representação simbólica do ser assexuado. Tal comportamento se dá no momento em que a mulher passa a ser solicitada no espaço público. Isto foi o resultado das novas exigências da urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial.

Identificar as estratégias as várias estratégias do discurso da medicina para a consolidação de uma educação feminina.

Analisar as formas de disciplinar o corpo feminino através do discurso médico associado à educação da mulher dedicada à família.

Várias teses no decorrer do século XIX e início do século XX apontaram a “missão sagrada da mulher”: a sua vocação natural para a procriação e para a guarda do lar e da família. Tal discurso tinha como base a questão moral que procurava, através do discurso médico, moldar uma educação feminina de acordo com os países “civilizados”, pretendendo fundar um novo modelo normativo de feminilidade e, também, a instauração de um novo imaginário da família, ambos voltados para a intimidade do lar. O discurso médico vai ser o responsável pela condução da mulher burguesa à vida doméstica, utilizando-se da exaltação ao instinto natural e ao sentimento de responsabilidade. Por outro lado, vamos ter uma certa resistência feminina, que vai se dar através da não amamentação, da prática do aborto, da contestação do papel de “boa filha/esposa/mãe/dona-de-casa”. A partir da leitura das teses médicas sobre aleitamento materno, pretendemos identificar as várias estratégias médicas para implementar um modelo de educação feminina, capaz de romper e moldar a mulher entre o século XIX e início do século XX.

Não amamentar e não ser esposa-mãe significava desobedecer a ordem natural das coisas. Isto colocava em risco o futuro da nação, além da possibilidade da perda das recompensas naturais que só o casamento e a maternidade poderiam lhe oferecer: uma relação mais sólida entre os membros da família, o amor do marido e a mulher como dona de seu território.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Feminina, História da Educação, Século XIX, Século XX, Aleitamento

EXPANSÃO DA REDE E ARQUITETURA DAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS EM SÃO PAULO — DÉCADA DE 1940 A 1960

Karoline Santana Moreira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Daniel Ferraz Chiozzini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A partir da década de 1930, o Brasil apresentou uma demanda de criação de novos espaços escolares para o ensino secundário, mas que não conseguiu ser atendida em sua totalidade por diversos motivos, como baixo orçamento para a edificação de novas escolas e conflitos políticos entre a esfera municipal e estadual. Entretanto, a configuração dessa situação nos diferentes estados brasileiros e no estado de São Paulo ainda encontra como obstáculo a dispersão de fontes relacionadas à criação e construção de prédios escolares. A presente pesquisa tem por objetivo realizar, por meio da elaboração de um guia preliminar de fontes, o mapeamento e análise preliminar de documentação relacionadas à criação e edificação de escolas de ensino secundário, especialmente no final da década de 1940 até 1959, período em que vigoraram em São Paulo 3 (três) convênios escolares firmados entre o Município e o Estado para construção e reformas de prédios escolares e em 1960, quando é criado o Fundo Estadual de Construções Escolares — FECE, em consonância com o Plano de Ação do Governo Estadual. A pesquisa apresentará os principais arquivos públicos do Estado de São Paulo que abrigam fontes relativas à expansão da estrutura física e arquitetura escolar e posterior análise de parte da documentação de modo a identificar como se deu esse processo em termos políticos e administrativos. Para o mapeamento e elaboração do guia de fontes, será considerado os termos arquivísticos contidos em Bellotto (1996) e APESP (2018) e face a especificidade do tema proposto, Bencostta (2019) e Buffa (2002) serão utilizados como referência para o estudo da arquitetura escolar. Com relação a situação do ensino secundário no Estado de São Paulo, serão considerados os estudos desenvolvidos por Sposito (1992) e Souza e Diniz (2016).

PALAVRAS-CHAVE

Ensino secundário, arquitetura escolar, guia de fontes

PRÁTICAS EDUCATIVAS PELA LUTA DA CIDADANIA NUMA COMUNIDADE DE OPERÁRIOS NA CIDADE DE SANTOS: AS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

João Pereira Lopes

Universidade Católica de Santos — SP

Esta investigação faz parte de uma dissertação de mestrado em educação em curso. A presente comunicação tem como objetivo mostrar o trabalho das Missionárias de Jesus Crucificado, Congregação feminina, oriunda de Campinas (SP) que vem atuar em Santos no episcopado do seu primeiro bispo Dom José Maria Parreira Lara. Buscou-se evidenciar a ação política e educacional dessas freiras, em práticas que evidenciam direitos e deveres, em favor da emancipação de homens e mulheres como pessoa humana, entendendo que o sujeito alfabetizado tinha melhores condições de construir a sua cidadania, através de ações pela melhoria e qualidade de vida dos sujeitos, e sua família, nos bairros, nos locais de trabalho ou na escola (Freire, verbete cidadania, 2010). Utilizou-se o método histórico documental, abordando, sobretudo, livros de atas da instituição. Constatou-se abertura de uma escola no Morro de São Bento onde viviam os portuários e suas famílias. Nessa escola as mulheres e seus filhos aprendiam a ler e escrever e a confeccionar flores artificiais, bordados, contribuindo para o sustento da família e ao mesmo tempo lutando pela emancipação feminina. Com os operários tinham contato nos armazéns de café e ao final de sua jornada de trabalho na sua residência.

PALAVRAS-CHAVE

Práticas Educativas, Cidadania, Operários em Santos, Missionárias de Jesus Crucificado

DO MERCADO DE TRABALHO À ACADEMIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO EM PICOS-PI-BR

Mayara Sousa Ferreira

Universidade Federal do Piauí

Maria do Amparo Borges Ferro

Universidade Federal do Piauí

Treze de maio de 2002. A reunião movimentava cerca de 40 profissionais da comunicação com um objetivo: viabilizar a formação acadêmica em jornalismo no interior do estado do Piauí, Brasil. O foco: discutir estratégias e táticas para sensibilizar o reitor da Universidade Estadual do Piauí, à época Jônathas Nunes, sobre a necessidade da implantação do curso de Comunicação Social em Picos, situada no Semiárido, estratégica para 40 municípios vizinhos, entroncamento rodoviário para estados nordestinos, como Ceará e Pernambuco.

Faixas e cartazes tomavam o cenário, no pequeno Aeroporto Regional de Picos, sempre que o reitor se dirigia à capital do Sertão do Piauí para cumprir agenda administrativa. “Jornalismo já!”, “Queremos o curso de Comunicação Social”, “Senhor reitor, porque o senhor não implanta o curso de Comunicação Social?” chamavam a atenção do gestor imediatamente.

A mobilização para implantação do primeiro curso de Jornalismo do interior do Piauí partiu dos profissionais que atuavam no mercado de trabalho, na ânsia pela formação para se tornarem, de fato, jornalistas. Não foi uma decisão que partiu da universidade, o que torna essa trajetória peculiar. Assim, propomos interpretar a história e as memórias do surgimento do curso de Jornalismo em Picos, Piauí, Brasil.

Utilizamos a pesquisa documental (GIL, 2014) e a história oral (FERREIRA, 1998; GRAZZIOTIN; Almeida, 2012), com entrevistas semi-estruturadas com interlocutores que fazem parte dessa história, a fim de recordar acontecimentos marcantes, evocando lembranças individuais e coletivas para a construção do processo historiográfico.

Relatar a história e memória da gênese de um curso do interior do Piauí-BR tem relevância, porque é aquela história que, muitas vezes, paira no esquecimento, por não ser vista, nem problematizada. A valorização de um “pensamento abissal”, como diz Santos (2009), demonstra disputas entre aquilo que pode ser colocado como verdade científica.

A própria história por muito tempo se manteve centrada ao norte da linha. A abertura do campo, com o surgimento da “nova história” interessada em atividades que dizem respeito à humanidade é importante para rompermos essas linhas divisórias. “O movimento da história-vista-de-baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais” (Burke, 1992, p. 16).

A história cultural trabalha com a abrangência de atividades da humanidade, portanto, com abordagem interdisciplinar. Por esse ângulo, tentamos revisitar a história e as memórias do curso de Comunicação Social — Jornalismo, em Picos, dialogando com teóricos, como Burke (1992; 2002, 2008), Chartier (2010), Nora (1974), Halbwachs (2006), Catroga (2001), Lopes e Galvão (2010).

Queremos contribuir com o movimento “pós-abissal”, construção de saberes plurais, interacionistas, dinâmicos, que se interconectam ao pensamento crítico. Afinal, a história do curso em Picos merece ser registrada, analisada, compreendida, em nome do não silenciamento e esquecimento, colaborando com o deslocamento da “linha abissal” para uma “ecologia dos saberes”.

PALAVRAS-CHAVE

Curso de Jornalismo, Piauí, Comunicação Social

A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO PENSAMENTO DE FREI CAETANO BRANDÃO (1782 A 1789)

Adriene Suellen Ferreira Pimenta

Universidade Federal do Pará

Laura Maria da Silva Araújo Alves

Universidade Federal do Pará

Esse artigo tem como objetivo analisar a concepção de educação da infância no pensamento de Frei Caetano Brandão, na colônia paraense, no período de 1782 a 1789. Brandão foi nomeado para assumir o Bispado do Pará em 1782, por Dona Maria I, rainha de Portugal. Antes mesmos de chegar a Belém, capital da colônia paraense, enviou várias cartas ao clero local informando como desejava desenvolver seu plano de trabalho, dentre os quais tinha como objetivo educar a infância paraense. Como fontes norteadoras desse estudo utilizamos as correspondências do Bispo com a corte Portuguesa e as autoridades locais, que a representava, entre os anos de 1782 a 1789. Essas correspondências eram recebidas pelo Conselho Ultramarino e encaminhadas aos seus destinatários. O recorte temporal se deu devido ser 1782 o ano em que Brandão foi nomeado Bispo do Pará, e 1789 ser o período em que retornou a Portugal para assumir o bispado de Braga. Como suporte teórico traçamos diálogo com Del Priore (1999), Foucault (2010), Bellotto (2014), Algranti (2014), Sanfelice (2007), dentre outros autores que nos ajudaram a delinear esse estudo. No período histórico retratado o Pará era capital do estado que compreendia 4 capitanias sendo elas: Pará, Rio Negro, Maranhão e Piauí, cada uma delas com seu próprio governador, os quais eram subordinados ao governado geral do estado, que habitava na capital. O comércio local consistia, principalmente no cultivo e extração de cacau, salsa, parrilha, óleo de copaíba, café, açúcar, tabaco, algodão e couro. Esses produtos tinham como principal meio de transporte as Corvetas, embarcações da época que transportavam cargas do Pará para Lisboa, despachada no porto do Pará pelo juiz da alfandega. Foi esse contexto político e econômico encontrado por Brandão. Para ele a instrução e a ocupação eram as principais formas de transformação da população da colônia paraense e, sobretudo, dos religiosos que faziam parte do clero local. Concebia a educação como principal instrumento de inculcar e cultivar valores religiosos e morais, de forma que a infância era o momento essencial para essa inculcação. Via a ignorância e o ócio como origem dos maiores males, o que no Brasil era favorecido pelo clima quente. Esses males precisavam ser combatidos e era a igreja católica, na visão dele, que tinha esse papel. Para isso, era necessário conhecer os costumes locais para, então, realizar suas ações corretivas e educativas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, colônia paraense, igreja católica

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA, NO PERÍODO 1960–1975

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

Na década de 1960, sob influência da Carta de Punta del Este, que tratou dos objetivos da Aliança para o Progresso, em que se cuidava do desenvolvimento econômico e social dos países latinos, a Rede Municipal de Ensino de Curitiba, no Brasil, organizou a educação pública de forma a atender a esses objetivos. Nesse intuito, foram criados três Centros Comunitários, na região periférica da cidade. A proposta desenvolvida nos Centros era inovadora e se consubstanciava na educação comunitária, ofertando-se educação integral aos alunos e familiares e possibilitando-lhes a formação para a cidadania e a elevação do nível de renda. Cada Centro Comunitário possuía um Grupo Escolar, no qual se ministrava educação primária em horário integral de atendimento às crianças, além de diversos Clubes de Interesses, como Clube Agrícola, Clube de Recreação Orientada, Clube de Educação Doméstica, entre outros. Os professores nomeados para trabalhar nos Centros, contudo, se defrontavam com uma realidade diferente daquela para a qual haviam sido preparados nas Escolas Normais. Em face disso, percebeu-se que os docentes necessitavam de uma complementação na sua formação inicial, que não os havia preparado para atuar com as crianças das classes trabalhadoras. A questão orientadora da pesquisa, assim, foi investigar como era realizada a formação continuada dos professores que atuavam nos Centros Comunitários de Curitiba, no período 1963-1975.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar, do ponto de vista histórico, como era realizada a formação continuada dos professores que atuavam nos Centros Comunitários de Curitiba. Os objetivos específicos foram contextualizar a educação em Curitiba no período estudado; compreender o processo de formação inicial e continuada de professores que atuavam nos Centros; e analisar a formação continuada desses docentes à luz do contexto histórico e político em que ocorreu.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Teoricamente, a pesquisa apoiou-se em Nóvoa (1992), Gatti (2008) e Vieira (2010), entre outros. Foram pesquisados documentos relativos à Aliança para o Progresso, disponíveis no site da UNESCO, além daqueles relativos à educação local, encontrados no Arquivo Público Municipal de Curitiba e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Essas fontes foram questionadas, interpretadas e confrontadas para responder ao tema da pesquisa. O recorte temporal estudado tem início em 1963, quando são criados os Centros Comunitários de Curitiba, e finda em 1975, quando de sua transformação em Núcleos Comunitários.

Os resultados obtidos aprofundaram o conhecimento da história da educação do município, confirmando a existência de formação continuada de professores no período estudado. Essa formação ocorria devido à necessidade que os professores sentiam de caracterizar o aluno que estavam recebendo em sala de aula e de conhecer a comunidade na qual ele estava inserido. De acordo com as políticas educacionais no período estudado, havia o compromisso da ação escolar com a transformação da sociedade e, para que isso acontecesse, a Rede Municipal de Ensino de Curitiba investia na realização de cursos em diferentes áreas para capacitação docente.

PALAVRAS-CHAVE

formação continua

UMA ANÁLISE EM TORNO DOS ALUNOS(AS) E DAS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR FARROUPILHA (FARROUPILHA, RIO GRANDE DO SUL – BRASIL, 1938–1948)

Cassiane Fernandes

Universidade de Caxias do Sul

Esse texto se vincula a uma pesquisa concluída na área da História da Educação, que teve como objeto de investigação o Grupo Escolar Farroupilha, que consiste em uma escola pública primária, localizada no município de Farroupilha, Rio Grande do Sul, Brasil. Essa escola iniciou sua história no dia 27 de agosto de 1927, com a denominação de Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, a partir da reunião de duas escolas isoladas estaduais que existiam na área central da localidade. Vale lembrar que este foi um dos dois grupos escolares agrícolas instalados pelo governo gaúcho em tal ano. Ao que tudo indica, ele emergiu com a finalidade de ministrar o ensino primário e os conhecimentos práticos e rudimentares de agricultura para meninos e meninas da localidade. No entanto, ao longo dos anos seguintes, o Grupo Escolar Rural passou por diversas modificações em torno de seu processo histórico e educacional. Ele funcionou em espaços improvisados e teve outras nomenclaturas até ter a sua organização em um espaço próprio e planejado, o qual foi edificado em 1938, passando a denominar-se, oficialmente, como Grupo Escolar Farroupilha no ano de 1944. Além de investigar a emergência e a organização desta escola, a pesquisa realizada procurou compreender alguns indícios das culturas escolares, privilegiando a análise em torno dos sujeitos e de algumas práticas escolares produzidas no cotidiano do Grupo Escolar. Assim, partindo desta pesquisa mais ampla, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a análise realizada em torno dos alunos(as) e das professoras do Grupo Escolar Farroupilha entre os anos de 1938 a 1948, compreendendo a primeira década de sua trajetória institucional após a construção do novo prédio escolar. Para realizar esta narrativa, foram utilizados os pressupostos teóricos da História Cultural e História da Educação; e a metodologia empregada consistiu na análise documental histórica de fotografias e documentos escritos, como livros de matrículas (1930-1938, 1939-1943, 1943-1949), livro histórico dos professores (1940) e livro fichário dos professores (1940-1966), entre outras fontes localizadas no arquivo do Colégio Estadual Farroupilha (antigo Grupo Escolar). Além disso, foram consultados jornais, relatórios, regimentos e decretos em outros arquivos, assim como depoimentos orais realizados por outros pesquisadores com antigas professoras da escola investigada. Quanto aos resultados, destaco que o Grupo Escolar Farroupilha atendeu, ao longo de sua história, alunos de vários setores sociais. Em maioria, filhos e filhas de trabalhadores urbanos e agrícolas e, em menor escala, estudantes provenientes de famílias com maiores recursos financeiros. Eram crianças e jovens com ascendências diversas, de religião católica ou protestante, moradores do centro do município ou de bairros próximos. Em relação às professoras, foi possível observar um corpo docente formado unicamente por mulheres, com formação complementar e normal e, em sua maioria, provenientes da classe média da população, que ingressavam no magistério ainda muito jovens, assumindo, desde cedo, as responsabilidades do fazer docente e as representações do ser professora.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Grupo Escolar Farroupilha, culturas escolares, sujeitos escolares

REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL: UMA NOÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR EM MEADOS DO XIX

Kadine Teixeira Lucas

Universidade de Lisboa

A independência brasileira em 1822 levou à autonomia política sem, no entanto, constituir-se numa ruptura cultural. Ao contrário, é visível a existência de um intercâmbio e de uma reciprocidade entre intelectuais brasileiros e portugueses, e de iniciativas de um e do outro lado do Atlântico que pretendiam estreitar laços e buscar aproximações. Nesse sentido, identificamos a Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil (1857-58), idealizada e editada por António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite, como o primeiro periódico luso-brasileiro que se propõe a tratar da aproximação entre Brasil e Portugal pela via da educação. Considerando a notabilidade de Castilho na promoção da educação popular, sobretudo em função da autoria do Método de Leitura Repentina e da repercussão do mesmo e de sua defesa da simplificação ortográfica, procuramos analisar as ideias e propostas acerca da educação popular divulgadas pela revista em questão, sem menosprezar os interesses do impresso em propor uma “educação pública para Portugal e Brasil” e a possível relação entre tais interesses e a divulgação do método português de Castilho no Brasil. Pretende-se revelar o que se diz, produz, escreve, defende e divulga acerca da educação do “povo” — e os diferentes sentidos a ela atribuídos —, atentando ao fato de que a linguagem é elemento constitutivo de tal *prática cultural*. A noção de “utensilagem mental” cunhada por Lucien Febvre e mobilizada por Chartier ajuda-nos a analisar e compreender as representações sobre “educação popular” divulgada pela revista, entendida enquanto *produto cultural*, suporte material destinado a produzir, divulgar e fazer circular as concepções acerca da temática. É por meio de sua análise material que se depreendem as *estratégias* de produção, divulgação e circulação das ideias em questão, que reportam aos lugares de poder — mesmo que simbólicos — ocupados pelos intelectuais que nela colaboram, entendidos como *produtores culturais*. Tal análise, ainda em curso, vale-se do repertório teórico-metodológico da história cultural e da história intelectual na expectativa de desvelar as ferramentas de utensilagem de que se valem os editores da revista na construção de uma proposta de aproximação entre Portugal e Brasil por meio da educação popular.

PALAVRAS-CHAVE

práticas culturais, intelectuais, aproximações luso-brasileiras, imprensa, educação popular

RETRATO DEL DOCENTE MEXICANO EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX. DON JUSTO DE JOSÉ GÓMEZ ROBLEDA

Gustavo Adolfo Enríquez Gutiérrez

Universidad Pedagógica Nacional-Morelos, México

La ponencia aborda la narrativa social sobre el maestro mexicano en la formación de la ciudadanía en la década de los cuarenta a partir de la obra *Don Justo* (1946) de José Gómez Robleda. Los rasgos del docente fueron enmarcados por el proyecto educativo estudiado como “Unidad Nacional” durante la presidencia de Manuel Ávila Camacho (1940-1946). En esta etapa se enfatizaron los valores de integración de la patria a través de la escuela y del docente. El maestro fue el promotor de la visión del ciudadano mexicano a través de la explicación científica del mundo y la moralidad social desde el ejercicio pedagógico en el salón de clases.

Gómez Robleda fue médico-psiquiatra, funcionario de la Secretaría de Educación Pública e investigador en la UNAM. En 1940 dirigió el Departamento de Investigaciones Científicas de la SEP. En 1942 trabajó en el Departamento de Estudios Médico-Biológicos de la Escuela Nacional de Medicina. En 1947 fue miembro del Comité Coordinador del Partido Popular y en el mismo año fue su secretario general. En 1948 fue secretario del Comité de Educación Técnica de la SEP. En 1950 asumió la dirección del Instituto de Investigaciones Estadísticas de la UNAM. En 1952 fue subsecretario de Educación Pública.

Este contexto político, educativo y científico del autor y la obra permite entender el marco educativo de la enseñanza y el sentido general de la ciudadanía escolar. De esta manera, la obra da indicios sobre el educador como formador de ciudadanía. El propósito del trabajo es analizar la narrativa de *Don Justo* a fin de mostrar el modelo pedagógico ideal construido desde el proyecto educativo imperante y de la noción de ciudadanía sugerida en sus páginas. A través de la docencia, en este texto, se ve la fuerza de la laicidad en la enseñanza y la moral ciudadana descrita por *Don Justo*. Metodológicamente, la ponencia se organiza en tres apartados: 1) La formación ciudadanía en la mirada de Gómez Robleda, 2) El contexto escolar de la ciudadanía desde la docencia y 3) La clase escolar como formadora de ciudadanía.

Las conclusiones de la investigación son las siguientes: a) Los personajes que caracteriza Gómez Robleda en *Don Justo* representan un imaginario educativo de la escuela mexicana dirigida a la formación de la ciudadanía y sus valores acordes con el proyecto de la unidad nacional; b) el discurso educativo de *Don Justo* describe la enseñanza desde temas científicos, sociales y laborales que establecen una parámetro sobre la moral ciudadana y la racionalidad en la explicación del mundo y la vida; c) La formación de los ciudadanos mexicanos estuvo arraigada en un esquema pedagógico del respeto a las autoridades, el amor al conocimiento y el trabajo social en pro de la nación; d) la presencia del maestro como modelo de ciudadanía en la unidad nacional partió de principios de rectitud, pulcritud, amplia cultura, bondad y compasión, así como el desapego a los bienes materiales. Todos estos atributos conformaron el imaginario social sobre la ciudadanía mexicana desde la escuela y el docente.

PALABRAS CLAVE

ciudadanía escolar, docencia, modelo pedagógico, ciudadanía

CECÍLIA MEIRELES, A COLUNA COMENTÁRIOS NO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (1930–1933) E O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO ESPANHOL RODOLFO LLOPIS

Adão Aparecido Molina

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

Este texto discute sobre a atuação da escritora brasileira Cecília Meireles (1901-1964) no Jornal Carioca *Diário de Notícias* no período de 1930 a 1933, quando ela escrevia artigos sobre educação para a coluna *Comentários*, desse periódico. Na década de 1930, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, um grupo de intelectuais brasileiros, movidos pelo impacto das transformações socioeconômicas e políticas, reuniu-se em torno de discussões para a renovação da educação e do ensino. Intelectuais como Fernando de Azevedo (1894-1974), que liderou o movimento; Lourenço Filho (1897-1970); Anísio Teixeira (1900-1971) e a própria Cecília Meireles, foram influenciados pelas ideias do norte americano *John Dewey* (1859-1952) e do movimento europeu de renovação da educação que ocorria desde o final do século XIX. Esse ideal inovador ganhou força no início do século XX no Brasil, culminando no movimento chamado de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932. Com base em consultas de fontes históricas, o objetivo da pesquisa é mostrar a relação de Cecília Meireles com o movimento da escola nova no Brasil, além da contribuição de intelectuais espanhóis para fortalecer esse movimento. A coleta de materiais foi realizada na Biblioteca Nacional Digital — Brasil; no Jornal carioca *Diário de Notícias*; no Cedap — Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras — Unesp – Assis. Também foram realizados estudos na Universidade de Salamanca, na Espanha, sobre a obra do educador Espanhol *Rodolfo Llopis* (1895-1983), que esteve no Brasil em 1930 e proferiu conferências sobre as inovações da educação daquele período. Quando *Llopis* viajou para alguns países da América, na década de 1920, já tinha formada uma consistente concepção de educação, e em seus discursos, tanto políticos quanto pedagógicos, fazia-se perceber a por onde quer que passasse. Foi essa experiência e sua consciência político-educacional que *Llopis* trouxe para cá, quando aqui esteve. Tanto em Europa, assim como em Espanha e Brasil, era impossível separar educação e política, haja vista que as mudanças educacionais daquele período dependiam da vontade dos governantes, vontade que, muitas vezes, não existia nas pautas das decisões políticas. Os resultados da investigação apontaram que o compromisso de Cecília Meireles com a renovação da educação e do ensino, assim como o pensamento educacional de *Rodolfo Llopis* contribuíram para fortalecer o Movimento de renovação da educação no Brasil, cujas ideias estão contidas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932.

PALAVRAS-CHAVE

História, Educação, História da Educação no Brasil, Escola Nova

EDUCAÇÃO E CIDADANIA SEGUNDO O DISCURSO DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA DE LA BOÉTIE: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá – Paraná — Brasil

Conceição Solange Perin

Universidade Estadual do Paraná — Brasil

No início do século XVI, por ocasião da divulgação do texto *Discurso da Servidão Voluntária*, a Europa passava por profundas transformações sociais, políticas e culturais. Recentemente, o continente havia assistido ao surgimento dos estados absolutistas, o desenvolvimento da manufatura e o aprofundamento da divisão do trabalho entre o campo e a cidade. Nesse cenário, a obra de La Boétie (1530-1536) traz à tona as dificuldades com que os homens se deparavam em compreendê-las por que tinham conseguido, no âmbito material, romper com as estruturas da sociedade anterior, mas, no campo das ideias, conservavam-se vinculados às explicações mentais do medievo e, na concepção do autor, aceitavam com ‘naturalidade’ a servidão que ainda lhes era imposta. Em virtude desse entendimento, o autor parte da premissa que o saber constitui a condição para que os homens buscassem e lutassem pela liberdade. Para La Boétie, os animais lutam com veemência pela liberdade e até mesmo morrem por ela, “[...] dos maiores aos menores, quando são capturados opõem viva resistência com unhas, chifres, bico e pés para manifestar o valor que dão ao que perdem [...]” (2009, p. 39). Mas os homens não; eles aceitavam quase com docilidade a condição de servidão. Em face dessas considerações, o objetivo dessa exposição é analisar como La Boétie apresenta o conhecimento como condição para que os homens saibam e possam lutar pela liberdade e que ela é o único meio de se sentirem humanos. Para apresentar essa máxima, o autor retoma escritos da antiguidade, especialmente o princípio de cidadania apresentado por Aristóteles na *Política*. Tal como outros pensadores/intelectuais do início da modernidade, La Boétie faz uso de uma tradição de conhecimento produzido na antiguidade clássica. Por meio da recuperação da memória desse saber antigo ele elabora os argumentos para defender o conhecimento como princípio de liberdade e cidadania nos Estados que se constituíam e se consolidavam no início do século XVI. Assim, do mesmo modo que o autor ‘usa’ o saber de um tempo longínquo do seu para defender a liberdade como a base de humanidade e o conhecimento como esteio para a construção da cidadania nós, historiadores e educadores da educação, podemos recuperá-lo, no século XXI, e por meio da memória de seu escrito, conservar, ensinar e criar novos caminhos aos homens e mulheres do século XXI para salvaguardarem a liberdade e a cidadania como condições de civilidade e de educação. Para efetivarmos nossas reflexões, nos respaldaremos, nossos princípios teóricos metodológicos da história social apresentados por Marc Bloch (2001) e no conceito de longa duração apresentado por Braudel (2014).

PALAVRAS-CHAVE

Discurso da Servidão, Cidadania, La Boétie, Liberdade

OS AFRICANOS EM PÁGINAS ILUSTRADAS: PRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS CULTURAIS NA REVISTA *EU SEI TUDO* (1945–1958) APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ana Carolina Carvalho Guimarães

Universidade de São Paulo

Esta comunicação toma como fontes imagens e textos relativos aos africanos veiculados nas páginas da revista *Eu Sei Tudo* entre 1945 e 1958. Este magazine era editado no Brasil entre os anos de 1917 e 1958 pela Companhia Editora Americana a partir dos exemplares do original francês, a *Je Sais Tout* que, naquele país, foram publicados entre 1905 e 1939. Embora muito daquilo que os exemplares brasileiros apresentam sejam reproduções — integrais ou parciais — dos originais franceses, após 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial, é possível verificar uma mudança no modo como a revista brasileira representava a população africana. Nas páginas dessa revista ilustrada prevaleceu um olhar eurocêntrico sobre o mundo que, pautado em perspectivas culturais próprias ao imperialismo, produziu e corroborou imaginários repletos de estereótipos sobre diferentes países africanos e suas populações. Os ideais de civilização e cultura próprios ao mundo europeu, francês em particular, foram propagados em textos e imagens presentes na *Je Sais Tout* e na *Eu Sei Tudo*. A partir dessas convicções os territórios e populações africanas foram dados a ver ora como sinônimos de atraso, ora pelo viés do exótico. Entretanto, após o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito no qual o discurso nazista, fortemente enraizado nas teorias eugenistas, buscou justificar a superioridade dos alemães sobre os demais grupos étnicos e orientou a discussão sobre a África enquanto um continente atrasado, cuja população seria desprovida de civilidade, passaram a ser representadas de outra maneira — ainda que sutilmente. Nesta pesquisa, são usados como fontes os números da edição brasileira que compreendem o período de 1945 até 1958 para investigar quais mudanças ocorreram no tratamento conferido aos africanos com o fim da Segunda Guerra. Como referenciais teóricos de análise, adotamos o conceito de imaginário social tal como proposto por BACZKO (1985), fundamentamos a discussão sobre representação social de acordo com os estudos de MOSCOVICI (2003), além de outros autores que abordaram sobre as teorias eugenistas Souza (2005) e sobre imagens e fotografias (Dubois, 1993; Meneses, 2003).

PALAVRAS-CHAVE

Africanos, Representação, Imaginário Social, Revistas Ilustradas

CONSTITUINTE E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS DEBATES PROMOVIDOS PELA SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES (1987)

Isabela Sanchez

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

A década de 1980 no Brasil foi marcada por um intenso processo de redemocratização e abertura política. A construção da democracia e a retomada de sentido da palavra cidadania ganharam ímpeto popular com a mobilização da campanha “Diretas Já”, sendo que o auge do entusiasmo cívico passa pela instauração da constituinte em 1987 e a promulgação da constituição de 1988. Torna-se importante, desde então, refletir sobre a construção da cidadania, seu significado e sua evolução histórica, um longo caminho a se percorrer, como aponta o historiador José Murilo de Carvalho (2010).

A educação brasileira, parte integrante e fundamental deste caminho, foi tema de diversos dispositivos e debates no período. Essa pesquisa pretende compreender tais debates por meio dos sujeitos que os tornaram viáveis, analisando o processo histórico de constituição da constituinte e elegendo como objeto de estudos a Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, que nela atuou.

O objetivo principal é caracterizar os intelectuais atuantes nesta Subcomissão enquanto sujeitos históricos, situando-os diante dos debates e temas gerais que suscitaram e conduziram acerca da educação. A pesquisa apresentará a reconstituição e o mapeamento da rotina de reuniões da subcomissão, a fim de compreender a atuação destes sujeitos dentro da composição de forças políticas existentes. Apresentará também uma análise das interações entre os movimentos diversos da sociedade civil em audiências públicas e os agentes que compunham o legislativo, e que aprofundaram os debates propostos para a redação do texto constitucional.

As fontes documentais deste estudo são o Anteprojeto da subcomissão, as atas das sessões em plenária e audiências públicas, todos publicados nos diários da Assembleia Nacional Constituinte (DANC). Para procedimentos de pesquisa em relação às fontes primárias utilizaremos o tratamento contido em Bacellar (2008) e as referências de Backes, Azevedo & Araújo (2009) e Oliveira (1993). Para o entendimento do enfrentamento de interesses e blocos heterogêneos de poder e a compreensão da tensão corrente entre sociedade civil e a política institucional será estabelecido diálogo à luz de Gramsci (1982). Como referência para enfatizar o protagonismo do sujeito na história, além de Gramsci, utilizaremos as contribuições de Thompson (1981).

PALAVRAS-CHAVE

constituinte, intelectuais, subcomissão da educação, cultura e esportes, redemocratização, Brasil

A EDUCAÇÃO DE MENINAS POBRES NA AMAZÔNIA DOS SÉCULOS XIX E XX

Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo

Grupo De Pesquisa Sobre Gestão, Trabalho E Educação Carcerária/Gepgetec Maues De Lima Araújo (Brazil)

Universidade do Estado do Pará- UEPA

Gercina Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Pará- UEPA

Este estudo compõe a atenção necessária de pesquisadores que se propõem a dialogar sobre a educação de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil, mais especificamente, sobre a educação de meninas Amazônidas. Desde o seu nascedouro a criança precisa de atenção e cuidados, com alguém que possa ajudá-la ao atendimento de suas necessidades básicas como: alimentação, instrução e educação. Dessa maneira ela poderá desenvolver-se e, aprender como viver em sociedade. A assistência a infância pobre na Amazônia século XIX e XX, demarcadamente, foi uma condição para a sobrevivência de muitas meninas na região Norte do Brasil. Dentro desta concepção a sociedade Paraense se organizou com espaços destinados a acolher essas meninas (orfanatos, internatos), que eram destinados especificamente para cuidar de meninas pobres e desvalidas. Eram crianças que estavam a margem da sociedade burguesa a época. Neste sentido, nos propusemos analisar a educação de meninas pobres na Amazônia, nos séculos XIX e XX, identificando aspectos relevantes para a formação dessas meninas na Amazônia. Metodologicamente trabalhamos por meio de levantamento bibliográfico, analisando como se deu essa educação. Como fonte prioritária, recorremos a um levantamento de publicações de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFGPA) e, da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), no recorte temporal de 2005 a 2017. Nas análises foram selecionados quatro trabalhos que foram organizados em categorias, sendo elas: formas de abandono e práticas educacionais e disciplinares de meninas assistenciadas. Dos registros conclusivos temos que para muitas famílias que deixavam suas filhas aos cuidados de instituições caritativas e filantrópicas, a institucionalização significava proteção, garantia de vida, boa alimentação e uma educação vislumbrando “melhor sorte”. Do ponto de vista da proteção às meninas, isso representava o cumprimento de regras morais e cívicas. São recortes que demarcam a condição e a delimitação do lugar e papel da mulher na sociedade, idos do século XX, tão refletidos no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Meninas Pobres

A DIALÉTICA HISTORICISTA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Eliana Xerri

Universidade de Caxias do Sul

Bibiana I. G. Xerri

Universidade de Caxias do Sul

Propõe-se uma reflexão acerca da constituição da universidade brasileira como subordinada aos interesses econômicos da elite nacional, vinculada às demandas estrangeiras, desde seus primórdios. O privilégio elitista que era a educação ainda hoje é um espaço limitado à inserção das camadas subalternizadas. Logo no estabelecimento das instituições educacionais, foram permeadas de determinações autoritárias, o que repercute na organização hierárquica interna; assim, pelos critérios de exclusão e enrijecimento estatutário, as universidades configuram-se como antidemocráticas. Atendendo aos preceitos neoliberais ditados às políticas públicas dos países “em desenvolvimento”, essas instituições se tornaram cada vez mais privatizadas, focalizadas e precarizadas, enquanto isso, a Terceira Revolução Industrial altera constantemente o paradigma produtivo. Considerando as novas exigências do mercado de trabalho e de consumo, questiona-se a adequação das pedagogias arcaicas às novas demandas estruturais. A arquitetura mesma das instituições de ensino proporciona um isolamento, enquanto se exige um profissional multifuncional; o aligeiramento da formação, os cursos técnicos de utilidade momentânea, as modalidades flexíveis de graduação, criam a impressão de uma democratização do ensino superior, que, contudo, não significa a popularização do conhecimento social e historicamente produzido. A qualidade do ensino é medida por provas generalistas e avaliações quantitativas de acesso, mas não se questiona a validade ou propriedade desses cursos. Enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional concebe a educação superior como *locus* da produção de conhecimento, o fomento às universidades é progressivamente reduzido e beneficia-se a instalação de companhias multinacionais de ensino flexibilizado de conteúdo duvidoso. A pseudo-classe média, porém, se submete a qualquer qualificação que a distancie da grande massa proletária. É funcional ao Estado que não se desenvolva um corpo intelectual crítico (novamente, a despeito da proposta da LDB), tendo em vista que o questionamento da ordem vigente é impensável, pois poderia comprometer o processo de dependência estrangeira que acomete todos os setores nacionais: ao não incentivar a pesquisa e desenvolvimento científico, se reforça a subordinação às importações. Ao dificultar o acesso aos mais altos níveis de pós-graduação, os mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos recorrem às instituições fora do Brasil, retornando (ou não) com conhecimentos, muitas vezes, distanciados da realidade nacional. O aparato teórico e metodológico utilizado no presente artigo baseia-se no Materialismo Histórico-Dialético marxista, no qual as manifestações da realidade no nível *particular* expressam os movimentos *singulares* — uma dimensão mais abrangente da realidade —, que reflete a *totalidade* da superestrutura; ademais, a categoria da *historicidade* é essencial para compreender o movimento dialético dos processos, tendo em vista a tendência de reproduzir as organizações e acontecimentos já ocorridos no passado. Assim, optou-se pela metodologia da pesquisa qualitativa: para a revisão bibliográfica, foram selecionados artigos, cartilhas, livros, anuários; para a revisão documental, as leis e orientações normativas da educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, cidadania, ensino superior, história

O PENSAMENTO DE JACQUES MARITAIN E DE EMMANUEL MOUNIER NO CAMPO CATÓLICO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE PAULO FREIRE

Rogério Luiz de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento e Programa de Pós-Graduação em História, CNPq

O trabalho de pesquisa examina a força interventora de uma militância católica brasileira após a Segunda Guerra Mundial, impulsionada por uma matriz intelectual francesa e pelas experiências de vivência nos espaços de vulnerabilidade social. Paulo Freire, alvo específico da análise desta pesquisa, foi um desses militantes católicos dedicado ao campo educacional. Em sua obra *Educação como prática de liberdade*, publicada em 1967, Freire aplicou e formulou uma pedagogia da ação inspirada na filosofia política de Jacques Maritain e na filosofia da ação de Emmanuel Mounier, estabelecendo uma relação com a teoria marxista. Para melhor compreender esta movimentação dos atores sociais católicos e, em particular, de Paulo Freire na elaboração de um novo discurso pedagógico e de uma nova ação político-social no Brasil, o presente estudo mobiliza os conceitos de campo social em Pierre Bourdieu e de genealogia das relações de poder em Michel Foucault. São analisados documentos eclesiásticos, textos produzidos pelas lideranças católicas e obras de referência do humanismo integral de Maritain e do personalismo comunitário de Mounier utilizadas por Freire. Conclui-se que havia uma intencionalidade de converter e de formar um quadro amplo de agentes católicos engajados e militantes com o objetivo de consolidar um protagonismo social católico em torno das discussões sobre o desenvolvimento econômico humanista e por meio de uma educação libertadora. Freire assumiu essa sua parcela de responsabilidade participativa na busca pelo desenvolvimento social e pela humanização do mundo e dos sujeitos em condições de existência precária e de vulnerabilidade socioeconômica. Suas formulações, construídas a partir do aparato teórico da filosofia humanista cristã, foram importantes desde então, marcando não apenas a pedagogia brasileira, latino-americana e mundial, como também a própria história da esquerda latino-americana, sobretudo por sua vinculação com a democracia cristã e com os teólogos católicos da Libertação a partir da década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE

catolicismo social, pensamento católico francês, militância católica, Paulo Freire, educação libertadora

USOS E INTERESSES DA “CIDADANIA NA EDUCAÇÃO”: BRASIL PRIMEIRA REPÚBLICA (1889–1930)

Juliana Ribeiro Leite Soares

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Observa-se um uso frequente das expressões “exercício da cidadania” ou “construção da cidadania” nos principais documentos legais brasileiros sobre a educação, como o artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2011, o Plano Nacional de Educação de 2014 e a recente Base Nacional Curricular Comum (BNCC) de 2019. Essas expressões são vinculadas ao objetivo a ser alcançado no que diz respeito à educação e à formação das crianças e adolescentes do Estado brasileiro. É válido, assim, o questionamento sobre o que se subentende por cidadania. Por isso, a presente pesquisa de mestrado possui como objetivo geral a historicidade do termo “cidadania”, assim como suas variações etimológicas, verificando seus usos e significados referente à educação no período da Primeira República no Brasil, momento em que a escola toma um lugar referencial e essencialmente político (VALLE. 2002, p. 31), pois será o núcleo da construção de um novo povo, de uma nova nação. Os objetivos são efetuar um levantamento documental de periódicos, sobre educação, direcionados ao professorado da educação elementar, editadas no estado de São Paulo no período de 1889 a 1930, verificar o uso e a frequência do conceito de cidadania nesses periódicos, analisando seus significados, transformações e interesses de utilização por seus autores. No total serão dez periódicos. A pesquisa qualitativa abordará o conceito de “cidadania” no campo da educação a partir de uma perspectiva da história conceitual e pretende analisar criticamente as fontes, nas quais o emprego do termo acarreta consequências no ponto de vista social e político. Até o momento, a leitura de vinte e sete números da *Revista Nacional — nossa terra, nossa gente, nossa língua*, da Cia. Melhoramentos de São Paulo (1921-1923), evidenciou um menor número de utilização do termo “cidadão” em comparação ao termo “patriota” referente ao papel da educação na formação do indivíduo. A educação é majoritariamente associada à formação do “patriota” e não do “cidadão” o que mostra que nem sempre a concepção de cidadania era o objetivo por excelência da educação. Especificamente, os termos “patriota” e variações etimológicas são quarenta e uma vezes citados, enquanto que os termos “cidadão” são quinze vezes citados e termos derivados, como “civismo” e “cívico”, aparecem nove vezes. Dos quinze termos “cidadão” verificados, nove vezes são utilizados simplesmente para nomeação, cinco vezes o termo é associado ao indivíduo que será útil ao desenvolvimento e prosperidade futura do país e, finalmente, uma única vez, o termo é utilizado para apontar aquele que é crítico e analisa os fatos em sua volta. Os termos “civilização”, “civilizador”, duas vezes citados, são associados sempre ao aspecto de “espírito civilizador”, que trará progresso e desenvolvimento ao país. “Civismo”, “sentimento cívico”, “vida cívica”, “educação cívica” e “dever cívico” apareceram cada um uma única vez e sempre associado ao desenvolvimento da pátria e ao trabalho. O termo “pátria” e suas variações “patriota”, “patriotismo”, “patriótico” aparecem sempre associados a ideia de “servir à”, “utilidade” e “dever” ao país.

PALAVRAS-CHAVE

Primeira República, Cidadania, Brasil

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO DE HISTÓRIA LOCAL

Clara Freire da Cruz

Unidade de Investigação e Desenvolvimento Educação e Formação (UIDEF)
do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Esta intervenção enquadra-se num projeto de investigação que tem por objetivo contribuir para o exercício de uma cidadania ativa e para a construção de aprendizagens ao longo da vida, apoiado na exploração da memória e do património histórico local relacionados com a educação, o ensino e a escola em meio rural. Trata-se de um projeto pluridisciplinar, com uma forte componente de intervenção educativa e formativa, que enquadra as metodologias da abordagem histórica, etnográfica e sociológica da educação e que se desenvolve no âmbito das Comunidades Intermunicipais da Beira Baixa e do Médio Tejo. Os atores que integram o projeto são investigadores locais, nacionais, autarquias, escolas, centro de formação de associação de escolas e comunidades locais, mobilizados no resgate da cultura material e imaterial da escola em meio rural. A investigação desenvolve-se em torno de três grandes eixos, que são simultaneamente campos potenciadores de intervenções sócio-educativas: Eixo Memória; Eixo Património; Eixo Educação.

Nesta comunicação, enquanto investigadora das áreas da História da Educação, mas também das Políticas Educacionais, o meu contributo inscreve-se no eixo “Educação”, em concreto, na atividade de construção de um Currículo de História Local. Perspetiva-se a conceção e o desenvolvimento de uma proposta de currículo de História Local e Regional, numa dimensão interdisciplinar, direcionada para o 3.º Ciclo do Ensino Básico e para o Ensino Secundário. Parte-se do entendimento do currículo como uma forma de prática social, pensado em função de um contexto social concreto, envolvendo todos os intervenientes no projeto. Abre-se a possibilidade de criar dinâmicas educativas inovadoras, potenciando a cidadania ativa e a coesão da comunidade através de “redes de aprendizagem”, da partilha de experiências culturais e educativas no “espaço público de educação”.

Nesta fase exploratória pretendo ancorar teórica e metodologicamente a minha intervenção a partir de uma abordagem multidisciplinar que cruze as perspetivas da História da Educação, das Políticas Públicas e do Currículo. A partir destas três entradas analíticas pretendo i) equacionar teoricamente os contributos da história local, resgatados pelos eixos “Memória” e “Património”; ii) convocar esses contributos na perspetiva das políticas locais de educação, enquadrando-as na mobilização do conhecimento histórico para a intervenção educativa e formativa na escola e na comunidade, a partir de contextos formais e informais; iii) integrar todo o programa de construção do Currículo Local no contexto da “mudança de ótica curricular” defendidas por Políticas Curriculares que procuram harmonizar as prescrições nacionais com a autonomia das escolas e com as políticas educativas locais, valorizando as decisões curriculares contextualizadas.

Por fim, este exercício teórico e metodológico permitir-me-á estabelecer um diálogo interdisciplinar entre as diferentes abordagens teóricas, do qual resultará o mapeamento da literatura de referência e o planeamento do trabalho de campo.

PALAVRAS-CHAVE

*História da Educação, Políticas Educativas Locais, Currículo Local,
Redes de Aprendizagem, Espaço Público da Educação*

A EDUCAÇÃO MORAL DE MANOEL BOMFIM EM LIÇÕES DE PEDAGOGIA

Bruna de Oliveira Fonseca

Universidade de Minas Gerais

Manoel Bomfim nasceu no ano de 1868 em Sergipe, mas viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1932. Filho de comerciantes enriquecidos e donos de engenho, Bomfim se dedicou aos estudos em Medicina iniciado na Bahia e concluído no Rio de Janeiro. Não se distinguindo dos intelectuais de seu tempo, publicou livros, transitou pela imprensa e pelo funcionalismo público. Exerceu várias funções e cargos ligados à educação, dentre eles o cargo de diretor do *Pedagogium* e de professor na Escola Normal — atuando nas cadeiras de moral e cívica, pedagogia e psicologia. *Lições de Pedagogia* (1915), de acordo com seu prefácio, pode ser considerado como resultado da atuação de Bomfim como professor da Escola Normal, uma vez que o autor apresenta a obra como uma reunião de notas de aula. Manoel Bomfim, no referido livro, deu forma ao conteúdo programático estipulado pelas normas da escola, contudo acrescentou conteúdos e também expôs seus pensamentos a cerca da educação. Neste trabalho utiliza-se a terceira edição de *Lições de Pedagogia* (1926), publicada pela editora Francisco Alves. A obra apresenta 440 páginas sendo divididas em quatro núcleos temáticos (Doutrina geral da educação; educação do organismo; educação intelectual e metodologia e educação moral); dois prefácios — primeira e segunda edição; uma introdução e uma conclusão — intitulada “O problema da felicidade”. Partindo da premissa que a educação é a adaptação do indivíduo as condições da vida humana, Manoel Bomfim buscava apresentar um modelo de moralidade mais adequado ao seu tempo. Deste modo, a presente pesquisa centra-se na análise do capítulo *a educação moral* e da conclusão de *Lições de Pedagogia*, que se constitui na fonte principal, visando compreender qual a concepção de moralidade de Manoel Bomfim empregava como parte essencial da educação, quais valores eram reforçados, o que era repreendido, por fim, entender qual era o ideal de formação humana para Bomfim. A fim de alcançar o objetivo recorreu-se a História Intelectual como norteadora teórico-metodológica. Manoel Bomfim pode ser considerado um intelectual, pois ao longo da vida do sergipano, destaca-se sua transição entre o produtor de ideias, pensador engajado e o pertencente a espaços de poder. Destaca-se que a opção pela História Intelectual decorreu da necessidade de abarcar a análise do texto conectada com ao seu contexto, já que, para esclarecer o sentido intelectual de um escrito, é preciso relacioná-lo com os elementos externos (sintetizado na ideia fluida de contexto) e internos (estabelecidos a partir da crítica da fonte e sua interpretação). Especificamente para a análise dos excertos selecionados como fonte deste trabalho, agregou-se a contribuição de Galvão e Melo que utilizam procedimentos analíticos oriundos da análise de conteúdo, do discurso e da história do livro que permitem uma investigação mais meticulosa do texto — assim como o de seu suporte.

PALAVRAS-CHAVE

Manoel Bomfim, Educação Moral, Lições de Pedagogia, Intelectual, Livro Didático

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EXTRAESCOLAR DO MOVIMENTO ESCOTEIRO DO PIAUÍ: PRÁTICAS EDUCATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ DE CRIANÇAS E JOVENS

Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino

Universidade Federal do Piauí

Maria do Amparo Borges Ferro

Universidade Federal do Piauí

O Escotismo é um movimento educacional que, por meio de atividades variadas e criativas, incentiva crianças e jovens a assumirem o protagonismo de seu próprio desenvolvimento. Esse movimento investe na formação de valores e na adoção de práticas cidadãs, de modo a oportunizar, a seus participantes, experiências sociais solidárias e responsáveis. Com 110 anos, o Movimento Escoteiro tem feito parte da vida de milhares e milhares de crianças e jovens pelo mundo. No Brasil, o escotismo chegou em 1910, no Rio de Janeiro, trazido por um grupo de oficiais que fundou a primeira associação escoteira, chamada de Centro de Boys Scouts do Brasil, reconhecida no país como uma instituição extraescolar. Presume-se que, já a partir da segunda metade da década de 1920, tenham surgido grupos Escoteiros organizados nas principais cidades, graças ao apoio do governo de Minas Gerais. Foi graças à reforma educacional proposta por Francisco Luiz Campos, então secretário do Interior responsável pela área da educação do Governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada que o Movimento se consolidou não apenas no estado do Piauí, mas em todo o território nacional. Devido a esta reforma, havia a previsão da criação de grupos Escoteiros vinculados aos grupos escolares e destinados a difusão do Escotismo através da participação dos alunos matriculados nas escolas. O primeiro Grupo Escoteiro que se organizou no Piauí foi o Visconde de Cairú, atualmente, ainda na ativa. Temos também a Região Escoteira do Piauí, órgão máximo do Escotismo piauiense, filiada à União dos Escoteiros do Brasil (UEB) e a ela subordinada. Nesse contexto, surgiu-nos a seguinte problemática: Historicamente, de que forma o Movimento Escoteiro no Piauí tem contribuído com suas práticas educativas para formação cidadã dos sujeitos partícipes do movimento? A relevância científica da investigação encontra-se no fato de se considerar o Escotismo um movimento educacional, algo que tem sido pouco abordado e estudado pela historiografia brasileira e/ou piauiense. Portanto, o objetivo deste estudo foi destacar algumas das principais práticas educativas adotadas pelo Movimento Escoteiro do Piauí, voltadas para a construção de valores essenciais à vida em sociedade e para a formação cidadã dos escoteiros. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa histórica de natureza qualitativa, bibliográfica e de campo, por meio da Nova História, fundamentada em Burke (1991, 1992) e Le Goff (1998, 2003), entre outros. Usamos a história oral como recurso metodológico para a obtenção de informações junto aos sujeitos da pesquisa, acionando as memórias e experiências de dirigentes, escotistas e escoteiros sobre o passado e presente do Movimento. As ideias de estudiosos como Baden-Powell (1984); Costa (1990), Seligman (1997), Nascimento (2004), Silveira (2002 apud Manzatto, 2012), entre outros, serviram como arcabouço teórico para as discussões e análises realizadas. Os resultados da investigação demonstraram importantes contribuições das práticas educativas do Movimento Escoteiro para a formação cidadã de crianças e adolescentes ao longo da história.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, História, Movimento Escoteiro, Práticas Educativas, Cidadania

EL ESPÍRITU CRÍTICO EN LA ESCUELA FRENTE AL AUTORITARISMO. PRÁCTICAS DEMOCRÁTICAS DEL MOVIMIENTO FREINET EN ESPAÑA A PARTIR DE 1969

Alba María Gómez Sánchez

Universidad de Salamanca

En España, el movimiento Freinet de segunda hora retomó su actividad durante el tardofranquismo a partir del I Encuentro Peninsular de Técnicas Freinet celebrado en Santander (1969), un año después de la aprobación de la Carta de Escuela Moderna en el Congreso de Pau (1968). Entre otras cosas, la Escuela Moderna apostaba por (i) «una educación que fuera desarrollo y elevación, y no acumulación de conocimientos, doma o puesta a punto»; y (ii) «se oponía a todo adoctrinamiento». De acuerdo con estas bases, los maestros freinetianos promovían prácticas que ayudaran a la formación de personas con espíritu crítico. El debate era una de estas prácticas y consistía, fundamentalmente, en la confrontación permanente de ideas, investigaciones y experiencias.

De otra parte, democracia y participación son dos términos coligados, diametralmente opuestos a las características de la escuela tradicional: autoritaria e individualista. Podemos considerar que el debate es una de las formas más puras de participación y un eje clave en las democracias estables. En aquel tiempo, ceder la palabra a los niños en una escuela tradicional, y todavía franquista, era un acto democrático que enfrentaba el individualismo y autoritarismo de la escuela tradicional.

Esta investigación aborda tres cuestiones. La primera tiene que ver con el estudio del autoritarismo en la escuela, tomando el concepto «autoridad» como un concepto histórico, es decir, que tiene en cuenta el contexto de la sociedad donde tuvo lugar. En este caso, la «autoridad» servía para sostener y perpetuar la estructura *dominante-dominado* en la escuela donde el papel del niño era deseado e impuesto. La segunda cuestión profundiza en las experiencias de debate y se pregunta en qué medida estas prácticas contribuyeron a la formación de personas con espíritu crítico y participativas ¿fueron estos los inicios de un *microcosmos democrático* donde el aprendizaje tenía que ver también con la libertad y la responsabilidad social? Finalmente, esta investigación analiza las distintas dificultades que tuvieron los maestros Freinet para mantenerse firmes en sus principios, y de hecho practicarlos, compaginándolos con la rigidez de los programas oficiales.

El método de investigación se corresponde con el histórico-educativo, por lo que ha sido preciso la localización de fuentes —todas ellas originales, pertenecientes al archivo histórico del Movimiento Cooperativo de Escuela Popular— y selección de contenido, sometido posteriormente a una revisión rigurosa y, por último, a la hermenéutica.

Los maestros freinetianos combatieron el autoritarismo e individualismo en la escuela con prácticas democráticas. Sus iniciativas dieron respuesta a la urgente necesidad de un modelo de escuela distinto, fuertemente demandado, más acorde con el nuevo contexto político, económico y cultural que se respiraba en el país.

Una de las misiones de la educación popular fue la formación de ciudadanos con espíritu crítico. Para los maestros Freinet la escuela era un motor de cambio social que, unido a los distintos cambios de orden político y económico, transformaría la sociedad en una más libre y justa.

PALABRAS CLAVE

España, movimiento Freinet, educación popular, espíritu crítico, democracia

NAS TRILHAS DO FEMININO NEGRO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM COLÉGIO EM MINAS GERAIS

Amauri Carlos Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Instituto Santo Tomás de Aquino

Anderson Marinho Maia

Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte
Colégio Centro Educacional Mineiro

A relação religião e educação na formação do imaginário mineiro é constitutiva de demarcações históricas que necessitam ser compreendidas dentro de um contexto da necessidade de educadoras das primeiras letras em seus educandários. Ao estabelecer esta relação educação e religião foi pesquisada, na cidade mineira de Bonfim - Minas Gerais (situada no Vale do Paraopeba), a existência de um Colégio em regime de internato e semi-internato, dirigido por uma mulher negra do início do século XX até o término de suas atividades em 1945. A existência desse Colégio está presente no imaginário dos Bonfinenses, no entanto há uma ausência de documentação que comprove sua existência. Como era de se esperar um silêncio dos arquivos na trajetória do feminino esteve presente o que nos conduziu a recompor a história a partir da memória em seus fragmentos. Algumas indagações iniciais marcaram nossa pesquisa: Qual o diferencial desse Colégio no cenário mineiro? Como funcionava o Colégio? Como ocorreu a formação educacional de sua fundadora? Como explicar o funcionamento de um educandário misto no início do século XX? Que relação educativa se processava neste binômio: educação e religião? Para responder a estas indagações estabelecemos como objetivo geral construir e compreender a história e a memória deste Colégio para contribuir com mais um elemento emblemático da história da educação mineira, sua relação com a religião e especialmente a participação dos negros no espaço educativo. O caminho escolhido foi mediante duas abordagens: a primeira está circunscrita a partir do método histórico com procedimentos metodológicos que envolvem: levantamento de fontes bibliográficas, consulta de documentos no Arquivo Público da cidade de Bonfim — MG, no arquivo público Mineiro, Arquivo da Cúria de Belo Horizonte-MG, arquivo da Secretaria de Educação de Minas Gerais. A segunda, na utilização da metodologia da história oral em sua vertente temática com algumas ex-estudantes das últimas turmas do colégio. Os resultados parciais dessa pesquisa apontam para a presença de negros não tão invisíveis no estado de Minas Gerais como se tem afirmado. A situação que encontramos ao percorrer a origem e extensão do colégio e ao esculpir no tempo a memória de sua fundadora tem sido a de remontarmos na primeira metade do século XX a presença da religião nas instituições escolares compondo a formação de jovens negras. Foi necessário fazer um trabalho de ida às fontes e desentranhar a relação educação e religião discutindo a presença do negro nas instituições de formação. Essa pesquisa retrata a história de um colégio e de sua fundadora que nos abre pistas para compor, no campo da história da educação mineira, pesquisas que envolvam a problemática da formação do imaginário a partir desse binômio: Educação e Religião.

PALAVRAS-CHAVE

Educação.; Religião.; Feminino.; Imaginário.; Negro

UMA ABORDAGEM DISCURSIVA PARA INVESTIGAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, BRASIL (1937–2014)

Kemily Toledo-Quiroga

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Marcia Serra Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nesse trabalho, investigamos os significados que a Educação Ambiental veio assumindo, historicamente, em um espaço não formal específico: o Parque Nacional do Itatiaia (PNI), situado no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Partimos da criação do PNI em 1937 até seu Plano de Manejo de 2014. Ele é parte de uma investigação de mestrado que se articula com a pesquisa ‘História do Currículo e das Disciplinas: desenvolvimento e uso de uma abordagem discursiva para investigações no ensino e na formação de professores’ (CNPq e Faperj), ambas desenvolvidas no ‘Grupo de Estudos em História do Currículo’, no âmbito do NEC/UFRJ. Nelas, no diálogo com Michel Foucault e seus interlocutores no campo do Currículo (em especial, Thomas Popkewitz), vimos elaborando um modo de investigar a construção histórica de currículos formais e não formais, dando visibilidade aos embates em torno dos processos de significação que validam e hegemonizam certos conhecimentos em detrimento de outros, regulando a produção de subjetividades. Nesse processo, assumimos a História do Currículo como História do Presente, em uma perspectiva de desnaturalizar os acontecimentos passados como um suposto ponto de origem que culmina no presente, bem como retirar este último de uma posição de progresso, fruto de um processo de continuidade, entendendo-o em sua contingência histórica. Aqui, especificamente, nosso arquivo de pesquisa foi constituído pelos seguintes documentos/monumentos: leis e decretos federais sobre o tema; textos históricos, boletins, relatórios e planos de manejo do PNI; plano de Educação Ambiental e relatórios internos do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da instituição. Na análise, evidenciamos como o termo ‘conscientização’ participou da constituição daquilo que viemos significando como importante na constituição de um parque nacional. Afinal, desde que foi criado pelo então presidente Getúlio Vargas, a partir do Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, o PNI veio aglutinando argumentos de ordem política, econômica e turística, assumindo a visita pública como um importante modo de conscientizar os visitantes em relação ao uso racional da natureza. Entre 1943 e 1957, por exemplo, na administração do engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, o PNI já era enunciado como uma importante fonte de educação e cultura popular. Tal conscientização veio sendo significada por meio de enunciados conservacionistas e, posteriormente, críticos, todos participando de um sistema de pensamento no qual o ser humano precisa ser reintegrado à natureza, uma vez que dela se deslocou, tornando-se um agente de degradação. Para realizar essa tarefa, o PNI veio investindo em políticas internas — como a criação de um NEA em 1997 — voltadas para a diversificação do público a ser atingido no PNI. Em todo esse processo, vieram sendo produzidas atividades e materiais educativos centralmente voltados para a constituição desse outro sujeito, capaz de se reconhecer não mais em oposição à natureza, mas como parte dela. Assim, ainda que a Educação Ambiental seja assim nomeada apenas a partir dos anos de 1960, as condições que possibilitaram a sua enunciação vieram sendo historicamente produzidas em tempos e espaços como o aqui investigado.

PALAVRAS-CHAVE

História do Currículo, História do Presente, Educação Ambiental, discurso, Educação não formal

INTELECTUAIS MEDIADORES E PRINCÍPIOS FORMATIVOS DA NACIONALIDADE BRASILEIRA NA IMPRENSA ESCRITA: EUGENIA E HIGIENE MENTAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Maria Julieta Weber Cordova

Universidade Estadual de Ponta Grossa

O objetivo do estudo reside em compreender dimensões intelectuais de difusão de ideias eugênicas e higiênicas, tomando como foco de análise o campo educacional brasileiro. Parte-se do pressuposto de que por mediação cultural pode-se apreender elementos de intercâmbios e particularidades culturais, bem como de intervenções políticas e sociais nos processos que permeiam a produção, a circulação e diferenciadas apropriações de ideias, especialmente via imprensa escrita. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, utilizando-se de publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental e do Boletim de Eugenia, meio de divulgação do Instituto Brasileiro de Eugenia. A metodologia circunscreve-se, portanto, ao procedimento analítico de fontes da imprensa escrita, publicadas na primeira metade do século XX, no Brasil. A partir da análise discursiva das matérias publicadas na Liga Brasileira de Higiene Mental e no Boletim de Eugenia, foi possível mapear traços do perfil intelectual dos produtores da escrita em questão, tanto no que se refere à editoração quanto ao teor das matérias publicadas nestes dois órgãos de divulgação e de circulação de pressupostos eugênicos e higiênicos. Problematizam-se quais seriam as possíveis apropriações culturais de pressupostos raciais e seletivos no meio educacional brasileiro, tendo em vista que a própria nomenclatura da Liga Brasileira de Higiene Mental e do Boletim de Eugenia do Instituto Brasileiro de Eugenia, aponta para um projeto brasileiro de difusão com vistas a uma abrangência nacional. Dentre as matérias do Boletim de Eugenia, evidenciaram-se as que abordam sobre conferências escolares sobre eugenia, preparativos para o Congresso Brasileiro de Eugenia, métodos contraceptivos com vistas ao aperfeiçoamento racial, elencados a partir de proposições e conjecturas sobre o problema eugênico da população brasileira, progresso racial e sua relação com a questão do patriotismo. As publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental enfatizam a necessidade de fundamentação de diretrizes de profilaxia mental, atribuindo à educação relevante papel na formação escolar e familiar, com base em critérios sanitários e seletivos de aprimoramento genético e, por conseguinte, mental da população. Nesse sentido, são recorrentes as matérias que se voltam para programas de ensino e higiene mental, educação e higiene pública, higiene mental da criança, imigração e higiene mental, dentre outras que abordam sobre esterilização, degenerações raciais e proposições evolutivas da espécie. Como resultados do estudo, considera-se que os propósitos eugênicos e higiênicos pautaram-se por princípios formativos de nacionalidade, impulsionados por uma intelectualidade letrada, bem posicionada social e politicamente, tendo como um de seus objetivos centrais a circulação de tais ideias nos meios educacionais, atuando, portanto, como intelectuais mediadores. A relevância em se pesquisar objetos que tratam de pretensas superioridades culturais está em compreender que ideias de fundo racial e seletivo constituem-se em amálgamas de pensamentos autoritários, pois expressam enraizamentos históricos que reverberam na atualidade pela intolerância às diferenciações culturais, servindo-se, inclusive, de base para plataformas governamentais autoritárias.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais mediadores, Eugenia, Higiene mental, Nacionalidade brasileira, Imprensa escrita

EMERGÊNCIA E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SIGNIFICANTE 'CIDADANIA PLANETÁRIA' NO DISCURSO AMBIENTAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: INVESTIGANDO O TEMPO PRESENTE

Diego Ramires Silva Santos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

No trabalho, investigamos a emergência e construção histórica do significante 'cidadania planetária' em um discurso ambiental que se vincula ao pensamento educacional no tempo presente. Ele é parte de uma investigação de doutorado que se articula com a pesquisa 'História do Currículo e das Disciplinas: desenvolvimento e uso de uma abordagem discursiva para investigações no ensino e na formação de professores' (CNPq e Faperj), ambas desenvolvidas no 'Grupo de Estudos em História do Currículo', no âmbito do NEC/UFRJ. Nelas, colocamos em diálogo Michel Foucault e alguns de seus interlocutores no campo do Currículo (em especial, Thomas Popkewitz) com historiadores que nos auxiliam a produzir uma História do Currículo do presente (Reinhart Koselleck, por exemplo). Com tal perspectiva, buscamos entender a constituição histórica do referido conceito de forma não linear, valorizando a potência dos enunciados na produção dos conhecimentos e sujeitos da educação. Entendemos, portanto, que a história nunca foi uma unidade harmoniosa e que seus eventos tampouco acompanharam um encadeamento regido por uma sucessão de eventos que poderia ser remontada pelo historiador. Aqui, diferentemente, tomamos as produções acadêmicas sobre o tema como fontes de estudo privilegiadas para entender os movimentos que constroem, reatualizam e disseminam a noção de 'cidadania planetária' na área da Educação, em um movimento que produz as 'verdades' do ensino e da formação de professores. Na análise, evidenciamos a 'cidadania planetária' emergindo nos anos de 1970 como um conceito capaz de articular, a um só tempo, as questões ambientais e sociais, além de buscar romper com certas delimitações espaço-temporais ao significar os conflitos socioambientais de determinados países para além de suas fronteiras e histórias particulares. Para Barbosa (2013), por exemplo, a 'cidadania planetária' é um convite para pensar globalmente esse agir de forma local, assumindo que a superação da crise ecológica envolve, necessariamente, a superação das diferenças. Em tal movimento de articulação das questões ambientais, econômicas, sociais e culturais, o significante cidadania veio se equivalendo a outros, mais fortemente voltados para o pertencimento e construção subjetiva dos sujeitos, tais como o de 'identidade planetária' e o de 'consciência planetária', que emergem nos anos de 1980. Nesse processo, a noção de 'cidadania planetária' veio assumindo a produção de um outro mundo possível, capaz de ser projetado a partir de transformações tanto nas relações macroestruturais quanto nos processos internos de subjetivação. Entendemos que, na significação histórica desse conceito, permanece um modo de conceber a relação entre o ambiental e o social que é parte de um sistema de pensamento cosmopolita, no dizer de Thomas Popkewitz, o qual incorpora uma tese histórica na qual a razão moderna seria capaz de transformar radicalmente o mundo e as pessoas. Em tal sistema de pensamento, veio se produzindo um tipo específico de cidadão do mundo, capaz de ser produzido na escola por meio do desenvolvimento da razão crítica, em contraposição aos sujeitos 'outros' que, por fracassarem nos processos de escolarização, tornam-se perigosos ao sonho dessa 'cidadania planetária'.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania Planetária, História, Conceito, Meio Ambiente

“VERMELHO BOM, SÓ BATOM”: MULHERES CATÓLICAS EM MARCHA CONTRA O COMUNISMO, NA AFIRMAÇÃO DA DITADURA NO BRASIL (ANOS 1960)

Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O trabalho pretende analisar a ação de mulheres católicas dos segmentos favorecidos da sociedade brasileira, reunidas na Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), entidade fundada no Rio de Janeiro, em 1962. A Camde foi uma das diversas instituições que, em diferentes estados brasileiros, agruparam mulheres católicas em forte mobilização contra o governo do presidente João Goulart (1961-1964). Entre as manifestações de destaque promovidas por essas associações, dotadas de fortes vínculos com setores militares e empresariais oposicionistas, situaram-se as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que ocorreram em inúmeras cidades, com início em São Paulo (19/3/1964), contribuindo para a concretização e legitimação do golpe civil-militar. No Rio de Janeiro, ocorreu a “Marcha da Vitória”, promovida pela Camde (2/4/1964), marcada pela comemoração em torno do sucesso do golpe que havia deposto o presidente, em 31 de março. Nessas marchas, o anticomunismo foi fortemente acionado, constituindo-se em um ideário que aproximava movimentos diversos envolvidos na desestabilização do governo João Goulart. Esse viés, de ataque ao “perigo vermelho”, pode ser observado na palavra de ordem que dá título a essa comunicação, apresentada em faixas nas referidas manifestações. Mobilizando o temor da sociedade dirigido ao comunismo, cuja implantação, supostamente estimulada pelo governo, era anunciada como um perigo iminente, as mulheres em marcha manifestavam-se em defesa da Pátria, de Deus e da Família, valores que, segundo alardeavam, estariam sob ameaça naquele contexto. A atuação da Camde se estendeu para além de 1964, contribuindo para a afirmação do regime autoritário que perduraria no Brasil por duas décadas. Entre os eixos explorados pela instituição, nos anos seguintes ao golpe, incluíram-se ações educacionais, como a promoção de cursos e conferências enfocando aspectos diversos da realidade brasileira, dirigidos à formação das mulheres participantes do movimento. Ainda no campo da educação, a associação tentou interferir, junto aos governos militares, na afirmação de uma nova orientação para as políticas, defendendo a instauração de práticas escolares e universitárias depuradas de marcas consideradas subversivas oriundas do período anterior e a ênfase em valores cívico-patrióticos como elemento central na formação das novas gerações. Através do encaminhamento de propostas sintonizadas com o regime de força instaurado no país, a Camde confrontava-se com uma concepção de cidadania experimentada no Brasil em uma direção democrática que, expressa nos anos 1960, inclusive no âmbito educacional, conferia centralidade à escola pública, valorizando práticas renovadas em seu interior. Na mesma direção da democratização educacional, também durante o governo de Goulart, tiveram expressão movimentos de educação popular, apoiados nas ideias de Paulo Freire, que se tornaram alvo de repressão do regime apoiado pela Camde. Outro caminho trilhado pelas senhoras da associação foi o da filantropia, compreendendo ações educativas encaminhadas na direção de mulheres das camadas populares, também inscritas em seu projeto de combate ao comunismo. A base documental do estudo envolve fontes reunidas no fundo relativo à Camde, depositado no Arquivo Nacional, sendo ainda valorizados na pesquisa jornais de grande circulação e impressos católicos, no período situado entre o governo João Goulart e os primeiros anos do regime militar.

PALAVRAS-CHAVE

Golpe civil-militar de 1964, Ditadura militar, Marchas da Família com Deus pela Liberdade, Anticomunismo, Movimento de mulheres católicas

CÁRCERE AOS CORPOS LEPROSOS DA AMAZÔNIA: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO LAZARÓPOLIS DE MARITUBA/PA (1940–1970)

Moises Levy Pinto Cristo

Universidade do Estado do Pará

Jane Elisa Otomar Buecke

Universidade do Estado do Pará

Gercina Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Pará

Medo, conhecimento médico e cárcere aos doentes infectados pela lepra marcaram a política em solo brasileiro, de combate a lepra, que se alastrava em terras amazônicas, entre os séculos XIX e XX. Os hospitais colônias ou leprosários como eram conhecidas as instituições destinadas ao tratamento da lepra, emergiam com toda a força na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Eles traduziam os rearranjos políticos que arquitetavam, uma pátria desenvolvida, longe de todos os males sociais. Nesse contexto, foi criado o Hospital Colônia de Marituba, inaugurado em 15 de Janeiro de 1942, no Município de Marituba, no estado do Pará, aliado ao cenário de combate ao leproso. Espaço idealizado como uma micro-cidade era constituído por casas, pavilhões, hospital, igreja, escola, teatro, festejos e tantos outros espaços culturais. Ambiente de poder, foi responsável por cuidar do corpo, do tempo e da mente, educando cada pessoa que nele foi internado. Esta dominação institucional foi responsável pela formação do interno, que aprendeu afazeres do cotidiano e até mesmo uma profissão. O presente estudo visa discutir como Hospital Colônia de Marituba, espaço destinado a saúde, pôde revelar-se como uma instituição educativa, no período de 1940 a 1970. Metodologicamente trata-se de um estudo no campo da história oral. Utilizamos as narrativas de 2 ex-internos, o Jornal A Folha do Norte e o Estado do Pará (1942) e o Manual de Leprologia (1960). Como aporte teórico, dialogamos com Bosi (1998), Foucault (2014), Goffman (1974), Portelli (2016). Instituição amazônica destinada a saúde pública, e que será desvelada em meios as inúmeras práticas educativas responsáveis por moldar o corpo e a mente de centenas de vidas internadas compulsoriamente, permeada por uma política que buscava uma pátria desenvolvida.

PALAVRAS-CHAVE

Leprosário de Marituba, Lepra, Corpo, Memória

MOMENTO FEMININO: IMPRENSA NÃO PEDAGÓGICA COMO FONTE PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Caren Victorino Regis

Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O objetivo deste trabalho é apresentar como um jornal da imprensa não pedagógica pode revelar discussões sobre educação e infância. A minha pesquisa de doutoramento, em andamento, tem como objeto e fonte de estudo o jornal *Momento Feminino: o jornal para seu lar*, que foi criado em 1947 e teve seu fim em 1956, em que teve como direto por todos os dez anos, Arcelina Mochel, vereadora pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Dessa forma, o periódico supramencionado foi escrito por mulheres e direcionado a elas, mas além de fazer parte da imprensa feminina era um jornal de militantes. Ainda, voltando ao objetivo deste trabalho, podemos compreender como este impresso é um documento que pode revelar como mulheres e militantes da época debatiam e problematizavam a educação, nos fazendo compreender as representações de infância e escola que constavam no jornal. Assim, os discursos constantes por creches para mulheres pobres e campanhas por alfabetização de adultos, se alinhavam a recomendações de como uma mãe deveria cuidar de seus filhos. Logo, verificamos que a problemática sobre educação, sendo ela escolar ou não escolar, era predominante nas páginas do periódico, já que para as escreventes de *Momento Feminino*, a mulher tinha como missão educar. Portanto, este enredo nos leva a entender a importância dos estudos de gênero para a compreensão da história da educação. Por fim, trataremos Campos (2001), Chartier (1995), Cunha (1999), Delgado (2014), Perrot (2015) e Pinsky (2014) para estabelecermos esse diálogo sobre como um impresso não pedagógico - que é considerado como uma fonte de estudos para história das mulheres - é um potencial documento para compreendermos as reivindicações sobre escolarização formal e como a infância era representada nas décadas de 1940 e 1950.

PALAVRAS-CHAVE

Jornal Momento Feminino, História da Educação, imprensa feminina, imprensa não pedagógica

EL PENSAMIENTO DE SAN AGUSTÍN Y EL CONCEPTO MODERNO DE PEDAGOGÍA: UN ANÁLISIS DESDE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

Ania Quintero

Universitaria Uniagustiniana

Sergio Ramirez

Universitaria Uniagustiniana

La propuesta se presenta en el marco de un proyecto de investigación institucional denominado: *El pensamiento de San Agustín y el concepto moderno de pedagogía: un análisis desde la teología, la filosofía y la pedagogía*. Este proyecto tiene por propósito contrastar la noción *pedagogía agustiniana* que circula en escenarios académicos con el concepto moderno de pedagogía como disciplina, con el objetivo de establecer coherencia teórica entre una y otra.

El trabajo que se propone exponer en el congreso tiene como objetivo caracterizar el contexto histórico de San Agustín haciendo énfasis en las prácticas educativas de la época y en la revisión de sus principales obras y así establecer la relación del pensamiento de este filósofo con el concepto moderno de pedagogía, esto con el fin de analizar críticamente la expresión “pedagogía agustiniana”.

Para la metodología de esta investigación se ha optado por emplear el análisis cualitativo de contenido; pues es una metodología de investigación que busca aproximarse a la estructura de un mensaje, para entender sus componentes básicos y su funcionamiento. El análisis de contenido se realiza desde una perspectiva histórica que pretende describir cómo aparecen los conceptos referentes al campo de la educación y la pedagogía en determinado periodo, según fuentes primarias (principales obras de San Agustín) y secundarias (tratados sobre historia de la educación).

A manera de conclusión plantear que la expresión “pedagogía agustiniana” supone dos principales dificultades para el campo de la pedagogía: en primer lugar, emplear dicha noción de manera descontextualizada puede dar lugar a dos tipos de ambigüedad de carácter histórico; la primera, según se tiene registro, San Agustín (354-430) no refiere en sus obras el término pedagogía; la segunda, el concepto de pedagogía como teoría de la educación se constituye formalmente en la modernidad (siglo XVIII-XIX) bajo unas condiciones sociales específicas.

Frente al segundo desafío, hay que señalar que emplear expresiones como “pedagogía agustiniana” supone, por un lado, asumir la pedagogía como un fin instrumental de otros saberes, que en el caso del proyecto de investigación serían la teología y en la filosofía, obviando de la pedagogía su objeto de estudio, la sistematización de teorías e incluso sus propios límites. Por otro lado, desconocer el carácter autónomo de la pedagogía implica que los aportes específicos de otras áreas del saber y del desarrollo teórico de autores como San Agustín se desdibujen y no puedan emplearse como insumo para comprender aspectos puntuales sobre la educación y su historia.

PALABRAS CLAVE

historia de la educación, pedagogía, San Agustín de Hipona

CARTAS DE ANCHIETA – RELATO JESUÍTICO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Marlúcia Menezes de Paiva

UFRN

Úrsula Andréa de Araújo Silva

UFRN

O presente trabalho objetiva apresentar a experiência do padre jesuíta José de Anchieta no Brasil e se insere na História da Educação brasileira que, segundo Maria Cristina Piumbato Innocenti Hayashi (2008, p. 203), “é um campo pouco pesquisado na área de educação”. Está circunscrito em um período da História da Educação brasileira em que há uma lacuna de pesquisas e publicações, sobretudo em se tratando do século XVI. A vivência de Anchieta foi narrada em uma vasta e diversificada obra composta por cartas, poesias, gramática, peças teatrais e sermões. Sua entrada na Companhia de Jesus ocorreu em 1551 quando tinha apenas 17 anos. Após 3 anos, sua atuação no Brasil teve início. A interação com os índios foi imediata e a aquisição da Língua Geral deu-se em apenas 3 meses de convivência. Anchieta trabalhou ao lado do padre Manuel da Nóbrega e juntos realizaram avanços na empreitada da conquista metropolitana, representando o Período Heroico da colonização portuguesa no Brasil. Nesse sentido, trataremos conceitos como Política Atlântica, contexto europeu de disputas de mercados internacionais decidido nas rotas do comércio atlântico; Pedagogia Brasília, faceta pedagógica no tratamento com os índios durante os primeiros anos de colonização; Interculturação, que indica a troca entre europeus e indígenas e a convivência e o consequente aprendizado decorrido desse processo; fontes jesuíticas, obras que nos relatam as relações vividas nesse período. Para isso, utilizaremos a metodologia da análise de discurso respaldando-nos em Michel Foucault e Eni Orlandi de uma forma generalista e de forma mais focada na escrita jesuítica em Fernando Torres Londoño. Os resultados são iniciais, mas nos apontam uma perspectiva positiva da experiência e relação entre o padre e os indígenas.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação brasileira, padre José de Anchieta, Fontes Jesuíticas, Educação indígena, Análise de discurso

CONHECIMENTOS HISTÓRICOS E NOÇÕES DE CIVISMO NA ESCOLA PRIMÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO NO BRASIL (1890/1920)

Arnaldo Pinto Junior

Universidade Estadual de Campinas

Taís Temporim de Almeida

Universidade Estadual de Campinas

Esta comunicação tem o objetivo de problematizar as produções didáticas da Primeira República brasileira, destinadas ao ensino primário, que apresentavam os conhecimentos históricos na relação com a educação cívica, moral e patriótica. A ideia de cidadania perpassava os estudos acerca do passado e as lições de civismo, sendo abordada por textos e imagens impressas nos livros escolares infantis em consonância com os projetos político-educacionais defendidos pelos partidários do regime estabelecido em novembro de 1889. Dentre as inúmeras obras didáticas do período, buscamos analisar aquelas escritas por intelectuais renomados e professores de instituições escolares dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, regiões pelas quais tais sujeitos circularam, atuando política e profissionalmente. Ademais, grande parte das tipografias e editoras do país também estava concentrada nesses estados. Olavo Bilac, Manoel Bomfim, Coelho Netto, Julia Lopes de Almeida, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto e Francisco Furtado Mendes Vianna, como muitos outros autores, destacaram-se no mercado editorial vendendo livros em diversos estados do país. Notórios republicanos, trabalhavam, em suas obras, episódios da história nacional que atendiam tanto às demandas da escolarização quanto as perspectivas de mercado. Dessa forma, procuramos dialogar com pesquisadores dos campos da história da educação e da história cultural, para ampliarmos nossas análises acerca da escolarização primária, da editoração, circulação e apropriação desse produto cultural paradigmático, o livro didático. Marta Maria Chagas de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Diana Vidal, Alain Choppin, Kazumi Munakata, Roger Chartier e Robert Darnton subsidiam nosso estudo com aportes teórico-metodológicos fundamentais e instigantes ao avanço das reflexões. Considerando as especificidades políticas e o contexto sociocultural da Primeira República, procuramos analisar os conhecimentos históricos selecionados e suas relações com os temas cívicos e morais com vistas ao debate acerca dos projetos educacionais que idealizaram a adequada formação do futuro cidadão. Outrossim, a diversidade de configurações da escola republicana fomentou o trabalho com outras fontes documentais, para investigar a atuação de sujeitos, organização de órgãos públicos, circulação de ideias em espaços de sociabilidade e a produção de materiais didáticos, ampliando a compreensão das perspectivas de educação formal que nortearam a difusão dos preceitos desejados pelas classes sociais interessadas na estética da modernidade capitalista. Portadores de visões de mundo que atendiam determinadas aspirações sociais, os programas curriculares e livros didáticos da época estudada arquitetaram concepções culturais elitistas, como composições de um passado harmônico e um futuro promissor, uma sociedade sem conflitos e contradições, valorizando as ações dos grandes homens na constituição da nação. A reputação ilibada, a religiosidade cristã e a inabalável virtude moral seriam algumas das características que distinguiam o espírito daqueles sujeitos, exemplos a serem seguidos pelos estudantes brasileiros. Diante do exposto, a análise comparativa de livros didáticos produzidos e utilizados nos anos iniciais da Primeira República potencializa as discussões realizadas por pesquisas do campo, sobretudo ao tensionar as estreitas vinculações estabelecidas no âmbito dos processos formais de educação, com os valores políticos e religiosos defendidos por setores da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

História das disciplinas escolares, Ensino de História, Civismo, Cidadania, Livro didático

AS COLEÇÕES ARTÍSTICAS DA FACULDADE DE BELAS-ARTES DE LISBOA – UM REFLEXO DA EVOLUÇÃO DO ENSINO ARTÍSTICO EM PORTUGAL DESDE 1836

Alice Nogueira Alves

Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes,
Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA)

A Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa é detentora de várias coleções de objetos artísticos que abarcam as suas áreas dominantes: a Pintura, a Escultura, o Desenho, a Gravura, a Cerâmica, o Design de Comunicação, o Design de Equipamento e a Arte Multimédia, complementadas com o espólio legado pelo mestre Lagoa Henriques. Aqui encontramos muitos milhares de objetos que documentam a evolução do ensino artístico nos últimos 183 anos, desde a data da fundação da sua instituição antecessora, a Academia de Belas-Artes de Lisboa, até aos nossos dias.

Estas coleções são compostas por vários tipos de peças, entre as quais se destacam os trabalhos de professores e alunos, os trabalhos resultantes de concursos e de provas académicas, bem como os modelos, cuja utilização com fins didáticos é fundamental no ensino artístico. Por essa razão, o estudo da história destas coleções permite traçar um percurso do ensino de Belas-Artes, refletindo a sua evolução e as mudanças das práticas pedagógicas ao longo deste período. Esta informação pode ainda ser cruzada com a regulamentação que foi sendo produzida a nível legal e com os registos da ação inovadora de alguns professores que marcaram momentos de rutura, trazendo para a escola a novidade artística que se desenvolvia no mundo exterior.

O processo de inventariação e estudo que tem sido desenvolvido nas últimas décadas permitiu uma nova sistematização da informação que estes objetos proporcionam, possibilitando o estabelecimento desta evolução nas práticas de ensino através de objetos específicos.

De facto, através de uma análise histórica das coleções, conseguem particularizar-se alguns exemplos de objetos existentes nas nossas coleções que refletem estes momentos em que a entrada de um novo professor, que trouxe novas formas de pensar, educar e criar, marcou o ensino académico, sempre muito agarrado ao modelo clássico. Nesta comunicação, particularizaremos alguns casos refletindo sobre as inovações pedagógicas introduzidas no seio das Belas-Artes de Lisboa em vários momentos específicos dos séculos XIX e XX.

PALAVRAS-CHAVE

Património, Arte, acervos, pedagogia

POR UMA INSTRUÇÃO VERDADEIRA: REPRESENTAÇÕES DE EDUCAÇÃO NO PERIÓDICO *O APÓSTOLO* (1866–1883)

Eveline Viterbo Gomes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente artigo tem como tema a proposta de educação criada e veiculada pelo periódico católico ultramontano *O Apostolo*. Fundado pelo sacerdote José Gonçalves Ferreira no Rio de Janeiro, em 1866, o Jornal em pauta estava inserido no contexto ampliado de combate ao avanço do liberalismo por parte da Igreja Católica, uma vez que chancelado pelo Vaticano desde a década de 1830. “Consagrado aos interesses da religião e da sociedade” — conforme figura em seu frontispício —, os redatores de *O Apostolo* se dedicavam a difundir uma ideia de sociedade cuja base era a cristandade, a qual deveria ser cultivada não só pela Igreja e pela família, mas pela escola também, e com a chancela do Estado. Tal proposta confrontava com os avanços liberais na política nacional, representados, principalmente, pelo processo de laicização das instituições públicas, com especial atenção às escolas, cujo processo de laicização foi marcado por avanços e recuos ao longo da segunda metade do século XIX. Diante disso, o objetivo deste trabalho é identificar e problematizar os argumentos construídos em *O Apostolo* no ataque contra o que denominavam “falsa educação”, defendida e promovida pelos liberais para as instituições escolares brasileiras, atenta à instrução em detrimento da educação, e na defesa daquilo que definiram como “instrução verdadeira”, ou seja, um modelo escolar compromissado com uma proposição de cidadania fundamentada no catolicismo, em que instrução e educação são processos indissociáveis. Para isso, o olhar sobre a fonte foi orientado pelos conceitos de esfera pública e opinião pública, de Habermas, e a análise dos editoriais selecionados a partir da temática educação, escolarizada ou não, foi desenvolvida por meio da análise discursiva, donde emergiram representações de educação próprias do grupo intelectual que compunha o Jornal. Sob esses alicerces, foi possível concluir que os redatores de *O Apostolo* conceberam representações e práticas que esculpam uma proposta de “sistema de educação católico” compreendido por eles como sistema de educação brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

O Apostolo, Educação Católica, Falsa educação, Instrução verdadeira, Imprensa católica

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES QUE DEFINEM POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS: TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS

Damares Regina Alves

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Sandra Lima de Vasconcelos Ramos

Universidade Federal do Piauí

Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira

Universidade Federal do Piauí

No Brasil, na atualidade, temos assistido à construção de um novo panorama político, econômico e social. Todos os setores da sociedade parecem igualmente empenhados em garantir o avanço econômico do país. Contudo, o empenho em garantir maior justiça social e igualdade de direitos para todos deve ser condicionante para esse avanço econômico. O desenvolvimento de uma Nação só é realmente alcançado quando existe melhoria na qualidade de vida do povo. Num cenário político marcado por certo otimismo social, encontramos um número considerável de mulheres respondendo por pastas importantes, relacionadas aos direitos humanos, inclusive com poder de delinear políticas públicas nessa área. Surgem então os questionamentos: Quem são as mulheres por trás das políticas em defesa dos direitos humanos? O que marca a história dessas mulheres? Sabemos que a dignidade da vida humana somente pode ser garantida se, independente de raça, sexo, nacionalidade, idioma, religião ou qualquer outra condição, o direito de cada um (e de todos) for respeitado. Nem mesmo há como falar em cidadania, sem a garantia de direitos humanos. A presente pesquisa demonstrou sua relevância científica e social no momento em que abriu espaço para a história de vida de algumas dessas mulheres. Num meio de maioria masculina, como é o meio político, essas mulheres têm feito a diferença, demonstrando sua competência e garra, ajudando a construir um novo Brasil. Nessa perspectiva, no desenvolvimento teórico-metodológico da Nova História, nos fundamentamos em Le Goff (2003), e em sua explicação sobre a relação entre história e memória; e em Burke (1992), Félix (1998), Halbwachs (1990) e Meihy (2002), que nos possibilitaram apreender, na resposta das protagonistas dessa história, uma relação entre a memória individual e a memória coletiva. Tomamos o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos como um espaço dinâmico de inter-relações entre essas mulheres, enquanto sujeitos da pesquisa, e entre os grupos e estruturas sociais que fazem desse Ministério um espaço singular, de conflitos e aprendizagens igualmente singulares. Como recurso metodológico para produção de dados, usamos a história oral. Neste intuito, a pesquisa envolveu a entrevista oral, documentos escritos e memoriais de formação - que destacaram a importância da educação e formação profissional dessas mulheres para os cargos que ocupam -, entre outras fontes de pesquisa. Os resultados da investigação demonstraram a importância e a contribuição da participação da mulher na política e administração de órgãos públicos, principalmente no que se refere aos direitos da mulher e da família.

PALAVRAS-CHAVE

História e Memória, Mulher, Cidadania, Direitos Humanos

NOVAS PERSPECTIVAS PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE NEGROS DO BRASIL

Sirlene Ribeiro Alves da Silva

UERJ

Novas leituras da História da Educação voltadas para as Relações Étnico-Raciais (Barros, 2018; Santos, 2014; Silva, 2012; Fonseca, 2007) chamam a atenção para a diversidade de estratégias empregadas pelos grupos silenciados na escrita da história tradicional (Barros, 2018), desde a luta por inclusão na escolarização formal ao emprego de formas alternativas de educação, evidenciam como esses grupos subverteram os sistemas de exclusão. Silva (2012), argumenta que esses novos posicionamentos possibilitam reflexões sobre os espaços informais e práticas educativas difusas nas relações sociais, ampliando a concepção de educação, compreendida como “um amplo processo de socialização de indivíduos em uma dada cultura e espacialidade” (Silva, 2012, p. 183). No século XIX, a educação das classes populares também entra em debate no cenário nacional, como uma de modernização e de constituição da nacionalidade imperial (Gondra e Schueler, 2008), sendo um campo de intenso debate. A abolição da escravatura e os princípios republicanos trazem novos horizontes para pensar a educação popular, porém quem compõe essa classe, uma sociedade formada por uma maioria de negros, sejam eles, livres, libertos e escravizados? Dessa forma, esse trabalho se propõe a realizar um mapeamento de estudos que trazem essa perspectiva para a História da Educação, em duas principais revistas sobre a educação no Brasil, a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e a Revista Brasileira de Educação (RBE). Essas publicações são importantes fontes de divulgação e investigação para os pesquisadores brasileiros e internacionais que realizam estudos sobre a área. Apresentaremos o número de artigos que trabalham essa temática nos últimos dez anos, sua proporção em relação a outros assuntos, buscando evidenciar quem eram os sujeitos pesquisados? Como se deu a participação negra e feminina no processo educacional? Quais os caminhos possíveis para pesquisar este objeto? E quais os significados dessa perspectiva para a História da Educação. Isso permitirá realizar uma revisão bibliográfica desse momento histórico tendo como foco pessoas invisibilizadas no percurso educacional brasileiro, possibilitando a construções de novas narrativas para a História da Educação (Fonseca 2007).

PALAVRAS-CHAVE

história da educação, relações étnico-raciais na educação, educação de negros

UM ESTUDO DO IDEÁRIO CONTRACORRENTE DE MANOEL BOMFIM PARA A INTERPRETAÇÃO DE NAÇÃO: A RELAÇÃO DO PROGRESSO, EDUCAÇÃO E CULTURA EM SUA PRODUÇÃO ESCRITA DE 1905–1932

Marcela Cockell

UERJ

Manoel Bomfim (1868-1932) foi um intelectual brasileiro (escritor, médico, professor e político) engajado em sua autenticidade: era um intérprete e um observador do país, em especial, da transformação urbana, social, política e econômica que se desenvolveram a partir início do século XX. Suas críticas em torno dos atenuantes problemas sociais e educacionais existentes no Brasil também se voltaram para a América Latina, especialmente a partir de sua obra *A América Latina: males de origem* (1905). A obra, escrita na França, demonstra toda a preocupação do autor em relação à formação social brasileira de uma perspectiva diferenciada: do continente europeu enxergou o Brasil e a América Latina com outra silhueta, como se esta distância acentuasse o seu olhar em relação às suas proximidades latinas. Em seu ponto de vista, os latino-americanos, como os brasileiros, sofriam o que denominou “parasitismo social” em relação às nações ibéricas, estabelecendo uma relação de submissão entre classes dominadas e dominantes. Nesta obra, seu contradiscurso foi evidenciado ao ir de encontro à teoria do branqueamento e das etnias inferiores do povo brasileiro, afirmando que a questão do atraso não era um problema racial, mas social e que apenas a educação seria capaz de curar os atrasos sofridos pelo Brasil e as demais nações latinas. Consideramos esta obra como o ato inaugural do pensamento intelectual de Bomfim e permanecerá em seus escritos posteriores, até 1932 quando viria a falecer.

Este estudo, ainda em andamento, pretende compreender como a ação e o discurso deste intelectual foi se estruturando em contextos históricos de intensos debates sobre a educação, a identidade nacional e o progresso, marcando o seu pensamento e suas tomadas de posição. A partir do recorte proposto pela seleção de seus escritos (1905-1932) e amparado pelo movimento metodológico da análise micro-histórica (Ginzburg, 1987; Revel, 1998), seguiremos as pistas dos desdobramentos do pensamento de Manoel Bomfim, seguindo a trilha derridiana da desconstrução, numa perspectiva não totalizadora acerca das suas reflexões sobre as questões educacionais brasileiras, mas oscilante e marcada pela diferença e subversão em relação a sua contemporaneidade. Sendo assim, buscaremos nos escritos: *A América Latina: males de origem* (1905); *Através do Brasil* (1910); *Lições de Pedagogia* (1915); *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e Dizer* (1923); *Método dos Testes* (1924); *O Brasil na América* (1929); *O Brasil na história* (1930); *O Brasil nação* (1931) e *Cultura e educação do povo brasileiro* (1932) os matizes que fermentam e conectam as ideias do autor e também o seu engajamento com as possibilidades que configuram um sujeito, um intelectual e um projeto para o Brasil no campo da história da educação que se mostra contracorrente.

PALAVRAS-CHAVE

história da educação, identidade nacional, Manoel Bomfim

O PROCESSO DE INGRESSO DAS PRIMEIRAS MULHERES NO CORPO DISCENTE DE UMA TRADICIONAL ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MASCULINA BRASILEIRA (1987–1989)

Patrícia Rodrigues Augusto Carra

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

A presente comunicação objetiva apresentar o processo que resultou no ingresso das primeiras meninas na qualidade de alunas em uma escola de Educação Básica brasileira, tradicionalmente, masculina. O referido processo aconteceu na segunda metade dos anos 1980, em especial, no período de 1987 a 1989. A investigação possui cunho qualitativo e transita pelos campos da História da Educação, da História das Mulheres, da Sociologia e da Antropologia e utiliza a categoria gênero como auxílio para a compreensão de práticas escolares, ritos e decisões institucionais em relação ao trato do seu corpo discente. O fio de Ariadne deste estudo foi tecido pelas narrativas de ex estudantes do Colégio e de profissionais que atuaram na escola durante o espaço de tempo investigado. O texto que traduz o resultado da pesquisa apresenta, entre outros aspectos, as motivações e o contexto político, econômico e social determinantes para a decisão de transformar o educandário masculino em uma escola de ensino misto; a participação da comunidade escolar nesse processo, previsões de integrantes do Colégio sobre possíveis consequências da inserção de mulheres no corpo discente, assim como, a preparação da escola para iniciar sua trajetória na qualidade de educandário de ensino misto. A investigação, entre outros objetivos, analisou alguns aspectos da cultura escolar, buscou inferir o feminino e o masculino idealizado pela instituição e considerou a existência de diferentes masculinidades e feminilidades circulantes no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE

escola mista, escola masculina, colégio militar, educação feminina

A EXPANSÃO (CONTIDA) DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (1945–1961)

Marta Maria de Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Lília Letícia Ferreira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O trabalho é parte do Projeto de Pesquisa “Ensino Secundário no Brasil em Perspectiva Histórica e comparada (1942-1961)”, objetivando analisar as políticas de expansão do ensino secundário (ginásios e colégios) no Brasil em perspectiva comparada. O presente trabalho circunscreve-se ao ano de 1945 (término da Segunda-Guerra Mundial) ao ano de 1961 (ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). O trabalho histórico pertinente as estatísticas educacionais têm como objetivo elaborar quadros descritivos circunscritos a expansão do ensino secundário no Brasil. Os quadros descritivos analisam-se pelo procedimento histórico-comparativo conforme a orientação de Clarice Nunes (2001), que consiste em compreender e explicar as lógicas sobre as quais as singularidades e as diversidades se operam numa perspectiva mais global. No ano de 1945, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos divulgou alguns dados estatísticos produzidos pela *Divisão de Ensino Secundário* do Departamento Nacional do Ministério da Educação e Saúde Pública. Com os recursos da estatística, a expansão do ensino secundário estava, assim, descrita: Nos 20 Estados federativos e no território do Acre, existiam, mais ou menos, 827 instituições em nível secundário: 538 ginásios e 289 colégios, com um pouco mais de 200 mil alunos secundaristas. São Paulo colocava-se à frente com 230 instituições em nível secundário (139 com curso ginásial e 91 com cursos de ginásio e colégio); Minas Gerais (100 e 37=137); Distrito Federal (43 e 4=92); Rio Grande do Sul (61 e 14=75); Pernambuco (20 e 17=37); Paraná (12 e 16=28); Ceará (20 e 7=27); Bahia (17 e 11=28) e Rio Grande do Norte (8 e 1=9). No ano de 1954, os dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura, mostravam que, havia no Brasil, 1.771 escolas secundárias (públicas e particulares) para uma matrícula de 535.775 estudantes. Em 1946, seriam, respectivamente, 1.344 e 279.508. Com base no recenseamento de 1950, estimou a população brasileira de 12 a 18 anos, em 1954, em torno de 9.100 000 habitantes. Dessa população, teoricamente em idade de frequentar a escola secundária, apenas cerca de 6% estariam nela matriculadas. O motivo principal da baixa matrícula e da evasão na escola secundária permanecia, sob tal perspectiva, sendo de ordem econômica e social. Em 1961, essas projeções estatísticas já se constituíam pauta das discussões do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, como exigência às autoridades educacionais para promoverem a expansão do ensino secundário público todos os jovens, de ambos os sexos, para participar das garantias políticas da igualdade de oportunidades e como razão pública, combinada com pressupostos sociopolíticos democráticos de uma educação mais prolongada para a juventude. Todavia, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa e no Brasil, havia uma inquietude acerca da educação secundária contrária a um sistema escolar comumente democrático.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Secundário, Expansão do ensino secundário, Estatísticas educacionais

DEBATES EDUCACIONAIS E HISTÓRIA DAS LUTAS DOS TRABALHADORES PELA EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO — PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Renata Rodrigues Chagas Pessoa

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP

O trabalho pretende refletir sobre algumas iniciativas educacionais levantadas por trabalhadores cariocas no início do século XX. Busca conhecer como diferentes trabalhadores debatiam sobre sua instrução e os significados atribuídos à educação por estes grupos sociais. A imprensa popular possibilitou ampliar as lentes para análise da história ao reconhecer a pluralidade de sujeitos envolvidos com a expansão da educação, no bojo de tensões e disputas em torno de projetos de educação no início do século XX no Rio de Janeiro. Considera-se a imprensa popular como instrumento pedagógico e como parte integrante de uma luta mais ampla em prol de iniciativas voltadas para a instrução das classes trabalhadoras.

O objetivo central da pesquisa consiste em analisar iniciativas de trabalhadores no campo educacional, na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, acompanhando a atuação destes grupos sociais por meio de periódicos. Observa-se que estes movimentos pela instrução popular eram constituídos de criação de aulas, escolas e bibliotecas, mas incluíam outras pautas, práticas educativas vinculadas, muitas vezes, às associações pelas quais diversos trabalhadores circulavam. Dessa forma, analisamos debates e estratégias no âmbito de construções de identidades que constituem expressões de histórias das lutas por parte dos trabalhadores.

O trabalho percorre caminhos em prol da educação realizados por trabalhadores, no sentido de tocar em temáticas que mostram a pluralidade existente no processo histórico que faz parte da história da educação no Brasil.

Os jornais analisados encontram-se disponíveis para consulta *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A hemeroteca possibilita cruzar títulos diferentes e ampliar o recorte cronológico. Temos na hemeroteca um importante instrumento de pesquisa, associado a outros arquivos. O jornal foi utilizado nesta pesquisa como fonte de informações sobre como trabalhadores entendiam a educação e um instrumento de ação e coesão dos mesmos ao considerarmos as especificidades do jornalismo desenvolvido pelos trabalhadores, os pensamentos e anseios contidos nos conteúdos construídos por trabalhadores.

Sob esta perspectiva, temos o trabalho com algumas categorias — como a história social da imprensa, imprensa popular, memória e educação popular — que ajudam a pensar experiências dos trabalhadores e a compreensão do significado mais amplo dos investimentos realizados em educação através dos seus periódicos.

Os caminhos investigativos ajudam acerca do entendimento das iniciativas de trabalhadores, ao refletir sobre dinâmicas nos mundos do trabalho e a articulação com a cultura letrada. As primeiras décadas do século XX trouxeram à tona uma série de movimentos influenciados numa concepção de trabalho e educação, calcados em valores que desejavam construir caminhos mais justos, frente aos diferentes grupos sociais que constituíam a sociedade.

Pensar que em meio a toda agitação do cenário carioca brasileiro, movimentações pelas ruas, diferenças e contradições que envolviam exclusões espaciais e sociais, encontramos reivindicações de trabalhadores para a instrução. É fundamental pensar como neste espaço e tempo mutáveis, os atores sociais articularam formas de resistência, negociações, rearranjos e valores culturais. Sob esta perspectiva, pensamos nas experiências desses trabalhadores no sentido de pensar e promover a instrução e quais concepções de educação levantavam.

PALAVRAS-CHAVE

trabalhadores, educação, Rio de Janeiro, imprensa popular, memória

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NA CIDADE DE LISBOA (1908–1910)

João Fortes Rocha

ISCTE-IUL

As eleições municipais de 1 de novembro de 1908, resultaram na vitória do Partido Republicano Português (PRP) no município de Lisboa, originando, que no dia 30 de novembro desse mesmo ano, de forma inédita, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) começasse a ser governada por um executivo exclusivamente composto por republicanos assumidos.

O objetivo da comunicação é dar a conhecer a forma como o PRP abordou os temas da instrução e educação na sua ação quotidiana executiva, nas políticas camarárias implementadas e no respetivo peso orçamental destes setores na vida da edilidade. Os 3 círculos em que a cidade estava dividida eleitoral e administrativamente (oriental, central e ocidental) foram alvo de melhorias infraestruturais fruto da forma como a CML actuou.

Os congressos de abril de 1909, a saber, entre 13 a 16 o 2º Congresso Pedagógico da Liga Nacional de Instrução e de 16 a 21 o 1º congresso municipalista, marcaram de forma significativa a vida política do executivo republicano, possibilitando a disseminação do ideário republicano.

A baliza cronológica da comunicação, está compreendida, entre a data da tomada de posse do PRP na cidade de Lisboa e finda no dia que marcou a implantação da República em Portugal, a 5 de outubro de 1910. O intuito deste espaço temporal, é também o de evidenciar algumas das divergências entre o poder central monárquico e o municipal dos republicanos, durante estes 22 meses de análise.

No que concerne aos métodos de análise, focam-se essencialmente na análise às fontes diretas, que são as atas da CML no espaço temporal trabalhado, assim como a imprensa da época, na leitura de alguns dos estudos mais relevantes sobre história da Educação em Portugal e em estudos Olisiponenses sobre o último quartel do século XIX e a primeira década do século XX.

As conclusões e perguntas que esta comunicação pretende despoletar na audiência são:

- 1) Terá o PRP sido precursor do legado de José Elias Garcia enquanto vereador da CML na década de 70 do século XIX?
- 2) As políticas educativas do PRP granjearam simpatia e popularidade na população lisboeta?
- 3) Quais os impactos do 2º Congresso Pedagógico da LNI e do 1º Congresso Municipalista de 1909 na vida educativa de Lisboa?

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa, Educação, Instrução, República, Municipalismo

AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA LACERDA DE MOURA (1887–1945) PARA O DEBATE SOBRE A CONDIÇÃO FEMININA

Tatiana Ranzani Maurano

UNESP

Apresentam-se os resultados da pesquisa de mestrado sobre as contribuições dos escritos da educadora, feminista e anarquista, Maria Lacerda de Moura (1887-1945) sobre a subjugação, condição feminina e educação estabelecendo aproximações possíveis da discussão de gênero, patriarcado e educação, pois, segundo Christine Delphy, no livro *Dicionário Crítico do Feminismo* (Editora Unesp, 2009), as expressões de gênero e patriarcado são contemporâneas de 1970 e podem ser consideradas, em época anterior como sinônimos das expressões “sujeição” das mulheres ou “condição feminina”. Toma-se como objeto de estudo seu segundo livro, *Renovação* (Typ. Athene, 1919), por ser este o primeiro em que ela escreve sobre a condição feminina. O objetivo foi compreendermos argumentos da autora sobre a condição feminina e a educação em seu tempo, bem como os desdobramentos para os desafios da atualidade. Como método, utilizei a análise de configuração textual, do qual busquei me apropriar por meio dos estudos de Maria do Rosário Longo Mortatti, no livro *Os sentidos da alfabetização (São Paulo / 1876-1994)* (Editora Unesp, 2000). Na análise dos escritos de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), destaca-se seu diferencial em relação aos pensamentos e escritos das mulheres brasileiras de sua época, que, historicamente falando, estavam lutando por seus direitos a melhores condições de trabalho e ao sufrágio feminino. Já em 1919, escrevia sobre a mulher poder escolher com quem se envolver afetivamente, sobre a importância de ela estudar, de instruir-se, sobre amor livre, sobre a escolha de ter ou não ter filhos, sobre sua condição de subjugada, tutelada, não apenas nas questões dos direitos, mas também nas questões do cotidiano, em um nível mais simbólico e particular, algo que começou a ser mais discutido e pontuado a partir da segunda metade do século XX. Nesse sentido, conclui-se por meio do estudo de seu livro *Renovação* (Typ. Athene, 1919), o quanto a obra de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) ainda pode contribuir para o debate sobre as questões relacionadas à condição e à subjugação feminina e para a reflexão sobre gênero, patriarcado e educação. Essas questões se entrelaçam fortemente nos seus escritos como as amarras da emancipação feminina e como a possibilidade de se obter a base necessária para lutar pela transformação e superação da condição de subjugada da mulher na sociedade. Analisar seus escritos contribui, portanto, para compreender a dimensão do quanto a opressão da mulher é estrutural na sociedade e do quanto ainda se mantém nos dias de hoje, seja pela não garantia dos direitos conquistados, seja pela opressão simbólica e histórica que ela sofre cotidianamente.

PALAVRAS-CHAVE

Maria Lacerda de Moura, Gênero, Patriarcado, Educação

EL SUEÑO CIUDADANO EN LA EMERGENCIA DE LA REPÚBLICA

Gloria María Naranjo Quintero

Universidad de los Andes

Desde la segunda década del siglo XIX, en el territorio que hoy es Colombia, tanto la educación en general, como la escuela pública en particular, ocuparon un importante renglón de las leyes y medidas de conformación del nuevo Estado. A propósito de esto, las preguntas fundamentales son: ¿por qué tanto interés en este ramo? ¿Qué objetivos tenían los primeros gobernantes de la república con la instrucción pública? Con esta indagación es posible inferir que, la educación y la escuela fueron la cristalización para la sociedad de la época del ideal ciudadano, que traía consigo una visión renovada de hombre y mujer con un conjunto de saberes, por tanto, la escuela se convierte en el medio principal para la materialización de dicho ideal, que a su vez se relaciona con los sueños sobre la nueva sociedad. La Educación de esta manera se convirtió en un principio ordenador y constructor de ciudadanía, que permitió a sus promotores el soñar con el desarrollo y progreso social, es decir, fue una herramienta vital para estructurar la nación y crear un nuevo país.

En este texto se rastrea ese ideal ciudadano que hizo parte de los sueños y los deseos de los fundadores de la república, con sus características, sus virtudes y sus destrezas. Para este objetivo han sido de vital interés, el análisis de las comunicaciones entre funcionarios locales y del orden nacional, el contenido de los textos utilizados en las escuelas de primeras letras para que los niños aprendieran a leer y escribir llamadas citologías, y las relaciones simbólicas, morales y patrióticas que se pueden hallar en la que ha sido una fuente para este trabajo, los certámenes públicos de las escuelas de la provincia de Popayán.

El tipo de ciudadanos que buscaba la república recién fundada eran colombianos que se pudieran insertar en el mundo occidental, libres, ilustrados, que pudieran ayudar al progreso de su país con capacidades en la vida práctica, en el comercio y en la industria, siendo parte del desarrollo de la cultura occidental. Esto sin duda alguna para las élites republicanas de aquella época incluía como saberes elementales, los dogmas de la religión, de la moral cristiana y los deberes del hombre en sociedad.

La educación debía realizar el milagro republicano, como pilar de la construcción ordenada de la sociedad y como un efecto multiplicador de talentos y de genios. Esta debía garantizar las libertades republicanas, diferenciaba, ordenaba e imponía el ejercicio de la ley y la legitimidad del Estado. Es así, que fundar escuelas era fundar la república en la práctica, más allá de las normas e imponer los “principios y derechos que se constituían en la razón de ser de la empresa educativa”. No en vano en la ley general de Educación de 1826 expresaba que “la educación pública es la base y fundamento del gobierno representativo y una de las primeras ventajas que los pueblos deben conseguir de su independencia y libertad”.

PALABRAS CLAVE

Ciudadanía, República, Sistema Escolar

LOS PRINCIPIOS DE LA ESCUELA NUEVA Y LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS FÍSICO-QUÍMICAS Y NATURALES EN EL *DICCIONARIO DE PEDAGOGÍA* DE EDITORIAL LABOR (1936)

Mavi Corell Doménech

Florida Universitària

Editorial Labor, fundada en 1915 en Barcelona, divulgó en Latinoamérica, España y Portugal la obra de los pedagogos de la Escuela Nueva y conectó el mundo hispánico con Europa, contribuyendo a la renovación e internacionalización de la pedagogía española. Esta trayectoria culminó en 1936 con la publicación de un hito de la bibliografía pedagógica española de la época, el *Diccionario de pedagogía*, coordinado por el maestro y licenciado en Filosofía y Letras Luis Sánchez Sarto y gestionado por su hermano, el economista republicano Manuel.

Editado en dos volúmenes, el *Diccionario* contiene 966 entradas escritas por 111 autores anónimos, cuyos nombres y filiaciones aparecen indexados al comienzo de la obra, 751 fotografías en blanco y negro, índices alfabéticos (analítico y onomástico) de entradas y una amplia selección bibliográfica al final de cada una de ellas.

En este trabajo abordamos el estudio de este *Diccionario* desde una perspectiva novedosa, la enseñanza de las ciencias físico-químicas y naturales. Las seis entradas sobre la enseñanza de las materias científicas incluían recursos que formaban parte del programa pedagógico de la Escuela Nueva, los acuarios, terrarios, huerto escolar y excursiones, así como cuestiones metodológicas.

El objetivo de este trabajo es determinar qué aspectos de los principios de la Escuela Nueva aparecen en las entradas sobre enseñanza de las materias científicas y reflexionar sobre la influencia de los métodos y recursos de enseñanza escolanovistas en la renovación de la enseñanza de las materias científicas en España.

Utilizando el *Diccionario de pedagogía* de Labor de 1936, se ha realizado un mapeado de los 30 principios de la Escuela Nueva redactados por Adolphe Ferrière en las entradas sobre enseñanza de las materias científicas del *Diccionario de pedagogía*. Nos hemos basado en la primera traducción al español de los principios publicada en 1920 en la obra de Faria de Vasconcellos, *Una escuela nueva en Bélgica* (Madrid: Librería de Francisco Beltrán).

El *Diccionario de pedagogía* realizó un amplio tratamiento de las materias científicas siguiendo los principios escolanovistas. Las propuestas del *Diccionario* ponen al alumnado en el centro de la educación y proponen una escuela activa que incentive su curiosidad y motivación a través de la experiencia y la indagación. Las excursiones, acuarios, terrarios, herbarios y huerto escolar permitían el contacto con la naturaleza en el entorno, planteamientos que ya había introducido la Institución Libre de Enseñanza a finales del siglo XIX en España. El *Diccionario* se muestra partidario del paidocentrismo, la educación integral y la experimentación pedagógica promulgados por la Escuela Nueva, y rechaza el uso del libro del texto y la enseñanza magistocrática tradicional. El *Diccionario de pedagogía* se muestra conservador al proponer mantener los roles tradicionales de las niñas y no menciona los principios relacionados con la organización social que proponen algunos de los principios de la Escuela Nueva.

PALABRAS CLAVE

Editorial Labor, Diccionario de Pedagogía, Escuela Nueva, Ferrière

MEMORIA DE LA PEDAGOGÍA FREINET: APORTACIONES A UNA EDUCACIÓN CIUDADANA

Andra Santiesteban

Universidad Complutense Madrid

El transcurso histórico del siglo XX se inscribe en un contexto violentamente agitado y convulsionado por los diferentes acontecimientos que le sucedieron a nivel social y político. Con ello surgió uno de los Movimientos de Renovación Pedagógica más representativo en la Historia de la Educación, la Escuela Nueva. Entre incontables corrientes pertenecientes a esta nueva forma de enseñar se encuentra la pedagogía Freinet.

Célestin Freinet (1896 - 1966), un maestro consciente de que únicamente un ser plenamente desarrollado en su interior puede contribuir con su participación a lo que suceda exterior a él, aporta con su obra pedagógica a la construcción y el ejercicio de la ciudadanía. La convivencia democrática precisa de la educación ciudadana, haciendo de ello una cuestión educativa de primer orden. Por ello el presente estudio explora su capacidad de fortalecer los ámbitos de convivencia social y democrática a través del tiempo y del espacio. Mediante una metodología cualitativa, aplicando el método histórico-educativo, se indaga en la renovación pedagógica que trajo la pedagogía Freinet desde una perspectiva memorigráfica. Se revisan sus técnicas con el fin de abarcar la recepción de los postulados freinetianos.

En un mundo que actualmente vive una cantidad considerable de crisis humanas, sanitarias y medioambientales y otros dilemas modernos, se parte de la hipótesis que cada una de ellas en mayor o menor medida guarda relación con las condiciones de la ciudadanía. Existe la posibilidad de que la pedagogía Freinet tenga un grado elevado de actualidad y pertinencia en nuestro tiempo, dado que entre sus principales objetivos cuenta la educación como medio para alcanzar el desarrollo de habilidades emocionales, comunicativas, organizativas y sociales para actuar con ética y responsabilidad en la vida cotidiana, y colaborar en la vida política como agente crítico, reflexivo y participativo. Además de inculcar en el alumnado valores de convivencia cívica mediante la práctica de comportamientos solidarios, mostrándose sensible por las posibles situaciones emergentes, y concienciar en la necesidad de vivir en equilibrio con el medio mediante la adquisición y puesta en práctica de conocimientos que promueven una vida sostenible, el cuidado del entorno próximo y del otro.

La ciudadanía es un concepto que se caracteriza por un compromiso firme con el bien común, de la misma manera exige participación y conciencia crítica frente al acontecer público. Aspectos que Freinet tanto buscaba enseñar en su escuela moderna popular. En búsqueda de este vínculo es cuando emergen las aportaciones del movimiento freinetiano al desarrollo integral del educando. De modo subyacente, asimismo, salen a la luz debates políticos, sociales o éticos sobre los fines de la educación.

PALABRAS CLAVE

Historia de la Educación, Renovación Pedagógica, Pedagogía Freinet, Educación ciudadana

PANORÂMICA SOBRE A HISTÓRIA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO PORTUGUESA DESDE INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ À INTRODUÇÃO DO ENSINO COMPUTORIZADO

Sara Dias-Trindade

Universidade de Coimbra, CEIS20, FLUC (DHEEAA)

António Gomes Ferreira

Universidade de Coimbra, CEIS20, FPCE

J. António Moreira

Universidade Aberta, CEIS20

A utilização de tecnologias em ambientes educativos está cada vez mais na ordem do dia. Porém, esta não é uma realidade recente, tendo a evolução tecnológica contribuído para significativas alterações nos processos de ensino e de aprendizagem. Com este trabalho pretendemos apresentar as principais conclusões do estudo que temos vindo a realizar sobre a introdução das tecnologias em ambientes educativos desde o início do século XX até à introdução dos computadores nas escolas portuguesas. Este estudo, fruto de uma revisão sistemática das revistas editadas pelos principais Liceus portugueses (*Labor, Palestra, Arquivo Pedagógico e Boletim do Liceu Normal de Lisboa*), no período compreendido entre 1926 e 1973, teve como objetivo compreender como se foram integrando as tecnologias nas práticas educativas portuguesas, enquadrando estas práticas na realidade internacional. Esta análise permitiu-nos verificar que, apesar de a introdução da tecnologia nas escolas portuguesas ter acompanhado a sua disseminação noutros países, a sua utilização era esporádica, resultado, sobretudo, quer da falta de recursos quer da ausência de uma clara aposta em formação docente. Aparelhos de projeção de imagem fixa ou em movimento, diferentes aparelhos áudio, a rádio e, mais tarde, a televisão, são referidos sobretudo como sendo usados de uma forma mais lúdica do que, efetivamente, como uma estratégia para potenciar aprendizagens, ao contrário do que pode ser observado em relação à clara e ampla difusão de tecnologias (muito mais baratas e portáteis, logo, mais acessíveis) como a lousa, o manual escolar ou a esferográfica. Apesar de diferentes professores relatarem experiências de uso deste tipo de recursos tecnológicos, de existir mesmo legislação que vem apoiar esta mesma utilização, e mesmo de serem até variados os textos que referem a aquisição destes equipamentos, as referências denunciam uma perspetiva mais exótica, de utilização esporádica e muito mais em contexto extra-aula, do que enquanto uma prática pedagógica de utilização destes mesmos recursos. Por um lado, revelou-se interessante perceber que desde muito cedo as inovações tecnológicas encontravam espaço nas escolas portuguesas e eram reconhecidas também pelas próprias instituições governativas do país. Porém, estes recursos estavam longe de se encontrar em todas as escolas, a maioria das quais sem meios financeiros ou ao nível de infraestruturas para os acolher, nem os textos que se referem ao uso destes equipamentos refletem a preocupação com a existência de formação adequada para o seu uso em contexto pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologia, História, Educação, Portugal

ALBORES DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA SECUNDARIA FEMENINA EN CHILE: LICEO N°1 DE NIÑAS DE VALPARAÍSO, 1891 – 1906

Priscila Muenza Zamorano

Universidad de los Andes

El Liceo N°1 de Niñas de Valparaíso María Franck de Mac Dougall, primer establecimiento fiscal femenino del país, nace tras la promulgación del Decreto de Amunátegui de 1877, marco legal que buscó promover el fortalecimiento de la educación secundaria de las mujeres en Chile. La fundación de dicho establecimiento, en 1891, se transformó en un hito relevante en la historia de la educación dado que inspiró la apertura de nuevas iniciativas públicas femeninas. Esta propuesta vino de la mano de la iniciativa privada gracias al político de origen británico Carlos Waddington, quien donó el sitio con ese propósito. Es relevante en este sentido la confluencia de sus intereses con los del Estado.

Este trabajo tiene por objetivo indagar en los inicios de la educación pública femenina en el país. En ese contexto proponemos que la oleada de inmigrantes europeos que arribó a Valparaíso durante la segunda mitad del siglo XIX motivó la necesidad de educar a la mujer en el principal puerto del país durante la centuria decimonónica, dado que los miembros de las colectividades europeas fueron los primeros en responder al llamado de esta iniciativa fiscal durante el periodo fundacional (1891-1906).

Han sido los hallazgos en los archivos escolares inéditos del Liceo N°1 de Niñas de Valparaíso María Franck de Mac Dougall los que han permitido fundamentar nuestra propuesta de investigación. La diversidad y riqueza de sus fuentes nos permite reflexionar sobre los albores de la educación pública femenina del país, y el impacto local y nacional del primer liceo fiscal para mujeres.

PALABRAS CLAVE

educación pública femenina, Valparaíso, Chile





EIXO III

MODERNIDADE, ALFABETIZAÇÃO
E ESCOLARIZAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS PRÁTICAS DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL) EM PATOS DE MINAS/MG (1970–1980)

Leni Rodrigues Coelho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A pesquisa discute as práticas pedagógicas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Patos de Minas. O movimento foi criado nacionalmente em 15 de dezembro de 1967, pela lei nº. 5.379, no entanto, sua implantação no município de Patos de Minas ocorreu apenas em 17 de setembro de 1970. Acredita-se na importância dessa temática para o meio acadêmico, em razão de se discutir uma problemática relegada a um plano secundário pelos governantes e pelos educadores com raras exceções. Além disso, justifica-o por haver um vazio historiográfico em relação a essa temática, já que não se tem pesquisas científicas que discutem às práticas do MOBRAL em Patos de Minas nesse contexto histórico. O trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas do MOBRAL em Patos de Minas no período de 1970 a 1980, e como objetivos específicos, investigar os pressupostos político e ideológico do MOBRAL, pesquisar a metodologia de ensino adotada por este movimento e se ele conseguiu resolver o problema do analfabetismo em Patos de Minas. Dentre as fontes utilizamos os seguintes autores, Beisiegel (1974), Correa (1979), Jannuzzi (1979), Paiva (1987), Haddad (1991) e Soares (1995), bem como, os documentos oficiais, a história oral (entrevistas com ex-supervisor, ex-professores e ex-alunos), os anuários do IBGE de 1970 e 1980, os manuais pedagógicos e a imprensa local. Ao analisarmos as fontes documentais, percebemos que o MOBRAL foi uma das expressões político-educacionais do período da ditadura militar e a concepção que o informava, compreendia a educação como qualificação de mão de obra e visava integrar a massa de analfabetos ao processo capitalista. Foi um movimento de caráter ideológico-político, embora pretendesse ser alfabetizador, pouco privilegiou os interesses democráticos em favor de uma parcela significativa, a dos analfabetos. O MOBRAL em Patos de Minas não alcançou o objetivo central, o de erradicar o analfabetismo de adultos até 1980, uma vez que os dados do IBGE mostram que neste período ainda havia aproximadamente 23,7% de homens e 25,8% de mulheres sem escolaridade, índice este, considerado elevado diante do discurso desenvolvido no decorrer da década de 1970 por este movimento. A atuação do MOBRAL não foi eficaz no combate ao analfabetismo e seu discurso oficial contradizia as suas ações na prática. A proposta de educação baseava-se nos interesses políticos do regime militar, por isso, era necessário o jogo ideológico, do qual pregava-se o discurso de que seus alunos saíam habilitados/qualificados para o mercado de trabalho, que estes teriam melhor qualidade de vida e preparava-os para a cidadania. No entanto, o movimento, partiu de uma visão de mundo predeterminada, uma vez que seus objetivos eram previamente definidos e não dava autonomia aos educadores no fazer pedagógico em sala de aula, ou seja, o professor recebia o material didático pedagógico, com a metodologia estabelecida para ser colocada em prática.

PALAVRAS-CHAVE

MOBRAL, Alfabetização, Educação de Adultos

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO: PESCA E EDUCAÇÃO

Verônica Gomes de Aquino

Escola Municipal Vereador João da Silva Bezerra

O presente estudo tem como objetivo investigar as principais transformações e conflitos que atravessaram os séculos XVIII ao XXI na Barra de Maricá, pertencente a cidade de Maricá - RJ.

O desenvolvimento desta proposta, é um desdobramento da pesquisa iniciada no ano de 2005, na Escola Municipal Vereador João da Silva Bezerra, localizada na referida de área. No ano citado, a escola atendia filhos, netos e bisnetos de pescadores e seus familiares, que eram de 4 a 15 anos. O trabalho de campo, foi marcado pelos registros dos modos de viver da população, conflitos sociais e territoriais existentes por décadas. No decorrer das ações, no ano de 2014, foi encontrada uma fonte datada em junho de 1889, que registra a presença de uma educação formal oferecida pela ordem Beneditina, descrevendo o envio de um inspetor educacional para o Distrito da Preguiça, na Barra de Maricá, esse documento foi incorporado ao Projeto de trabalho da Escola Vereador João da Silva Bezerra e apresentado a comunidade escolar.

Para que o trabalho tenha o propósito de registrar os fatos existentes sobre a população da Barra de Maricá, na contemporaneidade, se faz necessário o exercício dos diferentes sentidos humanos. O olhar e o ver, por exemplo, se distinguem nas conversas em múltiplos espaços de convivência social apreendendo os principais fatos da História social e cultural do bairro. As anotações em cadernetas de campo plenamente cuidadas, podem aguçar, reflexões atuais sobre a localidade e sua população. Para tanto, a utilização de mapas, dicionários, fichamentos, revistas, fotografias e filmes, sem deixar de lado novos elementos, como por exemplo, outros depoimentos que porventura surgirem, contribuirão para o entendimento e registros para o estudo da localidade. Na Barra de Maricá existem evidências sobre a população mestiça e escrava no século XVIII, neste período houve a escavação de um poço na mata da Ponta do Fundão, para atender aos moradores da casa grande. A moradia, casa grande, ficava na parte mais alta do morro e durante a atividade não foram encontrados vestígios da mesma.

A existência de elementos do passado e presente, como por exemplo, os relatos de moradores sobre do poço feito por escravos, o documento do ano de 1889, a existência de quatro endereços da escola, contribuem para a elaboração do estudo e também para o entendimento sobre diversos temas como: a constituição das famílias, o casamento entre parentes, as mulheres parteiras e as narrativas dos nascimentos, a morte e os caminhos até o cemitério, o crescimento imobiliário que transforma a paisagem com o passar dos anos, casas simples mais antigas, se misturam as casas mais novas e do avanço e da especulação imobiliária.

Consideramos relevante compreender e registrar as narrativas bem como as descrições de práticas e saberes cotidianos. Sendo assim, esta pesquisa terá a duração de 4 anos e seus resultados buscarão ampliar o conhecimento historiográfico do bairro junto a escola e todos os sujeitos envolvidos na compreensão de seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE

Memórias conflitos, educação, pesca

O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO NO PORTUGAL DE OITOCENTOS: REVISITANDO AS ESCOLAS LISBOETAS DE MENINAS

Áurea Adão

UIDEF do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Maria José Remédios

Faces de Eva-Cisnova, FCSH, Universidade Nova

Na sequência da Revolução liberal portuguesa de 1820, foi aprovada a primeira *Constituição política da Monarquia portuguesa* (1822), prescrevendo que “em todas as cidades, vilas, e lugares consideráveis do Reino, se estabelecerão escolas em que se ensine a mocidade portuguesa a ler, escrever, e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis” (art. 237.º). O Estado atribuía, assim, igualdade de oportunidades de instrução para os dois géneros.

Com o evoluir da produção científica em História da Educação, torna-se cada vez mais necessário compreender como a escola pública portuguesa tem, ao longo dos últimos séculos, construído e/ou reproduzido uma identidade social da mulher que, de forma explícita ou implícita, lhe reconheceu ou recusou a dimensão de cidadania ativa, essencial à efetivação do seu contributo para o desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Em Portugal, as primeiras escolas públicas para meninas foram autorizadas em 1790, para a cidade de Lisboa. Contudo, somente em 1816 se instalaram as 18 escolas previstas que ficaram sob a direcção do poder central. É, a partir da promulgação da primeira reforma liberal do ensino primário (15 de novembro de 1836), que a educação das crianças do sexo feminino começa a ser oficialmente contemplada com a criação de “escolas de meninas” em todas as sedes dos distritos administrativos, medida que vai sendo alargada, progressivamente, a outras localidades e a outras populações. E, tal como as outras municipalidades, também a de Lisboa não dispunha de meios financeiros suficientes, ainda que no seu território funcionasse a maior parte dos serviços administrativos centrais e as instituições políticas. Só muito tardiamente, na execução da reforma descentralizadora de 1878, ao Município de Lisboa foi atribuída a responsabilidade de administrar todo o ensino primário, incluindo as escolas femininas.

Integrado num projeto de investigação mais amplo, esta comunicação pretende analisar o processo de desenvolvimento do primeiro nível de ensino público para as meninas da Capital do Reino, eminentemente de características urbanas, com incidência preferencial na rede escolar e seus equipamentos, confrontando estes com os disponibilizados aos rapazes. Trata-se, ainda, de compreender as valorizações diferentes dadas ao ensino-aprendizagem, nomeadamente, a questão dos saberes específicos requeridos para as meninas, enquanto inscritos numa diferenciação de género. E, por último, equacionar o contributo das mulheres para a construção da escolarização pública, tomando como referência o perfil das professoras daquelas escolas, assim como a atividade pedagógica por elas desenvolvida.

No trabalho a apresentar, aplica-se o método histórico com recurso a fontes manuscritas existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Municipal de Lisboa, especificamente os questionários preenchidos durante duas inspeções extraordinárias, e uma hermenêutica fundamentada em documentação impressa — discursos políticos (de deputados, governantes, inspetores, funcionários periféricos da Administração Central...), dados estatísticos de âmbito nacional e estudos de opinião publicados na época.

PALAVRAS-CHAVE:

Escolas de meninas, Ensino público, Portugal de oitocentos

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA RADIOEDUCATIVO E IMPLANTAÇÃO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (1955 A 1961)

Isabel Bilhão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

A comunicação aborda aspectos da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB) ainda pouco estudados pela historiografia da Educação. O MEB foi criado pela Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e destacou-se como o mais abrangente e duradouro projeto educacional por meio de escolas radiofônicas no país. Visava atender as populações das áreas rurais consideradas subdesenvolvidas. Embora originado e coordenado pela Igreja, teve seu funcionamento financiado pelo Governo Federal, com base em um convênio instituído por decreto presidencial, em março de 1961. A empresa Philips do Brasil integrou o projeto como fornecedora exclusiva dos aparelhos de recepção das aulas. O Movimento chegou a contar com 7.353 escolas radiofônicas, abrangendo catorze estados. A criação do MEB ocorreu em um contexto de ampliação das iniciativas de alfabetização de adultos realizadas nos anos 1950 e 1960. Tais iniciativas inscrevem-se em um processo pautado pela difusão da lógica desenvolvimentista que, do ponto de vista econômico, propunha a industrialização e a superação do modelo agrário exportador para a América Latina. Naquele cenário, a racionalidade desenvolvimentista também se dirigiu ao meio rural para denunciar seu *atraso* e abandono e defender a necessidade de uma reestruturação produtiva. Essa reestruturação tornava imperativo, entre outras medidas, suplantando o grave quadro de analfabetismo que, conforme o Censo de 1950, alcançava aproximadamente 70% da população rural brasileira. Partindo desse contexto, a comunicação centra-se em dois objetivos. Primeiro, analisar as articulações entre empresariado — aqui, fundamentalmente representado pela Philips do Brasil — e Igreja, em suas formas de pressão frente ao Estado, visando ao estabelecimento de um sistema educativo radiofônico e à expansão da Educação de Base à população rural brasileira. Segundo, compreender como, no interior de um Estado oficialmente laico, pode ser firmado e justificado o convênio que instituiu e financiou o MEB. Partindo-se das noções de *estratégia*, de Michel de Certeau, e de *grupos de elite*, de Pierre Bourdieu, foram analisadas as características da aproximação entre Igreja e empresariado e os argumentos mobilizados como forma de pressão e de legitimação frente ao Estado. Empiricamente o estudo embasou-se na análise dos seguintes documentos: o livro *Educação fundamental pelo Rádio*, publicado em 1956, de autoria de João Ribas da Costa, professor de formação e funcionário da Philips do Brasil; o artigo do Frei Gil Bomfim, “Pregai por sobre os telhados”, publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira*, em 1955; o projeto de acordo entre a Unesco e a OEA visando a Educação de Base na América Latina, firmado em fevereiro de 1950, e o Decreto nº. 50.370, que instituiu o convênio de implantação do MEB, em 1961. Como resultados, amplia-se a compreensão dos meandros sociopolíticos envolvidos na concretização do sistema brasileiro de rádio educação e das formas de organização da Igreja Católica e do empresariado nacional frente ao Estado para estabelecimento e controle de um dos mais abrangentes movimentos de alfabetização rural no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento de Educação de Base, Alfabetização, Desenvolvimentismo, Radioeducação

ARTHUR PORCHAT DE ASSIS E O DISCURSO DA MODERNIDADE EDUCACIONAL EM SEU LIVRO “EDUQUEMOS” (1915)

Luiz Henrique Portela Faria

Universidade Católica de Santos

Thalita Di Bella Costa Monteiro

Universidade Católica de Santos

Com o advento da República como sistema político no Brasil, houve necessidade de mudanças na constituição da sociedade brasileira. Os republicanos vislumbravam, por meio dela, a chegada do progresso. Progresso em sua concepção mais incipiente, significando contraposição ao retrocesso imposto pelo regime anterior, o monárquico. Fazia-se emergente a formação do povo brasileiro, voltada ao mercado de trabalho, qualificando-o para sua inserção no modo de produção capitalista. Para este fim, a instrução pública era o caminho para regeneração econômica do país. Carvalho, em seu livro, “A escola e a república”, menciona que a educação foi vista, por parte dos intelectuais atuantes na Primeira República Brasileira, como uma arma para alcançar o Progresso. Em suas pesquisas, partindo da “dívida republicana” — isto é, o imaginário de um legado advindo do século XIX, o qual consistia na crença de que uma grande massa de analfabetos permaneceu na “ignorância” mesmo após anos de instauração da República — a autora analisa a mudança no discurso educacional de um grupo de intelectuais da década de 1920, os quais atribuem, como “freio do progresso” nacional, o analfabetismo. Este artigo objetiva analisar a publicação “Eduquemos”, um manual para formação de professores, de 1915, cujo autor foi o intelectual Arthur Porchat de Assis. Procura-se apontar suas proposições e diretrizes pedagógicas aos educadores, que seriam professores de crianças órfãs e pobres na cidade de Santos, a fim de compreender as representações que este intelectual possuía acerca da relação entre educação e modernidade. Arthur Porchat de Assis foi diretor do Instituto Escolástica Rosa, internato para meninos pobres, entre 1910 a 1933. Além disso, ele foi membro do conselho de Ensino de Bruxelas e professor de Filosofia do Liceu Feminino Santista. Busca-se, para análise da fonte, fundamentação teórica em Gramsci, em seu livro “Os intelectuais e a organização da cultura”, que ao tratar do conceito de ‘intelectuais’, defende que eles surgem progressivamente a partir de suas práticas e são, por isso, formados historicamente em conexão com os demais grupos sociais, especialmente do grupo dominante, para legitimar suas ações. Os intelectuais lutam, sobretudo, no campo ideológico, tornando, por um lado, a escola em seu instrumento propagador para elaboração de novos intelectuais e, por outro, a educação enquanto campo para a consolidação de seus ideais. Além disso, parte-se do pressuposto que a imprensa é uma “força ativa do capitalismo e não [...] um mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”, como afirmam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto em “Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa”, artigo publicado na revista *Projeto História*, número 35, página 259. Como resultado, aponta-se que Porchat de Assis argumenta a necessidade de desenvolvimento de práticas escolares adequadas ao Brasil, e defende a instrução pública às crianças advindas da classe trabalhadora, a fim de torná-las “cidadãs perfeitas”, isto é, que atendessem aos interesses das classes dominantes e servissem de mão-de-obra qualificada para o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade Educacional, Intelectuais, Educação na cidade de Santos

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: PASSADO E PRESENTE EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Maria Betânia Gomes Grisi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Em suas bases legais, a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) tem como intento a preparação dos sujeitos para atuar com competência tanto no desenvolvimento de suas ações no mundo do trabalho quanto em suas trajetórias de vida pessoal e social. Criada há mais de um século por meio de um Decreto Presidencial, para atender prioritariamente às pessoas com vulnerabilidade social na instrução de algum ofício, essa Rede é ao mesmo tempo centenária e inovadora, na medida em que qualifica profissionais para atender às demandas locais e regionais em que está inserida. Neste cenário, este estudo traz um recorte histórico-social das ações desenvolvidas pelas Instituições integrantes dessa Rede no Brasil, destacando a realidade de uma delas: o Instituto Federal de Roraima, localizado no extremo Norte do país. Assim sendo, tem-se como objetivo apresentar o contexto de implantação dessa Rede, sua trajetória até os dias atuais, quando completa 110 anos, os desdobramentos e impactos advindos dessa atuação. A estrutura metodológica respalda-se na pesquisa documental e bibliográfica; esta por permitir a utilização de referenciais já fundamentados; aquela pela disponibilidade de documentos institucionais que viabilizem uma análise mais aprofundada do tema abordado (Gil-2008). De natureza Qualitativa, por possuir um caráter compreensivo do comportamento do sujeito investigado, analisando suas percepções e particularidades (Lakatos & Marconi-2010), subsidiada ainda pela aplicação de um questionário eletrônico *google forms*, como forma de registrar as percepções de servidores e estudantes acerca dos impactos e contribuições desta instituição, na vida pessoal e profissional. Tendo como referência as análises e as respostas apresentadas pelos diferentes sujeitos, constatou-se que, no processo de implantação dessa Rede, apesar de ter sido instituída para atender especificamente às pessoas em vulnerabilidade social em razão da ausência de profissionais para o mercado de trabalho, sua atuação foi evoluindo para um contexto mais amplo, perpassando para além da qualificação profissional. Quanto à trajetória, percebeu-se que ao longo do tempo essa Rede foi se transformando na busca de vincular o lado humanístico inerente ao processo de formação às competências profissionais exigidas para o momento. Em se tratando do Instituto Federal de Roraima, verificou-se que sua oferta inicial, com dois cursos Técnicos (Edificações e Eletrotécnica), deu-se buscando atender à demanda urgente de profissionais para o Estado de Roraima, em fase de transição - de território para estado. Hoje, atua com ofertas de Educação Básica à Pós-graduação, num processo de verticalização do ensino, alcançando todos os municípios do estado, por meio de suas cinco unidades. Percebeu-se também que a sociedade reconhece essa instituição como referência na oferta de formação, uma vez que define sua forma de atuação a partir das demandas sociais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento local e cumprindo a missão institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Rede Federal, Desenvolvimento Social, Educação Profissional

A CONVERGÊNCIA DE IDEAIS LIBERAIS E O SURGIMENTO DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DAS LETRAS E ARTES EM S. MIGUEL

Isolina Medeiros

Universidade dos Açores

Aquando da chegada de António Feliciano de Castilho em 1847 à ilha de S. Miguel era grande a crispação política local entre cartistas e setembristas. Apesar da ligação que o poeta nutria pelo cartismo, este não foi impeditivo de, a convite de alguns membros progressistas da sociedade local, assumir a direção da publicação, *O Agricultor Micaelense*, pertencente à *Sociedade Promotora de Agricultura Micaelense*. A par do seu papel enquanto redator desta publicação, nunca descurou o interesse pela instrução nem abandonou o seu método de leitura que foi desenvolvido a partir do sistema francês de *Lemare*. O método, que teve muitos opositores no continente, foi bem acolhido na ilha, pelo escasso número de escolas e pela pobreza cultural que então se fazia sentir. Após assumir o cargo de Comissário dos Estudos, Castilho destacou-se pelo impulso decisivo que deu à formação da agremiação literária e artística, denominada *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes* e que foi fundada a 9 setembro de 1848. Conseguiu congregar as diversas tendências políticas e sociais do meio local, tendo prevalecido o desejo comum de desenvolvimento cultural. Colaboraram com a Sociedade grande nomes da cultura micaelense da época nas várias sessões culturais que dela faziam parte e nas quais cooperavam, consoante os seus interesses e aptidões. Esta agremiação cultural teve um papel fundamental na alfabetização do povo micaelense, tendo criado uma série de escolas e inúmeros cursos noturnos, proporcionando a instrução às classes mais desfavorecidas. O ensino era gratuito, destinado a adultos e crianças e as aulas eram ministradas, voluntariamente, pelos associados que aderiram com entusiasmo ao projeto, ficando as restantes despesas por conta da Sociedade. Esses cursos de primeiras letras tiveram por base o método de leitura Repentino de Castilho, proporcionando a este, não apenas a possibilidade de aplicação prática, mas também proporcionar ajustes e adequações ao mesmo.

Para além dos cursos de alfabetização, a Sociedade promoveu outras iniciativas de âmbito cultural, tais como saraus músico-literários; palestras; cursos de poesia, aos quais se juntaram jovens talentos literários; cursos de ensino rápido do latim e línguas estrangeiras; cursos de higiene; cursos profissionais para mecânicos; exposições industriais e artísticas, entre outras. Apesar de prosseguir sem Castilho, a partir de 1850, a *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes* perdurou por mais vinte anos, contribuindo para a alfabetização e para o desenvolvimento social e cultural da ilha de S. Miguel.

PALAVRAS-CHAVE

alfabetização, métodos de leitura, associativismo

UM ESTUDO SOBRE OS PREFÁCIOS DE CARTILHAS BRASILEIRAS E PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX

Juliano Guerra Rocha

Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO e Secretaria Estadual da Educação de Goiás

Francisca Izabel Pereira Maciel

Universidade Federal de Minas Gerais

Os prefácios ou páginas iniciais ou cartas ao leitor constituem como um gênero discursivo presente nos livros, de modo que, geralmente, os próprios autores e/ou pessoas convidadas apresentam a obra, antecipando alguns de seus aspectos ao leitor, com o intuito de prepará-lo para a leitura. Na estrutura de um livro, esses textos têm uma função privilegiada, devido ao prestígio que ocupam na abertura da obra. Entretanto, sua dimensão (inter)discursiva é bem explorada no campo da literatura, diferentemente do que ocorre nas pesquisas do campo da história e historiografia do livro. Dessa maneira, tomando esses textos como objeto de estudos, o objetivo deste trabalho é analisar prefácios de cartilhas de iniciação à leitura produzidas no Brasil e em Portugal no século XIX, compreendendo as concepções teórico-metodológicas presentes e as estratégias discursivas utilizadas pelos autores para fundamentar a escrita dos textos. Na história da alfabetização do Brasil do século XIX, as cartilhas portuguesas circularam pelas escolas brasileiras, influenciando também o mercado editorial e a produção dos primeiros livros escolares. A análise dos prefácios foi direcionada a partir das seguintes problematizações: quais as concepções de ensino, aprendizagem, aluno e professor presentes nos textos? Quem são os destinatários dos prefácios? Quais os fundamentos teórico-metodológicos explicitados pelos autores? Em diálogo com as pesquisas sobre a história do livro, da leitura e da alfabetização, a metodologia de análise dos textos selecionados tomou como referência as contribuições da teoria discursiva, especialmente, do Círculo do filósofo Mikhail Bakhtin. Foram analisados diversos prefácios, e, nesta comunicação, priorizamos quatro cartilhas: duas portuguesas e duas brasileiras: *Cartilha Maternal ou Arte de leitura*, de João de Deus (3ª edição, 1878) e *Método Castilho para o ensino rápido e aprasível do ler impresso, manuscrito, e numeração e do escrever*, de Antônio Feliciano de Castilho (2ª edição, 1853). As brasileiras: *Cartilha de leitura repentina, ou plágio do Methodo de Castilho*, de João Vicente Martins (1854) e a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro (9ª edição, 1889). A escolha desses livros foi baseada no período de produção, circulação e nas propostas metodológicas. Destaca-se como conclusão da pesquisa que, independente do público a quem se dirige, os autores e/ou prefaciadores utilizaram diferentes estratégias argumentativas para uso e defesa da proposta apresentada no impresso, direcionada para diferentes interlocutores — professores, pais, educadores —, logo, os prefácios são importantes fontes para analisar e entender o endereçamento da obra. Ainda que se apresentem em pequenos textos, os prefácios revelaram de forma explícita as concepções de ensino, aprendizagem, aluno e professor que circundam basicamente a perspectiva de uma inovação pedagógica, ou seja, contrapondo-se explícita ou implicitamente aos métodos e propostas tradicionais de ensino de leitura difundidos nas escolas portuguesas e brasileiras do século XIX. Os autores evidenciavam o caráter inovador de suas cartilhas, exaltando-as como se fossem capazes de salvar a escola e a sociedade do atraso educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, Cartilhas de iniciação à leitura, Portugal, Prefácios

MODERNIDADE E ESCOLARIZAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL NOS ANOS 1930: O SUL DE MATO GROSSO EM QUESTÃO

Kênia Hilda Moreira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Eglem de Oliveira Passone Rodrigues

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Considerando que no Brasil da década de 1930 as instituições educativas ganharam evidência como sinônimo de modernidade, objetiva-se analisar a educação institucionalizada no sul de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul), na década de 1930, propagadas nas páginas do periódico Revista Mensal Ilustrada *Folha da Serra* (RFS), que circulou entre 1931 e 1940. A hipótese é de que a educação escolar no sertão do país, retratada na RFS, objetivava enquadrar-se à modernidade prevista no governo de Getúlio Dornelles Vargas, pressupondo que uma sociedade é civilizada, moderna e intelectual a depender do nível educacional que ela apresenta. Baseamo-nos no conceito de imprensa como fonte de investigação a partir da compreensão de documento/monumento (Le Goff, 1984), atentos a intencionalidade do impresso (Chartier, 1990; Chartier, Roche, 1995), e do conceito de educação ancorado no processo ciência-educacional-moderna (Monarcha, 2009; Vidal, 2009; Pintassilgo, Alves, 2017). A educação formal e as instituições escolares faziam parte dos quesitos essenciais que uma cidade moderna, civilizada e nos trilhos do progresso deveria possuir. A RFS exterioriza que a educação formal desempenhava papel fundamental como sinal de civilidade, e as instituições por sua vez indicavam progresso e modernidade, seja pela estrutura material dos estabelecimentos de ensino — de cunho particular — imponentes e compostos com os mais modernos laboratórios e instrumentos de ensino, seja pelo corpo docente exemplar, detentor de modernas teorias didáticas. O interesse pela educação no Brasil e a projeção do movimento educacional perpassado na RFS indicam que a região estava a par dos anseios em âmbito nacional, e assim como os impressos de grande circulação, a revista divulgava as mais recentes campanhas nacionais ligadas ao cenário educacional, o que indica um meio de ser moderno. A partir dos dados publicados pela RFS, é possível acessar os níveis de ensino presentes na região sul de Mato Grosso, em especial na cidade de Campo Grande, ensino primário, secundário (ginasial, normal) e comercial, além do ensino superior, Faculdade de Direito e Faculdade Mato-grossense de Odontologia e Farmácia, havia também diversos cursos práticos (RFS, n. 23, ago/1933, p. 69). A RFS cita também a Escola Alvaro Martins Neto construída para atender os filhos dos trabalhadores da Ferroviária Noroeste do Brasil, que ligava São Paulo ao sul do antigo Mato Grosso. No que diz respeito à educação profissionalizante algumas propagandas destacam a educação técnica e profissional, com ênfase para a Escola Agrícola Profissional, criada e mantida pela Associação Miguel Couto. No entanto, apesar de a RFS propagar uma educação fértil e promissora, a contraposição com as fontes oficiais de educação permitiu identificar que a educação escolar formal e as instituições provenientes do ensino público eram deficientes. Concluímos que a estratégia da Revista foi a de construir uma representação de educação baseada em propaganda referente ao número de instituições escolares e aos graus de ensino que a região oferecia: primário, secundário, técnico e superior, silenciando, por outro lado, a qualidade do ensino público de modo geral, além de dar ênfase à educação privada.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade, Instituições educativas, Interior do Brasil, Educação na era Vargas

EDUCAÇÃO NO CENÁRIO DE COMPROMETIMENTO DOS INDIVÍDUOS SOB A ÉGIDE DA GLOBALIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE

Eliana Curvelo

UNESP – FCLAR

Maria Teresa Miceli Kerbauy

UNESP – FCLAR

Sebastião Souza

UNESP – FCLAR

O propósito desta reflexão tangencia a nossa compreensão dos fenômenos sociais que afetam a todos na sociedade, e que, independentemente da classe social, sob os flagelos da modernização, influenciam nosso comportamento, sobretudo no ambiente educacional. Essas são algumas questões presentes em nosso cotidiano escolar, entretanto, num cenário difuso de contextos sociais multifacetados para uns e, diluídos para outros; todo e qualquer objeto de arte e ou estudo que possa demonstrar historicamente as fragilidades assentes na tessitura social a qual chegamos devido às novas formas sociais de se comportar, sentir e ou agir - decorrentes da modernidade e da globalização e que, tem nos imobilizados são importantes para delinear o futuro dos modos de vida que pretensamente acreditamos que a escola, ainda, tenha papel indispensável na formação humana. A emergência de retrotopias - visões de um passado valorizado, que o presente anuncia sua perda e um futuro inexistente; incitando comportamentos angustiantes de inadequação que, auguram o desejo de uma volta ao passado supostamente conhecido. Ao mesmo tempo, a legitimidade pela aliança entre o Estado do bem-estar social, a democracia e a economia de mercado; sob a modernidade têm-se mostrado ineficaz trazendo fragilidades às nossas identidades; que se modificam continuamente, desde que tenham permissão e sejam necessárias nos contextos da modernidade. Diante deste cenário, há de se ter consciente que o papel da educação de outrora — como uma retrotopia, não responde mais a esses novos apelos e contextos sociais. Vive-se, atualmente, comportamentos onde todo tipo de solidez pode ser visto como ameaça; todos os laços humanos e objetos devem ser descartados, da mesma forma no que se refere à educação. Historicamente, na trajetória escolar, memorizar era um hábito valorizado, agora, se torna desvantagem; junte a isto as quantidades exponenciais de informações que, aparentemente ao alcance das mãos, se tornam obstáculo num mundo em que se pede flexibilidade. Os processos de ensino e aprendizagem, ainda mantêm hábitos que não se encaixam num mundo repleto de identidades onde esquecer é indispensável. Sob a égide da globalização e as conseqüências da modernidade as identidades exigem viver várias vidas em uma vida; sendo assim, substituídas pela reidentificação, podem ser facilmente abandonadas. Segundo nossa percepção, ensinar para os novos jovens, sem perder o horizonte da importância da educação, nos exigirá aprender a questionar sem esperar respostas, e estar plenamente envolvidos no processo educativo de forma compromissada. Neste processo de reflexão, os usos das imagens e da arte se tornam essenciais para entender os espaços de ambiguidade e ambivalência ao qual estamos inseridos e que, ao utilizar essa forma para pensar, nos fará acreditar no encanto de possibilidades que, vitais, possam ser meio para a intencionalidade da ação. Ao compreender os comprometimentos, os conceitos de globalização, as identidades e as estruturas líquidas que nos acometem, serão necessárias novas formas de pensar, de estabelecer formas de educação nas quais cada indivíduo tenha a noção de sua pertinência e, ainda que se tenha escolhido identidades mutáveis; possamos usar a arte para não se perder memórias e, muito menos nossa história.

PALAVRAS-CHAVE

Modernidade, Arte, Educação, Cotidiano Escolar, Ensino

SEMINÁRIOS MENORES: DO FIM AO RECOMEÇO?

Samuel José de Carvalho

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Este artigo apresenta pesquisa em documentos remanescentes do Colégio Vocacional Nossa Senhora das Vitórias, um seminário religioso para formação fundamental e média (1º e 2º graus), estabelecido no município de Roseira, estado de São Paulo, entre os anos 1970 e 1990. Ao investigar esta instituição e seus meios de existência e resistência tem-se como objetivo identificar ações que seriam comuns a outras escolas de modelo semelhante, bem como indagar sobre os motivos da extinção quase completa delas em período anterior aos anos 1990, assim como o isolado ressurgimento de iniciativas similares após os anos 2000. Para a análise dos documentos elegeu-se os recursos e métodos explorados por Carlo Ginzburg ao ler arquivos inquisitoriais e exposto em obras como *O queijo e os vermes* e *Andarilhos do bem* e aplicados pela micro-história italiana. A abrangência da situação social, política, cultural e religiosa e sua relação com os seminários, toma como referência a obra *Padres, celibato e conflito social* de Kenneth Serbin, que oferece indicação de farta documentação histórica. Ao identificar e registrar a existência de uma instituição educativa não reconhecida em meios oficiais que em três décadas formou centenas de alunos, esta pesquisa chama a atenção para a existência dos seminários menores que, no mesmo período, foram extintos ou radicalmente modificados. Estabelece relação entre a ampliação do sistema público de ensino e o fim de uma consciência educacional laica que torna obsoleta e culturalmente insustentável a existência de escolas religiosas em regime de internato.

PALAVRAS-CHAVE

Seminário menor, educação laica, história da educação

LAICIDAD, LAICIZACIÓN Y MODERNIDAD: CONFIGURACIÓN DEL ESTADO-EDUCADOR, PROCESOS DE ESCOLARIZACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO ESCOLAR EN ZACATECAS, MÉXICO (1831–1897)

Laura Rangel Bernal

Universidad autónoma de Zacatecas

René Amaro Peñaflores

Universidad autónoma de Zacatecas

Durante el siglo XIX, la educación en México experimentó una serie de cambios y reformas inspiradas en los ideales liberales de la Ilustración y el positivismo, así como en las ideas de la incipiente pedagogía que por primera vez le darían un tinte científico a la enseñanza y sus métodos. El objetivo principal de estas transformaciones fue dejar atrás el modelo tradicional de instrucción, basado en la memorización, en el que prevalecían los contenidos religiosos y cuyos alcances beneficiaban a una reducida parte de la población, para dar paso a la educación moderna con visión científica y secular, la cual buscaba integrar las más recientes innovaciones en materia educativa para transformar las formas de enseñar, así como constituir un aparato estatal de educación pública que pudiera atender a totalidad de la población no importando su localización geográfica, condición social o sexo. En este proceso, la laicidad, recientemente establecida como principio rector de la educación y la laicización como proceso jurídico-institucional fueron factores determinantes en la modernización de la educación en México en dicho periodo, en tanto que ambas tuvieron un papel central en los procesos de escolarización de los sectores populares, en la concretización de la figura del Estado-Educador al asumir éste el control educativo, así como en la construcción de un modelo escolar mediante el cual se difundió la ideología liberal secular que ostentaba el recién conformado Estado-nación. Teniendo como telón de fondo este panorama, cabe preguntarse cómo se dieron estos procesos de modernización en cada una de las regiones que conforman el territorio nacional. El objetivo de esta ponencia es dar cuenta de dichos procesos en la región centro-norte, específicamente en el estado de Zacatecas a partir de las legislaciones educativas de 1831 a 1891, periodo en el que se sientan las bases para la modernización de la educación. Tanto la revisión historiográfica como el trabajo con fuentes primarias nos permitieron observar las particularidades de este proceso, sus diferencias con otras entidades, así como las dificultades y resistencias que se suscitaron en el proceso de laicización y modernización educativa sobre todo de sectores anclados a la tradición y a la cultura católica imperante en la época y la tensión que se suscitó con los sectores más liberales que pugnaban por secularizar plenamente la educación y con ello, dar paso a su modernización. Se concluye que la laicidad y su expresión jurídico-institucional, la laicización, tuvieron un papel central en la configuración de la educación moderna y del aparato educativo estatal que la sustentó y que por tanto, debe ser entendida en función de la sinergia que estableció con los otros tres principios rectores de la educación que se establecieron en la época: la gratuidad, la obligatoriedad y la uniformidad. En el caso específico de Zacatecas, dicha sinergia, además, daría paso a otros procesos que forman parte de la modernización educativa como fue la inclusión de las mujeres y la profesionalización del magisterio.

PALABRAS CLAVE

laicidad, laicización, modernidad, educación moderna, procesos de escolarización

A EDUCAÇÃO POR CORRESPONDÊNCIA: CARTAS DE ALMEIDA GARRETT À FILHA

Maria Teresa Santos

Universidade de Évora, Cidehus

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá

O ideário liberal de Almeida Garrett (1799-1854), a partir da década de 1820, valoriza a cultura popular. Há uma intencionalidade cívica e política na construção do Teatro Nacional e na publicação de obras que valoram a cultura popular, como se tornou evidente a partir da publicação do *Romanceiro*. Não menos significativo para a concepção oitocentista progresso são duas obras contaminadas pelo iluminismo dos enciclopedistas franceses e em particular por Rousseau (Azevedo, 1966), a saber: *Da Educação* e *Lyceu de Damas*, manuscrito parcialmente conhecido no periódico *O Chronista: Semanário de Política, Literatura, Ciências e Artes* (1827). Ora é a faceta jornalista de Almeida Garrett a menos conhecida mas a mais aberta à polémica e intransigência na defesa dos princípios da cidadania. Periódicos como *O Chaveco Liberal* (1829), fundado em Londres no período de exílio, ou *O Portuguez Constitucional* (1836) revelam a sua capacidade de adaptar discursos e de criar uma plataforma de influência ideológica a favor da construção de uma mentalidade liberal. Excepção a esta presença mobilizadora da política na escrita jornalística é o periódico *O Toucador, Periódico sem política* (1822), destinado às senhoras portuguesas.

A publicação da *Correspondência Familiar* (2012) de Almeida Garrett, que inclui 40 cartas dirigidas à filha Maria Adelaide, vem mostrar a faceta educadora do escritor, mais recatada mas não menos conservadora. As cartas são documentos privados de carácter inviolável que, quando autorizadas a publicar, assumem valor histórico por reconstruírem situações inacessíveis. Essa reconstituição faz-se por análise crítica do conteúdo.

Ler a dar a correspondência de Almeida Garrett vem permitir configurar o seu pensamento educativo como pai e confrontar esse pensamento com o projecto educativo iluminista que defendia.

Estes dois objectivos, que constituem dois tópicos do texto a propor, conduzem à confirmação da adopção de um modelo educativo de ordem sentimental e moral concordante com a diferenciação de géneros. Embora falte novidade a esta conclusão, o interesse da correspondência a analisar está nos pormenores normativos construtores da identidade feminina que dicotomizam o plano político a partir do domínio privado.

PALAVRAS-CHAVE

Almeida Garrett, Educação liberal, Correspondência pedagógica, Construção de identidades

O LADO FEMININO DO ENSINO E DA LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL, NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Maria de Fátima Machado Pinto

Associação de História

O alargamento da escolaridade e a popularização da leitura foram dois pilares da modernidade liberal. As ideias defendidas pelo primeiro ministro da Instrução Pública em Portugal, D. António da Costa, remetem para uma feminização do ensino primário, que conferia às mulheres um papel fundamental, tornando-se por isso necessário investir na sua formação. Foi neste contexto que surgiram as bibliotecas populares, oficialmente criadas em 2 de agosto de 1870, através de um sistema misto oficial, municipal e particular, facilitando o contacto com os livros a quem tivesse mais dificuldade em deslocar-se para fora de casa, através da leitura domiciliária, que interessaria sobretudo às mulheres e às crianças.

Por esta data foram também criadas as Escolas Normais Primárias para o sexo feminino (a primeira, em 1866, no Calvário-Lisboa), o que significou a possibilidade de as mulheres receberem uma formação profissional para o exercício da docência no ensino primário, conseguindo ultrapassar os homens diplomados no início do século XX.

Não obstante, o avanço da alfabetização evidenciou a desigualdade entre homens e mulheres, patente no acesso à educação e à leitura facultadas por meios e recursos públicos. Ausente das bibliotecas, a figura feminina impunha-se na representação social da leitura e da educação, articulando funções domésticas e educativas. Minoritárias no mundo das letras, certas autoras ocultavam-se em pseudónimos masculinos e as suas obras tinham reduzida visibilidade nas bibliotecas, mesmo quando eram alvo de reconhecimento público.

- Como explicar essa dualidade entre uma valorização da representação feminina da leitura num contexto privado, patenteada nas capas de revistas, e a ausência da mulher nas bibliotecas públicas?

O trabalho que se apresenta pretende contribuir para a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres na evolução da leitura pública em Portugal, no dealbar do século XX. Recorrendo à análise de dados estatísticos que se cotejam com outras fontes coevas, ensaia-se uma interpretação à luz dos estudos congéneres, mormente os que se debruçam sobre o universo feminino.

Trata-se de um olhar sobre a mulher no mundo do ensino e das letras, considerada enquanto aluna e leitora, mas também como professora, bibliotecária e escritora. O papel de mediadora da leitura emerge num contexto definido por um imaginário em que predomina a idealização da imagem feminina esboçada pelo Romantismo: débil, vulnerável, frágil..., traços que justificavam o recolhimento do lar. Paralelamente, a mentalidade da época sublinhava a função social da família, assente em mecanismos de autoridade paterna e subalternização da mulher.

Este texto assume-se, sobretudo, como um desafio ao alargamento da investigação, na linha do trabalho esboçado, complementando-o ou adotando uma perspetiva distinta, que enriqueça o conhecimento sobre a relação das mulheres com a leitura pública, em Portugal, no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE

literatura feminina, biblioteca popular, leitura pública

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA: MEMÓRIAS DA CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA (1959–1961)

Dayane de Freitas Colombo Rosa

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Roseli Gall do Amaral da Silva

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

José Joaquim Pereira Melo

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Neste trabalho o objetivo é analisar a concepção de educação desenvolvida em Cuba após a sua Revolução em 1959, sendo uma síntese de tensões internas e externas que se desencadearam a partir do longo período de exploração colonial bem como da localização geográfica de Cuba, o que fez florescer um processo de luta entre classes, que se agravou no período neocolonial e com governos ditatoriais. A Campanha de Alfabetização Cubana, ocorrida a partir desse momento, pode ser considerada o ponto de partida para construção de uma pedagogia com características próprias reiterando em seus materiais didáticos a expressão de José Martí: ser culto para ser livre. Nessa direção, analisar a concepção de educação cubana entre 1959-1961 implica considerar as condições em que ocorreu a Campanha de Alfabetização, os princípios que orientavam os professores voluntários que participaram da mesma e o material didático que norteava a ação pedagógica: o Manual Alfabetecemos publicado em 1961 pela Comissão Nacional de Alfabetização. O pressuposto teórico é de que a base pedagógica em Cuba foi construída em meio ao processo de luta por uma transformação social na qual foi atribuído à educação, nesse período, um papel significativo. Além de fontes atuais sobre o tema, delimitou-se como fonte primária o Manual Alfabetecemos (1961a) e a Cartilha Venceremos (1961b), materiais que possibilitaram a compreensão da ação educativa, dos interesses e das lutas daquele período. Os resultados obtidos permitem inferir que o ideário revolucionário de 1959-1961 pretendia um modelo de educação que unificaria o estudo com o trabalho e formaria um homem novo capaz de superar o campo da passividade para ser sujeito de sua própria história.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Revolução, Alfabetização, Homem Novo

COLEÇÃO *BRASIL MOÇO* – LITERATURA VIVA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES NA DÉCADA DE 1970

Suzete Bornatto

Universidade Federal do Paraná

O trabalho investiga a produção de seletas para estudantes (e leitores em geral) do Brasil, em um momento político marcado pela repressão e pelo cerceamento das liberdades individuais, sob a vigência do Ato Institucional n. 5, decretado no final de 1968 pelo regime militar, em que autores e editores eram alvo de censura de caráter moral e ideológico, mas também de violência (queima de livros, ataques contra livrarias). A Livraria José Olympio Editora foi uma das 33 editoras contempladas por um edital do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para a produção de obras literárias e antologias de nomes consagrados, que seriam comercializadas a preços atrativos e distribuídas a bibliotecas públicas do país. Dentre os títulos produzidos nesse regime de coedição estiveram os 27 volumes da Coleção *Brasil Moço*, composta de seletas (em prosa e/ou verso) de autores brasileiros, publicados entre 1971 e 1980. A coleção foi um projeto de divulgação da literatura contemporânea para os jovens leitores, com uma organização que se propunha como alternativa melhor para o ensino, propiciando orientação também para os professores de português. Dirigida por Paulo Rónai, reuniu especialistas que selecionavam os textos dos escritores, estabeleciam notas e propunham questões e atividades de pesquisa. A principal aposta estava, porém, na suficiência do texto para despertar/educar a sensibilidade do leitor ou leitora. Da análise, que se ancora nas contribuições de Reimão (2011), Maués (2014), Tavares (2014) e Sorá (2018), se depreende que escritores relevantes do período, mas com posicionamento político mais combativo, não foram incluídos; por outro lado, vários volumes foram organizados por um ex-militar cujos direitos políticos haviam sido cassados pelo regime, evidenciando o espaço de liberdade assegurado pela editora no âmbito da produção cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Seletas literárias, Formação de leitores, Década de 1970

MARCAS NA EDUCAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL COLÔNIA

Patrícia Rodrigues Augusto Carra

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

A presente comunicação apresenta o resultado de pesquisa, que envolveu uma historiografia e reflexão sobre a educação feminina, durante o período histórico em que o Brasil foi colônia portuguesa (1500 a 1822). A investigação tratou-se de pesquisa bibliográfica, auxiliada por pesquisa documental e concluiu que a maioria dos homens e mulheres, que viveram durante esse período, não teve acesso ao ensino formal e sistematizado. Em termos teóricos, o estudo tem como base, principalmente, autores da área dos estudos de gênero, da História, da Sociologia e da História da Educação. Observou-se que a educação, geralmente, era uma formação voltada para o trabalho, sendo este o definidor do que era ensinado ou não. A parcela da população que teve acesso à escolarização, em geral, pertencia às camadas economicamente mais privilegiadas e era do sexo masculino. Até a época joanina (1808 a 1821), foi pequeno o universo de mulheres que tiveram a oportunidade do aprendizado da leitura e da escrita em diferentes níveis, o que ocorreu no ambiente doméstico, em conventos ou recolhimentos localizados na Europa ou no Brasil. A partir das Reformas Pombalinas, aconteceram iniciativas no sentido de que fosse ofertado o ensino formal às mulheres, ainda que de modo diferenciado do oferecido aos homens. Essas iniciativas, contudo, não alteraram o quadro educacional das mulheres coloniais. Na realidade, meninos e meninas, habitantes do Brasil no espaço de tempo estudado, tiveram poucas oportunidades de se alfabetizarem. O estudo apresenta-se como qualitativo e encontra aportes nos campos da História da Educação, da História, da Sociologia e da Antropologia. Esta investigação é parte da primeira fase do projeto *Marcas Sexistas na História da Educação Brasileira* que foi desenvolvida no Pós-Doutorado na linha de pesquisa Teorias e Culturas em Educação, no curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), de agosto de 2015 a janeiro de 2016. O referido projeto investiga a educação feminina no Brasil considerando a educação prevista para homens e mulheres, em diferentes espaços temporais, e entende que estes homens e mulheres não formam dois grandes conjuntos homogêneos e não constituem duas únicas categorias de análise. Estão dispersos em diferentes categorias convergentes (ou não), tais como: classe e etnia. A investigação parte da premissa que refletir sobre a história da educação de homens e mulheres obriga a questionar: educar quem? Educar para o que e por quê? Por que não educar? E objetiva traçar um panorama da educação feminina no Brasil destacando fatores que contribuíram para a paisagem escolar brasileira ser majoritariamente mista observando a premissa de que escola mista não significa a oferta de uma escolarização não diferenciada por sexo e refletindo sobre o conceito de educação igualitária e sobre a importância de olhares atentos para o sistema educacional e suas diferentes instâncias, assim como, para os sujeitos que frequentam os diferentes ambientes educativos ao longo tempo.

PALAVRAS-CHAVE

educação de mulheres, Brasil Colonial, sexismo

LIBROS DE TEXTO, LECTORES Y PRÁCTICAS DE LECTURA EN MÉXICO: ENTRE EL MUNDO NATURAL Y EL MUNDO SOCIAL EN EL SIGLO XX

Antonio Padilla Arroyo

Universidad Autónoma del Estado de Morelos

La historiografía de la educación ha puesto de manifiesto la importancia que han tenido los textos escolares en los procesos de escolarización, los cuales se expresan, entre otras cosas, en la enseñanza y el aprendizaje de saberes científicos y sociales, cuya finalidad es explicar los fenómenos naturales -biológicos, físicos, químicos-, así como comprender e interpretar, en su definición más amplia, los hechos sociales y culturales.

Aquí se considera que los textos escolares incluyen tanto los escritos como los visuales y que, en su materialidad, toman la forma de libros, folletos y manuales a fin de inculcar y divulgar ideas, creencias, opiniones, juicios, conceptos, así como de actitudes, acciones, conductas, comportamientos, prácticas. Unas y otras se expresan mediante lenguajes especializados o cotidianos acerca del mundo natural y del mundo social.

Así, los textos escolares, en cuanto artefacto cultural, tienen entre sus principales objetivos la conformación de los individuos y de los grupos sociales, de su subjetividad, y la producción de experiencias que se desvela por medio del lenguaje, esto es de “lecturas”, de sentidos y significados sobre el mundo. Ambas dimensiones, la subjetividad y las experiencias, son resultado y configuran la naturaleza humana.

En este texto se exploran las representaciones y la recreación de los mundos social y natural, así como las relaciones que se establecen entre esos ámbitos: de la experiencia humana sobre la naturaleza y de la experiencia de la naturaleza sobre el hombre social. Para ello se examinan dos textos escritos que se publicaron en México y que circularon entre diversos públicos: uno de ellos, es un libro de texto escolar titulado *Ortografía*, cuyo autor es Bernardo Zepeda Sahagún, editado en 1965, dirigido expresamente a alumnos y maestros de enseñanza primaria y en consonancia con el programa oficial que las autoridades educativas mexicana prescribieron, mientras que el segundo es una obra publicada en 1936 y titulada *¡Levántate!*, de la autoría del maestro de la Escuela Normal de Veracruz, Luis Hidalgo Monroy, quien la concibió para que circulara entre un público más amplio.

El criterio de selección de los textos es las materias que tratan: la *Ortografía* como una rama de la Gramática. La importancia de la asignatura reside en que mediante el “arte de escribir correctamente” se accede al dominio del lenguaje escrito, de la cultura escrita. En el caso del libro de Hidalgo Monroy su pertinencia radica en que se trata de un libro de lectura para distintos públicos desde niños hasta ancianos, si bien privilegia al género masculino. El libro entremezcla varios géneros literarios lo que dota al libro de una riqueza discursiva sobre las representaciones y los vínculos que se dan entre naturaleza y sociedad, entre recursos naturales y trabajo. Las metáforas, las comparaciones y los recursos literarios para representar la naturaleza en cuanto objeto de la biología y las recreaciones mediante la palabra, producto de la acción humana y la acción humana moldeada por la biología, es decir por la naturaleza. Denominar y aprehender la naturaleza implica la configuración de la naturaleza humana.

PALABRAS CLAVE

textos escolares, enseñanza, México

ENTRE OS TESTES ABC E O IDEÁRIO CONSTRUTIVISTA: UMA ANÁLISE SOBRE A IDADE MAIS ADEQUADA PARA QUE AS CRIANÇAS INICIEM O APRENDIZADO DE LEITURA E DA ESCRITA

Andressa Caroline Francisco Leme

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP

O tema justifica-se pela ampliação do ensino fundamental para nove anos, instaurada pela Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, visto que esse fato desencadeou discussões pedagógicas acerca das causas e consequências dessa mudança para as crianças de seis anos que anteriormente frequentavam a educação infantil, e passaram a ingressar o primeiro ano do ensino fundamental, no Brasil. Constatou-se a recorrente preocupação entre os especialistas para o que denominam “maturidade” e/ou “prontidão” das crianças como premissa para o aprendizado da leitura e da escrita, aspectos que cruzam-se ainda à recomendações acerca do ambiente e métodos de ensino mais indicados para tanto. Nesta comunicação objetiva-se compreender de que modo se estabelecem as relações entre o discurso da psicologia do desenvolvimento e as orientações pedagógicas sobre a idade mais adequada para que as crianças iniciem o aprendizado da leitura e da escrita presentes nas orientações destinadas à formação de professores. A proposta incide no exame da obra *Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita* (2008), de Manoel B. Lourenço Filho, e no livro *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*, de Telma Weisz (2003). Trata-se os enunciados a partir da perspectiva de Michel Foucault (2012) sobre a análise do discurso, portanto, detém-se propriamente as coisas ditas com o intuito de apresentar a complexidade do próprio discurso, sem a pretensão de revelar a verdade oculta ou a intenção não pronunciada pelos autores no que tange o problema de estudo. A análise evidenciou que os escritos selecionados partilham a produção de conhecimentos acerca da alfabetização posicionados de modos distintos na superfície do discurso, Lourenço Filho apoiado nos pressupostos da Escola Nova e, Telma Weisz, no ideário construtivista. Ambos, contudo, amparam-se no discurso da psicologia do desenvolvimento na formulação de enunciados sobre *quando* e *como* as crianças aprendem a ler e a escrever, e convergem ainda ao defenderem suas perspectivas a partir da lógica que se propõe a superar um ensino tradicional em prol da inovação pedagógica. Compreende-se assim que as fronteiras que tratam o problema acerca da idade mais adequada para que as crianças sejam alfabetizadas são temporais e diversas, perpassam por exemplo: a cultura escolar letrada, a prática docente e os saberes especializados, os quais em confluência produzem efeitos acerca da alfabetização e a infância.

PALAVRAS-CHAVE

Alfabetização, formação de professores, psicologia educacional, cultura escolar

ESCUELAS RURALES. MÁLAGA 1940–1980

M^a del Carmen Ruiz Pérez

Junta de Andalucía

Nuestra comunicación se centra en el estudio de la escuela rural en Málaga desde el comienzo del Franquismo hasta la llegada de la democracia. En 1940, la mayoría de los habitantes de España vivían en pueblos, era una población rural que se dedicaba a la agricultura o ganadería, de ahí la importancia de estas escuelas. Esta situación se complica en el caso de Málaga, pues una de sus características geográficas más significativa es el elevado porcentaje de relieve montañoso en la provincia (un 85% de la superficie total), afectando a la distribución y comunicación de su población, con un importante peso del hábitat disperso. Este relieve tan accidentado, la dificultad en las comunicaciones o la escasez de servicios elementales (luz, agua corriente, escuelas, médicos, etc.) por tales motivos esta provincia presenta unas características diferentes al resto del territorio nacional, con unas tasas de analfabetismo superiores a la media del país, cuya diferencia se irá incrementando con el paso de los años: mientras que en 1940 la tasa de analfabetismo en España era del 33,7%, en Málaga era del 38,6%; sin embargo, esa diferencia de 5 puntos porcentuales aumentará a más de 16 puntos en 1950 (17,34% de analfabetos de media en España, mientras que Málaga alcanza el 33,92%). Esta tasa de analfabetismo era superior en el caso de las zonas rurales de esta provincia, donde incluso podía hablarse del 95% de analfabetos.

Nuestro objetivo es describir la situación de partida en Málaga, llena de carencias económicas, sociales y educativas, con una de las tasas de analfabetismo más altas del país (solo superada por Jaén) y cuáles son las iniciativas llevadas a cabo para paliar esta situación.

Una de ellas fue la creación de Escuelas-Capilla, proyecto de Ángel Herrera Oria, Obispo de Málaga a comienzos de 1950, cuyo fin era elevar el nivel educativo y mejorar la vida de los habitantes de las áreas rurales.

En este estudio se expondrán los objetivos, características, financiación y localización de estas escuelas-capilla, pero también se analizará esta experiencia a través del testimonio de algunos de sus protagonistas. Mediante entrevistas con maestras rurales, alumnado de estas escuelas y colaboradores en la construcción de estos centros, dibujaremos una realidad más cercana, la historia en primera persona. Serán fundamentales en esta investigación los datos estadísticos.

Como conclusión, se analizarán los resultados de este esfuerzo, que implicó no solo al Estado y a la Iglesia, con gran influencia en la educación durante el franquismo, sino a toda la comunidad educativa de estas zonas rurales. Una de las formas de valorar el resultado de esta iniciativa es a través de la estadística, para ellos se estudiarán los datos de analfabetismo en la provincia y lo compararemos con la media nacional.

Finalmente, con la aprobación de la Ley General de Educación en 1970 muchas de estas escuelas rurales fueron desapareciendo, puesto que la nueva normativa exigía que los colegios contasen, como mínimo, con 240 alumnos (30 en cada uno de los 8 cursos de la nueva Enseñanza General Básica).

PALABRAS CLAVE

Escuelas rurales, Franquismo, analfabetismo, Málaga

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E AUTOFORMATIVAS DE MULHERES EM MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR: O NORDESTE BRASILEIRO, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

Alessandra Maria Santos

Universidade Federal de Pernambuco

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Universidade Federal de Pernambuco

Na História da educação brasileira, os movimentos educacionais populares, precursores na admissão da cultura popular, recebem destaques ante os promissos resultados: acelerada elevação das taxas de alfabetização. Nesta historiografia, constam as reconduções teórico-metodológicas da educação popular, as iniciativas de políticos populistas, a inserção da cultura enquanto instrumento pedagógico, as interferências de intelectuais, religiosos, estudantes secundaristas e universitários. Todavia, as contribuições de mulheres, participantes e atuantes na expansão da cidadania através de atividades de alfabetização, não compõem os registros históricos. Privadas de terem suas atuações registradas na História, é através da abordagem da História vista de baixo, de Jim Sharpe (1992), que os anônimos, os vencidos, os prisioneiros, as mulheres conquistam lugar nas narrativas históricas. Se a participação das mulheres nestas práticas educativas merece destaque, os processos que as conduziram também. Assim, com objetivo principal de analisar os processos formativos e autoformativos de mulheres participantes e atuantes em movimentos de educação popular, no Nordeste brasileiro, nos idos de 1960, desenvolvemos este estudo. É no delineamento de atividades educativas, com implicações no social, que mulheres apreendem experiências que vão se refletir em suas práticas sociais e ressignificações epistemológicas da educação popular, mas também em suas subjetividades. O conceito de experiência, embasado nas reflexões do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1981), propõe-se a tratar como as situações da vida, permeadas de necessidades, interesses e envoltas na cultura, permitem a construção de sentidos e reconhecimento dos indivíduos como sujeitos sociais. É no interior da cultura, das relações sociais, das práticas cotidianas que a experiência produz significados, constrói a consciência social. Das vivências com as práticas pedagógicas, reflexões sobre as dificuldades, buscas por intervenções é que elas constituíram-se, formaram-se educadoras populares. O método (auto)biográfico, oriundo das ciências sociais, permite reconhecer na própria história de vida os aspectos formativos e suas dimensões, preconizadas pelo sociólogo italiano, Franco Ferrarotti (1988) como as relações interativas familiares, escolares e profissionais, bem como as construções de autonomização. No intuito de alcançarmos o objetivo proposto, realizamos, a priori, revisão da bibliográfica, cujos resultados revelam a ausência feminina nos debates historiográficos da educação popular. Em seguida, com aporte metodológico da história oral, as memórias das mulheres, sobre as experiências formativas e autoformativas, foram reveladas. A memória enquanto fonte histórica possibilita, por um lado, identificar as subjetividades dos indivíduos, considerando também as interferências impetradas à produção de memória; e por outro, conhecer elementos partilhados socialmente que configuram a memória coletiva. Assim, consideramos que as experiências femininas além de contribuírem aos movimentos educacionais populares, foram constituídas nas práticas cotidianas de leitura, atividades religiosas e escolares, reuniões e treinamentos específicos. Tais experiências distanciavam-nas do papel “comum” conferido às mulheres - serem filhas, esposas, mães — e, em certas situações, inserem-nas em organizações políticas. Assim, atentar como deu-se os processos formativos e autoformativos de mulheres, bem mais que abranger o repertório da História das mulheres, confere novos olhares, ante outras problematizações e sujeitos, à História da educação.

PALAVRAS-CHAVE

Educação popular, Mulheres, Experiências formativas





EIXO IV

ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS E
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

A EDUCAÇÃO RURAL CONCEBIDA PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: A UNESCO, A OEA E A CEPAL FRENTE À EDUCAÇÃO EM ÁREAS RURAIS

Macioniro Celeste Filho

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

O trabalho aborda as concepções divergentes que os organismos internacionais dedicaram à educação rural nas décadas de 1960 e 1970. Apresenta as concepções ideais que a UNESCO e a OEA dedicaram ao tema desde meados do século XX. Destaca como os economistas assessores da UNESCO definiram a educação rural hegemonicamente neste organismo. Contudo, também apresenta as divergências em relação a tais economistas por parte de educadores na própria UNESCO, na OEA e na CEPAL. Este trabalho teve por objetivo compreender as abordagens dos organismos internacionais ligados à cultura sobre a educação rural desde meados do século XX e como tais concepções educacionais foram defendidas como desejáveis para países majoritariamente agrícolas nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, como metodologia executou-se uma pesquisa documental em periódicos e livros publicados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO; em periódicos educacionais editados pela Organização dos Estados Americanos — OEA; e em algumas publicações culturais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL, privilegiando-se as décadas de 1960 e 1970. Entre estas publicações, foram analisados artigos sobre educação rural nos periódicos *Crónica de la UNESCO*; *Perspectivas*: revista trimestral de educación; *UNESCO-América Latina-Proyecto Principal de Educación*: boletín trimestral. Esses três periódicos foram publicados sob auspício da UNESCO. Foram analisados também alguns livros sobre educação rural publicados pela UNESCO e recomendados por esses periódicos. Pesquisou-se a revista *Educación*, publicada pela OEA. No que concerne à CEPAL, buscou-se analisar livros sobre educação rural publicados sob patrocínio deste organismo internacional de reflexão e organização de políticas públicas para a América Latina. Na apresentação dos resultados da pesquisa, os temas relacionados à educação rural foram organizados em três abordagens distintas. Inicialmente, serão tratadas as idealizações que alguns organismos culturais deram à educação rural desde meados do século XX. Posteriormente, será enfatizada a preponderância do pensamento dos economistas ligados à UNESCO como assessores na implantação de projetos de educação rural nas décadas de 1960 e 1970. Diferenciando-se dos economistas ligados à UNESCO, o debate sobre a educação rural promovido pela CEPAL na década de 1970 tratará esta temática de maneira inovadora. Finalizando o texto, como conclusão, serão apresentadas algumas comparações analíticas das diferentes concepções de educação rural propostas pelos principais organismos internacionais ocidentais para projetos de educação no meio rural a serem implantados na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Este trabalho teve por propósito diferenciar as contribuições do debate internacional sobre a educação rural nos anos 1960 e 1970 e suas interfaces com a discussão desse tema em países periféricos e não industrializados.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Educação rural, Organismos internacionais de cultura

ASPECTOS DA IDENTIDADE DOS PROFESSORES DO CURSO SECUNDÁRIO NO COLÉGIO PEDRO II (1946–1964)

Jefferson da Costa Soares

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Este trabalho foi elaborado com base numa pesquisa que se propõe a aprofundar a análise sobre o processo de construção da identidade profissional do magistério público secundário, tomando como objeto de estudo os quadros docentes do Colégio Pedro II, entre 1946 e 1964. Considera-se a relevância dessa instituição no âmbito do ensino secundário brasileiro, enquanto colégio padrão. Nosso objetivo geral é avaliar o impacto das mudanças introduzidas, ao longo desse período, na legislação sobre o ensino secundário e na relação entre os órgãos de controle da burocracia estatal e a referida instituição, bem como as reações e negociações que se estabeleceram entre o Estado e os professores do Colégio, durante o processo. Privilegiamos, como referenciais teórico-metodológicos, a interlocução com Dubet (2002), particularmente as categorias de que este se utiliza, na análise da profissão docente, de *trabalho sobre o outro* e de *programa institucional*. Abordamos a questão da identidade docente, a partir da análise de Dubar (1997), sobre a maneira como o sujeito constrói a sua *identidade profissional*. Dialogamos também, com dois trabalhos que se constituíram no ponto de partida para a nossa análise, a saber, Soares (2014) e Dias (2008). As fontes documentais privilegiadas foram: a documentação localizada no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), do Colégio Pedro II, particularmente, as Atas da Congregação de Professores, os Anuários e Regimentos; a legislação do período, tanto a referente ao ensino secundário, em geral, quanto a referente ao Colégio; a documentação localizada no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); dentre outros. As análises preliminares permitiram constatar que, no final da década de 1940, o Colégio Pedro II tinha sua Congregação formada por 21 professores catedráticos, considerados os mais importantes do Colégio naquela época, responsáveis pelas decisões políticas sobre os rumos da instituição. Os documentos evidenciaram que o período de expansão do Colégio Pedro II se inicia nos anos 1950. Em 1962, a instituição já contava com 863 professores das várias categorias. Segundo mostram as atas das Reuniões da Congregação já catalogadas, trata-se de um período de expansão, com a criação, em 1952, das Unidades Norte e Sul, atuais Unidades Engenho Novo e Humaitá respectivamente, e com a implementação, também no início dos anos 1950, da gratuidade no Colégio. A Unidade Tijuca é criada em 1957, portanto, essas Unidades receberam os professores da geração dos anos 1950, mas há nitidamente, ainda presente, uma geração anterior. Foram encontrados dois Regimentos Internos referentes ao período investigado. O primeiro deles vigora entre 1953-1962. Segundo o referido documento, a carreira de professor era constituída pelos sucessivos cargos de Auxiliar de ensino, Assistente, Professor adjunto e Professor Catedrático. O corpo docente era formado por esses professores de carreira e pelos docentes livres, os professores dirigentes, professores, padrão N, professores do ensino secundário e professores extranumerários ref. 29, os professores contratados, os orientadores educacionais e preparadores com suas atribuições específicas. Analisamos, ainda, as atribuições dessas categorias profissionais docentes.

PALAVRAS-CHAVE

Colégio Pedro II, Identidade Profissional Docente, Trajetória

O CAMPO POLÍTICO E A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL (ESTADO DE SÃO PAULO, 1963–1971)

Carlos Alberto Diniz

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

A partir da década de 1930 se iniciou no Brasil um processo de expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário, que se acentuou extraordinariamente no Estado de São Paulo após o fim da ditadura civil do presidente Getúlio Dorneles Vargas em 1945 com o restabelecimento do Poder Legislativo, ou seja, com a participação dos deputados estaduais que atuaram efetivamente na criação de ginásios e colégios que, por sua vez, ocuparam um espaço privilegiado no plenário e nas comissões da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Entre os anos de 1942 e 1971 o ensino secundário no Brasil esteve organizado em dois ciclos: o primeiro ciclo, o curso ginasial (com duração de 4 séries anuais) e o colegial (com duração de três séries anuais). Essa reflexão tem por objetivo discutir a expansão dos ginásios e colégios públicos estaduais no Estado de São Paulo entre 31 de janeiro de 1963 e 15 de março de 1971, com base na análise do campo político. Entre os anos de 1963 e 1971 foram criadas 1.121 escolas de ensino secundário; desse montante, 502 ginásios e 320 colégios. O recorte histórico adotado abarca três governos do Estado de São Paulo transcorridos no período marcado pela ditadura militar (1964-1985), cujo ápice foi a edição em 1968 do Ato Institucional n. 5 (AI-5) que permitiu o governo decretar o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além de cassar mandatos parlamentares e impor severas restrições à liberdade de imprensa, de organização e de expressão, com consequências diretas no processo eleitoral. Nesse cenário ocorreram mudanças na organização institucional do ensino secundário com o estabelecimento do ensino obrigatório de 1º grau com duração de 8 anos, além da profissionalização compulsória do 2º grau. Para uma melhor compreensão do jogo político implicado nesse período, recorreremos ao arcabouço teórico da Nova História Política, além do trabalho de Pierre Bourdieu sobre a noção de campo, para enveredar na análise documental da legislação educacional, das mensagens dos governadores do Estado de São Paulo, dos projetos de lei que tramitaram na Alesp de São Paulo no período já citado, além dos relatórios dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e sinopses estatísticas do ensino secundário. As fontes utilizadas nesse estudo até o momento têm mostrado que mesmo com o regime ditatorial, a expansão do ensino secundário público no Estado de São Paulo se manteve em ritmo acelerado a exemplo do período de redemocratização no Brasil (1945-1964). No bojo da promulgação do Ato Institucional n. 5, o campo político paulista mudou consideravelmente, uma vez que o Poder Executivo estadual assumiu toda a política educacional de expansão do ensino secundário — até então disputada com os deputados estaduais que viam na demanda crescente por esse nível de ensino uma grande oportunidade política e uma maneira de se manter no poder —, utilizando-se do Conselho Estadual de Educação, recém-criado, e da Secretaria Estadual de Educação para definir os critérios a serem adotados na criação de escolas nos municípios paulistas.

PALAVRAS-CHAVE

História do ensino secundário, Ginásios e Colégios, Campo político, Expansão do secundário

POLÍTICAS PÚBLICAS EN TORNO A LA EDUCACIÓN PARVULARIA EN CHILE: ESTUDIO HISTÓRICO

Jaime Caiceo Escudero

Universidad de Santiago de Chile

Los organismos internacionales reconocen que Chile ha tenido importantes políticas públicas en educación, tan pronto advino la República. Ello ha significado que en el sistema escolar esté a la vanguardia en América Latina por el alto nivel de cobertura que posee: sobre el 90%. Sin embargo, en el nivel parvulario existe un déficit que es necesario superar; se han realizado variados esfuerzos, pero aún no se cubre el 50% de las necesidades desde la sala cuna hasta los 5 años de edad de los infantes.

En esta comunicación se desea mostrar las políticas públicas a nivel parvulario en el período republicano de Chile y reflexionar que, a pesar de los esfuerzos realizados, existe aún una carencia significativa.

Es la propia de los estudios históricos, recurriendo a fuentes primarias y secundarias; entre las últimas se encuentran una serie de investigaciones que el autor de este trabajo ha realizado sobre este nivel educacional.

Con el apoyo del estado sólo en 1864 se fundó la primera escuela de párvulos en Santiago, gracias a las Hijas de la Caridad de San Vicente de Paúl, llegadas desde Francia al país 10 años antes; se recibían niños de ambos sexos de tres a ocho años; el personal, el inmueble y los materiales se pagaban con fondos públicos.

Solo en 1906 se fundó el primer Kindergarten fiscal, anexo a la Escuela Normal de Preceptores N° 1 de Santiago; nació por Decreto N° 5.609 del 7 de octubre de 1905. Su primera directora fue Leopoldina Maluschka, de nacionalidad austríaca.

En 1944 se fundó la primera Escuela Universitaria formadora de Educadoras de Párvulos en la Universidad de Chile, siendo Amanda Labarca su primera Directora. Ello permitió realizar investigaciones y publicaciones en el área. Posteriormente, varias otras universidades harán lo mismo.

Posteriormente, surgieron otras iniciativas relevantes como la fundación de la Junta Nacional de Jardines Infantiles -JUNJI- a través de la ley N° 17.301 de 1970, durante el gobierno de Eduardo Frei.

En 1974 se creó en el Ministerio de Educación el Segundo Nivel de Transición (Kinder) con programas de estudio y todos los establecimientos educacionales subvencionados, tanto públicos como particulares, pudieron asumirlos con financiamiento estatal; en el 2008 se hizo lo mismo con el Primer Nivel de Transición (Prekínder). Para los sectores de menores recursos y especialmente para los hijos de la mujer trabajadora se fundó INTEGRA en 1990, organismo dependiente de la Presidencia de la República.

Como una manera de realzar la educación parvularia, durante el segundo gobierno de Michelle Bachelet se dictó la Ley N° 20.835 en 2015 que creó la Subsecretaría de Educación Parvularia y la Superintendencia de Educación Parvularia; al mismo tiempo se abrieron más establecimientos dependientes de JUNJI. El actual gobierno de Sebastián Piñera ha centrado el énfasis en la educación de la primera infancia, proponiendo en el 2018 un proyecto al Parlamento de acceso universal y gratuito a una educación parvularia de calidad; se encuentra en trámite constitucional.

PALABRAS CLAVE

Educación Parvularia, políticas públicas, cobertura

“JEFES Y OFICIALES DEL EJÉRCITO ESCOLAR”: LA CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES DE LOS MAESTROS ARGENTINOS EN RELACIÓN CON LA PROFESIÓN MILITAR A PRINCIPIOS DEL SIGLO XX

Laura Graciela Rodríguez

Universidad Nacional de La Plata / CONICET

Germán Soprano

Universidad Nacional de La Plata / CONICET

Durante las primeras décadas del siglo XX, dos altos funcionarios de la burocracia educativa argentina insistían en que los maestros y profesores formaban parte de la burocracia estatal igual que los militares, y debían, por ello, recibir el mismo reconocimiento que estos últimos habían logrado. De acuerdo a esta mirada, sus actividades eran similares: tanto los docentes como los militares defendían la “integridad del suelo” y el “honor nacional” hasta en los lugares más lejanos de la patria. Asimismo, ambos se “sacrificaban” al máximo: los unos preparándose para la guerra y los docentes librando la “batalla” de la civilización nacional.

Estas comparaciones fueron utilizadas también al momento de realizar reclamos gremiales. A pesar de estas similitudes, aseguraban, los maestros, profesores, directores e inspectores — “jefes y oficiales del ejército escolar” o las “milicias educadoras”- recibían salarios menores en relación a los jefes y oficiales del Ejército y de la Armada. Entre el militar “perpetuamente dispuesto al sacrificio” y el maestro “eternamente sacrificado”, concluían, debía alcanzarse una equidad salarial completa e iguales cuotas de prestigio social. Un importante referente sindical sostenía que los maestros constituían la “milicia civil” y solicitaba que se implementara el escalafón profesional del magisterio “a la manera del escalafón militar”.

En base a estas reflexiones que hacían los propios docentes y funcionarios, en esta ponencia analizaremos cómo ha sido el proceso de la construcción de identidades de los maestros argentinos en relación con la profesión militar a principios del siglo XX. En primer lugar, estudiaremos el contenido de los discursos de los docentes y los contextos en los que se formularon, acerca de la necesidad de que la carrera docente se asemeje a la carrera militar. En segundo término, reconstruiremos históricamente cómo resultaron los procesos de modernización, burocratización y profesionalización del magisterio y del Ejército entre 1900 y 1930, con el propósito de identificar cuáles reclamos de los maestros fueron atendidos y qué otros resultaron ignorados al final del período.

PALABRAS CLAVE

Maestros, Argentina, Identidad

VIDA, PENSAMIENTO Y ACCIONES DE LOS PREMIOS NACIONALES DE EDUCACIÓN CHILENOS DE ACUERDO A LAS INVESTIGACIONES DEL DR. JAIME CAICEO ESCUDERO

Estela Socías Muñoz

Universidad Mayor

En esta comunicación se destacarán las investigaciones realizadas por el Dr. Jaime Caiceo Escudero relacionadas a los Premios Nacionales de Educación. La creación en el año 1979 del “Premio Nacional en Educación” a través del decreto del D.L N° 2838 del 13 de agosto del mismo año. Este premio se otorga cada dos años y se le entrega a los educadores que se hayan destacado en Chile por sus dotes morales, pedagógicos e intelectuales y por sus acciones relevantes en pro de la educación nacional. (D.L; 1979: Art. 2) Situación que fue modificada con la vuelta a la democracia: “A la persona que se haya destacado por su contribución al desarrollo de la educación en cualesquiera de sus niveles o en las ciencias de la educación” (Ley , 1992: Art.6)

Se describirán las grandes Reformas del Sistema Educacional Chileno, tales como la Ley de Instrucción Primaria en 1920, Reformas de 1927 (centrada en la educación primaria), Reforma de 1945 (centrada en la educación secundaria), Reforma de 1965 (centrada en la educación básica y media, tanto científica, humanista, como técnico profesional), Reformas de 1982 (centrada en la educación superior: CFT, IP y Universidades) y Reforma de 1996 (centrada en la educación básica y media). Se analizará nuestra historia educacional, para comprender la paradoja que se vive en el presente.

Se pretende dar a conocer la importancia de las investigaciones del doctor Jaime Caiceo Escudero en este tema, siendo el único historiador que se ha preocupado por este contenido tan relevante a nivel nacional como internacional.

Se analizarán las ideas educacionales presentes en Chile que influyeron en el pensamiento y acción pedagógico de los diferentes educadores, especialmente en quienes obtuvieron el premio nacional en ciencias de la educación, los cuales se destacaron en el país desde 1927 en adelante.

Se analizarán las ideas educacionales presentes en Chile durante el siglo XX y que influyeron en el pensamiento y acción pedagógicos de los diferentes educadores, especialmente en quienes obtuvieron el Premio Nacional en Ciencias de la Educación, los cuales se destacaron en el país desde 1927 en adelante. Se recurrirá a los pensamientos pedagógicos de la escuela nueva, especialmente en la persona de Dewey y se destacará en qué medida los diferentes educadores premiados adhirieron a tales ideas o no, tanto los representantes del laicismo, como los del catolicismo de acuerdo a las investigaciones realizadas por el Dr. Jaime Caiceo Escudero.

La metodología utilizada es la propia de los estudios históricos; se recurrió a fuentes primarias y secundarias, realizando un amplio rastreo bibliográfico y una importante cantidad de entrevistas; se analizará el material recolectado para efectuar el informe de investigación correspondiente analizando los dos tomos del libro del Dr. Jaime Caiceo Escudero: “Pensamiento y acción educativos en Chile a partir de los premios nacionales de Ciencias de la Educación” (Tomo I: Premiados 1979-1993, 2012 y Tomo II: Premiados 1995-2011)

Se pretende demostrar la importancia de los galardonados con el fin de revalorizar la profesión en busca de educación de calidad en nuestro país.

PALABRAS CLAVE

Ideas educacionales, Políticas educativas, Reformas

A LIBERDADE DE ENSINO EM PORTUGAL NA INTERPRETAÇÃO DO INTELLECTUAL CATÓLICO JOSÉ CARLOS BELCHIOR EM 1979

Eduardo Norcia Scarfoni

Universidade Federal do Espírito Santo

Luiz Carlos Barreira

Universidade Católica de Santos

Esse artigo pretende contribuir com o debate sobre a história do ensino privado em Portugal, destacando os posicionamentos de seus dirigentes frente à educação nacional e suas disputas sociais. Para isso focaliza a temática da liberdade de ensino debatida nesse país desde a promulgação, em 1933, de sua Constituição Política. Cabe salientar que essa foi uma temática também defendida por setores privatistas do ensino de outros países, como o Brasil, para que dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino se posicionassem contra a intervenção do Estado nas escolas particulares, para que fossem contrários à fiscalização ou imposição de programas, ressaltando a importância dessa modalidade de ensino para as famílias, pois assim elas poderiam escolher onde educar os seus filhos. A igreja católica, principalmente com os jesuítas, participou ativamente dessa campanha pela liberdade de ensino, e em Portugal, no ano de 1979, José Carlos Belchior, diretor do colégio São João de Brito, lançou o livro intitulado “Liberdade de ensino em Portugal” no qual debatia essa questão. Belchior era um padre jesuíta e foi subdiretor do referido colégio entre os anos de 1966 e 1968, tornando-se seu diretor neste mesmo ano, cargo que ocupou até 1986. O colégio São João de Brito, localizado em Lisboa, foi inaugurado em 1947 pelo padre jesuíta Tobias Ferraz e teve como seu primeiro vice-reitor o padre Joaquim Eça de Almeida. A questão da liberdade de ensino é destacada por Belchior em diversos aspectos e, por meio deles, posiciona-se frente ao papel do Estado na educação, além de forjar um retrospecto histórico da atuação do ensino privado em Portugal. Ao se analisar os diversos argumentos apresentados por Belchior sobre a liberdade de ensino, pode-se afirmar, hipoteticamente, ter existido uma campanha pela liberdade de ensino que percorreu diversos países, que, de forma genérica, concebia essa liberdade como direito de as pessoas poderem escolher o ensino que gostariam de ter, ou seja, o direito de uma educação com opções de mantenedores e programas distintos, permitindo a existência das escolas privadas (confessionais e não confessionais). Em Portugal, segundo Belchior, essa liberdade de ensino teria começado a ocorrer depois da Constituição Política de 1933, pois ela teria abolido as leis de exceção por motivos religiosos. Mesmo assim diversas políticas do Estado teriam sido contrárias à liberdade defendida por Belchior. Ele afirmava que para haver pluralismo educacional, trazido pela liberdade de ensino, seria necessário que o Estado financiasse alunos que escolhessem estudar em estabelecimentos particulares. Ainda conforme a interpretação de Belchior, a liberdade de ensino teria sido “consolidada” em Portugal a partir de 1979, com a Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, que celebrava as concessões que esses dirigentes de ensino particulares reivindicavam. A considerar as reflexões de Antonio Gramsci e de Norberto Bobbio sobre os intelectuais, pode-se tomar os dirigentes de estabelecimentos de ensino como tais, posto terem atuado no seio da sociedade civil, tendo em vista à construção de uma posição hegemônica no campo da educação escolar.

PALAVRAS-CHAVE

liberdade de ensino em Portugal, José Carlos Belchior, ensino particular

AS LITERATURAS GREGA E LATINA NO CURRÍCULO DA ESCOLA SECUNDÁRIA BRASILEIRA (RIO DE JANEIRO, BRASIL: 1850–1950)

Emery Marques Gusmão

UNESP -Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho- Campus Marília-São Paulo

Há muito tem sido divulgados estudos acerca da história dos conteúdos de ensino que evidenciam a gradual perda de prestígio desde o século XIX da cultura e da história da antiguidade clássica em favor do conhecimento da língua e da realidade nacional; também se destaca o fato de que os métodos e os objetivos definidos para os estudos de latim e de grego foram adaptados ao ensino de língua e de literatura nacionais; ou seja buscou-se a erudição, o bem falar e o bem escrever por meio de exemplos. Também no ensino de História a antiga tradição de rememorar os feitos dos “grandes” homens do passado — vencedores das Olimpíadas, políticos notáveis, guerreiros ousados, heróis — foi adaptada pela escola brasileira no século XIX para oferecer bons exemplos de comportamento cívico e de eloquência às novas gerações. Deste modo, os “altos” ideais de civilidade colocados pelos gregos foram ajustados à realidade americana pois aos olhos dos antigos uma educação diferenciada (em consonância com a vontade dos deuses) tornariam o cidadão (ou mais especificamente o aristocrata) um homem apartado dos demais povos denominados “bárbaros” (pelos próprios gregos). Assim, pretende-se propor uma interpretação acerca da seleção dos autores gregos e latinos mais utilizados pela escola brasileira no referido período (1850-1950) a partir de prévio levantamento quantitativo dos autores mais indicados nos programas de ensino no Colégio Pedro II com fins didáticos para a formação de uma elite branca, erudita, masculina e cercada de privilégios. As fontes primárias (os programas de ensino da escola) estão disponíveis no livro Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira (Vechia, Ariclê e Lorenz, Karl Michael. Orgs. Curitiba; Ed. do Autor, 1998) e a leitura dos autores antigos faz-se mediante os pressupostos da Nova História Cultural com vistas a se oferecer contribuições para a História das Disciplinas Escolares no Brasil; assim, Chartier, Julia, Bourdieu e Chervel — dentre outros — nos animam a indagar o significado de se disponibilizar a cultura erudita/de elite em países pobres e periféricos. Aventou-se a hipótese de que tais obras ensinam um estilo exalta tório — capaz de sensibilizar e comover os leitores ou ouvintes; valorizam a força e a virilidade; afirmam a prominência e a superioridade masculina; justificam a derrota dos fracos; dão visibilidade aos impasses e desafios que envolvem o exercício do poder. Durante séculos o letramento dirigiu-se aos meninos/homens e mesmo no século XIX quando as primeiras escolas femininas voltadas para a elite tornaram-se prestigiadas, o currículo das meninas excluía o grego e o latim — considerados indispensáveis à formação de uma pessoa culta; igualmente difícil e polêmica foi a inserção das mulheres nas universidades no século XX. Atualmente ninguém afirma a inferioridade mental das mulheres; cultura e escolarização tornaram-se importantes signos de distinção social numa coletividade que se pretende democrática e muitos docentes delineiam perfis heroicos, seja de Tiradentes, seja de Zumbi dos Palmares.

PALAVRAS-CHAVE

História das Disciplinas Escolares, Cultura Clássica, Gênero

O PROFESSOR PRIMÁRIO, UM “OBREIRO DA CIVILIZAÇÃO” (1822–1901)

Maria Paula dos Santos Pereira

Escola Secundária Pedro Nunes

O liberalismo caracterizou-se por um importante dinamismo discursivo de natureza civilizadora. A existência de uma sociedade de índole liberal pressupunha a produção de legislação que a estruturasse e promovesse a socialização dos cidadãos, no domínio do ensino, segundo os novos valores.

O nosso ponto de partida foi a forma como os Estados-Nação, na modernidade, construíram um modelo de instituição escolar responsável pela socialização política dos futuros cidadãos. Interessava-nos perceber se existiram estratégias de instrumentalização do professorado primário, entre 1822 e 1901, para serem promotores dessa socialização. Esta problemática levou-nos a centrar a nossa análise nos discursos legais e da Câmara dos Deputados, relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública e textos da imprensa. Pretendíamos compreender a importância dada, nesses discursos, à instrução e aos professores. Identificámos as principais reformas educativas, os fatores conjunturais que as influenciaram e os debates que suscitaram, bem como as reformas relacionadas com a construção da *escola de massas*. Abordámos a construção da identidade oficial do professorado primário, identificando estratégias da sua orientação e controlo.

O primeiro limite temporal prendeu-se com a relação estabelecida na *Constituição de 1822* entre o exercício da soberania nacional e a instrução. Competia à escola formar os futuros cidadãos para a civilidade e o progresso, através da criação de um sistema de ensino público, mas as reformas da primeira metade do século não o conseguiram. A partir de 1835-1836 verificou-se um propósito de intervenção estatal na educação, embora sem intenção de construção de uma *escola de massas*, e começou a consciencializar-se a importância dos professores, promovendo-se a sua formação, orientação e disciplina.

Na segunda metade do século, enfatizou-se a dicotomia instrução/progresso nos discursos políticos. Na década de 60 desenvolveu-se a construção de uma identidade oficial do professorado, através da legislação e da sua formação. Definiram-se os seus deveres no espaço escolar e aumentou a burocracia, para o Estado acompanhar e avaliar o seu desempenho.

A política de António Costa, em 1870, anunciou mudanças, embora de curta duração face à demissão do governo. Criou-se o ensino primário do primeiro grau, obrigatório e gratuito, para a educação dos portugueses, promovendo-se a criação de vínculos com o Estado-Nação. Na reforma de Rodrigues Sampaio, regulamentada apenas em 1881, já era visível o propósito de construção de uma escola destinada a alfabetizar as massas. Criou-se um serviço de inspeção permanente e apresentou-se uma representação oficial, mais detalhada, do professor como o *obreiro da civilização e do progresso*. As práticas discursivas, da responsabilidade do poder político, e as Conferências Pedagógicas, realizadas desde 1883, procuraram orientar e instrumentalizar o professorado.

Na década de 90, a política educativa foi marcada por uma visão economicista que afetou os vencimentos dos docentes. Estes começaram a organizar-se e a defender os seus interesses, situação que conduziu a reformulações nos domínios da formação e do poder disciplinar, que se intensificou em 1901. A representação oficial do professorado passou a estruturar-se nos princípios da obediência e disciplina e numa conduta moral exemplar.

PALAVRAS-CHAVE

Civilização, Professor Primário, Orientação, Identidade

DISCIPLINAR O CORPO E OS AFETOS DAS PROFESSORAS PRIMÁRIAS (1933–1955)

Maria Paula dos Santos Pereira

Escola Secundária Pedro Nunes

O Estado Novo, na década de 30, apresentava-se como responsável pela regeneração da alma dos portugueses, competindo à escola primária a formação das futuras gerações, modelando-as segundo os valores ideológicos oficiais. A operacionalização deste projeto político-pedagógico dependia dos professores e da sua integração na comunidade onde lecionavam. Essa questão conduziu a uma ação de controlo da administração escolar, procurando defender-se das queixas, das autoridades e habitantes, relativas a comportamentos desviantes dos padrões dominantes no meio local.

No período abrangido pelo nosso arco cronológico (1933-1955), a construção oficial da profissão docente, alinhada com a visão dominante da sociedade patriarcal, foi marcada por um forte código de conduta moral que subalternizou a competência profissional. Em 1933, com o ministro Cordeiro Ramos, iniciou-se um processo de orientação, padronização e disciplina da vivência do professorado, incidindo sobre o seu corpo e afetos. A partir de 1936, com Carneiro Pacheco, a administração escolar defendia que a conduta do professorado deveria guiar-se por um conceito de moral cristã, que remetia para o passado histórico e que permitiria combater o comunismo. Intensificou-se o controlo dos professores e o casamento das professoras passou a depender da autorização do ministro.

Interessava compreender que valores funcionaram como eixos orientadores e como se processou o treino ideológico do comportamento do professorado, nomeadamente das professoras. Importava perceber as razões que levaram a administração escolar a interferir nas relações amorosas das docentes, a origem socioeconómica dos seus pretendentes, quais as infrações disciplinares que se enquadravam na conceção de conduta moral imprópria e se existiram assimetrias em relação ao género. Prolongámos este trabalho até 1955, ano em que Pires de Lima deixou a pasta da educação, tendo o seu mandato sido marcado por uma forte repressão do professorado. Analisámos a legislação, textos da imprensa, registos biográficos, correspondência da inspetora Felismina Oliveira com Salazar e, essencialmente, processos disciplinares e de autorizações de casamento.

A nossa abordagem levou-nos a considerar que a feminização da docência e a preocupação com a integração no meio conduziram a uma ação totalizante de controlo sobre o corpo e afetos, abrangendo o namoro, a “mancebia” e o casamento.

A importância do casamento no projeto ideológico salazarista, como ritual de iniciação da família católica, e os escândalos causados pelas relações amorosas de algumas professoras conduziram a que se procurasse disciplinar o seu casamento. A origem e o processo de escolha do cônjuge eram motivos de preocupação, porque as professoras tendiam a casar com homens da comunidade local que, por vezes, se intrometiam na sua vida profissional e viviam à sua custa.

Os processos instaurados por questões morais foram sobretudo aplicados a professores de zonas rurais e a sua instauração e sanções foram condicionadas pelo género. As penas foram mais pesadas para as docentes e o casamento funcionou como atenuante da sanção aplicada. A transferência para outra localidade foi o recurso mais usado para eliminar o escândalo na comunidade. Algumas professoras conseguiram resistir aos constrangimentos impostos, procurando manter as suas relações afetivas fora dos *olhares disciplinares* que as controlavam.

PALAVRAS-CHAVE

Professoras Primárias, Disciplina, Afetos, Casamento

EL PROYECTO POSREVOLUCIONARIO DE ESCUELAS ARTÍCULO 123. FINANCIAMIENTO Y APROPIACIÓN DE LA PRIMARIA EN EL ESTADO DE SAN LUIS POTOSÍ (1917–1978)

Rene Medina Esquivel

Benemérita y Centenaria Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí (BECENE SLP)

La Constitución mexicana de 1917 estableció, en la fracción XII de su artículo 123, las circunstancias en que los patrones estaban obligados a financiar escuelas primarias para los hijos de sus trabajadores y a proveerles todos los materiales escolares. Este precepto constitucional pretendía obligar a un sector del capital privado a contribuir al financiamiento del proyecto educativo posrevolucionario, pero las rutas que tomó su implementación develan una capacidad limitada del Estado para hacer cumplir esa norma jurídica.

Esta ponencia tiene como propósito analizar el papel que jugaron las escuelas financiadas por los patrones en los procesos de apropiación de la escuela primaria en el estado de San Luis Potosí desde un amplio espacio temporal (1917-1978). Este análisis sobrepasa ampliamente la barrera historiográfica del periodo cardenista (1934-1940), lo que permite trascender las tempranas resistencias de las comunidades locales y asistir a la construcción social de una demanda generalizada de la escuela primaria para los niños y, más tardíamente, para las niñas.

He desarrollado esta investigación a partir de la consulta de los 112 expedientes de escuelas Artículo 123 de San Luis Potosí y de diversos expedientes de escuelas rurales de este estado (además de otros archivos locales); también he recurrido a la indagación en decretos, leyes, amparos, laudos y jurisprudencias, así como a la recopilación de testimonios orales de alumnos y maestros de estos planteles. A partir de estas fuentes, he analizado la actuación de los diferentes niveles y poderes del gobierno central ante los patrones y frente a otros poderes locales para lograr el establecimiento, permanencia y financiamiento de las escuelas.

El caso de San Luis Potosí nos muestra cómo estos planteles tuvieron una destacada contribución al proceso de apropiación sociocultural de la escuela primaria, pero ilustra también límites del Estado mexicano en la tarea de lograr que los patrones financiaran escuelas dirigidas y controladas por la Secretaría de Educación Pública (SEP).

PALABRAS CLAVE

Apropiación, Constitución de 1917, Patrones, San Luis Potosí, Escuelas primarias Artículo 123

A ATUAÇÃO DE LUCIANO JOSÉ CABRAL DUARTE NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Josineide Siqueira de Santana

Secretaria de Estado da Educação – SEDUC

Patrícia Batista dos Santos

Universidade Tiradentes

Nayara Alves de Oliveira

Secretaria de Estado da Educação – SEDUC

O presente artigo tem por objetivo apresentar a memória do Arcebispo e educador Luciano José Cabral Duarte e sua atuação no campo educacional. Nesse sentido, busca-se compreender sua participação como membro do Conselho Federal de Educação e Conselho Nacional de Moral e Civismo, e na implantação de um novo programa educacional que atendia ao projeto político do Governo Civil Militar, a partir de 1964. Nascido em Aracaju a 21 de janeiro de 1925, foi um dos grandes entusiastas da educação em Sergipe. Graças a sua influência, foram criadas a Faculdade Católica de Filosofia, o Ginásio de Aplicação e a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Homem culto e de envergadura sensível deu o primeiro passo no processo de Reforma Agrária no estado de Sergipe. O marco temporal compreende o período de 1967 a 1985, por ser estes os anos que marcaram a criação da Universidade Federal de Sergipe e sua atuação no Conselho Nacional de Moral e Civismo. Como base para as discussões, foram utilizados os conceitos elaborados por Bourdieu (1983, 1990, 2004, 2007), como Campo, *Habitus* e Capital; André de Chervel (1990) Disciplinas Escolares, além da concepção de Memória desenvolvida por Le Goff (2003) e Pollak (1992). Para a escrita foram aplicadas diversas fontes, tais como: documentos, pareceres, leis, decretos, bibliografia especializada, ofícios, portarias, artigos, grade curricular, correspondências, entrevistas, resoluções, fotografias, atas, ementas, jornais, programas de ensino, relatórios e diários. Luciano José Cabral Duarte teve atuação ímpar, destacando-se não apenas no cenário sergipano, mas, em esfera nacional, exercendo importante papel no Conselho Nacional de Moral e Civismo como presidente durante a década de 1970. A Comissão Nacional de Moral e Civismo era responsável por organizar o processo de ensino e aprendizagem das disciplinas escolares Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira que se tornaram obrigatórias no currículo das escolas brasileiras em todos os níveis de ensino a partir do Decreto Lei nº. 896 de 12 de setembro de 1969. Os pareceres do Conselho definiam entre outras coisas desde a formação dos docentes, conteúdos a ser inculcados até os livros didáticos utilizados nas instituições escolares. No campo do ensino superior, Luciano José Cabral Duarte, participou da elaboração e implantação de um programa educacional, que visava atender ao projeto político modernizador-desenvolvimentista do Governo Civil Militar, o qual buscava formar intelectuais, aprimorar a formação de mão de obra e atender aos interesses de diferentes grupos, entre eles, o da Igreja Católica. Nesse sentido, estudar o percurso de Luciano José Cabral Duarte torna-se necessário, uma vez, que contribuiu ao pensar a educação nacional durante os anos de 1967 a 1985, bem como sua participação para a criação de instituições de educação em Sergipe, ajudando a elevar o nível cultural dos sergipanos que muitas vezes precisavam se deslocar para outros lugares em busca de formação. Ao contribuir com a educação, ajudou a projetar o estado nos mais diversos níveis.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Ensino Superior, Luciano José Cabral Duarte, Educação Moral e Cívica

AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS E OS NEABIS (NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS): RELATO DE EXPERIÊNCIA DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA – BRASIL

Jackson Aleksandro Peres

Faculdade Municipal de Palhoça

A formação da população brasileira se deu por meio da contribuição de três matrizes: a indígena, a europeia e a africana. Porém, o lugar que cada matriz ocupou ao longo do tempo foi bastante desigual. Foram quase quatro séculos de exploração da escravidão africana e de quase dizimação da população indígena. Somente no final da segunda metade do século XX iniciaram-se políticas públicas mais contundentes para as populações negras e indígenas brasileiras. Essas políticas foram conquistadas por meio de lutas e articulações do Movimento Negro e dos movimentos indígenas. O principal marco na mudança de paradigma nacional com relação aos direitos de cidadania se deu em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. A partir dela, as legislações nacionais que versam sobre a educação foram revisitadas ocorrendo mudanças em estrutura e nos currículos. Uma dessas mudanças se deu no ano de 2003, quando foi promulgada a Lei n. 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade de estudos de História e Cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Cinco anos mais tarde, uma nova modificação, por meio da Lei n. 11.645/08, incluiu também os estudos das populações indígenas. A lei indica que os conteúdos devem ser tratados em todo o âmbito do currículo escolar, com ênfase nas disciplinas de História, Artes e Literatura. A partir de então, as instituições de ensino superior que oferecem cursos de licenciaturas passaram a incluir em suas matrizes os conteúdos indicados nas referidas leis para a formação dos professores. Passou-se a investir então em pesquisas sobre a temática. Para isso foi incentivado a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) nas instituições de Ensino Superior com o objetivo de articular o ensino de dessa temática com a pesquisa e a extensão, com vistas à promoção da igualdade étnico-racial e fortalecimento das identidades. Dado isto, este trabalho objetiva apresentar o percurso e a atuação do NEABI que coordenamos na Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). O método utilizado será o relato de experiência. A FMP é uma instituição de Ensino Superior pública e gratuita, mantida pelo poder público municipal. Foi criada no ano de 2005 e atende um público majoritariamente do próprio município por meio de três cursos: Administração, Pedagogia e Gestão em Turismo. A FMP possui diferentes grupos de estudos, sendo que o NEABI foi o primeiro a ser institucionalizado, em 2011. O núcleo está vinculado ao curso de Pedagogia e realiza pesquisas na área da educação para as relações étnico-raciais. Atualmente o NEABI-FMP realiza formação continuada para os profissionais da educação do município de Palhoça e tem feito trabalhos com a população indígena Guarani que reside em Palhoça. Dos trabalhos que são realizados pelo núcleo, a oficina da boneca africana se tornou o principal, além da produção de pesquisas em nível de iniciação científica que versam sobre a realidade do município de Palhoça quanto a aplicação das referidas leis.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas, Étnico-racial, NEABI, Faculdade Municipal de Palhoça

“SOCIEDADE À DERIVA, ESTADO PARTIDO: DA EDUCAÇÃO INVISÍVEL AO DIREITO DE (RE)EXISTIR”

Aloísio Monteiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Julio Cesar Araújo dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Marize Vieira de Oliveira

Universidade Federal Fluminense

O propósito deste trabalho é exteriorizar o contexto sobre a ambiguidade do papel do Estado brasileiro e sua relação histórica entre os “donos do poder” (Souza, 2017) e o processo educacional em nosso país. Isto porque, faz-se fundamental observarmos os aspectos da definição de Estado na concepção da teoria liberal com o papel do Estado brasileiro que emergia após a abolição da escravidão e proclamação da República na segunda metade do século XIX. No plano interno, as formulações, procedimentos e atitudes servem de paradigma no intento de compreender nossas equivocadas distorções sociais como sociedade capitalista periférica e evidencia as dificuldades em identificar um “espírito nacional” frente a nossa pluralidade de identidades estigmatizadas. Em outras palavras, os aspectos fundamentais que serviram como alicerces do nosso “contrato social”, acarretaram critérios para nossas relações democráticas, individuais, sócio culturais. Essa situação permitiu ampliar nossas suspeitas sobre o processo deletério das relações sócio coletivas, visto que foram construídas sob o axioma da violência, tecidas em nossa colonização e igualmente atreladas à escravidão. Nesse sentido, o objetivo dessa comunicação é convidar à reflexão crítica sobre a associação desses simbolismos em relação ao poder hegemônico constituído e as identidades sociais pensadas dentro de concepções tradicionais. Sobretudo, compreender os custos sociais em função da realidade desafiadora sobre quais políticas educativas correspondem ao processo de emancipação e direitos dos sujeitos e grupos sociais específicos que, aliados na história colonial, sofrem com a perenidade dessa marca histórica. Nessa direção, cabe compreender a interferência do estado brasileiro e suas ações no campo da educação para a cidadania, dialogando criticamente com a dimensão do pertencimento étnico-racial. Ou seja, a perspectiva da identidade se reveste de valor e gera sentidos e significados variáveis a partir do lugar de fala do sujeito epistêmico e do seu capital cultural, uma vez que, sabemos as implicações políticas implícitas desse conceito. De fato, não dá para dissociar a importância estratégica do Estado brasileiro e dos grupos do poder hegemônico nessa construção histórica. Mais especificamente, o conceito de sociedade forjado na colonização constituiu um padrão de poder de naturalização da reprodução da violência simbólica na sociedade atual, em virtude de não apenas poder definir a política econômica e os “incluídos”, mas também refinar os critérios de classificação e inferiorização dos Outros grupos como sub-humanos através do viés do racismo culturalista. Dessa forma, nossa tradição como nação, celebra processos históricos e ações com fortes influências do nosso pretérito colonial, irrigadas por epistemologias eurocentradas, importantes por legitimar em todas as instâncias, nossa formação cultural e vida social, na medida em que subtrai - ou ao menos tenta - exorcizar ao anonimato ou em óbvias generalizações o peso cultural, valores, sabedorias e linguagens (Freire, 2001) presentes em nossa diversidade e representada pelos mais variados grupos étnicos que reprimidos, reelaboraram resistências. Portanto, a partir da realidade social, dos conceitos teóricos da colonialidade/modernidade e interculturalidade crítica, discutiremos a dramaticidade do realinhamento ao nosso contexto histórico de matriz original eurocêntrica e estadunidense em oposição a pedagogias Outras.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade, Estado, Violência, Colonialidade

SABERES SOBRE HIGIENE PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS E OS ESCRITOS DE ALMEIDA JUNIOR (SÃO PAULO, 1923–1939)

Angélica Pall Oriani

Universidade Estadual Paulista/Universidade do Sagrado Coração

Nas primeiras décadas do século XX, a saúde da população brasileira era apontada como um dos grandes impedimentos para o desenvolvimento da nação. Médicos, educadores e administradores públicos defendiam que o saneamento do Brasil aconteceria pela escolarização, visto que as crianças eram capazes de aprender preceitos básicos de higiene e disseminá-los em seus lares. Destarte, a veiculação de tais saberes por meio da escola primária tornou-se indispensável para a cura de um país doente. Inserindo-se nesse debate, este resumo apresenta resultados parciais de pesquisa de pós-doutorado em Educação (UNESP-Marília) e tem como objetivo problematizar os saberes sobre higiene a partir da bibliografia de Antonio Ferreira de Almeida Junior (1892-1971). Esse médico e professor não somente defendeu e propôs programas voltados para o ensino de higiene nas escolas primárias, como também ocupou cargos que lhe garantiram a condição de ser um agente divulgador de saberes advindos do Instituto de Higiene (1918), organização vinculada à Faculdade de Medicina e de Cirurgia de São Paulo, e que teve papel fundamental na formulação de políticas sanitárias nesse estado. O recorte cronológico considera como marco inicial o ano em que saiu a lume a *Cartilha de higiene*, escrita com a participação de Geraldo Horácio de Paula Souza, contendo programa de ensino de higiene destinado às escolas primárias; como final, toma o ano de 1939, no qual é publicado o livro *Biologia educacional: noções fundamentais*, pela Companhia Editora Nacional, contendo programa de ensino que esse professor elaborou para ensinar aos estudantes da Escola Normal do Braz conteúdos de biologia, anatomia e higiene. Os resultados preliminares trazem à tona a fecundidade do olhar investigativo que envereda pela seara da identificação dos saberes sobre higiene que foram destinados às escolas primárias em São Paulo nas décadas iniciais do século XX. Mapear as estratégias e os dispositivos utilizados para materializar esses preceitos contribui para compreender o movimento de circulação de saberes sobre higiene que foram veiculados por materiais impressos de naturezas diversas e destinados a públicos variados, assim como o modo a partir do qual esses materiais normatizam as práticas escolares. Mediante tais resultados preliminares e em diálogo com autores como Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003; 2010; 2011; 2015) e Marta Carvalho (1998, 2007, 2011, 2018) e outros vinculados à Nova História Cultural, vem sendo possível compreender o lugar de Almeida Junior como agente produtor e divulgador de saberes, tendo em vista que esse professor assumiu posições que lhe permitiram atuar no Instituto de Higiene, como autor de manuais e livros didáticos e como professor na Escola Normal.

PALAVRAS-CHAVE

Saberes sobre higiene, Escolas primárias, Almeida Junior, História da educação

FORMAR O HOMEM CONSTITUINTE: A EDUCAÇÃO NACIONAL COMO BASE DA SOBREVIVÊNCIA PARLAMENTAR E EIXO DE UMA IDENTIDADE PATRIÓTICA NO DISCURSO DOS DEPUTADOS DA NAÇÃO PORTUGUESA DURANTE O SÉCULO XIX

António Henriques

Instituto de Educação (Instituição em que fez o doutoramento)

A Revolução Liberal portuguesa de 1820 prometeu sublevar-se contra os usos do Antigo Regime e propagar o combate à improdutividade, ao nepotismo, à ignorância e ao analfabetismo.

A vontade de instrução, que atravessou o século XIX, e a vontade de formação do espírito cívico como forma de usufruir das liberdades constitucionais, de conhecer os direitos, de obedecer às leis e de conter os limites do interesse público, inscreveram, no Parlamento, a discussão política acerca da instrução, em particular a das classes laboriosas.

A discussão política no Parlamento sobre a necessidade de instrução e de educação das classes populares obedecia a um conjunto de aspirações, de que destaco: i) a instrução da massa popular como princípio de governo da nação; ii) a relação entre a ilustração e ciência, por um lado, e o bem-estar social e a manutenção da ordem pública, por outro; iii) a instrução pública, base de toda a organização social, como garantia da sobrevivência das instituições, da sua indissolubilidade e da saúde dos governos representativos; iv) a educação como meio para promover e aperfeiçoar o trabalho e multiplicar a riqueza; v) a instrução como produção da pertença e fomento de uma *identidade*, procurada nas tradições grandiosas, no glorioso e exemplificativo passado e nas conquistas como herança presente, no âmbito de uma ideia de consolidação do Estado-nação.

Recorrendo a uma série discursiva com origem nos discursos dos deputados no Parlamento de Oitocentos, o fio narrativo dos princípios liberais e progressistas que clamaram pela vontade oficial de instrução, e a um conjunto de textos de intervenção acerca da instrução pública, proponho-me: indicar formas enunciativas pelas quais os diversos níveis de instrução se carregaram da imperiosidade de fortificar o regime parlamentar, prescrevendo objectivos colectivos moldados por comportamentos e pela aquisição de uma *moral*.

Nesta medida, tornar-se-ia legítimo perguntar que escolar deveria ser o futuro cidadão que ia à escola; de que natureza eram os conhecimentos que devia possuir e quais os que se impunha rejeitar; como é que os conhecimentos se articulavam com um comportamento; que relação devia estabelecer o escolar com os mestres e os mestres com o Estado, para poderem ser mestres, em nome do Estado; e saber se essas relações eram feitas de alguma densidade ou se destinavam a enovelar-se para serem dissipadas.

Entre a necessidade de chamar a população à “vida do espírito”, como escreveu Francisco Adolfo Coelho, e a elevação à “aristocracia hereditária”, radicada no presente como autoridade moral, como sugeriu Alexandre Herculano, que cidadão submetido ao Estado devia conseguir observar e construir a liberdade? O escolar devia ter perguntas sem-fim ou o sem-fim não seria admitido? Ao tentar esboçar respostas, estou também a questionar em que medida a regra que se codificou no século XIX se afastou desse código no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Parlamento, Instrução Pública, Identidade, Série discursiva

ESCRITOS DO INTELLECTUAL BRASILEIRO JOÃO ROBERTO MOREIRA SOBRE EDUCAÇÃO NO *BOLETIM DO CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS* (1959–1961)

Leziany Silveira Daniel

UFPR

O presente trabalho discute os escritos sobre educação do intelectual João Roberto Moreira publicados no Boletim do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, no período 1959-1961, quando estava sob direção do sociólogo Luiz Aguiar de Costa Pinto. Parte-se do pressuposto que com iniciativas como esta ocorreu, ao mesmo tempo, a ampliação e a transnacionalização do espaço público dos intelectuais (Sirinelli, 2003), mas também uma maior interlocução entre eles, pensando particularidades não só da educação nacional, de cada país, mas da América Latina como um todo. Neste período destaca-se a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em 1947, com sede em Santiago do Chile, no qual a questão do desenvolvimento apareceu como tema central no interior das Ciências Sociais na América Latina (Blanco, 2007). Entre os principais discursos estava o entendimento de que a educação era um instrumento básico do desenvolvimento e este era condição essencial para gerar mais e melhor educação, assim como a de que os problemas educacionais deviam ser pensados como parte integrante de um processo e de uma política geral de desenvolvimento. Em especial, a Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tornou-se instância fundamental para o fomento de pesquisas que integravam estudos entre educação e ciências sociais. No interior destas mesmas iniciativas, criou-se, assim, no Brasil o CLAPCS, no Rio de Janeiro, em 1957, sob a direção do sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar de Costa Pinto. Foram selecionados 7 (sete) artigos que nos permitiram, a partir de leitura, traçar alguns pontos de análise sobre a forma como a educação era abordada pelo Centro, entre os quais: o caráter central da educação nos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Centro; e a presença quase que predominante de João Roberto Moreira (intelectual atuando no CBPE e também no Centro) como autor dos artigos que versam sobre educação.

PALAVRAS-CHAVE

Intellectual, Educação, América Latina

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (1983 A 1987)

Luiza Silva Moreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Antonio Jorge Gonçalves Soares

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este estudo aborda historicamente o programa dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), uma política educacional de escola de tempo integral, que ganhou notoriedade nacional em diferentes campos, principalmente, nos debates educacionais sobre ampliação da jornada escolar no Brasil. Seus idealizadores o designaram como um centro, que integrava atividades vinculadas à cultura, assistência médica e dentária, recreação e esportes. O discurso da política era: oferecer mais tempo de atendimento escolar aos alunos das camadas populares, com assistência completa, para reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais. Todavia, como qualquer política, sua implantação não ocorreu de forma linear. A política foi sendo construída durante sua implantação, num processo de work in progress. O estudo em tela analisa esse processo de construção do programa dos CIEPs, no primeiro governo de Leonel Brizola, à frente do estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Utilizamos como material empírico, o acervo da Fundação Darcy Ribeiro que abriga uma coleção de documentos físicos (relatórios da proposta pedagógica, plantas dos prédios escolares, regimento interno, fotografias) e áudios das reuniões pedagógicas da equipe gestora. Esses documentos são fontes primárias que nos permitem analisar a dimensão pública e interna da política, as ideias e dissonâncias, as propostas e argumentos que fizeram parte do processo de elaboração dos CIEPs. Tal política partiu do Plano de Prioridades e Emergência que representou o momento pré-decisório do governo. Havia pontos de consenso sobre temas e sobre o diagnóstico da educação que deveriam ser tratados com atenção pelo governo, mas também, havia pontos de dissonâncias em relação às propostas de ação. Entre as discordâncias a pauta era a seguinte: a) forma de implantação da ampliação do tempo escolar na rede pública; b) conteúdo e formato do material didático; c) modelo de capacitação do professor. Essa agenda foi debatida num encontro entre governo, professores da rede de ensino público e o sindicato dos professores. A literatura aponta que tal encontro foi um momento inédito de abertura do diálogo após o regime de exceção vivido pela sociedade, noutra direção, tal abertura também era uma estratégia do governo para tentar legitimar suas propostas de ação com o professorado. O governo Brizola assumiu os CIEPs como principal obra de sua política de governo, embora seu programa contemplasse outras ações como: Casa da Criança, Escolas de Demonstração e Merenda Escolar. A documentação levantada indica que a construção da política dos CIEPs se deu num espaço de debate com o professorado, nas reuniões pedagógicas da equipe gestora, nas quais havia indecisões e indefinições do governo sobre suas ações. Por fim, intencionamos observar como a política dos CIEPs foi sendo gerida a partir das tensões, críticas, divergências, discricionariedade, acordos e hesitações, para desestabilizarmos a ideia que as políticas educacionais são formatadas racionalmente ou a partir de um diagnóstico científico que busca a coerência entre meios e fins.

PALAVRAS-CHAVE

CIEP, Governo Brizola, Política Educacional

LA HISTORICIDAD DEL DERECHO A LA EDUCACIÓN: BASES CONSTITUCIONALES Y REGULACIONES POLÍTICO EDUCATIVAS EN PERSPECTIVA COMPARADA

Guillermo Ramón Ruiz

Universidad de Buenos Aires – CONICET

Todos los derechos deben ser analizado a la luz de su propia historicidad. Según Bobbio (1991), los derechos son temporales, son redefinidos por las coyunturas históricas y culturales, por correlaciones de fuerzas en cada período, y reflejan el desarrollo de las sociedades. Si se adopta una perspectiva histórica para analizar los ensablajes entre los territorios y la configuración de los derechos, es posible ubicar el desarrollo de los sistemas educativos nacionales a la luz de los procesos de transferencias internacionales de discursos y proyectos político-educativos. Algunas dinámicas que impulsan las transferencias internacionales y la propia globalización refieren a procesos e instituciones globales, mientras que otras se vinculan con procesos que acontecen en el seno de los territorios y de los ámbitos institucionales considerados como parte de lo nacional (Sassen, 2012). Estas últimas pueden estar constituidas por redes u órdenes normativos que conectan instituciones y actores subnacionales. El caso del derecho a la educación como derecho humano fundamental podría ubicarse en ambas dinámicas. Su estudio desde una perspectiva comparativa internacional permite identificar estos procesos y actores como elementos de la globalización pero a la vez con definiciones que radican en el plano nacional, tales como sus bases constituciones. A partir de la segunda mitad del siglo XX se han entrelazado discusiones y acuerdos internacionales plasmados en documentos de diverso alcance que han reconfigurado las características de la educación como derecho humano fundamental de incidencia colectiva. En el derecho internacional de los derechos humanos se han generado estándares mínimos que deberían cumplirse para permitir la satisfacción de las necesidades educativas de la población.

Aquí se propone el análisis de las políticas educativas de acuerdo con las definiciones derivadas de las bases constitucionales de cuatro países: Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay (integrantes el Mercado Común del Sur). Se considera que adquiere centralidad la elucidación de los alcances del derecho a la educación para el análisis político educativo contemporáneo ya que ello permite evaluar los alcances de los objetivos de las políticas educativas ejecutadas desde el Estado y las definiciones que se realizan sobre el contenido de este derecho en cada caso nacional.

El análisis contempla algunos indicadores que refieren al cumplimiento de las obligaciones por parte del Estado en materia de accesibilidad, asequibilidad, aceptabilidad, adaptabilidad, igualdad y respeto por la diversidad (Tomasevski, 2001). Esta selección de casos resulta relevante por tratarse de contextos nacionales que han asumido diversos compromisos en relación con la perspectiva internacional en materia de derechos humanos y que a la vez han ejecutado reformas escolares estructurales. Se analizarán fuentes normativas desde una perspectiva comparativa para identificar el nivel de cumplimiento de las obligaciones estatales así como también de las definiciones sobre este derecho que ha realizado cada Estado nacional.

Se discutirán las definiciones del contenido y las regulaciones del derecho a la educación en cada caso estudiado así como de sus alcances del derecho en el marco de las reformas educativas que se han implementado en las últimas décadas en estos espacios nacionales.

PALABRAS CLAVE

Derecho a la educación, Bases constitucionales, América del Sur, Políticas educativas

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS (1795–1850): AS REVOLUÇÕES LIBERAIS E O PROJETO EDUCACIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL

Dalvit Greiner de Paula

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Luciano Mendes de Faria Filho

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

O fim do século XVIII e o início do século XIX compreende o período revolucionário liberal que construiu o mundo contemporâneo, incluindo o Brasil como resultante desse processo. Apesar do contexto revolucionário a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) é a daquele leitor de sua conjuntura que, num primeiro momento percebe o quão destrutiva é a revolução e, por isso, num segundo momento de sua vida passaria à conservação de um projeto político. Projeto que, no Brasil, já se apresentava vencedor: a construção do Estado pelo alto. Controladas as revoluções e revoltas que fariam a Independência do Brasil e constituído o Império era preciso prosseguir na educação da elite e do povo para que, diferenciando-se dos demais e domando seus desejos, se conformassem aos novos tempos: como civilizados e participantes da civilização brasileira e do mundo. Assim, o tempo da lei e da ordem tornaria os luzias (liberais) tão iguais aos saquaremas (conservadores), numa simetria de bailarinos que se conformam enquanto dançam. Essa pesquisa é parte do projeto “A Educação nos projetos de Brasil: espaço público, modernização e pensamento histórico e social brasileiro nos séculos XIX e XX que busca avançar no entendimento do lugar da intelectualidade brasileira na construção da esfera pública sustentada sobre as articulações e desdobramentos da relação entre os intelectuais e a educação e refletida na defesa da modernização brasileira. Para tanto, compreendemos que as noções de moderno, modernidade e modernização aparecem em diferentes contextos, em diversificados discursos e práticas ligadas à educação e em modos os mais diversos ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Por tudo isso, esta é a comunicação de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é o de apresentar o projeto educacional daquela elite imperial no início do Império do Brasil, num período que vai de 1808 até 1840, e os modos como se pretendia construir uma identidade brasileira. Para isso usamos como fonte os principais textos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, as propostas educativas de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Januário da Cunha Barbosa e os periódicos que discutiram esse tema à época. Buscamos compreender o período e as ações a partir da metodologia proposta por Quentin Skinner em sua obra *Visões da Política* e de Hans Ulrich Gumbrecht em *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa* para entendermos a busca do consenso e a virada linguística que organiza o Estado imperial e os brasileiros. Além de Skinner e Gumbrecht são referências fundamentais para o nosso entendimento Lyn Hunt e a invenção dos direitos, Carlota Boto e o conceito de homem novo, além de Condorcet. As conclusões, ainda parciais, apontam para a construção do cidadão liberal no Brasil do século XIX tomando por base os investimentos de Bernardo Pereira de Vasconcelos num projeto educacional que vai das Escolas de Primeiras Letras, passa pelo Colégio Pedro II e desemboca nas faculdades de Direito que vão formar os condutores do Império.

PALAVRAS-CHAVE

Bernardo Pereira de Vasconcelos, Liberalismo, Educação

A EDUCAÇÃO FEMININA NO CONTEXTO DO PATRIARCADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Anna Clara Granado

Universidade Federal Fluminense

A finalidade deste trabalho é discutir o patriarcado durante a Primeira República e a forma como as mulheres se relacionavam com ele. O foco são os discursos conservadores/reacionários deste momento acerca do debate sobre a coeducação. Sendo o Brasil, neste período, um país basicamente agrário, onde alguns grupos buscavam uma modernização através de um processo de industrialização, cujas classes profissionais modernizantes passaram a lutar contra as tradicionais forças políticas do país e contra a Igreja, com a finalidade de criar novas estruturas que haveriam de harmonizar e racionalizar a vida social e política do país (Besse, 1999, pp.6). Há de se notar que ao estudar a História das Mulheres, não podemos deixar de analisar a sociedade brasileira, principalmente, por ser ela ser uma sociedade conservadora, patriarcal, paternalista, machista e excludente. Segundo Bourdieu (2019, pp.138), as mulheres foram marcadas por três importantes instituições: a Família, a Igreja e a Escola. Tais instituições impuseram a elas papéis e experiências na sociedade com um caráter de exclusão e uma precoce divisão sexual do trabalho. Desde então, a sociedade conservadora ditou padrões de comportamento e vestimenta para as mulheres desta época. Sendo a proposta de este trabalho analisar as demandas políticas e educacionais que surgiram na Primeira República, entendendo República, segundo Resende (2013, p. 91), como “um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo”. É possível verificar através de uma análise bibliográfica que a proclamação da República não contou com a expressiva participação popular, pois foi um movimento que emergiu das elites sociais. Porém, mesmo assim, foi despertado através desse novo regime um certo entusiasmo na população excluída com suas promessas de maior participação política e conquista de direitos sociais, dentre eles a educação. Dentro dessa perspectiva irei focar na coeducação no período da Reforma Fernando de Azevedo, efetivada em 1928 no Distrito Federal. Sônia Câmara (2013) constata que esta reforma se baseou nos ideários da Escola Nova, causando um efeito importante na educação brasileira, principalmente, no Distrito Federal de modo a contribuir para a modernização do país, difundindo e priorizando a educação pública tanto masculina como feminina, com ênfase para o ensino primário e profissional, criando uma perspectiva de educar pelo trabalho e para o trabalho, associando assim a importância da educação para a modernização do país e para a integração nacional. Essa reforma buscava inovações significativas no campo educacional com contribuições e inovações para todo o campo pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE

Educação feminina, Patriarcado, Primeira República, Reforma Fernando de Azevedo

A IMPORTÂNCIA DOS AGENTES HIGIENISTAS NA FORMULAÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

João Lúcio Mazzini da Costa

Universidade Federal do Pará

Monika de Azevedo Reschke

Universidade Federal do Pará

Danielly Cristinne Barbosa de Campos

Universidade Federal do Pará

Esse trabalho tem o objetivo de identificar quais foram os principais agentes higienistas em Belém do Pará e suas contribuições no processo de formulação de concepções e práticas educativas no alvorecer da República. Para atingi-lo desenvolvemos uma pesquisa de natureza documental e bibliográfica, utilizando como fontes primárias o Regulamento Geral do Ensino Primário de 1890 e as Revistas de Educação e Ensino dos anos de 1892 a 1894. Posteriormente, destacamos o processo de formulação de concepções e práticas educativas buscando analisar como agentes externos à escola influenciavam nas práticas pedagógicas, a partir dos pressupostos normativos e das ideias expostas na Revista de Educação e Ensino. Entre os principais resultados do estudo ressaltamos que o alvorecer da República no Brasil é marcado pela preocupação dos governantes com a modernização do país. Para isso, as práticas higienistas passaram a ser um marco nas políticas públicas que, além de prezar pela saúde pública e propor medidas sanitárias, estavam direta ou indiretamente ligados à Instrução Pública, pois, para a efetivação desses princípios no modo de agir da população, a educação era tida como meio mais apropriado. Com isso, fez-se necessário a mobilização de alguns agentes que seriam peças fundamentais nesse processo. É nesse sentido que no interior do ambiente escolar o professor é destacado com a função de zelar pela educação e cuidados necessários com os estudantes, além de serem responsáveis pelos cuidados higiênicos dos alunos, formando assim uma nova cultura na sociedade por meio do trabalho escolar. Dentre os agentes externos, destacavam-se a família, a comunidade e outros atores higienistas externos, como médicos e sanitários, que contribuíram com o processo de formulação de concepções higienistas no Pará. É nesse contexto em que a revista Educação e Ensino se consolida como um dos meios fundamentais para a disseminação do modo de agir esperado para diretores, professores, alunos, médicos e familiares do alunado. A higiene, portanto, adentra o espaço escolar como uma nova forma de pensar a educação para além dos conteúdos ministrados. Concluímos que esses intelectuais, pelo viés da doutrina higienista, buscavam não só modernizar a sociedade, mas também exercer controle social dos estabelecimentos de ensino e das pessoas ligadas a esse meio, em especial os professores.

PALAVRAS-CHAVE

Agentes higienistas, Primeira República, Pará

URUGUAY: EL PAPEL DEL ESTADO EN LA CONFORMACIÓN DE LA UNIDAD NACIONAL; LA ESCUELA VARELIANA COMO MATRIZ DE CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA Y FORTALECIMIENTO DE IDENTIDAD NACIONAL

Sonia Cerecetto

Instituto de Formación Docente de la Costa. Departamento de Canelones

Uruguay: el papel del Estado en la conformación de la unidad nacional; la escuela vareliana como matriz de construcción de ciudadanía y fortalecimiento de identidad nacional.

El siglo XIX ha sido un esfuerzo constante para la concreción de la educación desde el punto de vista nacional. En ese siglo se ha vivido la más intensa lucha de liberales y conservadores por apoderarse de la educación para sus fines. Siguiendo a Hobsbawm, tres grandes oleadas revolucionarias hubo en el mundo occidental entre 1815 y 1848 pero habrá que esperar hasta la segunda mitad del siglo XIX en que después de las luchas del primer período quedan establecidos los sistemas nacionales de educación de la mayoría de los pueblos europeos y americanos. La educación irá adaptándose a las condiciones histórico culturales de los diferentes países que, en este siglo establecen sus sistemas nacionales de educación, pero todos ellos tienen algo en común: su carácter nacionalista. Ahora se trata de darle un carácter cívico a la enseñanza de cada país, sus tentado sobre la base de acontecimientos y personajes que devienen en mitos fundacionales.

En Hispanoamérica, una vez finalizado el período de las luchas por la independencia habrá que esperar a la consolidación de las nacientes repúblicas para que se concreten las reformas sustanciales las que, en la educación pública se manifiestan en su interés por la enseñanza primaria. En el Uruguay independiente “bajo el imperio de la primera Constitución (1830), la ciudadanía continuó estando fuertemente restringida” (Yaffé.J. 2007). El acceso al voto continuó siendo el privilegio de una minoría ilustrada, - excluyéndose entre otros- a las mujeres, analfabetos y sirvientes a sueldo. En este momento inicial estaba todo o casi todo por hacer: crear las instituciones, demarcar los límites, poblar el país y desarrollar un verdadero sentimiento nacional en el que se expresara la identidad del nuevo estado.

“Para crear una nación a partir del conglomerado heterogéneo que era la población residente y de la segmentación económica y cultural que la caracterizaba, era preciso generar [...] procesos de integración de la población en una identidad que carecía de valores tradicionales a los cuales apelar”. (Rama 1998: 28, 29, y 40 -43) En ese sentido y con respecto a esto último, era necesario nacionalizar a los inmigrantes e integrarlos culturalmente al territorio a través de una firme política de escolarización primaria.

Por ello, nuestro trabajo apunta a demostrar cómo la propuesta vareliana de educación buscaba la cohesión social de la nación moderna, la estabilidad de la formación ciudadana y la integración de los inmigrantes desde una propuesta de tono asimilacionista. Sus iniciativas se originaban en la necesidad de fortalecer la nación y la ciudadanía y de ir creando un cúmulo de conocimientos para dotar al país de autonomía en su desarrollo cultural y social.

Hemos puesto el énfasis en el análisis de las fuentes históricas disponibles las que permiten evidenciar el rol desempeñado por la escuela primaria como construcción de ciudadanía y nación.

PALABRAS CLAVE

Estado, ciudadanía, identidad

EDUCAÇÃO TÉCNICA: A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO ABREU SODRÉ NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Marcelo Peralli Broti

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Tassia Monique Castro

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

A comunicação proposta parte dos estudos do momento histórico do governo Abreu Sodré no Estado de São Paulo (1967 a 1971), durante a ditadura civil-militar no Brasil, a partir da abordagem de uma rede de influências, interesses e propostas para o campo educacional inserido na política desenvolvimentista da época. Roberto Costa de Abreu Sodré era membro de uma família de políticos e formou-se bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Foi governador do Estado de São Paulo entre os anos de 1967 a 1971, eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional, na qual permaneceu até a sua extinção. Em 1951, foi eleito deputado, mantendo-se no cargo por três mandatos consecutivos. Durante sua gestão, reformou a Secretaria da Educação com a criação de três coordenadorias: a do Ensino Superior, que regia os institutos isolados do estado; do Ensino Primário, Médio e Normal (depois alterada para 1º e 2º graus) e a Coordenadoria do Ensino Técnico. Durante seu mandato destaca-se, na educação a Criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que continua em atividade até os dias de hoje, sendo um dos principais conglomerados de ensino técnico e tecnológico do Brasil. Porém sua gênese esteve relacionada a um projeto maior de consolidação da hegemonia desenvolvimentista da ditadura militar. Examiná-la e compreendê-la a partir de suas especificidades poderá contribuir para o registro e a preservação da sua história. Como metodologia de pesquisa analisamos documentos oficiais do estado, como decretos, memorandos e os planos de ensino durante a gestão Sodré. Como fonte primária utilizamos os discursos do governador Sodré reunidos no livro “A renovação do ensino superior - diretrizes da política universitária do governo do Estado de São Paulo”. O objetivo é contribuir com os estudos da história do ensino técnico e tecnológico no Brasil e com os estudos das políticas educacionais durante a ditadura militar. Para análise trabalhamos com a categoria analítica “experiência”, proposta pelo historiador E.P. Thompson: cada sujeito traz suas experiências e atuam, com mais ou menos poder, no processo histórico de uma instituição. No caso, Sodré era membro de uma elite paulista (nasceu em uma família de políticos e cafeicultores) viajou para diversos países da Europa e da América do Norte e visitou instituições de ensino, destacando os “Junior College” - modelo de escolas técnicas nos Estados Unidos. Como resultados da investigação, concluímos que as propostas educacionais do governador Sodré estavam em acordo com a política desenvolvimentista do governo militar, em dois aspectos. A saber: fornecer mão de obra técnica para o mercado de trabalho e formar indivíduos ideologicamente alinhados ao pensamento da ditadura na época.

PALAVRAS-CHAVE

Educação técnica, política desenvolvimentista, Ditadura civil-militar

A EDUCAÇÃO COMO PEDRA ANGULAR NA CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE CUBANA

Maria do Carmo Caldas Leite

Universidade Católica de Santos

O presente estudo está dirigido às transformações implementadas em Cuba, que abarcam a totalidade do projeto societário cubano e tendem a caminhar em conjunto com os diversos contextos históricos, voltados às esferas educativas, políticas e sociais. Apresentam-se alguns aspectos do tensionamento entre a insurgência e a invasão estrangeira, desde a dominação espanhola, passando pela república mediatizada, até a presente conjuntura de mudanças na sociedade cubana, período em que a chamada geração histórica está deixando os cargos diretivos, com a economia em moderadíssimo crescimento. A discussão sobre esses rumos tem os seus alicerces fincados na visão retrospectiva dos dilemas e das tensões presentes nas distintas etapas de lutas contra o colonialismo e o neocolonialismo, com seus fundamentos históricos e pedagógicos, e no conjunto de facetas da *cubanía*, a consolidação da nacionalidade. O escopo desta pesquisa, de cunho etnográfico, procura retratar o extenso trabalho de campo realizado na ilha caribenha, no período de quatorze meses, quando foram visitados centros escolares, entre eles as universidade de ciências pedagógicas, bibliotecas, museus e unidades produtivas urbanas e no campo. São abordadas as novas diretrizes, resumidas nos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y de la Revolución*, que buscam promover a reestruturação produtiva, a partir de 2007, e a maior inclusão dos grupos em desvantagem social emergentes da grande crise ocorrida em Cuba, resultante do desmoronamento da antiga URSS e a queda dos regimes do Leste Europeu, durante o denominado Período Especial Cubano. Essa linha é marcada pela reorganização do trabalho no setor estatal e pelo estímulo ao emprego em outros setores, com o incremento de diversas práticas, conhecidas como *cuentalpropismo*. Mais especificamente, a investigação busca compreender, no contexto atual, como a Educação repercute sobre a assimilação e os ajustamentos das reformas, incluindo neste bojo a adequação do Sistema Nacional de Educação ao projeto identificado como Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A análise inclui às revoluções cubanas inconclusas do século XIX e da primeira metade do século XX até o movimento *26 de Julio*, abarcando um período de 150 anos, em que as raízes da *cubanidad* foram materializadas. As principais evidências deste exercício reflexivo, apontam que a história da Ilha produziu uma cultura de base contra hegemônica, de características autóctones com claros reflexos no sistema educativo e que as instituições escolares, afetadas em suas estruturas por dificuldades de várias ordens, ainda assim, se apresentam como a pedra angular do processo revolucionário cubano, que tem na Educação a grande igualadora social no país.

PALAVRAS-CHAVE

identidade, educação cubana, revolução cubana, legado martiano, colonialidade

AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA E O “MOVIMENTO EDUCATIVO” TRANSNACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO (1950–1960)

Fabiana Teixeira da Rosa

UFSC

Maria das Dores Daros

UFSC

O objetivo deste trabalho é analisar as Recomendações aos Ministérios da Educação acerca das discussões e indicações sobre o “movimento educativo” transnacional ao ensino secundário nos anos de 1950 e 1960 a partir das Conferências Internacionais de Instrução Pública, ocorridas entre os anos de 1934 e 1963. Foram realizadas durante este período vinte e quatro Conferências, intergovernamentais, onde chegaram a participar até noventa nações, sendo indicadas cinquenta e sete Recomendações com aproximadamente mil e quinhentos proposições aos problemas educacionais. As Conferências estabeleceram metas a serem cumpridas pelos países envolvidos no sentido de universalização do ensino primário e ampliação dos anos da educação geral oferecida, mudanças no ensino médio e superior, entre outras metas para a educação de adultos, formação e aperfeiçoamento de professores, etc. A proposta desta pesquisa é investigar as Recomendações aos Ministérios da Educação, em particular, as que estão voltadas ao ensino secundário e o seu papel na modernização social e econômica dos países participantes das Conferências, entre eles o Brasil e demais países da América Latina. O ensino secundário brasileiro era marcado por um tipo de ensino de formação básica da elite e se tornou um desafio a partir dos anos de 1930. Neste período, mudanças significativas começaram a ocorrer, principalmente, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que estabeleceu uma relevante reforma no sistema de ensino destacando entre as medidas a reorganização do ensino secundário na procura de torná-lo mais moderno, passando a valorizar as Ciências Naturais em detrimento da tradição literária. Após o Estado Novo (1937-1946) foi relevante a expansão do ensino secundário com a crescente demanda pelos estratos sociais menos favorecidos, o alargamento do número de escolas públicas e o aumento desordenado das matrículas. Muitos educadores criticavam essa situação porque acarretava a superlotação das salas de aula, a criação de novos turnos e colocava em risco a qualidade do ensino consolidada por um imaginário conquistado especialmente durante a vigência da Reforma Capanema. A análise documental foi realizada com base na noção de transnacionalização a partir de Stoer; Cortesão; Correia (2001) e Santos (2005), entendendo que o debate educacional brasileiro dos anos de 1950 e 1960 estava marcado pelas lógicas transnacionais e pela estratégia do desenvolvimentismo da ordem econômica capitalista em busca de um processo de modernização e do progresso da nação. O exame do *corpus* empírico permitiu observar que as proposições sobre o ensino secundário eram voltadas, sobretudo, para uma maior relação com o ensino primário de maneira que permitisse passagem facilitada de um nível de ensino ao outro. Também foi possível perceber que quando o objetivo desta etapa não fosse o preparo à Universidade deveria assegurar aos alunos, além de cultura geral satisfatória, iniciação prática ao exercício imediato de uma profissão ou a escolas profissionais superiores. Do mesmo modo, verificou-se que as recomendações buscavam contemplar cada vez mais não só a formação geral dos professores secundaristas, mas igualmente o preparo profissional e pedagógico ancorado em uma formação científica sólida.

PALAVRAS-CHAVE

*Conferências Internacionais de Instrução Pública, Ensino Secundário,
Transnacionalização, Desenvolvimentismo, Modernização*

NACIONALIDADES E PROFISSÕES DOS PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DR. JÚLIO CARDOSO DE 1935 A 1967

Joana Célia de Oliveira Borini

Centro Paula Souza – Etec Dr. Júlio Cardoso

Aparecida Helena Costa

Centro Paula Souza – Etec Dr. Júlio Cardoso

No final do século XIX, a Europa vivenciava os desdobramentos da Revolução Industrial e suas consequências como: dispensa de mão-de-obra; explosão demográfica; agitações políticas. Isso fez com que milhares de pessoas buscassem novos territórios para viver. O Brasil, por outro lado, estava no auge da expansão da lavoura cafeeira no Sudeste e no final do século XIX e início do XX recebeu grande contingente de imigrantes de diversas regiões da Europa, com destaque para os italianos. A imigração europeia para o Brasil foi intensa, mais especificamente para o estado de São Paulo, que além de sofrer os impactos econômicos, recebeu a maioria desse contingente populacional, uma vez que o principal intuito da imigração era a substituição da mão de obra diante da abolição da escravidão. O fluxo migratório aumentou a partir de 1870, quando a cultura do café se espalhou por algumas áreas do estado de São Paulo, portanto, muitos imigrantes europeus vieram para a região de Franca, nordeste do estado para trabalhar nas lavouras de café. O desenvolvimento da ferrovia foi fundamental para a expansão da cafeicultura na cidade, tendo em 1890 a consolidação do café como principal produto comercial da região. Na cidade de Franca, os fluxos e períodos de imigração não contrariaram os índices do país. A imigração italiana ocupou numericamente o principal grupo de europeus na cidade, a imigração espanhola também se fez, sendo esses o segundo maior grupo de imigrantes nela estabelecidos, sucedidos pelos portugueses, seguidos pelos sírio-libaneses e japoneses. Diante da imigração ocorrida em Franca, realizou-se uma pesquisa no acervo da Escola Profissional de Franca, hoje Etec Dr. Júlio Cardoso, localizada no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil, no período de 1935 até 1967. Embora a escola tivesse iniciado suas atividades em 1924, nos livros de matrículas do período anterior não constavam as nacionalidades nem as profissões dos pais dos alunos da escola. A pesquisa teve como objetivo verificar as nacionalidades e profissões dos pais dos alunos e confrontar-se com os dados oficiais sobre os imigrantes fixados na região, como lavradores. A metodologia da pesquisa referiu-se aos dados coletados através de 21 (vinte e um) livros de matrículas que permitiram identificar o perfil dos pais dos alunos do período pesquisado. Comprovou-se através da pesquisa que quase 20% dos pais dos alunos da Escola Profissional de Franca, eram filhos de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, sírios, japoneses e que trinta e oito por cento dos pais eram lavradores nas fazendas de café da região de Franca, assim, muitos alunos vinham de municípios vizinhos.

PALAVRAS-CHAVE

Nacionalidades, Profissões, Imigrantes

MÉXICO POSREVOLUCIONARIO: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA Y LA DIFUSIÓN DEL NUEVO MÉTODO PEDAGÓGICO DE LA ACCIÓN Y SU ALCANCE EN PUEBLA

Estela Munguía Escamilla

Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla México

Después de concluida la lucha armada de la denominada Revolución Mexicana (1910-1917), la pobreza en los municipios y estados que conformaban la República Mexicana había creado un clima favorable para los defensores de la acción federal en el campo de la educación, sin embargo, existía cierta resistencia de parte de los gobiernos y las burocracias estatales de la enseñanza, cuyos intereses en su control se veían amenazados.

No obstante, el 8 de julio de 1921, con la aprobación de la XXIX Legislatura del Congreso de la Unión, se creó la Secretaría de Educación Pública (SEP) y al frente de ella su impulsor José Vasconcelos.

Con la creación de la SEP surgieron nuevas políticas educativas en México, se buscaron nuevos métodos para impartir la enseñanza a los escolares de las escuelas primarias, por lo tanto, no resulta sorprendente que cuando los educadores buscaron una pedagogía que acrecentará la capacidad productiva y el bienestar de sus compatriotas y también de la nación, encontraran ideas y modelos en Estados Unidos, cuyo sistema político económico admiraban no obstante su declarado nacionalismo.

El denominado método pedagógico de la *Acción* preconizaba una educación funcional, basada en los intereses y necesidades del niño. En sus aspectos más concretos su creador John Dewey siguió el dictado de *aprender haciendo*, enseñanza basada en la actividad de los alumnos.

El gobierno federal a través de la SEP se esforzó para que las escuelas primarias del país se adaptaran al nuevo método, acorde a los nuevos tiempos posrevolucionarios, y fueran dejando las viejas prácticas pedagógicas. En este texto, de manera particular nos interesa destacar que el gobierno de la entidad de Puebla, pretendió cumplir los principios de la escuela de la acción, adoptando el criterio pedagógico de la escuela agrícola-industrial, aunque para realizar esta tarea se necesitó reformar la ley educativa vigente.

Esta comunicación pretende dar a conocer de manera detallada lo que implicó la reforma pedagógica de la *escuela de la acción*, nos interesa esclarecer si efectivamente ésta se propagó en el México escolar posrevolucionario y si se realizó su práctica en las escuelas primarias públicas de México y particularmente en Puebla durante los años veinte.

Para la elaboración de este texto recurriremos a material de primera mano, archivo y hemerografía; así como a bibliografía versada en la temática que nos ocupa.

Lo que salta a la vista, es la falta de un período preparatorio de orientación sobre el nuevo método de la acción entre el magisterio, lo que provocó desconcierto entre el gremio; la propuesta fue interpretada de diversas maneras, limitando considerablemente su alcance y proyección; cabe decir que no todos los establecimientos educativos efectuaron el cambio, numerosos maestros no entendieron el contenido de esta reforma educativa, así que siguieron fieles a sus métodos tradicionales, dando nombres nuevos a prácticas viejas. Esta confusión inclusive persistió hasta bien entrados los años veinte.

PALABRAS CLAVE

Educación

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

Margarida Borges Ferreira

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Ao longo do século XIX, a teorização acerca da educação realizada em Portugal apresentou-se reveladora da existência de uma variedade de perspectivas, nem sempre consensuais, conformes à complexa situação vivida pela sociedade e pela cultura portuguesa da época.

Perante a dicotomia: política educativa do Estado *versus* fins superiores do Homem, o século XIX português ficará para a História da Educação como o tempo em que, tanto foi reconhecido o princípio da universalidade do ensino como um direito, como o período em que foi esboçado um ideal educativo sustentado no princípio de enobrecimento humano.

Nessa consonância, pretendemos demonstrar que, perante as propostas de reforma da educação oitocentistas de teor neo-iluminista e positivista que privilegiaram o utilitarismo pragmático, surgiram, em oposição, as reacções de alguns pensadores portugueses, entre os quais se destacaram Adolfo Coelho e Ferreira Deusdado, cuja teorização educacional poderá ser legitimamente classificada como “Filosofia da Educação”.

Na intenção de fundamentar esse propósito, os procedimentos metodológicos adoptados são múltiplos e distintos: o histórico, o hermenêutico-fenomenológico, o analítico, o sintético, o dialéctico, o indutivo, o dedutivo e o reflexivo.

Sabendo *a priori* que o tema “Filosofia da Educação em Portugal no século XIX” é, *de per se*, sensível e discutível, a complexidade metodológica seleccionada revela-se conforme ao propósito visado.

PALAVRAS-CHAVE

Filosofia da Educação, História da Educação, Positivismo Pedagógico

AROLD DE AZEVEDO E A PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA (1930–1970)

Gisele Ferreira Silva de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Silvia Helena Andrade de Brito

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Aroldo de Azevedo (1910-1974), um dos mais destacados intelectuais da Geografia escolar no Brasil entre os anos 1930 a 1970, foi responsável pela produção de textos escolares que se tornaram marcos na trajetória do ensino geográfico no país. Antes mesmo de licenciar-se, em 1936, elaborou sua primeira obra intitulada “Geographia”, voltada para a primeira série ginasial, editada pela Companhia Editora Nacional. Índicio da importância desse texto escolar, sua produção rendeu uma tiragem de mais de dez mil exemplares. A partir desse momento, sua participação no campo da Geografia escolar cresceu exponencialmente, passando a produzir textos escolares para todas as séries dos cursos ginasial e colegial, chegando a uma circulação de mais de 130.000 exemplares, por ano, entre os anos de 1960 e 1970. Assim, durante mais de três décadas seus compêndios tiveram relevo no setor didático, sendo adotados em praticamente todas as regiões do Brasil.

Nesse contexto, a historiografia do pensamento geográfico tem em Aroldo de Azevedo uma referência importante, a qual deve ser resgatada para melhor compreensão de como se articulavam os conteúdos para o ensino de Geografia, naquele momento histórico, bem como compreender quais as teorias, conceitos e paradigmas que direcionavam o trabalho didático para o período em questão.

Esse contexto estabelece o marco inicial das reflexões dessa comunicação, em torno desse expoente da Geografia escolar brasileira. Desse modo, o objetivo da mesma é discutir as proposições de Aroldo de Azevedo e seu papel na Geografia escolar do Brasil. Para tanto, a metodologia adotada tem caráter qualitativo, inicialmente a partir de pesquisa bibliográfica, buscando aporte teórico em livros, teses, artigos, além de outras fontes secundárias que abordem a temática. Para discutir as propostas de Azevedo para o ensino de Geografia, apoia-se em fontes documentais, como os textos escolares produzidos pelo autor; as discussões que realizou em torno da organização do trabalho didático na Associação dos Geógrafos Brasileiros e no Boletim Paulista de Geografia, bem como no acervo pessoal de Azevedo.

Concluindo, evidencia-se que a história de Aroldo de Azevedo se dividiu entre a docência na Universidade de São Paulo (USP), a militância na Associação dos Geógrafos Brasileiros e o trabalho com o Boletim Paulista de Geografia. Sua formação teve grande influência da Geografia Francesa e do Possibilismo Geográfico, sendo que foi por essa ótica que pesquisou e ensinou Geografia.

Aroldo de Azevedo, enquanto autor no âmbito do ensino de Geografia, baseou-se em uma posição de defesa do acesso mais amplo ao conhecimento, o que se evidencia pelo conteúdo presente em seus compêndios. Para viabilizar tal proposta, buscou projetar em suas obras a importância do papel do professor enquanto condutor do aluno. Simultaneamente, na organização do trabalho didático, no que se refere à relação educativa, sua atividade docente foi marcada por um perfil inovador, introduzindo e incentivando a prática de estudos dirigidos num período histórico em que tal ação pedagógica ainda não era largamente utilizada.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Professores-autores, Ensino Secundário, Aroldo de Azevedo

“PARA A EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E MORAL DOS HABITANTES DA NOSSA PROVÍNCIA”: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Angélica Borges

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Após a descentralização político-administrativa instituída pelo Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias autonomia para legislar e organizar a instrução primária e secundária, foi publicado, em 1835, o relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Redigido por Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, o documento registra, entre outros assuntos concernentes aos negócios da administração provincial, sua preocupação com os problemas que afetam a instrução pública e o que se pode esperar, diante disso, “para a educação científica e moral dos habitantes da nossa Província”. Nesse relatório, o presidente faz um diagnóstico do estado da instrução e dos problemas que persistirão ao longo das décadas e que, portanto, continuarão sendo reportados nos relatórios oficiais, com maior ou menor ênfase, assim como as expectativas, com graus variados de otimismo ou pessimismo, de encontrar soluções. Apesar disso, a forma dos presidentes da província lidarem com as dificuldades se diferem ao longo do tempo, desdobrando-se em uma diversidade de propostas, medidas paliativas ou mesmo de decisões de postergar ações a fim de aguardar momento mais propício. Uma considerável parte dessas diferenças estava relacionada às filiações políticas dos sujeitos que ocuparam o cargo, ao seu engajamento com o ramo da instrução, às diferentes concepções em torno da escola e da docência, às circunstâncias e tensões do jogo político do momento. Nesse sentido, a proposta deste trabalho consiste em apresentar uma análise dos relatórios dos presidentes da Província a partir de três movimentos. Primeiro, analisar os discursos produzidos em torno da instrução pública e como se inserem nos projetos políticos destinados à Província do Rio de Janeiro. Segundo, refletir acerca do modo como os problemas foram relatados, como determinadas questões foram revestidas de uma narrativa negativa, como o próprio ofício docente, e quais foram os seus efeitos no processo de escolarização e de profissionalização docente. Terceiro movimento, analisar o relato das medidas tomadas a fim de compreender as estratégias discursivas acionadas pelos sujeitos que ocupam esse cargo de poder e que pretendiam dar visibilidade às suas ações consideradas bem-sucedidas ou camuflar as possíveis dificuldades na gestão da instrução da Província do Rio de Janeiro. Para realizar a investigação foram utilizadas as seguintes fontes: relatórios dos presidentes de província, relatórios dos diretores da instrução; leis, decretos e regulamentos da instrução; e periódicos da imprensa oitocentista. A análise lança mão das contribuições do pensamento foucaultiano acerca da produção de discursos e das relações de poder. Dessa forma, os relatórios oficiais, produzidos no exercício do governo, são entendidos como dispositivos de poder que traduzem uma intencionalidade política e remetem a uma “topografia de interesses”- expressão de Michel de Certeau - que pretendemos evidenciar nesta reflexão.

PALAVRAS-CHAVE

Instrução Pública, Província do Rio de Janeiro, Império Brasileiro

A ONÇA MALHADA, A FAVELA E O ARRAIAL: UM PROJETO DE ARIANO SUASSUNA SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA ITINERANTES

Aurea Maria Bezerra Machado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - PROPED

A demanda por uma educação pública de qualidade, assim como a valorização da identidade cultural de um povo, requer um diálogo permanente entre práticas docentes, políticas educativas e redes de sociabilidade. Deste modo, este texto, que faz parte da minha pesquisa de doutoramento, aborda um dos projetos culturais desenvolvidos pelo dramaturgo, romancista e professor Ariano Suassuna, um intelectual que não aceitava a segregação cultural das elites às classes populares. Leitor assíduo de Machado de Assis, baseava sua prática social numa das inferências desse autor, que afirmava haver no Brasil dois países: o “Brasil oficial” e o “Brasil real”. O primeiro seria a pátria das elites empoderadas, enquanto o segundo Brasil era composto pela gente simples, analfabeta e abandonada pelas autoridades. Usando como instrumento a sua escrita, tecida sob o enfoque discursivo da cultura oral, e desestabilizando a diferenciação entre o erudito e o popular, uniu literatura e docência para levar cultura às periferias, às favelas e aos sertões, com o intento de apresentar um Brasil ao outro, enfocando a questão do intelectual orgânico de Gramsci. Professor por trinta e dois anos, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi ainda secretário de governo na pasta da educação e cultura, tendo como programa oficial a instrução dos menos privilegiados. Debruçado sobre a cultura nacional, sedimentada nas matrizes indígenas, ibéricas e africanas, engajou-se no campo político-cultural como um homem público que fez uso das políticas educativas para desenvolver sua práxis de educador, criando o projeto de educação popular conhecido como A Onça malhada, a Favela e o Arraial. Com ele, Suassuna ampliava sua prática docente, transformando a sala de aula em *locus* itinerante, percorrendo juntamente com uma equipe de artistas, as periferias das cidades brasileiras, as favelas e os rincões do sertão, convidando o povo simples daqueles lugares a assistir a espetáculos de música, dança, teatro e literatura, numa espécie de circo. Grande arauto da cultura popular brasileira, Suassuna explicava o nome do projeto de trás para frente: Arraial era em homenagem a Canudos, segundo ele o episódio mais significativo da história brasileira; favela porque tendo como um dos pilares de sua erudição a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, acreditava que o Arraial de Canudos do final do Século XIX, tinha nos tempos atuais os equivalentes urbanos: as favelas das grandes cidades brasileiras, onde moravam pessoas que também eram cidadãos e deveriam ter acesso à cultura; a onça porque por muito tempo, o povo brasileiro fora chamado de pardo, negro, moreno, mestiço, e sendo ela malhada, teria misturadas todas essas tonalidade. O animal-símbolo era na realidade uma metáfora do povo brasileiro, “malhado” em sua etnia e, por conseguinte, em sua cultura. Múltiplo em suas criações artísticas, Suassuna desenvolveu projetos de educação e cultura voltados para as classes mais populares, interligando o mundo das letras com o da docência, pelo viés do comprometimento com a arte e o povo.

PALAVRAS-CHAVE

Ariano Suassuna, Docência, Políticas educativas, Povo, Identidade

CONSTRUCCIÓN DE LA NORMALIDAD EN LOS CUERPOS DE MAESTRAS, MAESTROS Y ESTUDIANTES MAGISTERIALES DESDE LA ACCIÓN DEL CUERPO MÉDICO ESCOLAR EN EL URUGUAY (1907–1935)

Fernanda Sosa Cedrani

Consejo de Formación en Educación (CFE- ANEP) Uruguay

La presente ponencia aborda la temática de la creación y funcionamiento del Cuerpo Médico Escolar en el Uruguay (CME), particularmente en la acción de dicho CME hacia los estudiantes magisteriales y las maestras y maestros en ejercicio. Se ubica a las tareas del CME como parte relevante del mandato civilizador de la educación en el marco del proyecto modernizador. Se selecciona el período 1907-1935. Los motivos para esta periodización se explican a continuación. El año de inicio es 1907, ya que es el año en que se publican numerosas consideraciones acerca de la higiene en las instituciones educativas, publicaciones que anticipan la creación del CME. Este Cuerpo se crea en 1908. El presente estudio culmina en 1935 porque es el año en que el Dr. Rafael Schiaffino (integrante de dicho Cuerpo, Director del mismo en un período, profesor de higiene en diversos cargos) publica un informe oficial sobre el estado sanitario del magisterio (llamado “El grito de la fatiga”).

Los objetivos encarados son: delimitar los sentidos que, a partir del trabajo del CME, se otorgan a la “normalidad” de los cuerpos de las maestras, maestros y estudiantes magisteriales; describir las acciones llevadas adelante por el CME para derrotar las enfermedades en pos de la construcción de la salud, en general pero especialmente particularizando en las acciones emprendidas hacia docentes y hacia estudiantes magisteriales; describir los nuevos rituales cotidianos en las instituciones educativas primarias a partir de las preocupaciones higienistas del contagio de enfermedades.

Para cumplir los objetivos trazados se analizan las siguientes fuentes: normativa relativa al Cuerpo Médico Escolar, artículos publicados en Anales de Instrucción Primaria, informes de las actuaciones del Cuerpo Médico Escolar publicados en las Memorias de Instrucción Primaria y algunos folletos publicados por el Dr. Rafael Schiaffino.

Los principales resultados que se presentan son: incidencia creciente del discurso médico en el discurso pedagógico —en el marco de la “medicalización de la sociedad”; principales contenidos de las tareas desarrolladas por el CME; preocupaciones higienistas y su incidencia en el magisterio; significado del “examen preventivo” de los cuerpos, sus conclusiones y recomendaciones.

PALABRAS CLAVE

Cuerpo Médico Escolar, higienismo, magisterio

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FINANCEIRIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTUDOS INICIAIS SOBRE A FUNDAÇÃO LEMANN

Viviane Cardoso da Silva

Universidade Estadual de Campinas

José Claudinei Lombardi

Universidade Estadual de Campinas

A privatização tem sido tema na agenda mundial de governos ultraneoliberais, cuja lógica econômica é a subordinação total de qualquer área ao mercado, nesse sentido a organização educacional pública também tem sido alvo de ações que desmantelam a sua função social no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, analisamos a atuação da Fundação Lemann na formação de professores do Estado de São Paulo, desde os anos 2000 até os dias atuais e identificamos quais programas foram inseridos na educação estadual nesse período. A Fundação Lemann compõe as ações do grupo empresarial de Jorge Lemann, que tem atuado nas redes de educação pública brasileira em estados e municípios, através de contratos de parceria e cooperação em diversas frentes: elaboração dos planos municipais de educação e planejamento estratégico das Secretarias de Educação; formação de quadros de liderança, gestão pública e professores e avaliação, dentre outras áreas. A metodologia utilizada está embasada na perspectiva histórica, com estudo documental de fontes primárias, tais como: o Diário Oficial do Estado de São Paulo, de modo a identificar os contratos e aspectos financeiros envolvidos nessas parcerias e documentos da Fundação Lemann, disponíveis no site da instituição; e fontes secundárias, coletadas a partir de notícias do jornal on-line Folha de São Paulo, referentes a esse grupo empresarial. Além disso, faremos um estudo bibliográfico sobre a financeirização, privatização e gestão da qualidade total e de pesquisas que tratem do objeto estudado. Como resultados podemos observar que há uma relação nociva na atuação da Fundação Lemann em relação aos municípios, realizando pressões em torno da avaliação e da gestão por resultados, sem levar em consideração as reais necessidades de cada realidade educacional. Há um processo de financeirização em curso ao estabelecerem as parcerias de formação, expostos nos valores repassados, observados no diário oficial, mesmo que o discurso institucional do grupo empresarial seja a relação sem fins lucrativos. Participação na elaboração do planejamento educacional das redes de ensino, pressionando para a inserção da gestão por resultados, como forma de controle do trabalho e dos projetos pedagógicos desenvolvidos no interior das escolas.

PALAVRAS-CHAVE

Política Educacional, História da Educação, Privatização, Escolas Públicas, Estado de São Paulo

“JOVENS ÚTEIS A SI E A PÁTRIA”: UMA ANÁLISE ACERCA DAS COLÔNIAS ORFANOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Souza dos Santos

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, ficou estabelecido que os filhos nascidos de mulheres escravizadas seriam considerados livres. Os senhores com a posse da guarda dos filhos menores de suas escravas deveriam criá-los ou entregá-los a associações autorizadas pelo governo. Essa determinação da lei deu início à discussão de como atender a exigência de educar essa população infantil formada por ingênuos. Nesse debate, o modelo institucional de colônia, para educar e formar mão de obra, emergiu como uma solução. O presente trabalho pretende fazer uma análise da criação de Colônias Orfanológicas na localidade da Província do Rio de Janeiro durante o período de 1876 a 1881, no Município de Estrela, região geográfica que atualmente integra a chamada Baixada Fluminense. O estudo considera os debates, as políticas e leis que contribuíram para a instauração de Colônias Orfanológicas na localidade e a possibilidade da escolarização de ingênuos nesta instituição. Pautada nas contribuições dos estudos acerca da história local e regional, história da Baixada Fluminense e no conceito de jogos de escalas de Jacques Revel (1991). A análise utiliza as contribuições de Faria Filho (2009) acerca do uso do “regional como unidade e como posição de análise” para compreender as diferentes dimensões da experiência regional na constituição das dinâmicas da sociedade brasileira, como a compreensão presente e o processo de operações políticas, por meio de que a própria ideia de região são produzidas, como os sujeitos são identificados e as instituições criadas e mobilizadas. Para este estudo recorreremos a um conjunto de fontes como a imprensa periódica, o Almanak Laemmert e os relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro. Observamos por meio da pesquisa que o Juiz de órfãos, Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro foi responsável pela criação da primeira Colônia Orfanológica do Município de Estrela, instalada na Freguesia de Nossa da Piedade de Inhomirim, no dia 7 de setembro de 1876. As Colônias Orfanológicas foram criadas para a internação e a instrução de crianças órfãs e pobres a fim de torná-las “homens honestos, laboriosos e úteis a si e a pátria”. Por meio destas fontes, foi possível identificar a criação de quatro Colônias Orfanológicas destinadas ao ensino e cuidado das crianças desvalidas, todas localizadas no município de Estrela. Os relatos localizados nas fontes visavam enaltecer os trabalhos das colônias. Alegavam que os órfãos eram tratados como seres “livres”, trabalhavam, estudavam e viviam satisfeitos. Para além da instrução recebiam vestuário, alimentação e uma soldada que era recolhida ao cofre dos órfãos. O Almanak Laemmert informa que, como meio de coerção, o Dr. Gonçalo Paes de Azevedo Faro organizou um código disciplinar que possuía castigos morais e prêmios aplicados conforme a conduta dos órfãos e que servia como lei na Colônia. Nesse sentido, torna-se importante a compreensão de quem eram os “desvalidos”, tendo em vista as fontes que nos afirmam a presença do filho de uma preta forra na instituição e o debate voltado para os desdobramentos da Lei do Ventre Livre 1871.

PALAVRAS-CHAVE

Educação de ingênuos, Colônias Orfanológicas, Império Brasileiro, Província do Rio de Janeiro

CADA ALUNA NO SEU LUGAR – FORMATAÇÃO IDEOLÓGICA E DISCIPLINAR DAS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO ESTADO NOVO

Rodrigo Azevedo

CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O Estado Novo, já seguramente implantado, vai, a partir de 1936, assumir explicitamente como um dos seus desideratos mais relevantes tornar a Escola num local em que a Educação assume o primado sobre a Instrução. O regime salazarista investe todos os seus esforços na construção de uma escola nacionalista, através de um movimento concertado de inculcação ideológica e de doutrinação moral. Isso é explícito na legislação que é produzida, nos programas modificados de muitas disciplinas, nos novos manuais, então aprovados, na criação da disciplina de Educação Moral e Cívica e, poucos anos depois, na sua substituição pela de Religião e Moral. Fundamental também se revelou a entrada da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina nas escolas e o novo papel atribuído aos serviços de saúde escolar, encarada agora a Saúde e a Higiene muito particularmente na sua vertente moral.

Este é também o momento em que a frequência feminina nos dois ramos do Ensino Secundário se vai reforçando, principalmente nos liceus, mas também nos cursos diurnos do Ensino Técnico, tornando-se maioritária em alguns casos a partir do fim da década de 40. Num nível de Ensino em que as escolas oficiais de frequência exclusivamente feminina só existiam nas principais cidades e são uma minoria, dominavam os estabelecimentos de Ensino de frequência mista num regime de coinstrução, que não de coeducação.

A investigação empreendida visou apurar as formas e os sentidos que, no quotidiano escolar, assumiu a Educação das jovens alunas. Ela incidiu sobre a documentação existente nos arquivos de quatro escolas minhotas - os liceus Sá de Miranda, Gonçalo Velho e D. Maria II e a Escola Industrial e Comercial Nun'Álvares -, bem como sobre as centenas de relatórios dos reitores liceais e directores das Escolas Técnicas existentes no Arquivo Histórico do Ministério da Educação. Tratando-se de dois liceus mistos e um de frequência feminina e de uma Escola mista do Ensino Técnico, torna-se possível uma visão lata na sua abrangência e multimoda, quanto ao aspecto comparativo. Para além disso, é possível desocultar a forma como a máxima de *cada uma no seu lugar* é verificada no modo bem diverso como dois públicos escolares de diferentes origens sociais eram quotidianamente encarados, educados e disciplinados. Com ela foi possível determinar as linhas de força de uma Educação profundamente conservadora e, onde os papéis reservados aos dois sexos se queriam bem explícitos desde o início, bem como os meios pelos quais, no dia a dia, ela se ia impondo, visando criar jovens mulheres habituadas à obediência e à dita inferioridade do seu sexo e imbuídas dos padrões morais desejados. Procurar-se-á, também, levantar o véu sobre a actuação dos vários tipos de agentes educativos, muito particularmente dos directores e dos reitores e da moldagem ideológica, constante e insidiosa, assumida pela MPF. Será dada particular importância aos actos considerados indisciplinados, tanto individuais, quanto colectivos e à forma como a sua eclosão foi prevenida, através de uma constante rede de vigilância interna e externa às escolas, e ao modo como determinadamente foram reprimidos.

PALAVRAS-CHAVE

Educação feminina, Ensino Liceal, Ensino Técnico, Disciplina, Estado Novo

A FORMAÇÃO DO PEQUENO CIDADÃO POR MEIO DO IMPRESSO: *ALMA INFANTIL* (1912) E *VIDA INFANTIL* (1947)

Gabrielle Carla Mondego Pacheco

Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este artigo tem por objetivo compreender o ideário de cidadão vislumbrado por dois impressos utilizados como objeto e fonte para este estudo: o livro *Alma Infantil* (1912) e a revista *Vida Infantil* (1947-1960). O primeiro consiste em um livro suplementar de autoria da escritora paulista Francisca Júlia da Silva e, do então poeta, Júlio César da Silva, material utilizado nas escolas paulistas à época (Pacheco, 2015); o segundo se trata de um periódico infantil de característica híbrida, posto suas intencionalidades — divertir, educar e instruir (Souza, 2019). O recorte temporal adotado neste estudo é constituído por dois momentos da historiografia da educação do Brasil: os anos iniciais do século XX e os anos finais da década de 1940, haja vista o amplo período que delimita as duas publicações (1912-1947). Entendendo ambas as fontes como instrumentos de educação para crianças, propõe-se a análise de seus conteúdos, em especial os hinos presentes em *Alma Infantil* e a coluna *História do Brasil para Crianças*, que compõe as diversas seções de *Vida Infantil*. Em consonância com os estudos desenvolvidos por Burke (2008) e Chartier (2011), a respeito da abordagem de fontes e da observância dos protocolos de leitura, respectivamente, examinamos, neste artigo, a conjuntura em que as duas fontes estão circunscritas, com vistas a verificar os modos de operação dos impressos, lançando mão de documentos tidos como oficiais, em ambos os períodos, a exemplo da Lei de Instrução Pública (1827), da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946), como forma de compreensão parcial do contexto político em voga. Para tal, contemplamos, nesta pesquisa, o cruzamento de fontes, a fim de evitarmos o anacronismo na análise de fontes históricas. Ademais, os conceitos de literatura cívico-pedagógica presentes em Hansen (2007) e as reflexões de Bittencourt (2018), acerca do ensino e da escrita de História no Brasil, contribuem em larga escala para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, espera-se contribuir com os estudos do campo da História da Educação, em especial no que concerne à formação dos pequenos cidadãos por meio de dois impressos, de modo a perceber permanências e rupturas nos discursos encontrados, respeitando os períodos de publicação dos materiais e seus suportes textuais.

PALAVRAS-CHAVE

Alma Infantil, Vida Infantil, impressos, infância, cidadania

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM OS IDEÁRIOS DA UNESCO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Raquel da Costa

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

Adão Aparecido Molina

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

Este estudo tem como foco contextualizar o processo de produção e de implementação do documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e refletir sobre alguns conceitos que o fundamentam. A Base foi elaborada no período de 2015-2017 e apresentada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como referência para o sistema educacional brasileiro. Por conseguinte, não podemos desvincular esse documento do contexto social, político e econômico do período que antecede essa reforma no sistema educativo, pois ao estudar as políticas e as reformas educacionais faz-se necessário ampliar o campo de análise, já que a instituição escolar está inserida na sociedade. Não obstante, é quase impossível estudar as políticas educacionais sem relacioná-las com as políticas internacionais e com as questões socioeconômicas. Um dos nossos objetivos tem como premissa a análise das influências de organismos internacionais na sua produção e implementação, pois esse documento é resultado de uma continuidade de ações estabelecidas pelo governo federal em acordos firmados e propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o Século XXI. Para isso são utilizadas algumas fontes, conforme seguem: a BNCC; documentos elaborados pela Unesco e referenciais teóricos no campo de estudos das políticas educacionais brasileiras. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa com fontes bibliográficas e documentais, realizamos uma breve consideração sobre o contexto social, político e educacional no Brasil. Na sequência, abordamos alguns conceitos e categorias apresentadas nos documentos e, por último, apontamos algumas considerações sobre o processo de implementação e suas aproximações com os acordos propostos e firmados com a Unesco. Os resultados confirmam que a proposta de educação contida na BNCC privilegia os aspectos subjetivos na formação humana em detrimento ao conhecimento científico, dando ênfase nas habilidades e competências e está em acordo com o ideário proposto pela UNESCO para a educação do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Educação e Ensino, Políticas Educacionais, Unesco

O LIBERALISMO VAI ÀS PERIFERIAS: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO INTERIOR DO AMAZONAS

Claudio Afonso Peres

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Robson Freitas da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

No presente trabalho, buscamos refletir sobre a capacidade do liberalismo em se metamorfosear para obter lucro em situações e lugares diversos, ainda que carentes e de difícil acesso. É o que observamos com o recente crescimento do Ensino Superior privado no interior do Amazonas, no Brasil. Estudos sobre a privatização do Ensino Superior brasileiro nos últimos 50 anos, identificaram que o sistema liberal não diminuiu sua voracidade pelo lucro, em qualquer forma ou regime de governo. Na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas aumentaram em 158%, representando 73% do total no ano de 1985. Já no período democrático, nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o número de IES privadas aumentou em 110%, representando 89% no ano de 2006 (Peres, 2009). Independente dos golpes, reformas e mudanças políticas ocorridas no Brasil, no campo da educação superior, tem sido possível identificar com bastante ênfase a transferência da responsabilidade do poder público para o mercado. Para buscar a compreensão deste processo, propomos o diálogo com os autores liberais clássicos (Keynes, 1982; Smith, 1983; Hayek, 1987), em contraponto com pesquisadores que estudam o ensino superior no Brasil (Vahl, 1980; Frigoto, 1994; Silva Junior, 2002) e com os dados obtidos junto às instituições e estudantes no campo da pesquisa. Nesse sentido, buscamos compreender o impacto da privatização do ensino superior na vida das pessoas do município, identificando a participação do Estado nesse contexto, a relação entre o privado e o público e a compatibilidade dos cursos ofertados com o mercado de trabalho local. Na condição de pesquisadores na área da História da Educação, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o contexto histórico da temática, além de estudo de caso, com levantamento de dados estatísticos oficiais junto às instituições e entrevistas abertas com os estudantes. Considera-se, ainda, a vivência profissional no local investigado, o que nos faz permanentes observadores do fenômeno estudado, tendo inclusive estudos e publicações anteriores tratando das relações entre educação e trabalho no município. Observamos no município de Coari, distante 363 Km da Capital Manaus pela calha do Rio Solimões, que as IES privadas, prioritariamente à distância, têm se ampliado de maneira significativa a partir do ano de 2007. O município possui 85.097 mil habitantes, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,586 - um dos mais baixos do país, 48% da população tem rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo (US\$ 120) e o percentual de ocupados formalmente é de 9,3% (IBGE 2010, 2019). No entanto, possui 6 IES privadas com cerca de 1.000 alunos, mas com potencial para grande ampliação nesse número, já que oferecem 261 cursos, prioritariamente na área das ciências humanas, com mensalidades incompatíveis com a renda da população, que é bastante baixa. O ensino prioritariamente a distância permite a oferta de cursos diversos e um grande número de vagas, porém os resultados apontam para algo bastante grave, principalmente no que concerne à expectativa dos egressos com a inserção no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Liberalismo, Educação Superior, Público, Privado, Periferias

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO LIBERAL NA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE NAÇÃO PARA O BRASIL

Alzenira Francisca de Azevedo

Universidade Federal de Uberlândia – MG

Monique Adriele da Silva

Universidade Federal de Uberlândia – MG

Este trabalho tem por objetivo apresentar influências do movimento revolucionário Francês no entendimento do movimento de independência brasileiro e seus desdobramentos políticos, ao longo das décadas de 1820 e iniciais de 1830. O Poder Moderador passa a ser pensado como organização política que traria uma organização social “tranquilizadora”, de modo a encaminhar as pessoas para que desenvolvessem atividades específicas, nas chamadas “indústrias”, o que poderia trazer uma característica diferenciada para as “ocupações” sociais. Nesse processo a instrução passou a ser vislumbrada como possibilidade de interferir nos “costumes” vigentes no corpo social. Mesmo sem pensar no conceito de classes para aquele período inicial do século XIX é possível perceber o perigo que representava os diferentes modos de pensar a organização política. Nesse período, houve uma interligação entre a História, a Política e a História Política que levaram para a formulação de uma interpretação liberal da Revolução Francesa e possibilitou a reordenação da sociedade na França. Todo esse movimento revolucionário Francês teve uma apropriação peculiar no entendimento do movimento de independência brasileiro e seus desdobramentos políticos, ao longo das décadas de 1820 e 1830. Especificamente, nesse período a elite intelectual estava marcada pelo pertencimento aos agrupamentos e redes de sociabilidades que se aproximavam em alguns assuntos ou se distanciavam no entendimento de como poderia se empreender um projeto de nação para o Brasil. Nas diferentes concepções, nas linguagens políticas e propostas que se delineavam estavam presentes variadas representações na busca de entender quais as ações mais coerentes para as principais facções que estruturavam o pensamento político do período. O desenvolvimento de uma representatividade no cenário político aos poucos começou a se estabelecer a partir do enfrentamento de diferentes ideias como forma de estabelecer quadros organizativos para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Pensamento Liberal, Instrução Elementar

LA EDUCACIÓN RURAL EN CHILE EN EL CONTEXTO DE LA REFORMA AGRARIA: EL PAPEL DE LA IGLESIA CATÓLICA A TRAVÉS DEL INSTITUTO DE EDUCACIÓN RURAL (1954–1970)

Vanessa Tessada Sepúlveda

Universidad Autónoma de Chile

La siguiente comunicación tiene por objetivo analizar el papel que la Iglesia Católica jugó en el proceso de educación del campo chileno a partir de la creación del Instituto de Educación Rural (1954). A pesar de los altos niveles de ruralidad en el Chile de la primera mitad del siglo XX (en 1920 la mitad de la población vivía en sector rural y para 1960 lo hacía un tercio) para el Estado la educación rural fue una preocupación secundaria, especialmente por los problemas presupuestarios que lo aquejaron desde la implementación de la educación primaria obligatoria (1920). De ahí que la educación en el campo quedó de manera importante en manos de iniciativas privadas con las cuales el Estado estableció ayudas de subvención para mantenerlas en funcionamiento.

El escenario rural de la primera mitad del siglo XX estuvo caracterizado por una concentración excesiva de la tierra, los campesinos habitaban latifundios en un patrón de asentamiento disperso, los niños y jóvenes tenían condición de mano de obra, existía una baja valoración de la educación y altos niveles de analfabetismo, el ausentismo escolar y la baja escolarización fueron la regla.

Es por ello que la educación para el mundo rural estuvo atada, primero, a un proceso de regeneración del pueblo que implicaba disminuir el analfabetismo y mejorar las condiciones de vida, la vivienda, higiene y bajar los niveles de alcoholismo. Dado la imposibilidad del Estado de dar abasto, agentes privados comenzaron a hacerse parte de este proceso educativo. Así, la Iglesia Católica comprometida con el mejoramiento de la vida rural, pero también preocupada por los procesos de politización de izquierdas del campesinado, comenzó un trabajo territorial a través de la Acción Católica Rural, organismo que en 1954 fundó el Instituto de Educación Rural.

Esta comunicación apunta a analizar el papel que jugó la Iglesia Católica en la educación del campesinado nacional, los énfasis del currículo implementado y las distintas metodologías educativas puestas en práctica, teniendo en cuenta que el modelo no siempre respondió al formato tradicional de educación. Se propone que el Instituto de Educación Rural vivió dos etapas importantes marcadas por el comienzo del proceso de Reforma Agraria y su cercanía a la Democracia Cristiana durante los años 60, cuando se pasó de educación tradicional — confesional y fuertemente moralista a una educación para la libertad, tomando la pedagogía del oprimido de Paulo Freire, constituyéndose en un actor importante en la educación para la realización de la reforma agraria.

PALABRAS CLAVE

Chile

REDES E CAMINHOS: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA TRAJETÓRIA DE FRANCISCO LINS

Daise Silva dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Apresentar alguns dos espaços de sociabilidade em que Francisco Lins esteve inserido a fim de compreender sua trajetória é o objetivo deste trabalho. Apesar do atual desconhecimento que paira sobre o nome de Francisco Lins, o professor, jornalista e poeta mineiro ocupou posições de destaque durante as primeiras décadas do século XX. Foi membro fundador da Academia Mineira de Letras (AML), redator de alguns periódicos de grande circulação, como *Jornal do Comércio* e *O Pharol*, além de suas crônicas, poesias e traduções terem estampado vários jornais. Seu nome esteve entre os nomeados correspondentes do Arquivo Público Mineiro (APM), o que evidencia sua inserção no ambiente político, tendo em vista que foram escolhidos entre a elite política e intelectual apenas homens de grande destaque no cenário estadual e nacional. Por duas vezes esteve na Europa, enviado em comissão do governo a fim de estudar os institutos de educação na Itália, Bélgica, Suíça, França e Alemanha. Entre 1912 e 1915, integrou a primeira turma dos cursos oferecidos no Instituto Jean-Jaques Rousseau, sendo o único brasileiro entre os 22 alunos de diversas nacionalidades, naquele que viria a ser o maior centro de referência das ideias escolanovistas ao qual se destinaram diversos educadores nas décadas seguintes. De volta ao Brasil, atuou em diversos cargos a educação, como o de Reitor do Externato do Gymnasio Mineiro de Barbacena e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Nascido em uma família de 18 irmãos e de pais professores, que por questões financeiras não conseguiu prosseguir nos estudos, provavelmente, Lins não teria alcançado tamanho destaque não fossem pelos locais em que se inseriu e relações que estabeleceu. Neste trabalho, apresento alguns desses espaços e busco compreender de que maneira podem ter influenciado na trajetória desse educador. Para tanto, utilizo fontes diversas, entre as quais destaco notícias de jornais e documentos da AML. Trabalho a noção de redes de sociabilidade segundo a perspectiva de Sirinelli (2003), na qual, todo grupo de intelectuais se organiza sob uma estrutura de sociabilidade, essas atuam no campo intelectual por forças de adesão e exclusão. Dialogo também com Venancio (2001) no que se refere à participação nas sociedades letradas como estratégias de intercâmbio e identidade intelectual. Compreendo, a partir desse trabalho, que as diversas relações que Lins estabeleceu e os espaços que esteve inserido colaboraram significativamente para sua trajetória à medida que proporcionaram um lugar de destaque no meio político e erudito. Sua relevância consiste no fato de lançar luz sobre um importante educador ainda pouco explorado pela História da Educação, além de ampliar os debates acerca das sociabilidades e intercâmbio letrado.

PALAVRAS-CHAVE

intercâmbio intelectual, redes de sociabilidade, trajetória

AS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: OS PROJETOS ARARIBÁ E TELÁRIS NO BRASIL

Gabriela Isbaes

Universidade Estadual de Campinas

O livro didático é configurado como um dos maiores difusores de informação nas escolas brasileiras. Sua ampla distribuição, garantida pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), aliada à falta de outros recursos, fazem com que este seja o meio mais utilizado por professores na elaboração de suas aulas, bem como é o principal suporte dos estudantes para a obtenção de conhecimentos a respeito dos assuntos abordados em sala. Ressalta-se que o livro didático é um produto cultural, que dialoga com a visão de mundo e de ensino de seus autores, carregada de símbolos próprios de seu tempo e espaço. O livro de história, portanto, consolida as vertentes historiográficas nas quais se baseia, de modo a firmar a memória dos estudantes acerca de determinados fatos e sujeitos, muitas vezes apoiada nas fontes imagéticas trazidas nestes materiais. De início, as imagens eram empregadas sem intencionalidade, cenário modificado na primeira metade do século XIX, quando passam a possuir a finalidade de complementar textos e justificar as premissas por eles defendidas, uma vez que diversas destas imagens são contemporâneas aos acontecimentos, ou trazem representações destes. Destarte, a historicidade das imagens, e os elementos que as validavam enquanto fontes para o desenvolvimento do saber histórico, não eram ressaltados da maneira devida. Todavia, as revisões teórico-metodológicas pelas quais a história passa no decorrer do século XX, voltadas para a análise de fontes mais plurais, atingem a disciplina também no âmbito escolar. Outrossim, as imagens transpostas nos livros didáticos passam a ser encaradas como elementos facilitadores da aprendizagem, e o incentivo à interpretação destas como fontes próprias de seu tempo ocorre no campo teórico, porém, com menor frequência no prático. É possível afirmar, dessa maneira, que as fontes iconográficas se inserem em relações de poder, que justificam a sua utilização e as interpretações elaboradas sobre estas. A proposta visa analisar, em editorações didáticas brasileiras publicadas em 2017, as imagens de mulheres, posto que nos últimos cinquenta anos as noções sobre seus papéis enquanto agentes históricas foram reformuladas. Contudo, apesar do crescente enfoque em buscar a participação dessas mulheres na história, as apropriações didáticas nem sempre dialogam com os saberes atualizados sobre as figuras femininas, por ainda refletirem hierarquias sociais e culturais que não abrangem tais perspectivas. Por isso, se busca compreender quais as concepções sobre as mulheres nos livros didáticos face à sociedade brasileira, por meio do tratamento dado a essas imagens, o qual pode ser verificado pelas legendas empregadas e pelas informações dos textos que precedem tais representações. Serão trabalhadas duas edições didáticas de história utilizadas no Ensino Fundamental II, a Araribá e a Teláris — segunda e oitava mais vendidas, respectivamente —, distribuídas na rede pública de ensino brasileira no ano de 2017, pelo edital mais recente do PNLD. A escolha se deu, pois, além de possuírem grande tiragem e estarem ainda em uso nas escolas, também foram formuladas em formato de projeto, não sendo, assim, coleções isoladas, mas que dialogam com uma concepção particular de ensino e história em todos os seus volumes.

PALAVRAS-CHAVE

Livro didático, Imagens, Programa Nacional do Livro Didático, História das Mulheres, Educação Básica Brasileira

O CENTRO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO E A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO PELA LEI N. 5.692/71 NO BRASIL

Juliana Filgueiras

UFMG

A reforma implantada pela lei n. 5.692/71 durante a ditadura militar procurou reestruturar a educação escolar brasileira e seu currículo. A escola de 1o grau - obrigatória para as crianças e jovens dos 7 aos 14 anos -, unificou o primário e o ginásio e levou um novo público aos bancos escolares. Ao tentar resolver os embates sobre o objetivo da escola secundária, a reforma criou, no lugar do antigo colégio, o ensino de 2o grau profissionalizante. A implantação da escola de 1o grau exigiu uma série de reformulações na educação escolar, com a criação de novos estabelecimentos e a reestruturação dos existentes, por meio da integração de grupos escolares e ginásios. A reorientação curricular que integrou a reforma buscou suprimir antigas disciplinas escolares e sua substituição por matérias, áreas e conteúdos disciplinares, além da criação de novas disciplinas, como Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais. Dentre os órgãos responsáveis pela implantação da reforma de ensino estava o Centro de Recursos Humanos João Pinheiro (CRHJP). As origens do CRHJP datam da década de 1950, quando Anísio Teixeira criou o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE-MG). O CRPE-MG permaneceu como importante órgão de pesquisas educacionais até 1973, quando foi transformado no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura. Após a aprovação da reforma do ensino por meio da lei n. 5.692/71, o CRHJP assumiu a responsabilidade de executar o projeto de acompanhamento da implantação e implementação da lei. A comunicação analisa a documentação produzida pelo Centro de Recursos Humanos João Pinheiro - localizada na Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais -, com o objetivo de compreender a atuação desse órgão na implantação das políticas para a educação durante a ditadura militar. A partir dos aportes teóricos-metodológicos da História Cultural, examina as prescrições e estratégias de difusão da lei n. 5.692/71, as novas orientações curriculares organizadas, com destaque para o currículo de Estudos Sociais, os projetos para a implementação de novas metodologias de ensino e os modelos de formação de professores propostos e concretizados. Nesse sentido, verificou-se que o CRHJP estabeleceu ações de assessoria aos sistemas públicos de ensino e às escolas privadas no tocante aos aspectos referentes a criação das escolas de 1o e 2o graus, a reestruturação da inspeção e supervisão de ensino, a reformulação dos currículos, formação de professores e as políticas de melhoria de recursos humanos. O CRHJP colaborou com as equipes técnicas das unidades federadas no trabalho de estruturação, organização e funcionamento do ensino e na elaboração e execução de seus planos de ação.

PALAVRAS-CHAVE

Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, reforma do ensino

REFORMAS POMBALINAS, INSTRUÇÃO PÚBLICA E ENSINO DE LÍNGUAS: UMA ANÁLISE DE GRAMÁTICAS DO SÉCULO XVIII

Elaine Maria Santos

Universidade Federal de Sergipe

Rodrigo Belfort Gomes

Universidade Federal de Sergipe

Luana Inês Alves Santos

Universidade Federal de Sergipe

As reformas pombalinas da instrução pública se constituíram em um projeto pedagógico de modernização do Estado através da educação, tendo como base a valorização do estudo da língua portuguesa e as diretrizes que deveriam ser dadas para que a ideia de nação portuguesa pudesse se consolidar de forma mais evidente nas colônias portuguesas. Ao analisarmos a legislação referente a esse período, percebemos a ênfase dada às orientações para que os mais diversos papéis da educação fossem delineados, com orientação para que os professores pudessem escrever compêndios baseados na concisão de regras gramaticais, na clareza da forma e nos modelos a serem inculcados na juventude, principalmente se esses modelos se aproximassem dos franceses, já que a língua francesa era vista como símbolo de civilidade. Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo analisar o teor das reformas pombalinas da instrução pública no contexto da colônia brasileira, a partir do estudo da legislação do século XVIII e da bibliografia relacionada, comparando as determinações encontradas com o ensino da língua portuguesa, do francês e do inglês. Para exemplificar os achados da pesquisa, serão apresentadas algumas análises feitas sobre uma gramática para o ensino do inglês e uma para o ensino de português, como forma de podermos tecer algumas considerações sobre similitudes e diferenças, levando-se em consideração a ideia de gramatização, defendida por Auroux (1992). Além de uma investigação sobre as partes constituintes das gramáticas, os prefácios e notas ao leitor foram também objeto dessa pesquisa, de modo que possamos ter uma ideia das discussões levantadas pelos autores sobre o papel do português, francês e inglês na sociedade portuguesa e em suas colônias. Com a pesquisa desenvolvida, foi possível perceber como a ideia de gramatização estava presente nos compêndios publicados no século XVIII, conforme comprovado com o estudo das gramáticas aqui proposto. Da mesma forma, ficou evidente o papel dos diálogos familiares nas gramáticas para o ensino de línguas, sejam elas estrangeiras ou materna. Assim, esses pequenos diálogos representavam o modelo de nação que se queria construir, bem como os comportamentos esperados da mocidade que estava sendo instruída.

PALAVRAS-CHAVE

Reformas pombalinas, ensino de línguas, gramáticas, século XVIII

AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES COMO POLÍTICA PÚBLICA PRIVATISTA DO ESTADO BRASILEIRO

André Gomes da Conceição

Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Colégio Brigadeiro Newton Braga

Neste trabalho, o objeto são as escolas cívico-militares como política pública que prioriza os interesses dos militares do Brasil como *classe cuja “propriedade” reside na gestão da articulação entre o público e o privado* (Oliveira, 1998, p. 42). Como *atributo contraditório* (Marx, 2011, p. 160) deste processo estão as escolas da Força Aérea Brasileira (FAB).

O objetivo geral é analisar o Programa de Escolas Cívico-militares (Pecim), política educacional do governo brasileiro a ser implementada em 2020, que não propõe a criação de mais escolas, mas a transformação daquelas existentes.

Como metodologia, defini examinar a legislação e identificar as características da gestão dessas escolas, para se fazer a análise das informações, à luz dos referenciais teóricos.

Inicialmente, verifiquei que a condição para que as escolas se tornem cívico-militares está na gestão: devem ser dirigidas por *militares da reserva remunerada* (Brasil, 2019) - aposentados que recebem um incremento de 30% sobre as suas pensões durante recontração. Porém, essas escolas não serão transferidas do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Defesa. Assim, estariam sob responsabilidade orçamentária do MEC, incluindo as despesas com o pagamento desses militares.

Destarte, houve a adesão de 16 estados e de 640 municípios (EBC, 2019) ao *Pecim*, gerando enorme oferta de cargos a serem ocupados, exclusivamente, por militares, ora inativos, importante base política do governo brasileiro de extrema direita.

As escolas administradas pelas Forças Armadas representam menos de 0,1% das escolas estatais (Brasil, 2019), embora não sejam escolas cívico-militares. Neste contexto, existem escolas de educação básica pertencentes à FAB.

A FAB tentou se desfazer dessas escolas por razões orçamentárias, transferindo-as para o MEC, em 2012. Anteriormente ao golpe de Estado no Brasil, em 2016, reforçou esta intenção da FAB a sua reestruturação, iniciada em 2015, que definiu o fechamento, ou a transferência para outros ministérios, de instituições estranhas à atividade fim da força militar, extinguindo cargos ocupados por militares da reserva.

Assim, a partir de 2016, nessas escolas, professores e técnicos, servidores públicos civis, vem sendo substituídos por militares da reserva. Desse modo, aderindo ao *Pecim*, a FAB garantiria cargos aos militares ao mesmo tempo em que diminuiria o problema orçamentário.

Como conclusão preliminar desses resultados parciais, é possível afirmar que interesses particulares, ou de um segmento de classe, se tornaram os condutores dos *pores teleológicos* (Lukács, 2013) que orientarão o trabalho nas escolas cívico-militares, e nas escolas da FAB, e não finalidades pedagógicas sustentadas por Princípios Constitucionais, orientadores da administração pública brasileira, tais como impessoalidade, publicidade e eficiência.

PALAVRAS-CHAVE

Estado, política pública, Escolas cívico-militares, corporativismo, pôr teleológico

AS POPULAÇÕES NATIVAS NO LIVRO DIDÁTICO: TRADIÇÃO SELETIVA, MEMÓRIA E ICONOGRAFIA DIDATIZADA

Tais Temporim de Almeida

Universidade Estadual de Campinas

Arnaldo Pinto Junior

Universidade Estadual de Campinas

A construção da memória histórica invariavelmente esteve presente nas definições didático-pedagógicas das escolas brasileiras. A partir de meados do século XIX, período em que o Estado nacional expandia suas bases, as acepções de povo, identidade e unidade foram evocadas por educadores engajados em um projeto sociocultural homogeneizador. As linguagens pictóricas integradas ao ensino de história tiveram importante papel na elaboração do imaginário nacional, sobretudo se considerarmos que muitas das representações selecionadas e didatizadas nesse interim ainda hoje estão inseridas na dinâmica escolar como referência da memória histórica visual. Nesse sentido, as produções iconográficas concebidas desde o século XVI pelos viajantes até as pinturas de artistas renomados do XIX, ao serem inseridas às edições escolares corroboraram à formação de chaves de leituras ao entendimento sobre a história da nação e das populações brasileiras. O lócus do livro didático encontra importantes usos e apropriações dessa e de outras linguagens ao ensino com função de configurar uma memória hegemônica. Em vista disso, buscamos analisar as produções imagéticas canônicas presentes em obras escolares da atualidade, que retratam especialmente a participação das populações nativas na história brasileira, para que possamos compreender como promovem o diálogo iconografia, livro didático e memória, bem como evidenciam como se erigiram ideários sobre os indígenas que foram radicados socialmente pelas diversas linguagens acionadas no ensino. Nossas análises consideram tais imagens passado o marco de dez anos da promulgação da lei número 11.645 de 2008, vislumbrando entender a projeção dessas na qualificação de noções de ensino de história que cerceiam as populações indígenas, sua história e cultura. Para tanto, partimos da iconografia incorporada ao texto de Alfredo Boulos Júnior, na coleção “História, Sociedade e Cidadania”, da editora FTD, destinada aos anos finais do Ensino Fundamental e avaliada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017, no qual encabeça a lista dos títulos mais distribuídos nos últimos anos. As discussões acerca da tradição seletiva de Raymond Williams (2003) são potentes ferramentas para pensarmos como noções éticas e estéticas foram forjadas pela cultura escolar e influenciadas por determinadas demandas; que apropriaram, inventaram, interpretaram e didatizaram saberes e/ou imagens de acordo com interesses específicos, responsáveis por imputar quais os conceitos rememorados ou esquecidos. O método histórico-semiótico de Ana Maria Mauad nos direciona ao entendimento de que tal tradição excluiu a sensibilidade indígena mediante apropriação de uma materialidade passada (documento), que é símbolo do passado que se escolheu perenizar (monumento) nas páginas das obras didáticas da atualidade. A didatização iconográfica nos livros escolares de história, deste modo, não pode ser entendida como despreziosa ou desvinculada da sociedade que simboliza. Pelo contrário, ao (re)apropriar e (re) significar tal iconografia, foram evocadas mentalidades e sentidos multifacetados, que formularam memórias históricas, fundamentaram um processo coletivo e produziram sentidos esperados/determinados por dados grupos. Sua discussão se mostra, portanto, profícua ao entendimento de chaves de leitura que foram projetadas no XIX, construíram uma noção de história e ensino de história que ainda hoje elaboram significações às imagens indígenas que seguem sendo editoradas no segmento didático.

PALAVRAS-CHAVE

História do ensino de História, Livro didático, Linguagens de ensino, Iconografia didatizada, Memória histórica

O CURRÍCULO ESCOLAR DURANTE A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA: A LEI 5692/71 E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Larissa Freire Pereira

UFMG

A presente comunicação visa analisar como a Lei 5.692/71, criada em cumprimento a reforma educacional elaborada pelos governos civis-militares no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, definiu o currículo das escolas de 2º grau (o ensino médio). O novo currículo foi definido a partir da Lei 5.692/71 e ficou em vigência até 1982, quando o ensino profissional deixou de ser obrigatório pela Lei Nº 7.044/82. Com a alteração da lei e a partir da Resolução nº 8 de 1971, o currículo passa a ser imposto e único em todo o país. A partir dessa mudança, havia um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender as peculiaridades locais e as diferenças individuais dos alunos. A primeira comum nacional era de responsabilidade do Conselho Federal de Educação, enquanto a diversificada ficava a cargo dos Conselhos Estaduais. O 1º grau buscou a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho enquanto o 2º grau teve como objetivo a habilitação profissional, influenciada pela tendência tecnicista e profissionalizante. A partir da ideia de cultura comum desenvolvida por Raymond Williams, analisaremos como a diferenciação do currículo com partes comuns e diversificadas pode diferenciar o conhecimento. Para o autor, o currículo deveria ser um estudo comum a todos, pois todos os cidadãos têm direito a cultura. Assim todos os indivíduos devem ter acesso a cultura comum e para que isso ocorra deve haver um currículo comum, sem diversificações, sem distinção de classe social e grupo. É importante salientar, que o currículo recebeu tratamento diferenciado entre escolas públicas e privadas. Por isso, buscaremos entender como a mudança da lei e a formação do currículo profissionalizante foram desenvolvidas a partir da relação de poder de alguns atores, como o próprio governo da ditadura civil-militar brasileira em relação a população. Em um primeiro momento, a população recebeu a lei e a partir da mesma começou as negociações para a implementação em cada localidade, demonstrando que essas negociações são parte da mudança de comportamentos e práticas que gestarão sentidos e sensibilidades de acordo com cada grupo social e localidade. Essa seleção do currículo é possível avaliar as negociações presentes na elaboração do novo currículo profissional a partir da ideia de uma tradição inventada e da análise sócio histórica do currículo, embasado nos estudos do teórico Ivor Goodson. Por isso a proposta da comunicação é analisar como a Lei 5692/71 e a Resolução 8 do mesmo ano, criou um currículo que por ter uma parte diversificada tornou possível a diferenciação de grupos sociais e localidades, levando em consideração as orientações disponíveis para o estado de Minas Gerais, disponíveis no texto *Orientação para o planejamento educacional nos municípios mineiros que estão implantando o regime instituído pela Lei 5692/71*.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura civil-militar, Currículo, Políticas públicas, Lei 5692/71

POLÍTICA EDUCATIVA EVALUACIÓN Y CAPITAL CULTURAL EN LA ESCUELA

Rafael Hernandez Castellanos

Secretaría de educación del distrito Bogotá

Politécnico Gran Colombiano

En el contexto educativo colombiano actual, la evaluación de competencias se ha convertido en un aspecto de primer orden para establecer no solo el nivel de los estudiantes y establecen la medida de calidad de las instituciones educativas de media. Las pruebas de estado responden en principio a un requerimiento de la política educativa nacional que apela al mejoramiento de la calidad y la igualdad en el acceso a los diferentes ciclos de la educación, para el caso particular conviene llamar la atención sobre las implicaciones del tránsito de la educación media a la educación superior y las contradicciones que supone la implementación de dicha política en las instituciones escolares, lo cual se presenta en dos situaciones que afectan a la escuela, por una parte los resultados miden el índice de calidad de las instituciones, resultando un factor determinante en la manera como las instituciones adaptan sus procesos educativos, para responder con mejores resultados, otro aspecto de resaltar es la manera cómo afecta al estudiante, a quien la prueba establece sus niveles de desempeño y las competencias alcanzadas, lo que implica que esta resulte determinante en la pretensiones de acceso a la educación superior, lo que implica una paradoja desde el punto de vista de la calidad y la igualdad.

Partiendo de lo anterior, resulta necesario llamar la atención sobre la evaluación como un dispositivo de selección que para el caso de la escuela colombiana, acentúa las desigualdades sociales, siendo pertinente retomar la noción de capital cultural propuesta por Bourdieu y la manera como la escuela es un escenario donde el origen social del alumno es un factor que relacionado con el éxito o fracaso escolar. En él intervienen factores de orden económico, cultural y social que se relacionan con la práctica educativa; este aspecto va desde la socialización familiar del niño y del cómo hereda cierto capital cultural acorde con su pertinencia de clase; el capital cultural juega un papel de intermediario entre el origen social del alumno, su aprendizaje y determinara, la manera como este se incorporara a la cultura escolar. De ahí la importancia de llamar la atención sobre la temática y las implicaciones, que ello tiene sobre la representación que los estudiantes hacen sobre la cultura escolar. A modo de cierre la representación que los estudiantes hacen de la cultura escolar determina la manera como estos se ven así mismos, ya que el hecho de que la escuela trate de responder a los requerimientos de mejores resultados, impone algunos requerimientos a la práctica educativa, ya evaluar por competencia, pone en tensión las cultura de lo experiencial con la cultura de la comunidad académica y aquello que denominamos cultura escolar se desvirtúa en los intercambios que se dan en la escuela y el aula.

PALABRAS CLAVE

Política educativa

AS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM MINAS GERAIS (1889–1930)

Leandro Silva de Paula

Universidade Federal de Goiás

Rosana Areal de Carvalho

Universidade Federal de Ouro Preto

A historiografia da educação brasileira aponta para a exaltação da missão da escola na formação do cidadão republicano. No entanto, a presença da ação escolar na Constituição de 1891 é bastante tímida. A responsabilidade educativa manteve-se descentralizada, ficando para os estados a maior fatia. Devido às diferenças de poder econômico e, por vezes, de vontade política, nos estados brasileiros pouco mais foi feito do que cristalizar as desigualdades regionais que já vinham sendo construídas desde o Império. Por sua vez, os governos estaduais dividiram a responsabilidade com os municípios, nos quais as ações da Câmara local foram essenciais, por um lado; mas, por outro lado, reforçaram as desigualdades. As Câmaras tornaram-se capazes de elaborar suas leis com maior flexibilidade, passaram a interferir em todos os domínios da vida pública e a exercer maiores responsabilidades nas questões relacionadas à instrução pública. As primeiras décadas do período republicano foram marcadas pela demanda por alfabetização e criação de escolas. Neste contexto, os meios pelos quais os municípios auxiliaram os estados em sua missão educacional englobava desde a construção de edifícios escolares, ou o pagamento de aluguel, ação mais comum, até a distribuição de materiais didáticos para os alunos pobres da região. Em relação a Mariana, observa-se a existência de uma parceria entre o estado de Minas Gerais e o poder municipal. Parceria essa visível nas inúmeras ações educativas aprovadas pela Câmara Municipal com caráter complementar às medidas exercidas pelo estado. Desenhar as ações educativas implementadas pela Câmara Municipal de Mariana nas primeiras décadas republicanas, tomando o conceito de município pedagógico delineado por Justino Magalhães, é o mote deste artigo, considerando a autonomia das câmaras mantida pela Constituição Federal e as responsabilidades indicadas pela Constituição de Minas Gerais, ambas de 1891. A documentação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal informa sobre a construção e a manutenção de escolas; a contratação e o pagamento dos professores; a compra e distribuição de materiais didáticos destinados ao ensino dos alunos pobres que frequentavam as aulas públicas. Tais medidas descrevem a organização do sistema escolar local. Por meio da documentação mobilizada para este trabalho, ficou evidenciada a faceta pedagógica do município de Mariana, visível no cumprimento da lei e em ações no âmbito da intermunicipalidade, por vezes limitada pelos recursos financeiros.

PALAVRAS-CHAVE

Município Pedagógico, Educação na Primeira República, Instrução Pública

EDUCAÇÃO, JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS JOVENS À OCUPAÇÃO DE ESCOLAS EM GOIÁS ENTRE 2015 E 2016

Joao Batista Coelho Cunha

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Aldimar Jacinto Duarte

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Esta investigação sociológica, vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em Educação — PPGE da PUC Goiás, têm como princípio examinar a participação política das juventudes no processo de ocupação de algumas escolas da rede estadual e federal de educação na região Metropolitana de Goiânia. Considera-se que as estruturas sociais do Estado moderno passaram por transformações que propiciaram o desenvolvimento do neoliberalismo, a condição de crises educacionais não é apenas fruto de uma política local, mas, sim, de um plano geral de mudanças no regime de administração do Estado, que se utiliza de reformas para implementar novas formas de precarização, como é o caso das Organizações Sociais. Compreende-se que a juventude pobre, especificamente os jovens que participaram de movimentos de ocupação, constituem uma modalidade importante nos regimes de participação da juventude. A partir da sensibilização sobre as políticas de precarização da escola, os jovens definiram pautas de protestos e através das ocupações e com as mídias sociais, disputam a hegemonia política dos discursos, transformando as ocupações em um grande centro de resistência juvenil às políticas neoliberais na escola. Os jovens, a partir de suas próprias narrativas, analisam sua participação no movimento de ocupação e definem sobre como as ocupações impactaram de modo simbólico às questões do mundo político, rompendo com as diversas formas de política tradicionais e elaborando um itinerário formativo específico nas ocupações. Temos como objeto de pesquisa, os sentidos atribuídos pelos jovens estudantes secundaristas aos processos de ocupação das escolas. A construção social do movimento e como os jovens compreenderam a sua participação política no cenário de um movimento social de jovens. A partir de metodologia baseada na sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu (2001) desenvolvemos pesquisa quantitativa, qualitativa e coleta de informações documentais. Buscou-se o perfil social do jovem utilizando uma abordagem quantitativa ao aplicar um questionário e desenvolver sua análise, posteriormente a utilização de pesquisa qualitativa, realizaram-se entrevistas com os participantes e análises dos dados coletados. Investigaram-se alunos egressos de escolas estaduais ocupadas, jovens entre 18 e 25 anos, que participaram ativamente das ocupações em suas respectivas escolas. Concluiu-se que os jovens participantes das ocupações adquiriram maior interesse em participação na política social, inclusive o reconhecimento de si como atores sociais importantes. As ocupações secundaristas conseguiram parar uma das reformas educacionais no Estado de Goiás, a implementação da terceirização das gestões escolares pelas Organizações Sociais. A partir da vivência nas ocupações, os jovens foram capazes de reconhecer as diversas forças na disputa de poder político, desenvolveram um sistema de organização formado por vínculos sociais fortes, construíram diversas estratégias para superar os ataques do Estado sobre suas demandas. A participação política nas ocupações juvenis teve um papel relevante de tornar seus participantes mais ativos na luta social, ao desenvolver nos ocupantes em curto espaço de tempo uma formação intelectual, política e crítica de seus membros, tornando-os seres humanos mais experientes e conscientes de suas condições reais de existência na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Ocupações, Juventudes, Participação Política

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Valdivina Alves Ferreira

Universidade Católica de Brasília

O texto objetiva refletir sobre a implementação das Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio, na rede Federal de Educação Profissional no Distrito Federal. É uma pesquisa bibliográfica e documental. Dialogamos com os autores que discutem a temática, dentre os quais, Moura (2010) e Saviani (2004) que tratam da dualidade histórica e perspectivas de integração entre ensino médio e EPT; Ciavatta; Ramos (2011) que apresentam uma crítica ao formato da EPT como política pública atrelada aos interesses neoliberais; Frigotto (2007) que discute sobre a formação profissional na perspectiva de adaptação aos objetivos do mercado; Pacheco (2011) que faz uma reflexão sobre os IFs e a Lei 11.892/2008, além dos documentos oficiais que tratam sobre a finalidade e os princípios da EPT de nível médio. Concluímos que a rede Federal de Educação Profissional tem contribuído para a oferta, a expansão tanto no que tange a inclusão e ao atendimento do aluno no segmento público, bem como o registro do direito subjetivo garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996.

PALAVRAS-CHAVE

educação profissional e tecnológica, rede federal de educação profissional, Plano Nacional de Educação

O PRIMEIRO LIVRO DIDÁTICO JESUÍTA DE FILOSOFIA, AUTORIZADO PELA REPÚBLICA BRASILEIRA NA DÉCADA 1940

Aldemir Barbosa da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Celso João Carminati

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

A instauração do regime republicano no Brasil (1889), aponta a influência do positivismo e liberalismo na organização sócio-política-cultural, sendo estratégico posicionar no campo educacional em prol do laicismo pedagógico, em consonância a exclusão da disciplina escolar filosofia do currículo oficial do ensino secundário. No entanto, as primeiras décadas do século XX, o projeto de restauração católica idealizado pela elite e intelectuais católicos, permite formar uma rede de sociabilidade que sinaliza uma relação de poder com o governo. Entre indícios das estratégias católicas nos projetos educacionais, ocorre o retorno da filosofia na formação da nação. Na década de 1930, a ação do governo em prol dos princípios republicanos e nacionalistas, possibilita a instituição da Reforma Educacional, do Ministério da Educação, e da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), responsável pela autorização dos livros didáticos oficiais do país. O *Noções de História da Filosofia* do Pe. Leonel Franca S. J., foi o primeiro livro didático autorizado pelo governo na formação da nação republicana.

Realizar levantamento histórico a respeito de estratégias católicas no campo educacional, após o advento do governo republicano; investigar a trajetória da filosofia no currículo oficial, pela legislação educacional republicana até a década 1940; identificar a presença de intelectuais católicos no campo sócio-político-cultural, e sua relação de poder entre os aparatos estatais; analisar pontos da materialidade nesse livro didático autorizado pela CNLD, como indícios do projeto de restauração católica;

As metodologias a serem empregadas estão apoiadas em uma abordagem qualitativa, que contribui para uma compreensão ampla e profunda do tema, no campo da História e Historiográfica da Educação, pelos aportes teóricos em Roger Chartier (representação) e Michel de Certeau (estratégia). Tal análise documental possibilita investigar a filosofia no currículo oficial na legislação educacional republicana, o Decreto-Lei 1.006 de 1938, que institui a CNLD, os Diários Oficiais (DOU) que apontam autorização do livro didático jesuíta de filosofia, e os documentos oficiais em torno da CNLD, pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

As alterações nas reformas educacionais republicanas apontam um longo caminho no retorno da filosofia ao currículo oficial, no entanto, a presença da filosofia nas instituições religiosas tradicionais, são evidenciadas por uma relação entre produção, circulação e usos de tais impressos pelo campo editorial. No projeto de restauração católica a presença de intelectuais e professores entre os órgãos católicos especializados, permite fortalecer os princípios da cultura católica na formação da nação. A trajetória do livro didático *Noções de História da Filosofia* (1ª edição de 1918), demonstra a relação de poder dos impressos católicos, e os indícios do *Ratio Studiorum* (O Método Pedagógico Jesuíta) na formação da nação, sendo autorizado pela CNLD e publicado no DOU em 1946.

PALAVRAS-CHAVE

livro didático, filosofia, jesuíta

HACIA LA CONSOLIDACIÓN DEL SUJETO NEOLIBERAL. PROCESO DE REFORMA Y MODELO EDUCATIVO EN MÉXICO

Marcelino Guerra Mendoza

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

Lucía Rivera

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

Roberto González

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

Desde finales de la década de los ochenta del siglo pasado, la tendencia a la uniformidad y homogeneidad de la población, aparece ligada con cierta idea de progreso basada en la libertad individual de elegir-consumir, así como también con una visión de futuro a la que todos debemos aspirar. En este proceso, la normalización de las desigualdades y la naturalización de las injusticias se profundizan, sobre la base de una competencia encarnizada entre grupos e individuos transformados en emprendedores de sí mismos, todo gracias a su esfuerzo personal; por lo tanto, tanto los logros como los fracasos, son su responsabilidad.

Con la emergencia de las sociedades de control en la segunda mitad del siglo XX (Deleuze, 2006; Santiago, 2017), estos discursos y prácticas comenzaron a configurar nuevas subjetividades. Los métodos disciplinarios perdieron fuerza ante el surgimiento de otros más sutiles pero quizá más potentes para controlar mentes, conductas y emociones.

En este trabajo se presentan avances parciales de investigación sobre los efectos de la generalización de un nuevo modelo educativo en todas las escuelas públicas de nivel básico y medio en México. Se examinan las condiciones políticas e institucionales en las que emerge, sus características y modos de articulación con otros medios de intervención de una reforma educativa que comenzó en el 2013 y reconfiguró el sistema educativo en su conjunto. Se intenta mostrar de qué forma la competitividad, el individualismo, la flexibilidad, la efectividad, eficacia y eficiencia, valores propios de la racionalidad neoliberal, rigen la vida escolar.

La subjetivación neoliberal no tiene que ver tanto con los contenidos escolares, sino con las prácticas discursivas y no discursivas portadoras de valores, principios, actitudes, comportamientos y conductas que, puestas en acto a través de las relaciones entre los individuos se van naturalizando progresivamente. La subjetividad siempre es histórica y específica, se forja en un tiempo, un contexto, y en circunstancias singulares; de ninguna manera se reduce a un reflejo pasivo de un orden externo (Larrosa, 1995). En este sentido, el modelo educativo 2017 es un dispositivo de control de prácticas y comportamientos que logra ensamblar programas y acciones de la reforma, potenciando sus efectos subjetivos. Detrás de los testimonios y narrativas aportadas por docentes, se atisba la emergencia de nuevas subjetividades que progresivamente, abren paso a la imagen del docente como un sujeto autoregulado, un empresario de sí capaz de adaptarse rápidamente a situaciones cambiantes, acostumbrado a la incertidumbre y la inestabilidad, a tolerar altos niveles de presión y frustración. La competitividad, el individualismo, la flexibilidad, la efectividad, eficacia y eficiencia, son los valores que rigen actualmente la vida escolar.

PALABRAS CLAVE

sujeito neoliberal, processo de reforma, modelo educativo

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO PROFISSIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES QUE FOMENTARAM O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE AÇÕES EDUCATIVAS

Aparecida Helena Costa

Centro Paula Souza – etec. Dr. Júlio Cardoso

Joana Célia de Oliveira Borini

Centro Paula Souza – etec. Dr. Júlio Cardoso

O bem-estar da nação ocorre através de ações que envolvem o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Tais ações são provenientes da administração de recursos que o estado arrecada através de tributos e os distribui para a população de forma a atender necessidades pontuais. As políticas públicas emergem de necessidades sociais e promovem não apenas a melhoria da condição social como contribuem no fomento do desenvolvimento local. Tais políticas são resultado de pessoas que identificam problemas ou oportunidades e através da articulação com os envolvidos e órgãos públicos criam soluções sejam elas ações em instituições, leis ou decretos que quando em prática modificam o meio em que estão inseridos. Desse modo, pessoas criam identidades que se immortalizam por seus feitos em função de propiciar a melhoria no ambiente em que vivem. A História da educação profissional no Brasil é permeada pela ação de diversas identidades que fizeram do ofício de sua profissão não apenas a tarefa de educador dentro e fora da sala de aula, mas de preparar o caminho para que o cidadão pudesse construir sua dignidade através do trabalho em um país em que mão de obra não necessitava de conhecimento e somente a força braçal. Dr. Júlio Cardoso formado em Direito habitou em Franca cidade no interior de São Paulo nos anos de 1900, período em que foi juiz da comarca, redator de jornais e ingressou na política como vereador e deputado estadual. E um cenário que a produção agrícola era muito forte na região e demandava por mão de obra em sua maior proporção no campo. Com a visão voltada para o futuro, Dr. Júlio Cardoso criou uma lei para a instalação de duas escolas profissionalizante no estado, a escola de Franca a partir de 1924 passou a atender as pessoas menos abastadas da cidade em que nesse período os três colégios existentes eram inacessíveis por terem como público a parte mais elitizada da cidade e região. O objetivo do estudo é abordar sobre as políticas voltadas para o ensino profissional no Brasil, apontar algumas identidades que contribuíram para esse feito e relacional com o desenvolvimento industrial e populacional na cidade de Franca. A metodologia de pesquisa se baseia no levantamento de dados extraídos de documentos existentes nos arquivos do Centro de Memória da Etec. Dr. Júlio Cardoso, jornais, livros e pesquisa via web. O estudo justifica-se por demonstrar a formação de grandes empresas com atividades referentes aos cursos oferecidos pela escola e principalmente devido aos proprietários terem sido alunos da Etec. O resultado é demonstrar as identidades que contribuíram com a educação profissional no Brasil e os efeitos relativos ao desenvolvimento promovido na região de Franca.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Educacionais, Educação Profissional, Identidades

“DEMOCRACIA RACIAL” NA OBRA DE GILBERTO FREYRE E EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NA MOÇAMBIQUE COLONIAL

Juçara da Silva Barbosa de Mello

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

No Brasil, o advento da Lei 10.639/03 significou um avanço ao tornar obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira na escola básica. No entanto, longe de representar a solução das diversas questões enfrentadas por esse componente curricular, significou a intensificação dos debates e ações no sentido de contestar o chamado “mito da democracia racial”, por tanto tempo predominante no pensamento social brasileiro e em conteúdos curriculares e textos didáticos para o ensino da história escolar. É sabido que esse pensamento é atribuído ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, situação que o coloca na contra mão da lei 10.639/03. É digna de menção a importância da obra de Freyre, em especial “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mucambos”, no sentido de um rompimento com a chamada história tradicional, fundada nos acontecimentos políticos e nos feitos dos “grandes heróis construtores da nação”. Um cânone da história escolar, que, oficialmente, se manteve resistente por longo tempo a transformações da historiografia acadêmica. Gilberto Freyre foi um dos intelectuais brasileiros mais traduzido fora do Brasil e lido por inúmeros centros acadêmicos pelo mundo. Em Portugal em particular, Freyre teve uma recepção consideravelmente boa quando da publicação de sua mais importante obra, que foi Casa Grande Senzala, entre uma parte da intelectualidade portuguesa dos anos 1930. Em parte por causa da posição teórica e ideológica que ele havia assumido na obra (inovadora para a época) de relativizar as relações entre povos distintos (negros, indígenas e brancos) — que, naquele contexto de regimes fascistas, era algo muito criticado por agentes políticos mais próximos ao Estado Novo em Portugal. No entanto, após a derrota de países fascistas europeus na Segunda Guerra Mundial, houve um esforço de resignificar as relações de dominação dos países metropolitanos com suas colônias. Além do caráter transnacional dessas obras de Gilberto Freyre como forma de legitimar o colonialismo tardio dos portugueses no continente africano e na Ásia, há indícios nessas obras e nos documentos do Estado português, criados nos órgãos de administração, que tal ideologia ou teoria desenvolvida pelo sociólogo brasileiro esteve presente na formulação e produção de material didático para utilização nas colônias. Essa nova forma de interpretação das relações entre o português e os colonizados passava diretamente pela ideologização produzida pelo estado ditatorial de Salazar e a historiografia e o ensino de história foram (e são) meios imprescindíveis para esse fim. Seja reafirmando os valores cristãos e “éticos” europeus ou elogiando as ações dos líderes portugueses do passado e do presente, inclusive nos territórios colonizados, a teoria da *lusotropicalologia*, na verdade, para Gilberto Freyre e os homens intelectuais-estadistas portugueses o Brasil era visto como o líder máximo de civilização lusotropical nos anos 1950 a 1960. À luz dessas reflexões, pretende-se, ainda, apresentar análise de alguns manuais didáticos utilizados entre 1950-60 em escolas de Moçambique, então sob colonização portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

democracia racial, Moçambique, ensino de história

DEBATES EM TORNO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: OS DISCURSOS SOBRE O CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO EXPRESSOS PELOS VEREADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO ENTRE 2001 – 2002

Daniela do Nascimento Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Este trabalho é resultado parcial da dissertação de mestrado apresentada no ano de 2018 sob o título *O Centro Educacional Unificado: o processo de criação de um projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004)*, o qual se dedicou a estudar e compreender como ocorreu o processo político e institucional de criação dos Centros Educacionais Unificados enquanto política pública educacional. Segundo o que foi expresso pelas fontes documentais primárias e secundárias analisadas, o programa Centro Educacional Unificado, vinculado a uma ampla política educacional inclusiva social, teve como objetivo estabelecer um marco político, visando a formulação de um novo consenso sobre o papel social da educação pública e da escola a partir da sua relação com um determinado projeto de cidade. Assim, o objetivo foi investigar as representações lançadas sobre o Centro Educacional Unificado — CEU a partir do que foi expresso pelos(as) representantes do Poder Legislativo durante os discursos proferidos nas sessões plenárias da Câmara Municipal de São Paulo. No âmbito da pesquisa histórica, as fontes documentais que compuseram este estudo foram, principalmente, os Anais da Câmara Municipal de São Paulo, de 2001. Entre esses documentos, foram escolhidos trechos que tratavam de aspectos relacionados ao debate sobre a criação e concepção do CEU enquanto instituição educacional a partir do que era expresso pelo grupo legislativo, tanto da oposição quanto da situação. Também foram consultados, além da legislação orgânica do município, os documentos que tratam da organização financeira da educação municipal. As análises foram realizadas tendo como aporte teórico os estudos de Chartier (1990, 1991), relacionados à ideia de representação e circulação, e de Bacellar (2005), no que se refere ao tratamento e uso dos arquivos. A hipótese foi a de que as ideias e conceitos defendidos na arena política do Poder Legislativo desempenharam um papel importante na elaboração de consenso público a respeito do CEU, tornando-se fonte formadora de representações e de memória, as quais ajudaram na legitimação dessa política ao longo das gestões administrativas que se seguiram na cidade de São Paulo. Os discursos proferidos pelos(as) vereadores(as) foram expressos em um contexto de início de governo, de novas e velhas disputas e da elaboração e firmamento de uma identidade política de gestão pública. O estudo pôde identificar os consensos e dissensos sobre políticas educacionais e o seu papel em um contexto mais amplo de projeto de cidade. O conceito de escola, sua função social, o financiamento da educação pública e a qualidade da educação foram temas difundidos durante os discursos. Assim, os trechos analisados indicam que o debate público do Poder Legislativo é composto por diversos movimentos e pressões, os quais estão dentro de uma dinâmica política maior e, ao mesmo tempo em que enfatizam o papel do Legislativo na elaboração e aprovação de políticas educacionais, também são fontes importantes de produção de conteúdo político, que terão sua circulação em outras esferas que tratam da educação, como a academia.

PALAVRAS-CHAVE
políticas educativas

A HISTÓRIA DO COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA (1960–2010)

Jussara Cassiano Nascimento

UERJ / CBNB

Apresento neste trabalho pesquisa de Doutorado concluída na Universidade Católica de Petrópolis, objetivando, analisar a história de uma escola pública federal: o Colégio Brigadeiro Newton Braga, localizado na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, no período entre 1960 e 2010. Temos como marco inicial o ano de 1960, por ser o período da fundação do Colégio, cujo propósito era oferecer ensino secundário aos filhos de militares e funcionários civis da Força Aérea Brasileira e como marco final o ano de 2010, por ser o período em que a instituição completou cinquenta anos de existência. Ao trazer para cena esse estabelecimento de ensino, pretende-se recompor significativos aspectos que elucidam a sua história, além de contribuir para a História da Educação no Estado do Rio de Janeiro. A fundamentação teórico-metodológica deste estudo se espelha nos trabalhos sobre a história das instituições escolares, organizados por Paolo Nosella e Ester Buffa (2009), e no Paradigma Indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989). É importante observar que a constituição do Colégio se configurou em um contexto de lutas pela expansão do ensino secundário no país, o que impôs a busca por respaldo sobre esse tema em Geraldo Bastos Silva (1969), Maria Thétis Nunes (1999) e Jayme Abreu (2005). O corpus documental que nos serviu de base é composto por legislação oficial como a Portaria 1089, de 26 de dezembro de 1960, e a Portaria 329, de 11 de junho de 1970, ambas do então Ministério da Educação e Cultura e publicadas no Diário Oficial da União; o relatório redigido pelo Conselho Nacional de Educação que versa sobre o tipo de instituição e sobre o regime de subordinação do CBNB; o Regimento Interno do Colégio; e o Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público Federal, além de fotografias arquivadas no Centro de Memórias do Colégio, entrevistas realizadas com o Comandante do III Comando Aéreo Regional e com professores militares e civis que atuam no Colégio, bem como com docentes aposentados que atuaram no período eleito e que possuem informações importantes para recompor essa história. Entre os objetivos específicos destacam-se: (1) registrar e analisar a história do Colégio Brigadeiro Newton Braga no período de 1960 a 2010. (2) buscar a compreensão das tensões e conflitos presentes no Colégio quanto à sua identidade: o Colégio Brigadeiro Newton Braga é um Colégio Militar ou não? O que as investigações levaram a considerar é que o CBNB é um colégio de cunho militar onde os sujeitos que participaram da pesquisa estão em busca de uma identidade. E, assim, os conflitos e as tensões que se apresentam no espaço do CBNB estão inseridos em um contexto híbrido que envolve legislação, sujeitos e práticas.

PALAVRAS-CHAVE

História das Instituições Escolares, Identidade histórica, Colégio Brigadeiro Newton Braga

O ENSINO SECUNDÁRIO NA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, BRASIL (1835–1840)

Vera Lúcia Nogueira

Universidade do Estado de Minas Gerais

Esta comunicação apresenta resultados da pesquisa “O Império das Minas Gerais: relações entre política, poder, educação e cultura na administração dos negócios da província (1834-1889), cujo objetivo é compreender as relações entre o Governo da Corte e a administração dos negócios provinciais. Nesta comunicação, abordamos os enfrentamentos políticos ligados aos debates acerca do ensino secundário na Capital da Província mineira, no decurso de 1835 a 1840, quando os governos provinciais iniciavam os procedimentos voltados à organização e institucionalização do campo educativo, por meio de ordenamento jurídico próprio e da ação dos agentes da administração pública, responsáveis pela escolarização da população. Na interface da abordagem da Nova História Política e da História da Educação, analisamos as seguintes fontes: os jornais locais, em especial “O novo Argos”, os relatórios provinciais e a legislação educacional. Destacamos iniciativas, debates, decisões, enfim, disputas de poder envolvendo o Estado e a Igreja; a atuação de grupos políticos ligados ao Movimento Associativista que, reunidos nas mais variadas redes e espaços de sociabilidades utilizaram estratégias distintas para colocar em prática seus projetos de educação e de Nação. Isso porque, no bojo da redefinição das fronteiras dos poderes políticos e religiosos, instituída após a Independência do Brasil (1822), as disputas pela educação da mocidade mineira expressavam projetos de condução moral e intelectual da nova sociedade secularizada que se desejava construir. Tais disputas se fizeram presentes durante os debates travados entre o Poder Público e o Poder Clerical durante a elaboração de um novo estatuto para o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Boa Morte. Localizado na cidade de Mariana, era a principal instituição de ensino das classes abastadas das Minas Gerais, onde os alunos eram preparados para a carreira sacerdotal e, também, para fazerem os seus preparatórios, principalmente, para os estudos em Coimbra. Os conflitos entre os Poderes Público e Clerical, acerca do ensino secundário, cessaram quando o Secretário da Província, professor Herculano Ferreira Penna, propôs a criação de um Colégio de Instrução intermedia, na Capital Ouro Preto, no ano de 1839, a ser mantido e administrado pela “Companhia Auxiliadora da Instrução Pública”, por um período de oito anos, durante o qual nenhuma outra Associação poderia ser aprovada com o mesmo fim. O Colégio Público foi criado, no ano de 1840, com a denominação “Collegio de Nossa Senhora de Assumpção de Ouro Preto”. Seu Estatuto seguia o modelo do Colégio Pedro II, da Corte, adequados à realidade da Província. Porém, no ano de 1843, foi extinto e suas cadeiras foram transferidas para o Seminário de Mariana. Eram tempos novos, de construção de uma nação, de ampliação da esfera pública de sociabilidades associada à necessidade de modernização política do território recém independente, e a educação, certamente, atuava como condutora desse processo.

PALAVRAS-CHAVE

Província de Minas Gerais, Ensino Secundário, Associativismo, Herculano Ferreira Penna

DE LA AUTONOMÍA A LA CUARTA TRANSFORMACIÓN EN LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS. APUNTES PARA UNA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN MÉXICO

Mireya Martí Reyes

Universidad de Guanajuato

Cirila Cervera Delgado

Universidad de Guanajuato

Las políticas educativas en México resultan un tema polémico y controversial, más cuando se refiere a la educación superior y a los diversos cambios que se han suscitado en las últimas décadas a partir de las reformas al Artículo 3° Constitucional: desde el reconocimiento a la autonomía universitaria hasta los planteamientos del nuevo Gobierno Federal y la denominada Cuarta Transformación.

En este contexto, hemos emprendido una investigación con el objetivo de contribuir a la comprensión de las acciones del gobierno que, desde una visión histórica, han derivado en la situación actual de la educación superior en el país. Lo anterior, mediante el análisis de las políticas y reformas que se han desarrollado en México, considerando especialmente aquéllas al artículo 3° Constitucional, a partir de 1980 a la fecha.

Desde esta perspectiva, la presente comunicación pretende dar cuenta de los resultados (aún parciales) de la primera etapa del proyecto, desarrollada con un enfoque cualitativo y desde una visión histórica, en que se ha recurrido a la investigación documental sustentada, teóricamente, en la historia social y cultural (Burke, 2004 y Popkewitz, 2003), haciendo hincapié en las reformas educativas a lo largo del tiempo, y en las tensiones entre el discurso político y la realidad educativa.

Entre las principales fuentes consultadas se encuentran: el *Diario Oficial de la Federación*, informes de gobierno, Planes Nacionales de Desarrollo y Programas Sectoriales de Educación; acuerdos, alianzas, leyes y otros documentos vinculados al tema educativo; a lo que se ha sumado información obtenida de la prensa escrita, y, por supuesto, de textos en torno a la historia de la educación en México.

Los hallazgos preliminares apuntan a que las políticas educativas muestran cierta dependencia de lo que sugieren (u orientan) organismos internacionales vinculados a la educación. A pesar de la autonomía establecida por decreto constitucional, esta se ve limitada por ciertas dependencias y condicionantes y ataduras al gobierno, sobre todo, por los recursos económicos que reciben y que son necesarios para el desarrollo de las actividades académicas. Y, de la misma manera, las diversas reformas educativas no han logrado abatir los problemas que afectan a la educación superior, el que sea realmente un derecho para todas las mexicanas y mexicanos, y su discurso aún se queda en el intento de alcanzar este ideal de que la educación sea inclusiva, para todos/as y para toda la vida.

PALABRAS CLAVE:

*Políticas educativas, Reformas educativas, Educación superior,
Autonomía universitaria, Derecho a la educación*

ESTADO, POLÍTICAS EDUCATIVAS Y CONFIGURACIÓN DE IDENTIDADES

Francisco Colomer Villalobos

Universidad de Valencia

Xavier Laudo Castillo

Universidad de Valencia

En el siguiente texto reflexionamos sobre los diferentes modelos de Estado, las políticas educativas, y la construcción de identidades vinculadas a éstas. Comenzamos realizando un doble análisis: primero sobre cómo han evolucionado los modelos de Estado en base a su modelo económico (capitalismo clásico, keynesianismo, neoliberalismo), y segundo, sobre la globalización como estructura de base sobre y mediante la cual se ha desarrollado una transformación de la sociedad desde una posición sólida a una posición líquida y gelificada (López Petit, 2009).

Una vez desarrollado el análisis de la evolución de estos modelos socio-económicos, estudiamos algunas políticas educativas y cómo se vinculan a ciertos modelos pedagógicos y teorías curriculares. Para llevar a cabo este análisis utilizamos la metáfora pedagógica de los estados de la materia, según la cual, ésta se puede encontrar en la naturaleza en diversos estados: sólido, líquido, gelificado y gaseoso (Laudo, 2019). Al mismo tiempo cruzamos esta metáfora con tres modelos pedagógicos: el modelo tradicional, el modelo crítico-dialógico de Freire, el modelo ignorante-emancipador de Rancière (Laudo, 2018; Rancière, 2003) y el modelo pedagógico diferenciador de Meirieu (Meirieu, 2007). Ensayamos las siguientes correspondencias: La pedagogía sólida en dos partes distintas: conservadora con el modelo tradicional y progresista con el modelo dialógico-crítico; la pedagogía líquida con el modelo ignorante-emancipador, y la pedagogía gelificada con el modelo pedagógico diferenciador de Meirieu. En lo que respecta a la cuestión de las teorías curriculares, asumimos la teoría social según la cual se pueden clasificar las teorías curriculares en: teorías tradicionales, teorías críticas y teorías postcríticas (Tadeo da Silva, 1999). Asociamos y desarrollamos la teoría curricular tradicional como la propia de la pedagogía tradicional sólido-conservadora, la teoría curricular adscrita a la pedagogía dialógica freiriana sólido-progresista con las teorías curriculares críticas, y la teoría curricular adscrita al modelo pedagógico gelificado y diferenciador de Meirieu y al líquido ignorante-emancipador de Rancière (2003) con las teorías curriculares postcríticas.

En último lugar, reflexionamos sobre cómo la institución escolar y el currículo, así como la ideología que subyace en ambas, son elementos clave para la configuración de la identidad. Para esto, utilizamos como marco teórico de referencia tres teorías sociológicas: 1) la Nueva Sociología de la Educación (NSE) para dotar de consistencia la crítica sobre al carácter arbitrario y socialmente construido del currículo como configurador de identidad; 2) la distinción particular entre *policía* y *política* de Jacques Rancière (1998), donde la *policía* es un orden de los cuerpos que define lo que cada uno puede ser, hacer y decir, lo que constituye y condiciona la identidad en la que cada uno es incluido, lo que es la normalidad y lo que queda incluido/excluido de ella. Y nadie está exento de ser incluido en alguna de las identidades de este orden; 3) la teoría decolonial de Ramón Grosfoguel, con el objetivo de constatar cómo la lógica de configuración de la identidad, bajo el yugo de los Estados-nación y el carácter arbitrario del currículo como construcción social, responden a una construcción ideológica hegemónica transnacional, enmarcada en el sistema-mundo (Grosfoguel, 2007).

PALABRAS CLAVE

Estado y Capitalismo, Modelos Pedagógicos, Teorías del currículo, Configuración de identidad

ESTADOS, POLÍTICAS EDUCATIVAS Y CONFIGURACIÓN DE IDENTIDAD

Francisco Colomer Villalobos

Universitat de Valencia

Xavier Laudo Castillo

Universitat de Valencia

En el siguiente texto reflexionamos sobre los diferentes modelos de Estado, las políticas educativas, y la construcción de identidades vinculadas a éstas. Comenzamos realizando un doble análisis: primero sobre cómo han evolucionado los modelos de Estado en base a su modelo económico (capitalismo clásico, keynesianismo, neoliberalismo), y segundo, sobre la globalización como estructura de base sobre y mediante la cual se ha desarrollado una transformación de la sociedad desde una posición sólida a una posición líquida y gelificada (López Petit, 2009).

Una vez desarrollado el análisis de la evolución de estos modelos socio-económicos, estudiamos algunas políticas educativas y cómo se vinculan a ciertos modelos pedagógicos y teorías curriculares. Para llevar a cabo este análisis utilizamos la metáfora pedagógica de los estados de la materia, según la cual, ésta se puede encontrar en la naturaleza en diversos estados: sólido, líquido, gelificado y gaseoso (Laudo, 2019). Al mismo tiempo cruzamos esta metáfora con tres modelos pedagógicos: el modelo tradicional, el modelo crítico-dialógico de Freire, el modelo ignorante-emancipador de Rancière (Laudo, 2018; Rancière, 2003) y el modelo pedagógico diferenciador de Meirieu (Meirieu, 2007). Ensayamos las siguientes correspondencias: La pedagogía sólida en dos partes distintas: conservadora con el modelo tradicional y progresista con el modelo dialógico-crítico; la pedagogía líquida con el modelo ignorante-emancipador, y la pedagogía gelificada con el modelo pedagógico diferenciador de Meirieu. En lo que respecta a la cuestión de las teorías curriculares, asumimos la teoría social según la cual se pueden clasificar las teorías curriculares en: teorías tradicionales, teorías críticas y teorías postcríticas (Tadeo da Silva, 1999). Asociamos y desarrollamos la teoría curricular tradicional como la propia de la pedagogía tradicional sólido-conservadora, la teoría curricular adscrita a la pedagogía dialógica freiriana sólido-progresista con las teorías curriculares críticas, y la teoría curricular adscrita al modelo pedagógico gelificado y diferenciador de Meirieu y al líquido ignorante-emancipador de Rancière (2003) con las teorías curriculares postcríticas.

En último lugar, reflexionamos sobre cómo la institución escolar y el currículo, así como la ideología que subyace en ambas, son elementos clave para la configuración de la identidad. Para esto, utilizamos como marco teórico de referencia tres teorías sociológicas: 1) la Nueva Sociología de la Educación (NSE) para dotar de consistencia la crítica sobre al carácter arbitrario y socialmente construido del currículo como configurador de identidad; 2) la distinción particular entre *policía* y *política* de Jacques Rancière (1998), donde la *policía* es un orden de los cuerpos que define lo que cada uno puede ser, hacer y decir, lo que constituye y condiciona la identidad en la que cada uno es incluido, lo que es la normalidad y lo que queda incluido/excluido de ella. Y nadie está exento de ser incluido en alguna de las identidades de este orden; 3) la teoría decolonial de Ramón Grosfoguel, con el objetivo de constatar cómo la lógica de configuración de la identidad, bajo el yugo de los Estados-nación y el carácter arbitrario del currículo como construcción social, responden a una construcción ideológica hegemónica transnacional, enmarcada en el sistema-mundo (Grosfoguel, 2007).

PALABRAS CLAVE

Estado y capitalismo, Modelos pedagógicos, Teorías del currículo, Configuración de identidad

REPRESENTACIONES DEL TRABAJO DOCENTE EN LOS DEBATES DEL CONSEJO DE SECUNDARIA EN URUGUAY (1930–1935)

Pía Batista

Universidad de la República

En Uruguay, hasta 1935, la enseñanza secundaria dependía de la única universidad pública del país. Los profesores de secundaria, que enseñaban a jóvenes a partir de doce años, eran profesores universitarios. Con la segregación de la universidad y la creación del Consejo de Enseñanza Secundaria, los profesores se convirtieron en otra categoría de docentes. Sin instituciones de formación —el Instituto de Profesores Artigas se creó recién en 1949—, la conformación de los profesores como grupo específico tuvo que darse a partir de la propia práctica docente.

Ante el crecimiento de la enseñanza secundaria y el temor al “proletariado intelectual”, el rol del profesor se fue construyendo como educador y formador de ciudadanos, pensando en una secundaria que no necesariamente condujera a las profesiones liberales. Esto entraba en competencia con representaciones de los profesores como intelectuales, más ligadas al lugar del saber y las disciplinas.

Sin embargo, la bibliografía reciente ha identificado que los debates pedagógicos sobre el rol educador de los profesores —más allá de la transmisión de conocimientos—, estaba presente en los años previos a la separación de la Universidad. De hecho, esta representación se puso en juego en la campaña que terminó en la segregación, así como en la conformación del gobierno del primer Consejo de Enseñanza Secundaria.

En la ponencia, analizamos las actas del Consejo de Secundaria entre 1930 y 1935, para dar cuenta de las representaciones sobre los profesores en torno al trabajo docente y las tensiones entre su rol de intelectuales y como educadores.

Debido a la particular organización del gobierno de la enseñanza secundaria, con un consejo universitario de estructura federal primero, y un consejo con representantes elegidos por el profesorado después, había una pluralidad de opiniones que propiciaba el debate en las sesiones del Consejo. Esto hace que las actas del Consejo constituyan una fuente sumamente rica.

Analizamos, por un lado, las representaciones sobre el profesor ideal. Cuál debía ser su vínculo con la cultura, su dedicación como funcionario y su manejo de las metodologías de enseñanza. Pero en las actas también aparecen huellas de las prácticas de los profesores concretos y de las formas en que se relacionaban con el trabajo de enseñar. En las quejas de los vocales, en los informes de los inspectores al Consejo, y en los pedidos que las autoridades reciben de profesores, se cuelan materialidades que pautaban el trabajo docente, y que fueron construyendo el sentido de ser profesor de secundaria. El trabajo de profesor se conciliaba con otras actividades laborales y los lugares de subordinación jerárquica eran con frecuencia transgredidos. En las formas de enseñar y en la función que se entendía como propia reinaba la diversidad. Queda en evidencia que la transición del profesor universitario e intelectual al profesor educador fue en realidad un proceso complejo, no acabado ni lineal, atravesado además por diferencias territoriales.

PALABRAS CLAVE

Consejo de Enseñanza Secundaria, Profesores Artigas, enseñanza secundaria

A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO INTERNATIONAL COMPUTER AND INFORMATION LITERACY STUDY (ICILS)

Vítor Rosa

Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED)/ULHT

São cada vez mais os estudos internacionais desenvolvidos a partir de questionários, abrangendo diferentes domínios. Os da educação dizem respeito a diversos níveis de ensino e etários e também a adultos não escolarizados. Os grandes inquéritos internacionais, relativos à avaliação dos alunos, destinam-se a fazer uma apreciação da eficácia relativa das políticas educativas. Várias revistas e obras especializadas dão conta destes estudos, insistindo sobre os seus objetivos, metodologia aplicada e resultados. Há vários anos que Portugal participa em vários estudos internacionais ligados à educação e aprendizagem dos alunos, realizados por diversas organizações, em particular a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA). Um dos mais recentes é o *International Computer and Information Literacy Study* (ICILS), que procura avaliar as competências dos alunos do 8.º ano de escolaridade em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), focando-se em dois domínios principais: a Literacia em Computadores e Informação (CIL) e o Pensamento Computacional (CT). Para que se possa avaliar os benefícios das novas Tecnologias de Informação (TIC), no processo educacional e de inclusão social de alunos, é importante averiguar o contexto no qual essas tecnologias são inseridas, quer do ponto de vista educacional, quer quanto ao contexto social. Será que o “nativo digital” é um mito ou uma realidade? Estão os alunos bem preparados para o mundo digital? Existem diferenciações de género no uso das TIC? Os docentes têm experiência na utilização das tecnologias digitais? O nível de escolaridade dos pais influencia os resultados? Estas e outras questões são legítimas de se colocarem. Com esta comunicação pretendemos artigo analisar os resultados gerais de Portugal e a diferenciação de género no uso das TIC. Recorremos a uma metodologia interpretativa, com base na análise dos relatórios e bases de dados produzidos(as) por diferentes organizações, em particular os relatórios produzidos pela IEA e pelo Instituto de Avaliação Educativa, I.P. (IAVE), entidade responsável pela organização e gestão dos estudos internacionais de alunos em Portugal. Os resultados revelam que Portugal se encontra no grupo de participantes que registaram uma pontuação média superior ao ponto médio da escala ICILS. Revelou também que existe diferenciação de género nos dois domínios avaliados.

PALAVRAS-CHAVE

ICILS, literacia, computadores

HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DE SÃO PAULO (DÉCADA DE 1980): O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Karine Gonçalves

UNESP

Apresentam-se resultados finais de pesquisa vinculada à linha “História do Ensino de Língua Portuguesa” do Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” — GPHEELLB, em funcionamento desde 1994, e aos projetos “Memória do ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo: 1976-1991” e “História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil - VIII”, coordenados por Maria do Rosario Longo Mortatti. Visando a contribuir para a produção da história do ensino de Língua Portuguesa no Estado de São Paulo e para a compreensão de um importante momento histórico político e educacional no Brasil, enfocam-se os documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação desse Estado (SEE/SP), por meio da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), na década de 1980. Esse órgão foi responsável, no período mencionado, por elaborar e distribuir documentos normativos relativos a diferentes áreas e matérias dos então 1º. e 2º. graus de ensino. Para o desenvolvimento da pesquisa, elaborou-se o seguinte problema de investigação: quais as principais características dos documentos oficiais do Estado de São Paulo para o ensino de Língua Portuguesa que foram produzidos e/ou circularam na década de 1980 e qual a sua importância para o estudo e a compreensão desse ensino, no presente? Mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida com utilização de procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada, foi elaborado o instrumento de pesquisa *Documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no Estado de São Paulo — 1978/1994*: um instrumento de pesquisa. Nele, estão contidas 139 referências de documentos oficiais, produzidos pela SEE/SP por meio da CENP, entre 1978 e 1994, respectivamente data mais antiga e mais recente de publicação dos documentos oficiais localizados. Por meio da análise do conjunto das referências reunidas, foi possível constatar que esses documentos oficiais se caracterizam como “tematizações” e “normatizações”, indicativas de “concretizações” de determinadas concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa e educação, característicos do “quarto momento da história do ensino de leitura e escrita no Brasil”, formulado por Mortatti, no livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo — 1876/1994* (Ed. Unesp, 2000) e diretamente relacionadas com o contexto político de redemocratização do país, na década de 1980. Foi ainda possível compreender quem foram seus autores, colaboradores e organizadores pessoais e institucionais, quais os aspectos relativos às necessidades e finalidades de produção, ao público previsto e à forma de circulação dos documentos, em que contexto histórico foram produzidos e circularam e qual a sua importância e relação com outros programas e projetos no passado e no presente, no Estado de São Paulo e no país.

PALAVRAS-CHAVE

Documentos oficiais, Estado de São Paulo, História do Ensino de Língua Portuguesa, História da Educação

EL ESTADO EN LA CONFIGURACIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO ESPAÑOL A TRAVÉS DE LA PRENSA: APORTACIONES DE LORENZO LUZURIGA EN EL PERIODICO *EL SOL* (1917–1921)

Isabel Grana Gil

Universidad de Málaga

Cristina Redondo Castro

Universidad de Málaga

Manuel Hijano del Río

Universidad de Málaga

Mucho se ha escrito sobre las relaciones entre el Estado y la Educación durante el periodo objeto de estudio, sobre todo desde el punto de vista legislativo: leyes y decretos que se desarrollan; y desde el teórico: lo que escriben los intelectuales y pensadores sobre el tema. Sin embargo, la nueva historia política de la educación ha buscado nuevos caminos de análisis. Desde esta perspectiva, queremos abordar el concepto de Estado y queremos reflejar las distintas ideas y posturas que se iban postulando a lo largo de un periodo rico en cambios políticos, sociales y económicos que van a ir influyendo directamente en la Educación.

En este caso concreto, lo vamos a hacer desde lo que escribe Lorenzo Luzuriaga en el suplemento dedicado a *Pedagogía e Instrucción Pública* del periódico *El Sol* de corte liberal y reformista, este diario fue considerado uno de los mejores de Europa y el mejor de España durante muchos años. Se publicó desde diciembre de 1917 hasta marzo de 1939. El suplemento de *Pedagogía e Instrucción Pública* se publicaba los lunes y en este se iba comentando la actualidad de la educación del momento tanto a nivel nacional como internacional, aunque él colaboró sólo hasta 1921.

El objetivo de la comunicación es hacer un recorrido por la legislación, planes de estudio, aspiraciones, logros y desengaños de la Educación en España a través de un pedagogo e intelectual de la talla de Lorenzo Luzuriaga.

Respecto a la metodología, vamos a utilizar fundamentalmente las fuentes primarias, ya que vamos a analizar la información publicada en el Suplemento de *Pedagogía e Instrucción Pública* a lo largo de estos años previos a la Dictadura de Primo de Rivera.

Los resultados van a ahondar en las ideas y concepciones sobre el Estado y sus relaciones a lo largo del periodo de estudio es una tarea iniciada desde una mirada general, y que nos invita a seguir desde las diferentes perspectivas que el estudio abre, que son muchas. Sin duda, el escenario político se convierte en una mirada necesaria para poder comprender el final de un proceso que queda plasmado en la legislación educativa.

PALABRAS CLAVE

Educación, España, periódico, siglo XX

LA ESCOLARIZACIÓN DE LOS POETAS DEL 27 EN LOS MANUALES ESCOLARES ESPAÑOLES DE LITERATURA (1970–2020)

Antonia M. Mora-Luna

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Los poetas del 27, como generación, como grupo, han sido ampliamente estudiados desde múltiples perspectivas por los críticos y se presentan como el mayor hito de la literatura española del siglo XX en la escuela. Sin embargo, es importante mencionar que los estudiosos no han prestado la atención debida a la/s lectura/s escolar/es que de estos autores se viene/n haciendo en la *fábrica de hombres y mujeres* desde el segundo tercio del siglo XX.

De la misma manera que no existe literatura sin historia, tampoco podemos dejar de pensar lo escolar en su historicidad. No obstante, en la cultura escolar existe un inconsciente poético dominante convencido de que la poesía es la intimidad pura del lenguaje y la intimidad del sujeto/autor expresivo que parece estar más allá de la historia en que se produce. Tal concepción de la práctica poética, y de la literatura en general, desplaza a los márgenes de la historia de la literatura escolar el compromiso social y civil que pudieran presentar los poetas, por ejemplo. La herencia literaria nacional es entendida y presentada en este espacio institucional y, por ende, en nuestras sociedades como el conjunto de obras que sirven de modelo didáctico, de modelo estético, son el paradigma del *escribir bellamente*, olvidando que estos supuestos modelos comprenden también patrones y valores ideológicos de muy diverso tipo. La literatura es pensada con frecuencia en la escuela desde la abstracción, donde lo bello y lo hermoso no tienen otra razón de ser que unos cuantos principios estéticos. Pero, no podemos olvidar que la literatura y, por ende, la enseñanza de esta, no son prácticas inocentes. La enseñanza-aprendizaje de la *herencia literaria nacional* alberga, a menudo, la voluntad de construir una determinada idea de pueblo, de nación, de Estado; en definitiva, la intención de cimentar una idea de comunidad determinada y con ello una idea de identidad concreta; identidad o identidades, más o menos evidentes, basadas, generalmente, en conceptos reductores y esencialistas.

Nuestra propuesta de análisis (enmarcada en un proyecto de investigación* que gira en torno a la lectura y la educación literaria poética del siglo XX) tiene como objetivo estudiar el canon pedagógico de los diez poetas canónicos del 27 (Prados, Alberti, Salinas, Guillén, Cernuda, Lorca, Aleixandre, Alonso, Diego y Altolaguirre) y la narrativa que en torno a ellos se articula desde 1970 hasta hoy o, lo que es lo mismo, desde que se consolida en España el modo de educación tecnocrático de masas hasta nuestros días. Utilizaremos para ello los diferentes programas escolares que organizan el canon literario en la escuela española, así como una muestra representativa, que no exhaustiva, de los manuales escolares que fueron publicados, comercializados y empleados en las aulas durante el período indicado para demostrar la hipótesis antes enunciada.

*Este proyecto se titula “Lectura y educación literaria: Antonio Machado, Juan Ramón Jiménez y Federico García Lorca en la cultura escolar española e hispanoamericana. Un estudio histórico y pedagógico” (RTI2018-098692-B-I00). Véase la comunicación presentada por Juan Carlos González Faraco *et alii*.

PALABRAS CLAVE

escolarización de los poetas, manuales escolares españoles de literatura

ESCOLA EM MEIO RURAL E MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO ESCOLAR: O CASO DA SUB-REGIÃO DO PINHAL INTERIOR SUL (INÍCIO DO SÉCULO XXI)

Carlos Manique da Silva

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Em Portugal é na transição do século XX para a centúria seguinte que a estrutura da rede de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico é identificada como fator preditor de insucesso escolar. Tem sido esse o argumento central das políticas educativas adotadas desde 2002 (Rodrigues, Ramos, Félix & Perdigão, 2017), designadamente, no que à extinção de escolas em meio rural diz respeito. Em boa parte, tal extinção era inevitável; basta ter em mente que, no ano de 1981, havia 882 mil estudantes matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico, assistindo-se, posteriormente, a drástica redução desse quantitativo. Em 2006, por exemplo, o número de alunos matriculados no referido Ciclo era já metade do registado nos anos iniciais da década de 1980 (Rodrigues, Ramos, Félix & Perdigão, 2017). Também é certo que essa redução não foi linear. De facto, o impacto das mesmas variou de região para região (Rodrigues, Ramos, Félix & Perdigão, 2017). Face ao enunciado, na comunicação procuro perceber se as medidas adotadas foram as mais adequadas, tendo em conta a opinião dos implicados; penso, mormente, nas populações dos meios rurais e de baixa densidade populacional, os mais visados pelas citadas políticas educativas. De forma mais operacional, as medidas de concentração escolar (por exemplo, constituição de centros escolares) e de supressão de escolas obedeceram a razões sociais, económicas e pedagógicas fundadas na ideia de desenvolvimento do meio rural? Responderei à questão analisando os discursos das populações, dos professores e dos autarcas. O contexto selecionado é o que corresponde à sub-região de Portugal denominada Pinhal Interior Sul, numa cronologia que se estende entre o início do século XXI e os meados da segunda década dos anos 2000. Adotarei como fontes as estatísticas oficiais e a imprensa periódica local e regional. O artigo está organizado em três secções. A primeira mobiliza a experiência educativa espanhola, porquanto em várias regiões de Espanha é expressiva a presença da escola em meio rural. Na segunda secção intento caracterizar a sub-região administrativa do Pinhal Interior Sul. Por fim, discuto o impacto das medidas de concentração escolar na mencionada sub-região e as reações que estas provocaram nas populações e autarquias locais. Um dos tópicos que emerge é o de saber do que se fala quando se fala em escola em meio rural. É aqui útil a interpretação de Van Zanten; reporta-se este autor a uma escola de classe única numa pequena aldeia ou vila periférica como tendo “une configuration scolaire spécifique du fait des caractéristiques de son publique, de certains traits de son fonctionnement interne et des relations qu’elle entretient avec le centre” (citado por Jean, 2007, p. 8). Uma das conclusões apresentadas é a seguinte: a escola em meio rural tem grandes potencialidades como espaço de inovação pedagógica e elemento dinamizador das comunidades rurais.

PALAVRAS-CHAVE

Escola em meio rural, escola de classe única, identidade/ cultura das comunidades rurais

EL ESTADO Y LA EDUCACIÓN A TRAVÉS DE LA *REVISTA GENERAL DE ENSEÑANZA* (1910)

María Dolores Molina Poveda

Universidad de Málaga

Carmen Sanchidrián Blanco

Universidad de Málaga

El atraso en la alfabetización y escolarización en España con relación a Europa era abrumador a comienzos del siglo XX. Las pérdidas territoriales y la pobreza general se reflejaban en el estado de la educación pública. A partir de 1898, gobiernos conservadores y liberales fueron tomando medidas para mejorar la educación. Tras la creación del Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes y la asunción por parte del Estado del pago del sueldo de los maestros, era preciso mejorar la formación de los maestros, los edificios escolares, y estimular la asistencia a las escuelas ya que el absentismo rozaba el 50%. Hubo tres normas básicas en torno a 1910: la ampliación de la obligatoriedad escolar hasta los doce años (Ley de 23 de junio de 1909), la R.O. de 8 de marzo de 1910 por la que las mujeres podían acceder a todos los estudios y la “Ley del candado” (27 de diciembre de 1910), que implican un papel más activo del Estado ante la educación.

El objetivo de esta comunicación es analizar el papel que el Estado asume ante la educación primaria y el magisterio, las relaciones entre enseñanza pública-privada y sobre la educación de la mujer, según la *Revista General de Enseñanza* que nació en 1910 para, según afirmaban en el primer número, reflejar con “fidelidad” el pensar de los primeros pedagogos en los diversos problemas que la enseñanza presenta en todas sus manifestaciones.

Hemos elegido esta revista porque no se centraba en un nivel concreto de enseñanza y se dirigía a docentes de todos los niveles. Además, incluía informaciones de otras revistas, artículos sobre educación, etc. En 1910 se publicaron 24 números, de los que hemos seleccionado los artículos que hacían referencia a la política educativa sobre primaria, maestros, enseñanza pública-privada y de la mujer. De cada artículo hemos extraído la información bibliográfica (número, página, autor) y hemos analizado el contenido que luego se ha puesto en relación con el contexto social.

Entre las conclusiones, se observa el interés por una escuela más activa, donde el alumno no solo aprenda a leer, escribir y contar; destacan las continuas referencias a la mejora del magisterio, no solo en sus condiciones laborales y salariales, sino también en cuanto a su formación y formas de enseñanza. También se defiende la instrucción de la mujer, aunque centrada en sus labores, a pesar de haber un breve artículo donde se alababa que pudiesen acceder a todos los niveles de enseñanza. Hay un cierto avance en las posturas en torno a estos temas, que aún no estaban consolidadas. A pesar de situarnos en la Edad de Plata de nuestra cultura, se aprecia un contraste entre ésta y la realidad de la instrucción pública. La debilidad del Estado con relación a la educación se refleja claramente en el contenido de esta revista.

Este trabajo se ha realizado con el apoyo de la Universidad de Málaga (Proyecto del Plan Propio, “Influencia de la Idea sobre el Estado en la Configuración del Moderno Sistema Educativo”).

PALABRAS CLAVE

España, Prensa pedagógica, Estado y educación, Educación de las mujeres, Laicidad

OS PROFESSORES EM PERÍODO DE MUDANÇAS (1970–1980): ENTRE A INOVAÇÃO, A HETEROGENEIDADE DOS ALUNOS E O SENTIDO DA ESCOLARIZAÇÃO

Patrícia Aparecida do Amparo

Faculdade de Educação da USP

Esta comunicação objetiva investigar os processos de construção da identidade profissional e dos saberes destinados ao exercício da docência ocorridos no Brasil entre os anos 1970 e 1980. Se entendermos, como afirma António Nóvoa, que os professores são protagonistas da escolarização conforme promovem o valor da educação, será preciso assumir que observar os movimentos do corpo profissional permite notar circunstâncias em que a consolidação da escola moderna vai ganhando diferentes significados ao longo do tempo. Sendo assim, ressaltamos que a passagem dos anos 1970 para os anos 1980 constitui, no Brasil, o momento final da Ditadura Militar (1964-1985) em que se viu na sociedade a necessidade de maior participação e revisão das normas e padrões culturais do período ditatorial bem como antecipou, no campo educacional, algumas mudanças que, a seguir, moldariam as políticas públicas no período de redemocratização. Assim, tomamos como fonte nesta comunicação dentre as prescrições estatais e programas de formação em serviço planejadas pelo Estado entre os anos 1970 e 1980, o relatório do projeto “Capacitação de recursos humanos para o ensino de 2º grau, em Língua Portuguesa” (1976). Este documento tem natureza peculiar, pois consiste no registro de atividades formativas mantidas pela Secretaria da Educação de São Paulo a partir de um programa federal de capacitação docente. A partir do referencial teórico-metodológico de autores como António Nóvoa, Denice Catani, Martin Lawn e Pierre Bourdieu, elaborou-se um ponto de vista de análise que possibilitou acompanhar as tensões da construção de identidades de docentes do ensino público constituídas pelo Estado, mas também pelos próprios professores, em período de questionamentos dos sentidos da escolarização no final da ditadura. Sublinha-se que nossa fonte registra todos os passos do programa, a saber: um ciclo de palestras oferecidas por professores universitários especialistas em aspectos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa; os posicionamentos dos professores da rede explicando acerca de seus desafios cotidianos e demandas profissionais; planejamento de atividades a partir de modelos de planos de ensino que visavam implementar mudanças metodológicas; e, por fim, o registro das reações dos alunos diante das propostas de ensino. Entre os principais resultados, notou-se, inicialmente, que o documento dá pistas sobre a forma de elaboração de um espaço complexo que envolve os formuladores das políticas públicas, a secretaria de educação, os especialistas universitários e docentes na configuração de um universo de gerenciamento das mudanças da identidade profissional nos períodos finais do regime militar. Simultaneamente, a mobilização de discursos pedagógicos atrelados à ideia de renovação, a presença dos especialistas em ensino e em currículo no planejamento de atividades e a sugestão do uso de materiais e métodos que questionam a tradição do ensino em Língua Portuguesa configuram saberes que enquadram de maneira mais estrita a atividade profissional enquanto incentivava o novo. Observa-se no período a valorização da inovação como chave para o êxito pedagógico ao lado do privilégio aos conteúdos ligados aos seus espaços sociais de utilização, considerando-se, assim, o docente apto a lidar com um contexto de heterogeneidade, diferenças étnicas e de capitais linguísticas que se avizinhava.

PALAVRAS-CHAVE

Profissão docente, escolarização, Identidade docente

PROJETOS POLÍTICOS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS PARA INDÍGENAS SOB A MONARQUIA E REPÚBLICA BRASILEIRA (1822 A 1962)

Circe Maria Fernandes Bittencourt

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

O artigo apresenta projetos políticos e experiências educacionais para povos indígenas a partir da constituição do Estado nacional brasileiro sob regime monárquico do século XIX e sob regime republicano em meados do século XX. Esta temática centra-se em estudos da história da educação escolar com particular atenção ao significado da educação escolar proposta para aldeamentos indígenas organizados por padres católicos no período do Império e da criação de instituições educacionais específicas no interior das aldeias e de internatos sob o regime republicano. Procura-se identificar os embates decorrentes do projeto civilizatório idealizado no plano do discurso e das práticas pelos diversos tipos de colonizadores — missionários religiosos, civis e militares junto a diferentes populações indígenas no processo de aproximações sob modelos educacionais como estratégia de contato. O tema se apresenta com base nas recentes reflexões sobre a história da *educação escolar para indígenas* e em diálogo com a recente historiografia indígena por intermédio de uma série de pesquisas de mestrado e doutorado realizadas sobre a história da *educação para os indígenas* produzidas nos últimos vinte anos.

No ponto de vista metodológico integra referenciais da história sócio-cultural que inclui releituras de documentos oficiais e demais fontes orais e iconográficas que possibilitam situar reações assim como expectativas dos povos indígenas quanto à educação oferecida pelos agentes do Estado ao longo desse período de formação e consolidação da nação brasileira. Busca situar as diferentes formas de escolarização para povos indígenas no transcorrer da expansão do capitalismo para a produção agrícola nacional e como tais projetos foram absorvidos ou rejeitados em diferentes condições históricas dos grupos nativos contatados. Os documentos selecionados correspondem às expectativas de abranger os diferentes sujeitos envolvidos na história indígena, com destaque à atuação de diferentes grupos indígenas no processo da incorporação de métodos educacionais assim como os resultados obtidos considerando os objetivos civilizatórios inerentes aos projetos. Os documentos são analisados sob a problemática dos conceitos apresentados, especialmente de *educação indígena*, *escola para índios*, *ensino de língua indígena* e o contexto em que surgiram os *professores indígenas*, como novos agentes educacionais na história da educação.

PALAVRAS-CHAVE

educação indígena, escola para índios, ensino de língua indígena, professores indígenas

ENCONTROS E ESCRITOS INTELECTUAIS SOBRE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: REDES DE SOCIABILIDADE EM EXPANSÃO (DÉCADAS DE 1950/1960)

Leziany Silveira Daniel

Universidade Federal do Paraná

Maria das Dores Daros

Universidade Federal de Santa Catarina

O presente trabalho propõe discutir encontros e escritos sobre a educação e ciências sociais na América Latina que permitiram uma expressiva expansão das redes de sociabilidade dos intelectuais latino-americanos. Neste sentido, no período analisado, a Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tornou-se instância fundamental para o fomento de pesquisas que integravam estudos entre educação e ciências sociais. As redes de organismos internacionais como a UNESCO e também a CEPAL impulsionaram a internacionalização da problemática educacional e propiciaram, principalmente pela realização de Conferências sobre Educação, a permuta de informações e conhecimentos. É possível compreender que as conferências constituíssem redes de sociabilidades. Pode-se indicar, portanto a transnacionalização da problemática da Educação, quando leis e organização do sistema educativo latino-americano resultam da ação do governo, mas seguem um pensamento mais global de desenvolvimento capitalista e buscam estabelecer uma racionalidade científica para guiar, em cada país a ação reformadora no campo da educação. Os intelectuais atuavam em espaços transnacionais e muitas vezes ocupavam postos-chaves na esfera governamental. Destacamos como importantes para a análise Celso Furtado que coordenava as ações da Cepal no Brasil. Em sua *tese da industrialização substitutiva das importações* indicava a necessidade da criação e desenvolvimento de ampla dinâmica de economia nacional, apoiada na industrialização, urbanização e outros processos de alcance nacional, mostrando a reciprocidade de influências dos fatores econômicos e sociais e os sistemas escolares. As discussões ocorridas nos eventos transnacionais, bem como nos eventos nacionais, foram importantes para a criação, no Brasil, o CLAPCS, no Rio de Janeiro, em 1957, sob a direção do sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar de Costa Pinto. Além da criação do CLAPCS, instituição ligada à pesquisa, ficou acordado a criação, em 1958, de outra instituição irmã, esta dedicada ao ensino, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Santiago do Chile. Assim, dentre as experiências no espaço editorial, destacamos a do Boletim do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, no período 1959-1961, quando estava sob a direção do sociólogo Luiz Aguiar de Costa Pinto. Parte-se do pressuposto que com iniciativas como esta ocorreu: a ampliação e a transnacionalização do espaço público dos intelectuais maior interlocução entre estes intelectuais, pensando particularidades não só da educação nacional, de cada país, mas da América Latina como um todo; e maior visibilidade em torno de propostas para políticas educacionais, a partir de estudos no interior das ciências sociais. Durante a gestão de Costa Pinto foram publicados 12 boletins. O Boletim, assim como a publicação de uma série de livros que pretendia fazer um balanço sobre a realidade das ciências sociais na América Latina, entre outros, consubstancia-se num projeto editorial encampado por Costa Pinto, mediante as próprias definições dos projetos de pesquisa do centro direcionados por ele.

PALAVRAS-CHAVE

Intelectuais, Educação, América Latina



EIXO V

ESPAÇOS, TEMPOS E
ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA
DA ESCOLA MODERNA

ESPAÇO, TEMPO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: REFORMAS E AMPLIAÇÕES PREDIAIS OCORRIDAS NA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO (1986–2019)

Analder Magalhães Honório

Centro Paula Souza, Etec Sylvio de Mattos Carvalho

Angélica Augusta Camargo

Centro Paula Souza, Etec Sylvio de Mattos Carvalho

Ana Claudia Câmara Pereira

Centro Paula Souza, Etec Sylvio de Mattos Carvalho

A Escola Técnica (Etec) Sylvio de Mattos Carvalho, criada em 03 de junho de 1986 pelo Decreto Estadual n. 25.326, começou suas atividades no início do ano de 1987 em um prédio situado a Rua Cesário Mota, 644, área central do município de Matão (interior do Estado de São Paulo), construído no início da década de 1940 para abrigar o então recém-criado Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros, atualmente Escola Estadual Prof. Henrique Morato. Tal imóvel foi alvo de obras de reformas e ampliações das suas instalações, com destaque para as obras que começaram em maio de 2016 e que foram concluídas em março de 2018 que promoveram uma ampla revitalização e reorganização de todo o espaço escolar. Isto posto, esta reflexão tem por objetivo verificar em que medida as obras de reformas e ampliações realizadas entre os anos de 1986 e 2018 atenderam às necessidades dos cursos oferecidos pela Unidade Escolar no que tange às práticas pedagógicas e eventos ocorridos no recorte temporal mencionado. Nessa direção, recorreremos do arcabouço teórico da História Cultural, especialmente da História das Instituições Escolares e da História Local, além do trabalho de Roger Chartier sobre o conceito de representação que nortearam a análise documental. As fontes utilizadas nesse estudo se concentraram em textos jornalísticos e documentos escolares (plantas, atas de reuniões e fotografias) que se encontram arquivados no Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli da Etec Sylvio de Mattos Carvalho. Tal documentação têm nos levado a perceber as relações que permeiam a trajetória desta Etec e a história educacional do município de Matão, permitindo-nos compreender a sua importância em meio a essa comunidade em termos de representação social, patrimônio cultural e memorial nesses últimos trinta e três anos. Ao mesmo tempo, a representação construída desse estabelecimento de ensino pelo viés das melhorias realizadas nesse espaço, especialmente nos últimos três anos apontam para a preocupação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza enquanto protagonista do ensino profissionalizante no Estado de São Paulo. Há que se destacar também o papel importante da gestão escolar no encaminhamento das reivindicações da comunidade escolar no que tange a benfeitorias que precisam ser realizadas, revelando-se assim um agente imprescindível no êxito das obras que são realizadas, desde o apontamento das necessidades, mas também durante todo o desenrolar das obras concomitante às atividades escolares ora realizadas, e após a sua conclusão no que se refere adoção de sistemáticas que possibilitem a comunidade escolar a tirar o melhor proveito das novas instalações e que são incorporadas a partir de então na cultura desse estabelecimento de ensino. De igual maneira, inferimos o proeminente papel do jornal e dos documentos escolares enquanto fontes de pesquisa historiográfica, especialmente em estudos da área de História da Educação, revelando-se assim recursos potenciais para uma melhor compreensão do papel que as Escolas Técnicas têm exercido ao longo do tempo nos municípios onde se encontram instaladas, independentemente do recorte histórico que se pretende analisar, possibilitando a reconstituição da história da educação profissionalizante no Estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

*História do ensino profissional, Espaço escolar,
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Ensino técnico, Escola técnica (Etec)*

PRESCRIÇÕES HIGIENISTAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO PARÁ

Alberto Damasceno

Universidade Federal do Pará

Suellem Pantoja

Universidade Federal do Pará

No estado do Pará, em finais do século XIX com o fortalecimento da produção e comercialização do látex na Amazônia havia o interesse em desenvolver, além da economia, as condições de vida da população no que tange à saúde e à instrução pública, de forma a facilitar a proliferação do ideário republicano de modernidade, civilização e higiene. Em meados do século XIX e início do século XX, implantou-se no Brasil a doutrina denominada “higienista”, que abrangia desde políticas voltadas à saúde da população até o modo como os indivíduos deveriam ou não se comportar. Nosso principal objetivo com este trabalho foi identificar como funcionavam os estabelecimentos especializados para crianças e adolescentes no alvorecer da república pelo viés higienista. Para atingi-lo buscamos, também, desvelar as práticas de “pureza e limpeza” nos estabelecimentos educativos para crianças e adolescentes e analisar como se dava organização desses espaços físicos, os conteúdos programáticos e os métodos de ensino ali desenvolvidos. Para a construção deste trabalho, que se constitui em uma pesquisa histórica, buscamos compreender através das fontes documentais como funcionavam os estabelecimentos de ensino e como as práticas higienistas interferiam no cotidiano escolar. Para tanto realizamos uma pesquisa documental utilizando como fontes primárias o Regulamento Escolar do Ensino Primário e algumas edições da Revista de Educação e Ensino, entre os anos de 1891 e 1894. Um dos principais alvos das ideias de pureza e limpeza difusoras de padrões higienistas, foram os estabelecimentos de ensino onde eram impostas diversas exigências no que diz respeito à sua estrutura e funcionamento; além do que, também deveriam passar por fiscalização regular e periódica, tarefa que ficava sob responsabilidade dos inspetores escolares. A escolha do local para estabelecimento das instituições educativas também era um dos quesitos mais importantes a serem decididos pela direção de ensino, pois na época, em Belém o agravamento da situação urbana devido à explosão populacional provocou a entrada em cena da medicina como carro-chefe do Estado no que se refere à saúde pública, ao saneamento e a questões de higiene. A partir das ideias expostas na imprensa periódica e das normativas regulamentares, observamos que o higienismo foi muito além de medidas para a saúde pública, adentrando a escola sem se importar apenas com as condições de saúde dos alunos mas se constituindo em uma forma de controlar o comportamento de alunos e professores para garantir o padrão pré-determinado pelas entidades médicas, que ia muito além dos cuidados com a saúde, atingindo o controle de corpos e mentes, convertendo o tema da instrução em problema de ordem pública e médica. Desta feita, o movimento higienista passou a controlar a vida das pessoas, fazendo das escolas espaços reprodutores dessas práticas, interferindo nos hábitos de professores e alunos sempre com a intenção de formar cidadãos em todos os sentidos tendo em vista o progresso da nação.

PALAVRAS-CHAVE

Primeira República, Instrução Pública, Higienismo, Estabelecimentos de Ensino

LAS INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA DE MINERÍA EN MÉXICO Y POTOSÍ: DISTINTOS PROYECTOS Y DISTINTAS TRAYECTORIAS

Gavira Marquez Maria Concepcion

Facultad Historia. Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo

El siglo XVIII, especialmente durante su segunda mitad, es conocido por el impulso que tomaron las ciencias, especialmente aquellas disciplinas que eran reconocidas por su importante utilidad. La metalurgia fue una de estas disciplinas desarrolladas con gran intensidad en las distintas regiones mineras de Europa. Sin duda, fue durante el reinado de Carlos III cuando se dio un mayor impulso a las ciencias y tecnología en España y América. Respecto a la minería hay que destacar la apertura de la Escuela de minas de Almadén en 1777 dirigida por Storr y el Seminario de Vergara, ambas recibieron una fuerte influencia de la Academia de Freiberg, donde estudiaron personajes importantes como los hermanos Elhuyar, Andrés Manuel de Río y el mismo Humboldt. Estos años fueron de mucha intensidad en cuanto a la producción de conocimientos científicos y su difusión, había entonces una gran admiración por las matemáticas y una red de comunicación admirable entre la comunidad de científicos europeos.

En América, el interés que concentraba la metalurgia incentivó también diferentes proyectos de Escuelas, Colegios o Academias de minas que tenían el objetivo de crear profesionales que formados con principios científicos y tecnológicos hicieran rendir las minas con mayor utilidad. En este trabajo nos concentraremos en dos de estos proyectos conformados en la América española, precisamente en las regiones mineras más importantes: en Nueva España, el Real Seminario de Minería en México y la Academia de Minas de Potosí, en el virreinato del Río de la Plata. Dos proyectos que tuvieron trayectorias muy diferentes aunque temporalmente casi fueron simultáneos. La Academia de Minas de Potosí se fundó en 1779 y pocos años más tarde en 1792 abrió sus puertas el Real Seminario de Minería de México. La institución potosina tuvo una corta duración y fue considerada un fracaso a diferencia de la novohispana que ha sido considerada como una institución exitosa y un modelo para su época.

En este trabajo vamos intentar explicar precisamente el por qué de su fracaso, deteniéndonos de forma especial en el programa de docencia y la selección de estudiantes. Consideramos importante dar a conocer detalles sobre la fundación de la Academia, sus características, las circunstancias en que fue abierta y el corto tiempo que perduró. Nos interesa saber por qué no tuvo el impacto que consiguió el Real Seminario de Minería de la Nueva España, conocer las semejanzas y las diferencias entre las dos instituciones poniendo atención en el programa académico.

PALABRAS CLAVE

Colegios de Minería, Potosi, Mexico

INSTRUMENTOS DE CRONOMETRIA NAS ESCOLAS DO ALTO MINHO (1863–1940), ENTRE O DISCURSO E A MATERIALIDADE

José Carlos Loureiro Loureiro

Centro de Estudos Regionais

Nos finais do século XIX e princípios do século XX aprofunda-se uma política de coerções (Foucault, 1975) sobre os alunos, sendo os seus corpos objeto da disciplina e normalização promovida pelo Estado e outros agentes. Trata-se de um momento do longo processo histórico que visa, entre outros aspetos, a racionalização do tempo e o desenvolvimento da autodisciplina dos indivíduos (Elias, 1996). À experiência das sociedades agrícolas e tradicionais, marcada pelos ciclos e ritmos naturais, sobrepõe-se uma nova representação social do tempo, definido pelo quantitativo, linearidade e abstração. Os pedagogos e os professores portugueses discutem a organização do tempo escolar, integrando informação proveniente do campo das ciências médicas, do movimento higienista e de novas correntes pedagógicas, à semelhança do que acontecia no resto da Europa. O relógio torna-se, à vista de todos, um instrumento de regulação da conduta dos alunos.

Na comunicação pretende-se dar nota da emergência deste discurso, da sua crescente presença no texto legislativo e, com base em fontes documentais da segunda metade do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, analisar a penetração dos instrumentos cronométricos na escola pública, na região do noroeste de Portugal. Tomando como fonte fundamental os inventários de dezenas de escolas do ensino primário público, o autor verifica a *não-presença* e *invisibilidade* desses instrumentos de regulação do tempo, o que lhe permite questionar e matizar a ideia da existência de um tempo escolar *capsulado*, essencial à homogeneização preconizada pela modernidade. Com efeito, a infiltração do tempo e da contabilidade modernos na escola, não obstante a crescente influência do discurso pedagógico e as determinações legislativas que a favorecem, no período analisado é lenta, sendo notória a persistência dos marcadores externos na regulação do tempo escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Tempo escolar, Escola pública do ensino primário, Alto Minho

“DEPARTAMENTO DA INSTRUÇÃO”: UM ARTIGO NO IMPRESSO A SEMANA PARA DISCUSSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO (1895)

Shayenne Schneider Silva

Universidade do Estado do Rio do Janeiro

Analisar o artigo “Departamento da Instrução”, publicado no impresso *A Semana* e assinado pelo professor João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860 –1934), é o objetivo da presente investigação. O periódico, de oito páginas, era considerado um impresso “menor” dentre os periódicos pedagógicos, que circulava aos sábados na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil, e teve como seus proprietários os professores Valentim Magalhães (1859 – 1903), Max Fleiuss (1868 – 1943) e Escragnole Doria (1869 – 1948). Dedicava suas edições a promover e discutir a educação do povo, meta do regime republicano recém-instalado, através da publicação de contos literários, crônicas de livros e notícias ocorridas na semana em artigos e seções de seus muitos colaboradores entre os quais os literatos Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac e Francisca Júlia, única mulher no seletivo grupo de articulistas do jornal. Dedicava este jornal espaço privilegiado para discutir as mazelas e apresentar soluções para a instrução pública no Distrito Federal através do artigo “Departamento da Instrução”, de responsabilidade de João Ribeiro, de modo a atingir um maior número de leitores, apresentando a instrução pública no Distrito Federal nos ensinos primário, secundário e técnico e, também, debatendo a educação pública oferecida aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro no alvorecer do regime republicano. O presente trabalho busca oferecer uma visão da História da Educação brasileira a partir de contribuição dos professores em periódicos considerados “menores” (Darnton, 1984; Chartier, 1987; Thompson, 1994) demonstrando, portanto, que a imprensa agiu como promotora e propagadora de educação.

PALAVRAS-CHAVE

Departamento da Instrução, A Semana, João Ribeiro, Instrução Pública, Primeira República

A CONSTITUIÇÃO DA CÁTEDRA DE FÍSICA E QUÍMICA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1880–1884)

Matheus Luiz de Souza Céfaló

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

O presente trabalho apresenta um recorte de pesquisa de mestrado que pretende uma discussão sobre a história do ensino das ciências no estado de São Paulo. Considerando a tendência modernizadora e republicana da sociedade paulista, a partir do final do século XIX, a Escola Normal de São Paulo se tornou o principal centro de ensino paulista, desempenhando um importante papel na formação dos futuros professores do estado. Nesse período, a Escola Normal foi uma das responsáveis, no plano educativo, pela institucionalização das ciências no Brasil, se tornando motivo de orgulho para os reformadores do ensino de São Paulo. Observa-se que a criação de uma cátedra específica para o ensino das ciências, sobretudo física e química, ocorreu em 1880, na dita terceira fase de funcionamento da Escola Normal. Objetiva-se, portanto, apresentar como ocorreu a criação dessa cátedra, identificando o professor responsável pelo ensino dessas disciplinas e seus principais conteúdos e materiais. Para tanto, procede-se a uma revisão da literatura que abrange os professores da Escola Normal de São Paulo, fazendo referência as obras de Pestana (2011), Martins (2013) e Dias (2013). No aspecto metodológico, privilegia-se o estudo da coleção “Paulo Bourroul” presente no Acervo da Biblioteca do Livro Didático da Universidade de São Paulo e os objetos científicos remanescentes do Acervo Histórico da Caetano de Campos (antiga Escola Normal de São Paulo), presente no Centro de Referências em Educação Mario Covas. Desse modo, observa-se que a criação da cátedra se deu por uma reorganização curricular que atendia a Lei nº 130, de 25 de abril de 1880, tendo como primeiro catedrático o professor Paulo Bourroul que, durante sua atuação (1880-1884), foi responsável pela criação da biblioteca da Escola Normal e a aquisição de um laboratório de física e química trazido da França. Dentre a aquisição de obras para a biblioteca, com cerca de 120 livros franceses destinados à formação dos professores, encontramos as obras sobre ensino de física e química dos autores Edmond-Jean Langlebert, Charles Adolphe Wurtz e Adolphe Ganot. A análise das obras didáticas e dos objetos científicos presentes no laboratório, mostra conteúdos privilegiados pela cátedra e que envolviam noções de mecânica, atração molecular, estudo dos gases, acústica, calorimetria, iluminação, magnetismo, eletricidade, ótica, meteorologia e climatologia, bem como noções de química orgânica e química inorgânica, sobretudo, teoria atômica, gases e metais, além da valorização das combinações e experimentações químicas. Percebe-se, portanto, a ênfase de tal professor pela modernização do ensino das ciências como sendo aspecto representativo da modernidade e do progresso.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Física e Química, Escola Normal de São Paulo, Paulo Bourroul

PARA ALÉM DA VIRTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO TRADICIONAL: ESTADO DO CONHECIMENTO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ione Rodrigues

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET-MG
Faculdade Ciências da Vida

Ana Elisa Ribeiro

Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET-MG

A avaliação da aprendizagem é parte integrante do trabalho pedagógico, no entanto, não existe e não opera por si mesma. É alicerçada pelas concepções que fundamentam o projeto de ensino e pode até ser mais efetiva pelo potencial das tecnologias digitais da Informação e Comunicação (TDIC), o que requer análise crítica e trabalho constante nas dimensões da aprendizagem interativa viabilizadas por essas tecnologias. Levando-se em conta o crescimento da Educação a Distância (EAD) no Brasil, revelado pelos dados do Censo Escolar (2017) faz-se necessário empreender estudos sobre essa modalidade de ensino, no sentido de garantir qualidade desse acelerado crescimento. Frente a essa realidade e em diálogo com autores como Alves (2016), Fernandes (2004,2006), Moran (2007, Perrenoud (1999), Oliveira (2016), Romiszoki (2011), Salatino (2018), Souza (2016) e Villas-Boas (1988), o estudo aqui descrito, de caráter bibliográfico, denominado estado do conhecimento, objetivou organizar e analisar teses e dissertações produzidas sobre a avaliação da aprendizagem na EAD no período de 2016 a 2018. O recorte temporal equivale a um ciclo da avaliação externa feita pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) nos cursos de graduação no Brasil. O percurso metodológico adotou o seguinte traçado: definição dos descritores; localização dos bancos de pesquisas; estabelecimento de critérios para o corpus informacional; levantamento de teses e dissertações; leitura das publicações sintetizando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias e conclusões; identificação das tendências dos temas; análise e elaboração das conclusões. Como fonte de informação foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTC); Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) e Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal(RCAA). O corpus informacional foi constituído de 13 documentos, 10 dissertações e 3 teses. O estudo revelou: a) A EAD está deixando de ser uma modalidade marginal para tomar uma posição de prestígio. b) Uma diversidade de práticas avaliativas através de fóruns, e-book, estudo de caso, trabalhos, videoatividades, questionário, prova, pesquisa, trabalhos de reflexão, mapas mentais e outros; c) A temática do feedback como uma fala recorrente entre professores e estudantes, mesmo que alguns professores nunca deem feedback, o que é justificado pelos respondentes pelo alto número de estudantes nas salas. d) Comprovação da função formativa da avaliação visando proporcionar ocorrência de processos de auto-organização nos sujeitos da práxis pedagógica. Conclui-se que pesquisas ainda precisam ser feitas para conhecer o nível de aceitação e confiabilidade da avaliação na EAD, e também o número de pessoas que podem ser beneficiadas por ela, levando em conta as disparidades socioeconômicas existentes num país com as nossas dimensões. É preciso ter em mente que a EAD não é a virtualização da educação tradicional presencial, uma vez que os ambientes digitais de aprendizagem possuem elementos que a configuram como um novo contexto educacional, e assim é fundamental que se criem processos e estratégias pedagógicas que respondam às necessidades e circunstâncias dos novos modelos e processos de ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

educação a distância

PRIMEIRO GINÁSIO ESTADUAL DE SANTOS (SP): ACOMODAÇÕES INICIAIS DO ESPAÇO ESCOLAR NAS DÉCADAS DE 1930/ 1940

Maria Aparecida Franco Peireira

Universidade Católica de Santos

O primeiro ginásio estadual de Santos foi instituído em 11 de agosto de 1934, no governo do presidente Getúlio Vargas e tornou-se uma escola de referência de excelência educativa na cidade, como outros congêneres sobretudo no estado de São Paulo. O objetivo desta comunicação é evidenciar aspectos de sua história. Destacar como o projeto inicial do Ginásio do Estado, quando da construção do seu edifício passa por transformações. Privilegiar a sua arquitetura escolar, chamando a atenção para o que Antonio Viñao chama de espaço, físico e espaço cultural. O método é o histórico documental, pois busca acompanhar as variações temporais em fontes escritas, tais como legislação (oficiais); periódicos; iconografia (fontes e plantas) e produções acadêmicas sobretudo elevadas na Universidade Católica de Santos. Concluímos que o edifício do Ginásio do Estado nas décadas de 1930-1940 passam por transformações, como aumento da edificação e nova distribuição espacial de sua inicial estrutura administrativa, educativa e de lazer. Na parte pedagógica novas adequações dos locais de sala de aula, laboratórios, biblioteca e quadra esportiva.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura Escolar, Viñao, Primeiro Ginásio Estadual de Santos (SP)

REPETÊNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA DE UMA CULTURA PEDAGÓGICA

Maria de Lourdes Sá Earp

Fundação Cesgranrio

Diana Mandelert

UERJ

Desde os anos 1990, as estatísticas educacionais demonstram a cobertura do acesso ao ensino fundamental pela população brasileira em idade escolar. Entretanto, embora todos alunos iniciem, nem todos finalizam a trajetória escolar. Um dos principais problemas do ensino no Brasil é a repetência, ou seja, a tradição de reter alunos para que não sejam promovidos para a série seguinte, prática amplamente disseminada no país. O ensino no Brasil apresenta altos índices de retenção e de repetência bem como baixos níveis de desempenho e de proficiência dos alunos. Uma das explicações desse fenômeno estaria na cultura pedagógica da educação no Brasil, que está enraizada na própria lógica do sistema de ensino brasileiro.

Existe um componente cultural na educação brasileira que não decorre do tipo de escola (pública ou privada) tampouco do nível social das crianças. As taxas de repetência são altas mesmo entre os setores de elevadas rendas e nas escolas particulares. Existe uma “pedagogia da repetência” que impede o avanço das gerações através do sistema educacional, e é parte integral da própria filosofia de ensino, aceita por todos os agentes como “natural”. A persistência dessa prática e a proporção dessas taxas induzem a pensar numa verdadeira metodologia pedagógica que subsiste no sistema apesar de todos os esforços para se universalizar a educação básica no Brasil.

Segundo um estudo do INEP de 2019, a maioria dos alunos não tem trajetória regular até o ensino médio. Grande parte dos estudantes que, em 2010, cursava o 6º. ano do ensino fundamental não conseguiu, seis anos depois, chegar ao final do ensino médio. O acompanhamento de uma mesma geração de alunos ao longo dos anos mostrou que havia 4,2 milhões de estudantes matriculados no 6º. ano em 2010. Apenas 39% do total conseguiram, seis anos depois, cumprir sua trajetória escolar sem percalços e chegar ao último ano do ensino médio. Os demais ficaram pelo meio do caminho. Em números absolutos, são 1,6 milhão de crianças e jovens que acabaram abandonando os estudos. Trata-se de um alto custo social e econômico para o país. Todos os esforços para se melhorar o acesso e a permanência dos alunos na escola, para universalizar a conclusão do ensino médio, são impedidos pela cultura da repetência.

Este paper tem o objetivo de descrever a repetência como uma cultura, que esteve sempre presente no sistema de ensino brasileiro como princípio organizador de práticas e representações dos agentes.

Pretendemos contar a história da repetência a partir de alguns marcos: a “descoberta da repetência”, em 1940, por Teixeira de Freitas; a descrição da “pedagogia da repetência”, expressão criada por Sergio Costa Ribeiro (1981), baseado em descobertas estatísticas de um grupo de pesquisadores nos anos 80; a descrição do modelo “centro-periferia” de Sá Earp (2006), que explica como a cultura da repetência está encarnada na estrutura da sala de aula e nas representações dos docentes; e o estudo de Mandelert. (2010), que apresenta uma arqueologia da repetência em escolas de prestígio, mostrando que a repetência opera como um mecanismo de seletividade dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE
ensino no Brasil

AS PROFESSORAS CATEQUISTAS DAS ESCOLAS PAROQUIAIS CAPUCHINHAS NO INTERIOR DO MARANHÃO (1960–1970): UMA ATUAÇÃO PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Janeth Carvalho da Silva Cardoso

Universidade Federal do Maranhão

Cesar Augusto Castro

Universidade Federal do Maranhão

Esta comunicação está inserida no contexto de uma linha de pesquisa que tem investigado a história e memória de instituições escolares, em especial no interior do Maranhão (estado localizado no Nordeste do Brasil). A pesquisa do tipo documental e de campo apoiada na revisão bibliográfica é vinculada ao Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Desse modo, os objetivos desta investigação são os de analisar o conceito de professora catequista; conhecer a sua atuação nas escolas paroquiais capuchinhas, em municípios maranhenses como Barra do Corda, Porto Franco, Amarante, João Lisboa, Imperatriz e Carolina no período de 1960 a 1970. A partir da abordagem teórico-metodológica da Nova História cultural, destaca-se a escola paroquial católica que era dirigida pela Ordem dos Capuchinhos Lombardos em sua ação missionária e educativa no Maranhão e as professoras catequistas dessa instituição escolar. As fontes como estatutos das escolas paróquias e relatórios anuais dos religiosos estão entre os documentos que foram selecionados para análise de acordo com os objetivos propostos. Nesta perspectiva, elegeu-se como referenciais teóricos os autores, Chartier, (1990); De Certeau (2014); e ainda Castilho (2004); Custódio (2015); Kreutz (2004), que estudam a ação de Ordens católicas voltadas para a educação religiosa no Brasil e a utilização do ensino sistematizado como instrumento de catequização. Os resultados do estudo mostram que as professoras catequistas das escolas paroquiais capuchinhas eram vistas como exemplo de moral e de prática que deveria ser seguido por todo bom católico praticante e que, as estratégias educacionais desenvolvidas por essas professoras ocorriam prioritariamente em áreas onde o protestantismo progredia, portanto, suas ações estavam inseridas no combate a outras religiões no período histórico escolhido. Enfim, pela leitura dos vários documentos pode-se dizer que as professoras catequistas leigas e normalistas desempenhavam funções que se estendiam para além da sala de aula, tornavam-se referências e até substituíam os sacerdotes em determinadas ocasiões na comunidade na qual a escola paroquial estava inserida.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Maranhão, Escola Paroquial, Professora catequista

HIGIENE E EDUCAÇÃO: LEITURAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1997–2019)

Angélica Pall Oriani

Universidade do Sagrado Coração

Ana Clara Bortoleto Nery

Universidade Estadual Paulista

Trata-se a presente proposta de um recorte de pesquisa de pós-doutorado em Educação (UNESP-Marília), e tem como objetivo mapear o modo por meio do qual o tema higiene e educação tem sido discutido no campo da História da Educação. A opção foi por inventariar artigos científicos publicados em periódicos brasileiros, os quais são considerados a partir da regularidade, do surgimento e dos pesquisadores que os mantêm, os mais expressivos desse campo. Tratam-se de: *Revista História da Educação* (ASPHE-UFPEL), *Revista HISTEDBR On-line* (UNICAMP), *Revista Brasileira de História da Educação* (SBHE-sede rotativa) e *Cadernos de História da Educação* (UFU). A opção por inventariar artigos científicos decorre do entendimento de que o surgimento e/ou desaparecimento das temáticas no campo de pesquisa podem ser visualizados de modo sintomático no conjunto desses tipos de textos. Ademais, vale destacar que o exercício imprescindível de promover balanços alude à tarefa árdua de recuperar e ordenar um conjunto de textos por meio do qual se torna possível delinear um diagnóstico cujas características principais são a incompletude e a provisoriedade, já que esse é sempre passível de ser ampliado e refeito. Com essas opções feitas, foi possível recuperar, até o momento, um total de 26 artigos que versam sobre essa temática e que foram publicados entre 1997 – data de criação da *Revista História da Educação* (UFPEL) e 2019. As constatações preliminares sobre esses textos indicam que: há um total de oito artigos publicados na *Revista História da Educação* (ASPHE-UFPEL); nenhum na *Revista HISTEDBR On-line* (UNICAMP), oito na *Revista Brasileira de História da Educação* (SBHE-sede rotativa) e dez nos *Cadernos de História da Educação* (UFU). O primeiro artigo foi publicado na *Revista História da Educação* em 1997 e, no que se refere à distribuição cronológica, os artigos passam a ser publicados de modo mais regular a partir de 2008, com uma média de dois artigos por ano até 2019, data final do balanço efetuado. A partir dos resultados do mapeamento, questiona-se a lógica que subjaz as propriedades do campo de conhecimento da história da educação, com o que se indaga o aparecimento com mais intensidade dessa temática a partir do ano de 2008, assim como as fontes e o arcabouço teórico-metodológico utilizado e, obviamente, os autores e as instituições de onde emergem as discussões acerca dessa temática. Tais indagações possibilitam olhar com cautela para essa produção e enveredar pela seara das disputas e da estrutura das relações objetivas dentro do campo de conhecimento da história da educação.

PALAVRAS-CHAVE

higiene, balanço da produção científica, História da educação

O INSTITUTO DONA ESCHOLÁSTICA ROSA E O TESTAMENTO DE JOÃO OCTÁVIO DOS SANTOS (SANTOS, SP, BRASIL, 1899–1933)

Roseli Fernandes Rocha

Universidade Católica de Santos

O presente estudo tem como principal objetivo pesquisar os processos históricos que levaram à criação do Instituto Dona Escolástica Rosa, escola destinada à educação intelectual e profissional de meninos pobres em Santos, cidade portuária e balneária no estado de São Paulo, Brasil, em atendimento ao legado do testamento de João Octávio dos Santos. João Otávio dos Santos foi um próspero comerciante, nascido em 1830 em Santos, filho do conselheiro João Otávio Nébias e da escrava Escolástica Rosa, que recebeu do seu pai o apoio necessário nos estudos para adentrar ao mundo dos negócios. Preocupado com o alto índice de orfandade na cidade de Santos, no final do século XIX, João Octávio dos Santos resolveu planejar um instituto para atender a infância desvalida daquela época, destinada a meninos pobres e órfãos, sem distinção de nacionalidade, em regime de internato. João Octávio desejou que, no mesmo espaço, os meninos recebessem instrução escolar e profissional necessárias para uma vida digna. Para isso, deixara expresso no testamento que a entidade deveria ser construída, às expensas de sua herança. A denominação, de acordo com o documento, visava perpetuar a memória de sua mãe e a construção deveria ser feita na chácara em que residia. O testamento, contendo 5 páginas, foi registrado em 12 de dezembro de 1899 e João Octavio dos Santos elegeu a Santa Casa de Misericórdia de Santos como a instituição herdeira de todos os seus bens. Nomeou como executor, Júlio Conceição, membro da elite cafeeira, político e fundador de diversas instituições filantrópicas, que orientou João Octávio sobre a formação dos docentes e a proposta para a organização pedagógica da escola, dentro do que considerava o de melhor e mais moderno na época. O instituto foi construído segundo rígidos critérios de higiene escolar e foi projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, que dirigiu escritório responsável pela construção de vários monumentos republicanos no estado de São Paulo. No primeiro regulamento, de 1907, foram definidas orientações sobre o perfil e atribuições dos docentes e funcionários. A inauguração ocorreu em 1908 e o Instituto funcionou nos moldes previstos no testamento até 1933, quando foi feito um convênio com o governo do estado, que assumiu a escola com alterações significativas na proposta pedagógica. A pesquisa envolve a revisão bibliográfica, o levantamento de fontes e a análise documental. São considerados aspectos relacionados às políticas sociais, à urbanização de Santos, ao projeto e à construção do edifício, à proposta educacional do Instituto e à sua trajetória no período.

PALAVRAS-CHAVE

instituto, educação, pedagógica

DA “ESCOLA DO POVO” AO “GRUPO ESCOLAR” PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EDIFÍCIO PRIVADO PARA O EDIFÍCIO PÚBLICO (1893–1913)

Gilson Braga

Universidade Católica de Santos

Moysés Kuhlmann Jr.

Universidade Católica de Santos

Fundação Carlos Chagas

O edifício da “Escola Técnica Estadual Dra. Ruth Cardoso” constitui-se como patrimônio histórico e cultural tanto para o município quanto para a Região, o que motivou a formulação da dissertação de Mestrado no ano de 2018 com o título: “Um monumento para educação: Escola do Povo, São Vicente/SP, 1893-1913”. A escola instalou-se em um dos edifícios remanescentes de uma “Arquitetura Escolar do Período Republicano”, datado de 1898. O prédio foi construído para abrigar a “Escola do Povo”, criada por iniciativa por um grupo de cidadãos vicentinos da Loja Maçônica Fraternidade de Santos. Em 1913, a escola passou a ser administrada pelo Governo do Estado, denominada como o “Primeiro Grupo Escolar de São Vicente”, sendo chamado de “Grupão” por moradores da cidade. Nessa ocasião houve a ampliação do edifício, utilizando as características dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, com o acréscimo de um anexo em forma de “U”. Ao longo de um século, houve sucessivas mudanças nas denominações e na estrutura física escolar do edifício. Pode-se perceber o quanto as ações, interferiram no edifício, determinando espaços e componentes físicos, edificações, equipamentos e mobiliário considerados necessários ou não para a realização de tais ações. Isso acarretou não apenas o desgaste físico e a transformação da integridade do edifício como também ofuscou os vestígios da memória escolar perdida no tempo. Ao mesmo tempo, ao ocupar este espaço, a nova instituição projeta-se a um passado, atribuindo significados que sugerem uma trajetória linear ao presente. O procedimento metodológico adotado buscou qualificar o objeto em questão, suas características tendo em vista parâmetros da cultura material e da memória escolar no quadro das relações sociais, articulando o cenário republicano às especificidades dos grupos atuantes no município. Indicam-se ainda, aspectos da proposta educacional ali implantada. Com base nessa perspectiva, desenvolveu-se levantamento documental, em conjunto com referenciais bibliográficos sobre arquitetura, iconografia, cultura e historiografia da educação no período da primeira república. A pesquisa realizou-se nos arquivos da Escola Técnica Estadual Dr^a Ruth Cardoso do Centro Paula Souza, Diretoria de Ensino da Região de São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, Biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos, Hemeroteca Roldão Rosa, Secretaria de Cultura do Município de São Vicente - Casa Martim Afonso e Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente. Analisar a escola e seu edifício numa perspectiva histórica como monumento e documento, como uma personagem que testemunhou acontecimentos, exige que se olhe com atenção para algo que é mais que um prédio ou uma instituição, porque será sempre portador de significados e um foco aglutinador de relações humanas.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia da Educação, Arquitetura Escolar Republicana, Cultura Material, Memória Escolar

O TRABALHO DA NORMALISTA PALMIRA LINS DE CARVALHO: REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA NOVA NA *REVISTA ESCOLA* (1934), PARÁ, BRASIL

Cilene Maria Valente da Silva

Universidade Federal do Pará – UFPA

Lorena Bischoff Trescastro

Secretaria Municipal de Educação de Belém, Pará

O presente estudo analisa o relato do trabalho da professora normalista paraense Palmira Lins de Carvalho, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, publicado na Revista Escola em 1934, destacando os pressupostos da Escola Nova no estado do Pará, Brasil. Fundamentado em Biccas (2006), Chartier (2014), Castro e Castellanos (2018), De Certeau (2014), Julia (2001) e Valdemarin (2006), este artigo tem por objetivo discutir algumas representações da Escola Nova a partir da análise do artigo publicado na Revista Escola, em 1934, sobre os processos da escola ativa no Pará, Brasil. Entende-se, neste estudo, que impressos educacionais, como a Revista Escola, podem ser tomados como objetos de estudo e fonte de investigação de diferentes aspectos da história da educação, pois, enquanto materiais impressos da cultura material escolar podem ser analisados como objetos que conformam o campo da educação porque são portadores de discursos de um determinado tempo histórico e, assim, indicadores de representações e práticas educacionais do período estudado. O corpus de análise foi constituído do texto ‘Os processos da Escola Ativa no Pará’, publicado na Revista Escola, número 3, volume 1, páginas 79-85, em agosto de 1934, no estado do Pará, Brasil. Como procedimentos metodológicos, utilizaram-se a pesquisa documental e a análise de conteúdo para identificar tópicos discursivos indicadores das representações da Escola Nova no Pará, em 1934. Na análise, evidenciaram-se tópicos discursivos que descrevem em detalhes o que ocorreu no torneio escolar no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em 13 de junho de 1934. Conforme relatado no texto, o evento, que contou com a presença do Sr. Major Magalhães Barata, interventor federal, e do Dr. Amazonas de Figueiredo, diretor geral da educação, iniciou com um Canto de Saudação, acompanhado de ginástica imitativa; Hino à Princesa Isabel, diante de seu retrato; Canto à bandeira brasileira; Declamação de Quadrinhas em homenagem ao Brasil; Dramatização com ênfase na moral; Canto do Hino Nacional Brasileiro. No decorrer das atividades, as crianças cantaram, recitaram, se deslocaram pela escola, realizaram marchas, saltos, exercícios físicos e respiratórios. Além disso, identificou-se proposições da importância da colaboração dos pais na escola e do papel do Grupo Escolar Barão do Rio Branco como modelo para “animar e orientar os progressos da pedagogia moderna” (p. 79), no estado do Pará. Conclui-se que, não só a escola se tornou um espaço de inovação pedagógica, como também a Revista Escola, ao publicar o trabalho da normalista, passou a ser um veículo de modernização da educação paraense na época, destacando o trabalho de atores que ocuparam um lugar central nos discursos sobre a escola nova.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Nova, Revista Escola, Palmira Lins de Carvalho, História da Educação do Pará

EL ESPACIO ESCOLAR EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN EL SIGLO XIX EN SAN LUIS POTOSÍ, MÉXICO

Francisco Hernández Ortiz

Benem., y Centen, Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí

La historia de la humanidad, está relacionada con el espacio de convivencia, ahí se realizan actividades cotidianas. El espacio escolar fue creado para que unos enseñen y otros aprendan. Viñao (1993; 2008) refiere que la escuela es espacio y lugar, es una construcción cultural, que marca diferencias con cualquier otro espacio en donde se socializan, interactúan y educan las personas.

En América es tardía la construcción de edificios escolares, Maldonado (1999) expresa que eran casas habitación adaptadas por los gobiernos. En San Luis Potosí, México, Hernández (2011) documenta que las escuelas públicas funcionaban en casas rentadas. Godínez (1991), Rodríguez (2004) recuperan lo histórico, didáctico y arquitectónico del espacio escolar en Europa de la escuela moderna. Documentan el rol del Estado en la construcción de espacios escolares en Europa y América, considerando, la Pedagogía, Arquitectura e Higiene y Sanidad a fines del siglo XIX.

Este trabajo tuvo como referente lo anterior, para su desarrollo en la etapa de indagación temática.

Conocer las condiciones en las que surgen los primeros edificios escolares como espacio educativo a fines del siglo XIX en la ciudad de San Luis Potosí, México.

El objeto de estudio: *edificios escolares a fines del siglo XIX, como espacios educativos creados por el Estado*. Bajo una metodología analítico-sintética, se hizo una comparación de planos de 25 escuelas. Se interrelacionaron factores pedagógicos, culturales, económicos, sociales y políticos. Se consultó en archivos históricos, fuentes primarias, su interpretación, permitió inferir las condiciones en las que se realizaban las tareas pedagógicas de las escuelas públicas a fines del siglo XIX en la ciudad de San Luis Potosí.

La falta de espacios educativos adecuados a las necesidades pedagógicas, no las atendió el gobierno oportunamente, debido a carencias económicas, problemas sociales y políticos. La educación diferenciada según los sexos, fue también otro rasgo en la organización escolar y pedagógica.

Las condiciones de las escuelas en el estado de San Luis Potosí, eran de precariedad, casas habitación compradas por el gobierno; carecían de las especificaciones dadas por la higiene escolar. El ideal de la educación moderna de la escuela con edificio *exprofeso*, ventilación y mobiliario, fue tardío lograrlo en estas latitudes.

PALABRAS CLAVE
Pedagogía

CULTURA LABORATORIAL DO ENSINO DE BIOLOGIA NO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DO COLÉGIO PEDRO II (1960–1970)

Flaviana Alves de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Margarida Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente artigo visa escrutinar as práticas culturais vivenciadas no âmbito do gabinete de História Natural do Colégio Pedro II entre 1960 a 1970. Em acordo com as teorizações da história das disciplinas escolares (Goodson, 1997, 1998, 2001, 2013), da etnohistória da educação e da antropologia (Escolano Benito, 2017), as ações propostas pelos docentes, e realizadas também pelos seus alunos, são revisitadas e desmembradas a fim de entender como a disciplina escolar Biologia se conformou nos muros da referida instituição. Para entender a práxis no gabinete, utilizamos como material empírico: o livro de registro das aulas práticas de laboratório do gabinete de História Natural e depoimentos de ex-professores. É válido destacar que esse livro de registro continha uma lista de objetos escolares que foram vistos como imersos e partícipes da cultura escolar, sendo considerados, portanto, como o material ergológico que permitia a realização dos rituais inerentes ao ensino de Biologia. A investigação das ações articuladas nesse ambiente escolar, por meio de uma reflexão sócio-histórica e arqueológica, nos fez perceber que existia todo um aparato material que substanciava a prática docente, como: pipetas, lâminas, lamínulas, microscópios, reagentes, animais, dentre outros. Tais materiais permitiram, portanto, a materialização de aulas experimentais que eram associadas tanto às tradições escolares como às acadêmicas. As aulas práticas eram ministradas por um docente e acompanhadas por uma técnica de laboratório que auxiliava e descrevia todas as atividades no referido livro de registro. Existiam também um conjunto de comportamentos que eram tidos como adequados, como ler os rótulos dos fracos antes de manusear as substâncias nele contidas; lavar todo o material utilizado com detergente líquido; não utilizar a mesma pipeta para substâncias diferentes; evitar jogar material usado na pia do laboratório; aquecer substâncias inflamáveis em banho maria ou em chapa elétrica. Em relação aos procedimentos de avaliação, os estudantes eram requeridos a preencherem um roteiro com perguntas do que era discutido na atividade. Os alunos deveriam utilizar jalecos, vestimentas típicas da profissão de cientista. Existia todo um aparato técnico de objetos que eram utilizados nas aulas de dissecação de animais, compondo um conjunto de rituais relacionados à cultura científica e ao ensino de História Natural. A manipulação do microscópio também era uma das práxis mais importantes, que remetiam à retórica da modernização e unificação das Ciências Biológicas a partir de práticas de natureza experimental. Em um sentido mais amplo, esse conjunto de materialidades atrelado as suas práticas adjacentes contribuíram para a conformação de um ensino de Biologia, predominantemente acadêmico, ligado às Ciências Biológicas. Tais ações permitiram singularizar a disciplina Biologia na então escola, permitindo que os estudantes experimentassem a metodologia científica. O fazer cotidiano caracterizou a disciplina escolar Biologia como de caráter experimental ligada ao método científico e ao ensino prático; e também permitiu a consolidação da mesma no contexto do movimento de renovação do ensino de Ciências. Por fim, a investigação demonstra que esses rituais permitiram a configuração de uma narrativa do ‘bom’ professor como aquele que mobiliza objetos para as atividades práticas.

PALAVRAS-CHAVE

história das disciplinas escolares

EDUCAÇÃO ESTÉTICA E RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA EM MINAS GERAIS (DÉCADAS DE 1920 E 1930)

Nádia Rezende

Universidade Federal de Minas Gerais

Jorge Nagle (1976, p. 108), por meio de sua conhecida expressão “otimismo pedagógico”, afirma que a década de 1920 foi momento de supervalorização do potencial dos processos educativos quando o objetivo era modificar positivamente a sociedade, o que se traduziu nas várias reformas educacionais operadas no decênio. Segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (2010, p. 239), tal qual ocorrido em outros estados, a reforma empreendida em Minas Gerais teve como mote “opor a escola que ensina só a ler, escrever e contar à escola que cultiva a inteligência, o coração e as mãos”. Nesse contexto, a estética ganhou espaço entre os movimentos reformadores do período, tanto que o tema foi parte das discussões da primeira conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada em 1927. Na tese de número dezessete, “Pela Educação Estética”, Fernando Nereu Sampaio (1997, p. 120, 121 e 122) alertava para a necessidade de educar o gosto da sociedade e de “aformosear-lhe os costumes”. Já em Minas Gerais, o debate apareceu durante a realização do Primeiro Congresso de Instrução Primária, realizado em 1927. A tese quatro, localizada na sessão de “Educação Moral e Cívica”, dizia que “a educação estética, quando bem orientada, pode contribuir vantajosamente para a educação ética”, e que o cultivo das belas artes possui bons efeitos nesse sentido (Revista do Ensino, 1927, p. 494). Curioso observar que, em ambos os eventos, a indicação de atividades artísticas extrapolam o objetivo artístico propriamente dito, estando a educação estética não somente vinculada ao gosto e à beleza, mas também à ética. Explorar essas associações é o objetivo do presente texto. Quais argumentos os educadores elaboraram para o estabelecimento dessas vinculações e o que elas revelam sobre as concepções de educação estética do período? Quais combinações aparecem com a palavra “estética” nas fontes? Que qualificativos estiveram atrelados a um tipo de educação nomeada como estética? As respostas a essas questões são importantes porque revelam os fundamentos para o desenvolvimento de uma educação dita estética, em um contexto de renovação pedagógica característico do período. O objetivo do presente artigo é analisar a tessitura das argumentações em torno de uma educação que se pretendia estética, especificamente em propostas reformadoras do ensino nas décadas de 1920 e 1930 no estado de Minas Gerais/Brasil. As fontes foram coletadas na Revista do Ensino de Minas Gerais, periódico oficial do estado destinado aos docentes. Nelas, foi possível identificar um conjunto de orientações que projetaram sobre a dimensão estética dos alunos certas pretensões que almejavam educar o que de mais íntimo existe no ser humano, sua sensibilidade. Segundo Pablo Pineau (2018, p. 9), a adjetivação de sentimentos, cotidianamente, no ambiente escolar, impulsiona a consolidação de sensibilidades coletivas que instituem padrões estéticos de comportamento. A análise das fontes permitiu identificar que, em meio a atividades artísticas, a estética ganhou ênfase nos seguintes polos: o desenvolvimento do/a sentimento/vontade, o refinamento do gosto e a associação do belo ao bom, de forma a dar à moralidade pretendida uma estética própria.

PALAVRAS-CHAVE

Educação estética, renovação pedagógica, educação dos sentidos

UM OLHAR SOBRE O NASCIMENTO DE INSTITUIÇÕES FEMININAS DE ENSINO E ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL

Miriam Fernandes Muramoto

Universidade de São Paulo

O movimento das Casas de Asilo em Portugal, apesar de inspirado aparentemente pela inovação francesa, inscreve-se num conjunto de contextualizações determinantes (políticas, econômicas, sociais, médicas, demográficas, culturais), de que não temos ainda uma visão geral. Salientamos, porém que o discurso filantrópico animava, desde o começo, as iniciativas do movimento. O destino das crianças mais miseráveis mobilizava as sensibilidades e provocava gestos solidários. Nossa pesquisa insere-se nesse contexto e tem como objetivo construir uma narrativa histórica sobre a instalação, inserção e contribuições do Asilo Pedro V no contexto socioeconômico e cultural da cidade de Braga, em Portugal. O foco da pesquisa está em conhecer e analisar as propostas de assistência e educação ofertadas às crianças desvalidas e pobres acolhidas nesse asilo, eminentemente católico. Neste sentido, buscou-se analisar as motivações da criação desta instituição, como se foi organizando e se deu o seu funcionamento. Outra dimensão fundamental foi a de identificar e conhecer quem eram os sujeitos atendidos. Preocupamo-nos ainda em recuperar a historicidade dessa instituição, analisar a formação religiosa das crianças que ocorria ao lado da instrução pedagógica. O referencial teórico está ligado à História Cultural acoplada a estudos sobre a História da Educação Portuguesa e à da Igreja. A metodologia empregada foi fundamentada na pesquisa documental, pois utilizamos documentos como: registro de matrículas de alunas, regimentos internos, atas de reuniões, fotografias, jornais que circularam no período analisado, entre outros. Realizamos ainda, uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática, bem como de referências teóricas metodológicas adequadas para a análise das fontes e do tema central da pesquisa. A análise foi realizada com base nas ideias de Franco (2014 e 2017) sobre a história da Igreja Católica em Portugal. Utilizamos ainda os estudos de Martins (1997, 1998, 2015) sobre a história social da criança abandonada, e de Ferreira (2004 e 2007) sobre a história da criança em Portugal. Ao investigar os aspectos da cultura escolar da instituição citada, constatamos que a proposta pedagógica da Instituição proporcionava às suas alunas um ensino em que a instrução e a educação religiosa vinham imbricados no currículo e nas atividades curriculares. Nesse sentido, estudar a cultura escolar dessas instituições de ensino católico, configurou-se como uma importante medida que permitiu-nos penetrar num espaço escolar mergulhado num universo de valores católicos em relação à família, à moral e aos valores cívicos introjetados nas mulheres e que se mostram presentes nos padrões comportamentais das ex-alunas como boas esposas, mães católicas e exemplares.

PALAVRAS-CHAVE

instituição, educação católica, educação feminina

POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO BRASIL (1931–2020)

Eliete Vasconcelos Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Nesse trabalho, investigamos como a Educação Musical veio sendo significada na educação brasileira, tornando-se um conhecimento disciplinarizado capaz de disputar tempo e espaço nos currículos escolares desde o início do século XX. Interessa-nos, em especial, entender como, em diferentes tempos históricos, esse componente curricular foi se reinventando de modo a participar das lutas mais amplas por significar os conhecimentos ‘válidos’ e ‘legítimos’ da sociedade, com efeitos na constituição dos sujeitos da educação. Ele é parte de uma investigação de doutorado que se articula com a pesquisa ‘História do Currículo e das Disciplinas: desenvolvimento e uso de uma abordagem discursiva para investigações no ensino e na formação de professores’ (CNPq e Faperj), ambas desenvolvidas no ‘Grupo de Estudos em História do Currículo’, no âmbito do NEC/UFRJ. Nelas, vimos problematizando as perspectivas de análise que assumem qualquer realidade existindo previamente à linguagem, produzindo uma abordagem teórico-metodológica que, diferentemente, percebe os currículos do ensino e da formação de professores em meio aos jogos de saber e poder. Para realizar essa tarefa, vimos colocando em diálogo os escritos de Michel Foucault com curriculistas (Stephen Ball e Thomas Popkewitz) e historiadores (Reinhart Koselleck) que nos ajudam a investigar a História do Currículo como História do Presente. Em tal movimento, nosso arquivo de pesquisa foi constituindo pelos seguintes documentos/monumentos: Decreto 18.890 de 1931; Lei nº 5.692 de 1971; Lei 11.769 de 2008; Lei 13.278 de 2016 e a Base Nacional Comum Curricular, 2020. Na análise, percebemos a Educação Musical em meio a movimentos contingentes de inclusão e exclusão dos currículos escolares, no âmbito de contextos históricos diversos, com efeitos nos modos de conceber a escola, seus conhecimentos e sujeitos. Ora contribuindo para a manutenção do *status quo*, ora participando de lutas sociais mais amplas, ela veio se disciplinarizando em meio aos históricos embates em torno da consolidação das formas ‘validadas’ e ‘legitimadas’ do conhecimento escolar. Assim, ao invés de buscar somente descrever os movimentos de entrada e de saída dos currículos, estivemos mais centralmente interessadas na compreensão dos jogos historicamente instituídos que, em meio a um sistema de pensamento cosmopolita — no sentido proposto por Thomas Popkewitz —, confinam a Educação Musical em um espaço a ser habitado pelos conhecimentos ‘menores’. Assumimos que tais conhecimentos, ainda que sejam historicamente vistos em posição subalternizada frente a outros componentes curriculares de maior prestígio, tem um papel importante na definição dos currículos escolares. Afinal, é na relação com eles que os demais conhecimentos se estabelecem como ‘maiores’, em um movimento no qual a política vai se construindo discursivamente. Entender esse processo nos auxilia a participar do jogo político percebendo a Educação Musical produzindo efeitos em todas as posições que veio historicamente ocupando na educação brasileira, potencializando a positividade dos mesmos nas lutas por significar aquilo que conta como conhecimento no mundo cosmopolita.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Musical, História do Currículo, Disciplinarização

RE-ORDENAR LA ESCUELA. EMERGENCIA Y TRANSFORMACIÓN DE LA GESTIÓN ESCOLAR EN MÉXICO

Lucía Rivera

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

Marcelino Guerra Mendoza

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

Roberto González Villarreal

Universidad Pedagógica Nacional Ajusco, México

La gestión escolar ha formado parte de la agenda política de organismos multinacionales y gobiernos nacionales desde más de tres décadas. Bajo la aparente neutralidad del conocimiento experto, se han generado un volumen considerable de cursos, métodos, herramientas y estrategias para transformar las escuelas públicas en centros de excelencia. Investigadores, políticos, organizaciones civiles y empresariales coinciden en que para alcanzar la calidad educativa, entendida como el máximo logro de aprendizajes, se precisa de una gestión eficaz y eficiente. Esta es la narrativa dominante del cambio (Laval, 2004; Laval y Dardot, 2013; Martínez, 2015).

En México, esta tendencia se encamina hacia su consolidación, gracias a una reforma constitucional aprobada en febrero del 2013. A diferencia de las anteriores, la serie conceptual calidad-gestión-evaluación, ahora convertido en eje articulador de todos los cambios, ha logrado en muy corto tiempo, intervenir directamente la materia de trabajo de los profesores. En las escuelas, la institucionalización de la autonomía de gestión, consignada tanto en la Constitución como en las leyes educativas, profundizó el deterioro de las relaciones entre padres y maestros, al tiempo que reorientó las pautas de organización del tiempo y del espacio escolar.

Las preguntas a las que intentamos dar respuesta son: ¿qué hizo posible la emergencia y establecimiento de la autonomía de gestión escolar como un ordenamiento jurídico de observancia obligatoria?, ¿cuáles son las premisas que justificaron la relación entre gestión y la calidad educativa?, ¿cuáles son los efectos de esta tecnología de poder en las escuelas públicas? El objetivo es reconstruir, desde una perspectiva histórico-política, el surgimiento y las transformaciones por las que ha atravesado la gestión escolar. Se reconocen al menos tres momentos o etapas distintas. La primera, a la que denominamos como innovación, se propone transformar la escuela desde un enfoque de mejora de la eficacia escolar; la segunda, que denominaremos de hibridación, constituye da cuenta de la transición hacia un esquema radicalmente tecnocrático, sustentado en la perspectiva de las escuelas norteamericana, en la planeación estratégica y en el enfoque de la nueva gestión pública. La tercera etapa, denominada de consolidación, concreta el ensamblaje de las etapas previas, mediante nuevos elementos clave de la reforma educativa 2013, como es la evaluación. Vistas en conjunto, la reconstrucción aquí efectuada permite identificar las características de proceso de reconfiguración escolar de larga data, que al tiempo que elimina progresivamente los objetivos de ascenso, cohesión y preparación para la vida pública que tenía encomendados, o cuando menos esa era la idea generalizada en la sociedad, ha venido a naturalizar paulatinamente, una concepción de la escuela como agencia de prestación de servicios regida por criterios de eficacia y eficiencia. El modelo de autonomía escolar legalizado, no solo contradice el principio de gratuidad consignado en la Constitución, sino que además contribuye a la precarización del trabajo docente y a la destrucción de los vínculos entre los distintos sectores de la comunidad escolar.

PALABRAS CLAVE

gestión escolar, Mexico

ESCOLAS PROFISSIONAIS FERROVIÁRIAS: ESTUDOS COMPARATIVOS DA ARQUITETURA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE VIAÇÃO PARANÁ SANTA-CATARINA (RVPSC) DE CURITIBA E MAFRA — 1944/1970

Ana Paula Pupo Correia

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Vânia Mara Pereira Machado

Universidade Federal do Paraná

Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo comparativo da Arquitetura Escolar das Escolas Profissionais Ferroviárias de Curitiba e Mafra, no período de 1943 a 1970. A escola de Curitiba, capital do Paraná, denominava-se “Escola Ferroviária Cel. Durival Britto e Silva”, e na cidade de Mafra, pertencente ao Estado de Santa Catarina, na divisa com o Estado do Paraná, a “Escola Ferroviária Cel. Machado Lopes”, os nomes das escolas foram homenagens a antigos superintendentes da Rede Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC). Cabe destacar que as escolas tinham uma especificidade na formação dos profissionais para a RVPSC. Verificou-se que na seleção dos alunos dava-se preferência aos filhos e parentes dos funcionários da Rede Ferroviária. A formação era para jovens do sexo masculino, com idade entre 14 e 16 anos. Dentre os cursos ofertados observamos várias modalidades do ramo da mecânica, tais como: ajustador, soldador, eletricista, ferreiro, caldeireiro, funileiro e serralheiro, além de auxiliar de estação com prática em telegrafia. As aulas práticas e teóricas funcionavam em ambientes específicos: sala de desenho, laboratório de ciências e as oficinas de aprendizagem. Destaca-se nos relatórios das Escolas o Ginásio para a prática de exercícios físicos e ginástica, além de refeitório, gabinete médico, enfermaria e consultório dentário para atendimento aos alunos. Ao final do curso de formação profissional o jovem estaria apto a exercer a profissão de ferroviário, muitos continuaram na Rede Ferroviária até mesmo como professores. Destacamos que a arquitetura escolar destas instituições é considerada em suas localidades um patrimônio cultural e educacional, com informações que resultam em explicações sobre um cotidiano escolar de experiências sensíveis, visuais e espaciais dos sujeitos. Buscar-se-á aqui analisar esses edifícios a partir das Mensagens Governamentais, dos Relatórios dos Inspectores de Ensino e dos responsáveis pelas obras, assim como das políticas arquitetônicas exigidas pelo Estado para a construção de instituições de ensino. Um conceito importante na orientação da pesquisa é o de cultura escolar, que contribui para a compreensão da composição do espaço escolar. Utilizaremos como aporte teórico os estudos do historiador francês Chartier (1987), nas categorias de representação e apropriação. Entende-se representação como as diferentes formas pelas quais as comunidades, a partir de suas diferenças sociais e culturais, percebem e compreendem a sua sociedade e a sua própria História. No que se refere a categoria apropriação o autor compreende como interpretações dos determinantes sociais, institucionais e culturais nas práticas específicas que as produzem, como forma de compreender a História e a Historiografia da Educação nas localidades estudadas.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura Escolar, Escola Ferroviária, Educação Profissional, Cultura Escolar

A ARQUITETURA DA CIDADE IMPERIAL NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO: NOVOS CONTORNOS URBANÍSTICOS, ESTÉTICOS E SOCIAIS A PARTIR DO PLANO DE MELHORAMENTOS DE 1874 E DAS ESCOLAS DO IMPERADOR

Luciana de Almeida Silveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Investigar sobre as possíveis interlocuções presentes no ato de projetar o espaço da urbe e da escola no último quartel do século XIX, por meio do Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro e das Escolas do Imperador na década de 1870, constitui o objetivo deste trabalho. Este estudo busca sinalizar alguns papéis exercidos pelas Escolas do Imperador frente ao processo de construção de uma tradição de urbanidade no último quartel do século XIX. Buscou-se perscrutar os indícios da institucionalização da forma escolar “moderna” na cidade imperial, em diálogo com Vincent, Lahire e Thin (2001), abordando questões ligadas à cultura material escolar, aos investimentos públicos, às intencionalidades e às representações de uma modernidade pedagógica.

Ocupando prédios monumentais dotados de critérios higiênico-sanitários e práticas disciplinadoras, debate respaldado em Foucault (2017), as Escolas do Imperador parecem apontar para uma preocupação com a arquitetura escolar vinculada a uma educação estética necessária ao processo civilizatório em curso. Competia à escola a função de contribuir para a construção de uma nação moderna no sentido de “civilizar” a sociedade por meio de reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas. Recorrendo a Viñao Frago e Escolano (2001), acredita-se que a arquitetura escolar funcionava como um canal de mediação pedagógica baseada num programa de alto potencial educador.

Pensar nas culturas urbanas e escolares requer considerar novas estéticas do olhar a cidade em construção a partir da tríade medicina, educação e engenharia que, em alusão a Veiga (2003), reordenava o espaço social com base nos preceitos da harmonia, da ordem, da beleza, do equilíbrio e da política higienista. A modernização da cidade procurava romper com a ordem tradicional advinda das relações escravistas considerada como foco de doenças. As obras de melhoramento, com aterro das áreas pantanosas e redes de infraestrutura de abastecimento de água e de esgoto sanitário, indicavam um processo de “medicalização” dos espaços urbanos.

O Plano de Melhoramentos de 1874 tencionava atribuir à cidade imperial novos contornos urbanísticos, estéticos e sociais vinculados aos novos padrões de higiene pública e de salubridade dos espaços. Acredita-se na premissa de que os parâmetros urbanísticos e construtivos adotados nos planos de reordenação social da cidade influenciaram o processo de constituição da forma escolar no século XIX, ao mesmo tempo em que o processo de expansão da rede escolar condicionou o processo de urbanização.

Esse exercício reflexivo implica pensar o processo de remodelação urbana atrelado a uma remodelação social da cidade. Perscrutando o processo de escolarização do social, por meio de um conjunto de dispositivos de poder-saber de natureza educacional, científica e assistencialista, sob a perspectiva de Foucault (2017), foi possível indiciar a articulação entre as pretensas melhorias na qualidade do espaço urbano e as necessidades de organizar, harmonizar e disciplinar os espaços e tempos citadinos no último quartel do século XIX, com destaque para as Escolas do Imperador. Enfim, entrelaçando as culturas escolares e urbanas no período, o presente estudo resultou no indiciamento de que o projeto de expansão da escolarização estaria diretamente relacionado ao projeto de urbanização da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Plano de Melhoramentos de 1874, Escolas do Imperador, Culturas Escolares e Urbanas, Arquitetura Escolar

AS PROPOSTAS DE FERNANDO DE AZEVEDO PARA UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO (1930–1970)

Silvia Helena Andrade de Brito

UFMS

Andre Luiz Motta Silva

IFMS

Entre as várias contribuições de Fernando de Azevedo (1894-1974) no âmbito da educação no Brasil, encontram-se suas reflexões acerca da necessidade de renovação da organização do trabalho didático. Tais proposições abrangeram três elementos fundamentais: 1) a relação educativa; 2) a necessidade de novos instrumentos didáticos, como o livro escolar; 3) e o espaço físico que abrigasse uma perspectiva renovada de relação educando/educador, marcada pela centralidade da experiência, e pela utilização de distintos elementos de mediação, como a literatura infantil e as bibliotecas, os laboratórios, o cinema, entre outros.

Tendo em vista essas contribuições do autor, o objeto deste trabalho é a discussão da organização do trabalho didático proposta por Fernando de Azevedo, sendo seu objetivo geral analisar os fundamentos sociais e históricos que justificam tal proposição, por um lado; e, por outro, refletir sobre as propostas delineadas pelo autor para os problemas apontados no âmbito da organização do trabalho didático presente na escola brasileira da primeira metade do século XX.

Em termos metodológicos, recorre-se a análise que considere a relação de um dado singular (as proposições de Fernando de Azevedo, em particular aquelas que se referem à organização do trabalho didático) com a totalidade na qual se insere tal produção — a sociedade capitalista no Brasil, entre os anos 1920 a 1970. Para tal, além de fontes secundárias que tratam sobre as temáticas que se inter cruzam no trabalho — organização do trabalho didático, escolanovismo, o pensamento de Fernando de Azevedo, entre outras — serão revisitadas as principais produções de Azevedo sobre o tema, destacando-se: os livros “Novos caminhos, novos fins”; “A educação e seus problemas” (tomos I e II); “História da minha vida”.

Como conclusões, ressalte-se que a preocupação fundamental de Fernando de Azevedo, sobretudo enquanto esteve mais diretamente envolvido com a gestão da educação primária e secundária — quando foi Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930) e Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933) — aproximou-se mais das transformações que abrangeriam diretamente a relação educativa e, principalmente, a criação de condições materiais para que novos instrumentos didáticos, tais como o livro escolar, a biblioteca, os laboratórios, e o espaço físico que abrigasse tais elementos, etc, estivessem disponíveis para a reforma pretendida. Também apresenta-se nesse primeiro momento sua preocupação como produtor dos livros escolares que deveriam subsidiar tal reformulação, principalmente os volumes que dedicou ao ensino de Sociologia Educacional e Sociologia Geral.

Sua relativamente curta passagem pela gestão, no entanto, habilitou-o e fortaleceu sua proposição de que um dos elementos fundamentais para dar suporte à renovação da organização do trabalho didático pretendida, para além daquilo que se faria dentro da escola, estaria colocado na esfera das políticas educacionais. Dessa forma, seria necessária a articulação entre as distintas esferas da gestão estatal e o convencimento dos dirigentes de distintos sistemas de ensino, no sentido não apenas da necessidade da renovação educacional, mas sobretudo do suporte para que a mesma conseguisse atingir seus objetivos, na perspectiva da educação comum, nacional e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Fernando de Azevedo, Organização do trabalho didático, Escola Nova, ensino secundário

OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA NOS DEBATES DO EDUCADOR FERNANDO DE AZEVEDO

Breno Pereira Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Fernando de Azevedo (1894-1971) faz parte de uma rede de intelectuais e de educadores que almejou a nacionalização do ensino público no Brasil, período em que a democracia se apresentou enquanto um projeto imanente a civilização moderna que se almejou implantar no Brasil no século XX. Dessa forma, este estudo tem por objetivo compreender os sentidos da democracia para Azevedo a partir da História dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) do historiador Reinhart Koselleck (2006), que atenta para os sentidos e significados que os termos assumem no decorrer do tempo. Neste estudo, utilizam-se as seguintes obras monumentais: *Educação entre dois Mundos (1958b)*, *Novos caminhos e novos fins (1958a)* e os *Manifestos de 1932-1959*, os quais serão consideradas as fontes para a pesquisa proposta. Nascido em São Gonçalo de Sapucaí, Minas Gerais, Azevedo estudou em instituições jesuítas de alto prestígio educacional. Sendo assim, sua trajetória intelectual é demarcada por incursões no campo educacional brasileiro, onde promoveu campanhas, inquéritos (1926-1927) e reformas educacionais no Distrito Federal (1927-1931), o Código de 1933 em São Paulo. O educador contribuiu, também, com a organização das universidades no Brasil, tendo como premissa a universalização e a democratização do ensino público. Ressalte-se, ainda, que o conceito de democracia para o educador relacionou-se a possibilidade de qualificação para o trabalho. Dessa forma, a escola pública seria o reduto para a formação profissional em consonância as necessidades do meio social dos estudantes. Tal visão do intelectual estava associada aos debates da Modernidade, momento em que se atribuiu à educação democrática, a precípua responsabilidade de salvação nacional e como prospecto de formação humana rumo ao desenvolvimento econômico, político, cultural e social e que ainda atravessaram o século XXI nos debates e agendas políticas atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Fernando de Azevedo, Democracia, Educação, Escola Pública, História dos conceitos

EDUCAR EN EL ORDEN Y EN EL PROGRESO: LOS COLEGIOS DE EDUCACIÓN SECUNDARIA EN VERACRUZ, MEXICO. 1876–1911

Gerardo Antonio Galindo Peláez

Universidad Veracruzana

Ayala Flores Hubonor

Universidad Veracruzana

Los procesos de escolarización de diversos grados y niveles, fueron consustanciales a la formación del Estado mexicano durante el siglo XIX y pretendieron ofrecer cobertura educativa a la mayor parte de la población en el marco de una política de control y formación de cuadros profesionales, destinados a cubrir las necesidades de los proyectos de modernización que las elites en el poder pretendieron llevar a cabo.

Dentro de ese esquema graduado, los colegios de educación secundaria, especialmente en la segunda mitad de ese siglo tuvieron la misión de “preparar” a los alumnos para insertarse en los campos laborales de esa época al egresar o continuar con la oferta de estudios profesionales que paulatinamente fue incrementándose.

En la presente investigación analizaremos los casos de los planteles de educación secundaria en las ciudades más importantes del estado de Veracruz, México, en el contexto de las políticas educativas nacionales del gobierno de Porfirio Díaz y la inserción de la doctrina positivista en los planes y programas de estudio, los elementos innovadores en su funcionamiento y su impacto social.

Esta propuesta aborda el análisis de los procesos educativos desde la perspectiva de la cultura escolar, al analizar el funcionamiento de los planteles de educación secundaria constituidos en sus diversos elementos tales como: niveles escolares, cuerpo de profesionales y sus espacios. Para relacionar su funcionamiento con el contexto social, abordaremos el análisis desde la perspectiva de la Historia Social de la Educación, partiendo de las múltiples interacciones entre la Escuela y los diversos factores sociales que la rodean y condicionan.

El análisis de los diversos planteles de la geografía veracruzana permitirá observar los diversos procesos educativos nacionales en México, durante el periodo de estudio y su concreción en espacios regionales, la identificación de los diversos actores y elementos que propiciaron y o condicionaron los cambios en ese nivel de enseñanza y su trascendencia social.

PALABRAS CLAVE

Educación secundaria Estado de Veracruz, Positivismo, Formación Profesional, Planes de Estudio, Políticas Educativas

CULTURA ESCOLAR. TIEMPO Y ESPACIO ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN AGROPECUARIA EN ALTERNANCIA. PROVINCIA DE BUENOS AIRES, ARGENTINA

Marcela Ginestet

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Universidad Nacional de La Plata

La modalidad de educación agropecuaria conforma de hecho un subsistema educativo con niveles diferenciados dentro del sistema educativo formal —escuelas rurales, escuelas agropecuarias y otras especialidades—. Además, atiende potencialmente a poblaciones rurales, tiene un objeto epistemológico concreto: lo rural y lo agropecuario, y posee actores y prácticas específicas dentro de la educación en general y la técnica agropecuaria en particular.

En especial los colegios agropecuarios (escuelas medias con trayectos técnico profesionales agropecuarios) actúan en la interfaz entre dos sistemas complejos y heterogéneos: el sistema educativo y el socioproductivo de base agropecuaria (Plencovich y Constantini). Ambos responden a lógicas de desarrollo, objetivos e identidades diferentes. Como tales, tienen sus propias funciones, componentes, mecanismos de autorregulación, emergentes, etc. y configuran campos de fuerzas peculiares. Además,

La conformación del sistema educativo en la Argentina implicó un proyecto homogeneizador de los sujetos a través de la escuela primaria y, más tardíamente la escuela media o secundaria y de las políticas educativas, con una incidencia menor si la escuela estaba enclavada en un ámbito urbano, rural, colonia de inmigrantes, indígena (Southwell). Así, la configuración histórica de la forma escolar universalizó la forma hegemónica de la modernidad y la representación del “tiempo” y del “espacio” escolar, en un conjunto de regulaciones y disposiciones de los cuerpos en la estructura del día a día escolar.

En este trabajo nos referimos a las alternativas institucionalizadas a la forma escolar hegemónica y su lógica de “tiempo” y “espacio” que construyen las escuelas agropecuarias de modalidad en alternancia. El accionar de estos establecimientos se inscribe en un territorio que actualiza en su dinamismo las trayectorias históricas de estos establecimientos y el conjunto de estrategias socioproductivas que en él se ponen en juego (Plencovich y Costantini). En este sentido y por su ubicación geográfica, las escuelas agropecuarias son instituciones territoriales, portadoras de las complejas relaciones entre tiempo y espacio-territorio. Reflexionaremos acerca de la espacialidad de la vida cotidiana en las escuelas agropecuarias, en tanto territorio rural, el movimiento de los sujetos (sus prácticas y acciones) asociadas en varios planos: el movimiento en el tiempo y el movimiento en el espacio (Lindón), a través de observación in situ y entrevistas a los sujetos.

PALABRAS CLAVE

cultura escolar, tiempo, espacio escolar, educación agropecuaria en alternancia

CULTURA E O SURDO NA ESCOLA INCLUSIVA: ACEITAÇÃO NA ESCOLA, OU DIREITO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE?

Silvana Elisa de Morais Schubert

UTP/FAEL e PMA

Allana Morais Schubert

Faculdades Pequeno Príncipe

Luiz André Brito Coelho

UTFPR

Ao tratar da cultura surda no espaço escolar destacamos que há dificuldades significativas para a comunidade escolar com a inclusão do surdo. Um problema evidencia-se na compreensão do direito a ser assegurado. Buscamos respostas nos documentos e nos relatos dos estudantes surdos e de seus professores, para tanto realizamos entrevistas para coleta de dados e análise documental. O desenvolvimento da pesquisa tem como objetivo compreender se a inclusão do surdo e da língua de sinais na escola regular evidencia aceitação ou um processo igualitário de direito ao ensino-aprendizagem. Entendemos que se há apenas aceitação a escola cumpre suas obrigações ao atender a legislação vigente mas mantém suas bases na perspectiva da deficiência, centrada nas tentativas de normalização. Com isso o surdo inserido na escola é compreendido e trabalhado pelo que lhe falta, sem consideração de sua identidade, cultura e completude da língua de sinais como língua de referência. Porém, se o surdo é recebido como pessoa completa e suas especificidades compreendidas para além da garantia do direito e aceitação da língua de sinais, assegurando uma educação em igualdade de oportunidades conforme documentos como: Constituição Federal (Brasil, 1988), LDB 9394 (Brasil, 1996) e Decreto 5626 (Brasil, 2005), o processo de ensino-aprendizagem pode alcançar seu objetivo e nessa direção é que pesquisamos.

As entrevistas foram realizadas com surdos entre 15 e 20 anos que cursam o ensino médio e professores que trabalham com surdos no ensino médio. Nos deparamos com relatos da ausência de acompanhamento familiar na escola o que pode resultar em relações pouco significativas para os sujeitos, assim como identificação efetiva e mais consistente com outros grupos de convivência que transmitam parceria, interações e segurança ao estudante. Evidencia-se um sentimento de dependência na realização de trabalhos, principalmente quando desenvolvidos em grupos. Nas entrevistas com os professores há sentimento de despreparo, diante da exigência de um trabalho especializado que requer tempo para organização de aulas dinâmicas e com uso de estratégias e recursos visuais que respeitem a cultura surda. Destacam condições precárias de trabalho, falta de oferta de formação adequada e dificuldades com as características específicas dos surdos. Nas entrevistas dos estudantes há desejo por uma educação onde a língua de sinais seja o principal elemento mediador, língua de referência e ponderamos a baixa autoestima onde afirmam que são aprovados mesmo com dificuldades significativas nos conteúdos ainda que mediados pelo intérprete de Libras. Destacam também que passam muito tempo na escola e nos atendimentos clínicos e interagem pouco com seus pais e familiares sobre seu desenvolvimento acadêmico. Para eles a situação educacional ideal é aquela onde o professor conheça características culturais surdas e tenha domínio do artefato cultural linguístico.

Concluimos que é necessário não somente incluí-los, mas pensar formas de tornar conhecida e respeitada a cultura surda na escola a fim de superar as dificuldades históricas sofridas pelos sujeitos na sociedade e no ambiente educacional. Destacamos que é pelo conhecimento que os profissionais da educação poderão modificar essa realidade, mas não o farão sozinhos.

PALAVRAS-CHAVE

inclusão do surdo, cultura surda no espaço escolar, língua de sinais

OS MÉDICOS EXAMINAM A ESCOLA: ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE OS EFEITOS DO AMBIENTE ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Ana Laura Lima

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Esta comunicação busca identificar os benefícios e malefícios do ambiente escolar para o desenvolvimento das crianças na visão de médicos brasileiros que escreveram livros de puericultura e higiene escolar no período entre 1930 e 1980. Evidencia nesses discursos as recomendações feitas às famílias sobre o momento mais indicado de enviar as crianças à escola, os cuidados a tomar na escolha da instituição e os perigos a evitar, bem como as orientações dadas aos educadores e dirigentes do ensino sobre as edificações escolares e a organização das atividades de ensino, com vistas à promoção do desenvolvimento sadio.

Embora os discursos médicos sobre a escola já tenham sido amplamente estudados no campo da história da educação, pode ser oportuna uma releitura de textos nos quais os médicos avaliaram os riscos e as vantagens da frequência à escola para o desenvolvimento das crianças neste momento, em que a pandemia de COVID-19 levou ao fechamento temporário das escolas em diversos países. Atualmente, a opinião dos especialistas se divide em relação aos prós e contras dessa medida, inédita em sua abrangência. Embora essa providência tenha se mostrado inevitável em muitas regiões, os efeitos do fechamento das escolas sobre o desenvolvimento das crianças, à medida que se prolonga indefinidamente, são também motivos de preocupação.

O trabalho é parte do projeto “Efeitos do ambiente no desenvolvimento psicológico e na educação: análise de discursos” e está articulado ao Projeto Saberes e Práticas em Fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...). Incide sobre um período caracterizado por iniciativas de modernização do país no campo da cultura, das artes e da arquitetura; de desenvolvimentismo econômico e difusão do ideário da Escola Nova, quando se disseminou a convicção de que era preciso criar boas condições para o desenvolvimento das crianças se se quisesse conduzir o país na senda do progresso. Vale-se da perspectiva teórica foucaultiana sobre a análise do discurso e dos escritos de Paul Veyne sobre a escrita da história.

Em sua avaliação do ambiente escolar, os médicos identificavam aspectos positivos e negativos, e formulavam propostas de reformas de seus espaços e suas rotinas. Enquanto bendiziam o jardim da infância pela oportunidade que ofereciam às crianças de brincar com companheiros da mesma idade sob a supervisão de professoras adequadamente preparadas, além de ensinar bons hábitos de alimentação e higiene, advertiam sobre o risco inevitável das infecções e sobre a importância da vacinação. Consideravam as escolas primárias instituições de grande valor para o ensino dos princípios de uma vida saudável, mas se preocupavam com o regime disciplinar que obrigava as crianças a longos períodos de imobilidade, o que intensificava os prejuízos ao organismo infantil das restrições impostas pela vida artificial moderna, especialmente nos centros urbanos. Um tal regime era considerado deletério para o desenvolvimento físico e prejudicial à imunidade.

PALAVRAS-CHAVE

ambiente escolar, desenvolvimento da criança, higiene escolar, arquitetura escolar, puericultura

ESPAÇOS EDUCACIONAIS EM TEMPOS INCERTOS: CONTRIBUIÇÕES DE MARIO DE ANDRADE À EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Ana Gabriela Godinho Lima

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Este artigo explora a relação entre o pensamento de Mario de Andrade e o legado arquitetônico moderno paulistano que, de algum modo, deu corpo a suas ideias. Interessam particularmente a proposta para as Casas de Cultura e para os Parques Infantis na década de 30, em um trajeto que estende-se até a década de 40, olhando para a Biblioteca Mario de Andrade e a escola pública Padre Manoel da Nóbrega. Verificamos que tanto nestes edifícios, quanto nos desenhos e escritos à mão de Mario de Andrade para as Casas de Cultura, a expressão formal com ares Art Déco buscava, a um só tempo, evocar uma aura de respeitabilidade e afirmar sua presença na cidade, promovendo ideias modernas de racionalidade espacial, na busca por proporcionar o convívio e o cultivo da cultura própria do operariado paulistano e suas crianças, naquele momento constituída em grande parte por imigrantes.

Com isso em vista, o objetivo do trabalho foi, em primeiro lugar, identificar aspectos significativos da contribuição andradiana à concepção do espaço escolar a ser provido pelas políticas públicas e, em segundo lugar, analisar a reverberação destas concepções na arquitetura das casas de cultura, escolas e parques infantis, tendo em vista os contextos urbanos em que se implantaram.

Para tanto, foram selecionados para a análise os seguintes materiais: o croqui original de Mario de Andrade, realizado em 1937, representando suas noções de concepção espacial para as Casas de Cultura, depositados no Arquivo da Prefeitura de São Paulo; as fotografias, de cerca da década de 1930, dos Parques Infantis que vieram a funcionar em São Paulo, depositadas no Centro Itaú Cultural; o edifício da Biblioteca Municipal Mario de Andrade em São Paulo (1942), projeto do arquiteto Jacques Pillon; os edifícios das escolas municipais “Padre Manoel da Nóbrega” e “Marina Cintra”, ambos projetados pelo arquiteto Hernani do Val Penteado, em torno da década de 1930. O material selecionado foi analisado à luz de uma seleção da bibliografia de referência para a análise, circunscrevendo-se aos textos de Mario de Andrade, e sobre o autor, voltados à temática da educação infantil e do proletariado.

Como resultados podemos identificar uma fase de intensa transição, que reflete-se nas feições dos edifícios institucionais estudados, cujas dificuldades contribuíram para que a visão de Mario de Andrade não tenha se concretizado. O croqui feito à mão por Mario de Andrade refletia mais uma aspiração do que um projeto concreto de edifício; os edifícios que vieram a se concretizar, como a biblioteca e as escolas, refletiam mais uma aspiração à modernidade do que modernidade de fato, uma vez que esta visão ainda não estava ao alcance dos protagonistas da época. O que nem Mario de Andrade nem os arquitetos podiam ter previsto seria o crescimento explosivo da cidade que significou uma mudança de escala para a qual, nem educadores, nem arquitetos, nem estado estavam preparados.

PALAVRAS-CHAVE

Mario de Andrade, Educação Infantil, Arquitetura Moderna, São Paulo, Século XX

A CONTRIBUIÇÃO DA COLÔNIA JAPONESA NA CRIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL MIZUHO ABUNDÂNCIA

Francisco Alexandre

UNIB – Universidade Ibirapuera

Este trabalho tem como objetivo destacar de que forma a colônia japonesa contribuiu na criação e implementação da sua cultura em uma escola pública localizada na cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. O objeto de estudo é a Escola Estadual Mizuho Abundância. Trata-se de um estudo de caráter documental e bibliográfico pautado no eixo temático espaço, tempo e organização pedagógica da escola moderna, fundamentando-se ainda na vertente da história das instituições escolares, sob a perspectiva de Nosella e Buffa. As fontes consultadas foram o portal da Associação Cultural Mizuho e a obra de Médici (2012) sobre a Imigração japonesa em São Bernardo do Campo na década de 1950. A Escola Estadual Mizuho Abundância foi construída no ano de 1961 pela prefeitura municipal, sendo o terreno doado pelos imigrantes japoneses. São Bernardo do campo foi umas das regiões que recebeu os imigrantes japoneses em meados no século XX. Esses imigrantes deixaram suas marcas, que ainda predominam fortemente na região. A antiga São Bernardo do Campo foi povoada por uma família de italianos, contudo, em 18 de junho de 1908, foi oficialmente datada como o início da imigração Japonesa. O navio Kasato Maru aportou na cidade de Santos trazendo 781 lavradores que foram encaminhados para trabalhar em fazendas do interior paulista. Formou-se um grupo de dez japoneses que ao chegarem ao Brasil em épocas diferentes estabeleceram-se em várias regiões do interior paulista, trabalhando em terras arrendadas. Ao juntarem uma boa quantidade de dinheiro resolveram comprar suas próprias terras. Dentre estes imigrantes japoneses, houve um plano entre dez integrantes de economizarem e adquirirem uma quantidade de terra. Assim, estes dez japoneses, no ano de 1935 adquiriram de uma família de italianos, 60 alqueires de terra, na região atualmente denominada de Cooperativa e Alvarenga. Essas terras pertenciam a Ângelo Boralli, imigrante italiano que as ganhou do governo e na qual plantava uvas. O atual bairro denominado Cooperativa era conhecido por colônia Mizuho. A denominação de Cooperativa justifica-se devido estes lavradores japoneses realmente trabalharem em cooperação e Mizuho para os japoneses significa abundância, ainda HO em japonês significa reviver. São Bernardo do Campo desenvolveu-se a partir das colônias, portanto a colônia japonesa foi uma das mais importantes para este desenvolvimento, pois contribuiu fortemente com a agricultura, nas plantações de batatas, rendendo ao título de batateiros para quem nasce em São Bernardo. Posteriormente, vieram as granjas, as fábricas de tijolos e telhas — grandes olarias. Segundo Medici (1983) os imigrantes japoneses deixaram suas marcas e continua lutando na era atual para que na nova geração não desvie de seus ideais, primando pela humildade, espírito de trabalho, gentileza, paciência, vontade de viver, de vencer na vida, e espírito de comunidade. Encontraram grandes dificuldades para se adaptarem a língua portuguesa, todavia, a educação é um fator de grande importância para os japoneses, foi preservada pelos esforços de descendentes, objetivando manter viva a língua oriental.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Imigrantes Japoneses, Instituições Escolares





EIXO VI

A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL
DO MODELO ESCOLAR E DOS
SABERES PEDAGÓGICOS

ESCOLA NOVA E ESTADO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

Wojciech Kulesza

Universidade Federal da Paraíba

Apesar de ter sido concebido em fins do século XIX, somente na década de 1920 o movimento por uma Escola Nova passa a ter um protagonismo destacado nas agendas educacionais dos países do Ocidente. Prenhe desde sua origem de amplos anseios de renovação escolar, que facilmente se transmutavam em pretensões de regeneração social, o escolanovismo viria a receber um grande impulso em função das vicissitudes da Primeira Guerra Mundial. Acrescentava-se assim aos desígnios de uma educação que cultuava a liberdade, o objetivo premente de constituir uma educação para a paz. As motivações iniciais do movimento baseadas em argumentos psicológicos foram dando lugar, pouco a pouco, às desejáveis consequências para a sociedade de uma escola renovada, identificando liberdade com democracia e ativismo com sociabilidade. As iniciativas locais deram lugar a associações nacionais e internacionais que, por sua vez, buscavam influir diretamente nos programas educacionais das nações. Em países onde cabia aos governos centrais grande parte da responsabilidade pela educação pública, como era o caso da maioria dos países latino-americanos, o movimento renovador recebeu uma acolhida imediata, logo intensificada pelo grande intercâmbio de professores, livros e outros materiais didáticos. Antes mesmo da implantação de uma escola elementar para o conjunto da população, a adoção do escolanovismo visava abreviar o caminho em direção da construção de uma escola nacional moderna. Identificando o atraso social com a escola tradicional, os governos latino-americanos erigiam a escola nova como a grande agência social capaz de modernizar seus países. As aspirações de renovação através de uma escola nova logo tiveram que enfrentar as reações advindas dos setores conservadores, notadamente da Igreja Católica. Este trabalho se debruça sobre a recepção e apropriação da Escola Nova na América Latina procurando desvelar o processo pelo qual os liames entre as prescrições teóricas e as demandas sociais foram sendo redefinidos nos diversos países. Compulsando as iniciativas de enviar professores locais para estagiar nos centros do escolanovismo na Europa e nos Estados Unidos, tais como o Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra e o Teachers College em Nova Iorque, procura-se avaliar em que medida pode-se atribuir a esses estágios as transformações que se propunham, ou se realizavam, nas escolas locais. Neste sentido, analisa-se também a participação dos governos na concretização dos convites aceitos pelos principais divulgadores da escola nova para realizar cursos e palestras em seus países, como foi o caso de Claparède no Brasil, Decroly na Colômbia e Ferrière na Argentina, e sua utilização na formulação das políticas educacionais nacionais. Comprava-se a utilização do escolanovismo como instrumento político de intervenção na política local, processo esse que culminou em sua assimilação pela política educacional do Estado em muitos países.

PALAVRAS-CHAVE

escola nova, apropriação, política educacional

LOS SALESIANOS Y SALAMANCA. EL COLEGIO DE MARÍA AUXILIADOR (1909–2019)

Álvaro Nieto Ratero

Universidade de Coimbra

José Ángel Ayllón Gómez

Universidade de Salamanca

Raúl Miguel Malmierca

Universidade de Salamanca

Los Salesianos son, sin duda alguna, una congregación religiosa reconocida por todo el mundo. Desde que llegaron a España en 1881, han sido numerosas las contribuciones que han tenido en el país, culminándose con los *oratorios festivos* y en la metodología basada en la implementación del *sistema preventivo*, estableciendo así, una relación de cercanía con los niños y jóvenes, bajo la doctrina católica, que en ocasiones ha dirigido su quehacer pedagógico hacia la Formación Profesional (Alberdi y Alfaro, 1980; Bosco, 2012). En este sentido, nuestro trabajo se va a centrar en una de las numerosas iniciativas educadoras que los Salesianos han desarrollado en España; en concreto abordaremos en estas páginas, como se concretan en la práctica, los postulados pedagógicos de inspiración salesiana en el Colegio de “María Auxiliadora”, ubicado en la ciudad de Salamanca.

Han sido numerosos los trabajos que se han publicado en torno a la influencia de los proyectos educativos de la congregación salesiana, tanto en la provincia como en la ciudad de Salamanca, ofreciendo una visión de la praxis pedagógica de los Salesianos en la localidad salmantina de Béjar (Hernández Díaz, 2013), en el Colegio Salesianos “San José, de Salamanca” (Nieto Ratero y Ayllón Gómez, 2014), en el Colegio de las “Salesianas”, también en la capital salmantina (Ayllón Gómez y Nieto Ratero, 2014), o en el periódico escolar, desarrollado por los estudiantes, titulado, EL MAGISTRAL, en el Colegio “Salesianos San José” (Nieto-Ratero, Mota y Hernández Díaz, 2018).

El objetivo de nuestro trabajo es ofrecer una síntesis diáfana del bagaje histórico y pedagógico del Colegio de “María Auxiliadora”, desde su fundación en 1909 hasta la actualidad. Para tal fin, hemos consultado fuentes documentales primarias, entre las cuales figuran las memorias de los Padres Salesianos así como de los propios estudiantes de dicha institución escolar, conservados en los archivos del centro educativo.

En definitiva, nuestra investigación tratará de determinar la influencia de esta institución escolar en el ámbito de la Historia de la Educación, en general; como para la ciudad de Salamanca, en particular.

PALABRAS CLAVE

D. Bosco, Salesianos, María Auxiliadora, Salamanca

A DERROTA DO LAICISMO: OS POSITIVISTAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Adalmir Leonidio

Universidade de São Paulo

São conhecidas na historiografia brasileira as dificuldades que tiveram o processo de laicização do Estado, particularmente a distinção entre os domínios público e privado. Dificuldades cujas raízes se deitam nos dias atuais e são facilmente perceptíveis: casos crescentes de nepotismo e corrupção, evangelização do Estado, transformação das escolas públicas em escolas cívico-militares, desmonte das universidades e perseguição de professores, entre outras aberrações. Enfim, falência do projeto de um ensino laico, público e gratuito.

A hipótese defendida neste trabalho é que o positivismo, principalmente em sua versão com-teana e religiosa, que deu o tom intelectual da Primeira República (1889-1930) no Brasil, serviu como uma espécie de barreira à difusão da ideia de laicidade entre republicanos brasileiros. E isto é particularmente visível quando se trata da questão escolar, campo de batalha preferido pelos ortodoxos da Religião da Humanidade e por isso foco desta pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida tendo por base os principais textos de positivistas brasileiros das duas alas do comtismo — ortodoxos e heterodoxos — que tratavam do tema da educação e suas propostas de reforma escolar. O método utilizado foi o da análise de conteúdo e a análise foi tanto quantitativa quanto qualitativa. Realizou-se inicialmente uma contagem de palavras e expressões chaves que denotassem conteúdo moral, religioso ou emotivo dos discursos. Em seguida, buscou-se estabelecer uma relação deste conteúdo com o contexto histórico da Primeira República no Brasil, onde o tom predominante era o de uma indistinção entre os domínios público e privado.

Os resultados obtidos mostraram que apesar de os positivistas defenderem retoricamente o ensino laico, sua linguagem era a linguagem do afeto, da moral, da religião e da família. Por isso ela serviu tão bem às elites oriundas de uma sociedade patriarcal e escravista. Assim, um dos aspectos mais marcantes e duradouros da influência positivista no ensino no Brasil é seu anti-intelectualismo, no que não se restringe, obviamente, aos ortodoxos e nem mesmo ao comtismo, apesar de ser entre estes mais facilmente perceptível. Antes mesmo do início da República brasileira, o Apostolado Positivista manifestou-se contra o projeto de criação de uma universidade no Brasil por D. Pedro II, sob o argumento de que a pesquisa científica seria a morte do comtismo. Teixeira Mendes chegou a dizer que um “operário honesto” valeria mais do que “um sábio” a espiar “hipotéticos micróbios”, numa explícita profissão de fé comtista, onde a moral se sobrepõe ao conteúdo intelectual.

Esta mesma mentalidade faria com que o Apostolado Positivista se posicionasse sempre contra toda tentativa do Estado de reformar o ensino, pois o “poder temporal” não deveria se meter em assuntos relativos ao “poder espiritual”. Em suma, o ensino deveria ser uma atribuição da Religião da Humanidade e estar sob o controle dos ortodoxos da Igreja. Por outro lado, para eles somente poderia ter o nome de ciência aquele conhecimento que tivesse um “interesse social demonstrado”. Daí serem contra a ideia de universidade, sobretudo em sua forma clássica, humanística.

PALAVRAS-CHAVE

Positivismo, Laicismo, Educação

O MODELO EDUCATIVO FROEBELIANO A PARTIR DOS PERIÓDICOS PEDAGÓGICOS “THE LITTLE GEM AND KINDERGARTEN” E “FROEBEL REVISTA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA”

Vinicius Monção

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

A partir da segunda metade do século XIX a abordagem pedagógica de educação infantil de Friedrich Froebel (1782-1852) tornou-se reconhecida em diversos países europeus e americanos. O principal símbolo da abordagem froebeliana são os jardins de infância. Um dos motivos para a circulação de um modelo educativo para crianças em idade pré-escolar pode estar relacionado com os movimentos migratórios ocorridos do decorrer do século XIX. A circulação do modelo de educação infantil bem como o estabelecimento do pensamento froebeliano como matriz pedagógica a ser seguida pode ser identificada a partir dos jardins de infância criados nos países, de ordem pública ou privada; criação de escola de formação de jardineiras; através de organização associativistas; congressos e conferências; e, dentre outras possibilidades, através do surgimento de periódicos pedagógicos especializados no assunto. Nesse último caso, para fins deste trabalho, nos determos análise em duas revistas pedagógicas froebelianas criadas entre as décadas de 1870 e 1880, a revista *The Little Gem and Kindergarten*, produzida em 1879 na cidade de Nova York; e a revista *Froebel Revista de Instrução Primária*, criada em Lisboa em 1882. Como abordagem teórica-metodológica, o trabalho se apoiará na perspectiva das redes de sociabilidade, na qual, a partir de histórias conectadas de sujeitos diversos, articulados em torno de perspectiva cultural e ideológica compartilhada efetuaram seus projetos individuais e escreveram a história coletiva. Considera-se, por fim, a análise de revistas pedagógicas pode auxiliar a compreensão de como os modelos de escolarização estiveram em circulação e como as temáticas relativas à temática compartilhada era percebida por cada um dos periódicos pedagógicos sob análise.

PALAVRAS-CHAVE

Friedrich Froebel, Imprensa pedagógica, The Little Gem and Kindergarten, Froebel Revista de Instrução Primária, Modelo educativo froebeliano

A ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO ESPANHOLA NA PRIMEIRA EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA DO RIO DE JANEIRO (1883)

Danielle Barreto Lima

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Katya Mitsuko Zuquim Braghini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Este trabalho tem por objetivo apresentar a primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro em relação ao circuito transnacional de transferência de saberes e conhecimentos por meio do trânsito de pessoas, materiais e conteúdos no desenvolvimento dos intercâmbios internacionais voltados à educação. Mais particularmente, visa analisar a seção espanhola da Exposição, avaliando a sua organização e a apresentação dos materiais pedagógicos expostos, no sentido de compreender qual é o “sistema de comunicação” registrado no planejamento da seção, pensando a maneira como a Espanha se manifestou como estado educador neste evento. Trata-se de um estudo das classificações de conhecimentos feita a partir da listagem de produtos expostos, com o objetivo de compreender as orientações de sentidos educacionais dadas pela exposição espanhola e os conhecimentos difundidos aos seus parceiros transatlânticos. Busca-se a elucidação dos tipos de conhecimentos e de modelos pedagógicos subjacentes à cultura transmitidas pelos materiais escolares. Apresenta-se como um estudo sobre os contatos internacionais e sobre as ideias e transferências de conhecimento como recurso de comparação, as afluências de pensamento à constituição daquilo que se apresenta como modelo pedagógico de cunho “nacional”. As práticas são pensadas como ação em reciprocidade e reversibilidade, indicando a presença de inter-relações multidirecionais, transferências sucessivas e configurações triangulares entre os sujeitos e seus lugares de vida e produção intelectual, unidos por transferências narrativas e de experiências que passam pelas coisas, antes que barradas por fronteiras físicas. Os estudos transnacionais são amparados por Matasci (2016) e Ossembach e Pozo (2011). Foram estudados os seguintes documentos: o Guia para visitantes da Exposição Pedagógica (1883); Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro — Documentos (1884); Atas e pareceres do Congresso da Instrução Pública (1884); Relatório do Juri (1884); Relatório da repartição dos Negócios do Império (18883); o relato de Carlos Von Koseritz no livro “Imagens do Brasil” e os jornais: Jornal do Commercio (RJ), Gazeta de Notícias (RJ), Brazil (RJ). Como resultado, o trabalho percebeu que no Rio de Janeiro houve uma associação de interesses estatais voltados à educação em conjunto com um corpo de comerciantes, distribuidores de produtos, casas de representação comercial, editoras e tipografias. A maior parte da exposição dá vistas às variações de livros didáticos, principalmente voltados ao ensino primário, indo ao encontro dos pedidos do evento. A Espanha quis se destacar por meio da apresentação de renomadas escolas de diferentes localidades, mas principalmente, destacando os objetos e livros voltados ao ensino de surdos e cegos, talvez estimulados pelo Congresso de Milão (1880) e pelo fato de o Rio de Janeiro sediar os Imperiais Institutos para o ensino de cegos (1854) e surdos (1856), o que valeria o encontro e o intercâmbio.

PALAVRAS-CHAVE

exposição pedagógica, Espanha, instrução pública, cultura material escolar

EL VIAJE DE MANUEL BARTOLOMÉ COSSÍO A ESCOCIA EN 1888. LAS REFLEXIONES DE UN EDUCADOR EN UN MOMENTO CRUCIAL DE SU VIDA

Eugenio Otero Urtaza

Universidad de Santiago de Compostela

En 1888 Manuel Bartolomé Cossío (1857-1935) asistió, en representación de la Institución Libre de Enseñanza y como director del Museo Pedagógico de Madrid, al Congreso Nacional Pedagógico de Barcelona. Desde allí se trasladó a Zúrich para participar en el Congreso Internacional de Colonias Escolares en el que presentaba la primera experiencia española, celebrada el año anterior en San Vicente de la Barquera (Cantabria) y que fue sumamente elogiado por Edmond Cottinet, el creador de las colonias escolares en Francia. Terminado el Congreso, marchó a Edimburgo a pasar unas semanas con su amigo Stewart Henbest Capper que había vivido varios años en Madrid.

Cossío es el principal discípulo de Francisco Giner y entonces era todavía un joven de 31 años que comenzaba su carrera académica. No obstante tiene ya un conocimiento muy extenso de las innovaciones pedagógicas europeas, gracias a su estancia en Italia durante el curso 1879-1880 y su participación en el Congrès International de l'Enseignement de Bruselas, y sus viajes europeos en 1882, 1883, 1884 y 1886, en los que conoció a los más importantes educadores liberales y fröebelianos de esos años. Pero en 1888, después de pasar por Zúrich se refugia en Escocia sin apenas tener contacto con sus instituciones educativas. No es un período activo de trabajo, pero sí de profunda reflexión personal y vital, del que regresará con energías renovadas, las ideas más claras y un proyecto de vida personal más definido.

Los pormenores de este viaje a Barcelona, Zúrich, París, Londres y Edimburgo (en donde permanece desde el 22 de agosto al 15 de septiembre) se conocen por la extensa, y casi diaria relación epistolar que mantiene con Francisco Giner y que descubre las inquietudes de ambos, sus dudas y el empeño que tenían en sacar adelante a la Institución Libre de Enseñanza, como un modelo de escuela con la que deseaban modernizar la sociedad española, y que se analizan en este estudio. El análisis epistolar, desde principios de agosto que llega a Barcelona hasta el 23 de septiembre que regresa a Madrid, revela su fuerte estado emocional, que mantiene preocupado a Giner, quien siente, conforme una carta del 17 de septiembre “verdadera angustia” por el momento crítico que pasa Cossío.

Fundamentalmente la comunicación pretende mostrar que detrás de las aspiraciones de reforma social de los grandes educadores, hay también deseos más íntimos, incertidumbres e inseguridades que están en la trastienda de sus éxitos visibles. En ese viaje, en el que se enamoró de una chica berlinesa de la que no mencionó su nombre y a la que nunca volvió a ver, decidió que necesitaba casarse. Dos años después, en 1890, contrajo matrimonio con Carmen López Cortón y Viqueira, terminando con su soltería, y abandonando cierta libertad para viajar a su aire, como había realizado en años anteriores. No obstante el bagaje adquirido en esos años anteriores, le había convertido en una importante referencia en Europa sobre la situación de la educación española.

PALABRAS CLAVE

*Epistolarios entre educadores, Institución Libre de Enseñanza,
Viajes pedagógicos, Francisco Giner, Manuel B. Cossío*

SALVADOR M. LIMA Y LA INTRODUCCIÓN DE LA PSICOMETRÍA EN LA EDUCACIÓN MEXICANA

María Guadalupe García Alcaraz

Universidad de Guadalajara

Luciano Oropeza Sandoval

Universidad de Guadalajara

En este documento examinamos como se introducen los saberes relacionados con la psicometría en el sistema educativo mexicano. El estudio se basa en la vida del profesor Salvador Macario Lima García, quien trabajó entre 1909 y 1950 en diversas instituciones educativas, fomentó el uso test para la medición de las capacidades de los infantes e incorporó en la formación de profesores materias relacionados con la psicología de niños y adolescentes.

Nuestra postura teórico metodológica está montada entre la biografía social y la historia cultural. Para el eje biográfico recurrimos a los postulados de Bazant (2013) y de Vaughan (2013), quienes proponen focalizar la mirada en el entrecruzamiento de saberes, experiencia y contexto del sujeto para conocer tramas sociales más amplias. Para dilucidar los procesos de circulación y apropiación de conocimientos recurrimos a las aportaciones de Chartier (2009), quien apunta la necesidad de entender las operaciones implicadas en los usos, interpretaciones y prácticas de la cultura escrita, postulados que usamos para pensar la introducción y difusión de la psicometría en la educación mexicana en la primera mitad del siglo XX.

El medio para documentar lo anterior fueron los escritos del biografiado, notas periodísticas y documentos de archivo de las instituciones en las que trabajó. Para dilucidar el vínculo entre conocimientos y biografía seguimos las sugerencias de Rockwell (2018), en el sentido de pensar a los actores locales como agentes que a partir de su acción transforman, adaptan o modifican ciertos contenidos de acuerdo a su contexto.

Esta investigación nos permitió ubicar que la introducción y difusión de la psicometría se entrelaza con la creación de instituciones y con la formulación de nuevos proyectos por parte del Estado mexicano, así como con el interés internacional en torno al “niño”, visto como una apuesta para el futuro de las naciones. En este marco se crearon redes entre médicos/psicólogos y profesores para clasificar, intervenir y moldear a la infancia, ubicando niveles de “normalidad y anormalidad”. Instituciones, como la Universidad Nacional y los Ministerios de Educación (regionales y el nacional), fueron espacios privilegiados para la difusión de estos conocimientos, los cuales circularon a través de conferencias, viajes, congresos, publicaciones y cursos. Bajo esta lógica se generaron procesos de apropiación que permitieron la creación de Departamentos de Psicopedagogía y la implementación de formas de organización escolar de acuerdo a los resultados de los exámenes aplicados a niños/as y jóvenes.

PALABRAS CLAVE

Biografía, Psicometría, Infancia, Educación

REVISTAS BRASILEIRAS PARA PROFESSORES DA INFÂNCIA: UM MAPEAMENTO CRÍTICO (1890–2019)

Juliana dos Reis Domingues

Unifesp

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados do levantamento realizado sobre revistas educacionais produzidos no Brasil, voltados especificamente para o primeiro nível da escolarização, atualmente denominado Educação Infantil. O recorte temporal da investigação começa no período em que surgem as primeiras revistas educativas voltadas para esse nível, em fins do século XIX, e se prolonga até a atualidade.

Na primeira fase da pesquisa realizou-se o levantamento sistemático dos periódicos localizados nos principais acervos da cidade de São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, Memória Documental da Prefeitura Municipal de São Paulo, Centro de Referência em Educação Mário Covas, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca de Educação da Universidade de São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, Hemeroteca Mário de Andrade, sebos, bancas de revistas e duas escolas públicas municipais, localizadas na zona sul da cidade.

A análise inicial dos periódicos encontrados permite classificá-los em duas categorias: periódicos oficiais e periódicos de empresas editoriais. De acordo com uma organização cronológica, o primeiro periódico específico para os educadores da infância foi a *Revista do Jardim de Infância* publicada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1896. Trata-se de uma publicação oficial e pioneira em nível nacional, dentro do limite temático pesquisado.

As revistas educacionais até o momento encontradas nos diferentes locais de pesquisa, específicas do primeiro nível de escolarização, são: *Revista Jardim de Infância* (1896 - 1897), da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; *Revista Criança* (1982 - 2008), editada pelo Ministério da Educação (MEC); *Revista Pátio Educação Infantil* (2003 - 2018), da editora Artmed; *Revista Pedagógica Brasileira Pré-escolar* (1976), da editora EDIPE; *Guia Prático do Professor - Educação Infantil* (2005- 2018), editora escala; *Projetos escolares – educação infantil* (2005 - out. 2013); *Projetos escolares – creches* (2008 – dez. 2013), ambas da editora On Line; *Coleção Educativa: apoio ao professor da pré-escola* (2005- 2009) e *Coleção Educação Infantil* (2009 – set. 2016), ambas da editora Minuano.

Fundamentado na perspectiva da história cultural, o trabalho apresenta elementos e características gerais das revistas encontradas relacionados com a sua fórmula editorial. São então discriminados diferentes aspectos, tais como: início e fim da publicação, público alvo, alterações feitas no nome, denominações utilizadas para caracterizar os educadores e as instituições educativas, características das capas (uso de manchetes, chamadas, imagens, etc.), tamanho, número de páginas, uso de ilustrações e fotos no interior das revistas, presença de seções e propagandas. Buscou-se ainda situar cada publicação no contexto histórico em que surge e examinar a maneira como representa os educadores em suas edições iniciais, de modo a destacar determinadas diferenças entre as representações produzidas pelas revistas.

PALAVRAS-CHAVE

educação infantil, revistas, infância

EXPERIÊNCIA PUBLICADA: BERTHA LUTZ E O INTERCÂMBIO DE IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA DOMÉSTICA (1923)

André Luiz Venâncio Junior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Daise Silva dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Analisar o documento produzido por Bertha Lutz, denominado “O Serviço Cooperativo de extensão dos conhecimentos de Agricultura e Economia Doméstica nos Estados Unidos”, enquanto uma escrita de viagem que proporcionou a circulação de ideias sobre educação agrícola doméstica é o objetivo deste trabalho. Publicado em 1923, o documento é resultado da viagem que Lutz fez no ano anterior aos Estados Unidos, na qual, entre outras missões, estava incumbida pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio de estudar o ensino doméstico-agrícola e os cursos de economia doméstica. As visitas realizadas por Lutz propiciaram apropriações da cientista, feminista e educadora brasileira sobre o Ensino Doméstico Agrícola aproveitando-se de sua posição de destaque que exercia como pesquisadora do Museu Nacional e seu engajamento na luta pela emancipação feminina na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Na relação entre Estados Unidos e Brasil, houve uma troca intelectual e institucional entre ela e as instituições que visitou, culminando na criação de um projeto intelectual em torno dessa modalidade educacional para as mulheres no Brasil. Assim, motivou a transformação do Instituto Baronesa de Rezende numa escola de Economia Doméstica, a criação da Escola Profissional de Mulheres em Minas Gerais, além de fornecer novas metodologias para a já criada Escola Doméstica de Natal, referência da temática no Brasil. O documento analisado encontra-se disponível no Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, no Arquivo Nacional. O material microfilmado é composto por 73 páginas datilografadas, organizadas em cinco arquivos identificados como relatório. Em suas folhas, além das observações a lápis e as marcas do tempo que as corroem, contém os conhecimentos e reflexões da autora diante do que viu e viveu nessa experiência viagem. Sobre este nos debruçamos, analisando-o em sua materialidade e conteúdo, e em confronto com outras fontes, a fim de evidenciar aspectos que possibilitem compreendê-lo como uma escrita de viagem. Ademais indicamos possíveis objetivos para a sua publicação e pensamos modos de trabalhá-lo como uma fonte para a História da Educação. Para tanto, operamos segundo a perspectiva de Mignot e Gondra (2007) de que as viagens foram utilizadas como uma estratégia para circulação de modelos, métodos e ideias pedagógicas durante as primeiras décadas do século XX. E em conformidade com Chamon e Faria Filho (2007) compreendemos que a escrita e a viagem se mostraram inseparáveis para muitos viajantes, haja vista a escrita ser o momento de compartilhar com os contemporâneos o conhecimento sobre um outro. Portanto, o relatório analisado se constitui como um escrito de viagem por ser uma produção que resultou da experiência de Lutz em visita à América do Norte, e como tal, deve ser analisado levando-se em consideração sua relevância e especificidade enquanto fonte para a História da Educação. Este estudo visa, com isso, colaborar na ampliação dos conhecimentos acerca do intercâmbio de ideias sobre educação agrícola doméstica e as contribuições da escrita de viagem de Bertha Lutz nesse sentido.

PALAVRAS-CHAVE

escrita de viagens, circulação de ideias, educação agrícola doméstica, Bertha Lutz, viagens pedagógicas

AS CLASSES SECUNDÁRIAS DO COLÉGIO NOVA FRIBURGO: AS EXPERIÊNCIAS DO PROF. JOAQUIM TROTTA

Patricia Coelho da Costa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O tema desta comunicação é o trabalho experimental do Professor Joaquim Trotta no Colégio Nova Friburgo no Rio de Janeiro, entre os anos 1950 e 1958. Essa instituição de ensino secundário foi financiada pela Prefeitura de Nova Friburgo e pela Fundação Getúlio Vargas. A organização do colégio, cujas instalações eram modelares e as técnicas de ensino eram inovadoras, foi confiada a Professora Irene Mello Carvalho, que inspirada no método didático desenvolvido por Henry Morrison implementou o ensino por unidades didáticas. A metodologia se diferia da forma tradicional de ensino, à medida que propunha a organização do currículo em unidades elaboradas pelo professor com a participação dos alunos. No desenvolvimento de cada unidade eram usadas várias técnicas e recursos didáticos. A formação docente ocorria por meio do Centro de Estudos Pedagógicos do Colégio Nova Friburgo e previa viagens pedagógicas. O professor de Matemática Joaquim Trotta fez parte da primeira equipe docente contratada por meio de concurso público para o início de um estágio probatório de um ano. A partir de 1954, Joaquim Trotta desenvolveu um projeto de intercâmbios culturais com alunos e professores. Em sua primeira viagem de estudos nas férias de janeiro e fevereiro de 1955, o docente foi aos Estados Unidos, hospedando-se No South Western Louisiana Institut, onde conheceu o plano de intercâmbio entre estudantes. De volta ao Brasil, Joaquim Trotta elaborou um projeto intitulado “Curso de Férias para Universitários e professores americanos”. O programa compreendia dois períodos: o primeiro com aulas de Português prático, Geografia, História do Brasil e Música Brasileira e o segundo destinado a excursões pelo país. Meses depois, o Diretor do Departamento de Línguas da South Western Luisiana Institute visitou o Brasil dando início ao projeto. A Fundação Getúlio Vargas determinou que todos os diretores teriam direito a uma viagem de estudos, assim como diretores de instituições escolares estrangeiras, que também seriam convidados para realizarem missões pedagógicas no colégio. No ano seguinte, foi organizada a primeira viagem estudantil para a França. Os alunos ficaram no Albergue Internacional da Juventude, experiência que inspirou a organização de uma instituição semelhante no Brasil. O objetivo deste estudo é analisar a contribuição da circulação internacional de saberes pedagógicos para a realização das experiências inovadoras do Professor Joaquim Trotta no Colégio Nova Friburgo. Serão utilizadas como fontes os relatos do mestre publicados no livro *Correlação e educação*, periódicos e relatórios que se encontram nos arquivos da Fundação Getúlio Vargas. O entrecruzamento das fontes contribuirá compreensão sobre o processo de circulação e apropriação de saberes pedagógicos, assim como para a divulgação desta experiência realizada no ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e 1960, levando a construção de novos olhares para a história deste segmento em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE

Joaquim Trotta, Circulação de saberes, Ensino Secundário

“UMA LIÇÃO DE HIGIENE”: UM ESTUDO REALIZADO A PARTIR DA SÉRIE GRADUADA DE LEITURA PUIGGARI-BARRETO

Flavia Rezende

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada com a série graduada de livros de leitura Puiggari-Barreto, publicada em São Paulo a partir de 1904, amplamente utilizadas pela escola primária paulista, no início do século XX. As séries graduadas surgiram na educação paulista no momento de institucionalização das escolas primárias graduadas, cada livro correspondia a uma série do ensino primário e a coleção, de mesma autoria, mantinha a continuidade, a coerência e o aprofundamento das lições e dos temas estabelecidos. O objetivo central do trabalho foi examinar a presença da temática da higiene em tais obras. Cabe destacar aqui que, a série graduada de livros de leitura escrita por Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto, assim como outras séries graduadas, foi utilizada na escola primária em função da determinação do Estado de adotar apenas livros de leitura para o uso corrente dos alunos. A análise da coleção teve como foco um conjunto de lições que abordam a temática da higiene, selecionadas nos quatro livros de leitura da coleção. Durante o processo de pesquisa, procurou-se observar, por meio dos personagens que compunham as lições, quais eram os comportamentos higiênicos prescritos e os comportamentos anti-higiênicos, bem como o que se considerava como uma atitude saudável, em termos de alimentação, asseio e práticas corporais. Nessa análise, procurou-se ter presente o processo de apropriação, por parte dos autores, do discurso médico-higienista em circulação no início do século XX, no qual se destacava a necessidade de moralização dos costumes da população. Recenseando a presença da higiene nas lições reunidas nos livros, menos que recompor os episódios, buscou-se perceber os preceitos higiênicos que figuram, de forma direta ou indireta, nas lições e ilustrações e interrogar acerca das dimensões da vida cotidiana sobre as quais esses preceitos incidem. Lendo a higiene como parte de um código moral, buscou-se compreender o modo como ela foi veiculada em livros cuja finalidade primeira era ensinar as crianças das escolas primárias a ler. Por meio da análise realizada com a série Puiggari-Barreto, percebemos a série como um manual de comportamentos ou “boas” maneiras. O comportamento higiênico, assim como outras pautas de comportamentos eram ensinadas às crianças em idade escolar por meio dos livros de leitura da série graduada Puiggari-Barreto. Cabe destacar aqui o fato de no início do século XX, ainda não existirem manuais escolares específicos sobre a temática da higiene. Diante disso e, observando o processo de apropriação dos autores do discurso médico, os livros de leitura podem ser lidos como instrumentos capazes de disseminar os saberes higiênicos, na busca por uma melhora das condições de higiene e saúde pública, bem como dos costumes da população. A série Puiggari-Barreto constrói em suas lições uma imagem idealizada de criança, representada por meio dos personagens que compõem as narrativas. Nessas lições, a higiene se torna um dos comportamentos almejados para a criança, fazendo perceber que a criança idealizada por Puiggari-Barreto deveria ser uma criança higiênica: saudável, limpa, que se exercita e é moderada.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Primária, Livros de Leitura, Higiene

A PRESENÇA DO “MÉTODO DECROLY” NA EDUCAÇÃO PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS DA *REVISTA ESCOLAR* (1921 – 1935)

Reisla Silva

Universidade de Lisboa

Joaquim Pintassilgo

Universidade de Lisboa

Esta comunicação tem por objetivo compreender que elementos do “Método Decroly” circularam por meio do periódico de educação *Revista Escolar*, cuja publicação aconteceu mensalmente entre janeiro de 1921 e dezembro de 1935. Os locais de edição da revista foram em Vila Franca de Xira, Santarém e, por último, Lisboa. Os seus principais responsáveis foram os diretores e inspetores Albano Ramalho, Heitor Passos e Joaquim Tomás, assim como os professores António Faria de Vasconcelos e João da Silva Correia. O objetivo deste periódico foi contribuir para a formação de professores, fomentar a discussão dos problemas nacionais da educação, além de apresentar as ideias pedagógicas de grandes educadores, entre eles o belga Jean Ovide Decroly. Existem algumas questões que giram em torno do “Método Decroly”, uma delas é a inexistência de fatos que comprovem a sistematização do método por parte do autor. Nessa conformidade, optamos por colocar a expressão “Método Decroly” entre parênteses e compreendê-lo a partir de Amelie Hamaïde, sua mais próxima colaboradora; a primeira a publicar efetivamente o método. Dessa forma, o compreendemos como um conjunto de procedimentos vinculados a Decroly, no âmbito dos métodos ativos e da Educação Nova, onde assumem um papel de grande relevância. Encontramos, não só em Hamaïde, mas também em Luís Dalhem e em António Ballesteros, alguns elementos importantes para a posterior definição do método, tais como: os centros de interesses infantis, a função da globalização (ou das ideias associadas) e os jogos educativos. As questões norteadoras deste estudo são as seguintes: que representações fez a *Revista Escolar* do “Método Decroly”? Que elementos do método quis apresentar aos professores e aspirantes à profissão? Para responder a estes questionamentos encontramos suporte na História Pedagógica, no conceito de Representação e, na Análise de Conteúdo dentro duma perspectiva de cunho inferencial. O texto é construído em três partes: a primeira realiza uma breve contextualização da figura do educador Belga Jean Ovide Decroly e os elementos estruturante de seu método; a segunda parte discorre sobre as circunstâncias histórico – educacionais de circulação da revista e seus principais colaboradores; a terceira e última parte versa sobre as representações do método por meio de artigos da referida revista, além de evidenciar que elementos do método este periódico fez circular no interior do campo educacional português.

PALAVRAS-CHAVE

Método Decroly, Revista Escolar, Representações

A ESCOLA BRASILEIRA (JOÃO TOLEDO, 1925, 1929, 1932) E OS ARTEFATOS PARA ENSINAR

Vivian Batista da Silva

Universidade de São Paulo

A expansão mundial da escola, tal como a conhecemos hoje, pautada nos princípios da obrigatoriedade, gratuidade e laicidade, vem sendo construída desde o século XIX em diversas partes do mundo. As circulações de pessoas, saberes e artefatos em diferentes tempos e espaços foram iniciativas fundamentais nesse processo. Colaborando com os estudos que recaem sobre esse processo, especialmente com aqueles mobilizados no Projeto Temático relativo aos *Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)* (FAPESP 2018/26699-4), a comunicação aqui proposta toma como objeto um livro editado 3 vezes em São Paulo, entre 1925 e 1932, para as aulas de pedagogia nas escolas normais. *Escola brasileira*, assinada por João Toledo, foi um manual pedagógico usado para formar professores. Em suas páginas, o livro ensinou a ensinar, referindo-se às finalidades da escola, aos seus métodos, sua organização e seus artefatos, enfim, a um modelo de ensino mundialmente divulgado. O livro integrou um circuito internacional de trocas que alargam o espectro da pesquisa para as diversas apropriações, entendidas como reinvenções criativas de modelos e práticas, atentas às realidades nacionais e às características particulares dos sistemas educativos, ainda que em seus momentos mais embrionários, como no caso da *Escola brasileira*, quando o sistema educacional paulista vivia o início de uma expansão mais significativa do número de escolas e matrículas.

Investigar os modos pelos quais a *Escola brasileira* participou da circulação de materiais e métodos ensino. Trata-se de mapear quais foram ensinados para os professores paulistas no início de sua formação.

A pesquisa consiste na identificação dos materiais e métodos de ensino recomendados ao longo das 338 páginas da *Escola brasileira*, nas quais foram divididos os seus 21 capítulos, que versaram sobre a educação popular e as especificidades da escola brasileira, passando por questões ligadas à aprendizagem e aos conteúdos, modos de ensino e lições a serem dadas nas salas de aula. A maneira como a *Escola brasileira* apresentou o quadro-negro, os cadernos, as carteiras, as cartilhas, enfim, artefatos tipicamente escolares, decorreu de apropriações e escolhas de Toledo. Quais métodos e materiais foram selecionados? Quais foram suas especificidades? Quais razões conduziram a essa escolha para o caso paulista? João Toledo, então assistente técnico do ensino do estado de São Paulo, orientou assim a organização das escolas e das salas de aula e suas concepções de educação nacional.

A análise da *Escola brasileira* permite mapear a divulgação de artefatos que incorporaram a difusão de um modelo de ensino construído em São Paulo nos idos de 1920 e 1930, mas que se expandiu para além dessas fronteiras, ganhando contornos mundiais. Entender quais são as especificidades das explicações de Toledo e de que maneira elas se articulam com concepções presentes em outros espaços pode contribuir com os estudos que atentam para a consolidação de modos de ensinar e aprender em diferentes lugares e tempos.

PALAVRAS-CHAVE
manual pedagógico

UM ATOR INFLUENTE COM INTERESSE EM MODELOS EDUCATIVOS ESTRANGEIROS: JOSÉ MARIA EUGÉNIO DE ALMEIDA

Carlos Manique da Silva

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Burguês na origem, José Maria Eugénio de Almeida (1811-1872) soube acumular, no período compreendido entre o cabralismo e as duas primeiras décadas da Regeneração, avultada fortuna. A par da carreira de empresário — iniciada depois de concluída a formatura em leis, na Universidade de Coimbra, corria o ano de 1839 — teve uma vida pública ativa. Com efeito, foi redator do periódico *Português Constitucional*, parlamentar, provedor da Casa Pia de Lisboa, filantropo, membro de várias comissões, confrade (de irmandades religiosas e misericórdias) par do Reino..., granjeando condecorações e distinções honoríficas (Sardica, 2005)

Na presente comunicação, o meu propósito não é abordar a faceta económica e empresarial de José Maria Eugénio de Almeida (certamente, a mais estudada e divulgada). Interessa-me, sim, olhar para a sua intervenção pública através de outro ângulo. Refiro-me ao homem envolvido na administração de uma instituição eminentemente caritativa e assistencial — a Casa Pia de Lisboa —, da qual foi provedor no período compreendido entre 1859 e 1872, promovendo, de resto, uma importante reforma dos estudos (incindiu, especialmente, no ensino primário). Ora, não é possível falar dessa reforma — que introduz, aliás, o modelo de escola graduada em Portugal — sem perceber o “espírito” do seu mentor (e as influências que recebeu), razão pela qual, numa primeira parte da comunicação, analisarei os seguintes aspetos: i) formação académica de Eugénio de Almeida; ii) a forma como se instruí e atualizava no sentido de desempenhar os cargos para os quais era investido, sabendo-se, à partida, que o referente estrangeiro tinha para ele especial significado. Neste último aspeto, o que está em questão, por exemplo, é saber que circunstâncias no contexto de origem (Casa Pia de Lisboa) criaram a necessidade de olhar experiências educativas estrangeiras (Phillips, 2004). Por outro lado, interessa identificar que país ou países exerceram especial atração e, mesmo, que modelos educativos foram privilegiados. Importa, por fim, perceber qual o impacto desse “contacto” no sistema existente. E aqui a minha posição é muito próxima da que é defendida por Mary S. Morgan: “As knowledge travels from one community to another, it has to be translated and in the process changes to some degree its meaning and thus, necessarily loses some of its integrity in travelling” (Morgan, 2011, p. 13).

PALAVRAS-CHAVE

Casa Pia de Lisboa, Eugénio de Almeida, circulação do conhecimento pedagógico

A CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS APLICADOS AOS ESTUDOS CIENTÍFICOS DE UM JESUÍTA EXILADO NO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: CARLOS ZIMMERMANN

Aparecida Valéria Salviano de Souza

Universidade Católica de Brasília – UCB

Carlos Ângelo de Meneses Sousa

Universidade Católica de Brasília – UCB

Este estudo tem por objetivo analisar a circulação de saberes pedagógicos, especialmente aplicados aos estudos de ciências de um jesuíta naturalista chamado Carlos Zimmermann. Alemão de origem, mas que ainda jovem ingressou na Companhia de Jesus da Província Lusitana. Ele desenvolveu uma série de estudos científicos no início do século XX em Portugal e, depois no Brasil, como exilado, devido a instauração da República Portuguesa em 1910 que expulsou os jesuítas dos territórios lusitanos. Do magistério nos colégios da Companhia de Jesus em Portugal, como o São Fiel e Campolide, ao Colégio Antônio Vieira em Salvador no Brasil, forjou elementos constitutivos de modelos pedagógicos que relacionavam a teoria e a prática nos seus estudos científicos em diversas áreas desde a meteorologia, até a botânica, com destaque na investigação de uma espécie de algas chamadas de diatomáceas, sobre a qual se tornou um dos pioneiros nas terras portuguesas e brasileiras, com ampla divulgação de suas pesquisas na revista *Brotéria*. O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa maior sobre o segundo retorno dos jesuítas portugueses ao Brasil no início do século XX, ocasião em que criaram uma rede de colégios e atividades missionárias que evidenciaram uma circulação internacional de saberes e processos pedagógicos escolares, em seus prestigiados colégios, não obstante as grandes dificuldades que passaram como exilados em um novo território. A pesquisa vinculada a Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade tem como título “Trajetórias de intelectuais e instituições educativas em suas interfaces com a ciência, religião e política” que visa estudar as trajetórias de intelectuais que estiveram ligados a alguma ação educativa de ordens ou institutos religiosos ou as próprias instituições, evidenciando suas interfaces com a ciência, a religião e a política, com especial acento à circulação internacional de saberes pedagógicos. Adotou-se uma perspectiva historiográfica certeaniana e em termos metodológicos buscou-se priorizar fontes primárias como cartas pessoais e da Companhia de Jesus, bem como os próprios escritos de divulgação científica do jesuíta naturalista, além do cruzamento com outras fontes como jornais da época. O recorte temporal se dá especialmente nas duas primeiras décadas do século XX. Os dados cotejados pateteiam uma robusta lista de publicações divulgadas pela série botânica da “*Brotéria*”, na qual desenhou diversas espécies de diatomáceas por ele estudadas, revelando não somente seu considerável esforço de pioneiro como também, um real valor científico das suas contribuições que se caracterizam por um trabalho consciencioso, acurado, persistente e reconhecido por cientistas de outros países, com a particularidade de uma “vulgarização da ciência”, para utilizarmos o termo da época, no espaço escolar, bem como em exposições públicas abertas à sociedade contribuindo para que o saber científico fosse mais conhecido, logo democratizado.

PALAVRAS-CHAVE

circulação de saberes pedagógicos, estudos científicos, Carlos Zimmermann

UM ESTUDO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS EM REVISTAS VOLTADAS A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PORTUGAL E BRASIL / SANTA CATARINA (1920–1940)

Mônica Teresinha Marçal

Faculdade Municipal da Palhoça

Diana Carvalho de Carvalho

Faculdade Municipal da Palhoça

Este artigo apresenta o estudo de três revistas pedagógicas, a Revista Escolar (Portugal) e a Revista de Educação e a Estudos Educacionais (Brasil/Santa Catarina), bem como, um breve histórico das mesmas, nas quais foram encontradas publicações que visaram à formação de professores nas décadas de 20 a 40 do século XX, e que também revelaram as representações sobre a educação, as crianças e a infância. A pesquisa, de abordagem qualitativa, contempla o estudo bibliográfico e documental. Para tal intento, contamos com as contribuições teóricas de Roger Chartier, por meio do conceito de representação. Os processos de investigação dos três periódicos ressaltam a importância de considerar a circulação de saberes pedagógicos voltados para a formação inicial e continuada dos professores, principalmente os primários, nos dois países contemplados por este estudo. Espera-se como resultado contribuir para percebermos a importância das revistas pedagógicas na veiculação e circulação de saberes pedagógicos produzidos para a formação dos professores.

PALAVRAS-CHAVE

circulação de saberes pedagógico, revistas, formação de professores

AS LIÇÕES DE HISTÓRIA DAS MULHERES: LIVROS DE HISTÓRIA PÁTRIA NO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Amanda Sousa Galvíncio

Universidade Federal da Paraíba

Jean Carlo de Carvalho Costa

Universidade Federal da Paraíba

Este estudo é fruto de pesquisa de doutorado que se debruçou sobre a trajetória intelectual da médica e professora brasileira, Eudésia Vieira. No período que correspondeu à investigação, da transição do século XIX e século XX, foi possível localizar diversas experiências intelectuais femininas, podendo ser entendido como um momento de transição: entre a atuação circunscrita no espaço doméstico para o espaço público. No século XVII e século XIX, houve constante reivindicação do movimento feminista em relação à educação, o direito de participação política e a inserção das mulheres nos campos científicos e intelectuais. Na esteira desse argumento, a proposta apresentada é um recorte do estudo anteriormente realizado, particularmente, referente à publicação de livros de história pátria escritos por mulheres. Entre essas, nos debruçamos sobre as obras de: Maria Guilhermina de Andrade “Resumo da História do Brasil” (1888); Ana de Castro Ósorio “Uma lição de história” (1909); Júlia Lopes de Almeida “História da Nossa Terra” (1911) e Eudésia Vieira “Pontos de História do Brasil” (1921). Nosso objetivo é compreender as estratégias mobilizadas para produção dos livros para que fossem aceitos e adotados nas escolas à época. Para tanto, fizemos uma comparação entre os escritos das autoras mencionadas, levando em consideração, como nos sugere Sirinelli (1998; 2003), três aspectos fundamentais para entender a atuação no campo intelectual: os itinerários de formação, a geração e as redes de sociabilidade. Nesse processo, identificamos quatro fatores basilares nos livros citados: o número de edições; a recepção da crítica especializada; o modo de circulação (âmbito regional, nacional e internacional) e as similaridades e diferenças engendradas na narrativa dessas escritoras. Com isso, foi possível perceber que os mercados editoriais compartilharam de iniciativas comuns, em especial, no que se refere a atualização do conteúdo que se dava a cada nova edição; a recomendação dos órgãos educacionais do estado, os mesmos financiavam os impressos para serem utilizados nas escolas, e a utilização de imagens, questionários e resumos como recurso pedagógico. A circulação das obras estava estreitamente relacionada aos lugares ocupados por essas mulheres na cena pública. De modo geral, a circulação dos impressos, no território brasileiro, se dava nos estados em que as intelectuais tiveram mais visibilidade, não sendo possível afirmar que os projetos editoriais à época tinha uma abrangência nacional. Em relação ao trânsito internacional de algumas dessas autoras, podemos inferir outras situações, como, por exemplo: o caso de “Uma lição de História” de Osório e de “Resumo de História do Brasil” de Maria Guilhermina de Andrade. A primeira publicou sua obra tanto em Portugal quanto no Brasil. Ana de Castro Osório morou no estado de São Paulo e Rio de Janeiro pode expandir seu projeto editorial nos dois países. A segunda teve também um trânsito internacional, morando um período em Nova Iorque, onde estudou o método intuitivo e trouxe para o Brasil as experiências pedagógicas obtidas naquele país. Diante disso, inferimos que seu livro também atravessou as barreiras nacionais, pois é possível encontrar exemplar na Biblioteca do Congresso de Washington — Library of Congress Catalog.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres Intelectuais, História da Educação, Livros escolares

LA RECEPCIÓN DE LA PEDAGOGÍA DEL FASCISMO ITALIANO EN ESPAÑA A TRAVÉS DE LA *REVISTA DE PEDAGOGÍA* (1922–1936)

Carlos Sanz Simón

Universidad Complutense de Madrid

La Revista de Pedagogía fue una de las principales publicaciones educativas del siglo XX en España. Fundada en 1922 por el pedagogo krausista Lorenzo Luzuriaga, se convirtió en un vehículo para la recepción y el debate del pensamiento pedagógico de la época, contando entre sus páginas con textos y contribuciones de autores del ámbito nacional e internacional. Durante los catorce años de vida de esta publicación, en sus números podían leerse artículos sobre la situación del profesorado en España y países de su entorno, sobre las tendencias pedagógicas emergentes y sobre los ideales educativos, tanto de España como de otros países. Fue el caso también del fascismo italiano. La Revista de Pedagogía recogió en sus números sendos artículos y aportaciones sobre los ideales educativos del régimen de Mussolini y sus principales representantes. Unos principios que llegaron a una España que transitó entre la dictadura de Primo de Rivera, la Segunda República y el estallido de la guerra civil.

La presente contribución se propone analizar el contenido de los textos —de todas las secciones que abarca la mencionada publicación— referidos al fascismo italiano y sus principios educativos. Asimismo, también pretende conocer quiénes fueron las personas encargadas de traer y difundir este pensamiento educativo en España.

Partiendo del método histórico-educativo, se realiza un análisis hermenéutico de la prensa pedagógica, representada en el presente estudio por la Revista de Pedagogía. En concreto, se realiza una selección de los textos relativos a la educación italiana durante el fascismo, abarcando la totalidad de los números de la revista.

En una primera aproximación podemos afirmar que la Revista de Pedagogía dio cabida a los ideales de la pedagogía fascista del régimen italiano de Benito Mussolini de forma regular a lo largo de los años de publicación de esta revista. Desde 1922 hasta 1936 se reflejaron de forma continuada contenidos relativos a la educación italiana durante esta época. El principal importador de la pedagogía fascista italiana fue Orencio Muñoz, un maestro nacional de la provincia de Córdoba pensionado por la Junta de Ampliación de Estudios para visitar varios países, entre ellos especialmente Italia. Además, la revista también contó con textos de Lombardo Radice y Giovanni Gentile, los principales exponentes de la educación del régimen de Mussolini. Sin embargo, la investigación que aquí se presenta se encuentra en este momento en un estado inicial, por lo que todavía no puede abundar en los resultados y conclusiones obtenidas.

PALABRAS CLAVE

Revista de Pedagogía, fascismo italiano, España, Italia, pensamiento pedagógico

PSICOLOGIA DA CRIANÇA E PEDAGOGIA EXPERIMENTAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO SÉCULO XX: MOVIMENTOS DE RECEPÇÃO, APROPRIAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS NO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ — BRASIL (MG)

Paula Dantas de Oliveira Pelizer

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité
Centro Universitário Newton Paiva

Camila Jardim de Meira

FaE UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité

Regina Helena de Freitas Campos

FaE UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho consiste em pesquisa de natureza qualitativa, a partir de um estudo do Laboratório de Psicologia e pesquisas educacionais instituído por Helena Antipoff (1892-1974) no Complexo Educacional Fazenda do Rosário, localizada no município de Ibirité – Brasil (MG), no período de 1939 a 1974. Foram realizadas pesquisas no Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff — CDPHA, tal acervo reúne registros de experiências da educadora Helena Antipoff e colaboradores de propostas educacionais centradas na criança e pautadas em métodos experimentais, e também de uma rede de estudiosos que buscava efetivar a reforma da sociedade pela reforma do homem, concebendo à Educação o papel fundamental no processo de civilização e humanização dos indivíduos. A partir dos movimentos de reforma educacional no Brasil desde as revoltas pombalinas, e as influências iluministas nas propostas de Educação do século XIX, considera-se que as intervenções realizadas em municípios mineiros se pautaram por ideais liberais e de membros pertencentes a uma corrente pedagógica Escolanovista. Para a compreensão das transições e tensões sociais decorrentes de mudanças sócio-políticas e ideológicas na Educação Brasileira, foi realizado um estudo Prosopográfico de pensadores que contribuíram para a implementação dos projetos de Educação e de Psicologia no Brasil, iniciando-se pelo teórico Louis Édouard Claparède, fundador de um dos principais Institutos de Educação Internacional de Genebra, o Instituto J. J. Rousseau, no qual fizeram partes outros teóricos e pensadores do século XIX. Constitui problema central da pesquisa questionamento sobre quais seriam as possíveis contribuições da Psicologia Educacional e sua aplicação prática para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores em processos de ensino-aprendizagem caracteristicamente ativos, e a formação integral dos sujeitos em uma perspectiva de Educação humanizada. Este trabalho teve como objetivo geral a identificação de elementos e métodos por meio de uma pesquisa documental de caráter historiográfico, buscando-se a sistematização das formas de ensino vigentes no século XIX no Brasil, bem como das percepções sobre o processo de ensino-aprendizagem para os sujeitos do contexto investigado. A pesquisa (re) constrói um *corpus documental*, por meio da perspectiva da historiografia pluralista, conduzida com pressupostos da nova história. A historiografia pluralista é definida por Barbosa (2011) como estudos que ora enfocam uma abordagem biográfica, ora temática, além de estudos bibliométricos. Foram estudadas e analisadas obras do autor Louis Edouard Claparède e selecionadas fontes primárias para a identificação dos conceitos trabalhados e descritos em documentos que materializam as práticas pedagógicas e experiências formativas vivenciadas no Complexo da Fazenda do Rosário, buscando-se uma compreensão de conceitos historicamente construídos e que fundamentam práticas de pesquisa e intervenções brasileiras nas áreas de Psicologia e Pedagogia nos dias atuais, tais como: inteligência, memória, interesse e instinto. Contatou-se a realização de uma ampla pesquisa na área da Psicologia no município de Ibirité, a partir da identificação de testes psicológicos e relatórios de atividades que articulavam os psicodiagnósticos obtidos das crianças e jovens na região com os resultados pedagógicos obtidos nas escolas do Município, evidenciando-se propostas fundamentadas em uma Psicologia da Criança e uma Pedagogia Experimental.

PALAVRAS-CHAVE

Psicologia da Criança, Pedagogia Experimental, Helena Antipoff, Edouard Claparède

PRÁTICAS DE CORRESPONDÊNCIA ESCOLAR ENTRE A ESCOLA MODELO DE LÍNGUA JAPONESA DA COLÔNIA PINHAL E AS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO JAPÃO

Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira

UFSCar

Wilson Sandano

UNISO

Este trabalho é parte do projeto que investiga como as instituições fundadas ao longo dos 60 anos da Colônia Pinhal — São Miguel Arcanjo/SP contribuiu para manter as tradições japonesas e ao mesmo tempo para a integração dos seus membros na sociedade local. A Colônia Pinhal foi fundada em 1962, como o apoio da JICA (Japan International Cooperation Agency) uma instituição pertencente ao governo japonês que comprou as terras onde foi instalada a colônia, financiou a vinda das primeiras famílias, subsidiou a infraestrutura, inclusive a construção da Escola Primária e da Escola de Língua Japonesa. Ambas as escolas foram fundadas em 1964. A Escola de Língua Japonesa funcionou informalmente até 1997, quando foi escolhida pela JICA para se tornar escola modelo na região sudoeste do interior do Estado de São Paulo, quando passou a ser nomeada como Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal. Na ocasião, foi transferida para um novo prédio construído pela JICA, passou a receber um professor japonês, vindo do Japão, e tornou-se referência para as demais escolas japonesas da região sudoeste do interior de São Paulo. Este trabalho procura apresentar algumas práticas escolares da Escola Modelo de Língua Japonesa, dando ênfase a prática de correspondência entre os alunos da Escola Modelo de Língua Japonesa da Colônia Pinhal com escolas primárias no Japão, da Província de FuKui. Esta prática de correspondência iniciou-se em 1997 e permanece até a atualidade, por isso elegemos como periodização de 1997 a 2018. Tivemos como objetivo verificar como a troca de correspondência contribuiu para o conhecimento do país de origem dos moradores locais e ao mesmo tempo repercutiu na organização da escola e da Colônia Pinhal. Utilizamos como fontes ofícios da JICA, planejamentos escolares, cartazes, fontes orais e uma coleção de correspondências com as cartas, cartões, fotografias e livros. Consideramos importante destacar que todas as fontes estão escritas em japonês. A análise evidenciou que essa prática contribuiu para o ensino da língua japonesa; influenciou novas práticas na escola, como a criação do jornal escolar, a organização dos espaços da escola; proporcionou reflexões sobre o objetivo educacional e a “visão” da escola. Além destes aspectos também ao longo dos anos contribuiu para a ampliação de interesse de ir para o Japão por meio do intercâmbio escolar, enriqueceu a cultura infantil com troca de informações sobre brincadeiras e ampliou da biblioteca da Colônia Pinhal, pois em um determinado período, muitas correspondências eram acompanhadas por livros escritos em japonês. Segundo moradores locais e a professora Midore Nishida responsável pela escola, atualmente a Colônia Pinhal possui a maior biblioteca da América Latina em exemplares escritos em japonês,

PALAVRAS-CHAVE

Escola de Língua Japonesa, Práticas Escolares, Correspondência Escolar, São Miguel Arcanjo, Japão

A PEÇA “O ABADE DE L’ÉPÉE” NO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA: GERME DE CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA PARA MENINOS SURDOS NO BRASIL

Cássia Geciauskas Sofiato

Universidade de São Paulo

Lucia Helena Reily

Universidade Estadual de Campinas

A historiografia da educação de surdos no Brasil é um campo de estudo que ainda oferece muitas possibilidades de investigação, tendo em vista que o século XIX figura como referência para as primeiras iniciativas de educação para tal público (Rocha, 2007; Mazzotta, 2001, Jannuzzi, 2004). No ano de 1857, E. Huet, um professor surdo francês, fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, com a anuência de D. Pedro II. Antes desta iniciativa, não há registro de outros espaços educativos para o alunado surdo. Em 1835, o deputado Cornélio Ferreira França, por meio de um projeto de lei, tentou criar uma sala para alunos cegos e surdos, mas também não obteve êxito (JANNUZZI, 2004). Em nossa pesquisa sobre os primórdios da educação para pessoas com deficiência, encontramos indícios culturais que contribuíram para que o projeto de educação ganhasse força e se materializasse naquele século. A circulação de ideias sobre a surdez, a possibilidade de educação para surdos à luz dos referenciais franceses, começou a ganhar um espaço em jornais, cujo público alvo era a mais elevada da sociedade, abastada e com alto potencial caritativo. O presente estudo objetiva destacar como a circulação de ideias sobre a surdez ganhou espaço em periódicos de 1822 a 1856, destacando-se a exibição da peça teatral sobre a vida do abade Charles Michel de L'Épée, fundador da primeira escola pública para surdos em Paris, que se tornou uma referência em nível mundial, e que influenciou diretamente a fundação da instituição brasileira. A investigação possui uma abordagem qualitativa e é do tipo documental. Fez parte do *corpus* fontes primárias, tais como certidões de fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e reportagens do *Jornal do Commercio*. A análise de conteúdo de Bardin (1977) contribuiu com o processo de leitura do *corpus*, análise e processo de inferência, com o intuito de ressaltar o discurso dos documentos e a circulação de ideais sobre a surdez. Por meio da análise da documentação selecionada, pudemos verificar que antes da fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, a circulação de ideias sobre a surdez aconteceu por meio da divulgação de uma peça de teatro, um drama em cinco atos, sobre o abade Charles Michel de L'Épée, responsável pelo início da educação pública de surdos em Paris, valorização da língua de sinais e criação de metodologias específicas para o trabalho com surdos. Os jornais evidenciam que a peça esteve em cartaz por mais de dez anos, A exibição do espetáculo foi prestigiada até mesmo pelo Imperador D. Pedro II, que compareceu ao teatro quando jovem. A peça foi exibida nos seguintes espaços: Theatro da Praia de D. Manoel (1834) e Theatro de São Pedro de Alcântara (1841), no Rio de Janeiro e tentava sensibilizar a sociedade da época para a causa dos surdos, enaltecer o trabalho dos primeiros educadores europeus e, de forma subliminar, mostrar que os surdos do Brasil também mereciam frequentar uma escola especializada.

PALAVRAS-CHAVE

Educação de surdos, Surdez, Império do Brasil

“UM PASSEIO À TIJUCA”: VISITA DE ADOLPHE FERRIÈRE AO RIO DE JANEIRO PUBLICADA NO JORNAL *DIÁRIO DA NOITE* (1930)

Raquel Pires

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Analisar os contrapontos entre o título e a matéria, atribuída pelo jornal *Diário da Noite*, sobre a visita do educador suíço Adolphe Ferrière pela cidade do Rio de Janeiro, é o objetivo deste estudo. As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por intensas mudanças no cenário educacional de diversos países do mundo. O movimento Escola Nova ganhava força e vinha sendo expandido de diversas formas, dentre elas as viagens que seus idealizadores realizavam. De abril a outubro de 1930 Ferrière fez longa excursão pela América do Sul a fim de divulgar seus ideais, assim como a conseguir novos seguidores. Seu destino final era o Brasil e Ferrière passaria por diferentes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. No decorrer do ano alguns jornais anunciaram a passagem do educador pelo país e os feitos que realizaria nessa visita. Na sua segunda edição diária, número 325, de 23 de outubro de 1930, o famoso jornal vespertino *Diário da Noite* anunciou a chegada do educador ao país, com o título: “O eminente pedagogo fez hoje um passeio à Tijuca”, mas em contrapartida, no decorrer do texto, relata a impossibilidade de desembarque e que logo em seguida Ferrière teve que retornar à Europa. O motivo era que eclodira a Revolução de 1930, no Rio Grande do Sul, fator político que fez com que a programação de Ferrière não pudesse ser cumprida. O *Diário da Noite* era um jornal publicado diariamente em duas edições, a primeira das 15 horas, com oito páginas, e a segunda das últimas horas, com duas páginas, ambas em complemento ao matutino *O Jornal*. Para analisar tais fatos, o estudo se baseia em Mignot e Gondra (2007) que tratam de viagens pedagógicas de educadores; Fausto (1995) sobre a chamada Revolução de 30; Carvalho (2007) sobre a visão do educador acerca do que vivenciou em solo brasileiro; Leite (2014) sobre a relação entre imprensa e história; Campos (2012) sobre o uso da imprensa como fonte; e Brasil (2015) sobre a história do jornal *Diário da Noite*. Nesse sentido, concluo que muitas são as técnicas utilizadas pelos redatores jornalísticos a fim de darem maior notoriedade para seus escritos, neste caso a contradição entre o título e a matéria em si demonstram a necessidade de dar destaque a visita de Ferrière, mesmo ela não tendo ocorrido de fato, o que era importante para dar legitimidade as reformas educacionais em curso.

PALAVRAS-CHAVE

Adolphe Ferrière, Diário da Noite, Viagem Pedagógica

A CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE MODELO ESCOLAR: *REVISTA ESCOLA EM BELÉM, PARÁ — BRASIL (1934–1935)*

Cilene Maria Valente da Silva

Universidade Federal do Pará

Cesar Augusto Castro

Universidade Federal do Pará

Este ensaio investiga a circulação de ideias sobre a modernização da educação enfatizando o contexto da Escola Nova. Fundamentado em Vademarin(2010), Nóvoa (1997) Castro (2018), e Julia (2001). Este artigo tem como objetivo discutir o a circulação de ideias de modelos internacionais e saberes pedagógicos, os ideias da Escola Nova em Belém, Pará, Brasil. O corpus de análise foi constituído do texto O Professor e a Crença de autoria de Curuppumullage Jinarajadasa que visitou a Amazônia a convite das associações Teosóficas e realizou uma Conferência em Belém em homenagem ao Interventor Federal Major Magalhães Barata, a sua fala originou o texto que foi publicado na Revista Escola em agosto de 1934. Nesta publicação o autor revela que em uma de suas estadas em Londres conversou com Maria Montessori e que ela destacou que seus professores a medida que compreendiam seu método começavam a mudar não só como professores, mas também como humanos. A Revista Escola — a revista do professorado do Pará, publicada entre 1934-1935, criada pela Diretoria de Geral de Educação e Ensino Publico, foi um dispositivo usado para a favorecer a formação de professores, fazendo circular as ideias da Escola Nova. Para tecer a trama de análise recorreremos a duas edições da Revista Escola — a revista do professorado do Pará. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa documental, no sentido de desvelar os marcadores que demonstram a circulação de ideias modelares e saberes pedagógicos. Conclui-se que a circulação de ideias que configuraram as teorias internacionais suportes da Escola Nova estão presentes e demarcadas no texto.

PALAVRAS-CHAVE

Historia da Educação, Modelo escolar, Revista pedagógica

GOVERNAÇÃO EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DE CONTRATOS EM PROL DA AUTONOMIA ESCOLAR

Maiza de Albuquerque Trigo

Universidade de Coimbra

As expressões “governança em educação” e “autonomia escolar” trazem milhares de resultados quando colocadas num motor de busca genérico. Os resultados enquadram-se em diversos domínios semânticos, especialmente quanto à sua associação ao termo “accountability”. Se a complexidade da Educação conta com a governança, a autonomia e a accountability, é o meio científico que tenta garantir a sua discussão com alguma profundidade e diversidade. Este resumo apresenta um recorte de uma investigação em desenvolvimento que busca delinear os percursos da “governança em educação” e da “autonomia escolar” a considerar a emergência da transferência de competências do nível central para o nível local (mesmo quando entendido como território, município, comissão local ou escola) através, inclusivamente, da contratualização. Este recorte vai evidenciar como a palavra “governance” e a expressão “school autonomy” surgem em quatro periódicos científicos (Educational Management, Administration & Leadership – EMAL, Educational Administration Quarterly – EAQ, Journal of Education Policy – JEP – e Educational Policy – EP). O primeiro conjunto de dados mostra que a palavra pode aparecer em vários documentos, num total superior a três mil resultados desde a década de 70 até outubro passado (EMAL – 747, EAQ – 391, JEP – 1517 – e EP – 437), mas o número de sua frequência em títulos diminui para menos de 10%. Quando comparadas a suas ocorrências em periódicos com um escopo mais amplo, como Review of Educational Research (RER), Educational Research Review (ERR), British Journal of Education Studies (BJES) e American Educational Research Journal (AERJ), as suas ocorrências no título são inexpressivas. Não foram utilizados mecanismos externos para a busca nos periódicos, sendo visitado individualmente cada website para a coleta de dados. A análise de conteúdo é utilizada para o tratamento dos dados, permitindo uma discussão dos resultados inter-periódicos, tendo-se em consideração a metodologia de Educação Comparada. Espera-se apresentar os resultados em três segmentos: 1. Alinhamento das ocorrências das expressões nos periódicos quanto aos significados e aproximações numa perspectiva sócio-histórica; 2. Conjunto de políticas educativas circundantes à “Governança em Educação” e à “Autonomia Escolar”; 3. Sinopse das intersecções destas expressões, no movimento de “Transferência de Competências” através da “Contratualização” (utilizando-se do contexto educacional português como pano de fundo, no âmbito dos contratos - de autonomia e de associação - e da transferência de competências).

PALAVRAS-CHAVE

*Governança em Educação, Transferência de Competências,
Contratualização, Autonomia Escolar, Educação Comparada*

A IMPRENSA ESTUDANTIL E OS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DO PORTO (1922–1931)

Juliana Rocha

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto /
Bolseira FCT com a ref. SFRH / BD / 112795 / 2015;

José António Afonso

Instituto de Educação da Universidade do Minho/CIEd

O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise dos artigos publicados em três jornais dirigidos por estudantes da Escola Normal do Porto — o *Porvir* (1922-1923), o *Despertar* (1926) e o *Clarão* (1931), constituindo o corpus documental que serve de apoio à nossa investigação. O período que abordaremos é um tempo político-educativo em transição: a passagem de um estado democrático para um estado autoritário, marcadamente difícil e contraditório, por via dos constrangimentos político-ideológicos, no que se refere à formação dos professores e à censura e controlo exercido sobre o que era publicado.

A imprensa pedagógica constitui uma importante fonte historiográfica e em muito contribui para revelar as configurações específicas da vida e da cultura escolar, das inúmeras facetas dos processos escolares e na apreensão das práticas e dos discursos. Sendo a imprensa estudantil um palco de manifestações coletivas, onde são visíveis os debates, as discussões e os assuntos polémicos, mas também se podem constatar denúncias, expectativas e idealizações, principalmente dos alunos relativas tanto ao ensino e à sua condição como ao seu papel de futuros professores. Assume, ainda, a imprensa estudantil uma fundamental relevância na formação de opiniões mas também dos próprios sujeitos, traduzida, por exemplo, na expressão de projectos políticos-educativos individuais, que através do jornal procuram sedimentá-los, e, se possível, transformando os seus interesses em interesses gerais e inclusive de classe. Como concluí, António Nóvoa (1993, p.23), a imprensa é um “lugar de afirmação em grupo e de uma permanente regulação colectiva, na medida, em que cada criador está sempre a ser julgado, seja pelo público, seja por outras revistas, seja pelos próprios companheiros de geração” e é simultaneamente o lugar onde o discurso educativo se “constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições...)”

O que o jornal coloca em circulação é o que possibilitará a construção interpretativa que dele mesmo se realize. A nossa análise incidirá, especialmente, sobre as ideias e modelos pedagógicos que circulavam nesses jornais estudantis, procurando determinar as formas da sua apropriação por parte de um conjunto de atores implicados na vida escolar. Na generalidade dos casos é conhecida a autoria das publicações o que nos permite aceder ao pensamento dos seus autores, facilitando a inserção dos seus discursos no conjunto dos discursos científico-pedagógicos em circulação, assim como os reflexos das apropriações feitas a partir da cultura escolar da instituição à qual estavam ligados.

PALAVRAS-CHAVE

*Escola Normal do Porto, Imprensa Pedagógica Estudantil,
Circulação ideias e modelos pedagógicos, Movimentos de Renovação Pedagógica*

O IMPERIAL COLLEGIO DE PEDRO II: CENTRO DE REFERÊNCIA DAS IDÉIAS EDUCACIONAIS FRANCESAS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO

Ariclê Vechia

Universidade Tuiuti do Paraná

No século XIX, os governos liberais de diversos países europeus buscaram promover um tipo de educação que atendesse às exigências da burguesia, isto é, uma educação humanística que fornecesse o embasamento para os cursos superiores, assim como, uma educação científica e técnica para atender à demanda do comércio e da incipiente indústria. Inspirado nessas ideias educacionais em voga na Europa Central, notadamente na França, o governo brasileiro criou um estabelecimento de ensino que seria o centro de recepção e de difusão destas ideias para o ensino secundário no Brasil. A criação do Imperial Collegio de Pedro II, em dezembro de 1837, tinha por finalidade oferecer um tipo de educação que atendesse aos interesses da elite intelectual, política e religiosa da Corte e oferecesse as diretrizes para o ensino secundário ofertado nas províncias. A investigação tem por objetivo analisar os planos de estudos e os programas de ensino adotados no Collegio de Pedro II e nas instituições de ensino secundário francesas de 1838 até 1889. A investigação se insere na História das Instituições Escolares, que tem como matriz uma das vertentes da História Cultural. Trata-se de um estudo comparativo, baseado em fontes bibliográficas e documentais, tais como: Leis e Regulamentos que estabeleceram os planos de estudos do Collegio de Pedro II, os programas de ensino e a carga-horária ali adotados; planos de estudos e programas de ensino adotados em instituições francesas. As análises demonstraram que a estruturação e a composição dos estudos do Collegio Pedro II foram embasados no modelo Liceal francês, que visava conciliar a educação humanística que conduziria o aluno aos cursos superiores e os conhecimentos científicos que visavam o progresso da nação. O primeiro plano de estudos, aprovado pelo Regulamento de 1838, seguia nitidamente esta diretriz. As reformas de ensino, efetuadas na década de 1850, procuraram compatibilizar o ensino secundário ao técnico, sendo que os estudos de Ciências e as Matemáticas foram enfatizados. Esta mudança de ênfase dada aos estudos refletia os debates verificados na Europa Central, sobre a redefinição das finalidades do ensino secundário e materializadas nas reformas francesas de Salvandy e Fortoul. Tanto na França quanto no Brasil, estas reformas foram fortemente criticadas nos meios intelectuais, não tendo sido bem aceitas pela sociedade. Em 1862, novamente seguindo o movimento educacional francês, um Decreto governamental alterou o Plano de Estudos do Collegio, deixando os estudos científicos em plano secundário. O Plano de Estudos de 1862 reafirmava as finalidades do ensino no Collegio, qual seja, enfatizar os estudos humanísticos secundarizando os estudos científicos, sem contudo eliminá-los. Este modelo de plano serviria de base para a maioria dos planos, adotados até o final do Império do Brasil em 1889, oferecendo determinado tipo de formação para a juventude brasileira. Criado com a finalidade de servir de modelo aos seus congêneres, o Governo criou dispositivos diversos visando a padronização dos estudos em todo o país com o objetivo de contribuir para a construção da unidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Circulação de ideias, ensino secundário, modelo liceal

ACÇÃO SOCIAL E CONSCIENTIZAÇÃO EM TEMPOS DE DITADURA: O PAPEL DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO E DO MOVIMENTO GRAAL (1957–1974)

Maria João Mogarro

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Maria Edith Romano Siems-Marcondes

Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima

Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) tem um percurso singular na sociedade e na política portuguesas. Ela desempenhou inúmeros cargos de relevo, tanto no plano nacional como nas organizações internacionais, destacando-se como primeira-ministra de Portugal (a única mulher a assumir estas funções no país), embaixadora na UNESCO e eurodeputada. Uma linha condutora e estruturante deste percurso é a sua condição de católica progressista e dirigente do Movimento Graal em Portugal, que fundou em 1957. A sua trajetória de vida é marcada pela condição de pioneira: aluna brilhante, foi uma das primeiras diplomadas do seu curso de engenharia química (uma mulher num mundo de homens) e dirigente das juventudes católicas, participando em encontros internacionais deste movimento desde muito cedo; alto quadro de empresas e de organismos do Estado (no período do Estado Novo e depois no regime democrático), promoveu importante legislação de cariz social que marcou a transição da sociedade portuguesa para a democracia. A sua imagem polifacetada é a de uma intelectual e mulher de ação, que muitas vezes assumiu posições antecipatórias e à frente do seu tempo.

Maria de Lourdes Pintasilgo fez do Graal o seu projeto de referência mais consistente e permanente, tendo-o dirigido até ao final da vida. Movimento leigo de mulheres, o Graal foi inicialmente proibido de se instalar em Lisboa, pela hierarquia religiosa, tendo-se estabelecido em algumas outras cidades de Portugal (primeiro, em Portalegre; depois, em Coimbra; foi, posteriormente, também aceite em Lisboa). Nas cidades em que se instalaram inicialmente, as mulheres do Graal envolveram a população feminina mais carenciada nas suas atividades e promoveram: i) atividades económicas associativas que dotassem as mulheres de autonomia financeira, nomeadamente promovendo a produção e comercialização de objetos artesanias; iniciativas de conhecimento do mundo e de discussão dos problemas contemporâneos que afetavam as populações (vídeos, filmes, debates, cortejos, vigílias), mesmo que em outros países, como os do continente africano; eventos culturais, que aliavam os valores tradicionais da população com novas formas de expressão; campanhas de alfabetização na década de 60, inícios dos anos 70, utilizando o método Paulo Freire, que foi discutido e adaptado para Portugal por intelectuais e elementos do Graal. Maria de Lourdes Pintasilgo conhecia Paulo Freire, tiveram encontros e partilharam ideias, que se traduziram em iniciativas editoriais. Este encontro das duas personalidades é um dos aspetos mais interessantes desta abordagem, pois nos coloca na procura do seu significado e dos caminhos trilhados na introdução, na década de 60, da pedagogia freireana e da ideia de conscientização em Portugal.

Maria de Lourdes Pintasilgo circulou entre as organizações mundiais, as instâncias de governo e a população pobre, do seu país e de outros lugares, intervindo, produzindo conhecimento e ação política e evidenciando uma visão global do mundo, crítica e atuante. O sentido que orienta a sua vida pode condensar-se nas palavras conscientizar e cuidar. Neste estudo recorreremos à obra de Maria de Lourdes Pintasilgo, ao espólio documental do seu arquivo e das organizações a que esteve associada, a testemunhos de contemporâneos e à imprensa.

PALAVRAS-CHAVE

História de mulheres, pedagogia social, Maria de Lourdes Pintasilgo

A AMÉRICA LATINA NAS PÁGINAS DA REVISTA *PROGRESSIVE EDUCATION* (1924–1957)

Rafaela Silva Rabelo

Universidade de São Paulo

O presente trabalho toma a revista estadunidense *Progressive Education* como objeto e fonte de pesquisa. Enquanto objetivo, propõe-se analisar referências à América Latina em suas páginas, focando a frequência e os temas abordados. A *Progressive Education* começou a circular em 1924 e era a revista oficial da *Progressive Education Association* (PEA), uma organização criada nos Estados Unidos em 1919 e que incluía entre seus membros educadores de projeção internacional, como John Dewey, William Kilpatrick, Harold Rugg e Carleton Washburne. A PEA foi extinta em 1955, mas sua revista continuou a circular até 1957 sob os auspícios da *John Dewey Society*. O recorte temporal abrange o período de circulação da revista, ou seja, entre 1924 e 1957. Foi feito o inventário de artigos sobre a América Latina publicados no referido impresso, além do mapeamento de referências feitas nas seções sobre resenhas de livros, notícias internacionais, e propagandas. A análise se baseou em conceitos tais como representação e leitura em contraponto, tratados por Roger Chartier, Stuart Hall e Edward Said. Entre os resultados preliminares, é possível apontar para a incidência de artigos e menções à educação latino-americana a partir do final dos anos 1920, mas com baixa frequência, se comparado com artigos relacionados à Europa, por exemplo. A maior incidência de artigos e referências se concentram em 1941, reduzindo drasticamente nos anos seguintes. As análises iniciais sugerem que as referências à educação latino-americana na *Progressive Education* emergem, geralmente, como decorrência do pan-americanismo, das discussões sobre educação indígena, e da política de boa vizinhança. No primeiro caso, é possível citar o artigo de Heloise Brainerd, chefe da Divisão de Educação da União Pan-Americana, publicado em 1929 sob o título “The influence of the new school in Latin America”. As discussões sobre educação indígena focam principalmente o território dos EUA, mas referências ao México são frequentes. Já a política de boa vizinhança se insinua nas publicações de 1941, quando o 8º congresso internacional da *New Education Fellowship* foi realizado em Ann Arbor, Michigan, organizado pela PEA. O congresso contou com financiamento do *Office of Inter-American Affairs*, escritório coordenado por Nelson Rockefeller e vinculado ao Departamento de Estado dos EUA.

PALAVRAS-CHAVE

Progressive Education Association, Estados Unidos da América, América Latina, Representação, Impressos

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA TRANSNACIONAL DA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE BRASIL E A REVISTA *THE NEW ERA* (1920–1939)

Vinicius Monção

Universidade de São Paulo

A circulação internacional de modelos e práticas pedagógicas renovadas, iniciada em finais do século XIX e intensificada nas primeiras décadas do século XX, tem sido objeto de investigação de pesquisadores em diversas partes do mundo. Neste cenário, destacamos a criação da *New Education Fellowship* ou *Ligue Internationale Pour L'Éducation Nouvelle* que através de ações sistematizadas como a promoção de conferências; o estabelecimento de relações com diversos países através das seções nacionais da *Fellowship*; pela criação de revistas, indicação de livros e via outras formas de divulgação e fomento dos princípios da educação nova, buscava promover a renovação escolar em prol da construção de uma nova sociedade. Dentre as formas de difusão e circulação de conteúdos sobre a educação nova interessa-nos investigar a revista *The New Era*, órgão de comunicação em língua inglesa da *Fellowship* a fim de mapear temas, propostas metodológicas, instituições e sujeitos produtores de saberes no recorte entre 1920 e 1939, de modo a aprofundar a compreensão do papel do periódico no contexto da disseminação dos ideais da nova educação. Para este estudo, interessa-nos analisar a dimensão que a educação pré-escolar (*nursery, kindergarten e pre-school*) possuía na revista e analisar as apropriações realizadas por instituições voltadas para o atendimento de crianças em idade pré-escolar no Brasil, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A abordagem teórica adotada ancora-se na perspectiva da história transnacional da educação que leva em consideração as inter-relações entre países na circulação de sujeitos, saberes e artefatos, estabelecendo diversos pontos de relações, trocas, contatos e apropriações de modelos, projetos e ideias. Como abordagem metodológica nos aproximamos das proposições da História Digital, na discussão sobre a produção historiográfica no contexto digital, e utilizamos do software ATLAS.ti, como instrumento de coleta e análise dos dados. Por fim, considera-se que a pesquisa contribuirá para o alargamento da compreensão de aspectos referentes a educação pré-escolar pelo movimento escolanovista brasileiro via perspectiva das trocas e relações estabelecidas pela circulação de sujeitos e artefatos no cenário transnacional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação pré-escolar, História da Educação, História da Educação Transnacional, Revista The New Era

UMA COLEÇÃO NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: A CIRCULAÇÃO DAS CIÊNCIAS PARA INSTRUÇÃO POPULAR NA *BIBLIOTHECA DO POVO E DAS ESCOLAS* (LISBOA–RIO DE JANEIRO, 1881–1915)

Josiane Silva de Alcântara

Fundação Oswaldo Cruz - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

A historiografia aponta que, no contexto do século XIX, a atuação de diferentes profissionais do mercado editorial teve papel importante na emergência de diferentes públicos leitores -- como mulheres, operários e crianças --, evidenciando o alinhamento de editores às ações políticas e pedagógicas que visavam a ampliação dos sistemas nacionais de ensino e a reprodução de modelos culturais específicos (Mollier, 2008; Lyons, 2011; Kalifa, 2001).

Nossa proposta é analisar a circulação da coleção portuguesa de fascículos intitulada *Biblioteca do Povo e das Escolas* (BPE), publicada pelo editor português David Corazzi, em sua interface com os debates sobre instrução popular. Com altos e baixos em seu percurso editorial, essa coleção esteve presente na cena bibliográfica de Portugal e Brasil por 32 anos, ora servindo como manual escolar oficial, ora como um repertório literário divulgado como uma leitura ideal, para preencher ‘o ócio das classes populares com dignidade’.

Ao total, a BPE produziu 237 títulos nos diferentes ramos do saber, com enfoque especial aos campos científicos que tinham nexos com a vida cotidiana e o mundo do trabalho — de artesãos, lavradores e funcionários públicos — cujo intuito era ‘regenerar’ costumes a partir de preceitos higiênicos, científicos e pedagógicos. Conforme apresenta Xavier da Cunha, intelectual e diretor da coleção, os ‘livrinhos’ da BPE eram destinados a um público-alvo bem específico: “*o operário, o estudante, o chefe de família ou o professor*”, e para eles seriam apresentados “*conhecimentos úteis e indispensáveis, expostos por forma sucinta e concisa, mas clara, despreziosa, popular ao alcance de todas as naturezas*”.

Entendemos aqui, que as formas de produção, distribuição e consumo de impressos caracterizados como ‘populares’ são práticas importantes para refletirmos como esses objetos interagem com valores pedagógicos e, sobretudo, com os seus públicos. Não perdemos de vista que investigar essas circulações culturais no eixo luso-brasileiro, dentro da conjuntura histórica analisada, nos ajuda a pensar as convergências e as tensões de projetos políticos para ambas as nações, dentro das suas especificidades socioculturais. Desta forma, nos importa saber o que significava um manual popular dentro de um quadro social marcado pela intensificação dos debates sobre a instrução e formação de trabalhadores, com base em ideais técnico-científicos.

Para tal, analisamos a vida social e editorial da coleção nos dois lados do Atlântico, a partir de textos jornalísticos, catálogos de venda e documentos arquivísticos, dando especial atenção ao projeto intelectual da coleção e seu diálogo com os debates político-pedagógicos e currículos propostos para o que era definido como instrução popular.

Assim, identificamos que nesta dupla função de livro de vulgarização de saberes científicos e manual escolar, a BPE construiu um sólido projeto editorial, cuja seleção, a organização e a hierarquia dos saberes vulgarizados nos permitem entender que seus intelectuais consideravam que as ciências eram basilares na formação dos grupos ditos populares. No entanto, as matérias científicas deveriam ser vulgarizadas não em sua forma ‘abstrata’, teórica ou especulativa, mas em seu caráter prático, aplicado, para ser mobilizado de forma ‘útil’ aos interesses dos projetos políticos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Manual escolar, Vulgarização das ciências, Instrução popular



EIXO VII

REPRESENTAÇÕES SOBRE
A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

LA REPRESENTACIÓN DE LA INFANCIA Y LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES

Joana Miguelena

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea

Pauli Dávila

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea

Luis M. Naya

Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea

La representación de la infancia y la juventud desde el siglo XIX hasta la actualidad ha ido variando en función de los diversos contextos históricos. Esta representación, en general, ha sido muy compleja debido a las características de los diversos grupos sociales. No obstante, a lo largo del siglo XX comienza a apreciarse la intervención de diversos organismos internacionales que, paulatinamente, van a ir imponiendo una visión hegemónica de la infancia que coincide con el discurso defendido por los países dominantes, tanto en Europa como en América. La Convención sobre los Derechos del Niño de 1989 estableció un cambio de paradigma en la representación de la infancia, pasando de ser objeto de protección a sujeto de derecho. No obstante, las diversas Declaraciones y la citada Convención ya apuntaban una serie de derechos incuestionables en la actualidad.

El objetivo de esta comunicación es presentar cómo ha sido considerada la infancia por diversos organismos internacionales dedicados a la infancia, el UNICEF, creado en 1946, y el Comité de los Derechos del Niño, en 1991, organismos ambos dependientes del sistema de Naciones Unidas, y que han ido construyendo una visión de la infancia desde la perspectiva de los derechos humanos, a lo largo de los últimos treinta años.

La metodología utilizada será el análisis del discurso sobre un corpus documental, compuesto tanto por los textos de los tratados internacionales, como por los informes publicados tanto por el UNICEF y por el Comité de los Derechos del Niño. Esta documentación es relevante para poder ver las transformaciones, contradicciones, continuidades y rupturas del discurso sobre la infancia desde una perspectiva supranacional. Asimismo, es relevante la circulación que estos discursos han ido adquiriendo en la comunidad internacional y en las políticas de protección a la infancia. La metodología de análisis aplicada parte de un conjunto de categorías y dimensiones a partir de los indicadores habitualmente utilizados en los estudios de los derechos del niño.

Los resultados obtenidos sustentan una representación de la infancia que no coincide con el discurso y la retórica manifiesta sobre los derechos del niño. Se aprecia que esa representación subyace más sobre la línea tradicional de ayuda y protección a la infancia, surgida a principios del siglo XX, y menos sobre la nueva visión del niño como sujeto de derecho. En este sentido, aspectos como la salud, la supervivencia y la protección en casos de vulnerabilidad prevalecen en el perfil construido sobre la infancia, mientras que otros derechos, como la participación, los derechos civiles, etc. tienen escasa relevancia en ese nuevo perfil, construido en la década de los 90 del siglo XX.

PALABRAS CLAVE

Representación de la infancia, Convención sobre los Derechos del Niño, Organismos internacionales, UNICEF, Comité de los Derechos del Niño

AS TRANSFORMAÇÕES DE UMA IMAGEM: OS DESAFIOS DE UMA NOVA MENORIDADE

Luiz Coppi

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Quando, em 1783, Immanuel Kant se propõe a responder o que é o Esclarecimento, ele cria uma imagem fundamental para o pensamento pedagógico: a da saída da minoridade. Para o autor, menores seriam aqueles que, sem coragem ou determinação, transferem a outrem a responsabilidade acerca do próprio juízo. Esclarecer-se diria respeito, então, a tomar para si a direção da própria razão. Embora o texto kantiano não tenha por objeto a educação das crianças, a metáfora do “menor” como desresponsabilizado lhe é cara. Para essa metáfora, todavia, é fundamental a existência de uma relação com um tutor, ou seja, de uma relação entre aquele que é dirigido, dócil e submisso, e o que dirige. Ao final de sua obra, Kant se questiona a respeito de viver em uma época esclarecida, e responde dizendo que ainda faltaria muito para que os homens, tomados em seu conjunto, esclarecessem-se; o caminho, porém, já havia se iniciado. Será?

O que pretendo neste artigo é, partindo da ideia kantiana de minoridade, defender a tese de que, mais de dois séculos após o escrito do alemão, os desdobramentos técnico-científico-informacionais nos trouxeram a um contexto em que não se poderia dizer que se alcançou efetivamente a maioridade — pelo contrário, esboçam-se as condições para uma transformação da figura infantilizada do texto de Kant: em lugar do menor desresponsabilizado, um menor “mimado” e narcisista, que crê ser a realidade reflexo de suas vontades. Os objetivos deste texto, então, são apresentar uma reflexão sobre essa mudança de natureza do que se entende por “criança” na metáfora do esclarecimento; e, em seguida, indicar brevemente quais os desafios lançados por tal transformação ao pensamento pedagógico.

Para tanto, dividirei o trabalho em três etapas. Primeiramente, parece-me importante recuperar de maneira mais profunda o artigo de Kant não apenas para caracterizar melhor sua compreensão sobre o que é ser “menor”, mas, sobretudo, para pensar sobre como, em sua reflexão, é fundamental para o abandono da minoridade o uso público da razão: segundo o autor, é apenas no contato com o outro que o indivíduo é impulsionado a fazer uso esclarecido de seus próprios juízos. Na sequência, tomando o conceito de “Personalização”, cunhado pelo ensaísta francês Gilles Lipovetsky, e as reflexões de Byung-Chul Han a respeito da perda contemporânea da instância de mediação entre o sujeito e o real, traçarei um panorama da contemporaneidade, evidenciando sua contribuição para a alteração da imagem de “menor”. Ao passo que o cenário atual enfraquece a percepção da alteridade como algo com que o “eu” se confronta e que, portanto, que o impele à maioridade, ela também desprestigia o “outro” como alguém a quem se transfere o poder de intermediador, ou seja, como alguém em que se reconheceria um “tutor”. Assim, tomar para si o próprio entendimento não significa sair da minoridade, mas, como pretendo defender, acena para uma imagem outra de “criança”. Finalmente, a partir da assunção dessa nova imagem, indicarei quais os desafios impostos por ela ao fazer docente e esboçarei algumas sugestões.

PALAVRAS-CHAVE

menoridade, imagem da criança, personalização

LEITURAS RECOMENDÁVEIS PARA CRIANÇAS: ANÚNCIOS E NOTAS CRÍTICAS SOBRE A BIBLIOTHECA INFANTIL QUARESMA NO PERIÓDICO *O PAIZ* (1894–1896)

Márcia Cabral da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Michele Ribeiro de Carvalho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Soyane da Silva Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Neste estudo busca-se examinar a noção de leituras recomendáveis para crianças nos anúncios e notas críticas sobre a *Bibliotheca Infantil Quaresma*. Com esta finalidade, mapearam-se os anúncios e notas críticas sobre os livros lançados no periódico *O Paiz* no período entre 1894 a 1902. O recorte temporal levou em conta o primeiro título localizado (1894), assim como a redução dos anúncios sobre a coleção de livros observados no ano de 1902. *O Paiz* era um jornal de ampla circulação no Rio de Janeiro (Barbosa, 2012; Silva e Pinto, 2018) e, além dos debates políticos da época, divulgava produtos voltados a um emergente público leitor, como representações de crianças escolarizadas e livros baratos para o povo. Ademais, na visão dos editores, convinha indicar o ideário que regulava o projeto voltado a formar as crianças brasileiras com habilidade para a leitura. Por conseguinte, advertia-se: consistia em contos divertidos e ao mesmo tempo proveitosos, o que garantiria leitura edificante pelo viés do bem e da virtude. A *Bibliotheca Infantil Quaresma*, entre 1894 e 1896, era composta por cinco títulos: *Histórias da Carochinha*, *Histórias do Arco da Velha*, *Histórias da Avozinha*, *Histórias da Baratinha* e *Os meus Brinquedos*. Os livros para crianças no Rio de Janeiro ganham identidade visual singular graças à iniciativa do editor livreiro Pedro da Silva Quaresma, proprietário da Quaresma & C. Livreiros Editores ou Livraria do Povo. Tratava-se de um projeto editorial que ganhava corpo, sobretudo a partir do trabalho de compilação de contos extraídos da tradição oral por Alberto Figueiredo Pimentel, romancista e cronista do período. Soma-se a eles na empreitada Julião Machado, conhecido caricaturista das revistas ilustradas *A Bruxa* e *A Cigarra*. As análises teóricas e a abordagem metodológica do estudo ancoram-se em pressupostos extraídos da História Cultural, notadamente naqueles estudos relativos aos livros recomendáveis e proibidos na historiografia do impresso (Darnton, 1992, 1998), assim como nos protocolos de leitura capazes de mobilizar a interpretação dos leitores (Chartier, 1990, 1996). Ademais, conjuga-se o exame dos anúncios assinalados com as advertências contidas nos prefácios de duas obras que compunham a coleção — *Contos da Carochinha* e *Histórias da Avozinha* - destinadas à família, aos educadores e às crianças. Conforme os resultados alcançados, os editores estavam atentos não somente à produção dos livros que compunham a coleção, observável no capricho das ilustrações, tipos de letra, qualidade do papel, mas, em particular, à circulação e à recepção dos livros, para os quais garantiam leituras recomendáveis e a condução de crianças no caminho do bem e da virtude, segundo os mais adequados valores morais.

PALAVRAS-CHAVE

Leituras recomendáveis, Representações de infância, Bibliotheca Infantil Quaresma, O Paiz

REPRESENTAÇÕES DE UMA JOVEM NORMALISTA EM CLARISSA, DE ERICO VERÍSSIMO (1933)

Michele Ribeiro de Carvalho

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O objetivo desse estudo é examinar as representações de uma jovem normalista no primeiro romance escrito por Erico Veríssimo, escritor brasileiro reconhecido por suas inúmeras obras publicadas no Brasil e em diversos outros países. Trata-se do livro *Clarissa*, publicado em 1933 pela Livraria e Editora do Globo. Ao todo, Veríssimo escreveu quatro romances cuja personagem principal era a jovem Clarissa, retratada no primeiro livro como uma menina de treze para quatorze anos que saiu de sua cidade natal no interior do Rio Grande do Sul rumo à capital do Estado, Porto Alegre, para estudar na Escola Normal. Uma vez na cidade, se hospedou na pensão de uma tia, local que poderia ser definido como um microcosmo da sociedade porto-alegrense da época, haja vista a variedade de tipos sociais representados como hóspedes. Depois de formada, a menina retornou a sua cidade natal, Jacarecanga, para lecionar. Lá, se deparou com uma nova realidade, sua família, os Albuquerque, estava falida e desestruturada. A narrativa trata das descobertas da jovem, que se atrevia a ler os livros proibidos pela tia (um exemplo é o livro *A que morreu de amor...*). Considerando os limites do estudo proposto, elegemos a história inicial da menina Clarissa, o livro de mesmo nome, *Clarissa*, como objeto e fonte, e tomamos a Literatura como fonte fecunda para esse estudo, uma vez que a escrita literária é uma prática humana, situada em um contexto com formas, modos e estruturas próprias, conforme Antonio Celso Ferreira (2009). A fonte literária é, ainda segundo Ferreira (2009), uma das fontes mais significativas para a compreensão das relações sociais, pois, mesmo que por meio de uma transfiguração da realidade, a ficção está enraizada na sociedade, sendo criada em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais. Pressupostos da História Cultural baseiam esse estudo, com ênfase nas contribuições oriundas das pesquisas realizadas por Roger Chartier (1990) quanto ao conceito de representação, aqui compreendida como um instrumento que faz ver um objeto ausente por meio de sua substituição por uma imagem, e ainda Robert Darnton (1992, 1998), com seus estudos sobre livros proibidos e recomendáveis, uma vez que à menina Clarissa não era permitido o acesso a qualquer livro, ainda que os lesse de forma escondida. Resultados preliminares mostram que à menina não era permitida a leitura de qualquer livro, por mais que tivesse acesso a eles, e ainda, que a escola não era o ambiente que mais lhe agradava em Porto Alegre, preferindo as horas que passava ao ar livre.

PALAVRAS-CHAVE

Representações, Infância, Normalista, Erico Veríssimo

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NO BRASIL COLONIAL

Jane Elisa Otomar Buecke

Universidade do Estado do Pará

Mario Allan da Silva Lopes

Universidade do Estado do Pará

Iviny Cristina Aguiar da Silva

Universidade do Estado do Pará

As características próprias da formação da sociedade brasileira baseada em mais de três séculos de colonização e as diferenças regionais e culturais que se formaram sob a influência dos povos nativos, negros e imigrantes de várias partes do mundo forjaram um modo peculiar de compreender a infância, de se relacionar com as crianças, de definir o papel e a forma como ela deveria ser tratada.

O objetivo deste trabalho é discutir a infância no contexto do Brasil Colonial buscando compreender como a criança era vista nesse período.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica, perquirindo-se crônicas, cartas jesuíticas e autores estudiosos da infância como Ariès (1986), Boto (2002), Freyre (2004, 2006), Gélis (2009) e Del Priore (2015). Os dados coletados foram analisados à luz da micro-história e do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989, 2006).

A análise das fontes nos permite inferir que a concepção de infância vigente no Brasil Colonial foi pautada, basicamente, pela interpretação católica do que significava ser criança. Para os religiosos, meninos e meninas eram símbolos do pecado e perpetuação do mal devendo ser tratados com rigor, a fim de serem moralizados e santificados. As crianças formavam um público especial pois, os inicianos acreditavam que para moldar a sociedade conforme os valores da igreja católica, bastava educá-las, introjetando-lhes hábitos e crenças desejáveis. A diferenciação entre a criança e o adulto era fundamentada na fraqueza das crianças, que, por isso, eram consideradas como a camada mais inferior da sociedade. Pode-se dizer que a criança do Brasil Colonial estava no meio de um conflito surgido com a Renascença que confrontava a educação familiar (agora incapaz de formar o ser humano para a nova sociedade vigente) e a educação dos religiosos - detentores do projeto educativo capaz de moldá-la para a sociedade que se pretendia formar. Imbuídos de uma visão de criança como um ser capaz de carregar e transmitir valores sociais, os jesuítas as retiravam do convívio familiar e comunitário e as isolavam em um sistema educativo afoito para usá-las na construção de uma nova sociedade pautada pela cosmovisão cristã. Nesse contexto, elas se tornaram importantes interlocutoras na relação dos inicianos com os nativos, destacando-se seu papel como tradutoras do português para a língua nativa e vice-versa. O estudo das fontes permitiu entrever também, a concepção de infância dos indígenas, que em muitos momentos vai se chocar com as representações de infância dos religiosos. Para os nativos, a criança tinha um papel importante e delimitado em seu grupo social, e, talvez por isso, manteve forte vínculo com sua origem não absorvendo passivamente as instruções impostas pelo catolicismo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Colonial, História da Infância, História da Educação

EL MODELO DE MASCULINIDAD IMPULSADO POR LAS ORGANIZACIONES JUVENILES DEL FRANQUISMO VISTO A TRAVÉS DE NO-DO (1943–1975)

María Dolores Molina Poveda

Universidad de Málaga

Durante el franquismo se estableció cuál debía ser el papel que debían desempeñar tanto los hombres como las mujeres, otorgándoles a cada uno unas funciones determinadas que tenían que desempeñar para cumplir con la doctrina del nuevo régimen. Los españoles se encontraron con una serie de consignas y de medidas que negaban la igualdad entre hombres y mujeres al afirmar que éstas eran débiles y frágiles y que solo podían desempeñar labores alejadas del ámbito público y centradas en el hogar, mientras que los hombres poseían autoridad, fuerza y energía y eran los únicos capacitados para enfrentarse al mundo y realizar un trabajo fuera del ámbito doméstico.

El objetivo que se pretende alcanzar con esta investigación es conocer qué mostró NO-DO sobre los campamentos y las actividades de gimnasia y deportivas organizadas por las organizaciones juveniles franquistas (Frente de Juventudes, Organización Juvenil Española (OJE) y Falanges Juveniles de Franco) y conocer que roles aprendían los niños y jóvenes en dichas organizaciones.

En esta investigación hemos recurrido al método histórico y a NO-DO como fuente primaria principal. NO-DO nació en 1943 como arma propagandística del franquismo y hasta 1975 (no dejó de proyectarse hasta 1981) emitió una serie de noticias y de documentales que reflejaban los acontecimientos más importantes para el régimen, así como una serie de noticias blandas que servían para entretener y evadir al espectador. Los acontecimientos relevantes para el nuevo régimen eran aquellos que más convenían a su causa y que mostraban a los espectadores unos valores, ideales e identidades que ellos debían adquirir y poner en práctica.

NO-DO emitió una serie de noticias y de documentales en los que presentaba los campamentos y las actividades gimnásticas y deportivas organizadas las organizaciones juveniles franquistas. En estos campamentos se acogían a una serie de niños que, por turnos, disfrutaban de la vida en la naturaleza alejados de su familia. En estos campamentos, al aire libre, adquirían disciplina de la vida militar; se les instruía en todas las enseñanzas necesarias de educación premilitar y deportiva; asistían a la misa de campaña; y se les adoctrinaba en el ideario de la falange basado en la disciplina y en la fe. Las demostraciones de educación física eran presentadas en la mayoría de los noticiarios y los jóvenes ejecutaban los ejercicios muy coordinados, además de realizar deportes de equipo, como el baloncesto; natación; y marchas por todo el territorio español.

Las noticias y documentales emitidos por NO-DO sobre los campamentos y la educación física impulsadas por las organizaciones juveniles del franquismo presentaron a los jóvenes como futuros hombres y soldados al servicio de la Patria y leales a los ideales del régimen. Hombres que se forjaban desde la más tierna infancia en la doctrina de Falange y que eran instruidos para adquirir y desarrollar disciplina, fuerza y virilidad.

PALABRAS CLAVE

NO-DO, Franquismo, Organizaciones juveniles, Modelo de masculinidad

A SEMANA DA CRIANÇA DA CRUZADA PRÓ-INFÂNCIA (1930–1940)

Ariadne Lopes Ecar

Universidade de São Paulo

Este trabalho tem por objetivo analisar o conceito de infância para a Cruzada Pró-Infância (CPI) nas décadas de 1930 e 1940. A CPI deu início às suas atividades com o intuito de combater a mortalidade infantil na cidade de São Paulo, surgindo da iniciativa das educadoras sanitárias Maria Antonieta de Castro e Mary Junqueira e de Pérola Byington, mulher de destaque na sociedade paulistana. Estas três mulheres, juntamente com o médico sanitarista Waldomiro de Oliveira e com o educador, diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo, Lourenço Filho, reuniram-se para organizar uma campanha em prol do assunto. A ideia expandiu-se sendo divulgada na imprensa e obteve apoio das “damas da sociedade”. No dia 12 de agosto de 1930, ocorreu a primeira reunião da CPI no salão nobre do Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos, iniciando com o discurso de Maria Antonieta de Castro sobre a mortalidade infantil e a dificuldade de divulgação da educação sanitária. Em seguida, Pérola Byington apresentou o programa da CPI, amplamente apoiado pelo público presente.

Uma das ações da CPI foi organizar a Semana da Criança. O governo brasileiro já havia declarado o dia 12 de outubro como Dia da Criança, pelo Decreto n. 4.867, de 05 de novembro de 1924, após a Liga das Nações adotar a Declaração de Genebra para os direitos das crianças em 26 de setembro do mesmo ano. Sendo assim, a CPI juntou esforços para dar visibilidade às crianças e suas necessidades a partir de 1931.

A CPI enviou uma carta à Getúlio Vargas, interventor federal à época, dando destaque aos problemas da infância e ao imperativo de defender e proteger seus direitos, pedindo a divulgação do tema em todos os estados do país. O pedido foi respondido, assegurando que o Ministério da Educação não pouparia esforços em fomentar a divulgação da semana comemorativa.

O Acervo Cruzada Pró-Infância, alocado no Museu Emílio Ribas (Instituto Butantan), dispõe de fontes que documentam os eventos “Semana da Criança” ocorridos nos anos 1931, 1933, 1936, 1937, 1942 e 1948, mostrando que a programação abarcava: Dia da Criança – Dia da raça; Dia do Lactante; Dia da Criança Asilada; Dia da Criança Hospitalizada; Dia da Criança que Estuda; Dia da Criança que Trabalha. Ao longo dos anos o evento expandiu-se para comemorar o Dia das Mães; Dia da Elevação Espiritual; Dia do Pré-escolar. Pretende-se, a partir desse *corpus* documental, compreender como a CPI organizava a Semana da Criança, perscrutando o sentido de infância para a instituição. Objetiva-se ainda, perceber a mobilização de seus agentes em prol da erradicação da mortalidade infantil e os esforços para expandir suas ações para outros estados do país.

O tema da mortalidade infantil esteve associado ao da nova educação, ambos buscavam erigir o novo cidadão, que fosse capaz de construir uma nação sadia moral, biológica e intelectualmente.

PALAVRAS-CHAVE

Infância, Semana da Criança, Cruzada Pró-Infância

AS PROPAGANDAS NAS PÁGINAS DE *VIDA INFANTIL*

Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente estudo, derivado da minha pesquisa de mestrado, tem por objetivo identificar e analisar algumas propagandas das páginas da revista *Vida Infantil*. Trata-se de um movimento de expansão das análises iniciadas no mestrado, tendo como objeto e fonte *Vida Infantil*. A revista circulou, no Brasil, de 1947 a 1960. Contudo, o recorte temporal realizado no âmbito da dissertação foi de 1947 a 1950, mesmo recorte deste artigo. A relevância deste trabalho consiste no fato de se observar o conteúdo das propagandas presentes em uma revista voltada para o público infantil, de meados do século XX, cujas principais perguntas motivadoras são: qual tipo de propaganda circulava em *Vida Infantil*? Qual a relação entre a revista e o produto/ serviço anunciado? Como eram o formato, as cores e as letras utilizadas nas propagandas? Para além destas perguntas, também cabe problematizar o tipo de público leitor esperado pela equipe editorial da revista, uma vez que ao se descobrir os anúncios, se revelava, igualmente, o público esperado para consumir, não só a revista, como também o produto/ serviço propagandeado. Assim, entende-se que as propagandas são elementos potentes no que concerne à apresentação de indícios (GINZBURG, 1976) do público consumidor e do período analisado, o que justifica o recorte desta pesquisa (1947-1950). No que tange à metodologia, salienta-se que a pesquisa foi realizada na Seção de Periódicos, da Fundação Biblioteca Nacional, acervo responsável pela guarda da revista. Trata-se, assim, de uma pesquisa de cunho documental. Por fim, de um lado, as contribuições de Bakhtin (2014), Chartier (2011) e Ginzburg (1976) compõem parte do arcabouço teórico deste estudo, no que concerne ao modo de análise das fontes. Por outro lado, Santos (2011) ajuda a pensar a composição de anúncios e propagandas no âmbito do impresso, entendendo suas potências e seus limites.

PALAVRAS-CHAVE

propaganda, revista, Vida Infantil

ENTRE DEUS, ARMAS E BRINQUEDOS: AS IMAGENS NO LIVRO DIDÁTICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL EM DOIS TEMPOS DISTINTOS (1973 E 1988)

Tatiane Godoy Campos da Silva

Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) – Programa de Pós-Graduação em Educação, História, Política, Sociedade (EHPS)

Esta comunicação tem por objetivo analisar as imagens presentes no terceiro volume da coleção “Meu prezinho”, voltada para a Educação Infantil, em dois tempos distintos, a saber 1973 e 1988, a partir do ponto de vista da História Cultural. Publicada em primeira instância em 1973 pela editora Lótus, após 15 anos a coleção foi reeditada pela editora Ática. Ao compararmos a iconografia presente nos dois momentos, rupturas, permanências e ressignificações podem ser observadas na análise das imagens. A presença de uma iconografia relacionada ao militarismo, nacionalismo e à tradição católica destaca-se na versão publicada em 1973. Já na reedição da obra, publicada em 1988 pela editora Ática, vemos a supressão ou alteração de muitas dessas ilustrações, mas também a permanência de parte delas. O levantamento dessas imagens e sua comparação mostram que mesmo os primeiros níveis de ensino não foram ausentes de uma imposição iconográfica extremamente simbólica em relação à construção de uma memória visual voltada aos ideais do momento histórico-cultural do país.

PALAVRAS-CHAVE

infância, imagem, livro didático

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA: REPRESENTAÇÕES SOBRE A INFÂNCIA

Thais Palmeira Moraes

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

A reflexão aqui proposta aborda as representações sobre a criança e a infância e nasce da investigação que está a ser desenvolvida no âmbito do doutoramento. Tal estudo tem como temática a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) em sua atuação com a infância e investiga a existência desta instituição plurissecular, sua permanência ao longo de sucessivas conjunturas históricas e sua atuação com o público infantil numa longa duração (1834-1974). A Misericórdia de Lisboa foi fundada em 1498 e logo em seus primeiros tempos de funcionamento, o rei D. Sebastião determinou que, mediante contribuição financeira da Câmara, deveria se encarregar de atender diretamente crianças que demandavam proteção. Tal encargo manteve-se presente ao longo destes mais de cinco séculos de existência e foi sendo cumprido através de diversos serviços nas áreas da educação, assistência e saúde. São objetivos da investigação: sistematizar o número de crianças admitidas na Misericórdia e compará-lo com o recenseamento da população infantil de Lisboa, na tentativa de dar substância ao conceito de infância e de dar a conhecer a dimensão da presença da instituição na assistência e educação da infância; (re)constituir o(s) modelo(s) institucional assistencial-educativo e historiar a sua evolução. A investigação insere-se no quadro epistêmico da história das instituições educativas e está a ser desenvolvida por meio de bibliografia e de pesquisa documental no Arquivo Histórico da Misericórdia de Lisboa e no Instituto Nacional de Estatística. Tem sido construído um panorama histórico do atendimento ao público infantil, com a finalidade de mostrar quais serviços assistenciais-educativos existiram, como funcionaram e o que efetivamente ofereceram. Esta elaboração tem permitido observar como a concepção de infância, que é um dos conceitos nucleares da investigação, foi sendo (re)significada na evolução histórica da instituição em análise. É este aspecto que se pretende aprofundar e partilhar na presente comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, infância, modelo assistencial-educativo, representação

REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA INFANCIA EN EL PRIMER FRANQUISMO (1939–1951)

Miriam Sonlleva Velasco

Universidad de Valladolid

Las representaciones sociales no son constructos estables sino que se tejen en un marco social e histórico concreto. Las distintas culturas han ido estableciendo prácticas de socialización, cuidado y protección de la infancia a través de las distintas visiones e ideales de los miembros de la comunidad adulta, privilegiando frecuentemente, como explica Cussiánovich (2002), determinados géneros y clases sociales.

El presente estudio tiene como objetivo penetrar en las representaciones sociales de la infancia en el primer periodo de la dictadura franquista (1939-1951) y el valor que se le otorgaba a este colectivo infantil desde el final del conflicto bélico. Para ello, trabajaremos en diferentes campos que son de interés para descubrir el entramado de representaciones sociales que se presentan en la infancia durante este periodo, como son: las relaciones y valores familiares; las percepciones adultas sobre la infancia; y la consideración de la infancia a través de los medios de comunicación y el Estado.

Para llevar a cabo nuestra investigación, trabajaremos con una de las fuentes más demandadas para historiar esta temática: las voces de los propios niños y niñas que vivieron su infancia en la dictadura franquista. Los testimonios serán completados y debatidos junto con otras fuentes de interés. Documentos de archivo, prensa histórica, legislación política y escolar y material iconográfico son algunos de ellos.

En análisis de los datos recogidos nos permite conocer como el franquismo se sirvió de la imagen de la infancia desde el comienzo de la guerra con fines de propaganda política primero y para dar estabilidad a la dictadura después. El Régimen proyectó un modelo de infancia idealizado a través de diferentes iniciativas de protección a los menores, pero la realidad era bien distinta. Los menores sufrieron durante su infancia abusos, malos tratos y explotación, sobre todo aquellos de entornos sociales vulnerables.

Entre las principales conclusiones del estudio aparecen: 1) el papel de los progenitores y familiares adultos cercanos al niño como principales educadores de la infancia. La familia considera al menor como una propiedad y le educa través de un modelo en el que es apreciado como un ser inferior al adulto; 2) la consideración social de los niños en la primera infancia (y especialmente las niñas), como seres poco productivos para la sociedad y con menos competencias que los adultos. La justificación del control y la desvalorización de lo infantil constatan la imagen social que se le da al menor; y 3) el valor que otorgan a la infancia los medios de comunicación y el Estado por un lado de forma positiva, como una inversión de futuro para garantizar la estabilidad política del Régimen y por otro lado, como una carga para los poderes públicos, que consideran su educación y cuidado como un gasto social.

PALABRAS CLAVE

representações sociais, infância, franquismo

DA MEMÓRIA À REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA 'OUTRA INFÂNCIA' PORTUGUESA NOS PRINCÍPIOS DO SÉC. XX: DOS DISPOSITIVOS E MEDIDAS AOS MODELOS DE INTERVENÇÃO REEDUCATIVA

Ernesto Candeias Martins

Instituto Politécnico de Castelo Branco / Escola Superior de Educação

O quotidiano da criança, em cada época, produz-nos uma imagem/representação e uma atitude para com ela como se fosse um sentir natural de toda a História da Humanidade. À medida que retrocedemos na História (Social) da Infância e/ou da História da Educação (Social), detectamos, nesse passado actos de crueldade, maus-tratos e abusos, comportamentos de desviação (mendicidade, vagabundagem, vadiagem), de infracção e de delinquência, situações de abandono/desamparo, de exploração laboral, etc. que fez daquela infância uma agenda de investigação para historiadores. Aquela infância que não teve um percurso e uma normalização social e educativa dita normal designamo-las por 'Outras infâncias', as quais mereceram reformas sociais com a submissão de medidas, dispositivos e de políticas sociais. A história dessa infância desvalida constitui um caminho de aproximação para a compreendermos melhor no âmbito da história social e educativa, na perspectiva de uma História desde abaixo.

O problema do estudo é a imagem e representação social da 'outra infância' portuguesa, aquela que devido às suas condições e situações de 'anormalidade estava considerada 'desvalida' e/ou à margem da normalização social e, por isso, necessitada de protecção e reeducação. O arco histórico de análise é as primeiras duas décadas do séc. XX. Na base da metodologia histórico-documental e descritiva e da análise ao conteúdo documental e às fontes de base ao texto (fontes primárias impressas da época, legislação de protecção, a imprensa, o fotojornalismo, as monografias de instituições e outras fontes secundárias) o estudo está norteado pelos seguintes objectivos: Analisar a construção da infância na vertente médico-social e higienista especialmente a infância infractora e/ou em conflito social; Compreender os processos de protecção e assistência socioeducativa daquele período histórico. A representação social, daquela 'outra infância, tem em conta as suas formas de relação com o mundo social e as formas institucionalizadas, que marcam as suas diferenças com as normais. A metodologia argumentativa será de índole fenomenológica (o fenómeno da outra/outras infâncias no contexto de representação social e de reeducação, a diferenciação educativa dessa infância em instituições educativas especiais) e a hermenêutica (análise documental e discursiva às diversas fontes). A imagem (sócio - histórica) dessa infância teve o influxo de várias ciências no século XX, do dispositivo jurídico-social, das políticas sociais, que implicaram uma construção social que culminou com legislação de protecção em 1911, 1919, 1925, 1936, etc. e, ainda em termos internacionais com os direitos da criança. A nossa pretensão é de contribuir com alguns elementos de reflexão para a História [Social] da Infância ou da História da Educação Social em Portugal, abordando elementos de análise a essa infância: o assistencial; jurídico-legislativo; a imagem na imprensa e o reeducativo institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Outra Infância, Memória Histórica, Construção Social, História Educação Social, Modelos Intervenção

COLÔNIA ORPHANOLÓGICA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL ISABEL: UM ESPAÇO PARA INSTRUIR E EDUCAR NEGROS, BRANCOS E ÍNDIOS. (1874–1894)

Tamima Bastos

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto / CIIE

Margarida Louro Felgueiras

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto / CIIE

O presidente da Província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena, de acordo com a Lei provincial nº 1053 de 6 de junho de 1872, doou aos Frades Capuchinhos, a pedido destes, o edifício na Colônia de Pimenteiras, situado em um terreno com uma área significativa, para a construção de um Orfanato. Em 1874, o edifício da extinta Colônia Militar de Pimenteiras foi convertido em *Colônia Orphanológica Agrícola e Industrial Isabel*, em homenagem à Princesa Isabel e recebeu os meninos transferidos do *Colégio dos Órfãos*, de Recife, Pernambuco. No ano de 1894, este estabelecimento, que manteve sempre a denominação, muda para *Escola Industrial Frei Caneca*, gerido por um diretor de nomeação do Governo.

Este artigo tem como objetivos: descrever a origem e fundação da *Colônia Orphanológica Agrícola e Industrial Isabel*, e atualmente designado *Colégio de São Joaquim*; conhecer a educação e o tratamento dados pelos Frades Capuchinhos às crianças das diferentes etnias (negros, brancos e índios) que a instituição acolhia; compreender o significado social desta educação.

O arco temporal vai de 1874 a 1894, período da administração dos Frades Capuchinhos, os quais além de acolher e educar ensinavam a profissão agrícola e industrial às crianças desvalidas e órfãs do sexo masculino. Este Estabelecimento localiza-se no Município de Jaqueira, Província de Pernambuco.

O trabalho de análise fundamentou-se em alguns autores de referência, que nos ajudaram na compreensão das regras e vivências numa “instituição total” (Goffman, 1974) como eram estas, em regime de internato. São obras fundamentais para a interpretação do cotidiano, da cultura material e cultura material escolar as leituras de Michel de Certeau (1994, 2003) e Margarida Louro Felgueiras (2010). Michel Foucault (1978, 2008) e seus estudos sobre o mecanismo do poder, a disciplinação dos corpos e apropriação social dos discursos permite perceber a distribuição do poder e o funcionamento de uma instituição.

As principais fontes utilizadas nesta pesquisa foram: os Relatórios do Presidente da Província de Pernambuco; O Relatório do Frei Fidélis Maria de Fognano (1873), primeiro diretor do Colégio; um livro de correspondência de 1874-1879, posse do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Recife; imagens, fotografias, edifícios, artefatos e o “livro de ouro”, no qual constam as descrições feitas pelos visitantes do colégio entre os anos de 1885-1889.

Todas as fontes serão abordadas dentro da perspectiva da História social da Educação, procurando inserir a colônia orfanológica no contexto político e social da época, analisar a origem social das crianças e como isso afetou a forma como foram tratadas e educadas. Tendo presente os pressupostos da pesquisa histórica qualitativa trabalhamos com o “método indiciário” de Ginzburg (1989) recolhendo dos documentos já citados pequenos elementos e informações, que possam ser reveladores de forma de pensar e atuar na educação das crianças, nos finais do século XIX no Brasil. A pesquisa permite concluir que a educação e o tratamento dispensado às crianças era diferente segundo o seu grupo étnico, apesar de partilharem todas o mesmo espaço.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Colônia orfanológica, Colônia agrícola, órfãos, ingênuos, libertos e índios

EDUCAR E INSTRUIR A MOCIDADE: A ESCOLA COMO DESVIO DA VADIAGEM E DA DELINQUÊNCIA

Irlen Antônio Gonçalves

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

O propósito desta comunicação é o de apresentar, parcialmente, os resultados de uma pesquisa que intenta compreender como foram produzidas as representações de trabalhador, nos seus aspectos determinantes da legitimação de um ideário educativo modernizador, sobretudo, tendo na imprensa periódica o lugar de propagação de um ideário de trabalho em contraposição à vadiagem e à delinquência; ainda, identificar como, nos diferentes lugares e momentos, o trabalho positivado foi determinado, pensado e construído, a partir de representações. Na sua especificidade, o interesse é pelo discurso da imprensa que se coloca como interventor na sociedade, uma vez que é produzido por sujeitos que se faziam como representantes do poder constituído junto à população. As fontes contempladas foram os jornais que circularam em Minas Gerais no período que ocorreram as tramitações das referidas leis. O recorte temporal vai do ano de 1892 a 1920, período de tramitação e sanção de leis sobre o ensino profissional. Será dentro dessa periodicidade que acessaremos os jornais que circularam no Estado de Minas, por ocasião da tramitação e sanção de leis sobre o ensino profissional. Assim, em 1892 tivemos a primeira legislação que incluiu a criação de instituições de formação do trabalhador do campo; em 1906, a criação do ensino técnico primário como anexo dos grupos escolares; em 1911, as escolas complementares; em 1920, a separação das escolas complementares dos grupos escolares, passando o ensino técnico a categoria de pós-primário. A abordagem teórica encontra-se no entrecruzamento da História Política, da História Cultural, notadamente a partir de Serge Berstein e de Roger Chartier, com a História da Educação. De Berstein, tomamos o conceito de vetor, pois ele concebe a escola como vetor propagador de uma determinada concepção de cultura política; de Chartier, o conceito de representação, pois tal conceito permite pensar o mundo construído como representação e, ainda, identificar como “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Para a leitura das fontes, utilizamos as referências da análise do discurso político de Patrick Charaudeau. O que encontramos na leitura dos jornais é que o discurso posto a circular é conclamador de uma proposta de controle de comportamentos de jovem e de criança, pela via da escola como lugar do desvio da vadiagem e da delinquência. Dentro disso, foi possível captar e constatar que os discursos jornalísticos se colocavam como produtores de representações de trabalhador, de trabalho, de cidadania, de sociedade, de juventude e de criança.

PALAVRAS-CHAVE

representações, imprensa, discurso, vadiagem, delinquência

O DEVANEAR DA INFÂNCIA POBRE NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA REPRESENTAÇÃO NA OBRA *CHOVE NOS CAMPOS DE CACHOEIRA*

Laura Maria da Silva Araújo Alves

Universidade Federal do Pará

Maria do Socorro Pereira Lima

Universidade Federal do Pará

Por volta da segunda década do século XX, o estado do Pará iniciou um processo de decadência na sua história econômica sem precedência. Antes dessa crise, o sentimento da população amazônica era permeada de esperança de um futuro próspero alimentado pela riqueza dos seringais. Por volta de década de 30, veio a decadência com a perda do monopólio do comércio da borracha. Os sinais de pobreza eram visíveis, sobretudo na vida das populações ribeirinhas entre as quais, destacamos neste artigo, a população infantil habitante da ilha do Marajó, na Amazônia paraense da década de 30 a 40. O artigo traz um recorte de uma tese que situou sua investigação sobre a Educação e a Infância neste período e cenário a partir da representação da infância pobre na obra *Chove nos Campos de Cachoeira*, um romance escrito por Dalcídio Jurandir, escritor que viveu sua infância pobre na ilha do Marajó neste cenário decadente ocasionado pela crise econômica do comércio da borracha no Estado do Pará. Em meio a uma extrema pobreza que caracteriza a vida dos moradores da ilha do Marajó no estado do Pará, a pesquisa procura analisar lances de felicidade da infância pobre desse lugar. Para o devido estudo, contamos com pressupostos teóricos e metodológicos da Nova História Cultural, tomando o conceito de representação defendido por Chartier (1989), no sentido de “[...] compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio [...]”. Contamos também com as reflexões de Walter Benjamin (2013), que no seu entender, a criança é um ser supremamente piedoso, bom e sociável. Esse autor encontra nas crianças formas inspiradoras de entender o mundo. Para Benjamin, a criança é uma pessoa inserida na história e numa cultura, da qual é também criadora. A principal fonte histórica do estudo e ao mesmo tempo objeto de análise, selecionamos a literatura da Amazônia, prioritariamente a obra *Chove nos Campos de Cachoeira*. A pesquisa conclui que o quadro da infância pobre é bem representativo na obra *Chove nos Campos de Cachoeira*, onde a criança vive em um meio social de descaso e abandono denunciado pelos adultos. No entanto, nesse meio a criança se revela como sujeito que, necessariamente, não precisa entender o mundo da mesma forma que os adultos. Dessa forma, como sujeito social, a criança vive uma infância pobre na Amazônia marajoara das primeiras três décadas do século XX, significando o mundo em diálogos estabelecidos diariamente com os elementos da cultura, apropriando-os a partir de uma lógica diferenciada — a lógica infantil.

PALAVRAS-CHAVE

O devanear da criança marajoara, Infância pobre na Amazônia, Representação Literária

REVISTAS BRASILEIRAS E COLOMBIANAS PARA PROFESSORES DA INFÂNCIA: UM PARALELO

Juliana dos Reis Domingues

Universidade Federal de São Paulo

Ilvar Josué Carantón Sánchez

Universidade de Salamanca

O objetivo do presente trabalho é apresentar um paralelo entre os periódicos educacionais produzidos no Brasil e Colômbia, voltados especificamente para o primeiro nível da escolarização. O recorte temporal da investigação começa no período em que as revistas passam a ser publicadas em maior volume em ambos os países, o que corresponde ao início do século XXI até a atualidade.

Na primeira fase da pesquisa realizou-se o levantamento sistemático dos periódicos localizados nos principais acervos da cidade de São Paulo, Brasil e em Medellín, na Colômbia. A análise inicial dos periódicos encontrados permite classificá-los em duas categorias: periódicos oficiais e periódicos de empresas editoriais. Ambos os países possuem revistas direcionadas aos professores que trabalham com a primeira etapa da educação básica e apresentam diferentes propostas de ensino para serem trabalhadas em sala de aula. A partir da análise inicial percebe-se aproximações de sugestões de atividades que se assemelham e em outras se diferenciam, mas, de modo geral, a produção das revistas em ambos os países, visa repertoriar o professor no seu fazer pedagógico, com sugestões de atividades que nem sempre exigem ações críticas e reflexiva desse profissional.

Considerando as diferentes propostas educacionais dos dois países e fundamentado na perspectiva da história cultural, o trabalho apresenta elementos e características gerais das revistas encontradas relacionados com a sua fórmula editorial, a partir da análise feita de parte de seus editoriais e da sua materialidade.

Buscaremos apresentar as representações sobre a infância em ambos os países a partir da análise das revistas, além de discriminar os diferentes aspectos da produção material dos periódicos, analisando sobretudo sua fórmula editoriais considerando aspectos, tais como: início e fim da publicação, público alvo, alterações feitas no nome, denominações utilizadas para caracterizar as crianças, características das capas (uso de manchetes, chamadas, imagens, etc.), tamanho, número de páginas, uso de ilustrações e fotos no interior das revistas, presença de seções e propagandas. Buscou-se ainda situar cada publicação no contexto histórico em que surge e examinar a maneira como representa as crianças em suas diferentes edições, de modo a destacar determinadas diferenças entre as representações produzidas pelas revistas em ambos os países.

PALAVRAS-CHAVE

Infância, Cultura escolar, Revistas, Representações

INFÂNCIA E REPRESENTAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS ARQUIVOS DA CRECHE BARONEZA DE LIMEIRA

Carla Oliveira

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Maria do Carmo Martins

Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação

Os estudos historiográficos a partir da perspectiva da história cultural tem possibilitado um novo olhar para as instituições educativas. E, se o olhar para aquilo que autores como Benito (2017) e Grosvernor (2011) chamaram de “caixa-preta” da escola ainda tem sido um desafio, mesmo já com considerável produção, no campo da educação infantil, tais pesquisas tem encontrado escasso diálogo, fato que indica a necessidade de se pensar em tais questões para a produção de uma narrativa histórica diferente daquelas até então encontradas no âmbito desta modalidade de educação.

Assim, o presente trabalho pretende refletir sobre as representações sobre a infância, bem como os cuidados e educação destinados a ela no início do século XX a partir da materialidade disponível em um sítio arqueológico de uma creche fundada em 1911 e que permanece em atividade.

A discussão, a partir do viés da história cultural sob uma investigação metodológica da cultura material, cujas análises de imagens, objetos e também documentos permitem pensar em uma materialidade fundamental para a instauração de práticas direcionadas a uma infância específica, pobre e desvalida, tem possibilitado uma aproximação com um momento histórico em que a criança era compreendida como o futuro da nação. A oligarquia cafeeira, juntamente com os médicos representantes das ciências, atuavam a partir de um modelo que buscava, na filantropia, uma forma de manutenção e ordenamento social.

As fontes foram catalogadas em três séries distintas: fotografias, objetos/mobiliários e série documental. O diálogo entre as fontes e os autores se estabelece com Benito, Vidal, Silva e Souza no que tange à construção de uma narrativa a partir da materialidade. O recorte temporal tem início em 1911, ano de fundação da instituição em questão, e vai até o ano de 1936, culminando com a morte de sua fundadora.

As representações sobre a infância emergem quando visualizamos fotografias em que crianças brincam livremente, ou quando são preparadas para posar demonstrando sua saúde. Estão ainda, demarcadas em objetos preservados como uma mamadeira de vidro e um prato de porcelana inglesa, que remetem à importante discussão sobre a alimentação do bebê do período. Por fim, visualizamos suas formas de representação quando fazemos a leitura de relatórios que apelam à filantropia e à caridade para quaisquer tipos de doações, fossem em dinheiro, fossem em alimentos, vestuário, brinquedos, doces e até livros, artefatos que eram doados e utilizados pelas crianças atendidas pela creche.

Tudo isso permite problematizar um cenário complexo e inovador de atendimento que relaciona educação e assistência em uma instituição pertencente a um contexto social que ia se adequando às necessidades da época, fazendo dos arquivos da Creche, importantes fontes para pensar as representações sobre a infância de um momento histórico precursor das políticas de atendimento à infância tal qual concebemos hoje.

PALAVRAS-CHAVE

infância, cultura material, creche, história

A CRIANÇA NEGRA EM FOCO: ESCOLARIZAÇÃO E ASSISTENCIALISMO NA “TERRA DA LIBERDADE E DA CARIDADE”

Sandra Regina Pereira Ramos

Universidade Católica de Santos

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a inclusão de crianças negras no processo de educação formal na cidade de Santos, reconhecido reduto do movimento abolicionista brasileiro, por meio de fontes iconográficas. O texto é parte integrante de tese de doutorado em fase de finalização que tem como objeto de estudo das políticas públicas adotadas pela sociedade santista relacionadas às questões étnico-raciais. Na cidade foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia e instalados vários quilombos e espaços de resistência à escravização da população negra, mantendo, assim, uma sociedade pautada em relações inter-raciais muito peculiares. Santos carrega gravado em seu brasão de armas a frase “Patriam Charitatem et Libertatem Docui”, tornando-se conhecida como “Terra da Liberdade e da Caridade”, epíteto adotado como eixo modal desse estudo que visa determinar as possíveis contradições no processo de escolarização de seus “filhos” negros, ex-cativos, diante de uma elite santista fruto de um Brasil escravocrata. Em busca por um nexo-causal entre as demandas que envolveram a educação e as relações raciais, optou-se em conceber o passado como o instrumento a ser utilizado pelas sociedades para que se assumam tal qual são, como um referencial para análise do presente, neste sentido, o historiador deve transportar o presente para uma análise histórica, produzindo relatos e interpretações desse instante, isto é, transferindo o fato concreto à análise, subjetiva, porém questionadora, da história. A escassez de fontes documentais educacionais sobre a população negra, principalmente após a libertação dos escravizados, se constituiu em um obstáculo que, a partir do Método Indiciário de Carlo Guizburg, acabou por favorecer a utilização de outras fontes na busca por desvendar uma história a ser escrita. Diante de inúmeras imagens que retratavam a constituição das escolas e entidades assistenciais santistas, seus corpos docentes e discentes, caminhou-se no sentido de considerar a fotografia como documento rico em códigos sociais, aliando a abordagem semiótica à perspectiva histórica, refletindo sobre a conformação de espaços físicos e imaginários da escola. A análise iconográfica é apresentada por meio de uma crítica interna e externa das fotografias, oportunizando uma análise objetiva sobre a temática pesquisada, delimitando a frequência das crianças negras no ambiente educacional e retratando o processo de inclusão/exclusão dessa parcela da população. Conclui-se que para as crianças negras, filhos e filhas da “Terra da liberdade e da caridade”, a educação provinha das entidades assistenciais voltadas ao atendimento de crianças pobres, órfãos e expostas e, para as crianças não negras, mesmo as mais pobres, o espaço educacional era a escola tradicional. A elite abolicionista que clamava por liberdade da população negra, não teve a mesma preocupação no que tange às políticas públicas para a real libertação da criança negra, que somente ocorreria por meio da Educação.

PALAVRAS-CHAVE

criança negra, Educação, racismo, História

LA INFANCIA COMO REPRESENTACIÓN PEDAGÓGICA EN LA POESÍA ESCOLARIZADA DE JUAN RAMÓN JIMÉNEZ: UN ESTUDIO HISTÓRICO-CULTURAL (1930–1960)

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva

Heliodoro Manuel Pérez Moreno

Universidad de Huelva

Juan Ramón Jiménez Vicioso

Universidad de Huelva

Si se parte del supuesto, plausible, de que aprender es aprender a leer y enseñar es enseñar a leer, la lectura, entendida con generosidad semántica, constituye uno de los factores capitales de la formación humana y, desde luego, la piedra angular de la experiencia escolar y el significado de la escuela, como institución y comunidad. Esta comunicación se encuadra en un proyecto de investigación* que gira, justamente, en torno a la lectura y la educación literaria, desde una perspectiva histórico-cultural. Este proyecto tiene, como foco de estudio y discusión, el proceso de traducción pedagógica de que es objeto la obra creativa en la cultura escolar, a fin de convertirla en objeto curricular y educativo. Este proceso no es ajeno al contexto, ni a otros condicionantes de índole diversa, y comporta consecuencias para el texto y el lector. Para ahondar en él e ilustrarlo, se toma como referencia la poesía española del primer tercio del siglo XX, sus movimientos o generaciones y autores sobresalientes, y su versión escolarizada en los manuales escolares de educación primaria y secundaria.

En esta comunicación, el análisis se circunscribe a la poesía de Juan Ramón Jiménez, autor de uno de los libros en español más escolarizados de todos los tiempos, *Platero y yo*, y de una ingente e influyente obra poética que mereció el Premio Nobel de Literatura en 1956. Nuestro objetivo es observar, caracterizar, comprender y aun interpretar la metamorfosis o tránsito formal y semántico, que va desde el texto literario hasta su versión pedagógica en los manuales de lengua y literatura del periodo 1930-1960, centrando preferentemente la atención en la representación o representaciones de la niñez y de la infancia. Por supuesto, un determinado significado de la infancia, en tanto que conocimiento cultural, es objeto de transmisión y puede llegar a ser más o menos compartido. La potencia normalizadora de la escuela, en sociedades intensamente escolarizadas, juega, desde luego, un papel relevante en ello. Incluso se podría afirmar que la imagen contemporánea de la infancia, además de responder, en sentido estricto, a una matriz socio-histórica, tiene también mucho de fabricación pedagógica y escolar. Esta comunicación indaga, precisamente, en esta cuestión.

* Nota: Este Proyecto Nacional de Investigación se titula: “Lectura y educación literaria: Antonio Machado, Juan Ramón Jiménez y Federico García Lorca en la cultura escolar española e hispanoamericana. Un estudio histórico y pedagógico” (Ref. RTI2018-098692-B-I00). Véase también la propuesta de comunicación presentada por la Dra. Antonia M. Mora Luna (Instituto de Educación de la Universidad de Lisboa), vinculada al mismo Proyecto.

PALABRAS CLAVE

Cultura escolar

PSICANALISTAS DEDICADOS À INFÂNCIA: ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES AOS PAIS E PROFESSORES

Júlia Catani

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

O desenvolvimento da psicanálise e dos discursos sobre o cuidado destinados às crianças intensificaram-se bastante no decorrer do século XX, dado o aumento dos índices de sobrevivência infantil e da melhoria das condições sanitárias nas diversas nações. A contribuição de Sigmund Freud (1856-1939) atravessou fronteiras. Apesar de não ter atendido crianças, ainda assim, ele deixou conhecimentos preciosos para se pensar a educação infantil e o seu desenvolvimento. Seus estudos foram sendo incorporados e adaptados de formas singulares. Transformações teóricas e técnicas foram feitas em função das condições políticas, econômicas e culturais de cada região, bem como dos destinatários das obras.

Este trabalho objetiva analisar algumas das maneiras pelas quais se estabeleceram relações entre a psicanálise e a educação mediante o exame das obras de Anna Freud (1895-1982), Melanie Klein (1882-1960), Donald Winnicott (1896-1971) e Françoise Dolto (1908-1988). Trata-se de mostrar como estes psicanalistas clássicos exprimiram-se sobre educação (desde as primeiras décadas do século XX até os anos 1970). E assim compreender como o saber psicanalítico incorporado à educação provoca alterações nas orientações e práticas de pais e professores.

Pretende-se marcar as tradições freudianas e os eixos fundamentais que cada um destes pensadores (Anna Freud, Melanie Klein, Donald Winnicott e Françoise Dolto) elegeram para sustentar teorias e inovações propostas para que o seu legado chegasse ao campo da educação. O estudo recorre às principais obras dos autores evidenciando recomendações explícitas dirigidas aos pais e professores. Metodologicamente, problematiza a passagem dos conhecimentos científicos psicanalíticos para o domínio educativo apoiando-se em autores que explicam historicamente o trânsito entre as disciplinas e entre os espaços geográficos e sócio-culturais. Em especial, Renato Mezan, Peter Burke, Christian Dunker. Para viabilizar a análise buscou-se localizar, sistematizar e comparar entre os estudiosos que trataram da educação a presença dos conceitos e argumentos construídos para integrar os seus discursos.

Concluiu-se que parte das orientações assume estrutura prescritiva semelhante à dos manuais de puericultura escritos por médicos para ajudar as mães na educação, no início do século XX. Igualmente no decorrer do século, os conhecimentos da psicologia e psicanálise foram incorporados, com frequência, aos manuais de formação de professores. Em função das relações, convergências e afastamentos construídos entre estudiosos constataram-se quatro elementos fundamentais para a comparação e que foram examinados na obra de cada um: 1. a importância do brincar para o desenvolvimento; 2. o grau de participação dos genitores no cuidado e mesmo sua atuação no tratamento analítico; 3. as proposições para a educação infantil. 4. as relações entre as *propostas inovadoras* dos psicanalistas e as *formas tradicionais* dos cuidados transmitidos por mães e avós experientes ao longo das gerações. Esses pontos foram importantes no processo de tornar os resultados acessíveis a um grande público (uns mais, como Winnicott e Dolto e outros menos, como Klein) produzindo discursos sob a forma de orientações assimiláveis, dirigidas a pais e educadores.

PALAVRAS-CHAVE

História da educação, Orientações de pais, Desenvolvimento, Infância, Relações psicanálise e educação

A IMPRENSA ESTUDANTIL BRASILEIRA COMO ESPAÇO INTERMEDIÁRIO ENTRE A INTIMIDADE E A VIDA PÚBLICA (1930 – 1945)

Mônica Yumi Jinzenji

Universidade Federal de Minas Gerais

Eliezer Raimundo de Sousa

Universidade Federal de Minas Gerais

Neste trabalho, analisamos oito jornais/revistas escritos por estudantes de escolas secundaristas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro durante a Era Vargas (1930-1945). Constituem a imprensa estudantil, considerada aqui como espaço formativo, para além do currículo disciplinar, sendo, em alguns casos, vinculados a grêmios estudantis, em outros, independentes. O fato de coexistirem vários títulos dentro de um mesmo estabelecimento indica que se tratava de uma prática usual, que contava com a participação de estudantes e também, direta e indiretamente, de professores.

Os jornais e revistas estudantis são heterogêneos, sendo uma característica comum, a direção e redação pelos estudantes. Tudo indica que eram endereçados aos próprios pares, mas circulavam por outros estabelecimentos escolares, por meio de trocas interinstitucionais. Em geral, a maioria do conteúdo era de autoria de estudantes e os temas eram variados, sendo ou não relacionados diretamente ao universo escolar.

Destacamos a presença de textos relacionados a modelos de comportamento prescritos socialmente para homens e mulheres, por meio de poesias, peças de teatro, contos, crônicas, apropriação de textos teóricos, e outros. Além da escrita e difusão dos textos, esses impressos promoviam concursos para eleger garotos e garotas dentro de critérios atléticos e morais, o que indica a incorporação e reprodução dos valores compartilhados pela comunidade escolar. Podemos dizer, assim, que a imprensa estudantil funcionava como um espaço intermediário entre as dimensões da intimidade e da vida pública, por possibilitar o debate e as trocas relacionadas às expectativas sociais, atributos morais e comportamentais que ultrapassavam a estrutura curricular e disciplinar oficial, mas que balizavam a convivência social de modo tácito.

Por fim, a imprensa estudantil, por meio da dimensão formativa, ocupava um espaço intermediário entre o íntimo e o público e possibilitava a difusão das expectativas coletivas sobre valores morais e comportamentais a serem incorporadas pelos leitores e leitoras.

PALAVRAS-CHAVE

imprensa estudantil, Era Vargas, Brasil



EIXO VIII

FORMAÇÃO DE PROFESSORES
E TRABALHO DOCENTE

ESTUDIO HISTÓRICO COMPARADO DE LA FORMACIÓN DE MAESTROS DE 1939 Y 1955

Monica Otero

Consejo de Formación en Educación

La Ley N° 18437 del 2008 establece la creación del Instituto Universitario de Educación, por ello la formación docente se encuentra en un proceso de cambio, esto nos hace reflexionar sobre la Historia de la Educación nacional en general y el lugar de los planes de estudio en la formación de maestros en particular. Entendiendo a este como un discurso específico de saber (Bordoli, 2006) que supone una doble articulación en la estructura y en el acontecimiento. La dimensión estructural del objeto del saber-conocimiento se conforman en redes de sentido que han sido conformadas históricamente, derivadas de la ciencia que se modifican y re-estructuran con la intencionalidad de ser legitimados y enseñados.

En esta investigación buscamos establecer las bases interrogativas para revisar, de-construir y coconstruir nuestras prácticas como instituciones formadoras de maestros generando marcos teóricos referentes para ello analizaremos los programas de los planes de estudio de la formación magisterial de los años 1939 y 1955. Teniendo como objetivo identificar y analizar las presencias, elementos comunes y divergencias en los programas de las asignaturas de los planes de estudio de formación de grado de maestros de educación primaria de los años 1939 y 1955.

Con el fin de examinar comprensiva y críticamente los planes de estudio de 1939 y 1955 realizaremos un análisis de cada uno de ellos de manera independiente y luego simultáneamente. La unidad de análisis considerada fue el texto realizando del análisis de contenidos. Se partió de categorías previas atendiendo a los objetivos y al marco teórico de referencia. Las categorías son duración de los planes, número de asignaturas, selección y organización de contenidos.

Los planes de formación magisterial de 1939 y 1955 están organizados por asignaturas y a su vez por bolillas. En el plan 1955 se evidencia en los programas lineamientos para el docente estimulando a cada uno realice su interpretación e implementación, fundamentación (Stenhouse, 1984). Lo importante es la selección que realiza libremente, él puede reflexionar, comprender y transferir los saberes-conocimientos.

Entrega una única titulación la de maestro de primaria.

En ambos planes la mayor carga horaria está dedicada a la práctica docente, tienen una la relación proporcional entre los años y cantidad de asignaturas, a mayor año menor cantidad de asignatura y están dividido en objetos de conocimientos secuenciados y ordenados según un criterio de complejidad creciente (Comenio en Bordoli, 2006).

El Plan de 1939 está dividido en sesenta y una asignaturas estableciendo una enumeración del tema-contenido a desarrollarse. El apartado Instrucciones a los Profesores del Curso y observaciones o notas pauta para el profesor indica que debe realizar, configurándose como un modelo unido al producto, el profesor aplica las actividades planificadas por otros, es decir es prescriptivo.

El Plan de 1955 está formado por cuarenta asignaturas, evidenciamos en él lineamientos y fundamentación estableciéndose cuál la finalidad de la asignatura pero como un centro de análisis y de reflexión.

PALABRAS CLAVE

Formación, inicial, historia, comparada

EULÁLIA MARIA LAHMEYER LOBO UMA INTELLECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DA HISTÓRIA

Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

As sociedades são formadas por instituições e sujeitos que, em contrapartida, as formam e as fazem existir da forma específica pela qual se organizam. A pesquisa que ora se apresenta focaliza a professora e historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1924-2011) e a importância de seu papel na constituição da História e do ensino da História no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro compreendendo o processo de formação de professores de História. Foi muito jovem uma das primeiras mulheres a doutorar-se e a tornar-se catedrática na área de História do Brasil, na antiga Universidade do Brasil nos anos de 1950, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como referencial teórico a investigação apoiou-se no conceito de intelectual de Antonio Gramsci (2006) que afirma que todos os homens são intelectuais, contudo, apenas alguns desempenham tal papel na sociedade. Esse é o caso da historiadora Eulália Lahmeyer que se tornou uma protagonista na constituição do campo da História durante meados do século XX, afirmando a condição feminina em um mundo ainda profundamente masculino. O objetivo do trabalho investigativo é o de demonstrar a importância da professora e a sua influência na formação de uma geração de professores de História no universo carioca. Para elucidar o perfil dos professores de História, licenciados nas instituições universitárias públicas localizadas em território do estado do Rio de Janeiro, buscou-se, ainda, apoio no conceito de tipo antropológico proposto por Cornelius Castoriadis (1999), pois o perfil do docente de História que atua no estado do Rio de Janeiro constitui-se em um modelo particular, com características próprias que garantem sua singularidade. O conceito de geração apresentado por Jean-François Sirinelli (2003) também se mostrou de grande valor para a compreensão do grupo de professores entrevistados, posto que expressem interesses, aspirações, atitudes que refletem um dado momento histórico e a referência a uma herança intelectual-acadêmica. A pesquisa concentrou-se em duas vertentes: em entrevistas na perspectiva da História Oral, metodologia que possibilita ao pesquisador a construção de informações que funcionam como fontes para o exame de vivências cotidianas que não foram encontradas em documentos escritos; e na análise de entrevistas concedidas pela personagem aqui destacada. Por fim, o trabalho considerou que a trajetória da professora-historiadora Eulália Maria Lahmeyer Lobo se fez importante para a sustentação dos cursos de História e para o processo de resistência aos ataques à própria sobrevivência da disciplina de História.

PALAVRAS-CHAVE

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, formação de professores-historiadores, intelectuais

ARTISTAS MODERNISTAS NA SALA DE AULA: O CASO DO INSTITUTO DE ARTES DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL – RJ (1935–1939)

José Roberto Pereira Peres

PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O objetivo principal do trabalho é discutir a atuação de figuras eminentes da Arte Moderna Brasileira como formadores de professores no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal – UDF. O corpo docente desta instituição era constituído pelas seguintes personalidades: Candido Portinari, Mário de Andrade, Alberto da Veiga Guinard, Sílvia Meyer, Gilberto Trompowsky e Georgina de Albuquerque, artistas responsáveis pela construção da identidade brasileira, por meio de suas obras. A questão que norteia esta pesquisa é: quais foram os motivos que impulsionaram esses intelectuais artistas a lecionarem numa Universidade, a qual tinha como missão primordial formar professores? A hipótese desse estudo está pautada na ideia de que os intelectuais e artistas modernistas viram no Instituto de Artes da UDF um campo fértil para a promoção de novas ideias e uma maneira de difundir seus princípios ligados à Arte Moderna, pois seria por meio da intervenção na educação que se promoveria uma transformação ideológica a favor da nova arte. E uma formação de professores imbuída dos princípios da modernidade contribuiria de maneira eficaz na propagação desse ideal. Resultante dessa manifestação modernista na Educação, acredita-se também que formou-se uma nova compreensão sobre a Arte na escola regular, pois os objetivos e as finalidades do curso de formação de professores de Artes e Desenho, de acordo com as fontes consultadas, seriam distintos dos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Belas Artes, a instituição mais antiga de formação do artista no Brasil. O método da pesquisa é o de análise documental. Além das fontes escritas, lançamos mão de fontes orais, como as entrevistas de ex-alunos de Candido Portinari. As fontes documentais consultadas foram: jornais, Instruções da UDF que dispõem sobre a composição e estrutura da Universidade com relação às escolas que a compõem e fotografias das Aulas de pintura mural e cavalete de Candido Portinari. O referencial teórico que norteia as reflexões desta pesquisa baseia-se nas seguintes categorias: *Formação docente* e *Intelectuais*. Dessa forma, para embasar a categoria *Formação docente* foram escolhidos os trabalhos de Nóvoa (1999) e de Tardif (2002), que auxiliam na compreensão, sobre quais eram as competências, os saberes e as habilidades que o Instituto de Artes objetivava munir os professores de Artes e Desenho para o ensino secundário, bem como perceber as influências dos professores dessa instituição na construção de uma prática específica do magistério das Artes Visuais. A categoria *Intelectuais* tem como embasamento os trabalhos de Miceli (2001; 1996), Pécaut (1990) e Sirinnelli (1996), que são de grande relevância para compreender o papel desses artistas e intelectuais na articulação entre o campo intelectual-artístico, escolar e a esfera política, bem como para apreender de que maneira alguns professores do Instituto de Artes influenciaram na construção de saberes docentes específicos do magistério das Artes Visuais.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de Professores de Artes, Artistas Modernistas, Instituto de Artes da UDF

O “PROGRAMA DA CADEIRA DE DIDÁTICA GERAL PARA O ANO DE 1939” E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE DOCENTE NO BRASIL

Maria Verônica Rodrigues da Fonseca

Fundação Técnico Educacional Souza Marques (FTESM) / Escola Superior de Guerra (ESG)

O trabalho investiga o processo de construção curricular da disciplina Didática Geral no Brasil e seu papel na formação da identidade docente brasileira. A disciplina contemplada neste estudo foi construída na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil) da Universidade do Brasil - primeira instituição de ensino superior pública federal brasileira - organizada com a finalidade de servir de *modelo*, de *padrão* para todas as demais instituições de ensino superior do país. Em consonância com o projeto de formação docente constituído no âmbito da política educacional que se organizava no Brasil, a partir dos anos de 1930, a Didática Geral destacou-se em meio a outras disciplinas que também se constituíram como pedagógicas/científicas. A pesquisa tem como recorte temporal o período de 1939 a 1968, e trata especialmente da trajetória da disciplina Didática Geral desde sua criação, com a finalidade expressa de “preparar candidatos para o magistério secundário e normal”, de acordo com o modelo de formação de professores idealizado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, no primeiro Governo de Getúlio Vargas, até o ano de 1968, quando, em consequência do modelo universitário construído para o Ensino Superior brasileiro nos anos de 1960, a FNFil é extinta e em seu lugar é criada a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa foi produzida a partir da articulação das contribuições teóricas do Campo do Currículo e da História da Educação, mais especificamente, dos estudos em História do Currículo e História das Disciplinas, associando-os aos estudos arqueológicos foucaultianos sobre discurso, que possibilitaram reflexões metodológicas acerca do processo pelo qual se busca descrever e compreender a ordem interna, isto é, as regras que possibilitam a constituição discursiva de um determinado saber. E, considerando que o estudo do currículo escrito assume especial relevância para a compreensão da construção sócio-histórica de uma disciplina, o texto apresenta a análise do “Programa da Cadeira de Didática Geral para o ano de 1939” — primeira ementa formulada para a disciplina — confrontando-o com outros documentos curriculares disponíveis no acervo da instituição, tendo por objetivo identificar nessas fontes documentais o ordenamento discursivo construído e que vai sintetizando, objetivando, de certo modo, o saber necessário para a formação do professor brasileiro. A análise realizada aponta que nos processos de seleção dos conteúdos no interior da disciplina e das finalidades atribuídas ao seu ensino, identifica-se a construção discursiva “relação teoria- prática”, como central na disciplina ao longo de sua trajetória. Configurando-se como um dos conteúdos que se estabilizaram como pertencentes a este saber disciplinar até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE

Didática Geral, História das Disciplinas, História do Currículo, Formação de Professores

EL SEMINARIO DE PEDAGOGÍA (ESPAÑA) Y LOS CENTROS DE CAPACITACIÓN EN MÉTODOS DE EDUCACIÓN ACTIVA (CEMEA, FRANCIA): LA RENOVACIÓN PEDAGÓGICA EN LA ESPAÑA DE LOS AÑOS SESENTA

Beatriz Chamorro Cercos

Universidad de Valencia

Luis Miguel Lázaro Lorente

Universidad de Valencia

A mediados de los años 60 un grupo de profesores valencianos insatisfechos con la metodología utilizada en las aulas españolas durante el tardofranquismo, comienzan una aventura que cambiará su visión docente. Tras asistir a un Stage organizado por los CEMEA en Thuir (Francia) rompen con la metodología tradicional y buscan alternativas para motivar a un alumnado acostumbrado a un aprendizaje memorístico y repetitivo.

Fruto de la consulta de las fuentes primarias depositadas en el Archivo del Sindicato de Comisiones Obreras (CCOO) en Valencia, se han podido analizar las bases educativas y la transmisión de valores vinculadas a la función docente de los miembros que conformaban el Seminario de Pedagogía del Colegio Oficial de Doctores y Licenciados de Valencia, así como la relación que mantenían con los CEMEA.

Los CEMEA eran centros dirigidos a las clases populares, cuya finalidad era capacitar para poder aplicar métodos de enseñanza activa. Estos centros sirvieron de inspiración para los profesores que más adelante conformarían el Seminario de Pedagogía de Valencia. Asimismo, además poner en práctica la metodología activa cuyo principio básico era “solo se aprende aquello que se hace”, comenzaron a organizar Stages con la ayuda de miembros de los CEMEA, que colaboraban de forma altruista. A través de estos espacios de formación, se ponían en común los métodos utilizados, se compartían experiencias docentes y se analizaba el impacto que estas tenían en el alumnado.

Frente a un contexto político de régimen dictatorial, con una escuela anclada en valores y metodologías tradicionales, los docentes de ambas instituciones buscaban “cambiar la escuela con la que se habían encontrado”.

PALABRAS CLAVE

Seminario de Pedagogía, Formación de profesorado, Educación activa, Renovación pedagógica

A PROFISSÃO DOCENTE EM TEMPOS DE CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA ABORDAGEM COMPARADA

Libania Nacif Xavier

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Brasil

A comunicação apresenta as linhas gerais que orientaram o estudo comparado da história do associativismo docente no Brasil e em Portugal, na segunda metade do século XX. Toma como base as perspectivas de análise de autores como Jacques Revel (1998), Jürgen Schreier (2001) e Antonio Nóvoa (2008), que sugerem a observação do objeto de estudo de um ponto de vista relacional, isto é, como processo e não como fato estático. Propõem, ainda, a observação por meio de escalas variáveis, isto é, do ponto de vista, local, nacional e global, realizando um *trabalho de contextualização múltipla*. Tais perspectivas nos incitaram a buscar entender como as relações de poder que tiveram curso nos contextos de transição democrática das décadas de 1970-80 ganharam a eficácia possível, *sendo retranscritas em contextos variáveis e heterogêneos* (Revel, 1998:29). Assim, será priorizada a observação dos fenômenos de *circulação, negociação e apropriação* de ideias, modelos e práticas ligadas à organização da escola e da profissão docente, difundidas de modo mais intenso na segunda metade do século XX, com destaque para o contexto de redemocratização que marcou a ambiência política de alguns países da América Latina e da Europa, em paralelo com as transformações inscritas no processo de expansão da escola de massas, em nível mundial. Procuramos observar, em escalas variadas, como se deu a intervenção de diferentes instâncias — organizações coletivas de professores, Estados-Nação e Organismos Internacionais — com vistas à organização da carreira e à gestão das identidades profissionais dos professores. O solo empírico no qual se desenvolveu tal observação se situou no espaço-tempo marcado por processos de ruptura política ocasionadas pela queda dos regimes autoritários que prevaleceram, no Brasil e em Portugal, nos anos 1970, bem como pelas ações coletivas de (re) construção democrática mobilizadas, em particular, pelos professores. Em primeiro lugar, nos esforçaremos por explicitar as possibilidades teórico-metodológicas e analítico-empíricas que orientaram o trabalho de *contextualização múltipla*. Em seguida, procuraremos analisar as condições por meio das quais se deu a configuração de um *contexto transnacional* de organização da carreira docente com base na intervenção de organismos supranacionais. Nosso esforço final será o de compor uma articulação entre essas diferentes instâncias, definindo, a modo de síntese, um espaço-tempo marcado pela concorrência entre diferentes registros e modos de intervenção na organização da carreira, bem como na definição das funções sociais e das condições de exercício profissional do magistério atuante na educação básica.

PALAVRAS-CHAVE

profissão docente, construção democrática, abordagem comparada

A ESCOLA DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DE VIANA DO CASTELO NOS ANOS DE 1973 A 1988

António José Gonçalves Barroso

Agrupamento de Escolas da Abelheira — Viana do Castelo

A Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo, criada na década de 60 do século passado, funcionou até 1988, sendo substituída pela Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

A formação de professores em Viana do Castelo iniciou-se em 20/01/1897, quando a Câmara Municipal dirigiu uma representação ao Rei pedindo a criação de uma Escola Mista de Habilitação ao Magistério Primário, nesta cidade. Por decreto de 1/02/1897, foi criada a Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário de Viana do Castelo, que só começou a funcionar no ano seguinte, instalada num palacete, no largo de D. Fernando. No primeiro ano lectivo de 1898/1899, matricularam-se 35 alunos de ambos os sexos. Em 1900/1901, a Escola, passa a designar-se Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo, para, em 1918/1919, ter o nome de Escola Primária Superior de Viana do Castelo e, em 1921, Escola Primária Superior João da Rocha. Com o fim da Primeira República, a Ditadura Militar, e depois com o Estado Novo, as Escolas Normais foram extintas em 1930, substituídas pelas Escolas do Magistério Primário, encerradas em 1936 e reabertas em 1942, em consonância com os objectivos do regime salazarista para a formação de professores. A partir de 1945, foram criadas Escolas em diferentes cidades, ao mesmo tempo que foram autorizadas Escolas do Magistério Primário particulares, como vai ser o caso da de Viana do Castelo.

A Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo ocupou um edifício situado na rua da Bandeira nº 664, desta cidade. Que saibamos, praticamente nada foi publicado sobre ela, e só recentemente tivemos acesso à sua não muito extensa documentação. Referiremos o número de alunos que concluíram o curso para o exercício do magistério primário nesta Escola, a distribuição por sexos, a idade, local de nascimento e classificações finais obtidas. As actas do Conselho Escolar serão objecto de análise. Vamos elencar o nome dos elementos que faziam parte do pessoal administrativo, auxiliar e da cantina.

Desta Escola também destacaremos o jornal *Escola Popular* do qual saíram apenas cinco números entre Janeiro e Outubro de 1976, título que figura na obra *A Imprensa de Educação e Ensino: repertório analítico (séc. XIX-XX)*, com direcção de António Nóvoa.

Para a realização deste trabalho usaremos a imprensa local, documentação pertencente à Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário, Escola de Ensino Normal e Escola Primária Superior João da Rocha. Usaremos também a documentação da Escola do Magistério Primário, desde 1973 a 1988, que existe na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, destacando entre outros os livros de termos de Exame de Estado para o Magistério Primário, os livros de termos de conclusão do curso para o exercício do Magistério Primário, os livros de actas do Conselho Escolar, os livros de ponto do pessoal administrativo e auxiliar.

Pretendemos com esta comunicação dar a conhecer uma instituição escolar de formação de professores do ensino primário da cidade de Viana do Castelo, tentando contribuir para um melhor conhecimento da realidade educativa local e nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de professores, instituição escolar, ensino primário

DA REFORMA FRANCISCO CAMPOS À *REVISTA DO ENSINO*: AS PREMISSAS DA ESCOLA NOVA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS (1927–1934)

Monique Adriele da Silva

Universidade Federal de Uberlândia

Carlos Henrique Carvalho

Universidade Federal de Uberlândia

Alzenira Francisca de Azevedo

Universidade Federal de Uberlândia

A presente comunicação tem por finalidade discutir, sob o prisma da História da Educação em Minas Gerais, as propostas contidas na *Revista do Ensino*, no período compreendido entre 1927 a 1934, quando foram debatidos os problemas em torno da formação de professores, bem como as iniciativas para se ampliar o número de grupos escolares, já sob a influência da Escola Nova. O impresso era um órgão oficial e tinha como objetivo contribuir com a formação das normalistas e de professoras dos grupos escolares. Pela análise da *Revista do Ensino* pode-se perceber a importância que o governo do estado de Minas Gerais atribuía à formação de professores, sendo necessária para seu projeto de aumentar a quantidade de escolas primárias, isto é, os grupos escolares. Ademais, os debates para tal formação se ancoravam a partir dos princípios da Escola Nova, não apenas pela necessidade de se implantar a “racionalidade pedagógica”, mas também tendo no horizonte o despertar o interesse para os problemas educacionais do estado.

Portanto, os objetivos desta proposta foi identificar como os fundamentos exarados pela Reforma Francisco Campos (Decreto n. 8.162 de 20 de janeiro de 1928), trouxeram uma nova regulamentação do Ensino Normal, relacionando esta formação aos princípios escolanovistas, principalmente os relacionados ao ensino primário. Também foi nossa intenção entender a importância dos Grupos Escolares para o desenvolvimento das crianças, ou seja, pois de acordo com as premissas da Escola Nova, o professor não deveria, por exemplo, concertar os erros dos alunos, mas sim, levá-los a refletir sobre os seus próprios erros. Sendo estes elementos que objetivamos evidenciar nesta investigação, pois era intenção do estado mostrar à “nova classe docente sua missão”: situar o ensino na realidade do aluno, este entendido como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, em que o professor fosse o mediador, oferecendo condições para que essas crianças desenvolvessem suas capacidades criativas e construíssem uma consciência de análise crítica.

Nesse contexto de profundas transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais, as lutas por mudanças no campo da educação se amplificam junto às elites do de Minas Gerais, as quais passam a promover as reformas necessárias para modificar a situação de analfabetismo reinante à época. Para tanto, em um primeiro momento, o governo estadual procura reformular o marco legal da educação, com a referida Reforma Francisco Campos e pela discussão e apresentação das premissas da Escola Nova via *Revista do Ensino* no Estado de Minas Gerais, com a finalidade de modernizar à formação dos professores mineiros, bem como disseminar os grupos escolares.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Nova, Reforma Francisco Campos, Revista do Ensino, Formação de Professores, Grupos Escolares

HISTÓRIAS DE PROFESSORAS: AS MARCAS DA ESCOLA EM NÓS...

Simone Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dileno Dustan L. Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora

Reafirmando Certau (1994) este artigo traz trajetórias que falam... Trajetórias de professoras que, refletindo sobre suas histórias de vida, suas memórias e suas práticas ressignificam quem são e o que fazem. As reflexões que aqui trago são frutos da minha tese de doutorado que, caíram em solo fértil e germinaram, dando origem a outras histórias... O foco do artigo é relacionar histórias de vida e vivências pessoais com o fazer/ser docente. Nesse sentido, recupero as rodas de conversas e as narrativas como espaço/instrumento privilegiado de produção de conhecimentos e apresento as professoras que compartilharam comigo esta empreitada. Elas contam suas histórias de alunas e docentes em um município do interior de Minas Gerais e as memórias que afloram sobre a escola nos mostram que muitos saberes que precedem e tantas vezes guiam, de forma insuspeita, nossas práticas, não estavam previstos, são parte das marcas que a escola deixou em nós. Mas como nos diz Paulo Freire, “A questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendemos a presença do passado em procedimentos do presente” (2000, p. 75). As lembranças nos desestabilizam e nos fazem olhar de outro jeito para o que acontece todo dia. E, nosso desafio diário, como professoras, é o de perceber que havia algo ali que não tinha sido visto antes, é o olhar para o mesmo e ver o diferente. E, esta nova perspectiva pode ser o ponto de partida para construirmos a escola que sai da escola e se encontra com a vida.

PALAVRAS-CHAVE

Histórias de vida, Trabalho docente, Narrativas de professoras, Rodas de conversas, Memórias

A ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE-PB: APONTAMENTOS ACERCA DO SEU MODELO DE FORMAÇÃO DOCENTE (1960–1970)

Niédja Maria Ferreira de Lima

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Melânia Mendonça Rodrigues

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Vívia de Melo Silva

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana - Campina Grande-PB, única instituição pública de formação para o magistério no nível médio do município, foi criada na década de 1960 e está em funcionamento há mais de meio século. A constatação da carência de bibliografia e pesquisas mais aprofundadas, e diretamente voltadas à referida Escola Normal, nos motivou a desenvolver a pesquisa “A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana - Campina Grande/PB: criação e consolidação (1960-1970)”, aprovada na chamada MCTI/CNPq N° 14/2014. Neste texto, abordaremos a formação de professores primários na instituição, analisando, mais especificamente, o modelo de formação de professores expresso nas estruturas curriculares implementadas durante o período 1960-1970 na instituição. Elegemos esse período por ser, respectivamente, o ano de 1960 de sua criação e 1970 o último ano de vigência da LDB n° 4024/61, que implicou em alterações na organização e funcionamento das escolas normais do país. Respaldamo-nos nos estudos de Saviani (2005; 2009), Tanuri (2000), entre outros, por tratarem da história da formação de professores no Brasil, abordando aspectos históricos e teóricos, com seus modelos de formação docente. A investigação levou em conta o contexto de implantação dessa instituição de ensino, bem como aspectos de seu funcionamento e compreendeu, como procedimentos teórico-metodológicos, a análise documental. Como fontes históricas, trabalhamos com fichas da vida escolar do alunado, relação de professores, certificados de conclusão de curso ginasial, leis e decretos. Em nossos apontamentos, identificamos que, durante o período em tela, o curso de formação de professores primários da Escola Normal adequou-se ao disposto na Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei n° 8.530, de 2 de janeiro de 1946) e na regulamentação desse Ensino na Paraíba (Lei n° 850, de 6 de dezembro de 1952). Ao longo das três séries do curso, conforme verificado nas fichas de matrícula das alunas, encontramos divergências no elenco de disciplinas por série, no período estudado, sem ter havido — até onde conseguimos investigar — qualquer mudança na regulamentação oficial no Estado, mesmo após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n° 4024/1961). A partir de alguns resultados precedentes, observamos que o desenho curricular implementado nesta instituição de formação docente, nos dá indícios da adoção do “modelo pedagógico-didático de formação” (Saviani, 2009). Esse modelo formativo vigorou até a aprovação da Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, ou seja, enquanto as Escolas Normais predominaram, como locus de formação do magistério no nível médio.

PALAVRAS-CHAVE

Modelo de formação docente, Disciplinas curriculares, Escola Normal Estadual de Campina Grande-PB

MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INSTRUMENTOS MEDIADORES DE DISCURSOS PEDAGÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DE 1930 NO BRASIL

Roberlayne Roballo

Universidade Federal do Paraná

O presente trabalho apresenta a análise dos manuais de História da Educação (HE) que serviram de suporte para os cursos de formação de professores, a partir de 1930, no Brasil. Os manuais escolhidos para esta pesquisa foram editados pela Companhia Editora Nacional, e pertencem à “Coleção Atualidades Pedagógicas”, no âmbito do projeto editorial intitulado “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, dirigido por Fernando de Azevedo de 1931 a 1945, e por Damasco Penna, de 1946 a 1978. As obras analisadas são: “Noções de História da Educação” (1933), de Afrânio Peixoto; “História da Educação” (1939), de Paul Monroe; “Noções de História da Educação” (1945), de Theobaldo Miranda Santos; “História da Educação e da Pedagogia” (1955), de Lorenzo Luzuriaga e “História da Pedagogia” (1957), de René Hubert. A história dos manuais escolares se insere na história cultural, apresentando peculiaridades à história educacional e à história da leitura, pelo estabelecimento de vínculos com a escola e com a formação docente. São instrumentos reveladores de sentidos sobre as práticas pedagógicas, os saberes escolares e os discursos dos professores. Logo, a perspectiva metodológica utilizada visa compreender estes manuais, de autores nacionais e estrangeiros, a partir da análise do discurso, mais especificamente do discurso pedagógico. Nesta direção aspirou-se compreender os *sentidos pedagógicos* que ecoam dos manuais de HE, sustentando que é possível compreendê-los como *mediadores* de discursos pedagógicos. Discursos que prescrevem formas de pensar, sentir e agir diante do mundo em geral e da educação (escolar) em particular. Atribui-se a tipologia de discurso pedagógico aos manuais, porque este tipo de texto tem como marca a *nominalização* e como frase de base aquela com o verbo ser. Do ponto de vista de seu referente, o discurso pedagógico se mostra puramente cognitivo, informacional, porém, é *efeito de sentidos* e não mera transmissão de informação. A opção por este tipo de análise significou aproximar os manuais dos processos de escolarização, constitutivos da cultura escolar e destinados à formação docente. Especificamente, considerando que os manuais de HE eram destinados à escola, a análise incide sobre os discursos pedagógicos marcados por questões do tipo: quem ensina, o que se ensina, para quem ensina. Por isso, o objetivo foi revelar por meio de temas presentes nos manuais, como: a história da educação, a educação e a escola, as representações (sociais, culturais, educativas) que os textos e seus autores buscam tornar indispensáveis à escrita da História da Educação. Dessa forma, a partir destas considerações, passou-se a compreender que, feita nestes manuais, a História da Educação representa um testemunho sobre um modo de se fazer e pensar a educação. Os manuais de HE, resultantes de seu processo de produção e circulação, manifestam a sociedade, a cultura e a pedagogia que contribuem para a memória da formação docente e para a própria história da história da educação.

PALAVRAS-CHAVE

Manuais de História da Educação, Formação Docente, Concepções de História da Educação, Discurso Pedagógico

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS AO PROFESSORADO NA REVISTA DO ENSINO DA PARAÍBA (1932–1942): UMA INICIATIVA DE FORMAÇÃO?

Vívia de Melo Silva

UFPB

Niédja Maria Ferreira de Lima

UFCG

Melânia Mendonça Rodrigues

UFCG

O presente texto é decorrente do projeto de pesquisa intitulado “Um impresso na história da educação da Paraíba: a Revista do Ensino (1932-1942)”, que reuniu estudantes do Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia – PET/Pedagogia/UFCG, professoras da Unidade Acadêmica de Educação da UFCG (UAEd/UFCG) e do Departamento de Fundamentação da Educação da UFPB (DFE/UFPB) durante dois anos, envolvendo momentos de catalogação, organização e estudos. Nesta pesquisa, tivemos como objetivo possibilitar uma leitura crítico-analítica da Revista do Ensino da Paraíba, um veículo da imprensa oficial publicado pela Diretoria de Ensino Primário e criado pelo Decreto nº. 287 de 18 de maio de 1932, assinado por Gratuliano da Costa Brito, cuja circulação perpassou dez anos, mediante 18 números em 15 edições. Para este texto, especificamente, abordaremos as matérias publicadas nos 18 números deste impresso oficial da educação paraibana que trazem direcionamentos técnicos para a prática docente, refletindo essas matérias como uma iniciativa de formação ao preofessorado do estado. Para desenvolvimento deste estudo, foi-nos fundamental as contribuições gramscianas no que tange à discussão da imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e do papel político-ideológico que esse veículo de comunicação apresenta. Ademais, no que se refere ao trabalho com as fontes, especialmente considerando a Revista do Ensino da Paraíba, as orientações de Bacellar (2005), Catani e Bastos (2002), também nos possibilitaram uma base para entender este impresso pedagógico como um vestígio fecundo para pesquisas no vasto campo da história da educação, no nosso caso, acerca da formação docente. Como resultados, observamos que nos 18 números das revistas, publicadas no período de 1932 - 1942, se apresentavam matérias de cunho técnico para a prática do professorado. Estas matérias pontuavam, de forma didática e instrutiva, como o professorado poderia trabalhar os conteúdos das diferentes disciplinas escolares em suas salas de aulas. Ademais, na Revista do Ensino, percebemos que foi predominante as matérias de instruções técnicas para o ensino de Língua Materna e de Arithmetica.

PALAVRAS-CHAVE

Revista do Ensino da Paraíba, Formação docente, Orientações didáticas, Impresso pedagógico

FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL NA PRÁTICA DE ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA: FORMAÇÕES, CURRÍCULOS E IDENTIDADES

Danielle Pereira Gomes Flores

Faculdade de Humanidades e Artes

Alzeny Flores Pereira

Faculdade de Humanidades e Artes

Este estudo busca levar a termo uma pesquisa que apresenta como ponto de partida o conjunto de saberes e práticas que foram se consolidando ao longo da história de formação acadêmica e de atuação na formação continuada de professores. O objetivo geral desta dissertação é explanar como a formação de competências didático-pedagógicas determina a prática de alunos do ensino superior, na área da educação. Os objetivos específicos consistem em identificar os saberes teórico-disciplinares referentes ao processo de construção da história indentitária individual; conhecer os saberes relacionados ao percurso profissional e construídos no contexto da prática de formação; e apresentar literaturas que ressaltam a necessidade de formação continuada para o professor. Como procedimento metodológico foi apresentado aos sujeitos da pesquisa, os alunos-professores, um questionário com perguntas mistas, com a finalidade de possibilitar a estes o diálogo constante entre os saberes advindos das disciplinas constitutivas do currículo acadêmico e aqueles saberes advindos de suas experiências docentes. As percepções sobre os desafios da formação docente que surgiram a partir dessa experiência foram pouco a pouco sistematizadas como um objeto possível de investigação, com base no estudo de três saberes: os saberes teórico-disciplinares referentes aos processos de construção da história individual; os saberes relacionados ao percurso profissional e de formação do professor-formador; e os saberes construídos no contexto da prática de formação. Em considerações finais, destaca-se que muitos professores, conforme resultado da pesquisa aplicada Universidade escolhida, com alunos de Pedagogia precisam ser reconquistados para a reflexão, no seio de uma realidade complexa, dinâmica e eivada de incertezas.

PALAVRAS-CHAVE

Formação, Professores, Currículo, Saberes

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PORTUGAL E NO BRASIL (1920–1940): FIOS QUE SE ENTRELAÇAM

Mônica Teresinha Marçal

Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Diana Carvalho de Carvalho

Faculdade Municipal de Palhoça – FMP

Este artigo apresenta a formação de professores primários em Escolas Normais no Brasil, mais especificamente em Florianópolis – Santa Catarina e em Portugal. A formação de professores é o fio que une a discussão destas duas realidades, apresentando algumas de suas semelhanças e diferenças. O processo de formação de professores é um dos campos de estudo da história da educação que auxilia na compreensão da constituição da instituição escolar. Entender como diferentes Estados-nações realizaram a circulação dos discursos, as práticas de democratização que deram acesso a determinados tipos de formação (no caso, a dos professores primários), os saberes que foram selecionados dentro da matriz científica, os dispositivos utilizados para a implementação das Escolas Normais, bem como, as políticas públicas que legitimaram tais acessos (considerando as especificidades internacionais, nacionais e regionais), pode ajudar a compreender como estes professores desenvolveram suas concepções sobre as crianças e a infância em suas práticas em um determinado período histórico, ou seja, as décadas de 20 a 40 do século XX. A pesquisa, de abordagem qualitativa, contempla o estudo bibliográfico e documental. Espera-se como resultado contribuir para verificarmos a atuação dos governos, ora para inovarem a educação com base em preceitos científicos modernos, ora para perpetuarem ações que possibilitassem o controle dos professores, das crianças e das famílias no sentido de propagar um ideal de nação e de formação de sujeito para a sociedade vigente.

PALAVRAS-CHAVE

Crianças e Infância

A VOZ DO PROFESSORADO: ENTRE A INSTRUÇÃO E A PROFISSÃO NO CONTEXTO AÇORIANO

Leandro Ávila

Universidade dos Açores

A revolução liberal em Portugal definiu a instrução e ilustração dos povos como uma das suas traves mestras, assumindo um apostolado que congregou em si uma série de matrizes e pressupostos, cuja transposição para o quotidiano nacional padeceu de enfermidades várias, que resultaram, em muitos casos no enviesamento da visão que se pretendia para um novo Portugal.

Com efeito, a aplicabilidade desses postulados, emanados dos dispositivos legais exarados do centro político, esbarrou com vários entraves, decorrentes das diversas realidades do território português.

Perante esta realidade, foram emergindo várias vozes críticas, tendo a imprensa periódica assumido, neste domínio, um papel fundamental na delação de fragilidades e incongruências, esboçando, simultaneamente, algumas respostas e soluções.

Neste domínio, a abundante imprensa da ilha Terceira, que marcou sobretudo a segunda metade do século XIX, assume, muitas vezes, um papel cimeiro na aclaração de diversas posições, sobre diversos aspetos da sociedade de então. Neste sentido, o quinzenário *A Voz do Professorado* emerge como espaço não só de reivindicação e de contestação ao estado da instrução e às condições da classe do professorado do ensino primário, mas também lança pontos de reflexão sobre estas duas cambiantes.

A emergência de órgãos de imprensa, como o que agora é analisado, permite-nos aferir o grau de comprometimento com as causas defendidas e a consciencialização da sua abrangência. No caso em concreto, pretendemos observar estes aspetos no domínio da perceção da realidade em torno da instrução e dos seus principais agentes: os professores.

No cruzamento com outras fontes, foram considerados algumas das corporações administrativas distritais, nomeadamente o Governo Civil e a Junta Geral de Distrito, procurando-se decifrar o mapeamento das preocupações e ações destes órgãos oficiais perante a inconformidade que se foi gerando.

A municipalização do ensino primário e a expectativa sobre a aplicação da reforma de 1878 e regulamento de 1881, são mensuráveis numa periferia insular como os Açores, com particular incidência na ilha Terceira. No descortinar do século XIX português, a observância de aspetos particulares e circunstanciados possibilita-nos considerar o desvelo e eficácia da ação de um poder político centralizado nas periferias.

Na assunção clara pela defesa da instrução e das condições de trabalho da classe do professorado do ensino primário, subjaz a consciencialização da importância de uma adequada habilitação para o exercício do magistério, cujos efeitos, ainda que superficiais, já haviam sido mensurados com a breve experiência do funcionamento da Escola Normal do Distrito de angra do Heroísmo no adiantar da década de 1870.

A escassa referência à autoria dos artigos e até ao proprietário do periódico em causa poderá indiciar a procura de uma maior liberdade na denúncia das condições de trabalho da classe do professorado, denotando-se, ao longo dos vinte e seis números publicados, uma progressiva radicalização do discurso, culminando numa assunção clara da defesa de ideários republicanos.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa, centro/periferia, professorado primário

HISTÓRIA DO CURRÍCULO: INVESTIGANDO A PRODUÇÃO DA DOCÊNCIA E SEUS SUJEITOS NAS REFORMAS DO TEMPO PRESENTE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Beatriz Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina

Juliana Marsico

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcia Serra Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Neste texto, investigamos de que forma as políticas curriculares para a formação de professores no Brasil vêm, historicamente, produzindo uma noção de docência por meio da qual viemos fabricando os professores da (e para a) educação básica. Mais especificamente, temos focalizado as reformas curriculares que vêm ocorrendo no tempo presente, dando especial atenção aos sistemas de pensamento, no sentido proposto por Thomas Popkewitz, que classificam e produzem espaços a serem habitados por professores em formação inicial no país. Ele articula duas investigações de doutorado com a pesquisa 'História do Currículo e das Disciplinas: desenvolvimento e uso de uma abordagem discursiva para investigações no ensino e na formação de professores' (CNPq e Faperj), todas desenvolvidas no 'Grupo de Estudos em História do Currículo', no âmbito do NEC/UFRJ. Nelas, no diálogo com Michel Foucault e Thomas Popkewitz, temos investido na construção de uma abordagem discursiva para os estudos em História do Currículo que assumem uma perspectiva de História do Presente, em uma potente interlocução com historiadores como Keith Jenkins e Reinhart Koselleck. Ao significarmos política como discurso, assumimos que os textos das reformas curriculares possuem o poder de legitimar certas ações em detrimento de outras. Tal assunção nos instiga a buscar entender as regras que constituem os sistemas de pensamento por meio dos quais vieram sendo formadas as 'verdades' do ensino e da formação de professores, regulando o que pode (e o que não pode) ser dito e feito em escolas e universidades. Com tal perspectiva, nosso arquivo de pesquisa foi constituído pelos seguintes documentos/monumentos, todos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara Plena (CNE/CP), os quais instituem as diretrizes para a formação docente no país: Parecer 9/2001; Parecer 2/2015; Projeto de Resolução 2019. Na análise desse arquivo, evidenciamos a fabricação, no sentido proposto por Ian Hacking, de um professor comprometido, a um só tempo, tanto com a aprendizagem dos estudantes quanto com a sua própria formação. Em tal movimento, a docência vai sendo significada como uma espécie de missão 'redentora' comprometida com a formação de cidadãos conscientes e emancipados, capazes de agir na transformação da sociedade. Nesse processo, definições curriculares centralizadas — tais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as avaliações em larga escala — emergem como dispositivos capazes de produzir esse tipo específico de sujeito na escola. Tal produção discursiva se dá em um movimento que vem situando o professor como responsável pelo desempenho dos estudantes na escola e nas avaliações em larga escala, com a docência voltada para a melhoria desses índices. O baixo desempenho dos estudantes estaria, então, diretamente relacionado com uma espécie de incapacidade docente, fruto de uma profissão historicamente precarizada no país. Ao dar visibilidade a esses enunciados que vieram produzindo, nas reformas curriculares do tempo presente, a docência e os professores da (e para a) educação básica, acessamos os sistemas de pensamento a partir dos quais viemos significando, historicamente, aquilo que consideramos o 'bom' ensino, assim como a formação de professores supostamente 'adequada' para ele.

PALAVRAS-CHAVE

História do Currículo, História do Presente, Formação de Professores, Reforma Curricular, Docência

LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EN TORNO A LA FORMACIÓN INICIAL DOCENTE EN CHILE. DESDE LO PÚBLICO A LOS ACTORES (1990– 2002)

Mabelin Garrido

Universidad Alberto Hurtado

Sebastian Neut

Katholieke Universiteit Leuven

El objetivo de la presente ponencia es caracterizar el proceso de formulación e implementación de las políticas en Formación Inicial Docente desarrolladas en el proceso chileno de transición a la democracia (1990- 2002), considerando la función pública otorgada al conocimiento y su vínculo con las estrategias de posicionamiento político del gobierno, su campo académico más leal y la oposición del gremio docente representado en el Colegio de Profesores. Para lograr dar cuenta de tal proceso hemos realizado una revisión documental de decretos y leyes; producción científica pedagógica de la época, y otras publicaciones emanadas de los organismos estudiados. Asimismo, hemos revisado, en diferentes fases, el diario nacional *El Mercurio* y el periódico del Colegio de Profesores *Docencia*.

Durante los dos primeros gobiernos de la Concertación (Patricio Aylwin y Eduardo Frei) el Estado aportaba desde la esfera subsidiaria a la formación de profesores, financiando perfeccionamiento docente, primero con la creación de fondos liderados por el Centro de Perfeccionamiento, Experimentación e Investigaciones Pedagógicas (CPEIP)- para estancias en el extranjero, becas de estudio- y posteriormente, con su acción más emblemática: la creación del Fortalecimiento de la Formación Inicial Docente (FFID) para algunas de las universidades que impartían pedagogías sin importar la naturaleza de su propiedad (pública o privada), sino más bien, en consideración del proyecto que presentaban para la mejora. A su vez, los protagonistas del cambio no fueron considerados para la mejora de sus prácticas. Por ello el Colegio de Profesores intentó visibilizar sus demandas mediante una cohesión del gremio y posteriormente con la realización del Congreso de Educadores de 1997, donde un punto clave trabajado fue precisamente su formación.

Los resultados de nuestra investigación apuntan a los cambios que se vislumbraron en los hacedores de política, desde un total rechazo a las políticas de formación docente iniciadas en Dictadura Civil Militar (1973- 1990) a un acercamiento a las lógicas neoliberales para concebir a los profesores. En este sentido destacamos la responsabilización del docente sobre su actuar pedagógico, la desregulación de las Instituciones formadoras y la relevancia que tuvo el saber pedagógico en su dimensión profesional y tecnológica. La escueta política pública, en términos prácticos se focalizó en generar fondos concursables para las universidades que impartían pedagogías y financiarlas para su “renovación”. Tanto la creación de becas de perfeccionamiento docente del CPEIP como el FFID, apuntaron a resolver la “deficiencias” en la formación inicial. Lo paradójico de la situación es que a pesar de que el Estado financió a algunas escuelas de pedagogía, no asumió la responsabilidad en la formación de profesores, ya que esta correspondía en última instancia a las universidades. Precisamente la crítica del Colegio de Profesores apuntó a este aspecto subsidiario y neoliberal que adoptaron los Gobiernos de la Concertación, con la elaboración de diagnósticos severos y la ejecución de un plan de mejora que en ningún momento cuestionó a las instituciones formadoras, considerando que durante la década de 1990 se había registrado una proliferación de universidades e institutos profesionales que estaban impartiendo pedagogías.

PALABRAS CLAVE

Chile

POSICIONES DE LA DOCENCIA ANTE LA REFORMA DE 1968 EN LA ARGENTINA

María José Draghi

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación / Universidad Nacional de La Plata

El período que se extiende entre 1966 y 1974 en la Argentina, se enmarca en un proceso de modernización social y cultural que se caracterizó por la expansión de los sectores medios, de la sociedad de consumo y de la difusión de las comunicaciones. Fue un período de grandes debates y puesta en crisis del discurso hegemónico. La juventud y los sectores obreros se fortalecen como sujetos políticos claves en el cuestionamiento al sistema político, económico y cultural.

En ese clima de época, el descontento que se palpa a partir de 1955 (con la proscripción del peronismo) y los sucesivos golpes de estado, enlaza hacia los 60 con experiencias de emancipación, - como la revolución cubana-, a partir de la cual algunos sectores de la juventud argentina comienzan a buscar respuestas diferenciándose de los antiguos partidos comunistas y socialistas. En ese escenario de prácticas represivas de la participación política y de renacida esperanza revolucionaria, se expresan rupturas y posiciones que darán origen a los primeros núcleos de la “nueva izquierda” en la Argentina. Aparecen así, soluciones radicalizadas ante gobiernos militares y civiles que producen retrocesos en los derechos civiles y políticos del conjunto de la sociedad argentina.

En términos educativos, en 1968 la dictadura militar propone una reforma estructural del sistema educativo argentino (conocida como “Reforma Astigueta”) cuyos principales pilares fueron la aplicación del principio de subsidiariedad del Estado, la transferencia del servicio educativo nacional primario a las provincias y la reestructuración del sistema educativo (acortamiento de la educación primaria a 5 años; introducción de un nivel intermedio orientativo de 4 o 5 años entre el secundario y el primario denominado “Escuela Intermedia”; y un nivel medio optativo basado en bachilleratos modalizados).

La reforma impactó también sobre la formación docente prolongando los años de estudio y trasladándola al nivel terciario.

Tal como plantea Myriam Southwell (2003), los cambios en materia educativa del período 1968 -1972 serán resistidos por distintos sectores sociales y de la docencia en particular a través de sus organizaciones gremiales. En este marco se van a manifestar tensiones entre dos modelos de docente: el profesionalista, que resalta aspectos técnicos y la cualificación de la tarea docente y propone la organización de asociaciones autónomas, y el de maestro-trabajador sindicalizado, que considera al docente como profesional-trabajador, identificándolo como un sector de la clase trabajadora.

En la presente ponencia se busca recuperar los discursos acerca de la reforma que se construyen y circulan en el período aludido, en la Argentina, y que tensionan al colectivo docente produciendo posiciones en pugna.

Para ello, se trabaja con la recopilación de fuentes documentales provenientes de los medios de comunicación, boletines oficiales y documentos de organizaciones gremiales, entre fines de los ‘60 y principios de los ‘70 en Argentina.

PALABRAS CLAVE

Docentes

O PERCURSO PROFISSIONAL DO DOCENTE FARIA JÚNIOR EM INTERFACE COM O ENSINO DE LATIM NO BRASIL

Wânia Cristina dos Reis José Balassiano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O professor Ernesto de Faria Júnior, docente foco da pesquisa em curso de doutorado e para o presente estudo, é considerado uma referência acerca do ensino do latim (Valle, 2006; Bernardinelli, 2006; Amarante, 2013; Cordeiro & LEITE, 2017). Isto posto, apresentamos como foco central deste trabalho, a análise dos principais marcos de seu percurso profissional com vistas a apreender suas contribuições no campo dos estudos da disciplina acima mencionada. Cabe ressaltar, que o mesmo atuou em diversificados espaços educacionais, dentre os quais salientamos a docência na Universidade do Distrito Federal (UDF/ 1939) e do Colégio Pedro II (CP2), Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da então Universidade do Brasil e, do mesmo modo, da Universidade do Distrito Federal, atual universidade do Estado do Rio de Janeiro. No que tange a cargos administrativos exerceu, identicamente, as funções de diretor e vice-diretor da FNFfi, onde fundou a Cátedra de Língua Latina e Grega. Ademais, possui uma produção bibliográfica de relevo, onde destacamos a utilização ainda nos dias que correm da Gramática Para o Ensino Superior (1959), como parâmetro nos cursos de graduação e Pós-Graduação no Brasil e em Portugal, verbi gratia. Realizou profusas viagens pedagógicas (Minogt & Gondra, 2007) para Europa, particularmente na década de 1950. Atento à conjuntura educacional de seu tempo, em especial meados do século XX, participou de modo incansável das contendas no que se refere à permanência da disciplina no currículo escolar, vindo a falecer em 14 de março de 1962, nas dependências da FNFfi, após calorosa Reunião de Congregação. Em termos de perspectiva teórica, nos apropriamos dos conceitos de trajetórias e estudos biográficos (Bourdieu, 1996 & 2003; Delory-Momberger, 2012; Dubar, 1998; Levi, 1996; Loriga, 1998 & 2011; Minogt, 2018; Schimidt, 2018), formação docente (Mesquita & Lelis, 2017; Xavier, 2014 & 2015; Vidal, 2001), intelectuais (Gomes & Hansen, 2016; Sirinelli, 1998 & 2009). As peças documentais a serem analisadas estão sendo coletadas no Centro de Memória do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, no Núcleo de Documentação do Colégio Pedro II e no acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro em diálogo com as considerações de Vieira *et al* (2000). Por fim, vale mencionar a manifestação do cronista Tristão de Athayde que em artigo escreveu: “Um Humanista. Escreveu Garret que Camões morreu com a pátria. Teria o nosso Ernesto Faria Júnior morrido com... o latim? (Revista Confluência 31, p. 35, ano 2006).

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Estudo Biográfico, Trajetórias Profissionais, Disciplina Escolar Latim

LA FORMACIÓN DOCENTE DURANTE EL PORFIRIATO. EL CASO DEL PROFESOR HERCULANO CORTÉS

Francisco Hernández Ortiz

Benem. y, Centen.. Escuela Normal del Estado de San Luis Potosí

Emir Antonio Cruz Rentería

Universidad del Valle de San Luis

Introducción. La Historia Social durante el siglo XX contribuyó a develar los rostros de los personajes marginados por la historiografía positivista, hizo visible a grupos y sujetos como: campesinos, trabajadores, comerciantes, mujeres, niños o profesores. Este trabajo se sitúa en los estudios del profesorado, como personajes históricos, pioneros y constructores del Estado Liberal del siglo XIX en México.

El magisterio mexicano para Arnaut (1998) es resultado de una evolución histórica, su complejidad y diversidad está relacionada con la región geográfica donde se asentaron las primeras escuelas normales del país en el siglo XIX. Galván y López (2008) documentan y reescriben la historia de las niñas y mujeres que optaron por el magisterio, durante los siglos XIX y XX. Rockwell (2007) indica el rol de la escuela, la tarea de los profesores como reproductores de los ideales del Estado. García (2003) analiza la actuación educativa de las profesoras en Veracruz durante el Porfiriato. Hernández (2012;2018) estudió el acceso de las mujeres al profesorado, su incursión en la escritura. Reconstruyó la conformación del primer gremio de profesores. El trabajo hace visible la formación y ejercicio profesional del profesor Herculano Cortés, educado en la Escuela Normal de San Luis Potosí. Su experiencia profesional se ubica de 1872 a 1930.

Métodos. Es un estudio histórico-analítico, en la metodología se utilizaron técnicas comparativas de los conceptos teóricos del positivismo, de los datos empíricos tomados de fuentes primarias de archivos históricos, como base para la reconstrucción histórica.

Objetivo. Conocer la formación, trayectoria y contribución profesional del pedagogo Herculano Cortés a la educación pública en San Luis Potosí.

Conclusiones. La Escuela Normal para Profesores tuvo influencia teórica del positivismo en sus planes de estudio. El profesor Cortés, provenía de una familia humilde, en condiciones de precariedad, con apoyo de su madre y su profesor de instrucción primaria, fue canalizado para incorporarse a los estudios normalistas. La trayectoria profesional del profesor Cortés, fue destacada como maestro, director de escuela elemental, catedrático y director de la Normal de Profesores. Produjo libros de texto y dirigió la Junta de Profesores.

PALABRAS CLAVE

Magisterio

ENTRE O CONHECIMENTO DA LIÇÃO E A VERDADE A SER ENSINADA: O MANUAL NORMAL DA ESCOLA DOMINICAL NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DAS IGREJAS PROTESTANTES (1938)

Priscila de Araujo Garcez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Em 1938, a Casa Publicadora Batista, situada na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Junta de Escolas Dominicais e Mocidade publicou a terceira edição revista e ampliada do *Manual Normal da Escola Dominical* com o intuito de “prestar um serviço conspícuo e único através de uma nova geração para o melhoramento das Escolas Dominicaes.” (Batista, 1938, p. 3). Dividido em três seções, o manual foi utilizado pelos normalistas do Curso Normal Modelo, projeto protestante de caráter interdenominacional, criado em 1915, cujo objetivo era prepará-los pedagogicamente, uma vez que já atuavam como professores leigos nas classes das Escolas Dominicais. A seção III do manual, denominada “o Ensino”, escrita pelo pastor norte-americano Bernard Washington Spilman (1871-1950), contém textos pautados em uma pedagogia prática por meio de orientações e prescrições que ressaltam as especificidades que caracterizam a docência no meio eclesial protestante, particularmente na denominação batista. Na educação protestante aplicada no manual, o saber religioso não se afasta do científico, pois o método de ensino dialoga, especialmente, com Pedagogia Ativa e com o estudo da Bíblia para a formação intelectual, moral, doutrinária e espiritual dos alunos. Assim, conforme o autor supramencionado, caberia ao professor normalista saber a lição e a verdade a serem ensinadas. Além disso, a relevância do papel a ser desempenhado por este docente em formação é bastante evidente nas prescrições contidas nos textos do manual, pois a missão de doutrinar e educar contribuiriam para a constituição de um ideal de civilização cristã pautado nos princípios americanos de progresso. Nesse sentido, interpretar o caráter didático do *Manual Normal da Escola Dominical*, utilizado como veículo do projeto educacional protestante para a preparação de professores em âmbito eclesial é o objetivo deste artigo. Na perspectiva de Mendonça (1984), a educação instrumental (desenvolvida nas igrejas) ajudará a descortinar as características dos modelos didáticos expressos no manual, uma vez que evidenciam o trabalho docente desenvolvido nas escolas dominicais. Chartier (1996) auxiliará na compreensão sobre os protocolos de leitura que incutem ao texto duas estratégias: a primeira, puramente textual, desejada pelo autor, que tende a impor uma leitura esperada de seus leitores; a segunda, que entrecruza-se com a primeira e apresenta-se a partir das formas tipográficas, tais como: disposição e divisão do texto, ilustração, dentre outras. Estes últimos elementos não pertencem à escrita, mas à impressão e são decididos pelo editor-livreiro e não pelo autor. Nesse sentido, como os textos da seção “o Ensino” eram pensados e produzidos para a formação pedagógica desse leitor normalista? Diante do exposto, a educação em âmbito eclesial, os dispositivos textuais e as formas tipográficas expressas no *Manual Normal da Escola Dominical* oferecem elementos para compreendermos as intenções didáticas, educativas e editoriais que se apresentam na materialidade deste manual pedagógico destinado aos professores leigos das escolas dominicais, a partir de um debate, inserido na historiografia protestante e na História da Educação, no qual é possível vislumbrar as igrejas como espaços de formação pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE

Manual Pedagógico, Preparação de Professores, Educação Protestante

POETISAS NA SALA DE AULA: A TRAJETÓRIA DE DUAS PROFESSORAS EM MAGÉ NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Kimberly Araujo Gomes Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A educação era vista como fonte para o progresso da Província do Rio de Janeiro e com isso, houve o aumento progressivo de escolas masculinas e femininas durante o século XIX. No que tange o magistério público feminino, segundo a Lei Geral de Ensino de 1827, deveria ser exercido por “mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos”(Art. 12). Ao longo do Oitocentos, as mulheres foram ocupando cada vez mais o espaço da docência e para analisarmos aspectos da constituição do magistério feminino fluminense, pretendemos apresentar neste trabalho uma análise das trajetórias de duas professoras primárias no município de Magé, na Província do Rio de Janeiro entre 1840 e 1882. No andamento da pesquisa, localizamos a presença de 24 professoras públicas atuando na localidade entre 1840 e 1889. Destas, destacamos as professoras Luiza Augusta de Menezes e Minervina Laura Moreira Guimarães, que além de serem “mulheres na sala de aula”, eram poetisas. As referidas docentes atuavam em freguesias diferentes: Luiza atuava na freguesia de Nossa Senhora da Piedade e Minervina na freguesia de São Nicolau do Suruí. Utilizamos estudos que discutem a história local e regional, a história da Baixada Fluminense, o conceito de jogos de escalas de Jacques Revel (1998) igualmente as contribuições de Faria Filho (2009) quanto ao uso da região como unidade e posição de análise. Para analisarmos os caminhos percorridos pelas professoras, seus pertencimentos sociais, formação e ingresso no magistério público, bem como o desempenho das mestras frente ao ensino de meninas em Magé, utilizamos como fontes a imprensa periódica, o Almanak Laemmert, os relatórios dos presidentes da Província, leis e decretos provinciais. O conceito do “fio do nome” de Ginzburg e Poni (1991) nos auxilia a apreender o processo de inserção social docente e sua atuação local. Tendo em vista que a educação feminina é apontada como um meio viável para a emancipação e melhoramento das condições das mulheres, Guimarães (2011) destaca que em um período em que as mulheres estavam afastadas de certos espaços da vida social e de participação política, a escrita pode ser compreendida como uma tática de resistência. Tanto Luiza quanto Minervina atuaram no ensino da leitura e da escrita junto as meninas mageenses e também desempenharam a função de escritoras o que demonstra as possíveis conexões entre a atuação docente e a atividade literária, ambas entendidas como recursos possíveis de emancipação e resistência.

PALAVRAS-CHAVE

Magistério Feminino, Poetisas, Magé

EMOCIÓN, BELLEZA Y AMOR... LA EDUCACIÓN ESTÉTICA EN ESCUELAS DE ESPAÑA (1929–1936)

Rosa Ortiz de Santos

Universidad de Valladolid

Luis Torrego Egido

Universidad de Valladolid

La prensa pedagógica forma parte de nuestro patrimonio histórico-educativo y es un medio esencial en la recuperación y reconstrucción de la historia de la educación. *Escuelas de España* es una revista pedagógica publicada entre 1929 y 1936, surgida del afán de transformar y renovar los centros educativos que muestran sus fundadores, tres maestros rurales, que recientemente ha comenzado a generar interés en la historiografía educativa. En ella es visible, tanto por los colaboradores de la revista como por los temas abordados en numerosos artículos, la influencia de la Institución Libre de Enseñanza (ILE).

La educación integral es una reconocida constante pedagógica en el ideario de la ILE. Este planteamiento tiene una indudable ascendencia krausista, y entre los ámbitos que integra es especialmente significativa la educación estética, por la que sentían predilección los institucionistas e intentaban cultivar a través de sus iniciativas. La revista que analizamos otorga también un papel relevante a la educación estética, como adelantamos en el siguiente fragmento:

hemos de pensar seriamente en llevar las Artes a la escuela, en presentar al niño gradualmente el panorama espléndido de las Artes, que, a la postre, son las que dan al mundo riqueza, belleza y nobleza. [...] las Artes -emoción, belleza, amor- llevan al niño fácilmente al despliegue de todo su energetismo vital; son los verdaderos caminos primarios de la Pedagogía.

El objetivo, por tanto, consiste en estudiar la educación estética en *Escuelas de España* y la influencia de la ILE en este aspecto. Nos servimos del modelo de investigación histórico-educativa, que se ha abordado mediante las técnicas de análisis documental y de análisis de contenido de los 44 ejemplares que componen la revista.

PALABRAS CLAVE

Educación estética, Prensa pedagógica, Escuelas de España, Institución Libre de Enseñanza, Renovación

ESCUELAS NORMALES RURALES EN CHILE: PROPÓSITOS, FUNDAMENTOS Y POLÍTICAS EN TORNO A LA CREACIÓN DE UNA PEDAGOGÍA RURALISTA (1929–1967)

Camila Pérez-Navarro

Universidad de O'Higgins

Como sostienen Civera, Alfonseca y Escalante (2011), la pedagogía ruralista es un tipo de escolarización específica para las escuelas ubicadas en los campos, distinta a la escolarización provista en las escuelas urbanas. La presente ponencia tiene como objetivo estudiar el proceso de construcción de una pedagogía ruralista en Chile. En términos cronológicos, esta ponencia abarca desde la Ley de Enseñanza Normal en 1929 hasta la transformación de las escuelas normales implementada durante la reforma educativa del gobierno de Eduardo Frei Montalva en 1967, la cual termina por homogeneizar y estandarizar la educación primaria.

En particular, en este trabajo se analiza, por un lado, cómo la creación de Escuelas Normales Rurales en 1929 recogió la demanda de contextualizar la formación entregada por los profesores que luego se desempeñarían en los campos, a fin de crear una escuela primaria pertinente al medio rural durante la primera mitad del siglo XIX. Por otro, se estudia cómo la tendencia estandarizadora de la reforma educativa de Eduardo Frei Montalva durante la década de 1960 termina por eliminar el carácter rural de las escuelas normales.

Metodológicamente, el artículo se basa en el análisis de fuentes primarias tales como documentos ministeriales y legales, archivos legislativos, silabarios y tesis, entre otras.

Los resultados muestran que si bien en 1938 ya habían sido fundados seis establecimientos de esta índole (Copiapó, La Serena, Santiago, Chillán, Angol y Ancud), a los pocos años la formación docente de las escuelas normales rurales ya era objeto de cuestionamientos, puesto que ni su plan de estudios ni sus prácticas pedagógicas se vinculaban efectivamente con la vida campesina. Este diagnóstico impulsó la elaboración de una nueva ley de enseñanza normal durante la década de 1940, que reconvirtió las escuelas normales de Copiapó, Chillán, Angol, Valdivia y Ancud en rurales y estableció un nuevo plan de estudios, que dividió la formación del profesorado en dos ciclos: uno de Cultura General, tendiente a proporcionar a los alumnos una cultura equivalente a Humanidades, y otro de Cultura Profesional. Si bien ambos ciclos curriculares eran compartidos por escuelas normales urbanas y rurales, las disciplinas que formaban parte de la asignatura de Educación Técnica se diferenciaban en unas y otras: mientras que en los establecimientos urbanos se enseñaba Ortografía, Caligrafía, Economía Doméstica, Labores Femeninas y Trabajos Manuales, en los rurales se dictaba, además, Industrias Derivadas y Oficios Varios, Agricultura y Primeros Auxilios Médicos. Esta ley se mantuvo vigente por, aproximadamente, dos décadas. Para entonces, los distintos intentos por modernizar la enseñanza normal terminarían por homogeneizarla durante la reforma educativa de la década de 1960, eliminando cualquier distinción entre escuelas normales rurales y urbanas. De esta forma, la escuela «verdaderamente rural» que habían demandado algunos actores sociales en las décadas anteriores nunca llegó a concretarse, debido al predominio de políticas educativas tendientes a homogeneizar la escuela primaria, bajo el propósito de democratizar y unificar el sistema escolar.

PALABRAS CLAVE

Escuelas normales rurales, Planes de estudio, Pedagogía ruralista

LA LABOR DE LA MAESTRA EN LA ESCUELA PÚBLICA DEL PRIMER FRANQUISMO. UN ANÁLISIS A TRAVÉS DE LOS TESTIMONIOS DEL ALUMNADO

Miriam Sonlleva Velasco

Universidad de Valladolid

Carlos Sanz Simón

Universidad Complutense de Madrid

Investigaciones recientes sobre la historia escolar del franquismo revelan el interés que tiene para el conocimiento de este periodo el análisis de uno de los colectivos menos investigados hasta el momento: la maestra franquista. Este agente fue considerado como una figura clave en la socialización y la educación de la mujer en el siglo XX.

El objetivo del estudio que presentamos es aproximarnos al conocimiento de la maestra franquista a partir del recuerdo que tienen sobre esta figura sus propias alumnas. Para ello, nos centraremos en el análisis de tres aspectos relevantes: las características de la maestra en el imaginario del alumnado femenino; el estudio de la práctica docente; y la labor de la maestra en otros espacios que trascienden el contexto escolar.

La fuente principal para la recogida de datos es el relato de vida de mujeres que vivieron su socialización secundaria en diferentes tipos de escuelas públicas tuteladas por una maestra. A las fuentes orales se unen los expedientes de depuración de las maestras y algunas otras fuentes complementarias, como fotografías, legislación y documentos históricos.

El análisis de los datos revela cómo la labor de la maestra franquista influye profundamente en los recuerdos que tienen las participantes de su experiencia escolar y en los sentimientos que se despiertan al narrar la misma. La incidencia de sus prácticas educativas influye de forma determinante en la conformación de la identidad de las alumnas y en su papel como sujetos históricos.

En las conclusiones se puede percibir que: 1) la vestimenta, los rasgos psicológicos y los valores que presenta la enseñante de centros públicos, se presentarán como modelos de feminidad para las menores; 2) la práctica escolar deja al descubierto como la labor de la maestra franquista no solo se centra en la transmisión de valores considerados positivos para la mujer dentro del Régimen y la enseñanza de los principios básicos de la alfabetización, sino que la enseñante juzga y somete a las menores a la disciplina escolar y al examen de los valores dominantes de la época; y 3) la labor de la maestra iba más allá de la enseñanza formal y penetraba en otros espacios sociales. En compañía del sacerdote, ofrecía a las niñas una educación religiosa que determinaba el papel que debían desempeñar como mujeres.

PALABRAS CLAVE

maestra, franquismo, historia oral

EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS Y FORMACIÓN DE PROFESORES: DESAFÍOS Y PROPUESTAS PEDAGÓGICAS EN EL ÁMBITO DE HISTORIA Y CIENCIAS SOCIALES DEL CHILE POST- DICTADURA (1990- 2019)

Daniela Luque

Pontificia Universidad Católica de Chile

Mabelin Garrido

Universidad Alberto Hurtado

La educación en derechos humanos (EDH) es un ámbito fundamental de la formación de profesionales de la educación (Magendzo, Pavez, Rodino, Nader). Los objetivos de esta exposición son, por una parte, identificar tensiones entre EDH en la formación universitaria del área de Pedagogía en Historia y Ciencias sociales y, en segundo lugar, proponer un modelo formativo para estudiantes, considerando evidencia empírica recogida durante la realización de una investigación financiada por la Pontificia Universidad Católica entre 2018 y 2019. Nuestra hipótesis de trabajo es que la historia curricular de la escuela en el área de Historia y Ciencias Sociales le ha dado un énfasis significativo al tratamiento de los derechos humanos, pero este tópico ha sido abordado débilmente en la formación profesional docente, circunscribiendo sus temáticas casi exclusivamente al período de la Dictadura Cívico-Militar (1973-1990).

A nivel metodológico, realizamos una investigación cualitativa respecto de tres instituciones emblemáticas en la formación de profesores en Santiago entre 1990 y 2017: Pontificia Universidad Católica, Universidad de Chile y Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación. Se consideraron los planes de estudio de las carreras conducentes a la pedagogía de Historia y Ciencias sociales, sus perfiles de egreso, entrevistas a profesores formadores vinculados al área de formación ciudadana y derechos humanos, y los cambios curriculares a nivel escolar del período 1990-2019. Asimismo, realizamos una intervención en dos cursos universitarios del ámbito de Pedagogía en Historia y Ciencias Sociales, con futuros profesores de educación primaria. Esta secuencia de aprendizaje recogió evidencia escrita y videograbada sobre percepciones estudiantiles acerca de derechos humanos y educación, fortaleciendo metodologías para su enseñanza. Algunos elementos trabajados con los estudiantes fueron: tratamiento de temáticas éticamente conflictivas, habilidades de argumentación en base a evidencia, pedagogía de la memoria en contextos históricos y análisis de temáticas de vulneración a los derechos humanos en la actualidad.

A partir de lo investigado, se evidencia que la EDH está débilmente presente en la formación de profesores del ámbito de Historia y Ciencias sociales, pese a su importancia en las políticas escolares del Chile reciente. Específicamente, hay una carencia en la preparación docente en el tratamiento de estas temáticas en el aula, de acuerdo a las propias percepciones estudiantiles. Los datos recogidos muestran la importancia del trabajo en torno a evidencia diversa en el tránsito a la complejización de juicios personales sobre derechos humanos, la debilidad conceptual de temáticas de derechos humanos en profesores en formación, la valoración del rol docente como garante de derechos humanos de estudiantes desde un punto de vista ético y la importancia de la profundización en metodologías de enseñanza en base a la investigación y diseño de clases contextualizadas.

PALABRAS CLAVE

Educación en Derechos Humanos, Percepciones sobre Derechos Humanos, Formación Docente, Historia y Ciencias Sociales, Metodologías de Enseñanza

PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NO BRASIL: UM ESTUDO COM PROFESSORES QUE ATUAM NAS CLASSES POPULARES

Jussara Cassiano Nascimento

UERJ_CBNB

Apresento neste artigo os resultados de uma pesquisa concluída cujo objetivo foi compreender os processos de socialização e trajetória de formação de quatro professoras alfabetizadoras, atuantes na rede pública de ensino da Cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Em meio a tantos outros saberes, a experiência do trabalho docente é percebida como elemento de formação capaz de valorizar o papel dos conhecimentos adquiridos na prática. Entendendo a vida cotidiana como território privilegiado do saber, optei por buscar a fundamentação teórica e metodológica em pesquisadores que procuram aproximar a educação da vida, apontando num processo de interação e interlocução, possibilidades interpretativas do saber-fazer docente. Apresento narrativas (auto) biográficas de professoras que atuam como alfabetizadoras, buscando compreender o modo como foram se construindo alfabetizadoras na experiência com o trabalho alfabetizador, principalmente como viveram o movimento de mudança conceitual em termos de alfabetização, acontecida no Brasil ao final dos anos 1980 e início da década de 1990, com a chegada da Psicogênese da Língua Escrita. Essa mudança conceitual refere-se ao deslocamento do eixo de como se ensina para o modo como as crianças aprendem. Desta forma, o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente e a escola como lugar de crescimento profissional permanente. A fundamentação teórica e metodológica espelha-se nas propostas de Benjamin (1994), Ferrarotti (1988), Ferreiro & Teberosky (1985), Goodson (2000), Josso (2004), Nóvoa (2000), Souza (1999), dentre outros. No presente estudo, as narrativas dessas professoras foram compreendidas como dispositivos de pesquisa-formação. Os resultados apontam que a formação de professores deve ser compreendida como resultante dos múltiplos contextos dos quais a professora participa: através das experiências vivenciadas, nas trocas e discussões com seus pares, no cotidiano da sala de aula, nos encontros oficiais ou não de formação e, portanto, não pode ser considerada como um momento único. Precisa ser compreendida como uma formação que acontece ao longo da vida.

PALAVRAS-CHAVE

Pesquisa (Auto) biográfica, Trajetória de formação, Narrativas

A FORMAÇÃO DAS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL (1954–1977)

Carla Vilhena

Universidade do Algarve & GRUPOEDE, CEIS20 – Universidade de Coimbra

António Gomes Ferreira

FPCE & GRUPOEDE, CEIS20 – Universidade de Coimbra

A educação de infância formal tem vindo a assumir, sobretudo desde meados do século XX, uma importância crescente. Considerada a primeira etapa da Aprendizagem ao Longo da Vida, é considerada um instrumento essencial para a promoção da igualdade de oportunidades e garantia do bem-estar presente e futuro das crianças mais pequenas. Esta crescente importância deste nível educativo foi acompanhada por uma maior atenção à sua história, embora a história da formação de profissionais de educação de infância (educadoras de infância e auxiliares de educação) seja uma dimensão um pouco esquecida.

Através da análise de legislação e da imprensa pedagógica procurámos dar conta de alguns aspetos da história da formação de profissionais da educação de infância em Portugal, tais como os objetivos subjacentes à criação das instituições ou cursos de formação de profissionais de educação de infância, os planos de estudo ou os critérios de admissão. A análise documental foi complementada com dados obtidos através da realização de entrevistas a educadoras de infância que desempenharam funções no Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal, organismo do Ministério da Saúde e da Assistência, cujo principal objetivo era a formação do pessoal, designadamente das auxiliares de educação, que trabalhava nas instituições de educação de infância, assim como a docentes do Instituto de Educação Infantil. Tal permitiu-nos, embora tenhamos consciência de que uma forma indireta, aceder a diferentes aspetos do quotidiano de instituições de formação que dificilmente poderíamos apreender de outra forma.

No que diz respeito ao intervalo temporal, o presente estudo abarcou o período compreendido entre 1954 e 1977, ou seja, entre a criação, por iniciativa particular, das primeiras escolas destinadas exclusivamente à formação de educadoras de infância, o Instituto de Educação Infantil e a Escola de Educadoras de Infância, até à criação das Escolas Normais de Educadores de Infância, por iniciativa do Estado. A opção por este intervalo de tempo deve-se ao facto de corresponder a dois períodos essenciais para o desenvolvimento da educação de infância em Portugal: 1) um período que se inicia no pós II Guerra Mundial e se prolonga até à Reforma Veiga Simão (1973), em que a educação de infância é alvo de um novo olhar, assumindo a dimensão educativa uma maior centralidade, face à dimensão assistencial; 2) e o período pós 25 de abril durante o qual, como afirma Cardona (2008, p. 5), “se começa a defender uma concepção sócio-educativa da política para a infância, articulando as iniciativas dos diferentes serviços responsáveis”. Os resultados obtidos permitiram-nos observar a existência de uma preocupação crescente com a formação das profissionais de educação de infância, que se traduziu no aumento de instituições de formação e de cursos, fruto não só das profundas alterações sociais, políticas e culturais a que se assistiu no período em análise, mas também das transformações nas concepções de infância, sobretudo no que diz respeito às dimensões relacionadas com o desenvolvimento intelectual das crianças, e a conseqüente valorização da componente educativa da educação de infância, com reflexos na formação dos profissionais.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal, Formação de auxiliares de educação, Escolas de formação de educadoras de infância, Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal

DE NOVOS SUJEITOS NA UNIVERSIDADE: ESTUDANTES EM MOVIMENTO COMPONDO OUTRAS NARRATIVIDADES DE LINGUAGEM E DE MEMÓRIA

Fabricia Vellasquez

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Aloísio Monteiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O presente trabalho, que é fruto da tese “Narrativas de resistência e a formação de memórias docentes: da Inteiraza de letramentos e de *movimentos* em linguagem decolonial da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ”, tem como recorte metodológico a análise de escritas específicas do Curso em questão, a partir da categoria memória, via linguagem, em sua relação com outra proposta de letramento acadêmico, compreendido por nós como revolucionário para a academia. A pesquisa apresenta, assim, o objetivo principal de buscar compreender os *movimentos* presentes nas memórias formativas docentes via linguagem; tendo, ainda, como objetivo específico, o de centralizar o entendimento na possível forma heterogênea de composição de escritos sobre a formação, que evidenciam marcas de identidade, a partir de um grupo de licenciandos da Educação do Campo (LEC). Nossa investigação foi realizada junto aos textos discursivos dos Cadernos Reflexivos, instrumentos produzidos pela primeira turma de estudantes do Curso de LEC, campus Seropédica, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao longo de sua formação na Universidade, entre 2010-2013. O levantamento bibliográfico contou com a pesquisa sobre duas categorias fundamentais: memória e linguagem, buscando referencial teórico-metodológico dos principais autores e estudos que também envolvessem identidade e letramento como conceitos-base relacionados aos elementos categóricos em função do objeto e do problema do estudo. Tomando como base as intervenções possíveis das Oficinas de Texto, ministradas por um dos autores e que propiciou a coleta do material, permeadas na materialidade dos Cadernos, partimos do diálogo com a Teoria Semiolinguística para a análise da perspectiva languageira com que as narratividades se apresentavam e expunham os sujeitos-históricos-de-linguagem produtores de sentido das autobiografias acadêmicas. Utilizando-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho participante, o estudo de caso dessa turma demonstrou marcas de resistência na relação entre práticas instituintes e instituídas pela composição própria e identitária de letramentos de (re)existência. Por meio de categorias próprias, entre memória e linguagem, inclusive na perspectiva dos novos letramentos/letramentos críticos, os resultados apontaram a representação de textos estéticos e próximos de outra (ou nova) possibilidade de letramento acadêmico, com a necessidade de se repensar as práticas de manifestação linguística na educação superior, sobretudo quanto aos letramentos de identificação — que também são de memória — desses sujeitos em formação. Para tanto, propõe, como contribuição principal, uma Teoria da Inteiraza, em que os estudantes universitários possam buscar efetiva autoria de escrita e protagonismo de pensamento, por suas experiências e vivências pregressas inclusive. Contribui, por fim, para a urgência de cuidado e de validação desses *movimentos* em Linguagem diaspórica na perspectiva decolonial.

PALAVRAS-CHAVE

Educação do Campo, Memória, Linguagem, Narratividade, Formação

A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DO MARANHÃO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (1840–1844)

Alexandra Rudakoff

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Este trabalho trata da primeira Escola Normal da província do Maranhão, situada no Norte do Brasil. O recorte temporal abrange o período de 1840 a 1844, correspondendo, respectivamente, ao início de seu funcionamento e ao ano de encerramento de suas atividades. As fontes são constituídas por leis, relatórios dos presidentes do Maranhão e ofícios da instrução pública maranhense. As interpretações são construídas a partir do aporte teórico da história cultural e metodológico da micro-história. Inicialmente, investigamos os discursos dos presidentes dessa província sobre a formação de professores e as representações construídas sobre os professores primários que resultaram na proposição da primeira Escola Normal do Maranhão. Situamos essa Escola Normal entre outras escolas congêneres e apresentamos a proposta de criação dessas instituições com o intuito de construir uma interpretação aproximada do que foi o início da formação institucionalizada de professores no Brasil. Por fim, descrevemos a trajetória da primeira Escola Normal do Maranhão desde sua criação até o encerramento, revelando sua organização, estrutura, relação com o Liceu Maranhense, saberes, compêndios e alunos/professores. Na década de 1840, o Brasil e o Maranhão seguiram a tendência da maioria dos emergentes Estados Nacionais, normalizando a ação dos professores que atuavam nas escolas de primeiras letras com a formação em Escolas Normais. A primeira Escola Normal do Maranhão foi criada pela Lei nº 76, de 24 de julho de 1838. O início de seu funcionamento exigiu o envio para a França de um sujeito para aprender o método mútuo. O sujeito escolhido pelo governo maranhense foi Filipe Benício de Oliveira Condurú. Essa Escola Normal surgiu como uma estratégia das lideranças maranhenses para expandir o método mútuo na província, na tentativa de uniformizar a instrução pública do Maranhão. Nos discursos dos presidentes dessa província, identificamos que o número de aulas particulares era maior que o de aulas públicas, o que indicava a utilização do método individual nas escolas de primeiras letras. O método individual comprometia a expansão da escolarização necessária no processo de formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro. O método mútuo tinha a vantagem de escolarizar muitas crianças em pouco tempo. Além disso, era um modelo de escolarização pautado na disciplina. A primeira Escola Normal do Maranhão foi inaugurada no dia 4 de maio de 1840 em uma das salas do Liceu Maranhense localizado no Convento do Carmo, em São Luís, capital do Maranhão. Por esse motivo, ainda naquele ano, passou a ser regulada pelos estatutos do Liceu. Seus principais alunos foram os professores de primeiras letras em exercício. Filipe Condurú, diretor e professor dessa instituição, utilizou uma tradução do “Manuel des écoles élémentaires ou exposé de la méthode d’enseignement mutuel”, de M. Sarazin, para ensinar o método mútuo para esses alunos/professores. O fim da primeira Escola Normal do Maranhão, no ano de 1844, foi resultado da ação do Inspetor da Instrução Pública do Maranhão, Casimiro Sarmiento, apoiado pelo então presidente João José de Moura Magalhães e pela Assembleia Legislativa Provincial.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Normal, Maranhão, Formação de professores

DESTINOS Y TRAVESÍAS: SER Y QUEHACER DE LOS PROFESORES EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX EN UNA PROVINCIA DEL CENTRO DE MÉXICO

Cirila Cervera Delgado

Universidad de Guanajuato

Mireya Martí Reyes

Universidad de Guanajuato

Abordamos el proceso de formación inicial y el moldeamiento que se da del maestro cuando se encuentra con la experiencia, en medio de la cultura escolar; esto es, conjeturamos en torno a la relación ser-quehacer docente y cómo teoría-práctica aportan a su configuración. El objetivo es describir cómo el ser y el quehacer docente se conforman a partir de principios generales (programas oficiales) en el encuentro con la práctica (cultura escolar) en contextos particulares.

El periodo temporal lo es también conceptual, pues va desde la ideación del maestro “empírico”, apóstol-misionero, hasta arribar a la imagen del profesor intelectual, resultado de la denominada “profesionalización del magisterio” (Hurtado, 2002; Arnaut, 2004; Maya, 2010). La tradición normalista en México, enmarcada en los planes de estudio como productos de las reformas oficiales: Plan de Once Años, Tecnología Educativa y Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica, es parte de la cultura escolar que influye al quehacer docente y aporta a la configuración del ser, a la complejidad del docente, como lo definen Nóvoa (2002), Escolano (1997), Rugiu (1996) y Costa (s/a); entre otros investigadores, que nos permiten establecer que el normalismo es heredero de la tradición europea en la formación del maestro artesano, técnico, artista, misionero, intelectual, profesional de la educación.

Metodológicamente, además de la fase documental y en adherencia al enfoque cualitativo, la investigación se construye con base en la historia oral (Bolívar, 2014). Acudiendo al relato y a la narrativa construidos vía entrevistas temáticas a profundidad, recuperamos testimonios de profesores de aquella época en el estado de Guanajuato/México.

Los hallazgos confirman la complejidad del ser docente que tiene que ver con el tejido de su formación inicial con sus experiencias prácticas, con vivencias en pasajes de la vida cotidiana en las aulas, impregnadas de una cultura escolar que supera las disposiciones oficiales del modo de *hacerse docente y conformarse persona*.

PALABRAS CLAVE

Normalismo, Cultura escolar, Reforma educativa, Historia oral, Práctica escolar

DA RECOMPENSA AO DESAJUSTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE DIMENSÕES EMOCIONAIS DO TRABALHO DOCENTE EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS

Marina Mendes da Costa

Universidade de São Paulo

A presente comunicação pretende apresentar alguns resultados de uma pesquisa que teve como objetivo identificar as representações, compreendidas na acepção de Chartier, sobre as dimensões emocionais do trabalho dos professores primários em São Paulo, durante as décadas de 1950 e 1970. Utilizaram-se, para tanto, o periódico do Centro do Professorado Paulista - CPP, a Revista do Professor, bem como as produções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, como forma de comparar as representações sobre as dimensões emocionais do trabalho docente produzidas pelos próprios professores (os que se propõe a representar a classe) e as representações produzidas pelas pesquisas em educação, divulgadas pela RBEP. No período analisado, importantes ações foram engendradas por organismos internacionais como a UNESCO — (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), que incentivaram a expansão da pesquisa em educação, como forma de garantir um aumento nos índices de alfabetização e matrículas no país. Este processo contribuiu para que a configuração do campo educacional ganhasse um caráter de cientificidade, alterando as representações sobre o trabalho dos professores primários. Em São Paulo esse período é marcado por intensas mobilizações relacionadas as campanhas salariais, organizadas pelo Centro do Professorado Paulista. As emoções são definidas a partir de Estrela e Damásio, como um sistema dinâmico que proporcionam: o lidar com o desconhecido, tomadas de consciência, julgamento constante, inconsciente e consciente, das ameaças e das oportunidades do cotidiano. As dimensões emocionais do trabalho docente são entendidas como um conjunto de emoções resultantes das interações dos professores no exercício da docência: a relação com os alunos, família, os demais profissionais do ambiente escolar, bem como as emoções decorrentes das condições de trabalho e as mudanças na estrutura educacional. A análise das fontes permitiu identificar, entre outros fatores, como as representações sobre as emoções no trabalho docente possuíam um grau de legitimidade de acordo com a posição do campo educacional, dessa forma quando representadas pelas publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, as emoções no trabalho docente estavam em consonância com o avanço das concepções científicas sobre educação, marcadamente a Psicologia. As emoções nestes casos, eram descritas para representar o docente emocionalmente ajustado ou desajustado à profissão. O estudo das publicações da Revista do Professor, permitiu a compreensão de como as dimensões emoções estavam atreladas à representação do habitus (na definição de Bourdieu) professoral, ou seja, aos dispositivos de apreciação e percepção do mundo dos professores, que, por sua vez, utilizavam as emoções como forma de representar uma recompensa simbólica pela profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho Docente, Dimensões Emocionais, Imprensa periódica, História da Profissão Docente

LA CONFORMACIÓN SOCIOHISTÓRICA DEL MAESTRO FORMADOR DE FORMACIÓN DOCENTE EN EL URUGUAY EN EL MARCO DEL PARADIGMA DEL PENSAMIENTO DEL PROFESOR

Lucía Ruth Rojas Méndez

Instituto de Formación Docente de Florida/ Institutos normales de Montevideo

Este trabajo constituye un avance de una investigación más amplia. Corresponde a una sección de la misma que se realiza en el marco del paradigma del pensamiento del profesor. El estudio del pensamiento del docente es un campo con entidad propia en el que una de las fuentes de estudio de su tendencia actual se enfoca en la historia o biografía del profesorado. Su cuerpo de conocimientos amplio y fundamentado atiende a una combinación de reglas de la práctica, principios prácticos e imágenes. Hoy se sabe que la actividad profesional docente está guiada e influida por creencias, que se ponen en marcha en el contexto de las prácticas, permiten la toma de decisiones pedagógicas docentes, influyen en la calidad de los aprendizajes y sostienen y retroalimentan las estructuras organizativas del sistema. Las creencias, imaginarios y posturas adoptadas durante su formación por los docentes son transmitidos por los mismos en su convivencia con los estudiantes y los niños, en forma implícita y explícita. La sección aquí expuesta sólo se referirá a la dimensión sociohistórica-política, a los escenarios, en los que se ha desarrollado la conformación profesional de los formadores de maestros de Uruguay, en particular, en relación a los contenidos disciplinares científicos y metacientíficos de la formación de maestros

Se aspira a presentar el valor que tienen los estudios sociohistóricos en la investigación sobre el paradigma del pensamiento del profesor que se desprende de su potencia explicativa y de reflexión en este caso, sobre el estado del arte de la enseñanza de las ciencias en la escuela primaria del Uruguay, al servicio de contribuir a reorientarla.

El estudio refiere a una encuesta realizada a formadores de dos institutos del Uruguay de Formación Docente para maestros y recrea a partir del estudio de diversas fuentes, las biografías y escenarios sociohistóricos de la trayectoria formativa de los encuestados. Se toman como referencia distintas fuentes documentales, en particular los Planes de Formación de Maestros de Uruguay. El trabajo estudia, analiza, reflexiona y valora el peso de las distintas reconfiguraciones de la tradición normalista, asociadas a los avatares socio-económico-políticos del país que dan continuidad a su construcción, desde sus orígenes hasta hoy.

Las líneas enhebradas a lo largo de su historia constituyen una trama que en sus resquicios permite entrever algunas contradicciones de su desarrollo y ensayar visiones explicativas sobre cómo se ha procesado y cómo se proyecta la conformación académica profesional del magisterio uruguayo, en particular, en la enseñanza de las ciencias en la escuela primaria del Uruguay.

PALABRAS CLAVE

conformación sociohistórica, maestro formador, formación docente, paradigma del pensamiento del profesor

VIDAS QUE IMPORTAM! BIOGRAFIA, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA

Marcia de Almeida Gonçalves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A comunicação objetiva analisar as relações entre biografia e ensino de História, tendo em vista suas possibilidades didáticas e implicações epistemológicas para a formação docente, no que concerne ao redimensionamento e à crítica das prescrições curriculares e à proposição de ações e atividades pedagógicas. Tais reflexões integram projeto de pesquisa em andamento e, em especial, tem sido compartilhadas em disciplina ministrada no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História — ProfHistória -, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo resultado na orientação de dissertações concluídas e em andamento. Como inquietação a nortear essas análises, destaca-se a consideração sobre as vidas que importam, abordagem que busca valorizar outros protagonistas entre os que figuram nos currículos e práticas escolares da Educação Básica, em particular quanto à História do Brasil. O conceito de narrativas vivenciais, em diálogo com as considerações de Leonor Arfuch, nas obras “O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea” (Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010) e “Memoria y autobiografía. Exploraciones en los limites” (Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013), configura o principal referencial teórico e metodológico das reflexões desenvolvidas. Por meio desse referencial são problematizados os potenciais investigativos das abordagens biográficas nos termos de situar, por um lado, a historicidade e as modalidades da escrita de histórias de vida - biografias, autobiografias, memórias, entrevistas, entre outras -, e por outro, a reflexão sobre subjetividades, espacialidades e temporalidades configuradas a partir do ato de narrar uma vida. Compreende-se, assim, os potenciais cognitivos associados às narrativas vivenciais, e valoriza-se, igualmente, seu caráter sensibilizador e formativo, manifesto na seleção de protagonistas por vezes ausentes ou tratados de forma subalternizada, em determinadas prescrições curriculares concernentes à apresentação da história do Brasil como nação moderna. Entre os exemplos de resultados de propostas derivadas dessas considerações, as vidas de duas mulheres negras, Laudelina de Campos Melo e Carolina Maria de Jesus guiaram reflexões em que se cruzam, entre outras, as identidades de gênero e de raça. Essas duas protagonistas foram abordadas em duas dissertações do Mestrado Profissional em Ensino da História (Profhistória - UERJ), a saber: *O Brasil de Laudelina: usos do biográfico no ensino de História*, de autoria da professora Fernanda Nascimento Crespo, de 2016; e *As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais*, de autoria do professor Edson Guimarães Azeredo, de 2018.

PALAVRAS-CHAVE

Biografias, formação continuada, currículo, ensino de história

LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO (1990–2017): IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Silvana Elisa de Morais Schubert

UTP / FAEL/ PMA

O presente artigo trata dos resultados da tese de doutoramento da autora, cujos limites e possibilidades da educação bilíngue para surdos foi apresentada, com foco na formação necessária aos professores de surdos no Brasil. Teve como período de análise os anos 1990 a 2017 quando os organismos internacionais definiam a inclusão para todos. Analisou-se as políticas inclusivas brasileiras, fez-se levantamento bibliográfico e entrevistas com professores surdos e ouvintes da educação básica e ensino superior, com objetivo de analisar o bilinguismo na educação de surdos e como se desenvolve a formação dos professores para esse público em especial. Conclui-se que a educação bilíngue para surdos ainda desenvolve-se em moldes colonialistas, com muitas lacunas, onde não há modelos de sucesso a seguir no solo brasileiro, no entanto, encontramos pequenos projetos nas poucas escolas de surdos e a formação do professor ainda esbarra nas políticas que garantem mas não asseguram a necessária formação. Se há limites, encontramos nessas poucas escolas e projetos as possibilidades que são apresentadas no trabalho escrito.

Para essa produção fez-se levantamento bibliográfico e análise dos estudos de diferentes autores, bem como de categorias como: colonialismo, inclusão e educação bilíngue para surdos, considerando o Brasil e países onde o bilinguismo acontece. Buscou-se por meio do método Materialismo Histórico Dialético e autores desta perspectiva, tratar criticamente do tema, com objetivo de compreender os limites e possibilidades da educação bilíngue para surdos no contexto das políticas de inclusão e como afetam e se desenvolvem na formação de professores. Estudou-se as políticas brasileiras e analisou-se por meio de procedimentos metodológicos como: análise documental e bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas as respostas possíveis para o tema. Compreendemos que o colonialismo não está apenas para o surdo, mas para toda minoria na educação. Trata-se de um país que se entende monolíngue, ainda que haja pluralidade linguística em seu meio, por isso se torna mais agravante para o povo surdo. A língua de sinais é segunda língua oficial no país pela Lei 10.436 (BRASIL, 2002), regulamentada no Decreto 5626 (Brasil, 2005), mas o direito a educação bilíngue para surdos não se efetiva como o esperado, motivo pelo qual as lutas se travam não apenas pelo desvencilhamento do colonialismo para os estudantes surdos, mas também pela carência de formação de qualidade e condições de trabalho para os seus professores. Os limites e possibilidades da educação bilíngue para surdos estão representados pelo debate crítico do presente nas leis e as contradições que ora se colocam para os surdos e os professores frente a realidade posta na educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Bilíngue para surdos, Inclusão, Colonialismo, Formação de Professores

O PROFESSORA DA INDUSTRIA: ROBERTO MANGE

Desire Luciane Dominschek

Unicamp

Jose Claudinei Lombardi

Unicamp

A pesquisa apresenta reflexões sobre o movimento de organização do ensino técnico profissional no Brasil a partir do início do século XX. Para configurarmos este movimento destacamos a figura de Roberto Mange, um dos idealizadores das escolas do SENAI. O início do século XX, remonta as ideias de modernidade, e Mange reflete sua formação na organização das escolas senaianas. Apresentamos Roberto Mange, como um intelectual de seu tempo, destacamos ele como intelectual do ensino profissional visto o seu engajamento político, cultural e científico no campo do ensino industrial. Este trabalho discute parte da trajetória de ensino concebida por Roberto Mange para as escolas do SENAI. Roberto Mange trouxe para o SENAI sua longa experiência como diretor do IDORT e como professor de engenharia mecânica na escola politécnica, e sua enorme bagagem intelectual, com teorias sobre métodos adequados para a formação e socialização dos industriários aprendizes. Consta do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth Centro de Pesquisa e Documentação Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, vasta documentação sobre Roberto Mange, materiais que apresentamos como fontes primárias para a análise deste texto, com o objetivo de compreender as visões deste homem para a educação profissional brasileira. Nas páginas iniciais do livro elaborado pelo SENAI em homenagem a Mange, "Roberto Mange e sua obra" Saulo Diniz Swertz, Diretor do SENAI no período de 1977 á 1980 afirma que os que tiveram a alegria de conhecer o engenheiro Roberto Mange, falecido em 31 de maio de 1955, quando exercia o cargo de Diretor Regional do SENAI –SP, "jamais esquecerão o homem de raras qualidades pessoais e invulgar capacidade profissional" (SWERTZ, 1980, P.s/n). Roberto Mange trouxe para o SENAI sua longa experiência como diretor do IDORT e como professor de engenharia mecânica na escola politécnica, e sua enorme bagagem intelectual, com teorias sobre métodos adequados para a formação e socialização dos industriários aprendizes. Os ideais de Mange, marcam uma preocupação com a aquisição de conhecimentos durante a aprendizagem profissional, entendendo que esta não poderia ser deixada ao acaso. Visto o olhar do mercado e a necessidade de eficiência na produtividade, a carreira profissional deveria ser e foi encarada por Mange como ponto essencial para o desenvolvimento da nação brasileira. Mange não pretendia que se formassem apenas artifices tinha uma preocupação com o desenvolvimento de uma cultura intelectual, mas sim " Homens, na integral acepção do termo, uteis á sociedade e a Pátria" (Bologna, 1980, p.392). A interrogação ao título deste texto é já uma preposição para reflexões sobre o legado deste intelectual que dedicou seus estudos a educação profissional brasileira. Analisar suas visões de mundo e de ensino, nos remete a visualização de seu espírito pragmático que ora sendo um administrador nato ora filosofo visionário, deixou marcas na organização de ensino profissional brasileiro, este, que historicamente tem configurado as demandas de escolarização das classes trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE

professor, ensino profissional,, senai

MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: AS EXPERIÊNCIAS DO PIBID E AS SINGULARIDADES DE UMA INSTITUIÇÃO

Desire Luciane Dominschek

Unicamp

Esta pesquisa teve origem a partir da pesquisa iniciada pelo Projeto PIBID, nas Instituições que oferecem o curso de Formação Docente em nível médio em Curitiba, surgindo à necessidade de um estudo histórico do Colégio Benedito João Cordeiro. O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica¹. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes do projeto de iniciação à docência, desenvolvidos por instituições de educação superior (ies) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, promovendo a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas para que desenvolvam atividades sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola, com a plena integração a todos os espaços pedagógicos que contribuam para a formação dos alunos, a experiência aqui relata apresenta a atuação no do Curso de formação docente em Nível Médio. Esta integração tem por objetivo permitir o estudo do contexto educacional, acompanhamento e análise do processo ensino-aprendizagem, analisando conteúdos e metodologias utilizadas pelos professores. Utilizando os referenciais teóricos estudados no processo de investigação e análise do contexto escolar e suas especificidades, os alunos pesquisadores contribuem com atividades de docência para a elaboração de ações e de estratégias didático pedagógicas e de avaliação, auxiliando o professor da instituição de ensino, privilegiando o trabalho coletivo e interdisciplinar, aliando a teoria estudada com a prática e a experiência dos professores das escolas de educação básica, articulando com seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos. Segundo Sanfelice (2006) a história das instituições se dá a partir da relação das unidades escolares pertencerem a redes de ensino. Na rede pública, temos a rede municipal, a estadual e a federal. As unidades escolares se distribuem em diferentes níveis de ensino, as unidades escolares também se dedicam a várias modalidades de ensino; as instituições escolares têm também uma origem quase sempre muito peculiar. Para Sanfelice (2006) a unidade escolar surge como decorrência da política educacional em prática. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confeccionais ou de empresários. As instituições escolares são ainda muito distintas entre si porque são frequentadas por públicos bastante desiguais. Não somente em relação à diferença da idade cronológica dos alunos, mas também a diferença em suas procedências espaciais ou socioeconômicas. No decorrer das atividades do projeto, os alunos do PIBID² tiveram momentos de pesquisa e estudos para aprofundarem nos referenciais que fundamentam e embasam a prática que se dá nas instalações dos Colégios que oferecem o curso de Formação de Docentes em nível médio em Curitiba.

PALAVRAS-CHAVE

pesquisa, formacao docente, pibid, instituicoes escolares

DESVALORIZAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UM ESTUDO POR MEIO DE ARTIGOS DE UM JORNAL LOCAL DA CIDADE DE CAMPINAS – SP (1930–1960)

Yohana Soares dos Reis

Universidade Estadual Paulista – Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília

Rosane Michelli de Castro

Universidade Estadual Paulista – Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências – Câmpus de Marília

Nesta comunicação apresentam-se resultados das reflexões desenvolvidas tendo como foco questões da desvalorização do professor da Educação Básica no Brasil. Sobre isso, retomamos um aspecto principal que é a valorização do professor na história da educação do Brasil. Esse aspecto é observado, mais fortemente, quando se deu a expansão das novas escolas públicas da Educação Básica, sem se proporcionar a qualificação dos seus professores, centralmente, do ensino público. Segundo Ferreira Jr e Bittar (2006, p.1175) “[...] o arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo.”

Extraviando-se daquilo que se previa em 1932, com o novo plano de ensino advindo com o “Manifesto do Pioneiro da Educação Nova”, redigido por Fernando de Azevedo, e assinado por um conjunto de educadores e pessoas de representatividade social, esse documento previa um plano geral para educação pública mediante escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nesse sentido, Saviani (2009, p.146) afirma que “[...] os institutos de educação foram pensados e organizados de maneira a incorporar as exigências da pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico. Caminhava-se, pois, decisivamente rumo à consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente que permitiria corrigir as insuficiências e distorções das velhas Escolas.”

Também, tratava-se de um plano que previa a centralidade da formação de professores. Assim, nesta comunicação o objetivo geral é apresentar resultados das reflexões desenvolvidas com o objetivo de compreender o ou os marcos históricos que teriam ocorrido na Educação Brasileira que apontam para a desvalorização do professor da Educação Básica, no âmbito educacional, em uma região metropolitana, centralmente na cidade do interior paulista chamada Campinas-SP, entre as décadas de 1930 e 1960. Esses marcos temporais remetem à década em que foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e os anos iniciais do Golpe Militar (1964). Trata-se de pesquisa histórica, quanto à abordagem, e documental, quanto às fontes, centrada nos procedimentos de localização, sistematização e análise de artigos de um jornal da cidade de Campinas-SP-BR, denominado *Diário do povo*, que foi fundado em 1912, nessa cidade e foi publicada até 2012. Depois da capital paulista, a cidade de Campinas-SP-BR era, no período estudado, a mais populosa do interior paulista. Nesse período, esse jornal local, foi muito ativo na publicação de aspectos da Educação Básica na cidade. Como conclusões parciais temos, até o momento, que essa grande quantidade de publicações pode indicar a importância do papel do professor desse nível de ensino. Porém, ainda não foram analisados os dados e informações capazes de indicar se a quantidade de publicações teve alterações ao longo das décadas, até a década de 1960, período em que a função de professor da Educação Básica teria iniciado um processo de desvalorização dessa profissão que se aprofunda em nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, História da Educação, Valorização de professores, Educação básica

UM PROFESSOR LEIGO NO *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Helder Pinto

UFVJM

Se se partir da constatação que João Guimarães Rosa explora em sua obra certo imaginário sobre o professor, caberia a pergunta - que imagens seriam estas? Dito isso, objetivou-se aqui discutir a figura do educador autodidata a partir da categoria “professor leigo”, nos tempos da Primeira República brasileira. Quanto aos caminhos para a produção deste trabalho: os dados empíricos foram coletados na obra *Grande Sertão: Veredas*. Nesta, há um rico material relacionado ao personagem central — “Riobaldo”, em que se nota traços do processo de escolarização rural no sertão mineiro, nas primeiras décadas do século passado, com evidências sobre as realidades dos estudantes, das escolas, das condições de ensino, e do professor. Esses dados foram lidos à luz da noção de “professor leigo”, ou como denominados por Carlos Rodrigues Brandão, “professor rural”. Também utilizamos noção de ‘imaginário’, isto é — “à forma pela qual um indivíduo ou um grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade.” Em suma, sabe-se que os literatos, não raro, se valem de evidências reais para inspirar ficções, o que poderia ser caso do professor rural. Diz a historiografia da educação que desde o século XIX, tem se implementado por aqui políticas para formar professores, isto é, profissionalizar os docentes conforme critérios técnicos e científicos. Demais, a proposta mergulha no esforço de trabalhar a literatura como fonte histórica. Assim, conforme Antônio Candido, o literato, mesmo na ficção, funciona como testemunho da historicidade de sua época, logo, sua obra estaria em maior ou menor grau eivada de vestígios históricos. A escolarização tornou-se uma estratégia de modernização social, a partir do momento que o capitalismo industrial assumiu o lugar de paradigma civilizacional no ocidente. Mas para isso era necessário criar um exército de profissionais capazes de escolarizar segundo certos critérios preestabelecidos pelo Estado. Porém, as políticas de formação docente no Brasil historicamente tem sido insuficientes, ineficientes, incapazes de oferecer professores em quantidade e qualidade suficiente para abastecer a escolas pelo país, notadamente as escolas rurais. Diante disso, os dirigentes dos sistemas de ensino recorreram a professores ‘desqualificados,’ a saber: pessoas alfabetizadas, mas que não se formaram em cursos de formação de professores, no caso, à época, cursos das escolas normais. Esta foi a maneira escolhida para suprir as demandas por recursos humanos para educação escolar rural. Cabe dizer que também a população percebeu a necessidade da alfabetização e, em muitos casos, ela buscou as primeiras letras através dos leigos.

PALAVRAS-CHAVE

professor leigo, escolarização rural, primeira república, fontes históricas

SABER OBSERVAR Y SABER ENSEÑAR. LA METODOLOGÍA ESPECIAL DE LA GEOGRAFÍA DE LEOPOLDO KIEL, 1909

Gerardo Antonio Galindo Peláez

Universidad Veracruzana

La enseñanza de la Geografía en las escuelas de educación primaria en México no alcanzó su plenitud sino hasta finales del siglo XIX, cuando surgieron diversos libros de texto que, incorporando diversos métodos pedagógicos, trataron de sistematizar su enseñanza y delimitar sus contenidos. Ello coincidió con las reformas educativas que emprendió el gobierno de Porfirio Díaz Mori (1876-1911) que, entre otros logros, fundó las Escuelas Normales para la formación de maestros, incorporando para ello a pedagogos como Enrique C. Rébsamen y Enrique Laubscher que introdujeron ideas pedagógicas europeas de vanguardia. Leopoldo Kiel (1876-) fue un maestro egresado de la Escuela Normal de Xalapa, discípulo del Rébsamen, que incursionó en la publicación de textos relativos al aprendizaje de la Geografía en las Escuelas Primarias de México y con sus obras contribuyó a la conformación plena de un saber educativo en las aulas mexicanas.

conocer la obra de Leopoldo Kiel y su trascendencia como autor de libros de texto en la educación primaria de México, especialmente en lo que toca a diversas metodologías que propuso para la enseñanza de saberes como la geometría, y su concreción en un texto publicado en 1909 nombrado: *La Metodología Especial de la Geografía*, en las escuelas primarias de México. En este texto se retoman aportaciones hechas con anterioridad sobre el personaje y su contribución a la didáctica en diversas áreas de la educación en nuestro país, las cuales han sido presentadas por este autor en diversos encuentros que abordan la historia de la Educación en nuestro país y en especial de los libros de texto y sus autores.

Esta pesquisa se abordará analizando la vida y el texto de Leopoldo Kiel, sus múltiples influencias y la conformación de una red de profesores autores de libros de texto a la que perteneció y que le permitió incursionar con éxito en la publicación de sus libros de texto.

La obra de Leopoldo Kiel muestra una destacada novedad metodológica, pues incorpora una serie de conceptos pedagógicos y didácticos que son fruto de las ideas promovidas por su maestro Enrique C. Rébsamen y las premisas más importantes de su reforma educativa emprendida desde la Escuela Normal de Xalapa.

La Metodología Especial de la Geografía se convierte en un referente importante en la sistematización de un saber, pero también muestra un “estado de la cuestión” del mismo al incorporar en sus contenidos las más destacadas ideas dentro de la Didáctica y la Geografía de su momento y los contenidos de los programas de ésta última materia en varios países del continente europeo a principios del siglo XX.

PALABRAS CLAVE
Metodología

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO TÉCNICO

Cláudia Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM

Helena Vieira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CITCEM

Este estudo procura ser um contributo para a temática da formação inicial de professores, particularmente os professores de História, do Ensino Técnico português, entre 1930 e 1974.

Já desde meados do século XIX que o Ensino Técnico dava mostras de dificuldade na formação e recrutamento de professores habilitados para a lecionação neste subsistema de ensino. Os sucessivos governos na monarquia criaram legislação específica para o Ensino Técnico, sem alcançar resultados muito animadores.

Durante a 1.ª República, devido às dificuldades de aplicação efetiva da letra da lei, à falta de recursos financeiros e à inexistência de objetivos educativos concretos, não contribuiu muito para a formação do professorado do Ensino Técnico, nem para a sua credibilização junto de eventuais interessados.

Foram os anos de 1930 que trouxeram uma nova reforma, com o intuito de estabelecer um conjunto de regras destinado a definir o recrutamento e a categorização hierárquica dos professores, o estabelecimento das condições de acesso à profissão e as habilitações necessárias.

Mais tarde, a Reforma do Ensino Técnico de 1948 trouxe novidades, entre as quais a distinção entre professores de 1.º e de 2.º grau, tendo como critério o diploma escolar e académico.

O Decreto-Lei n.º 49.205, de 1969, procurou responder à falta de professores: os estagiários passaram a ser remunerados como professores de serviço eventual, aboliu-se o exame de admissão ao estágio, dispensou-se o primeiro ano do estágio e permitiram-se duas vias de profissionalização, com e sem treino pedagógico em estágio, por se considerar que os docentes com cinco ou mais anos de experiência no ensino já haviam demonstrado as suas capacidades e competências.

Os objetivos deste trabalho passam por compreender como é que se acedia à carreira docente no Ensino Técnico, como era regulada a evolução na carreira, qual era o seu contexto neste subsistema educativo e que tipo de formação académica, profissionalizante e contínua é que os professores tinham, sempre numa perspetiva comparativa com os professores do ensino liceal.

A metodologia passou pela leitura e análise de conteúdo da legislação compreendida entre 1930 e 1969, do boletim *Escolas Técnicas*, construindo-se quadros e bases de dados que sistematizaram a informação relevante.

Em conclusão: a) a formação de professores de História do ensino técnico era muito semelhante à dos professores do ensino liceal, registando apenas diferenças pontuais. Nos dois casos, exigia-se a conclusão de um curso de ensino superior, um exame de admissão ao estágio, a frequência de disciplinas de cultura pedagógica, a prática pedagógica obtida na realização do próprio estágio e a aprovação num exame de Estado; b) este modelo manteve-se praticamente inalterado até 1969, momento em que a falta de professores exigiu uma remodelação do sistema de formação de professores no sentido de acelerar a formação de docentes; c) a formação inicial era complementada pela formação “contínua” dos professores que liam o boletim *Escolas Técnicas*, contactando com as práticas apresentadas e possivelmente criando atividades similares e formas de ensino idênticas.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Técnico, Formação de Professores, Disciplina de História

MAPEANDO LA DISCIPLINA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN ARGENTINA

Marcela Ginestet

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Universidad Nacional de La Plata

Liliana Graciela Paredes

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Universidad Nacional de La Plata

A partir de las líneas de estudio del grupo de investigación internacional “Mapping the discipline History of Education” de la ISCHE, del *transnacional turn* (Droux, 2015) y los procesos de circulación (difusión, transmisión, transferencia, retraducciones, transposición y apropiación) de saberes del campo histórico educativo, se tomaron como objeto los programas de estudio de las cátedras universitarias y de los profesorados para analizar y comparar sus definiciones teórico-epistemológicas, los posicionamientos políticos-educativos, las tradiciones pedagógicas en la disciplina Historia de la Educación.

Atravesado por las relaciones asimétricas que se establecen entre múltiples escalas (transnacional-local, región-nación, centro-colonia), estas dinámicas y procesos se articularon y convergieron de manera desigual en instituciones universitarias del país y también en instituciones superiores no universitarias de formación docente, diferenciando algunas de ellas como centros de producción de conocimientos y otras como espacios predominantemente orientados a la formación docente y profesional.

Los Institutos de formación de profesores se crearon a principios del siglo XX con el objetivo de formar un cuerpo docente especializado para la docencia en colegios secundarios, al mismo tiempo que se fundaron las primeras universidades. Algunos de ellos compitieron en este sentido con la universidad en cuanto formadores de profesionales (profesores) en diferentes disciplinas. Es el caso del Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. González en la ciudad de Buenos Aires, que tempranamente logró autonomía para su organización y su currículum.

Tanto en el ámbito universitario en las carreras de Ciencias de la Educación como en los Institutos Superiores de formación docente, la disciplina Historia de la Educación comenzó a ser incluida como asignatura en la formación de los maestros normales (Ascolani), lo que favoreció su consolidación como parte de la “cultura escolar” (Chervel) con independencia e injerencia en la cultura académica.

Tradicionalmente, la formación docente no universitaria se organizó alrededor de la transmisión de conocimientos y no de su producción, una tarea que se reservó a la universidad. Por otra parte la investigación requiere de ciertas condiciones: financiamiento y estabilidad en el tiempo de las políticas que permitan la formación de investigadores.

Nos proponemos en este trabajo considerar comparativamente los programas de la asignatura Historia de la Educación en el nivel superior universitario y en el nivel superior no universitario, a fin describir y analizar:

- presencia/ ausencia de la disciplina en planes de estudio
- carácter obligatorio u optativo que se define en los diseños curriculares
- Establecimiento de “contenidos mínimos” para la formación de lxs estudiantes
- Emplazamiento (articulación horizontal y vertical con otras disciplinas/contenidos en los diseños)
- Cambios en la denominación y/o de sentido de la disciplina/asignatura
- Programación de contenidos (definiciones y criterios respecto del recorte temático y conceptual que se traduce en programas, fundamentaciones, unidades, bibliografía, etc.)
- criterios de selección y definición de contenidos de la disciplina a enseñar (desarrollos teóricos/ conceptuales, construcción y revisión de periodizaciones, alcance/recorte geográfico, etc.)
- producción científica del campo de conocimiento (proyectos, redes, publicaciones, etc.).

PALABRAS CLAVE

formación de profesores

LAS CONFIGURACIONES IDENTITARIAS DEL CUERPO DOCENTE EN HISTORIA, AL INTERIOR DEL INSTITUTO SUPERIOR DEL PROFESORADO JOAQUÍN V. GONZÁLEZ

Fernando Lamas

Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires

El presente trabajo busca reflexionar acerca de la configuración identitaria del cuerpo docente en Historia, al interior del Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. González. El mismo posee una larga trayectoria, desde su fundación en 1904, como Seminario Pedagógico para la formación del cuerpo docente secundario. Convirtiéndose así en el primero de esta clase en la República Argentina, y el segundo en América Latina.

Nuestro objeto de estudio, se centra en el periodo 1971 al 2010, que se corresponde al Plan de Estudios para la formación docente en Historia (Resolución Ministerial N°1159/71). El mismo fue suplantado, mediante la Resolución N° 4565/10, tras una serie de conflictos y tensiones en torno a la reforma de dicho plan.

Por un lado, definiremos cuáles son los elementos que estructuran al plan de estudios iniciado en 1971, saberes que valida, jerarquiza, y busca reproducir; y por el otro, que tipo de identidades busca construir, bajo que principios y quienes son los encargados de ponerlo en práctica. Además, debemos hacer hincapié en la larga duración del Plan de estudios en Historia, a pesar de las transformaciones estructurales, como coyunturales en la Argentina durante dicho periodo. Aun así, entendemos que los análisis acerca de cómo formar al futuro cuerpo docente, no debe reducirse únicamente a un plan de estudios, ya que entendemos que a pesar que exista lo normado, lo reglado ninguna instancia simbólica es capaz por sí sola de regular las identidades y de darles continuidad.

Vale aclarar, que, a la hora de pensar en la configuración de las identidades del cuerpo docente en Historia, debemos entender que las mismas son atravesadas por una serie de proyectos, ideas y conceptos. Éstos buscan materializarse en una serie de dispositivos para su reproducción, entendidos los mismo como herramientas técnicas, tecnológicas, discursos, conceptos, personas, instituciones, representaciones, imaginarios, identidades, prácticas sociales, lo normado y reglado que debe reaccionar frente a ciertas circunstancias de un modo determinado y no de otro. Esto aseguraría la adopción y continuidad de un tipo de cultura escolar, como también garantizaría la gobernación de los cuerpos envueltos en dichas relaciones. De este modo, se busca colonizar los cuerpos mediante los discursos y prácticas del poder, practicas individualizadoras que llegado el momento se socializan.

Debemos destacar que no es sencilla la formulación de los Planes para la formación docente, ya que se configuran mediante una serie de tensiones entre Estado, Institución y otras Instituciones tanto Superiores Universitarias como las no Universitarias; Institución y Departamento de Historia; Departamento de Historia, Cuerpo Docente y estudiantes. Y todos ellos a su vez, en dialogo con el contexto político, social y económico tanto a nivel nacional como internacional.

PALABRAS CLAVE

*Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. González,
Formación Docente, Identidades, Historia, Dispositivos*

PRODUÇÃO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNESP/MARÍLIA — SP (2004–2019): QUESTÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE EM FOCO

Tatiana Ranzani Maurano

UNESP

Karine Gonçalves

UNESP

Apresentam-se resultados de análise preliminar da produção discente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília-SP, entre os anos de 2004 (ano de defesa da primeira dissertação localizada) e 2019 (último ano a ser analisado tendo em vista que as teses e dissertações defendidas em 2020 ainda não constam totalmente no site do programa), focalizando-se os estudos que tratam das questões de gênero e de sexualidade. Com o objetivo de contribuir para a produção da história desse PPGE e para as discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade, mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, com a utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião e seleção das dissertações e teses que foram defendidas e que se encontram disponibilizadas no site do programa, buscou-se compreender, a partir da análise dos títulos e das palavras-chave dos trabalhos localizados, se e de que forma as temáticas em questão vêm sendo abordadas nesse programa ao longo de sua história. A partir dessa análise, foi possível identificar que, no período mencionado, foi defendido o total de 809 trabalhos, sendo 474 dissertações (375 defendidas por mulheres e 99 por homens); e 335 teses (247 defendidas por mulheres e 88 por homens). Identificou-se também que, do total de trabalhos defendidos, apenas 17 tratam das questões de gênero e de sexualidade, sendo cinco teses (quatro defendidas por mulheres e uma por homem) e 12 dissertações (todas mulheres). A maioria encontra-se vinculada à linha de pesquisa “Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais” e as palavras-chave mais recorrentes são “Sexualidade” (seis), “Gênero” (quatro) e “Mulher” (quatro). A análise preliminar dos resultados permite compreender o modo como essas questões vão se apresentando na produção discente do programa ao longo do tempo. A primeira dissertação e a primeira tese foram defendidas por mulheres, em 2005 e 2008, respectivamente, não havendo nenhuma produção discente sobre as temáticas de gênero e de sexualidade nos anos de 2004, 2006, 2007, 2009 e 2010. Entre 2011 e 2019, foram defendidas 11 dissertações e quatro teses, correspondentes a 88% do total de trabalhos que tratam das temáticas mencionadas, o que indica que os estudos a respeito de gênero e de sexualidade vêm-se intensificando com o passar dos anos nesse programa e que há uma tendência de aumento na produção a partir do ano de 2011. Essa análise preliminar indica ainda a necessidade de aprofundar a reflexão sobre como esses estudos, no âmbito do PPGE-Unesp-Marília, contribuem para a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade e suas interfaces e relevância para a história da educação.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero, Sexualidade, Produção discente, Programa de Pós-Graduação em Educação

REFORMAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E A CIRCULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL IMPÉRIO: ENTRE O RIO DE JANEIRO E A PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Alexandre Silva

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

O objetivo deste texto é promover uma aproximação entre reformas da instrução pública e cultura escolar no Brasil do século XIX. Para tanto, pretendemos explorar a circulação em nível nacional de uma política de formação de professores primários, elegendo como pontos de entrada a cidade do Rio de Janeiro, então Município da Corte e sede do governo imperial, e a Província do Maranhão na década de 1850. Em destaque, duas reformas da instrução pública então promovidas nessas localidades: o Decreto 1331-A, com o qual foi baixado o Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, amplamente conhecido na historiografia educacional brasileira como Reforma Couto Ferraz, que reorganizou a instrução primária e secundária na Corte; e o Regulamento de 2 de fevereiro de 1855, que teve o mesmo objetivo na província maranhense. A aproximação entre tais legislações não é gratuita, já que o regulamento maranhense se baseou na reforma empreendida na Corte. Além dos próprios textos legais, foram pesquisados documentos da Inspetoria da Instrução Pública do Maranhão, como relatórios e ofícios, que fornecem uma visão de como a legislação educacional era colocada em funcionamento. O trabalho baseia-se na perspectiva de Viñao Frago (1996) que traz à baila a relação entre reformas educacionais, culturas escolares, inovações e tradições. Apresentam-se as continuidades, persistências e tradições enraizadas na escola e nos sujeitos que nela operam, revelando uma oposição entre duas culturas: a dos reformadores/gestores e dos professores. O modelo de formação de professores introduzido pelas reformas em questão consistia nos chamados “professores adjuntos”, alunos das escolas primárias que, ao demonstrar bom aproveitamento dos estudos e sendo aprovados em concurso, passariam a atuar junto com os docentes titulares, formando-se professores na própria prática. Remontava, desse modo, a um paradigma de “corporação de ofício” e às práticas tradicionais de aprendizagem do magistério calcadas na transmissão familiar (Borges, 2014). Havia, então, a perpetuação da “tradição” de maneira oficial, submetida ao controle do Estado (Schueler, 2002). No Rio de Janeiro, a Reforma Couto Ferraz instituiu a predileção pelos filhos dos professores para ocupação de vagas de adjunto. No caso da Província do Maranhão, embora a letra da lei não contivesse disposição semelhante, dois entre os três adjuntos que chegaram a atuar eram, de fato, filhos dos professores que regiam as cadeiras, gerando suspeita por parte do Inspetor da Instrução Pública. Isso indica alguma força da tradição de transmissão familiar do magistério entre os professores da Província. Ficam flagrantes, também, os efeitos inesperados que toda reforma acaba por produzir, bem como sua incorporação ao cotidiano escolar na medida em que vão ao encontro de interesses corporativos ou tradições características dos sujeitos escolares.

PALAVRAS-CHAVE

Reformas da instrução pública, Brasil Império, Formação de professores primários





EIXO IX

ESCOLA E INOVAÇÃO:
PEDAGOGIAS ALTERNATIVAS
E ESCOLAS DIFERENTES

RETÓRICAS HIGIENISTAS E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA MODERNA DE BARCELONA (ANOS FINAIS DO XIX E INÍCIO DO XX)

Pedro Henrique Prado da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais

O propósito deste trabalho é analisar como as retóricas higienistas, estimuladas pelo movimento *regeneracionista* espanhol, se manifestam na Escola Moderna de Barcelona (EM) (1901 – 1906), entre os anos finais do XIX e início do XX. Entre o conjunto variado de fontes a serem analisadas — imprensa pedagógica, periódicos, manuais escolares e legislação —, o trabalho centra-se em indagar as prescrições do pediatra Andres Martinez Vargas (1861 – 1948), efetivadas no período em que foi colaborador da EM. Estas prescrições foram realizadas no “*Boletín de La Escuela Moderna*” (1901 – 1907), órgão oficial da EM, e no manual escolar de título: “*Botequin Escolar*” (1905). As contribuições de E. P. Thompson (1981; 1998; 2004), quanto aos conceitos de “experiência” e “cultura”, auxilia nos méritos deste trabalho. Ainda que Vargas não tenha sido grande referência do higienismo espanhol, ao menos na sua ala pedagógica, comparado a nomes como Laureano Figuerola (1816 – 1903) ou Pedro de Alcântara (1842 – 1906), Vargas deixou suas contribuições na área da medicina fundando a “*Sociedad de Pediatría Española*” (1912), organizando revistas específicas na área — “*La medicina de los niños*” (1900 – 1940) - e foi professor catedrático da Universidade de Barcelona (desde 1892) (MATÍAS, 2012). No campo da educação esteve atuante na *Institución Libre de Enseñanza* (ILE) (1876 – 1936) e, anos mais tarde, ingressa como colaborador da EM. Por esta tratar-se de uma escola considerada anarquista, ou pelo menos, de tendência anarquista, estimula verificar como que o discurso higienista, de diferentes intelectuais e reformadores sociais, são apropriadas por Vargas e divulgadas na EM. O *regeneracionismo* é considerado um momento de autocritica dos intelectuais espanhóis, ocasionado logo após a derrota da Espanha na guerra contra os Estados Unidos e a perda de suas últimas colônias. Nesse momento, inúmeros personagens preocupados com a educação e cultura, unem esforços para levar a cabo, através de discursos, instituições, saberes e práticas, um projeto societário, estimulada por uma ideia colaborativa, cuja finalidade era formar o povo espanhol para avançar rumo ao progresso da Nação e alcançar o padrão europeu (Viñao, 2004). Neste contexto, caminham paralelamente, a retórica higienista e a intensificação do processo de escolarização na Espanha. O movimento higienista alcança as escolas e diferentes proposições em favor da formação da infância para atender uma demanda forjada, que viabilizaria o progresso, a industrialização e a urbanização da sociedade espanhola. A pauta desse movimento gira em torno das preocupações com a higiene e a salubridade dos corpos e do espaço escolar, o esforço em inserir a disciplina “Higiene” nos programas escolares, o controle dos excessos da vida urbana e industrializada, a moralização da criança por via da regulação de gestos, comportamentos e hábitos, tendo neste conjunto de procedimentos e ritos, a racionalidade de indivíduos e grupos, em fazer da escola local máster para a transmissão de uma “nova” cultura: moderna e civilizada. Percebe-se, mesmo a EM estando alinhada com a doutrina anarquista, similitudes entre as prescrições realizadas por Vargas e o discurso higienista, naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE

Educação dos corpos, Escolarização, Movimento higienista, Escola Moderna de Barcelona, Educação anarquista

MODERNIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PRESENÇA DO LIBERALISMO RADICAL DE JOHN DEWEY NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (BRASIL, SÉCULO XX)

Décio Gatti Júnior

Universidade Federal de Uberlândia

Geraldo Gonçalves de Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Comunicação dos resultados de investigação no âmbito da História da Educação, particularmente na temática da História Disciplinar, na qual buscou-se compreender as concepções de educação, de sociedade e de democracia na obra de John Dewey (1859-1952), bem como as apropriações realizadas e as representações disseminadas na formação de professores, por meio da análise do conteúdo disposto em importantes manuais disciplinares de História da Educação, com autores estrangeiros, traduzidos para o português e publicados no Brasil entre 1939 e 2010. Manuais estes que tiveram ampla circulação em escolas normais e cursos superiores de formação de professores. Para tanto, partiu-se das ideias de Chervel (1990), Bastos (2006, 2007) e Gatti Jr. (2009). As fontes incluíram bibliografia de referência e doze manuais de História da Educação, destacadamente: Monroe (1939); Riboulet (1951); Gal (1954); Luzuriaga (1955); Hubert (1957); Eby (1962); Ponce (1963); Larroyo (1970); Debesse & Mialaret (1974); Manacorda (1989); Cambi (1999); Gauthier & Tardif (2010). No que se refere aos manuais de História da Educação, nas narrativas dos autores é possível perceber alinhamentos ideológicos importantes, ao liberalismo, ao catolicismo e ao socialismo, sendo que os resultados alcançados permitem concluir sobre a existência de quatro ênfases nas abordagens sobre Dewey contidas nos manuais de História da Educação e, portanto, em circulação no âmbito das instituições responsáveis pela formação de professores, a saber: herança hegeliana; marcos evolucionistas; relação indivíduo/sociedade (industrial e democrática); emergência da psicologia experimental.

PALAVRAS-CHAVE

História, Educação, Ensino, Manual, Dewey

O FIM DO ENSINO VOCACIONAL BRASILEIRO UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INOVADORA

Lucas Henrique Silva Gonçalves

Universidade Católica de Santos

Quando se pensa em ensino vocacional o que vêm a mente é algo próximo ao ensino profissional como por exemplo o ensino vocacional português ou as escolas vocacionais estadunidenses. No entanto, o ensino vocacional tratado nesse texto, conta sobre uma experiência pedagógica inovadora, realizada no Estado de São Paulo, Brasil. Vivida ao longo da década de 1960 e início de 1970. A proposta dessa comunicação é refletir sobre como foi e qual foi o desfecho final, dessa que foi considerada, por muitos autores uma experiência pedagógica inovadora (Rovai, 2005). Para entender esse processo foi utilizado o método: histórico documental, que se utiliza de fontes como documentos governamentais, jornais, livros, relatos da época e documentos escolares, para resgatar essa história. Foi utilizado também a compreensão de Escolano (2017), sobre a cultura política da escola que ora é autônoma ora perpassa outras culturas escolares como a empírica e a acadêmica. Nesse processo foram analisados os documentos do governo ditatorial que estava no poder na época e as relações ambíguas com uma escola privada que adotou o vocacional como perspectiva pedagógica. Conclui-se destacando as incoerências da repressão sobre o Ensino Vocacional e seus educadores, evidenciando, portanto, que apesar de ter tido final trágico e abrupto, esse não ocorreu por conta de uma experiência malsucedida, mas sim, porque o a emancipação e autonomia de alunos professores e instituições educacionais, não agradava a determinados grupos no poder naquela época.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Vocacional, Escola Alternativa, Pedagogia inovadora

REVISITANDO NARRATIVAS SOBRE A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA A PARTIR DE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

Sandra Sylvia de Santana Ziegler

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Adriana Angélica Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais

O que impulsiona um educador a trabalhar numa perspectiva pedagógica considerada diferente ou inovadora? A busca de respostas a essa pergunta resultou na escrita do presente texto, com o objetivo de apresentar as narrativas de duas professoras experientes, sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, bem como aquilo que as motivou a um fazer educativo diferenciado. A primeira voz no texto descreve a prática da Prof.^a Leonor Malik, doutora em Ciências da Educação, dinamizadora da Pedagogia Waldorf em Portugal e a segunda voz da Prof.^a Rita Durso, Mestre em Educação, proponente de um currículo inovador e diversificado para a Educação Básica no Brasil. A metodologia usada nesse percurso investigativo se constitui, primeiramente, da realização de entrevistas temáticas, nas quais as professoras foram convidadas a responderem as seguintes questões: Quer-nos falar um pouco sobre sua vida?; O que lhe impulsionou a trabalhar, contrariamente, num modo pedagógico diferente do tradicional de fazer educação, ao longo de sua trajetória profissional?; Por favor, relate-me sobre um momento de sua trajetória, no qual desenvolveu um novo fazer educativo. Em seguida realizou-se a análise comparativa das narrativas recolhidas e por fim a discussão teórica acerca das principais temáticas levantadas em ambas entrevistas. Abrindo mão de possíveis conclusões genéricas, espera-se com esse artigo colocar em evidência as vozes em si, que foram concedidas generosamente e com grande competência aos leitores desse texto pelas duas professoras, durante o exercício de narração de suas lides educativas.

PALAVRAS-CHAVE

inovação pedagógica, trajetória profissional, narrativas docentes

TAYLORIZAR A INSTRUÇÃO PARA VALORIZAR A EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA INDIVIDUALIZADA NA PERSPECTIVA DE CARLETON WASHBURNE

Nara Vilma Lima Pinheiro

Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo

Este texto busca caracterizar a escola individualizada elaborada por Carleton Washburne, importante personagem na articulação e divulgação da corrente pedagógica vinculada à reflexão de John Dewey, a *Progressive Education*. Trata-se de analisar os processos e as circunstâncias de produção do sistema pedagógico de Winnetka (Illinois/EUA) observando táticas e estratégias que mobilizadas por Carleton Washburne contribuíram por definir condições específicas de existência e funcionamento da escola individualizada. Esse sistema de ensino se recusava a racionalidade baseada no instrucionismo, instrução que o professor passa ao aluno, em defesa de uma racionalidade que considerava o sujeito que aprende. A aceitação de sua proposta experimental, pelos cidadãos de Winnetka, dependeu de sua liderança dentro das escolas, da institucionalização de sua *expertise* pedagógica, a qual lhe abriu “espaços de liberdade em relação às demandas de gestão” (Hofstetter; Schnewuwly; Freymond, 2017), o que lhe permitiu dar ênfase a pesquisa científica, combinando objetivos da educação progressista com ensino eficiente de habilidades básicas, como ler, escrever e contar. Liderança que exerceu por mais de vinte anos, desenvolvendo investigações experimentais, cujos resultados tiveram efeito direto sobre a prática pedagógica dos professores e serviram de justificativa para reformulação das escolas públicas de Winnetka, favorecendo a constituição da escola individualizada. A proposta deste tipo de escola não se reduz a uma questão de método ou de técnicas diferentes para se ensinar, mas de uma concepção pedagógica nova para o período, modificando a relação professor-aluno-saber no processo educativo. Alguns questionamentos motivaram a realização desse texto, entre eles: como individualizar o ensino de modo que permaneça a aula coletiva? Em quais autores se fundamentaram esse modelo de ensino? Que sentidos Washburne atribuiu as concepções teóricas que fundamentaram suas práticas pedagógicas? De modo mais específico interessa saber: como se configurou a individualização da aritmética da escola primária? Para responder a estes questionamentos utilizaram-se como fontes de pesquisa publicações de Washburne em periódicos estadunidenses, no período de 1919 a 1943, analisadas sob ótica dos estudos de Michel de Certeau (2002). A análise das fontes converge na afirmativa de que Washburne uniu distintas concepções progressistas sobre educação e ensino, reorganizando-as a partir dos resultados de suas experiências, dando-lhes novo sentido para um ensino *sob medida*, uma *escola sob medida*, tal como também preconizou, Édouard Claparède na Suíça. Sob a ótica de Certeau (2002, p. 41), as práticas pedagógicas de Washburne, resultados de “consumos combinatórios e utilitários” evidenciaram “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir”, concentrando-se muito mais no desenvolvimento de testes objetivos e na elaboração de materiais autoinstrucionais, com exercícios de autocorreção vinculados a objetivos específicos, do que na aprendizagem do aluno, ainda que tenha considerado o sujeito que aprende.

PALAVRAS-CHAVE

aritmética, escola individualizada, Carleton Washburne, racionalização, educação progressista

A CRIAÇÃO DO CURSO DE EXPRESSÃO GRÁFICA COMO PERMANÊNCIA DO ENSINO DE DESENHO NO SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS DA UFPR (2001–2011)

Rossano Silva

Universidade Federal do Paraná

Adriana Vaz

Universidade Federal do Paraná

Esta comunicação traz como estudo de caso parte da trajetória institucional do Departamento de Desenho (DDES), atual Departamento de Expressão Gráfica (DEGRAF), vinculado ao Setor de Ciências Exatas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tem como principais aportes teóricos Bourdieu, Chervel e Goodson. Referente a Bourdieu apresenta-se os conceitos de campo, *habitus* e trajetória; com Goodson situa-se que o ensino de desenho em nível de graduação atrela-se as condicionantes da própria formação acadêmica do seu quadro de docente; de Chervel articula-se a noção de disciplina acadêmica, em que o termo expressão gráfica como sinônimo de desenho, entre 2001 a 2011, busca se ajustar a área de Matemática e distanciar da área de Artes e *Design*.

O espaço social delimitado pelo DEGRAF tem suas ações ligadas com outros departamentos da UFPR e outras instituições de ensino, como a UFPE, embora neste estudo o foco recaia sobre o perfil profissional do quadro docente do DEGRAF e as estratégias de ação para implantação de uma graduação própria. Então, questiona-se: De que modo a graduação em Expressão Gráfica conecta-se ao perfil profissional do corpo docente? Tem-se como hipótese que o acento nos conteúdos de matemática, geometria plana e cálculo das disciplinas que estruturam o curso de Expressão Gráfica se adequava a formação do corpo docente e se distanciava da área de Arte e *Design*. Outra hipótese é que a manutenção do ensino de desenho no âmbito da graduação como parte das atividades de ensino dos professores do DEGRAF, Departamento vinculado ao Setor de Ciências Exatas desde 1974, mantêm-se em funcionamento por estratégias de longa duração como foi a implantação de uma graduação própria, em contraponto há outras estratégias de curta duração.

Adota-se como fonte principal as atas das reuniões departamentais, no intervalo de 2001 a 2011, e os *currículos lattes* disponíveis dos professores efetivos do DEGRAF ativos nesse interstício, logo o recorte temporal permeia o início da década de 1990.

Em síntese com a criação do curso de Expressão Gráfica os concursos para o ensino de desenho desprendem-se dos conteúdos direcionados ao campo da Matemática, que envolvia geometria plana, dupla projeção ortogonal, projeções cotadas e desenho técnico. Conhecimentos que marcam parte da trajetória dos professores que ingressam nessa unidade administrativa a partir do início e meados da década de 1990, e que se altera gradativamente depois de 2012, ao efetivar arquitetos, engenheiros e designers. Visto que, os bacharéis em Expressão gráfica, assim como os designers, são profissionais que desenvolvem e criam projetos tendo conhecimento de diferentes tecnologias digitais, em que o ato de desenhar os define como projetista.

PALAVRAS-CHAVE

Desenho, Geometria, Ensino superior

VALORIZAÇÃO DA PEDAGOGIA ADAPTADA NO PORTUGAL OITOCENTISTA: O ENSINO PARA ALUNOS CEGOS NO ASILO-ESCOLA ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO (1888)

Maria Romeiras Amado

Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

Durante a segunda metade do século XIX, Portugal sofreu diversas modificações do ponto de vista político. O crescimento do movimento Republicano, a progressiva laicização do Estado e a alternância de poderes no Parlamento, se por um lado criaram alguma instabilidade no país, por outro lado permitiram que se fossem abrindo novas perspectivas de gestão nacional em áreas tão importantes como a educação. Um ano antes da subida de D. Carlos (1863-1908) ao trono, é fundada em Portugal a primeira escola para alunos cegos: o Asilo-escola António Feliciano de Castilho (1888). Até então, os cidadãos cegos eram assistidos em casa, quando originários de famílias abastadas, ou recolhidos em asilos, quando em situações financeiramente insustentáveis. Nessas instituições recebiam alguma educação e, na sua maior parte, formação profissional que era exercida na própria instituição. Não havia escolas para alunos cegos, no sentido da forma escolar fundada pela modernidade ocidental.

Estabelecerei assim uma análise de conteúdo sobre quatro relatórios anuais desta nova escola e o seu regulamento, assim como sobre reportagens publicadas nos jornais da época por forma a questionar a influência que recebeu desse gesto de mudança republicano e laico. Em paralelo, usarei uma metodologia de análise comparativa entre esta primeira escola portuguesa e as escolas que lhe transmitiram a maior parte dos conteúdos pedagógicos e materiais, como a escola de Paris, o Institut National des Jeunes Aveugles (1785), estabilizando o projecto e criando condições para o seu sucesso.

Seguindo uma arqueologia do gesto inclusivo, procurarei saber se estas condições criadas na escola de Lisboa foram bem sucedidas, ou seja, se os alunos, com a formação que lhes foi dada nos anos de internato, conseguiram fundamentos académicos e sustentação social para uma vida autónoma e uma cidadania respeitada.

Concluo com a observação que o Asilo-escola António Feliciano de Castilho teve um relevante papel experimental para a fundação da educação adaptada em Portugal, não tendo porém conseguido os seus intentos de uma forma tão lata como seria o seu objectivo: alguns dos seus alunos e alunas conseguiram, após o período de internato, obter os seus diplomas de estudos ou as suas especializações em áreas como a música, por exemplo, mas nem todo tiveram um percurso de vida profissional autónomo. Os dados existentes revelam assim que esta escola contribuiu mais para a potência da educação e a sensibilização social em torno da necessária autonomia dos cidadãos cegos que propriamente para a efectivação desse gesto de dar autonomia. Seria necessária a chegada do século XX e a fundação de novas escolas e institutos concorrentes para que os primeiros alunos cegos portugueses chegassem à universidade e a carreiras profissionais mais diversas, completando a integração académica e profissional pretendida desde a sua fundação.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Educação Adaptada, Cegueira

JORNAIS ESCOLARES COMO MEDIADORES NA PEDAGOGIA RENOVADORA ITALIANA DA DÉCADA DE 1970

Mônica Yumi Jinzenji

Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação

Esta proposta analisa os jornais escolares produzidos na região do Piemonte, na década de 1970, como mediadores na proposta de renovação da educação ocorrida naquele período na Itália. Inspirada na pedagogia de Célèstin Freinet, esse movimento, que foi sendo introduzido sobretudo a partir de meados dos anos 1950 (Bandini, 2013), criticava a escola dita tradicional e conservadora, o autoritarismo do professor, defendendo que o estudante deveria estar no centro da ação educativa e a escola, além de atender a todos, deveria estar em contato próximo com a comunidade, combatendo as injustiças e a desigualdade social.

A escrita de jornais, de textos livres e as trocas de correspondência entre estudantes de diversas localidades, eram consideradas metodologias que permitiriam a livre expressão, o pensamento crítico e o desenvolvimento de trabalhos cooperativos e colaborativos na escola (Freinet, 1957). O estabelecimento de uma tipografia nas escolas era uma das propostas de Freinet que, inspirando escolas de vários países, deram origem aos “jornais de classe”.

Na história da educação italiana, a década de 1970 foi marcada pelo desenvolvimento de iniciativas renovadoras, sendo a produção de jornais, pelos estudantes, uma delas. Segundo Allerhand (apud Detti, 1982), esses jornais eram produzidos em todas as regiões do país, podendo ser localizados em torno de 1.500 títulos, sendo a maior parte deles, de escolas elementares.

Tivemos acesso a um acervo inédito, proveniente de Pinerolo, província de Torino/Piemonte, datado do período de 1974 a 1980. É constituído por jornais escritos em 11 escolas elementares e 2 escolas maternas. Possuem, cada qual, uma materialidade particular (escritos a mão, a máquina; reproduzidos com mimeógrafo ou limógrafo; coloridos ou não; quantidade de páginas, tiragem, periodicidade e longevidade variadas), havendo, em comum, a valorização dos interesses e opiniões dos estudantes, das condições de vida das famílias e da comunidade do entorno, da história local. Esse conteúdo era produzido a partir de pesquisas, visitas, experimentos, desenhos e textos autorais, pelos estudantes e visavam a circulação mais ampla, sendo vendidos para a comunidade externa à escola, mas também enviados para outras escolas e para revistas pedagógicas.

A produção escrita dos jornais mediava a relação desses sujeitos com o conhecimento que era construído, na medida em que o processo de produção desse impresso requeria a síntese reflexiva, o julgamento e o desenvolvimento da crítica, na seleção dos conteúdos e da sequência de sua apresentação, a percepção e apreciação estética, na diagramação e acabamento do material. Nos trabalhos de pesquisa, que envolviam entrevistas com familiares, pessoas idosas, documentos em arquivos e posteriormente, a organização dos dados para apresentação em gráficos e tabelas, percebe-se a preocupação com o desenvolvimento da capacidade de análise e investigação, como base para o conhecimento da realidade.

Esse conjunto de elementos se associava à recusa na utilização de livros didáticos, já que o conhecimento era produzido pelos estudantes a partir de seus interesses, não se aceitando que fossem impostos por meio de instrumentos pré-estabelecidos e conteúdos prontos.

PALAVRAS-CHAVE

Célèstin Freinet, Jornal escolar, Movimento di tipografia a scuola

O ENSINO DOMICILIAR E A POSIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURÍDICA E SOCIOLÓGICA À LUZ DA OBRA DE ÉMILE DURKHEIM

Simone Pires Ferreira de Ferreira Batana

Universidade Católica de Brasília – UCB

Jean Robert Batana Pires Ferreira

Universidade Católica de Brasília – UCB

O Ensino Domiciliar, também conhecido na versão inglesa como *homeschooling*, tem sido amplamente discutido em vários países, inclusive no Brasil. Esta prática educacional gerou muitas controvérsias no meio de diversas famílias brasileiras que se constituíram em um movimento social conhecido como ANED - Associação Nacional de Educação Domiciliar.

Atualmente, a legislação brasileira ainda não permite esta prática, posto que obriga a matrícula da criança com idade a partir de 4 anos, na escola, e prevê a possibilidade dos pais responderem pelo crime de abandono intelectual de seus filhos. Contudo, o *homeschooling* é praticado por cerca de 7.500 famílias com mais de 15.000 com crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos. O crescimento da educação domiciliar aumentou 2000% entre os anos de 2011 e 2018 e cresce 55% a cada ano.

Em 2015, a discussão foi levada à Supremo Tribunal Federal - STF por pais que foram obrigados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul a matricular seu filho na escola. Nesta ação, a família buscava que o Suprema Corte reconhecesse que sua opção pelo *homeschooling* era constitucional e garantia o direito à educação.

O relator reconheceu a repercussão geral do tema, ou seja, a necessidade de a Corte Suprema analisar a matéria, vez que a decisão não tinha importância apenas para a família que provocou o STF, mas repercutiria para todas as famílias adotantes e as que quisessem adotar o ensino domiciliar no Brasil. A ANED ingressou como *Amicus Curiae* e requereu a interrupção de todos os processos contra as famílias adeptas da educação domiciliar, que tramitavam em instâncias inferiores do Poder Judiciário.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal não declarou a constitucionalidade do ensino domiciliar, alegando a inexistência de previsão legal regulamenta essa modalidade de ensino e indicou a necessidade de regulamentação pelo Estado. Dessa sorte, o atual governo federal, em abril de 2019, encaminhou o projeto de lei 2401/19, que tramita no Poder Legislativo.

O presente trabalho utilizou de consulta bibliográfica e documental para analisar qual o papel do Estado na regulamentação do ensino e na imposição de normas jurídicas no que diz respeito à educação em geral e ao *homeschooling* especificamente no Brasil. Além disso, verificou como seria o entendimento desta temática na perspectiva de Émile Durkheim, uma vez que para ele o Estado tem como papel preponderante a manutenção da coesão social. Para responder a essa pergunta, foram abordados o conceito de *homeschooling* e suas motivações, a educação enquanto formadora do ser social na concepção de Émile Durkheim e o confronto entre as famílias e o Estado no âmbito da formação desse ser social. O trabalho apresenta os critérios que caracterizam o ensino domiciliar em países onde essa prática está consolidada, a legislação do sistema educativo brasileiro e os argumentos jurídicos que motivaram os ministros do Supremo Tribunal Federal quanto da não decisão pela constitucionalidade do ensino domiciliar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Educação domiciliar, homeschooling, Estado, constitucionalidade

PEDAGOGIA ANTIPOFFIANA: PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS, EPISTEMOLÓGICAS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Camila Jardim de Meira

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Regina Helena de Freitas Campos

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

Paula Dantas de Oliveira Pelizer

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e Centro Universitário Newton Paiva

Apresenta-se evidências de delineamento de uma Pedagogia alternativa proposta por Helena Antipoff (1892-1974), a partir de estudos realizados em fontes documentais primárias do Centro de Documentação e Pesquisa – CDPHA/Brasil - MG. Helena Antipoff foi uma psicóloga e educadora russa que veio para o Brasil na década de 1920 para participar da Reforma Educacional Mineira, e contribuiu para o desenvolvimento e consolidação da Psicologia e Pedagogia no país. Estudou em Paris, Genebra e São Petersburgo e vinculou-se ao Instituto Jean Jaques Rousseau. No Brasil, Antipoff participou da criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1932 e no ano de 1939 da criação do Complexo Educacional da Fazenda do Rosário, em Ibituripe. Neste espaço foram desenvolvidas diversas instituições educativas, dentre elas destacam-se: Escolas Reunidas Dom Silvério (para o ensino primário); Clube Agrícola João Pinheiro (ensino e experimentação de técnicas agrícolas); Ginásio Normal Oficial Rural Sandoval Azevedo (com internato para moças); Ginásio Normal Oficial Rural Caio Martins (com internato para rapazes); Instituto Superior de Educação Rural (ISER), com cursos de treinamento para professores rurais, incluindo a prática no cultivo de lavouras, hortas, pomares, na criação de animais e cursos de economia doméstica. O objetivo central dessa é investigar se as intervenções realizadas pela educadora Helena Antipoff expressas em registros escritos produzidos no Complexo Educacional da Fazenda do Rosário (1939-1974), revelam uma maneira distinta de se conceber teórica e metodologicamente “os fazeres pedagógicos”, cunhando uma Pedagogia própria. O corpus documental, foi explorado por meio de historiografia pluralista definida por Barbosa (2011) como estudos que ora enfocam uma abordagem biográfica, ora temática, além de estudos bibliométricos, considerou-se ainda as relações entre história / memória (Nora, 1993). Delineamentos da pesquisa destacam contextos de produção, circulação (Pickren, 2012) e apropriação (Chartier, 2002) de conhecimentos. Nas fontes primárias analisadas evidenciam-se particularidades nos constructos teóricos e práticas vivenciadas no Complexo Educacional, percebe-se ainda pressupostos filosóficos relacionados à finalidade educativa a partir de questões apropriadas de Pestalozzi (1928;1934) e traços de uma Pedagogia Social possivelmente de origem soviética. Quanto aos pressupostos epistemológicos destacam-se nuances da Pedagogia Científica e Escola Sob medida propostas por Claparède (1956;1920), Experimentação Natural - La-soursky (1926;1937) e Psicologia Experimental expressos no volume I da Coletânea de obras escritas por Helena Antipoff (1992). Por fim, os pressupostos didático-pedagógicos da Pedagogia Antipoffiana pautam-se no manejo dos saberes epistemológicos com finalidades filosóficas, ou seja, a utilização da Pedagogia Científica, da Educação sob medida e da Experimentação Natural para construção de uma Pedagogia Social objetivando a “felicidade de todos” (1992, p.377). Nesta perspectiva observam-se iniciativas para a formação do homem nas dimensões: social, política, cívica, física, religiosa, estética, econômica e pedagógica. Ainda, a Pedagogia Antipoffiana demonstra centralidade na busca pela construção da felicidade coletiva, destaca-se a afirmação de Helena sobre a finalidade da educação: “a arte de conviver de modo que haja equilíbrio” (Antipoff, 1992, p.377), ela aponta o equilíbrio como felicidade, como processo coletivo: “Não há felicidade de uns sem ter felicidade de outros. Logo: para ser feliz aprendemos a tornar felizes os outros.” (Antipoff, 1992, p.377).

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia Antipoffiana, Helena Antipoff, Pedagogia Social

A ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ: INOVAÇÕES DOS FRANCISCANOS NO USO DO MÉTODO INTUITIVO NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM PETRÓPOLIS — RJ (BRASIL), FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Claudino Gilz

FAE Centro Universitário

Cleonice Aparecida de Souza

Universidade São Francisco (USF) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)

A edição dos Livros de Leitura e a implantação do método intuitivo no âmbito da instrução primária como duas das inovações dos Franciscanos fundadores da Escola Gratuita São José em seis de janeiro de 1897 em Petrópolis - RJ (Brasil) é o objeto de pesquisa da presente investigação. Objetiva identificar em que consistiu o método intuitivo proposto pelos Franciscanos dessa escola nas atividades letivas e no uso dos Livros de Leitura editado por eles. Método intuitivo esse que passou a ser proposto às escolas no intuito de suplantar determinadas mazelas do ensino em meio aos postulados econômicos e culturais de uma sociedade herdeira da revolução industrial que se constituiu a partir do final do século XVIII e meados do século XIX (Hobsbawm, 2010). Objetiva também analisar tanto a implantação do método intuitivo na instrução primária, como alguns dos pressupostos históricos, eclesiais, políticos e culturais inerentes à edição dos Livros de Leitura da Escola Gratuita São José a partir de 1904, postos em circulação e também por outras escolas no Brasil até meados da década de 1970. Em face do objeto e dos objetivos da pesquisa, a abordagem teórica privilegia o cotejo com o contexto histórico e sociocultural do período (Thompson, 1998; Benjamin, 1984, 1985, 1992 e 1994); com a memória e as tratativas de implantação do método intuitivo no Brasil (Souza, 2000; Razzini, 2004; Schelbauer, 2005; Munakata, 2017); com os processos de produção, difusão e circulação de livros escolares enquanto recursos didáticos a oferecer de modo especial aos professores um conjunto de orientações pedagógicas na articulação da aprendizagem dos conteúdos educacionais junto aos alunos a cursar a instrução primária (Bittencourt, 1993 e 1998; Munakata, 1997 e 2017); com a atuação dos Franciscanos na instrução primária em Petrópolis e na história da educação brasileira alinhada às preocupações, os posicionamentos, os embates e as resistências da Igreja Católica em relação à proposição do ensino laico pelos idealizadores do regime republicano no Brasil (Schayette, 1922; Röwer, 1941, 1947 e 1951; Sinzig, 1910; Leão XIII, 1878, 1880, 1884 e 1891). A metodologia utilizada na investigação do objeto dessa pesquisa possibilitou entrever uma atuação dos Franciscanos, principalmente no âmbito da instrução primária em Petrópolis, atravessada não só por inovações pedagógicas e apostas na elaboração e edição de livros escolares, mas também por lutas e posicionamentos em favor da oferta de um ensino alinhado às prerrogativas da Igreja Católica e não de um ensino laico.

PALAVRAS-CHAVE

Método intuitivo, História da Educação Brasileira, Escola Gratuita São José, Franciscanos

AMBIENTES INOVADORES DE APRENDIZAGEM E A PERCEÇÃO DE PROFESSORES PARA A AÇÃO DOCENTE NESTE ESPAÇO

Daniela Diesel

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Este trabalho insere-se no âmbito de um estudo de doutoramento na área da Educação e Tecnologias que tem como propósito investigar as práticas pedagógicas desenvolvidas em Ambientes Inovadores de Aprendizagem. Esses ambientes surgem no contexto europeu, a partir do Projeto “*Future Classroom Lab*” (European Schoolnet), estão sendo discutidas e implementadas salas de aulas inovadoras com diferentes designs no seu interior. No contexto português estão em crescente desenvolvimento e instalações destes ambientes nas escolas, desde o ensino básico ao secundário. O crescente aumento destes espaços no contexto nacional requer uma atenção especial, sobretudo em relação as práticas que nelas vêm sendo desenvolvidas. Constituem-se como laboratórios de aprendizagem, espaços de inovação, surgem a partir de espaços favoráveis ao desenvolvimento de pedagogias inovadoras, centrado no aluno, através de metodologias ativas de aprendizagem, diferentes dinâmicas de interação entre professores e alunos, aluno-aluno. Os ambientes inovadores de aprendizagem são espaços múltiplos e flexíveis, e desafiam os utilizadores a desenvolver diferentes tipos de práticas de ensino e aprendizagem, sendo eles individuais ou em grupo procurando favorecer a aprendizagem centrada no aluno e as práticas de ensino colaborativas. O presente estudo tem como objetivo caracterizar estes espaços de ensino, assim como apresentar a percepção de professores de uma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico acerca da pedagogia desenvolvida nesse espaço com o intuito de compreender melhor a ação docente, em particular, as competências necessárias aos professores para atuarem em um espaço de aprendizado enriquecido com tecnologia na escola e que estimula o uso de abordagens inovadoras. A abordagem da pesquisa adotada é exploratória, de caráter qualitativo que busca compreender a importância das questões relacionadas ao papel do professor para atuar em um ambiente inovador de aprendizagem. Foram realizadas observações de aula em ambientes inovadores de aprendizagem e uma entrevista de focus group com cinco professores de uma escola do 1º ciclo de Lisboa que possui o ambiente inovador desde 2015. Os dados produzidos na entrevista de focus grupos, através das narrativas apresentadas, sugerem as percepções dos professores desta escola em relação ao papel do professor e as competências dos professores para práticas pedagógicas inovadoras; a abordagem pedagógica baseada em projetos e o ambiente educativo inovador como espaço potencializador de aprendizagem. O estudo pode considerar que o ambiente educativo inovador da escola foi propulsor para a criação de novos espaços/ambientes na escola. Cabe considerar ainda, a partir das observações realizadas, de que o papel do professor neste ambiente inovador é entendido como fundamental, como um agente ativador da aprendizagem e facilitador, tendo o aluno o papel de agente principal da sua aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

ambientes inovadores de aprendizagem, pedagogias inovadoras, ação docente

UMA PEDAGOGIA INVISÍVEL DA AMIZADE IBÉRICA NOS NOTICIÁRIOS DE ATUALIDADES PORTUGUESES: O CASO DA CULTURA E DAS ARTES

Ana Luísa Paz

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Portugal atravessa as primeiras décadas de 1900 com baixíssimas taxas de alfabetização e, neste contexto, o cinema vem a ser considerado pelas autoridades governativas como um meio eficaz para transmitir facilmente conteúdos políticos, senão mesmo ideológicos. Com o advento da República (1910-1926), ensaiam-se as primeiras tentativas de filmografia propagandística, mas é com o assentamento da ditadura e da implantação do Estado Novo (1926-1974) que a propaganda, e em especial os noticiários de atualidades, se tornam um pilar do Estado-nação e do Estado como Educador. Completamente fora do âmbito estritamente escolar, o cinema torna-se um fundamento da educação não-formal.

No âmbito do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN, 1933-1954), o organismo dedicado à conceção e divulgação de propaganda — depois reformado como Secretariado Nacional de Informação (SNI, 1945-1968) e mais tarde como Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT, 1968-1974) — foram produzidas as principais séries de noticiários que marcaram o salazarismo, o *Jornal Português: Revista de Atualidades Cinematográficas* (1938-1952) e o *Jornal de Atualidades: Imagens de Portugal* (1952-1974).

Pensar as atualidades cinematográficas como um currículo definido a partir de uma “intencionalidade”, onde se traça um caminho preciso para atingir uma finalidade, com uma abordagem pedagógica que se baseia num ambiente que educa como um “professor invisível” ou como “um cenário pedagógico” (Colleldemont, 2019).

Diante da enorme invisibilidade e eficácia do cinema de atualidades na transmissão e difusão de mensagens politicamente calibradas, considerei que, entre os temas fundamentais se encontra o delicado tema político e cultural das relações entre Portugal e Espanha. Diante destas grandes séries, pretendo, assim, focar-me em *Jornal Português: Revista de Atualidades Cinematográficas* (1938-1952), por ser a que se encontrava vigente na época em que as relações entre os dois países estiveram mais tensas, isto é desde a Guerra (Civil) Espanhola e até ao final da II Guerra Mundial.

Foi neste sentido que me propus identificar e analisar situações narradas pelo *Jornal Português*, encontrando assim que o tema “Espanha” é aflorado em 25 dos 95 números desta série. Tenho vindo a analisar diversos momentos em que esta tensão se faz presente, nomeadamente nas situações de visitas oficiais entre os dois países. Pretendo agora, para esta comunicação, centrar-me unicamente nos aspetos de trocas culturais, que se enunciam a partir de tópicos como sejam eventos de cultura tradicionais, exposições pintura, passagem de artistas, etc. com o objetivo de tentar compreender como o SPN, através do *Jornal Português* pretendia criar uma imagem cultural de Espanha. Importa igualmente esclarecer sobre a sua eventual mudança durante o tempo de produção destes documentários, assim como procurar contextualizar à luz dos assuntos políticos.

PALAVRAS-CHAVE

noticiários de atualidades, Estado Novo, relações Portugal-Espanha

CULTURA ESCOLAR NAS CLASSES EXPERIMENTAIS SECUNDÁRIAS DO GINÁSIO BRASILEIRO DE ALMEIDA (1959–1962)

Marilane Machado de Azevedo Maia

Universidade do Estado de Santa Catarina

Norberto Dallabrida

Universidade do Estado de Santa Catarina

O presente trabalho busca apresentar reflexões sobre as Classes Secundárias Experimentais no Ginásio Brasileiro de Almeida no ano de 1959, momento em que foram implantadas e 1962, quando finaliza o curso ginásial de quatro anos. O Ginásio Brasileiro de Almeida estava localizado em Ipanema, Zona Sul do Estado do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil. Era uma instituição privada que atendia a um público de classe média alta, sendo os alunos selecionados através de exames de admissão. A diretora do ginásio, no período era Edília Coelho Garcia, que foi a responsável pela apropriação de caráter renovador do ensino de 1959 a 1962. Busca-se compreender como se deu o processo de apropriação das Classes Secundárias Experimentais por meio de documentos e relatórios técnicos do Ginásio. A apropriação posta em curso a partir de 1959 no Ginásio advém do ensaio que Luiz Contier executava no Instituto Alberto Conti, oriundo de seu estágio no Centre International d'Études Pédagogiques (CIEP), em Sèvres na França, se aprofundando nas classes nouvelles, proposta educacional renovadora do ensino francês que visa formação integral dos estudantes e traz três princípios centrais sob os novos métodos e processos didáticos: conhecimento científico e a experimentação, foco nas práticas experimentais e autonomia, fundamentadas em Célestin Freinet, Édouard Claparède e John Dewey, características que impulsionaram o ensaio no ensino secundário brasileiro que passava pela efervescência do movimento escolanovista buscando alterar o tradicionalismo pedagógico vigente. Dessa maneira a experiência se regulamentou no Brasil em 02 de janeiro de 1959, via expedição da portaria nº 1 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que autorizou o funcionamento em caráter experimental das Classes Secundárias Experimentais, assim nomeada a apropriação brasileira, que contou com algumas características diferentes e singularidades, porém não deixava de ser inovadora frente a Reforma Capanema, assim chamada a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 que regia o ensino até determinado momento. Como referencial teórico são utilizados os conceitos de cultura escolar abordado por Dominique Julia (2001) como um conjunto de normas que definem condutas e conhecimentos a serem inculcados no espaço escolar; assim como o conceito de apropriação cunhado por Roger Chartier (1990; 1992) a fim de compreender os usos criativos dos sujeitos pela interpretação de um objeto ou um bem cultural ao transformá-lo e/ou ressignificá-lo. Dessa forma, para a compreensão da apropriação e de uma cultura escolar renovadora o ensaio ficará dividido em duas partes, a primeira abordará sobre o espaço tradicional do Ginásio, currículo, organização espaço-temporal e a segunda as características inovadoras das classes, quantitativos, metodologias, a fim de se compreender a complexidade da renovação de uma cultura escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Escolar, Classes Secundárias Experimentais, Classes Nouvelles, Ginásio Brasileiro de Almeida

ENTRE CARTAS, CARTILHAS E RÁDIO NA DIFUSÃO DA ALFABETIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE EM PERNAMBUCO (1961–1966)

Kalline Laira Lima Santos

Universidade Estadual Paulista

Manuela Garcia de Oliveira

Universidade Estadual Paulista

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por campanhas e programas para a educação de base e cultura popular. Algumas dessas experiências emergiram da Igreja Católica, a título de exemplo, o Movimento de Educação de Base (MEB) que foi criado oficialmente pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, a partir de convênio entre o episcopado brasileiro, representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto ao Ministério da Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender às demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas que, por sua vez, foram organizadas por 11 sistemas de emissoras espalhadas pelos Estados. Com isso, esse ensino transmitido pelas ondas do rádio tinha como objetivo não somente a alfabetização, mas uma educação que promovesse a “elevação cívica, moral, econômica e espiritual”, bem como vislumbrava a formação de uma cultura popular. O artigo em questão trata das experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco, entre os anos de 1961 a 1966, e a importância das tecnologias pedagógicas — a carta, cartilhas e o rádio — na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. O recorte temporal diz respeito ao período de funcionamento do MEB no estado pernambucano. Para tecer esta narrativa histórica abordando suas experiências escolares e construção de identidades, analisamos fontes oficiais do Movimento, cartilha, cartas, fotografias dentre outras, valendo do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. Por fim, compreendemos que a comunicação pelas cartas e rádio, dentre várias funções, serviu como meio de denúncia dos descasos do meio rural, em especial da ausência de escolas públicas. Ademais, os materiais produzidos pelo MEB e seus integrante estimulou a identidade do homem rural, por meio da conscientização acerca da realidade que estava inserido.

PALAVRAS-CHAVE

MEB-Pernambuco, educação popular, identidade

CONSCIÊNCIA, LIBERDADE E AUTONOMIA EM PAULO FREIRE: UM PROJETO EDUCACIONAL PARA A CIDADANIA ATIVA

Egidiane Michelotto Muzzatto

Universidade Federal da Fronteira Sul

A teoria pedagógica proposta por Paulo Freire (1921-1997), cuja construção se dá em termos antropológicos, epistemológicos, éticos e políticos, favorece para que o processo formativo seja responsabilmente assumido, de forma que construa o ser humano consciente de seu papel na sociedade contemporânea. Freire assumiu um projeto de comprometimento com a história humana, em especial, com os ditos “oprimidos”, que não estão nos centros urbanos, nos debates e nas políticas públicas, mas nas periferias da vida, esquecidos, enganados, sobrevivendo com o pouco que sabem e têm.

Foi, especialmente, em favor dessa população que Freire dedicou sua vida, seus estudos, sua prática profissional que jamais se separou da pessoal. Para o pensador brasileiro, o que assegura a possibilidade de humanização do mundo é um projeto pautado pela responsabilidade, ação social e esperança que, por meio da educação, promova a vida e a igualdade, libertando das correntes da opressão, levando à consciência de mundo e de si, propriamente, educando para a cidadania democrática.

O estudo apresenta aspectos constituintes da obra de Freire, dando destaque às noções de autonomia e cidadania e está construído a partir das seguintes obras: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia*, *Pedagogia da Esperança*, *Educação como prática da liberdade* e *Educação e Mudança*.

- Apresentar aspectos biográficos e o legado pedagógico de Paulo Freire;
 - Abordar a relação entre diálogo e autonomia; educação, autonomia e liberdade; conscientização, autonomia e cidadania à luz da pedagogia freireana;
 - Identificar cenários de heteronomia no contexto global contemporâneo;
- 1 Mestra Interdisciplinar em Ciências Humanas (Universidade Federal da Fronteira Sul). Licenciada em Filosofia (Universidade de Caxias do Sul). E-mail: egidianemuzzatto@hotmail.com
- Propor ações para uma educação para a cidadania democrática.

A metodologia aplicada ao trabalho consiste em uma revisão de literatura, através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, nas seguintes obras de Paulo Freire: *Conscientização teoria e prática da libertação* (1980), *Educação como prática da liberdade* (1977), *Educação e Mudança* (1981), *Pedagogia da autonomia* (1996), *Pedagogia da Esperança* (2011) e *Pedagogia do Oprimido* (1987), além dos comentadores Faria (2010), Zatti (2007), Zitkoski (2010), Sibilia (2012), Hall (2003), Mulinari (2013), Pitano e Noal (2010) e Bach Junior e Stoltz (2013).

Observa-se com o estudo que a educação é o que promove a autonomia e a constituição integral humana. Além desse aspecto, sendo a educação uma instrução para a vida, portanto, para a integralidade, a escola deveria ensinar para além da ciência, envolvendo também a ética e a estética (ZATTI, 2007). A ética e a estética do pensamento tornam-se fundamentais para pensar certo o mundo, ampliar horizontes, facilitar o reconhecimento de injustiças e dar sentido à existência (Silva, 2009). Em suma, compreende-se que a escola deve tratar de assuntos que envolvem a técnica, todavia, a formação torna-se vazia se não trata de questões que favoreçam a aprendizagem e o exercício da autonomia e da cidadania. Noutros termos, conhecimento sem autonomia forma para a servidão.

PALAVRAS-CHAVE

consciência, liberdade, autonomia, cidadania ativa

O COLÉGIO DE ESPANHA EM PARIS, PROJECTO INTELECTUAL E PEDAGÓGICO

Susana Gala Pellicer

Universidad de Córdoba

O Colégio de Espanha em Paris é uma residência e um espaço cultural dependente do governo espanhol que acolhe investigadores, professores e artistas na Cidade Universitária Internacional Francesa. Embora lhe seja reconhecido todo o prestígio que merece, são ainda escassos os estudos sobre esta instituição. O presente trabalho procura analisar as características da comunidade que frequenta e partilha conhecimentos no âmbito da mesma. Para tal, começamos por descrever os fundamentos intelectuais que motivaram a sua criação no contexto das reformas universitárias empreendidas na Europa durante o período entre guerras. Segue-se uma análise das condições de vida dos residentes e do envolvimento institucional dos responsáveis pela sua gestão. Por último, a observação das dinâmicas internas que regem o intercâmbio de conhecimentos permitir-nos-á compreender o alcance da capacidade transformadora desta comunidade.

PALABRAS CLAVE

ciudad universitaria, comunidad de aprendizaje, comunidad de conocimiento, aprendizaje no formal, aprendizaje informal

(O)USAR A TEAM BASED LEARNING E A FLIPPED CLASSROOM NUMA AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Maria Luís Queirós

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A *Team Based Learning* e a *Flipped Classroom* são importantes metodologias pedagógicas que colocam o aluno no centro da aprendizagem, desenvolvendo a sua autonomia e sentimento de responsabilidade. O estudante é o responsável pela sua própria aprendizagem e o professor tem a importante função de a facilitar, fornecendo um *feedback* constante ao aluno, elucidando-o sobre a sua prestação. Para avaliar a potencialidade de utilização simultânea destas abordagens, analisou-se a realidade experienciada ao longo de um estágio curricular de seis meses em Berlim, na Alemanha, através dos resultados obtidos numa turma de nível A.1, da *Freie Universität*, e numa turma de nível B.2, da *Humboldt Universität*. Foram lecionadas quatro aulas de *Flipped Classroom* a cada turma e teve-se em conta o comportamento dos alunos, os resultados obtidos, as aulas de oralidade (na turma de nível B.2) e as restantes aulas em que não se implementou a *Flipped Classroom*, estabelecendo uma comparação entre os resultados obtidos. Em todas as lecionações foi implementado o método de ensino *Team Based Learning*. Mediante os resultados adquiridos, concluiu-se que a aplicação das duas abordagens no ensino de uma língua estrangeira é eficaz, se aplicada continuamente, principalmente por desenvolver o nível de pensamento dos alunos, através da cooperação entre os grupos.

PALAVRAS-CHAVE

team based learning, flipped classroom, feedback, aprendizagem ativa, atividades de aplicação

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Luisa Deon

Faculdade Meridional - IMED

Andréa Mussi

Faculdade Meridional - IMED

Amilton Martins

Faculdade Meridional - IMED

Atualmente, a busca pela autonomia da criança no processo de aprendizagem está ligada diretamente ao emprego de novas tecnologias digitais, com foco principalmente, nas habilidades e demandas do século XXI. Materiais escolares tradicionalmente presentes na sala de aula, uniram-se a novas ferramentas e plataformas de personalização e customização, como por exemplo os smartphones, tablets, canetas 3D, jogos online, softwares, aplicativos, kit de robótica e eletrônica. Além disso, equipamentos como impressoras 3D, máquinas de corte a laser e, fresas CNC (*Computer Numeric Control*), anteriormente encontradas apenas nas grandes indústrias, tornaram-se populares e estão disponíveis a população por meio de espaços coletivos de aprendizagem e troca de conhecimento. Os Laboratórios de Fabricação Digital (Fab Labs) e *Makerspaces* estão adentrando no ambiente escolar e iniciando um movimento de mudança na educação, possibilitando a criação e fabricação de produtos com diferentes materiais, no qual, não seria acessível no ambiente de ensino tradicional. Educar e aprender frente as novas tecnologias digitais, preparam os alunos e professores para as demandas atuais do mercado de trabalho, no que se refere a profissionais mais criativos, inovadores e empreendedores, estimulando o desenvolvimento de novas habilidades, que atualmente se mostra necessário nas mais diversas realidades mundiais. Estudos apontam que tais metodologias de ensino contemporâneas, estão apoiadas em habilidades e competências direcionadas a diferentes áreas de atuação profissional, como por exemplo Arquitetura, *Design* e Ciência da Computação. A capacidade de criar conceitos e conexões entre elementos espaciais, geométricos, funcionais e materiais, por meio de ações como o desenho, modelagem, colagem, organização espacial, dentre outros, representam a similaridade entre o processo de projeto dirigido por arquitetos, e o processo de aprendizagem das crianças. Embora as tecnologias digitais sejam vistas como impulsionadoras para uma educação de maior qualidade, a falta de capacitação específica para professores frente as novas ferramentas de informação e comunicação, tornam-se limitantes no desenvolvimento de novas metodologias ativas. Desta forma, este estudo teve como objetivo desenvolver uma dinâmica de capacitação para professores de educação básica, abordando os conceitos e as possibilidades de usos das novas tecnologias digitais. A metodologia aborda uma revisão de literatura voltada para os conceitos de ensino do pedagogo Friedrich Froebel, que baseou-se nas relações construtivas de geometria, cor e dimensão, para confeccionar um conjunto de materiais educativos chamados de “presentes/ dons”. Realizou-se dois workshops por meio de uma plataforma online e síncrona para dezenove professores da educação básica. Inicialmente os participantes receberam kits educativos que reuniam objetos e brinquedos produzidos com equipamentos de fabricação digital, caneta 3D, jogos de computação desplugada e placa de Arduino. Na sequência, exploraram a modelagem 2D e 3D, programação, eletrônica e jogos no ambiente educacional, por meio da manipulação de softwares e aplicativos, como o *Scratch Jr*, *Scratch* online e *Makers Empire 3D*, além do software S4A. Utilizando o método de pesquisa de campo, aplicou-se dois questionários aos participantes, denominados Questionário Pré-Workshop e Questionário Pós-Workshop. A dinâmica alargou os conhecimentos pedagógicos referente a transformação de conteúdos teóricos em objetos tangíveis e passíveis de manipulação e aplicação em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologias Digitais, Educação básica, Aprendizagem Ativa, Cultura Maker, Fabricação Digital

EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INOVADORAS: UM OLHAR PARA AS INICIATIVAS PORTUGUESAS

Fabiana Moraes

Universidade de Lisboa

O interesse no conhecimento de ações e projetos educacionais inovadores tem adquirido cada vez mais relevância, não só no âmbito acadêmico, como também para os órgãos públicos. Diante da premissa de que a inovação na educação consiste em um processo singular, desenvolvida em um contexto organizacional específico no qual as mudanças ocorrem por meio de um processo significativo às escolas, as ações inovadoras apresentam uma relação próxima entre aqueles que a concebem, decidem e executam. Para muitos autores a inovação é concebida como uma ação que busca comunicação e diálogo com os saberes locais e com os diferentes atores e realiza-se em um contexto que é histórico e social, configurando, deste modo, em um processo de reflexão da realidade interna da instituição. Neste sentido, diante de sua complexidade, é fundamental considerar os aspectos sociais, culturais e históricos que marcam o processo de inovação das instituições. Considerando a relevância que as iniciativas inovadoras têm assumido na educação, principalmente nas últimas décadas, diversas publicações ligadas ao tema foram organizadas e divulgadas como forma de registro e inspiração aos diversos atores educacionais envolvidos. É neste contexto que este trabalho se desenvolve. A presente pesquisa, em fase de desenvolvimento, consiste na análise da Revista Noesis que, publicada pela primeira vez em 1986, surge com a proposta de identificar, reconhecer, valorizar e disseminar “boas práticas”, reflexões e experiências no âmbito da educação portuguesa, bem como materiais de apoio para os professores, numa perspectiva de promover a inovação a partir das próprias escolas. Neste sentido, esta investigação, de cunho qualitativo e quantitativo, tem por objetivo identificar e analisar aspectos educacionais, tais como currículo escolar, formação de professores, metodologias e modelos pedagógicos, presentes nas práticas e experiências inovadoras apresentadas nas publicações da Revista Noesis, no período de 1986 a 2020, considerando os fatores culturais, sociais e históricos presentes no período analisado. Para tanto, os procedimentos metodológicos da pesquisa têm consistido na leitura e análise das edições, realizando um levantamento dos elementos educacionais presentes nos projetos, práticas e experiências educacionais inovadoras publicadas, além de estabelecer a relação destas experiências relatadas com os fatores sociais, históricos e culturais ocorridos ao longo do período analisado. Como resultados preliminares, é possível apontar que nos primeiros anos de publicação da revista, as práticas e experiências relatadas estão ligadas mais diretamente ao processo de ensino e aprendizagem no contexto da sala de aula, bem como o uso de tecnologias. Além disso, é possível destacar os relatos e reflexões a respeito dos impactos na sala de aula de reformas educacionais realizadas na época.

PALAVRAS-CHAVE

Inovação, Educação, Revista Noesis



EIXO X

A ESCOLA COMO TRADIÇÃO:
MEMÓRIAS, MATERIALIDADES
E PATRIMÓNIO

ESPAÇOS DE MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CENTRO DE MEMÓRIA DA ETEC SYLVIO DE MATTOS CARVALHO

Carlos Alberto Diniz

Centro Paula Souza, Etec Sylvio de Mattos Carvalho

A educação profissional passou por profundas transformações no Brasil no século XX. Diferentemente do ensino secundário, restrito às elites, o ensino profissional, destinado às classes socialmente menos favorecidas, tinha por exclusiva finalidade a de formar a mão-de-obra para suprir o recente processo de industrialização que começava a se expandir no país a partir da Era Vargas. Objeto de relevantes políticas públicas, tanto em âmbito federal como estadual, o ensino profissional contemporaneamente tem procurado se articular às inovações tecnológicas e, por conseguinte, com o setor produtivo que necessita introduzir novas tecnologias visando reorganizar seus processos de produção e de gestão para manter-se competitivo no cenário nacional e internacional. Criado em 1969 no Estado de São Paulo, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS vem desde então ampliando a rede de Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), promovendo o ensino profissional de nível médio e/ou superior em praticamente todo o território paulista. Criada no município de Matão em 3 de junho de 1986, a Etec Sylvio de Mattos Carvalho tem atendido desde então a comunidade local e de cidades circunvizinhas com cursos técnicos dos eixos tecnológicos de controle e processos industriais, informação e comunicação, ambiente e saúde, gestão e negócios, além do Ensino Médio e, mais recentemente, do Ensino Médio Integrado ao Técnico (ETIM). Em comemoração ao trigésimo segundo aniversário de criação desta escola, o Centro de Memória Profa. Sandra Maria Matavelli foi oficialmente inaugurado no dia 4 de junho de 2018. Instalado na antiga sala da Diretoria da Etec, este espaço abriga atualmente um acervo composto por aproximadamente 900 itens reunidos e catalogados por uma equipe de docentes e colaboradores: documentos escolares diversos, entrevistas em áudio e/ou vídeo, livros de atas de reuniões, reportagens de jornais e revistas, fotografias, troféus, convites de formatura, placas de homenagens, instrumentos didáticos, entre outros. O objetivo desta comunicação é discutir a relevância do centro de memória da Etec Sylvio de Mattos Carvalho enquanto espaço de salvaguarda da sua memória institucional. Para uma melhor compreensão acerca da potencialidade dos centros de memória e arquivos escolares das Etecs e Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza como espaço privilegiado para pesquisas em história da educação profissional, recorreremos ao arcabouço teórico da história cultural e da história das instituições escolares. A partir da pesquisa realizada, verifica-se que a implantação e a manutenção de um centro de memória em um estabelecimento de ensino profissionalizante, enquanto contribuição historiográfica possibilita, além de um resgate histórico, a compreensão do seu cotidiano a partir das práticas escolares partilhadas e construídas ao longo do tempo favorecendo, por conseguinte, estudos posteriores nessa área.

PALAVRAS-CHAVE

História do ensino profissional, Escola Técnica, Centro de Memória

ACTIVIDADES FORMATIVAS PARA LA RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA ESCOLAR EN EL MUSEO DE LA EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO

Pauli Dávila

Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

Luis M. Naya

Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

Joana Miguelena

Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea

Desde finales del siglo XIX se han ido abriendo museos pedagógicos y escolares en contextos nacionales, regionales o locales. En ellos, los objetivos y el desarrollo de actividades han sido muy diferentes en función del público visitante. En cambios, los museos, en la actualidad, están ofreciendo nuevos recursos con el objetivo, no sólo de preservar el patrimonio educativo, sino de ofrecerse como espacios de participación y de la ciudadanía. Este hecho que afecta, en general, a todos los museos, adquiere una relevancia mayor si nos referimos a museos de la educación y/o museos pedagógicos.

En España existen 9 museos pedagógicos universitarios y algunos de ellos desarrollan este tipo de actividades formativas tanto para las personas provenientes de diversos niveles del sistema educativo como para la ciudadanía en general. En este sentido, el Museo de la Educación de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, inaugurado en 2016, ha realizado desde ese momento diversas actividades formativas para la recuperación de la memoria escolar. Estas actividades se han desarrollado con diversos grupos de personas mayores con el objetivo de tomar conciencia del valor de la recuperación de la memoria escolar y proponer nuevos modelos escolares, desde la perspectiva de la participación ciudadana. El objetivo de esta comunicación es mostrar las actividades realizadas a lo largo del curso 2018-19 en colaboración con el Ayuntamiento de Donostia-San Sebastián y la evaluación realizada de las mismas. En concreto se trata de dos actividades: una, cuya temática fue debatir sobre la escuela de ayer y la escuela de hoy y la segunda, visto el resultado de la primera, realizar una propuesta de un modelo de escuela del futuro por parte de los asistentes.

Para el desarrollo de esta actividad hemos contado con dos grupos de personas mayores, quienes, después de una visita a las diferentes salas del museo, han participado con su opinión en una actividad en la que contestaban a diversas cuestiones promovidas por los coordinadores del Museo de la Educación. Una vez recogidas las respuestas, se ha realizado una puesta en común, donde se discutían las propuestas claves que se habían realizado. Finalmente, los participantes realizaron la evaluación de la actividad. Dichas actividades fueron grabadas en video y un resumen de las mismas fue difundido a través de la Web municipal y la del Museo.

Este tipo de actividades logra recuperar la memoria escolar a través de la función motivadora que tienen los museos de la educación. Por lo tanto, es necesario crear espacios de discusión y participación para la formación de una ciudadanía activa y, en esta tarea, el Museo de la Educación es una herramienta fundamental.

PALABRAS CLAVE

Museo de la Educación, Universidad del País Vasco, Memoria Escolar, Patrimonio Histórico-Educativo

FIOS DE ARIADNE: A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL COMO ELABORAÇÃO DE CIÊNCIA E MEMÓRIA

Keides Batista Vicente

UEG

Vitor A. de Oliveira

UFT

Buscando compreender a história e sua construção enredada pela mitologia grega, nos aproximamos do mito que envolve Ariadne, filha do soberano de Creta, Minos. Segundo a narrativa do mito, o labirinto situado no Palácio de Cnossos possuía uma estrutura com vários caminhos enredados, de forma que seria impossível fugir daquele espaço ou do Minotauro. Se o indivíduo sobrevivesse a sua fúria dificilmente encontraria a saída, pois quem lá entrasse estava fadado ao fim lento e trágico. No entanto, Teseu usa a espada para degolar o monstro e consegue encontrar a saída do labirinto guiada pelo fio de lã do novelo dado por Ariadne.

Buscamos a referência ao mito nesse momento em que temos como objetivo percorrer algumas produções acadêmicas desenvolvidas nos programas de pós-graduação no Brasil com o tema ditadura civil-militar com ênfase na participação feminina, buscando compreender como as memórias sobre essas mulheres no referido recorte temporal foi construída.

Buscamos nos referenciais teóricos compreender como a Universidade é responsável, através de suas pesquisas, pela construção de uma memória científica elaborada em seus programas de pós-graduação. Posteriormente, seguimos o fio científico enredado pelas informações sobre pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação no Brasil com o tema “Ditadura militar” e que estão catalogadas na plataforma da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os resultados foi possível analisar as pesquisas em categorias.

Com a compreensão da função da Universidade como espaço de produção do conhecimento científico seguimos o fio de pesquisas através do emaranhado do labirinto realizadas nos programas de pós-graduação no Brasil, que enfatizam o tema “Participação feminina e Ditadura militar”, para isso recorremos a plataforma BDTD.

A busca realizada na BDTD nos apresentou os resultados das pesquisas defendidas após o ano de 2000. Essa plataforma tem como objetivo, através da cooperação das instituições de ensino superior, isto, é, através do acervo dos seus programas de pós-graduação, integrar uma única base de dados com referências bibliográficas de teses e dissertações.

A relação das pesquisas contidas no sistema foi disponibilizada com o ano da publicação no sistema, o nome do pesquisador, o programa de pós-graduação e a instituição, dissertação ou tese. Ao acessarmos o link correspondente a cada pesquisa é disponibilizada uma página com o nome do pesquisador e do orientador, ano da defesa, resumo, palavras-chaves, área do conhecimento, e a pesquisa em formato PDF.

Como base nessas informações foi possível o acesso ao labirinto de pesquisas contidas no sistema da BDTD. O levantamento das pesquisas foi realizado priorizando a instituição, programa, dissertação ou tese, ano, autor, título e palavras-chaves, com a leitura do resumo foi possível compreender os caminhos percorridos pelos pesquisadores ao que tange objetivos, documentação, metodologia, tempo histórico e com isso elaborar categorias de análises para compreendermos as pesquisas acadêmicas desenvolvidas no Brasil sobre a ditadura civil militar.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura, Ciência, Memória

MEMÓRIAS, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: A TRADICIONAL EDUCAÇÃO DOMINICANA-ANASTASIANA EM PORTO NACIONAL

César Evangelista Fernandes Bressanin

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Fundado em 1904 pela Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, o Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional configurou-se ao longo de 115 anos de funcionamento uma presença histórica na vida religiosa, intelectual e cultural de toda a região tocantinense. A questão problematizada neste trabalho refere-se à constituição de uma memória histórica da educação católica e dominicana-anastasiana presente no patrimônio educativo (Viñao, 2011) e no patrimônio cultural escolar (Possamai, 2012) produzido pela instituição e que aqui se apresenta de duas formas diferentes: primeiramente, na configuração de um acervo arquitetônico edificado em dois tempos distintos: no primeiro edifício oficial do colégio que funcionou entre 1906 e 1954 (Oliveira, 2010; Barros, 2008) e no segundo e atual prédio, em funcionamento desde 1954 (Barros 2008); posteriormente, na cultura material escolar produzida ao longo da trajetória histórica da instituição expressa em objetos escolares que são “portadores de mensagens, vestígios da circulação de ideias pedagógicas e indiciadores de práticas” (Gaspar; Petry, 2012, p. 19). De cunho bibliográfico, exploratório e qualitativo, esta comunicação propõe-se discutir uma temática valiosa e importante para o campo da História da Educação (Souza, 2013) a quem cabe sugerir problemáticas acerca de patrimônio cultural escolar e cultura escolar (Possamai, 2012), de maneira mais propícia na área de pesquisa sobre instituições escolares (Magalhães, 1999), que se apresenta renovada e fortalecida, e traz um novo significado para a sociedade contemporânea da existência destas instituições, considerando seus prédios e o seu cotidiano. Aportado nas conjecturas de investigação proposto pela História Cultural - como uma possibilidade plural de pesquisa e de perspectivas amplas acerca da ampliação de objetos e de fontes - (Pesavento, 2008; Burke, 2005; Cardoso, 2011), bem como no da Memória - na constante necessidade de se criá-la, organizá-la e guardá-la, na tentativa de evitar o esquecimento e torná-la componente do sentimento e da construção da identidade - (Pollack, 1992; Le Goff, 2003; Ricouer, 2007; Nora, 1993) é que este trabalho, inserido nas pesquisas desenvolvidas pelo Diretório Grupo de Pesquisa “Educação, História, Memória e Culturas em diferentes espaços sociais/HISTEDBR” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, objetiva evidenciar a memória, a história e o patrimônio da tradicional educação dominicana-anastasiana em Porto Nacional, estado do Tocantins.

PALAVRAS-CHAVE

Colégio Sagrado Coração de Jesus, Educação Dominicana-Anastasiana, Porto Nacional, Tradição, Memória e patrimônio

RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO ESCOLAR E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCACIONAL DO GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO MARISTA DE SENHOR DO BONFIM (1944 – 1954)

Dulcinéia Medeiros

Secretaria Municipal de Educação de Senhor do Bonfim, Bahia

Virgínia Ávila

Universidade de Pernambuco

Neste trabalho, apresentam-se resultados parciais de pesquisa cujo objetivo é inventariar os relatórios de inspeções escolares do Ginásio Sagrado Coração Marista, situado no município de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, Brasil, no período entre os anos de 1944-1954. O trabalho, que se insere no campo da história e da historiografia da educação, trata-se de um estudo de cunho histórico e documental, com ênfase na cultura material escolar. A delimitação temporal compreende a primeira fase de implantação e consolidação da instituição na região. Com referência aos aspectos teórico-metodológicos, o trabalho organizou-se em torno de cinco etapas: a) levantamento do material, b) revisão de literatura, c) procedimentos de higienização, d) digitalização, e) classificação. Para a descrição dos relatórios utilizaremos como referência o ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística (2002). Esse documento destaca que dentre as várias regras para descrições arquivísticas, apenas alguns elementos são considerados essenciais para o intercâmbio internacional de informação. Sendo assim, para a descrição das fontes serão seguidos os padrões ilustrativos nesse documento, os quais compreendem o código de referência, título, produtor, data (s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição. O estudo da história da educação contribui para a formação, preservação e (re)construção da identidade individual e coletiva. Nesse processo, a comunicação histórica entre passado e presente tem se utilizado de diversos documentos conservados nos arquivos escolares. Mogarro (2005) relata que os documentos escolares são fontes tradicionalmente consagradas que permitem análise dos vários discursos produzidos pelos “actores educativos”. A conservação dos arquivos escolares é de fundamental importância para a História da Educação (Magalhães, 2010, Escolano Benito 2012). Em sua materialidade expressam-se práticas didático-pedagógicas e administrativas, saberes e valores que representam as construções / contradições históricas e as memórias educacionais de um período. Felgueiras (2011) enfatiza que o trabalho de conservação dos arquivos representa uma atitude de cidadania, a qual cria uma memória coletiva. Destaca ainda que conservar e tornar acessível às fontes é indispensável à verificação dos trabalhos e interpretações efetuadas, a continuidade de outras análises assim como à manutenção dos registros desses testemunhos, como alicerces da memória. Assim posto, considerando as lacunas presentes em âmbito local e nacional no que se refere a preservação dos arquivos escolares, a proposta de inventariar os relatórios de inspetores escolares do Ginásio Sagrado Coração Marista, no município de Senhor do Bonfim, imprime uma importância fundamental para o estudo da cultura material escolar. Como refere Magalhães (2010, p. 100) “Visitar arquivos, mergulhar na sua atmosfera, manusear fontes de várias épocas e natureza, reconhecer instituições e paisagens urbanizadas ou rurais são algumas das condições fundamentais para perscrutar o sentido da história e reconstruir o clima, a vida, a ferramenta intelectual e técnica de cada época”. Por fim, espera-se que o trabalho possa contribuir com os estudos da História da Educação brasileira e da História da Educação do Estado da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivos escolares, Memória coletiva, História da educação

COMEMORAÇÕES ESCOLARES EM SERGIPE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Patrícia Batista dos Santos

Universidade Tiradentes

Cristiano Ferronato

Universidade Tiradentes

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos das comemorações escolares em Sergipe no início do século XX. Nesse sentido, busca compreender a institucionalização do processo de escolarização no Brasil enquanto marco para a construção de um projeto de homem civilizado que tem início no século XIX. Com a chegada da República, era necessário buscar distanciar das aparências imperiais a população brasileira, a construção de um projeto de educação forte era fundamental para a imatura Nação. Nesse contexto, alguns direcionamentos são perceptíveis, entre eles: a construção de novos espaços para as escolas como os Grupos escolares, diferenciada formação docente como também um novo olhar ao currículo e suas atividades. Esse processo de transição foi lento e as estruturas conviveram até ao século XX. Consideramos o início do século XX um momento relevante para a consolidação desse projeto de Brasil civilizatório. A historiografia educacional apresenta no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX uma forte investida para o estabelecimento e afirmação da instituição escolar perante a sociedade brasileira. Em Sergipe, esse período tem a materialização dos grupos escolares nas primeiras décadas e, nos anos seguintes, a organização do ensino secundário e profissionalizante. As comemorações estão atreladas às tradições e aos rituais, dessa forma foi possível perceber como as instituições de ensino organizavam suas comemorações e atrelavam aos conteúdos curriculares apresentando a sociedade do período estudado a forma de “educar” o novo homem. As festas, pontuam as principais datas a serem comemoradas e enaltecem as características dos elementos de conteúdos transcorridos nas comemorações, apresentando o processo de ritualização. Tais como: as festas das férias, os exames, as visitas ilustres e o culto à pátria. Os calendários foram sendo erguidos e as circunstâncias estabelecidas, o ritual de organização das festas, os espaços para os acontecimentos e os atores devidamente posicionados para os grandes feitos. Para uma pesquisa de cunho historiográfico as fontes são subsídios de valor inestimável para a análise e compreensão de um determinado tema. Entre as fontes possíveis para a observação do tema festas escolares, optamos nesta pesquisa a documental com o uso dos jornais e relatórios dos inspetores e diretores de ensino. Entendemos que essa é uma maneira possível de visualizar o papel dessas escolas e das festividades dessas na construção urbana do estado de Sergipe. Nesta pesquisa de abordagem qualitativa, utilizamos a análise histórica documental e a bibliográfica e o fio condutor das apreciações é o da História cultural. Os teóricos utilizados são Antonio Escolano (2007) e Dominique Julia (2001) com o conceito de cultura escolar, Roger Chartier (1990) com o conceito de representação, Eric Hobsbawm (1997) o de tradição, Chervel (1990) o de disciplinas escolares.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, História da Educação, História da Educação em Sergipe, Festas Escolares

A FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTOS (1969–1985): MEMÓRIAS DE ESPORTISTAS E EX-ALUNOS

Natasha Guerrize

Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)

Entre o fim dos anos 60 e o início dos anos 70 do século XX, a “esportivização” passa a ser uma das características da formação do profissional de Educação Física. O marco da Ditadura Civil-Militar no Brasil e o contexto da Guerra Fria foram cenários que contemplaram a exaltação da difusão do esporte como cultura do corpo e de preparação militar para um possível conflito armado entre os blocos ocidental (capitalista) e oriental (socialista). A proposta desta comunicação, portanto, é compreender o processo de formação acadêmica pela memória coletiva e individual de esportistas e ex-alunos da Faculdade de Educação Física de Santos (FEFIS), considerada a primeira instituição de ensino superior da cidade do litoral do estado de São Paulo, fundada neste contexto histórico. O referencial teórico para o trabalho apoia-se nas contribuições sócio-históricas de autores como Norbert Elias e Eric Hobsbawn, além de pesquisadores do campo da História da Educação Física do Brasil, tais como Castellani Filho, Taborda de Oliveira, Mauro Betti, entre outros que se ocuparam com discussões acerca do conceito da “esportivização” na disciplina acadêmica. O aporte para este trabalho é o método histórico, utilizando-se da análise documental e de entrevistas gravadas que, posteriormente, foram transcritas. Entre os resultados parciais desta pesquisa, destacam-se: o forte investimento da diretoria em captar atletas amadores e de alto rendimento para compor as primeiras turmas da instituição; a valorização da prova prática no processo seletivo discente e das modalidades esportivas nos componentes curriculares; o contexto da conquista da Copa do Mundo de 1970, em que três atletas tricampeões mundiais, à época alunos da FEFIS, foram intermediários da diretoria para marcar uma audiência com o presidente do Brasil, Emílio Garrastasi Médici, com o objetivo de obter o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação; a participação de discentes nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, e a criação dos primeiros Jogos Universitários da Baixada Santista, organizados pelos estudantes da instituição.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação Física, Memória, Esportistas

BIOGRAFIAS HISTÓRICAS DE AUTORAS DE IMPRESSOS ESCOLARES: O ENTRECruzAMENTO DE LUGARES E DEMANDAS CULTURAIS, POLÍTICAS, SOCIAIS E EDITORIAIS EM SEUS TEMPOS (SÉCULO XX)

Ana Raquel Costa Dias

Universidade Federal de Goiás

Na análise das relações entre memória e história, a biografia, como legítima forma historiográfica, se mostra, tal como, possibilidade de reconstrução de memórias individuais que aludem a um passado coletivo da humanidade. Para além de uma simples satisfação narcisista, é necessário reconhecer o gênero biográfico em meio a contradições históricas. Não se trata, portanto, de construir e/ou analisar a história de ilustres nomes, sem máculas, mas compreender estes como reflexos de uma época e ao mesmo tempo, enxergá-los na sua capacidade de atuação e interferência. Vale assinar, a necessidade de preconizar a importância da vida vivida por cada indivíduo, a sua circunstancialidade, a manifestada influência do meio. A construção desse tipo de texto pode objetivar finalidades diversas, desde criticar e renegar, a exaltar e santificar. À vista disso, não se biografava em vão e a intencionalidade educativa presente nas biografias é facilmente identificável. Nesse sentido, a proposta em questão, visa abordar a importância de se elaborar biografias históricas de mulheres produtoras de impressos escolares de forma, a localizar, revelar e descortinar os espaços que ocuparam. Escrever biografias é propor a construção de novas possibilidades históricas, com percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso. Dessa forma, quem escreveu e produziu impressos, como cartilhas escolares, livros de leitura, parecem não falar nas páginas por si próprias, podem estar em sintonia com os lugares que ocuparam, com as demandas políticas, culturais, sociais e editoriais de seus tempos. Trata-se de investigar a trajetória de mulheres educadoras que não tiveram o mesmo prestígio e fama que suas publicações. Na construção biográfica, objetivamos observar ademais os processos de origem e de ação das autoras, como seres sociais que dão forma a suas experiências, fazem significar as situações e ações que condicionaram suas existências. O intuito nesta proposta é apresentar a importância de se refletir sobre mulheres portadoras de uma memória das sensibilidades, dos detalhes públicos e privados, dos sentimentos, dos pequenos objetos. Utiliza-se da História Cultural, crendo em sua possibilidade e relevância, apostando na riqueza informativa de uma nova fonte. Ao ampararmos nos pressupostos deste aporte, acreditamos na necessidade do alargamento das fontes pesquisadas, avaliando a natureza da escrita e analisando o remetente e a referência dos registros, e a biografia expõe a prática cultural de um indivíduo. Nessa ação, o feminismo se destaca, desenvolvendo interrogações sobre mulheres obscuras, que superaram o estigma da beleza e da riqueza, motivos outrora, para a escrita feminina no século XIX, escrita esta, realizada por homens. Escrever biografias requer um exercício, que supere a simples interpretação da trajetória de uma vida. Trata-se de situar e refletir sobre a individualidade do ser. Hipoteticamente a incompreensão social e/ou editorial, o preconceito contra os/as escritores/as, a reinterpretação dos impressos de alguma forma, são alguns motivos que podem ou não excluir, ignorar autores/as, colocando-os/as à margem de suas obras. A postura estética, a escolha religiosa, a fama política, o gosto cultural, a moda editorial podem interferir nesse reconhecimento. Talvez a questão seja somente temporal e espacial, recolocando escritores/as como vítimas de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Biografias históricas, Autoras, Impressos Escolares, História Cultural, Memória

OS ITINERÁRIOS DE VIAGENS E A CONSTRUÇÃO DE UMA OBRA: A ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

Micheli Tavares

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

A Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo foi fundada em 22 de janeiro de 1871, pelo seu idealizador, padre Siqueira, e tinha como premissa atender meninas órfãs e desvalidas. O presente estudo tem como objetivo analisar por meio dos itinerários de viagem deixados pelo padre Siqueira, pertencentes ao seu próprio acervo, quais foram suas trajetórias, suas perspectivas e suas aspirações para a realização dessa obra voltada à educação feminina. Em um plano mais específico, investigar os caminhos percorridos pelo padre Siqueira na tentativa de angariar fundos para a realização de sua obra. Os documentos deixados sob a guarda das religiosas da Congregação de Nossa Senhora do Amparo, além de apresentarem sua trajetória, também trazem marcas da escrita de si do padre Siqueira, caracterizando-se como um ego-documento. Este acervo está localizado na Sala/Museu, no interior da Escola Amparo, localizado na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. Os procedimentos metodológicos remetem a uma pesquisa qualitativa, essencialmente documental, que tem como fontes principais, os itinerários de viagens sobre seu fundador o padre Siqueira. Como referencial teórico-bibliográfico sobre itinerários de viagens e ego-documentos, tomou-se os escritos Mignot e Silva (2011) e Cunha (2000). Inicialmente, o estudo apresenta as trajetórias do padre Siqueira, depois, evidencia-se os fatos de cada lugar percorrido e, por fim, discorre-se os registros e as experiências pessoais deixadas sobre a escrita de si em cada itinerário. O estudo é finalizado com a apresentação das expectativas que ele tinha sobre a realização de sua obra.

PALAVRAS-CHAVE

Padre Siqueira, Itinerário de viagem, Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo

MEMÓRIAS DA ESCOLA PORTUGUESA: CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO EM MEIO RURAL (MEADOS DO SÉCULO XX)

Ana Isabel Madeira

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Com a apresentação deste trabalho pretendemos contribuir para recolocar a escola rural como objecto de investigação sócio-histórico, reconciliando as abordagens históricas com as da sociologia, para abordar a questão da escola portuguesa em meio rural em meados do século XX. Fazêmo-lo a partir de uma dupla articulação: a da história dos processos de alfabetização e escolarização em Portugal entre os anos trinta e sessenta do século XX, e a história dos percursos de alfabetização e escolarização, recorrendo a metodologias etno-históricas e da história oral, resgatando a memória dos sujeitos e reconstruindo a partir delas, os quotidianos dos indivíduos na sua relação com a educação, o ensino e a escola em meio rural.

Pretendemos assim confrontar as narrativas de uma história geral, alinhada com os processos de alfabetização e escolarização na Europa e no Ocidente a partir de finais do século XIX, com as representações, experiências e memórias do relacionamento dos indivíduos e da comunidade com a imposição do modelo escolar. Organizar uma leitura dos processos de escolarização e alfabetização no interior da ruralidade portuguesa a partir destas duas entradas acarreta alguns pressupostos. Partilhamos, assim os argumentos dos que defendem que a reconstrução dos múltiplos tempos vividos (nos níveis em que o individual se enraíza no social e no colectivo), assim como o estudo dos “lugares da memória” (monumentos, paisagem, comemorações, edifícios) constituem o suporte da identidade individual e colectiva (Nora, 1978; Certeau, 2010). O nosso horizonte é chegar à “modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (Hartog, 2013) considerando, desde logo que essas histórias resultam da tensão entre o que é lembrado e esquecido, da distância entre o “espaço da experiência” e o “horizonte de expectativa”, da idealização do passado num tempo presente (Koselleck, 2006). Tensão que se manifesta, também, entre a história do passado escolar apercebido “a partir de dentro” (como é que a escola era representada) e “a partir do exterior” (como é que ela era percebida pelas elites, pela comunidade, pela sociedade).

Para transformar os testemunhos em fontes considerámos as metodologias da História oral tendo em conta a profundidade da informação e as características do nosso “arquivo vivo” (Joutard, 1998). Apresentaremos as questões relacionadas com o processo de amostragem, os critérios que presidiram à construção do guião da entrevista e a organização da informação em quatro campos de problemáticas: tempo-espaço da escola; percurso de escolarização: relações entre os modelos de socialização e as aprendizagens escolarizadas; sistemas de transmissão de saberes extra-escolares. Discutiremos, a fechar, as conclusões alcançadas com a realização das entrevistas e o tipo de conhecimento que elas puderam aduzir, no cruzamento entre diários, autobiografias e prosopografia. Faremos ressaltar, para concluir, tipos de estratégias individuais na aquisição das competências de leitura e escrita; diferenças de acesso à escolarização segundo o género e a idade dos inquiridos; articulações entre a escola, o lazer e o trabalho; e algumas conclusões sobre a história imaterial da escola, essa “caixa negra” cujo funcionamento é tão raro podermos aceder.

PALAVRAS-CHAVE

escolarização, alfabetização, história oral, memória

EL MUSEO COMO ESPACIO PARA PEDAGOGÍAS CRÍTICAS EN EL APRENDIZAJE DEL PATRIMONIO: LA EXPERIENCIA EDUCATIVA EN EL MUSEO DE CULTURA POPULAR, UNIVERSIDAD NACIONAL, COSTA RICA

Luis Pablo Orozco Varela

Museo de Cultura Popular Universidad Nacional de Costa Rica

En esta ponencia se comparte la experiencia educativa que el Museo de Cultura Popular de la Universidad Nacional de Costa Rica, la cual ha sido desarrollada a lo largo del tiempo con públicos escolares, compuestos por sectores de muy diversas edades. En este recorrido, el contenido de esta exposición se concentra en las actividades pedagógicas críticas que son desarrolladas en la casona histórica del museo, cuyo propietario en el pasado fue el expresidente de Costa Rica, Alfredo González Flores (1914-1917).

El museo se localiza en una comunidad de origen cafetalero y en sus instalaciones se halla un patrimonio natural compuesto por plantaciones de café, árboles frutales, plantas con propiedades medicinales, entre otros. Además, la casona remite a un patrimonio histórico, tanto material, reflejado en el bien arquitectónico que data de finales del siglo XIX, como inmaterial, que refiere a un conjunto de objetos significativos, cuyos saberes y prácticas que son reactivadas a través de las pedagogías del recorrido didáctico.

El objetivo general del programa educativo del museo es generar espacios de reflexión crítica, donde se favorece el diálogo entre pasado y presente, por ende, el patrimonio adquiere vida a partir de un proceso de intercambio que los estudiantes establecen en base a los saberes relacionados con la exposición permanente. En este caso, se comenta como a través de una metodología sustentada en una pedagogía crítica, se establecen secuencias de diálogo inicial, actividades de problematización y reflexiones sobre pasado y presente.

De esta manera, la ponencia hace un balance de las experiencias educativas y resultados a lo largo del período 2018 y 2019, tomando como referencia determinados grupos por edades: 1) niños menores a 6 por medio del trabajo didáctico con títeres, 2) el público escolar, niños entre 7 y 12 años, cuyo trabajo ha sido a partir de la búsqueda de objetos significativos dentro de la casa, 3) los adolescentes de educación secundaria, con edades entre los 13 y 17 años, con quienes se potencian actividades sobre el uso y significado de objetos desde el corredor de la casa y 4) los estudiantes universitarios que desarrollan recorrido a través de los objetos y saberes relativos a patrimonio sobrenatural, vinculado con vida cotidiana. Estas y otras actividades más son potenciadas a través de la estrategia pedagógica del museo para públicos educativos.

PALABRAS CLAVE

Educación, Museos, Patrimonio, Historia, Memoria

TRAYECTORIAS DE MUJERES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA 1960–1980

Blanca Susana Vega Martínez

Universidad Autónoma de San Luis Potosí

Este artículo surge de una investigación más amplia que tiene como objetivo recuperar las trayectorias educativas de mujeres universitarias que ejercieron su profesión entre las décadas de 1960 y 1980; asimismo reconocer las experiencias que tuvieron al acceder a la educación superior en la Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP), México. El acceso a la educación para las mujeres ha sido un proceso discontinuo con relación al de los hombres, por lo que su participación en el ámbito educativo y académico ha sido sobrellevada con dificultades y buscando caminos diversos. En este texto presentamos las experiencias de estudiantes y docentes universitarias que ingresaron a la educación superior en la Universidad Autónoma de San Luis Potosí (UASLP) durante la segunda mitad del siglo XX, actualmente jubiladas y en proceso de envejecimiento, las mujeres narran su trayectoria educativa en un tiempo de difícil acceso a la educación superior femenina, y con mucho mayor complicación a posicionarse en carreras consideradas propiamente masculinas para la época mencionada, es decir, medicina, ciencias químicas y derecho. Es por ello, que este texto pretende hacer un acercamiento a las estudiantes y profesoras, cuyo propósito es hacerlas visibles en la educación superior de San Luis Potosí y así contribuir a su estudio en México. La metodología está enfocada en el método biográfico, específicamente en la recuperación de relatos de vida que nos permiten conocer desde la propia voz de las entrevistadas, cómo es que ellas vivieron su condición de género en la educación y enseñanza superior. Este abordaje nos permite dar cuenta de cómo las mujeres universitarias atravesaron diversas dificultades en su trayectoria educativa y laboral en las décadas de 1960 a 1980, primeramente y con menor medida al ser mujeres estudiantes y posteriormente al ser profesoras universitarias.

PALABRAS CLAVE

profesoras, universidad, relatos de vida

RITUAIS CÍVICOS E MEMÓRIA COLETIVA: UM ESTUDO DAS FESTAS CÍVICAS NAS ESCOLAS DE SOROCABA ENTRE OS ANOS DE 1958 E 1970

Priscila Carriel de Lima

Universidade Federal de São Paulo

Renata Marcílio Cândido

Universidade Federal de São Paulo

A presente comunicação de pesquisa pretende analisar as relações estabelecidas entre a constituição das festas cívicas nas escolas de Sorocaba e a instauração de uma memória cívica coletiva (Pollak, 1992). Conceituamos aqui as festas cívicas como aquelas que são originadas em função das datas cívicas e dos modos de apreciação da pátria e dos seus símbolos. Os rituais, por sua vez, prescrevem-nos maneiras de agir sendo caracterizados pela sua simbologia, e diferenciam-se de situações cotidianas pelos sentidos que lhe são atribuídos.

O advento da República no Brasil no ano de 1889 é marcado por muitas mudanças sociais, sendo necessário legitimar o recente regime político e promover a aprovação popular, sendo a instituição escolar eleita pelo novo regime para tal propósito. Na medida em que as festas acontecem anualmente e essa repetição define o modo que os significados vão sendo atribuídos pelos seus participantes, a construção da memória constitui um papel importante na tarefa de legitimar e enraizar a história.

Nesta proposta objetivamos investigar os rituais cívicos nas instituições públicas para a educação da infância inauguradas na cidade de Sorocaba a partir da década de 50, nomeadas como “Parques Infantis”, entre os anos de 1958 e 1970, buscando compreender de que maneira essas comemorações relacionam-se com a construção da memória coletiva de uma sociedade, uma vez que planejar uma festa cívica fazia parte da disputa política e de poder que atravessavam a sociedade. Para sua análise utilizaremos o conceito de representação de Roger Chartier (1992), uma vez que este permite-nos analisar as práticas fora de uma concepção supostamente passiva e as coloca em lugar de poder, ressaltando a necessidade de analisar essa manipulação pelos praticantes que não a fabricaram.

Consideram-se fundamentais para a elaboração do trabalho o diálogo com as obras de Oliveira (1989), Pintassilgo; Pinto, (2015), Pollak (1992), Chartier (1990), Gallego e Cândido, (2015), para a compreensão de como as festas e rituais cívicos são elementos importantes na construção de uma memória nacional e coletiva, uma vez que esta pode ser útil a mobilização dos mais diversos interesses sociais e políticos, considerando então que o fomento ao patriotismo constitui a grande referência das práticas cívicas no período republicano.

Para a construção do texto, pretende-se utilizar a análise documental, o *corpus documental* da pesquisa é composto por normativas, periódicos e fotos, selecionados no intuito de recuperar, descrever e analisar as festas escolares aqui mencionadas enquanto práticas pedagógicas.

Como resultados preliminares percebe-se que as intencionalidades presentes nessas festas serviam originalmente ao papel de legitimar o poder em favor de uma história de mitos e heróis conservando um imaginário popular que minimizaria os conflitos e as lutas sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Parques Infantis, Festas Escolares, Festas Cívicas, Memória

MEMÓRIAS DA ESCOLA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIFERENCIADA

Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

A pesquisa atual em História da Educação, além de requerer um método científico que envolva procedimentos e técnicas especiais, consoante a natureza do problema investigado, caracteriza-se pela ampliação do conceito de fonte e pela adoção de novos objetos a serem trabalhados em sua historicidade. Neste sentido, temas que não interessavam à história tradicional, como a cultura escolar, as instituições escolares, a vida de professores e as políticas educacionais, entre outros, passam a despertar o interesse dos historiadores da educação, entendendo-se que devam ser trabalhados nos cursos que têm por finalidade formar professores.

Os objetivos da pesquisa foram: verificar se o trabalho com fontes primárias em história da educação, além de se constituir em prática pedagógica diferenciada, seria capaz de propiciar aos acadêmicos elementos para uma reflexão sobre o sentido da história e de desenvolver neles as competências necessárias à preservação da memória educacional, orientando-os no manuseio, catalogação e interpretação de fontes históricas.

Trata-se de pesquisa-ação realizada com 100 acadêmicos do curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior localizada em Curitiba, Estado do Paraná, no Brasil. Definiu-se que o recorte histórico abrangeria o período compreendido entre 1940 e 1990, sendo trabalhadas fontes primárias relativas à História da Educação do Paraná. Realizados os estudos teóricos preliminares, com apoio na história cultural e em especial na obra de Nóvoa (1992), Magalhães (2004) e Saviani (2006), buscou-se utilizar novas fontes de pesquisa que, aliadas à história oral como elemento auxiliar de interpretação, possibilitaram a realização de estudos sobre instituições escolares, festas, vida de professores, políticas educacionais, disciplina na escola, entre diversos temas voltados ao cotidiano da escola. Os alunos realizaram, então, a coleta de documentos, fotos, jornais, revistas, boletins escolares, livros de atas, diplomas, uniformes, cartilhas e outros objetos, percorrendo bibliotecas, museus, arquivos e escolas, e conversando com pessoas que lhes pudessem fornecer informações sobre a fonte em estudo. Esse material, na sequência, foi catalogado, identificado e interpretado, sob orientação da professora, que, concomitantemente, forneceu aos alunos subsídios históricos, sociológicos, políticos, legislativos e econômicos necessários à interpretação e à crítica dos documentos, destacando a importância de articulação desses dados a questões gerais da sociedade no momento em que ocorreram. O testemunho oral se constituiu em valioso auxílio à interpretação das fontes coletadas e foi particularmente motivador. Por último, dos documentos resgatados, analisados e interpretados, elaborou-se relatório escrito, reconstruindo-se a história, que foi apresentado oralmente em plenário. Como última etapa da pesquisa, foi aplicado questionário aos participantes, com o objetivo de investigar os resultados da proposta desenvolvida.

Da análise qualitativa dos dados obtidos foi possível constatar que o trabalho realizado com fontes primárias diversificadas estimulou a aprendizagem dos acadêmicos tanto em relação à metodologia da pesquisa histórica quanto à compreensão dos problemas investigados. Os depoimentos dos alunos permitem afirmar que os objetivos da investigação foram atingidos e que o trabalho com fontes primárias, inserido numa prática pedagógica diferenciada, permitiu-lhes vivenciar a história e compreender o sentido da preservação da memória em educação.

PALAVRAS-CHAVE

história cultural

INTERSECCIONES ENTRE LOS MUSEOS PEDAGÓGICOS ESPAÑOLES Y LOS MUSEOS DEL NIÑO EN MÉXICO: RESIGNIFICAR LA ESCUELA EN TIEMPOS DE VIOLENCIA, CRIMINALIDAD Y CORRUPCIÓN

Sofía Guadalupe Corral Soto

Universidad Autónoma de Ciudad Juárez

Pavel Roel Gutiérrez Sandoval

Universidad Autónoma de Ciudad Juárez

España cuenta con una tradición museística dedicada a la cultura escolar que vio su florecimiento en varios países europeos bajo la denominación de: “museos pedagógicos” o “centros de memoria escolar” (García del Dujo, 1985). Esta historia del patrimonio escolar no fecundó del mismo modo en territorio mexicano. La recepción de los acuerdos internacionales recogidos en la Convención de los Derechos del Niño (1990) y la repercusión de las ideas pedagógicas de la Escuela Nueva dieron origen a finales del siglo XX, a proyectos museísticos de naturaleza muy distinta, aunque también, tomaron a la educación como objeto, y a la niñez como destinataria de sus programas. Se conformaron así los “museos del niño”, los cuales han ofrecido desde 1993 una aproximación a la experiencia educativa con dinámicas heterogéneas. La escuela mexicana enfrenta para todas y todos un presente crudo, difícil e incierto que hace importante cuestionar la función que tienen los museos dirigidos a la niñez. Se cuentan actualmente 30 de estas instituciones en todo el país. En el presente documento, se realiza una clasificación de los mismos, de acuerdo con sus fundamentos didácticos, los proyectos políticos nacionales en los que han surgido, la población a la que atienden y sus formas de sostenimiento y gestión. Además, se analiza la condición de vida de la niñez mexicana ante contextos de violencia, criminalidad y corrupción. Del mismo modo, se esbozan los factores que pudieron dar lugar a la ausencia de los modelos de recuperación del patrimonio educativo en este país, contrastándolos con los factores que intervinieron en su extendido auge en Europa, y que han sido considerados por Raimundo Cuesta (2011). Se destaca también, el valor del Centro de Memoria Histórica del Colegio Madrid en la Ciudad de México que, como una excepción, sí ha cumplido con una aproximación a la configuración arquetípica más extendida de los museos pedagógicos españoles. Las conclusiones se ponderan a partir de una visión crítica sobre el patrimonio escolar y sobre la memoria e historia de la educación (Viñao, 2011), que no rehúye a la problematización de la realidad educativa en México. El propósito será reconocer aquellos museos del niño que distan de un afán coleccionista superfluo y en su caso proponer estrategias para fundamentar acciones de políticas culturales que revaloren la escuela como tradición pedagógica, patrimonio escolar, centro cultural y de investigación desde enfoques participativos, comunitarios y con alto sentido humanista.

PALABRAS CLAVE

Museo Pedagógico, México, Patrimonio Escolar

O COLÉGIO PEDRO II NA MEMORIALÍSTICA DE PEDRO NAVA

Márcio José Pereira de Camargo

Universidade de Sorocaba – UNISO

Wilson Sandano

Universidade de Sorocaba – UNISO

Este estudo percorre os meandros da narrativa memorialista do médico e escritor mineiro, Pedro da Silva Nava (1903 – 1984), com o intuito de discutir as representações da escola, desvelar subjetividades e capturar os sentidos acerca da mesma que vão sendo construídos ao longo da narrativa, no momento mesmo da criação de sua obra. Trata-se de um recorte de investigação em andamento, para cujo procedimento elegeu-se a pesquisa bibliográfica e, como tal, tem como escopo dois volumes da série memorialista do escritor: *Balão cativo/Memórias 2* (1973) e *Chão de ferro/Memórias 3* (1976), particularmente nos capítulos em que se relatam as experiências do autor como aluno interno do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1916 e 1920. Tomando-se tais obras como objeto de estudo, analisa-se a (re)construção do passado escolar levada a efeito pelo escritor a partir de suas memórias e de um rico acervo de documentos pessoais. Como suporte teórico, recorreremos a uma série de pesquisas de caráter biográfico e bibliográfico relativas a Pedro Nava, servindo-nos dos estudos de Aguiar (1998), Carneiro (2004), Dozol (2009), Monteiro (2015), Pereira (1993 e 2001), Schueroff (2012), Silva (2011) e Vale (2009, 2011 e 2018), entre outros pesquisadores que se debruçaram a compreender a produção memorialista do escritor. Para a reflexão sobre a memória, suas relações com a narrativa de caráter autobiográfico e interfaces com a literatura e com a história, apoiamo-nos principalmente nas contribuições de Artières (1998), Halbwachs (1990) e Meneses (1992). A análise das obras que constituem o objeto de estudo desta pesquisa encontra-se em desenvolvimento, podendo-se concluir, preliminarmente, pela estreita relação entre a escola e o processo de formação do sujeito, conforme fica substanciado na narrativa do memorialista. Ao subverter uma ordem cronológica mais estrita, o narrador cria nova ordem para o tempo, que flui suavemente entre o rigor da pesquisa em seus fartos arquivos e os lampejos de uma memória privilegiada, não raro amparada por certa dose de imaginação, confirmando-se o postulado por Schueroff (2012) ao falar do caráter próximo ao ficcional que se imprime, de certa forma, na recriação do ambiente escolar, sobretudo na reconstrução de personagens. Retratado em ambas as obras analisadas, o Colégio Pedro II é a instituição por excelência quando o assunto é tradição, o que fica evidenciado nas descrições e relatos que o memorialista apresenta ao falar das comemorações, do qualificado corpo docente e do alunado que o frequentou, seletivo “clube” que viria a compor os importantes quadros da intelectualidade brasileira durante o século XX. Tradição, modelo educacional, técnicas pedagógicas modernizantes, laços de amizade, entre outros aspectos, são apenas alguns exemplos da visão positiva que nutre as memórias do escritor ao retomar seus anos de internato, que muito contribuíram para a formação do intelectual.

PALAVRAS-CHAVE

Memórias escolares, Colégio Pedro II, Pedro Nava

O TRABALHO DOCENTE EM BIOLOGIA NA ESCOLA CAETANO DE CAMPOS ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980 PELO RELATO DE UMA DAS SUAS PROFESSORAS

Reginaldo Alberto Meloni

Universidade Federal de São Paulo

Renato Barboza

Universidade Federal de São Paulo

Nesta comunicação serão apresentados os resultados parciais de uma pesquisa que se situa no campo da história das disciplinas escolares e que tem como objetivo investigar as práticas pedagógicas em uma escola de formação de professores entre as décadas de 1960 e 1980. Desde o trabalho pioneiro de Andre Chervel (1990) e de teóricos tais como Dominique Julia (1995 e 2000), Ivor Goodson (1997), Escolano Benito (2005), Vinão Frago (2008) e Tim Rudd e Ivor Goodson (2016), que se reconhece que a disciplina escolar não pode ser estudada separadamente dos seus agentes e suas práticas. No entanto, apesar de ser bem teorizado, esse tema ainda carece de mais pesquisas que coloquem em destaque as práticas docentes em uma perspectiva histórica, especialmente quando se trata das disciplinas de ciências da natureza. Esse trabalho tem buscado compreender os limites e as possibilidades da prática docente em um período no qual se estabeleceu um regime de exceção no Brasil (1964 – 1985) em uma instituição que era referência educacional desde o final do século XIX. Nesse sentido, essa investigação se apoia em referenciais que compreendem a prática pedagógica como prática cultural que colabora para a formação de uma cultura escolar (Farias Filho, 2007) específica, mas profundamente vinculada aos contextos históricos em que se inseri. A pesquisa se desenvolveu usando como fonte a entrevista semiestruturada (Portelli, 1997; Lakatos; Marconi, 2003) de uma professora que atuou no campo das ciências da natureza lecionando, especialmente, a disciplina de Biologia na Escola Caetano de Campos (São Paulo/SP) entre os anos de 1961 a 1989. Os resultados preliminares apontam para o seguinte: primeiro, apesar de estar em um contexto desfavorável, a professora entrevistada demonstrou autoconfiança no sentido de produzir materiais próprios e promover discussões em sala de aula sobre temas que considerava importantes, o que se explica, entre outros fatores, por sua boa formação acadêmica ou, em outras palavras, pelo seu pertencimento a uma comunidade disciplinar (Goodson, 1997); segundo, mesmo com a promulgação de duas leis importantes para a educação (5.692/71 e 7.044/82) e a existência de pelo menos duas tendências para o ensino das ciências da natureza - o método da redescoberta e o ensino tecnicista -, não se observou uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas da professora nesse período. Esses dados levam a supor que, como aponta Benito Escolano (2005), a cultura empírico-prática exerce uma grande influência na formação da cultura escolar e, conseqüentemente, na definição da disciplina escolar. Finalmente, uma conclusão preliminar é a de que investigações dessa natureza auxiliam a compreensão de que a aula é fruto também de uma cultura escolar cujas ideias, princípios e práticas sedimentadas produzem modos de pensar e atuar que nem sempre estão em acordo com as normas oficiais prescritas e por isso, como afirma Chervel (1990), “expõe à plena luz a liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia”.

PALAVRAS-CHAVE

História das disciplinas escolares, Cultura escolar, Ensino de Biologia

A CULTURA ESCOLAR DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO BÁSICO A PARTIR DO SEU ACERVO FOTOGRÁFICO

Ivana Marta da Silva

Escola Estadual Raul Saddi

Angélica Rocha

Escola Estadual Raul Saddi

Reginaldo Alberto Meloni

Universidade Federal de São Paulo

Nessa comunicação serão apresentados os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo preservar a memória e compreender a cultura escolar da Escola Estadual Raul Saddi da cidade de Diadema, SP a partir da análise do seu acervo fotográfico. Trata-se de uma investigação associada ao projeto “Formação profissional de professores e gestão democrática: uma parceria universidade-escola para a melhoria do ensino público” (Processo Fapesp 2018/16585-1) que tem como objetivo a formação inicial e continuada de professores com o propósito da melhoria do ensino público a partir do estabelecimento da parceria universidade — escola e da construção, junto com a equipe escolar, de ações organizadas por uma pesquisa-ação crítica e colaborativa. A escola fundada em 1962 está localizada em uma área vulnerável e atua com crianças do 1º ao 5º anos do Ensino fundamental I que, em sua maioria, são de classes desfavorecidas. Seu acervo contém aproximadamente 973 fotografias soltas ou armazenadas em livros, álbuns e pastas referentes ao período de 1982 a 2006. A análise das fotografias se apoia na ideia de que a fotografia pode ser uma imagem/monumento ou imagem/documento (Le Goff, 2003). Nesse sentido, esse trabalho segue as tendências historiográficas que usam a imagem/documento para colocar em relevo a vida cotidiana dos sujeitos (Dussel, 2018) e a cultura escolar da instituição (Bencosta, 2011). As imagens fotográficas foram agrupadas em três categorias: os protagonistas, divididos em docentes, discentes e visitantes; as atividades prescritas no currículo oficial, desenvolvidas nas salas de aula ou na quadra poliesportiva; outras atividades, como festas, cerimônias de formatura, desfiles cívicos, ações de conscientização ambiental, atividades de promoção de um estilo de vida saudável e as ações de inclusão. A análise preliminar aponta que, embora essa instituição escolar estivesse geograficamente na periferia da cidade, ela acompanhava as demandas sociais e no período analisado sempre esteve profundamente envolvida com as atividades cívicas, culturais e pedagógicas da cidade ou da Secretaria da Educação. As fotografias das aulas de educação física da década de 1980 evidenciam uma cultura escolar voltada para um modelo esportivo competitivo, traçado pelos governos militares pós 1964, que visava direcionar a atenção dos jovens para as disputas esportivas e afastá-los das discussões políticas. Nesse sentido as imagens sugerem que os professores atuavam no sentido de valorizar as práticas esportivas e selecionar os melhores para representar a escola, de acordo com a tendência observada na época (Daólio, 1995). As imagens também indicam que a escola realizava atividades de inclusão, em sintonia com o que foi definido na Declaração de Salamanca (1994) e que norteou as políticas e a legislação para Educação Especial em vigor no Brasil. Finalmente, como as imagens fotográficas correspondem ao tempo de atuação de alguns membros da comunidade escolar, o trabalho tem despertado um sentimento identitário vinculado às experiências sociais que remetem à memória coletiva. Nesse sentido, após essa etapa, serão realizadas entrevistas com os membros da comunidade com o objetivo de aprofundar a compreensão do processo de construção da cultura escolar dessa instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Escolar, Ensino de Educação Física, Acervo Fotográfico

TRADIÇÃO GLORIOSA: LYCEU PARAHYBANO, MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS ESCRITOS ESTUDANTIS (1913–1918)

Itacyara Viana Miranda

Secretaria Municipl de Educação de Santa Rita — PB

A história do Lyceu Parahybano a que desejamos acionar está muito além de inferir apenas sobre a sua materialidade física, métodos de ensino ou estrutura normativa, importa-nos saber as tramas desse espaço de sociabilidades diversas, por meio das ações dos seus sujeitos, homens atuantes nas áreas da política, educação, cultura e economia. Nesse sentido, optamos por debater as memórias e representações da mais antiga Instituição Pública de Ensino Secundário do Estado, atentando para o fato de ter sido a ela atribuído a denominação de *Tradição Gloriosa* da Paraíba. Para tanto, levamos em consideração o diálogo existente, de dentro para fora e de fora para dentro, estabelecido entre a Instituição de ensino e a sociedade, tendo para isso o aporte discursivo os escritos dos seus alunos. O recorte temporal se justifica, à medida que 1913 corresponde ao ano de criação da revista *Lyceum* e 1918, aos últimos indícios identificados no jornal *Diário do Estado*, quanto as ações do grêmio *A Colméia*. Ao trabalhar com uma escrita lyceal discente, temos por objetivo analisar a Instituição para além da sua principal proposta de formação, qual seja: possibilitar a difusão de conhecimentos de modo a contribuir com o prosseguimento dos estudos dos educandos, quando da entrada destes no nível superior. A escrita dos alunos do Lyceu nos possibilita debater a Instituição e suas histórias de protagonismo, por meio da atuação dos seus sujeitos, neste caso em particular, os jovens estudantes. Da documentação consultada — (Jornal: *Diário do Estado*; *A Noite*; *O Norte*) - identificamos a atuação de cinco grêmios estudantis, a saber: *A Colmeia*; *24 de Março*; *Benjamin Constant*; *7 de Setembro*; e *Escolástico Parahybano*. Dentre as principais atividades desenvolvidas por eles, destacamos as conferências realizadas no salão de honra da Instituição. Para além dos grêmios, ressaltamos duas revistas — *Lyceum* e *Renascença*. O *corpus* documental aqui selecionado, catalogado e organizado para o trabalho, pode ser acionado, sobretudo, nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e na Hemeroteca Nacional. Alguns autores dialogam com o entendimento e análise das fontes, quais sejam: Paul Ricoeur (2007), ao tratar dos usos dos arquivos; Thiago Souza (2010) e Cláudia Cury (2010), quando estabelecem os jornais da Paraíba como fonte; e Kátia Camargo (2004) quanto as suas contribuições acerca da noção de revista. Outros nomes são acionados mais diretamente com relação ao debate da Instituição e a perspectiva da representação, são eles: António Nóvoa (1992); Roger Chartier (1991); Geraldo B. Silva (1969); Cristiano Ferronato (2012) e José Rafael de Menezes (1982), dentre outros. No que pese aos resultados e conclusões, vemos apreendendo o Lyceu Parahybano por meio do seu potencial humano, principalmente através dos escritos dos alunos. Nessa direção, identificamos uma Instituição ativa, vibrante, revestida de memórias, materialidades, signos e significados próprios de um tempo e espaço educacional, reconhecidamente nas fontes dos jornais em circulação na época, como uma *Tradição Gloriosa* da Paraíba. Esperamos, com este trabalho, ter contribuído com a produção do campo da História da Educação a respeito da historiografia das instituições escolares e do Lyceu Parahybano.

PALAVRAS-CHAVE

Lyceu Parahybano, Instituições Escolares, Escritos Discentes

A HABITAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MEIO RURAL DURANTE A I REPÚBLICA PORTUGUESA: ANÁLISE DE PROJETOS DE ESCOLAS/RESIDÊNCIAS

Carlos Manique da Silva

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

A dicotomia casa do mestre/ escola influencia decisivamente a organização interna das escolas primárias até à primeira metade do século XX (Silva, 2005). A expressão “casa da escola” traduz a dupla ideia de alojamento para o professor e de salas organizadas para receber os alunos às horas das lições. A este respeito, Brullet (1998) introduz o conceito de *domesticidade*, demonstrando que, na casa do professor, a sala destinada às aulas, em resultado de novas exigências pedagógicas, vai progressivamente tornar-se independente e agregar outros espaços.

Ora, desde 1866, ano em que são publicadas em Portugal as primeiras normas sobre construção de escolas primárias, que se regula a habitação destinada ao professor (em regra, devia ser separada, mas não distante da escola). Em 1917, nas “Normas técnicas, higiénicas e pedagógicas”, define-se que, nos meios rurais, o professor terá residência no edifício escolar; adverte-se, no entanto, que entre os dois espaços não poderá haver comunicação. Por um lado, receia-se que o professor descure as suas obrigações profissionais; por outro lado, valoriza-se a sua presença no edifício escolar como forma de identificação com a escola e, mesmo, como elemento de afirmação no seio das populações (sobretudo, em meios rurais). É o significado social da escola e o seu sentido histórico de construção e transformação que estão aqui em agenda (Magalhães, 2010).

Em termos mais operacionais, interessa-me perceber de que forma o projeto integrador republicano (Afonso, 2017) procurou valorizar o papel social dos professores primários em meio rural, atribuindo-lhes condições para o desenvolvimento da sua missão. Uma dessas condições prende-se com a habitação destinada ao professor. A perspetiva analítica adotada incide sobre legislação (normas de construção de escolas primárias), memórias descritivas e projetos de edifícios escolares com habitação para o professor (também alguns projetos autónomos de residências), na sua maioria desenhados por Raul Lino. No caso dos referidos projetos, seguindo a investigação de Viñao (2004), terei em atenção: i) as dimensões relativas escola/ habitação; ii) a articulação/ ligação entre ambas; iii) a especialização dos espaços da habitação (existência/ inexistência de determinados espaços, a sua implantação interna, as suas dimensões).

A sobrevalorização da habitação do professor, manifestada ao nível do desenho, não encontra correspondente tradução prática; evidenciam-se, assim, os limites do projeto reformista republicano, particularmente nos meios rurais (onde eram expectáveis soluções urgentes).

PALAVRAS-CHAVE

Habitação do professor, projetos de escolas primárias, I República, escola em meio rural

MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL – UM PASSEIO PELO QUADRADINHO

Marcela Silva da Conceição Brito

Instituto Federal de Brasília

William Batista Vieira

Instituto Federal de Brasília

Valdivino Aparecido dos Reis

Instituto Federal de Brasília

Acerca do surgimento da educação profissional no Brasil, há relatos desde a economia colonial escravocrata, com os aldeamentos jesuítas e o ensino de ofício, passando pelo período imperial com o ensino superior para aristocracia. Os ensinamentos primários e secundários surgiram com caráter propedêutico e a Educação Profissional de ofícios era praticada em academias militares, liceus de arte e ofícios (MANFREDI, 2002). E chegando à Primeira República com o fortalecimento da cafeicultura e das primeiras indústrias, momento em que ocorreu a criação de uma rede de escolas profissionalizantes pelo Governo Federal, as quais futuramente seriam os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

O estudo teve como *objetivo geral* criar um produto educacional em mídia audiovisual sobre a memória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na cidade de Brasília, na região do Distrito Federal (DF) no Brasil. Os *objetivos específicos* do estudo foram: a) identificar as principais instituições ofertantes de EPT na região do Distrito Federal; b) relacionar o surgimento dessas escolas ao período histórico correspondente; e c) valorizar a EPT no contexto social local.

O trabalho teve uma abordagem qualitativa, por meio da realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram investigados documentos normativos em sites oficiais do Governo do DF na rede internet, bem como a bibliografia correspondente à EPT, história da educação e memória. Além disso, foram realizadas visitas de campo às escolas pesquisadas e como instrumento de pesquisa foi utilizado um roteiro semiestruturado para realizar entrevistas com ex-alunos das escolas visitadas. A partir dos dados coletados foi possível fazer as análises de conteúdo e discussões apresentadas neste estudo.

No geral, as informações e dados coletados permitiram identificar uma relação positiva entre a atuação no mundo do trabalho e a formação recebida nas escolas de EPT no DF. Observou-se também que desde a criação de Brasília, que está localizada no Distrito Federal, houve uma evolução da Educação Profissional e o mundo do trabalho na região, especialmente devido ao desenvolvimento socioeconômico desta cidade que se tornava a nova capital do Brasil em 1960. O estudo também permitiu constatar o papel do Sistema Nacional de Aprendizagem na vanguarda do ensino técnico e da materialização de novas frentes de trabalho para atenderem a demanda do mundo do trabalho ao longo do tempo, com a oportunidade ofertada àqueles ainda apartados do jogo social e político da nova capital. Educação Profissional foi impulsionada a partir da construção da nova capital e se tornou uma grande referência para os moradores nativos e migrantes do Distrito Federal, e ao longo do tempo trouxe novas alternativas para a formação profissional e cidadã da população local. Porém, o estudo também despertou uma reflexão necessária sobre um desafio da EPT no DF e também no Brasil: o Ensino Profissional Integrado como forma de emancipação frente às mudanças que vêm ocorrendo no século XXI, considerando a flexibilização e intensificação do trabalho a partir da automatização de tarefas e da utilização de novas tecnologias da informação e comunicação em várias áreas de atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Memória, Educação Profissional, trabalho, Educação

O OUTRO LADO DOS PALÁCIOS-ESCOLAS: AS DISPUTAS PELA BOA AÇÃO NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS POBRES NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Ricardo Felipe Santos da Costa

Unicamp – Faculdade de Educação

Com o advento da República no Brasil, a educação popular é apresentada como caminho para a superação de uma sociedade que ainda vivia os resquícios da escravidão. Não só em razão de permitir a formação de um povo leitor (e eleitor), do seu gosto, do hábito do trabalho, dos aspectos morais relacionados à ordem e ao progresso, bem como pela criação de um ambiente de aprendizagem que remetia à paideia platônica. Dessa forma, particularmente em São Paulo, as escolas públicas, chamadas de Palácios ou Templos de Civilização, não eram acessíveis às crianças mais pobres, maltrapilhas e descalças, ainda que teoricamente fossem destinadas às classes populares. Ou seja, com relação aos filhos dos trabalhadores, nacionais ou imigrantes, havia uma separação entre as próprias classes populares, gerando uma distinção que produzia uma exclusão social a ser enfrentada por mecanismos que iam além das políticas oficiais de instrução pública. Portanto, tais escolas públicas exemplares, procuravam dar os ares de civilização pretendidos pelo novo regime republicano, que combinava modernidade de fachada e exclusão social estrutural. Assim, muitos filhos de imigrantes e ex-escravos, em condições mais precárias, sem acesso inclusive às escolas isoladas de bairro (ou “de barro”), ficavam na dependência de medidas sociais de caráter filantrópico, de instituições particulares. Na cidade de São Paulo, ocuparam este espaço os abrigos vinculados às instituições religiosas e, ainda, as escolas ligadas à Maçonaria. Entretanto, ainda que mantidas por instituições particulares, a ideia de educação popular pode ser estendida aqui, tendo em vista o uso do dinheiro público. Sob a rubrica “Subvenções e Auxílios”, conforme documentação da Câmara Municipal de São Paulo, o Orphanato Christovam Colombo foi a instituição de assistência à criança que recebeu mais recursos da municipalidade, entre 1890 e 1927. No orfanato, à atividade de assistência, sobrepunha-se a de educação, voltada para a formação profissional dos meninos e, com relação às meninas, a formação para o lar ou, também, profissional, como empregadas domésticas. É claro, valorizando-se os princípios do catolicismo. Especificamente como escolas, as da Loja maçônica Sete de Setembro foram a que mais receberam recursos da municipalidade, neste período. Buscavam a formação de um mercado de trabalho aliada aos princípios do progresso econômico e científico. Se há diferenças entre os projetos da Maçonaria e da Igreja, ambos têm como norte a manutenção da ordem. Porém, tanto por verbas na Câmara Municipal, como nos jornais, há uma disputa de narrativas, pela distinção, pela boa ação. Além destas disputas, esta pesquisa irá debruçar-se sobre as condições de abrigo e educação oferecidas às crianças pelo Orphanato e pelas escolas da Loja Sete de Setembro, destacando lideranças como a do Padre Faustino e do vereador Marrey Júnior, da maçonaria paulista. O estudo terá como base, além da historiografia sobre a educação, as biografias do Padre Faustino, os Anais da Câmara Municipal de São Paulo, a busca e análise de dados dos jornais, dos Livros de Registros e dos Papéis Avulsos do Orphanato Christovam Colombo, estabelecendo-se uma análise comparada das instituições que trabalharam com a educação em São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Popular, Cidade de São Paulo, Palácios-Escolas, Primeira República, Exclusão Social

RETRATOS DE MULHERES EM CIRCULAÇÃO NOS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE CURITIBA/PR: O LAR, O MAGISTÉRIO E AS ARTES

Adriana Vaz

Universidade Federal do Paraná

Rossano Silva

Universidade Federal do Paraná

Este estudo mapeia os artistas cujas obras pertencem ao acervo do Museu Paranaense e do Museu Oscar Niemeyer, que por meio de publicações e exposições permanecem como referência na produção em artes visuais, em Curitiba. No qual, questiona-se: Qual a inserção das mulheres na posição de artistas e como elas são retratadas? A pesquisa identifica o modo como as mulheres eram retratadas, as quais permanecem em circulação em função de suas obras pertencerem aos acervos museológicos de grande representatividade. Focaliza-se na formação de artistas mulheres e a inserção de suas obras nesses acervos. Para tanto, adota-se como fontes a exposição artística Memória das Ruas - Retratos dos personagens de Curitiba, realizada no Museu Oscar Niemeyer, entre 24 de setembro de 2016 a 5 de fevereiro de 2017; e a publicação Personagens da História do Paraná: acervo do Museu Paranaense, editado em 2014. A partir dessas materialidades delinea-se: 1) os artistas; 2) a quantidade de obras por artistas; 3) o modo como as mulheres são retratadas.

Durante a Primeira República brasileira a produção de arte acadêmica e os seus tipos de pintura incidiam na representatividade do artista. Simioni em seu estudo sobre a trajetória artística de Georgina M. A. de Albuquerque elucida essa questão e sinaliza que ela é uma das primeiras artistas a produzir pintura histórica feminina no Brasil; já que, até 1922 não havia nenhuma mulher que tivesse se dedicado a esse gênero. Na hierarquia entre os gêneros de pintura o mais importante era a histórica, seguido dos menores: o retrato, a natureza-morta, a paisagem etc. Sendo que o estudo de modelo vivo era uma etapa fundamental para a composição da pintura histórica, pois exigia conhecimento anatômico; fator que inibia o ensino do nu artístico para as mulheres e interferia na sua profissionalização. Por outro lado, o gênero artístico mais rentável era o retrato e tinha dupla significação: permitia ao artista complementar a sua renda e eternizar as pessoas retratadas, conquistando capital simbólico em troca de capital social nos termos de Bourdieu e o que Thornton define por filiação.

A exposição Memórias das Ruas colocou em circulação 75 retratos na linguagem de pintura e desenho, 24 bustos e rostos na linguagem de escultura — envolvendo 52 artistas. A publicação Personagens da história do Paraná foi organizada em sete categorias — Políticos do Paraná, Personagens Nacionais, Empresários, Intelectuais e Artistas, Militares, Religiosos e Mulheres — que no conjunto abrangeu 63 artistas e 138 obras.

Considerando a exposição e a publicação, constata-se a participação de 7 mulheres artistas: Eleonora Zyto, Francisca Munhoz, Inocência Falce, Iria C. Correia, Luciana Battoli, Maria Amélia D'Assumpção e Zeila Navarro Swain. No MON foram retratadas quatro mulheres: Emília Ericksen, Hermínia Rolim Lupion, Maria Trevisan Tortato e Julia Wanderley, e no MP circulou 18 retratos de mulheres. Quanto ao modo que são retratadas, as mulheres exibem recatado e, na maioria, representam uma elite local. As mulheres são memorizadas em seus papéis de esposas, mães e filhas, ou por seus vínculos com o magistério e as artes.

PALAVRAS-CHAVE

Educação estética, Museu, Gênero, Artistas

ESPAÇOS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: INSTITUIÇÕES DE INTERNATO FEMININAS NA CIDADE DE PENAFIEL, (1926–1973)

Céu Basto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Margarida Louro Felgueiras

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

A cidade de Penafiel possui, desde o século XIX, um conjunto de instituições cujo fim era o acolhimento, assistência e educação da infância marginalizada, do concelho e da região. Na primeira metade do século XX existiram três instituições de internato femininas. A mais antiga era o Asilo António José Leal, criado em 1893, e em 1925 foi fundado o Internato Margarida Alves Magalhães, ambas a partir de legados de beneméritos. No primeiro caso pelo benemérito António José Leal e, no segundo, pelo benemérito José Augusto Alves de Magalhães. Estas duas instituições encerraram na década de sessenta do sec. XX. Em 1943 foi fundado o Patronato da Sagrada Família, a partir de um movimento de senhoras da elite local, mantendo-se atualmente em funcionamento. Todas estas instituições tinham como principal missão o acolhimento e institucionalização de raparigas pobres e desamparadas, provendo a sua assistência e educação. O recorte temporal definido para este estudo corresponde ao intervalo compreendido entre o ano de 1926 e 1973, respetivamente o fim da República e o ano de inauguração de um novo edifício do Patronato da Sagrada Família, contíguo ao existente, assim como a mudança de estatutos e da direção nesta instituição. Elegemos como objetivos analisar as representações, conhecer os significados e os usos que as crianças institucionalizadas faziam dos espaços nas três instituições. No plano metodológico optaremos por cruzar fontes documentais, iconográficas e orais. Os espaços das instituições foram revisitados por algumas pessoas adultas que viveram em regime de internato enquanto crianças. Ao despertar as suas memórias evocamos recordações da vida quotidiana, que elucidaram o contexto. Foi através das memórias, entendidas como reconstruções, que analisamos as representações que estes adultos fazem da sua infância e das suas trajetórias biográficas, familiares e escolares como crianças institucionalizadas. O que permitiu conhecer os espaços da própria instituição e como foram utilizados pelas internas. O espaço construído é uma espécie de moldura, que delimita e no interior da qual “as sensações se revelam e produzem marcas profundas que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças (...)”. Foi esse espaço construído, que interpretamos para compreender o espaço vivido. Contudo, a forma como foi apropriado e alterado pela relação das internas revela espaços vividos que questionaram e modificaram as regras que as estruturas físicas parecem ou pretendiam impor. Procuramos, ainda, perceber as marcas que persistiram nas pessoas que o viveram ao longo do tempo. Como resultados esperamos contribuir para o conhecimento das instituições de acolhimento da infância marginalizada na cidade de Penafiel, na primeira metade do século XX, a organização destas instituições de assistência, a forma como influenciaram a vida dessas crianças e os significados que elas hoje atribuem aos cuidados e educação recebidos.

PALAVRAS-CHAVE

Infancia Marginalizada, Instituições de Internato, Espaços educativos fechados, Memórias

LAS ADJUDICACIONES DE MATERIAL ESCOLAR EN ESPAÑA DURANTE LOS PRIMEROS 70 AÑOS DEL SIGLO XX

M^a José Martínez Ruiz-Funes

Universidad de Murcia

José Pedro Marín Murcia

Universidad Internacional de la Rioja

Con la creación del Museo Pedagógico Nacional en 1882 el material y los enseres de la enseñanza pública en España son objeto de revisión. Con el cambio de siglo diferentes reformas legislativas y otro tipo de iniciativas institucionales comienzan a ver en la enseñanza uno de los factores que influyen en el desarrollo económico y en la cohesión social del país, y en consecuencia dotan a la educación primaria de medios para su desempeño.

Son algunas las casas comerciales que se hacen con las ofertas de provisión que va publicando el estado. Algunas de estas casas comenzaron a proveer las dotaciones de material y enseres en la primera década del siglo XX y continúan casi sin interrupción hasta 1970.

El trabajo que aquí presentamos trata de identificar las continuidades y el tipo de material y enseres que el estado va demandando a distintas casas comerciales, la oferta que dichas casas comerciales desarrollan y como adaptan sus catálogos a los requerimientos que se van dando por parte del estado. Este estudio diacrónico utilizará además de los distintos trabajos realizados en este campo tanto dentro como fuera de España, fuentes documentales como los catálogos de material escolar, los inventarios de algunas escuelas y las adjudicaciones que constan en las publicaciones del gobierno. Resulta de gran utilidad para estudios de este tipo indagar en la trayectoria de las distintas empresas adjudicatarias de estos concursos.

Al tratarse de un periodo que incluye distintas etapas dentro de la historia de la educación española, trataremos de comprobar que esquemas se mantienen y cuales cambian en coincidencia o no con las distintas formas de gobierno que se suceden en España a lo largo de los años estudiados. El material escolar, como afirma Meda (2016), se convierte en un medio de educación de masas que trasciende a ideologías y que trata, a lo largo del siglo XX, de homogeneizar los modos de hacer de una institución, la educación en sus niveles más básicos, aquellos que paulatinamente se van extendiendo al 100% de la población.

Por otro lado la distribución geográfica de las dotaciones y la justificación que se presenta acerca de la necesidad de las mismas pueden poner de manifiesto desigualdades o ritmos distintos a la hora de afrontar la escolarización de una población, la española, que a principio del siglo XX presentaba un marcado déficit de plazas escolares.

De manera simultánea a la sistematización y análisis de la información recogida se irá haciendo un análisis del tipo de material demandado y de los cambios a nivel didáctico que va experimentando la enseñanza pública en función de dichos materiales.

PALABRAS CLAVE

material de enseñanza, mobiliario, educación primaria

MEMÓRIAS, MATERIALIDADES E PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO DOS FRANCISCANOS PARA A HISTÓRIA EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PRODUÇÃO DIDÁTICA DA EDITORA VOZES PARA A ESCOLA GRATUITA SÃO JOSÉ

Cleonice Aparecida de Souza

Universidade São Francisco (USF) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS);

Claudino Gilz

FAE Centro Universitário

Nesta pesquisa focalizamos as fontes de pesquisa produzidas pelos Franciscanos na e para a Escola Gratuita São José, em Petrópolis - Rio de Janeiro, Brasil, no início do século XX. Tem como objetivo analisar a trajetória e iniciativas editoriais das fontes produzidas na “Typographia da Escola Gratuita São José”, atual editora Vozes. Para apresentar a trajetória desta pesquisa, é necessário contextualizar uma breve memória histórica da imprensa no Brasil, pois as instituições que disputavam por espaço na época, Estado e Igreja, tiveram em comum um investimento na educação escolar, por meio da produção e circulação de impressos educacionais alinhados aos seus respectivos objetivos. No Brasil, os livros de leitura quase não existiam nas escolas até meados do século XIX. As pesquisas como as de Bittencourt (1993), Munakata (1997), Batista (1998) destacam que a tardia implantação da Imprensa Régia impactou na história inicial do livro didático, a partir de 1808. Até este período, os materiais de leitura eram escassos, tanto nas raras escolas, quanto como um todo na sociedade. Historicamente, consta uma sequência de pesquisas e iniciativas quanto à concepção e reformulação de livros didáticos, principalmente de cartilhas. Tal fato ocorreu com o objetivo de adaptá-las constantemente aos avanços teóricos sobre a arte de ensinar a escrever e a ler. O livro utilizado nas escolas precisava estar em conformidade com a idade e o grau de instrução da criança, facilitando seu aprendizado. É notório que a pesquisa com acervos históricos se mostra enriquecedor por sensibilizar e mobilizar os sujeitos sobre as questões da memória. No livro “As utilizações do objeto impresso”, Chartier (1998) compreende que este não pode ser isolado de sua materialidade e contexto histórico. Afirma que é necessário estar atento para o suporte do objeto impresso, para as intenções de seu editor e autor e, o que é fundamental, para a forma como o leitor elabora representações a partir e sobre o objeto, considerando que o alcance dos impressos vai além de suas intencionalidades. Além de provocar uma participação do leitor, ao produzirem representações construídas a partir de todo um conjunto de interfaces e reações. Como procedimentos metodológicos, o estudo contou com a pesquisa de natureza qualitativa, abrangendo revisão bibliográfica e análise documental. Em perspectiva de história cultural, pressupomos que a imprensa educacional/pedagógica possibilita ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social, a partir da análise do discurso disponível e da ressonância das temáticas, dentro e fora do universo escolar (Catani; Bastos, 1997). Assim, o espaço escolar e sua documentação acabam tanto por evocar lembranças dos tempos de escola, vivenciados neste espaço ou não, como por levar os seus frequentadores a se envolverem também com a história da instituição. Por fim, foi possível rastrear a inserção dos Franciscanos no cenário editorial brasileiro, sua interlocução e articulação com determinados segmentos das elites letradas urbanas e as ideias que defendiam, foi no período contemporâneo da expansão da produção editorial e do aumento significativo de leitores no país.

PALAVRAS-CHAVE

*Escola Gratuita São José,, História da Educação Brasileira,
Impressos didáticos Franciscanos, História e Memória*

O LIVRO DIDÁTICO *BRASIL VIVO* POR ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Maria de Fátima Guimarães

Universidade São Francisco (USF)

Cleonice Aparecida de Souza

Universidade São Francisco (USF)

Esta pesquisa focaliza o livro didático *Brasil Vivo*, volume 1 que pertence à coleção de livros didáticos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH) da Universidade São Francisco, situado em Bragança Paulista, no Brasil. Esta coleção pertence ao período de anos que se estende de 1861 a 2009, é composta por 2856 títulos, pertencentes a diferentes disciplinas escolares, autores e editoras. Dentre seus títulos, privilegiamos o livro *Brasil Vivo*, publicado em dois volumes, destinados a séries escolares distintas. Seus autores foram Chico Alencar, Marcus Venício Ribeiro e Claudius Ceccon. Esse livro foi impresso pela editora franciscana Vozes, situada na cidade de Petrópolis, pertencente ao estado do Rio de Janeiro. Abordamos o volume 1 porque sua temática volta-se à violência da ocupação das terras indígenas, desde o início do processo de colonização do Brasil até a década de 1980. O livro didático *Brasil Vivo*, volume 1, considerando-se tanto sua materialidade quanto o contexto sociocultural em que foi publicado, convoca-nos a refletir acerca da importância da manutenção das conquistas de minorias sociais, decorrentes da resistência popular e luta travadas contra a ditadura que assolou o País pós 1964. Tais conquistas estão consolidadas na Constituição de 1988. A pertinência desta reflexão se justifica porque segue em direção à compreensão de que é necessário atentarmos-nos aos princípios que regem uma sociedade democrática, assentados no respeito à vida, biodiversidade e pluralidade cultural. O livro didático *Brasil Vivo* traz indícios e registros de tensões sociais, disputas simbólicas e conflitos de interesses no que tange a violência contra diferentes populações indígenas, da década de 1980. Propomos que, ao darmos visibilidade a uma dada produção didática daquela década através desse livro, em franca relação com as questões socioculturais e as demandas educacionais do período (Bittencourt, 1993; Munakata, 1997), podemos ir ao encontro do objetivo de ampliar a abrangência de nossas análises sobre as mudanças que estão sendo implementadas na área educacional brasileira e implicações decorrentes na contemporaneidade. Acreditamos que com tal procedimento, é possível flagrar permanências e rupturas históricas no contexto sociocultural da contemporaneidade. Para tanto, fomos ao encontro das contribuições de Darnton (2010) sobre a história do livro que nos estimularam na análise da materialidade do impresso, mobilizamos Bakhtin (2003) para analisar as imagens visuais impressas na relação com os diferentes gêneros textuais usados nos capítulos e, em Thompson (1998) as categorias de experiência e cultura para analisarmos como elas foram mobilizadas pelos autores do *Brasil Vivo*. Entendemos que esse livro didático trouxe por entre seus capítulos e imagens visuais impressas: vozes, saberes e práticas de diferentes segmentos sociais brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE

Livro Didático, Brasil Vivo, Cultural Escolar

A ESCOLA COMO MISSÃO: ESTUDOS E NOTAS SOBRE A FUNDAÇÃO DA YESHIVÁ COLEGIAL MACHANÉ ISRAEL DE PETRÓPOLIS

Vanessa dos Santos Novais

PROPED/UERJ

Qual esperança crédula e reverente poderia carregar em suas malas, um casal de sobreviventes do holocausto? Em sua viagem intercontinental, saídos do recém-criado Estado de Israel para a América do Sul, Chaim e Rivka Benjamini, encontravam-se repletos de expectativas ante à plenitude da edificação de uma missão pedagógica. Enviados ao país para a fundação de uma escola para a comunidade judaica brasileira, uniam-se nesse propósito, significativos laços de pertencimento e identidade aos preceitos e tradições culturais de seu povo. Sob essa perspectiva, o artigo apresenta como tema a história e memória da primeira escola rabínica brasileira, fundada em 1966, na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Em seu escopo, pretende lançar luz e, assim, aprofundar os conhecimentos sobre a Yeshivá Colegial Machané Israel de Petrópolis, uma instituição escolar com formação integral em regime de internato, lugar em que as práticas cotidianas celebram, na vida em comunidade, uma experiência prática com o judaísmo. Apoia-se em Cellard (2008) para a composição de uma investigação qualitativa de cunho etnográfico, em que a análise documental subsidia relevante instrumento de interpretação e análise. Para tal, utiliza-se como fonte os registros escolares e autobiográficos do casal. Ao submergir no rico universo da cultura material escolar, dialoga-se com Agustín Escolano (2017) e, nesse sentido, busca-se identificar na história da Yeshivá uma narrativa de criações, resistências e apropriações. De igual modo, Walter Benjamim (2012) auxilia na compreensão do entrelaçamento entre lembrança e tradição. Os resultados prévios apontam para a valorização dos estudos em instituições escolares como importante ferramenta na apreensão das categorias e estratégias presentes na organização da história do patrimônio cultural escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura escolar, Patrimônio material, Educação judaico chassídica, História e memória

MOLDAR PARA A CIVILIDADE: REPRESENTAÇÕES DO PROJETO REPUBLICANO NA MATERIALIDADE DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NO PARÁ (1900 A 1910)

Adriene Suellen Ferreira Pimenta

Universidade Federal do Pará

Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Universidade do Estado do Pará

Esse estudo teve como objetivo analisar as Escolas Primárias do estado do Pará, no período de 1900 a 1910, a partir da cultura material utilizada por essas instituições, as quais nesse período possuíam uma cultura material própria e específica daquele contexto. Para realizar essa análise utilizamos como fontes as matérias do jornal *A província do Pará*, no período de 1900 a 1910, a revista *O Ensino* de 1900, os *Relatórios da Intendência Municipal de Belém* de 1902 a 1910 e as *Mensagens de Governo da Província do Pará* de 1900 a 1910. Nessas fontes estão impressos vestígios da cultura material escolar que tem muito a nos dizer sobre a história dessas instituições. Como caminho metodológico empregamos o método histórico, pautado no entrecruzamento das fontes já citadas. Como suporte teórico visitamos os estudos Vidal e Silva (2010), Viñao (2006), Bencostta (2009), Souza (2007), Julia (2011), Chartier (1990), dentre outros autores que nos ajudaram a compor esse trabalho. Não é possível pensar as Escolas Primárias no Pará dissociadas de sua cultura material sendo apropriada de diferentes formas pelos sujeitos que constituíram esses espaços educativos, os quais lhe atribuíam valor e sentido. A começar pela questão espacial, o que no Pará definia o nome e importância das Escolas Primárias, as quais classificavam-se em 1ª, 2ª, e 3ª zona escolar, de acordo com sua localização referindo-se respectivamente em vilas e freguesias, cidades do interior, e capital. Havia a tentativa de uniformização e controle desses espaços, que precisavam moldar e civilizar os cidadãos para que pudessem viver em sociedade de acordo com o ideário republicano instalado. O projeto republicano tentava se sobresscrever ao modelo imperial vigente e as instituições educativas constituíam-se espaços ideais para essa incutição, o que perpassava pela escolha dos conteúdos, pela aquisição de recursos didáticos, pelos objetos escolares e ainda pelo padrão das estruturas prediais que deveriam abrigar essas escolas. Por outro lado, essa cultura material também foi perpassada por práticas educativas e relações sociais de sujeitos que construíram suas subjetividades por meio das experiências vividas nesses espaços, fazendo uso da cultura material da forma que melhor lhe convinha, como sujeito pensante, o que ia para além do molde concebido pelo projeto republicano.

PALAVRAS-CHAVE

Escola Primária, Cultura material escolar, Projeto republicano, Pará

CONFIGURAÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS: FORMAS DE INGRESSO E PERFIL SOCIOECONÔMICO RETRATADOS EM MEMÓRIAS DE ESTUDANTES EGRESSOS (1960–1980)

Joaquim Tavares da Conceição

Universidade Federal de Sergipe

Rísia Rodrigues Silva Monteiro

Universidade Federal de Sergipe

Rafaela Cravo de Melo

Universidade Federal de Sergipe

Esta comunicação apresenta resultados e discussões a respeito de percepções de estudantes egressos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, resultante de relatos orais que compõem o “banco de histórias” do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Cemdap). O intuito da pesquisa foi ampliar, através de narrativas de estudantes egressos, o acervo do “banco de histórias” em formato audiovisual, do Cemdap, com a finalidade de preservar a memória e a história da instituição, como também compreender configurações históricas do colégio retratadas nas memórias coletadas.

O desenvolvimento da pesquisa produziu informações para a compreensão da trajetória institucional, levando em conta o entendimento e metodologia da “história oral instrumental” (Meihy; RIBEIRO, 2011, p. 15). A escolha foi pelo gênero de “história oral temática”, que se mostrou adequada ao objetivo de produção do banco de histórias do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (Meihy; Holanda, 2013).

As “memórias” foram coletadas através da técnica da entrevista com a utilização de um roteiro temático, confeccionado a partir de informações preliminarmente encontradas em documentos escritos ou em depoimentos anteriores. Levou-se em consideração questões relacionadas com a memória individual e coletiva (Bosi, 1994).

Os levantamentos ocorreram com estudantes egressos que estudaram no Colégio de Aplicação no período de 1960 a 1995. A pesquisa desenvolveu-se através dos seguintes procedimentos metodológicos: produção de informações sobre o perfil estudantil do Colégio de Aplicação e a identificação de amostra de potenciais estudantes egressos entrevistados (narradores/colaboradores); preparação e produção de roteiros para as entrevistas; realização das entrevistas; tratamento e produção de informações preliminares a respeito do material coletado.

Foram produzidas 27 gravações de entrevistas, em formato audiovisual, com estudantes egressos correspondente ao período de 1960 a 1980. Transparece nas memórias coletadas variações relacionadas com a forma de ingresso e o perfil socioeconômico dos estudantes da instituição. É possível perceber nas memórias de estudantes, nos períodos em que a forma de ingresso era realizada por meio de seleção por exames, a predominância de estudantes oriundos de escolas privadas e de famílias de estratos médios da população, ou até de famílias ricas, como ocorreu na maior parte da década de 1960, quando o colégio pertencia a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e cobrava mensalidade. Nas décadas de 1970 e 1980 já se evidencia nas memórias dos estudantes os relatos que dão conta de uma maior diversidade de grupos sociais. Esse aspecto é recordado como enriquecedor, pois promovia uma maior troca de experiências e vivências.

PALAVRAS-CHAVE

Colégio de Aplicação, Memórias, História Oral, Perfil de estudantes

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Joaquim Tavares da Conceição

Universidade Federal de Sergipe

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral

Universidade Federal de Sergipe

Rafaela Cravo de Melo

Universidade Federal de Sergipe

Esta comunicação discute perspectivas e resultados parciais do projeto que tem por finalidade o inventário da documentação permanente e a criação de Fundo constituído com o acervo documental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, formado pela descrição técnica da documentação que se encontra no Centro de Pesquisa Documentação e Memória (Cemdap) e no arquivo da secretaria escolar. Além da finalidade de gestão documental, enfatiza-se a importância da salvaguarda de documentos produzidos no decorrer da trajetória de instituições educativas, sobretudo, levando em conta o valor desses bens para a preservação da memória institucional e de sua natureza de patrimônio educativo (Baeza, 2003; Bellotto, 1991; Menezes, 2009).

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe foi fundado em 1959 como Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Em 1968, com a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação que dela era parte integrante, foram incorporados a Universidade. Inserido na estrutura da Universidade, o Colégio de Aplicação (Codap) passou a atuar como campo de experimentação pedagógica e de desenvolvimento de estágios para os estudantes da Universidade.

A pesquisa se desenvolve através da verificação dos locais de guarda dos documentos, com a finalidade de se criar um Fundo do Colégio de Aplicação, pois no “Arquivo Morto” da escola existe um “amontoado” de documentos da instituição que carece de uma organização de modo que seja acessível a sua consulta e conservação. O princípio de proveniência será o critério para a criação do Fundo. Deste modo, sem organizados Grupos e Subgrupos criados de acordo com o adiantamento dos levantamentos e prospecção da massa documental.

Ações de salvaguarda preliminares resultaram na organização de pacotilhas contendo uma grande variedade de espécies e tipos documentais. Esse *corpus* documental faz parte do acervo do Cemdap. Além dessa documentação, preliminarmente organizada por assunto em pacotilhas, o denominado arquivo da secretaria escolar apresenta a maior parte do acervo de documentação histórica da instituição. Esse acervo encontra-se em condições inadequadas de conservação e de identificação, situação que compromete o acesso à documentação e a preservação do acervo.

A finalização da pesquisa, além da contribuição para a preservação da memória e do patrimônio histórico educativo do Colégio de Aplicação da UFS, permitirá a constituição de documentação como potencialidade para subsidiar e/ou fomentar pesquisas futuras e a implantação da gestão documental. Para a comunidade escolar e universitária como um todo, espera-se fomentar a importância da gestão e preservação de documentos para a memória institucional e dos agentes educativos envolvidos; estabelecer uma maior articulação entre o colégio e a comunidade universitária e externa; criar a cultura da preservação e gestão técnica da documentação escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo, Colégio de Aplicação, Memória, Organização documental, Patrimônio educativo

CULTURA MATERIAL ESCOLAR: AS LIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO “PÁGINAS BRASILEIRAS” NAS ESCOLAS DO PARÁ NA DÉCADA DE 50 (SÉCULO XX)

Maria do Socorro Pereira Lima

Universidade Federal do Pará

Este artigo busca centrar-se na historiografia da educação brasileira, priorizando o livro como cultura material escolar da educação primária no século XX. O objetivo central do estudo é analisar as lições de leituras que compõem o livro didático “Páginas Brasileiras”, escrito no ano de 1952, por Esther Bibas, e adotado nas escolas primárias do estado do Pará. O estudo se dirige aos conteúdos das lições impostos à formação intelectual da criança paraense imbuídos de sentidos de uma cultura civilizatória que não atinge as singularidades da cultura específica do sujeito amazônida paraense. Esta problematização nos remete a indagar que valores intencionaram transmitir os conteúdos das lições do livro “Páginas Brasileira” produzida numa época em que ele funcionou como material didático nas escolas públicas primárias do Pará? Para contribuir com a referida indagação e o contexto ideológico que permeavam a materialidade dos manuais de leitura da época, dialogamos neste artigo com Chartier (1996) ao afirmar que os livros são suportes de um texto, sejam manuscritos ou impressos, eles são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que devem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. Somados a este autor, contamos neste estudo com Alain Choppin (2000), Vinão (1988), Hébrard (2001) e Abreu Júnior (2012,) por afirmar a pesquisa voltada para cultura material escolar não se fundamenta somente na concretude dos objetos em si, mas também nas atividades e nas relações que a produção, assim como um livro, pode promover na e com a cultura. Com base numa análise que levou em conta a história da educação que definiu o livro como principal material da cultura escolar na busca pela formação intelectual da criança, bem como o contexto político de produção do livro, “Páginas Brasileiras”, representava uma coleção de quatro livros adotados do 1° ao 4° anos do ensino primário que imprimiam certa ordem ao alunado que o obrigava a decorar valores de iam desde as lições de etiquetas, amor à pátria, crenças religiosas, obrigações legais, comportamentos sociais e higiene com o corpo. A ordem das lições era moldar o sujeito em plena década de 50 com a mesma ideia de civilidade profundamente defendida pelo poder público e disseminada nas escolas na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura material escolar, História do Livro, Lições do livro didático

A IMPRENSA E AS MEMÓRIAS DO COLÉGIO SALESIANO DOM BOSCO DE PIRACICABA: ASPECTOS DA IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO

Isis Sanfins Schweter

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Daniel Ferraz Chiozzini

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A presente comunicação tem por objetivo analisar a identidade do Colégio Salesiano Dom Bosco a partir da análise da imprensa estudantil e das memórias sobre a instituição entre os anos de 1951 e 1954. Neste espaço temporal, os alunos da instituição elaboraram um impresso denominado 'A Voz do Dom Bosco: órgão dos alunos do Colégio Salesiano Dom Bosco', em que publicavam notícias sobre o cotidiano da instituição, humorismos, os esportes que eram praticados e também informações religiosas. Num outro ponto, será analisada uma publicação institucional sobre a construção da memória do Colégio Salesiano, onde aparece uma narrativa memorialística sobre a história dessa instituição e as manobras que foram feitas pelos salesianos para a construção da escola na cidade de Piracicaba. Os impressos estudantis compõem uma série de vinte exemplares. A publicação se inicia em maio de 1951 e vai até janeiro de 1955. De acordo com o projeto editorial, no primeiro exemplar, os autores do jornal falam sobre os objetivos da publicação, que seria a de contar os acontecimentos do colégio, suas atividades, ideais e projetos, como expressão do cotidiano da escola. Estas questões levantadas sobre os objetivos de publicação do impresso revelam aspectos da cultura escolar desta instituição, sendo possível verificar aspectos referentes à sua particularidade, o que lhe confere identidade. O Colégio salesiano Dom Bosco de Piracicaba foi fundado na cidade em 1951. Se tratava de uma instituição que oferecia o ensino secundário para meninos da cidade. Entrei em contato com uma publicação institucional do colégio, referente à comemoração de aniversário dos cinquenta anos da instituição, revelando aqui uma memória oficial desta escola. A mesma apresenta informações sobre a história da chegada dos salesianos no Brasil e a fundação da referida instituição na cidade. Esta análise se apoia nas proposições teórico metodológicas de Justino Pereira Magalhães para o estudo da história das instituições educativas, que entende a história da escola dentro da chamada mesoabordagem. Dentro dessa perspectiva, a análise do impresso e as memórias revelam aspectos da identidade da instituição, que, para o autor, é representada de diferentes formas: pela análise da arquitetura do prédio, pelas memórias e também pela materialidade produzida dentro do espaço da instituição. Assim, a análise da imprensa estudantil, dentro do que o autor denomina como perspectiva micro, pode revelar aspectos da identidade da instituição. Essa identidade se encontra na perspectiva meso da análise. Para defender essa perspectiva, Magalhães funda suas proposições dentro da categoria analítica da cultura escolar, definida pelo pesquisador francês André Chervel. De acordo com este autor, a cultura escolar é entendida como a capacidade inventiva da escola, que, dentro de suas possibilidades, cria e recria, produz determinado conhecimento, que está relacionado a cultura de uma dada instituição. Desse modo, verificar a identidade desta instituição mencionada em particular, a partir da análise da imprensa estudantil — produzida por alunos da instituição — e das memórias sobre a história da mesma nos permitem flagrar aspectos da cultura escolar desta escola, entendendo a mesma dentro de sua originalidade e particularidade, próprias daquela instituição.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Escolar, Colégio Salesiano, Imprensa, Memórias

DINÂMICAS DA MEMÓRIA NAS RECORDAÇÕES DA ESCOLA DO TEMPO DO ESTADO NOVO. NOVOS OLHARES SOB A PERSPECTIVA DA SOCIODINÂMICA

Rooney Figueiredo Pinto

Universidade de Coimbra

Assumindo como ponto de partida a tese de que a memória da escola é social e dinâmica e a recordação que emerge nas narrativas reflete uma leitura dos eventos biográficos em constante diálogo social e temporal, este artigo propõe reflexões em torno das seguintes perguntas: Como emergem as recordações da escola deste período e que significados lhe são atribuídas? De que forma o passado é apresentado nas narrativas do presente? Como as narrativas da memória revelam o diálogo social e temporal das recordações da escola?

Apoiados numa base teórica que combina literatura referente à Memória Social e à Sociodinâmica, destacam-se em nossas referências os trabalhos de Halbwachs (1994), Namer (1987), Ricoeur (2004), Connerton (1993), Changeux & Ricoeur (2001), Bergson (2012), Le Goff (2000), Fentress & Wickham (1994), Candau (2013), Baddeley, Anderson, & Eysenck (2011), Popper (2018), Moreno (1934), Moles (1971), Fauvet (1996) entre outros. Recorremos a análise qualitativa no tratamento dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas aplicadas em 2017, com recurso aos testemunhos e análise das narrativas de professoras que deram aulas no período do Estado Novo em Portugal.

Através das narrativas das professoras foi possível verificar que as recordações da escola privilegiavam os contextos económicos e sociais em constante comparação do tempo vivido com o tempo presente. Em outros momentos, as narrativas denunciavam como o regime se revelava fisicamente e psicologicamente na sala de aula, materializado nos objetos e na conceção de autoridade. Os castigos e a relação entre alunos e docentes receberam maior ou menor relevância na narrativa, consoante o discurso e os eventos biográficos que emergiram na narrativa. Os contextos económicos e sociais dos alunos e das professoras foram recordados em tom paradoxalmente nostálgico, muitas vezes fazendo uso de narrativas românticas e saudosistas acerca da autoridade, prestígio e respeito que as professoras tinham. Uma afirmação que pode não estar consonante com a realidade histórica, mas que é utilizada para comparar positivamente o tempo vivido com uma realidade criticada no tempo atual (ser professor no presente e ser professor naquele tempo). As narrativas privilegiaram as superações diante das dificuldades e limitações económicas e sociais dos alunos e das escolas. Recordações positivas e negativas emergiram num discreto, porém permanente discurso de superação na prática docente, conquista ou vitória diante de dificuldades que hoje já não existem para as atuais professoras. Com narrativas comparatistas no discurso, revelaram matizes sociais e dinâmicas no que escolheram destacar da memória da escola. O ajustamento sócio temporal constante das narrativas, revelaram um diálogo dinâmico e social das memórias na tentativa de ressignificar o passado. O passado recordado parece melhor que o presente comparado, e às recordações evocadas são atribuídos significados positivos e negativos consoante a narrativa, revelando uma matriz sociodinâmica dos eventos biográficos no exercício mnemónico ao mesmo tempo que contribui para uma melhor compreensão da memória social da infância, da família e da escola.

PALAVRAS-CHAVE

Sociodinâmica, Recordação, Memória Social, Estado Novo, Memória da escola

GEOMETRIA DESCRITIVA – DA ESCOLA POLITÉCNICA PARA AS BELAS-ARTES

Odete Palaré

Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

A presente comunicação parte da formação da disciplina de Geometria Descritiva na Escola Politécnica, dos professores responsáveis da cadeira e de um conjunto de réplicas dos modelos tridimensionais originais de Théodore Olivier, que na sua génese formativa teve influência de Gaspard Monge. Mais tarde, foi possível confirmar que alunos de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes frequentaram essa mesma disciplina. Presentemente verifica-se que as disciplinas de Geometria – Projeções Ortogonais I e II, da atual Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa mantêm semelhanças com a primeira.

Centrado na pesquisa da origem das disciplinas de Geometria da atual Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, mas também com o objetivo de estudar a eficácia de recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem foi encontrado um documento que assumiu um papel relevante nesta investigação — “relatório” referente ao ano letivo 1862-63 - que apresenta uma análise qualitativa relativa à utilização de uma coleção de modelos tridimensionais em sala de aula pelo Lente da Cadeira, Luís Porfírio da Mota Pegado, que argumenta a favor da utilidade desta coleção para o ensino e a aprendizagem da Geometria Descritiva na antiga Escola Politécnica.

Os referidos modelos foram analisados em diferentes perspetivas: assumindo inicialmente o valor que tiveram como recursos didáticos, em determinado momento da história do ensino da disciplina de Geometria Descritiva em Portugal; mas também como peças museológicas do atual Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa.

Ao averiguarmos mais sobre esta disciplina na Escola Politécnica, foi possível encontrar documentação que confirmou a colaboração com os cursos de Arquitetura, para o ano letivo 1968/69, além de registos de matrícula de alunos da Escola Superior de Belas Artes que frequentaram a disciplina de Geometria Descritiva na Faculdade de Ciências da Univesidade de Lisboa. É importante referir, que durante muitos anos esta disciplina era leccionada por Arquitetos, tanto para alunos de Arquitetura, como para alunos das Belas-Artes, embora atualmente isso não aconteça, os conteúdos ainda se mantêm.

PALAVRAS-CHAVE

Geometria Descritiva, Superfícies Regradas, Modelos de Théodore Olivier, Escola Politécnica, Belas-Artes

CENAS ESCOLARES: MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE PRÁTICAS EDUCACIONAIS DO SÉCULO XX

Mariane Inês Ohlweiler Ohlweiler

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

O tema central deste trabalho são cenas escolares que retratam aspectos de práticas educacionais escolares do século XX, mais especificamente em um recorte temporal do período de 1920 a 1980, tomando como enfoque as transformações de determinadas práticas e a manutenção de outras, principalmente no que diz respeito ao conceito de autoridade e de relações de poder. Embora o espaço escolar constitua-se no fio condutor deste trabalho, serão traçados alguns pontos de encontro com elementos do contexto familiar que dialogam com expectativas e conformidades acerca do espaço escolar e suas respectivas práticas educacionais. Os dados analisados no presente trabalho são oriundos de uma pesquisa de doutorado, cuja metodologia de abordagem qualitativa foi conduzida mediante a realização de entrevistas narrativas, as quais, segundo Uwe Flick (2013), visam um caminho diferente para descobrir opiniões subjetivas dos participantes, nas quais as perguntas não são o aspecto principal, mas a liberdade dada ao entrevistado deste permitir-se a relatos mais longos. A referida pesquisa baseou-se na concepção de memória de Henri Bergson (2006), tomando esta como um dos elementos que nos concede um estatuto ontológico e que, quando rememorada, se atualiza e deixa de ser passado — , ou seja, ao relatar determinados fatos, estes são reavivados no tempo presente, reverberando elementos já vividos que ainda “maquinam” no corpo, que é matéria e memória, concomitantemente. As referidas entrevistas foram realizadas com participantes que possuíam alguma ligação familiar, de modo a contemplar relações intergeracionais e diferentes discursos acerca de períodos históricos próximos e práticas que se perpetuaram por mais de uma geração, ou seja, que acompanhou a geração dos pais e dos seus respectivos filhos. O levantamento bibliográfico traz contribuições dos estudos de Hannah Arendt (1997), Michel Foucault (1995; 2005) e Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992), a partir dos seguintes conceitos, respectivamente: autoridade, relações de poder e escola moderna. Para o contexto brasileiro, explorou-se o material de pesquisadores como Jurandir Freire Costa (2004) e Marcus Vinicius Cunha (2010), entre outros. Durante a pesquisa procurou-se atentar para as mudanças, consolidações, continuidades, reincidências e rupturas nas práticas educacionais escolares, bem como aos entrelaçamentos entre os diferentes contextos históricos e sociais. É possível inferir que as relações de poder entre pais e filhos, professores e alunos possuem uma relação intrínseca com práticas governamentais de cunho mais amplo e com discursos das áreas médica e *psi*; no Brasil. Isto é perceptível já a partir de meados do século XIX com o movimento higienista e veio ser reproduzido no século XX a partir da disseminação de discursos de diferentes áreas.

PALAVRAS-CHAVE

Práticas educacionais, escola moderna, autoridade

O LUTO NA ACADEMIA: RITUAIS FÚNEBRES E EXÉQUIAS NA FACULDADE DE DIREITO DE SERGIPE (BRASIL – 1950–1968)

Marcia Terezinha Cruz

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Desde a década de 1980 os historiadores da Educação têm ampliado de forma significativa o número de estudos dedicados à cultura escolar e seus artefatos (Souza, 2009; Souza e Valdemarin, 2005; Vidal e Faria Filho, 2005; Felgueiras, 2008; 2011), em um movimento que refletiu de um lado uma aproximação à História Cultural e de outro a incorporação do contributo de áreas do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, dentre outras. Nessa mesma direção verificou-se o uso de novas fontes, métodos e abordagens, permitindo o estudo de objetos antes ignorados/esquecidos e a utilização de novas lentes para a interpretação de objetos clássicos. Dentre os estudos que analisaram a liturgia escolar (Boto, 2014; Magalhães, 2017), destacaram-se os dedicados aos rituais de passagem (Gennep, 1978; Turner, 1974) e as festividades escolares (Pintassilgo, 2014), via de regra relacionadas às comemorações cívicas ou às festas de solstício. Em se tratando do ensino superior o estudo dos rituais, todavia, não se projetou para além daqueles de ingresso: os trotes (Mattoso, 1985) e de desagregação, a exemplo das solenidades de formatura (Cruz, 2014), inclusive, pela ausência de categorias de análise específicas. Uma exceção para essa letargia foi a investigação realizada por Cruz (2014) que propôs a utilização da categoria “Cultura Acadêmica” para o estudo dos ritos, símbolos e práticas formativas componentes das tradições do ensino superior. Nessa direção, o presente estudo enfatiza os rituais fúnebres adotados no âmbito da Faculdade de Direito de Sergipe (Brasil), nos falecimentos de professores ocorridos no período de 1950 a 1968, lapso de tempo em que referida faculdade esteve em funcionamento. A morte e o luto, como fenômeno e representação social, são objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a História e a Psicologia (Ariés, 2012; Herouet, 2013). Para a realização do estudo foram utilizadas fontes impressas de natureza bibliográfica (livros e trabalhos acadêmicos) periódica (jornais em circulação em Sergipe no marco temporal e revistas da Faculdade de Direito), assim como iconográficas (registros fotográficos) e documentais. Os resultados apontam para a adoção de rituais fúnebres que estimulavam a consolidação da coesão do grupo, também como estratégia de consagração acadêmica e social (Bourdieu, 1998) do professor falecido, principalmente, em face do cortejo público. Entendemos que estudar esse tipo de ritual contribui para a problematização de relações que habitualmente não são estudadas no âmbito da História da Educação e do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Acadêmica, Rituais, Funerais, Faculdade de Direito de Sergipe, Brasil

MEMÓRIAS DE PROFESSORAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS TRADICIONAIS: ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS À APRENDIZAGEM

Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira

Universidade Federal do Piauí

Damara Regina Alves

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Jennyane Vasconcelos Ramos de Moura Rufino

Universidade Federal do Piauí

Este estudo objetiva analisar as histórias de vida de formação de professoras/ex-alunas de escolas tradicionais, bem como as práticas educativas por elas vivenciadas. Parte-se das seguintes questões: as práticas tradicionais promoveram processos de ensino e aprendizagem efetivos? Quais os sentidos e significados construídos a partir das práticas educativas/pedagógicas tradicionais? Para identificar esses sentidos e significados, utilizou-se a análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011). O paradigma positivista privilegia a abordagem tradicional, atualmente muito criticada quanto ao processo de ensino e aprendizagem, portanto busca-se discutir essa abordagem a partir das histórias desses sujeitos. As reflexões sobre as práticas educativas foram fundamentadas em Franco (2002), Magalhães (2004), Nogueira (2014), entre outros autores. A metodologia da pesquisa tem por base as ideias de Le Goff (1998, 2003) e Burke (1992). Nas histórias de vida das professoras, observa-se que vivenciaram um ensino com base na moral e na ética cristã. Para as depoentes, esses saberes eram trabalhados de forma teórica e prática, possibilitando que elas aplicassem essas aprendizagens em suas vidas. Infere-se, portanto, que as práticas tradicionais tinham sentido para as ex-alunas/professoras tanto no exercício cotidiano de sua função de ser professora, quanto em situações concretas, nas quais desenvolveram habilidades, capacidade de interpretação e criatividade, assim como adquiriram segurança para conduzir suas práticas educativas/pedagógicas. Os significados desenvolvidos em sua interação na escola enquanto alunas e, posteriormente, como profissionais possibilitaram que, em cada situação, desenvolvessem estratégias, em sua maioria, advindas dos saberes experienciais. Também contribuíram para a compreensão de que cada situação não é exatamente igual à outra, mas guardam entre si certas proximidades que permitem ao professor transformar suas práticas educativas de sucesso em alternativas para a solução de situações semelhantes, no sentido de desenvolver um habitus específico de sua profissão — o ser professor.

PALAVRAS-CHAVE

História e Memória, Práticas Educativas Tradicionais, Ensino, Aprendizagem

A MEMÓRIA COMO PROTAGONISTA NA VISITA AO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MURÇA

Mafalda Resende

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto

Susana Saborano

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto/CIIE/REduF

Margarida Louro Felgueiras

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto/CIIE/REduF

O Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço, Interregional de Memória da Educação (CITRIME) de Murça que se está a implementar tem como intenção ser uma instituição que dê a conhecer a herança educativa da região do Alto Douro e Trás-os-Montes. Como o CITRIME pretende ser um Centro de Memória da Educação caracteriza-se por ser uma estrutura que valoriza a investigação, a divulgação de conhecimento e a dinamização cultural na comunidade cuja temática é a História da Educação como património. Deste modo, consideramo-lo um mediador cultural, no sentido em que este cria uma ligação entre o objeto, a comunidade e a própria instituição ao desenvolver uma troca de saberes, trabalhando com e envolvendo a população, abrindo espaço para a recolha de testemunhos, mobilização de pessoas e aproximação de outras entidades culturais e sociais.

O objetivo do CITRIME é criar uma relação dialógica entre as vertentes de memória das vivências e práticas escolares e a cultura material escolar. Partimos da definição de herança cultural como “o legado de bens materiais quanto simbólicos, as práticas, as táticas, as brincadeiras e as canções, as recordações construídas em um espaço relacional, num quadro físico e social estruturado” (Felgueiras, 2010: s/p). Nesta definição está presente um forte carácter afetivo e simbólico, que nos transporta para uma perspetiva etnológica do social em que os objetos transmitem saberes, valores e intenções.

A partir desta premissa consideramos ser fundamental organizar as visitas ao CITRIME numa perspetiva de diálogo entre as memórias do visitante e as que os objetos contêm. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma experiência de visita guiada realizada no CITRIME, com um grupo de turistas estrangeiros, a partir de um guião de conversa. Como metodologia focámos um objeto inserido no contexto da exposição, através deste e da experiência multissensorial pudemos despertar o interesse do visitante, interagir e suscitar recordações e comparações entre realidades distantes. A interação entre os objetos, as experiências e motivações que os visitantes trazem consigo, “são factores que fazem da aprendizagem ocorrida neste espaço uma realidade única, complexa e enriquecedora” (Silva, 2007:57-58).

A criação deste guião de conversa entre educadora e público pressupõe que cada exposição é única, tem conteúdos e objetos significativos do período a que se refere e, em especial, deve ter em consideração o tipo de público que vai atender. Isso exige conhecer mais sobre a cultura escolar dos visitantes para podermos corresponder às suas expectativas e criar sinergias entre eles e o CITRIME, estabelecendo diálogos entre o conhecimento científico e o conhecimento que a comunidade nos transmite.

Para o desenvolvimento deste tipo de atividades contamos com os Serviços Educativos, visto que desempenham uma função fundamental na preservação do património cultural e na interação da comunidade com as instituições culturais e desenvolvem atividades que criem uma maior ligação entre a instituição e a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Centro de Memória da Educação, Herança Educativa, visita guiada, objetos de memória

RECORDAÇÕES E NARRATIVAS DA MEMÓRIA DA ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DA SOCIODINÂMICA E DA MEMÓRIA SOCIAL

Rooney Figueiredo Pinto

Universidade de Coimbra / GRUPOEDE / CEIS20

Nossa investigação utiliza como aporte teórico as investigações em torno da Sociodinâmica e da Memória Social que emergem entre os anos das décadas de 30 e 70 do século passado. A sociodinâmica teorizada e investigada por Moreno, Moles e Fauvet, com matrizes na socionomia e sociometria, e a Memória Social cujo expoente maior é Maurice Halbwachs, com forte influência durkheimiana. Embora ambas as matrizes teóricas tragam direta influência da Sociologia, igualmente transitam entre a Psicologia e a Antropologia. A primeira (Sociodinâmica), investiga as relações entre os indivíduos e os grupos, e a segunda (Memória Social) tem o foco nas dinâmicas sociais da memória nas esferas do individual e do coletivo.

Apoiados nos trabalhos de Halbwachs (1994), Namer (1987), Ricoeur (2004), Connerton (1993), Changeux & Ricoeur (2001), Bergson (2012), Le Goff (2000), Fentress & Wickham (1994), Candau (2013), Baddeley, Anderson, & Eysenck (2011), Popper (2018), Moreno (1934), Moles (1971), Fauvet (1996) entre outros, construímos nosso argumento teórico de forma a expor os pressupostos da sociodinâmica e da memória social. Nossa abordagem assenta-se na proposição de que a recordação narrada reflete uma dinâmica mnemónica sócio-espaco-temporal dos eventos biográficos, os quais recordados e ressignificados emergem nas narrativas da memória refletindo uma perspectiva sociodinâmica da memória da escola.

Partindo da tese de que as recordações do tempo da escola refletem os paradigmas da memória social e da sociodinâmica, propomos reflexões em torno da recordação da escola do tempo do Estado Novo, recorrendo à análise qualitativa no tratamento dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas aplicadas em 2017, com recurso aos testemunhos e análise das narrativas de professoras que deram aulas no período do Estado Novo em Portugal.

Através das narrativas das professoras verificamos que as recordações da escola privilegiavam os contextos económicos e sociais comparando o tempo vivido com o tempo presente. Os elementos iconográficos do regime surgiram como parte de um imaginário coletivo do Estado Novo. Como um filtro social e dinâmico da memória, as narrativas das professoras pontuaram seu julgamento social do evento biográfico vivido, condenando e distanciando-se do contexto político e social do regime. Por outro lado, as recordações associadas ao termo “autoridade” surgem em tom paradoxalmente nostálgico, muitas vezes fazendo uso de uma narrativa com muitas comparações temporais. Passado e presente são comparados na máxima do “antes não era assim”, ainda que o discurso condene o regime e os males sociais da época, as narrativas insistem em evocar recordações positivas que se sobrepõem às negativas, consoante o momento do discurso.

Sob uma perspectiva sociodinâmica da memória, podemos concluir que as narrativas da memória da escola do tempo do Estado Novo revelam dinâmicas de discurso que transitam entre o espaço, o tempo e os seus contextos. Ao mesmo tempo que as recordações revelam significados positivos e negativos em constante diálogo do passado com o presente através de uma narrativa sociodinâmica dos eventos biográficos vividos direta ou indiretamente ao mesmo tempo que contribui para uma melhor compreensão da memória social da escola em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE

Sociodinâmica, Recordação, Estado Novo, Memória Social, Memória da Escola

A EDUCAÇÃO EM IMPRESSOS QUE INTEGRAM O ACERVO HISTÓRICO DA SOCIEDADE POLÔNIA DE PORTO ALEGRE: ENTRE AUSÊNCIAS E RARIDADES

Cláudia Severo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Maria Stephanou

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Sociedade Polônia, localizada no quarto distrito do município de Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil), possui acervo histórico bibliográfico com aproximadamente 8000 obras, abrangendo o período do século XIX ao XXI, destacando-se a diversidade temática destes impressos. Esta pesquisa busca identificar, caracterizar e inventariar as diferentes tipologias de documentos impressos que contemplam o tema Educação e que integram este acervo. Fundamentada na história cultural e história da cultura escrita, tem Roger Chartier como um dos principais referenciais teóricos e inscreve-se no campo da História da Educação. Localizar os documentos que contivessem informações sobre escolas étnicas polonesas no Brasil, caracterizou-se como o primeiro movimento do arrolamento. Todavia, devido ao expressivo número de impressos encontrados que se referem à temática Educação, ampliou-se o interesse para todos aqueles que contemplassem o tema, fosse a História da Educação na Polônia ou seus materiais didáticos, ou ainda manuais didáticos em língua portuguesa e em língua polonesa, dentre outros. Tais movimentos possibilitaram a identificação de diversas tipologias documentais atinentes às buscas acerca de Educação e escolas étnicas polonesas. Reconhecidas às diferentes tipologias documentais do acervo, optou-se por adotar a classificação por gêneros utilizada pelo LIVRES, Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), o que possibilita a organização desses documentos através da adoção de uma classificação segundo um léxico frequente e de domínio dos pesquisadores do campo da História da Educação. Dentre os descritores, comparecem: livro do professor, boletim de associação de professores, manual didático, livro de alfabetização - cartilha da língua polonesa, livros de consulta, livros de desenvolvimento da leitura, literatura infantil e juvenil e imprensa da educação - revistas infantis. Face à variedade de características e conteúdos dos impressos, foi elaborado um inventário em quadro descritivo contendo informações acerca do ano de edição, país de impressão, editora, número de páginas, dimensões, estado de conservação da obra, presença de carimbos de bibliotecas ou acervos, marcas de uso. Foram repertoriadas mais de 500 obras até o momento, salientando a existência de cerca de 25 documentos impressos no Brasil em língua polonesa, que abrangem o período 1882-2010 e que contemplam diferentes temáticas, como o processo de ensino dos imigrantes poloneses no sul do Brasil no início do século XX, suas práticas de leitura e organizações culturais. Prevalecem as seguintes tipologias: gramática, manuais didáticos, livro de alfabetização – cartilha, literatura infanto-juvenil e imprensa da educação. A classificação e arrolamento de documentos impressos sobre Educação que integram o acervo histórico da Sociedade Polônia demonstram suas potencialidades para diferentes pesquisas em História da Educação, destacando-se o ineditismo desta empiria que não foi utilizada em estudos sobre escolas étnicas polonesas já empreendidas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Escolas Étnicas Polonesas, Inventário, Tipologias Documentais, Brasil

UN PASEO POR LA MEMORIA: ENTRE LA EDUCACIÓN ESPECIAL Y LA INTEGRACIÓN EDUCATIVA EN MÉXICO. TESTIMONIOS Y EXPERIENCIAS EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX

María Concepción Martínez Omaña

Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora

Antonio Padilla Arroyo

Universidad Autónoma del Estado de Morelos

Este trabajo examina algunas de las características de lo que en la actualidad se define como inclusión educativa y educación inclusiva. Esta se concibe como una propuesta educativa innovadora si bien parte de sus antecedentes se hunden en la Educación Especial en México. En la primera parte se revisa la delimitación y la definición de la educación inclusiva en tanto respuesta a las situaciones de desigualdad, la exclusión, la diferencia y la discriminación hacia sectores vulnerables, en particular de la población discapacitada. Así esta modalidad educativa implica la presencia, la participación y el aprendizaje de alumnos discapacitados que tienen necesidades educativas especiales pero que al incorporar a otros sectores con demandas educativas específicas, entre ellos indígenas, migrantes, niños y niñas en pobreza extrema lo que conlleva la transformación de las escuelas y de las prácticas educativas, en otras palabras de la cultura escolar, así como de los actores que intervienen en el acto educativo: familia, comunidad y sociedad. La formulación de esta alternativa educativa es resultado de un proceso socio-histórico en el que se involucran instituciones educativas, maestros, alumnos, autoridades, etcétera.

En la segunda parte se exponen antecedentes de la educación inclusiva, experiencias individuales, así como establecimientos que se crearon durante las primeras décadas del siglo pasado bajo nuevas propuestas y modelos educativos, entre las cuales pueden mencionarse el Instituto Nacional para Rehabilitación de Niños Ciegos y Débiles Visuales que se creó por Decreto, en marzo de 1952 en la ciudad de México.

En términos metodológicos, exponemos los principales objetivos que se propusieron: protección de los ciegos; educación básica y complementaria de los ciegos en edad y aptitud de recibirlos; rehabilitación de los ciegos; investigación, estudio y aplicación de todo procedimiento en favor de los ciegos. En este sentido, se recupera la experiencia de algunos alumnos que estudiaron su primaria para atender a la población escolar específica en este centro educativo para atender a la población escolar específica.

En la última parte del trabajo, valiéndonos de la metodología de la historia oral, se recuperan relatos de jóvenes débiles visuales y ciegos, quienes realizaron sus estudios primarios en el Instituto Nacional para la Rehabilitación de Niños Ciegos y Débiles Visuales en los años noventa del siglo pasado. En el análisis de los relatos de los jóvenes, interesa detenernos en el Qué recuerdan y en el Cómo lo recuerdan. Por medio de sus narraciones es posible identificar diversas maneras de la memoria, en particular la memoria episódica-autobiográfica, la cual se refiere a vivencias de sucesos y con ello evocar circunstancias, es decir, el contexto de una escuela especial que sentaron las bases de la integración educativa, con una pedagogía específica, con modelos y métodos particulares.

PALABRAS CLAVE

Discapacidad, escuelas, pedagogía especial, inclusión

EL GRUPO ESCOLAR MARÍA QUINTANA (1923–1927) COMO MEMORIA PATRIMONIAL DE LA ANTIGUA VILLA DE MEQUINENZA (ZARAGOZA, ESPAÑA)

Monica Vázquez Astorga

Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza (España)

Este trabajo está dedicado al antiguo grupo escolar *María Quintana* de Mequinenza (Zaragoza, España), que fue construido con destino a dos escuelas graduadas para niños y niñas. Fue proyectado por el arquitecto Jorge Gallegos Trelanzi (1893-1975) (perteneciente a la Oficina Técnica para la Construcción de Escuelas —OTCE—), con fecha del 10 de octubre de 1923. Por su parte, de la dirección de las obras se ocupó el arquitecto escolar de la provincia Regino Borobio Ojeda (1895-1976), quien lo consideró como “uno de los mejores y más hermosos construidos en la provincia de Zaragoza”. Las obras se iniciaron en septiembre de 1924 y, una vez terminadas, se procedió a la inauguración de las escuelas el 3 de abril de 1927.

Fue levantado gracias al entusiasmo de los mequinenzanos y al inestimable apoyo prestado por la maestra María Quintana Ferragut (1878-1968), natural de esta tierra. De ahí que llevase su nombre como reconocimiento a su acertada labor.

Fue programado con tres edificaciones: una principal, dedicada propiamente a escuelas (con una planta sótano, una baja y una en alzada); una segunda, destinada a cantina-comedor; y, una tercera, para vivienda del guarda/conserje, próxima al campo escolar. Este conjunto escolar fue perfectamente equipado a nivel de instalaciones y servicios.

Fue construido en lo que hoy se conoce como el pueblo viejo de Mequinenza (“lo poble vell”), municipio con una situación privilegiada (en el que confluyen tres ríos: Ebro, Cinca y Segre).

Este grupo escolar consiguió sobrevivir, gracias a la lucha de sus habitantes por mantenerlo en pie, a la dramática desaparición de un pueblo bajo las aguas del río que le había visto nacer a causa de la construcción del embalse de Ribarroja —iniciado en 1958— y a la inminente inundación del pueblo doce años después. Desde hace cincuenta años las aguas de este embalse bañan la orilla del pueblo nuevo, en la margen derecha del Segre. Apenas quedan vestigios edificados del pueblo viejo, y entre ellos las antiguas escuelas.

El plan general de ordenación del pueblo nuevo de Mequinenza (“lo poble nou”), situado a medio kilómetro de distancia del viejo, fue proyectado por los arquitectos José Borobio Ojeda y Regino Borobio Navarro en 1970. No obstante, el antiguo grupo escolar permaneció abierto hasta el curso académico 1973-1974.

En la actualidad, el edificio principal de las antiguas escuelas destina su planta baja a sede del Museo de la Historia de Mequinenza y su planta principal a albergue. Por su parte, el antiguo pabellón de la cantina acoge un restaurante, mientras que la casa del guarda está sin uso. Y el campo escolar se destina a Museo del Pasado Prehistórico. Este complejo, también integrado por el Museo de la Mina, fue inaugurado el 28 de diciembre de 2010.

Con este texto esperamos contribuir a la recuperación de la historia y memoria de este grupo escolar de significativo valor patrimonial, así como a la de la antigua villa de Mequinenza.

PALABRAS CLAVE

Grupo escolar María Quintana, Mequinenza (Zaragoza), María Quintana Ferragut, Oficina Técnica para la Construcción de Escuelas, Regino Borobio Ojeda

SOBRE AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: O CASO DO PROFESSOR MARCOS CARDOSO FILHO

Sidélia Suzan Ladevig Garcia

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Rachel Tomás dos Santos Abrão

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A última ditadura civil-militar brasileira (1964-1985/1988) teve seu momento mais agudo em Santa Catarina, estado ao Sul do Brasil, em 1975, com a operação Barriga Verde. Nela, vários militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), considerados um perigo à estabilidade do regime, foram perseguidos, sequestrados, interrogados e torturados. Entre eles estava Marcos Cardoso Filho, aluno de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFESC), preso em 4 novembro de 1975, acusado de atividades subversivas. Em setembro de 1976, após quase um ano de torturas e violações em prisão clandestina, a Justiça Militar aceita marcar uma audiência para avaliar os pedidos de relaxamento na sentença de 26 presos da Operação, inclusive o de Marcos Cardoso. Ironicamente, o Conselho da Justiça Militar da 5ª Região marca a audiência para o auditório da ETFESC. O ato é significativo pois acontece na presença de alunos e colegas de Marcos, a maioria desinformada sobre sua prisão. O pedido de responder ao processo em liberdade é negado. A prisão de Marcos foi tema de análise e reflexão em 2013, quando é criada em Santa Catarina a Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright (braço da Comissão Nacional da Verdade, desenvolvida em 2011, durante o governo de Dilma Rousseff). A partir de então, o relato acerca da prisão e da audiência contra o professor começa a ser posto em jogo, colocando-se, na esfera pública, a concorrência com aquela narrativa oficial elaborada pelos militares. A Comissão solicita ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSC) de Florianópolis, nome atual da antiga ETFESC, a investigação do julgamento do então Professor Marcos Cardoso Filho, que teria ocorrido nas dependências da escola. A partir de entrevistas com ex-alunos, amigos e familiares, o IFSC produz um relatório que é entregue em setembro de 2014 à Comissão, contendo apuração detalhada da vida do Professor, o que inclui a revisitação de suas cartas-testemunho sobre a prisão, torturas e violações vividas por ele. A memória, como um campo de disputas, apresenta narrativas ambíguas, heterogêneas e difusas acerca da elaboração do passado, mas que carregam consigo projetos políticos distintos. Este trabalho investiga a disputa pela memória em torno da figura do professor Marcos Cardoso Filho, confrontando documentos de época com os testemunhos elaborados no âmbito da Comissão Stuart Wright. Se por um lado nos deparamos com o discurso dos militares e sua busca por dizimar física e psicologicamente os *inimigos internos*, por outro, encontramos nas comissões e movimentos por memória, verdade e justiça, a voz do testemunho como documento. É nesse sentido, portanto, que podemos refletir acerca da contenda em torno da figura de Marcos Cardoso Filho; pois, enquanto a audiência na ETFESC se apresenta como tentativa de o desqualificar pedagogicamente, a Comissão busca reconstruir sua história, atentando para o não dito, para os esquecimentos. As conclusões apontam o esforço de uma esperança no passado, conforme sugere Walter Benjamin, em sua reparação como verdade e justiça, testemunho que o arbítrio costuma querer calar.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, memória, ditadura civil-militar, comissão, Marcos Cardoso Filho

A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA NATURAL: PRESCRIÇÕES, CONTEÚDOS E MATERIAIS (1890–1930)

Andrezza Cameski

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Esta pesquisa entende que, no final do século XIX, há um intenso movimento para o estabelecimento de disciplinas científicas no Brasil, ainda que haja a predominância da ideia de humanidades clássicas no currículo. Este movimento coincide com novos ideais pretendidos pela República recém proclamada, que pede pelo conhecimento científico, constituindo novas necessidades escolares. O trabalho procura investigar o percurso de constituição da disciplina de História Natural no estado de São Paulo, aproximando-nos dos saberes circulantes e dos saberes produzidos em relação ao ensino secundário, pensando suas prescrições, conteúdos e materiais de ensino. A questão central é: como a História Natural foi constituída como disciplina escolar pensando a educação científica no seu caráter prescritivo? A hipótese de trabalho é que a História Natural foi sendo constituída por um conjunto de conhecimentos dialogados a partir de um ideário de educação científica circulante que perpassava os museus de história natural, o conhecimento de naturalistas, conteúdos e materiais pensados em diferentes espaços, o estudo da natureza a partir da observação do qual não se separa os interesses educacionais. Para o estudo, foram investigadas documentos localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo, na Biblioteca do Livro Didático (BLD), no Centro de Referência em Educação Mario Covas, no Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo e nas escolas estaduais “São Paulo”(Gymnasio São Paulo), e “Otoniel Mota” (Gymnasio de Ribeirão Preto), tais como atas de congregações, livros didáticos, objetos científicos, ofícios, jornais, anuários, relatórios, legislação etc. Estuda-se a história da disciplina escolar tratando da sua constituição, seus objetivos e de suas práticas escolares, a partir dos estudos de Chervel (1990), Goodson (1997, 2018) e Bittencourt (2003). Por fim, como resultado, identificamos a ideia de educação científica concebida para o ensino secundário em História Natural por meio da utilização dos objetos científicos que procuraram reproduzir a natureza o mais próximo do real possível. Peças que eram utilizadas para proporcionarem o desenvolvimento da observação dedicada, que permitiria o desenvolvimento de habilidades como descrição apurada, coleta de dados, análise e conclusões a partir da experimentação do concreto.

PALAVRAS-CHAVE

História Natural, Disciplina escolar, História do ensino de ciências



ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Adalmir Leonidio 450
- Adão Aparecido Molina 279; 380
- Adriana Angélica Ferreira 554
- Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira 467
- Adriana Vaz 556; 595
- Adriene Suellen Ferreira Pimenta 274; 601
- Aires Antunes Diniz 244; 245
- Alba María Gómez Sánchez 290
- Alberto Barausse 136; 141; 143
- Alberto Damasceno 417
- Alberto Inácio da Silva 94
- Alboni Marisa Duedeque Pianovski Vieira 275; 586
- Aldemir Barbosa da Silva 395
- Aldimar Jacinto Duarte 393
- Alejandro Álvarez Gallego 76
- Alessandra Maria Santos 339
- Alexander Marques da Silva 263
- Alexandra Rudakoff 532
- Alexandre Felipe Fiuza 249; 381
- Alexandre Fernandez Vaz 616
- Alexandre Silva 547
- Alice Nogueira Alves 301
- Alicia Civera 119
- Allana Morais Schubert 442
- Aloísio Monteiro 266; 356; 531
- Alonso Millán Zepeda 116
- Álvaro Nieto Ratero 236; 449
- Alzenira Francisca de Azevedo 382; 510
- Alzeny Flores Pereira 515
- Amanda Haydn 262
- Amanda Sousa Galvêncio 464
- Amauri Carlos Ferreira 291
- Amélia Marchão 200
- Amilton Martins 569
- Ana Araújo 261
- Ana Carolina Carvalho Guimarães 281
- Ana Clara Bortoleto Nery 426
- Ana Claudia Câmara Pereira 416
- Ana Cristina Monteiro Francisco 123
- Ana Diamant 3; 109; 113; 117
- Ana Elisa Ribeiro 422
- Ana Gabriela Godinho Lima 444
- Ana Isabel Madeira 582
- Ana Laura Lima 443
- Analdar Magalhães Honório 416
- Ana Luísa Paz 217; 563
- Ana María Badanelli 103; 105
- Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi 295
- Ana Paula Pupo Correia 436
- Ana Raquel Costa Dias 268; 580
- Anderson Marinho Maia 291
- Andra Santiesteban 313
- Andréa Mussi 569
- André Dalben 175
- André Gomes da Conceição 388
- Andre Luiz Motta Silva 438
- André Luiz Venâncio Junior 456
- Andrés Glez-Novoa 91
- Andrés Payà Rico 185; 188
- Andressa Caroline Francisco Leme 337
- Andrezza Cameski 617
- Angélica Augusta Camargo 416
- Angélica Borges 373
- Angélica Pall Oriani 357; 426
- Angélica Rocha 590
- Ania Quintero 298
- Anna Ascenzi 137; 189
- Anna Clara Granado 363
- Anne Emilie Souza de Almeida Cabral 603
- Antonella Cagnolati 187
- Antônia Fialho Conde 222
- Antonia M. Mora-Luna 409
- António Carlos da Luz Correia 84
- Antonio Fco. Canales Serrano 111; 182
- António Gomes Ferreira 129; 202; 314; 530
- António Henriques 358
- Antonio Jorge Gonçalves Soares 267; 360
- António José Gonçalves Barroso 509
- Antonio Padilla Arroyo 336; 614
- Antonio Romano 3; 113; 117; 154; 178
- Aparecida Helena Costa 369; 397
- Aparecida Valéria Salviano de Souza 462
- Ariadne Lopes Ecar 486
- Ariclê Vechia 208; 473
- Arnaldo Pinto Junior 300; 389
- Áurea Adão 242; 321
- Aurea Maria Bezerra Machado 374
- Ayala Flores Hubonor 440

B

- Beatriz Chamorro Cercos 507
- Beatriz Ferreira Arantes 247
- Beatriz Pereira 518
- Beatriz Souza dos Santos 377

- Bibiana I. G. Xerri 284
- Blanca Susana Vega Martínez 584
- Breno Pereira Machado 439
- Bruna de Oliveira Fonseca 288

C

- Camila Jardim de Meira 466; 560
- Camila Marchi da Silva 191; 196
- Camila Pérez-Navarro 159; 526
- Caren Victorino Regis 297
- Carla Oliveira 496
- Carla Vilhena 129; 202; 530
- Carlos Alberto Diniz 345; 573
- Carlos Ângelo de Meneses Sousa 462
- Carlos Antonio Giovinzio Junior 251
- Carlos Fernando Teixeira Alves 253
- Carlos Henrique Carvalho 510
- Carlos Jilmar Díaz Soler 179
- Carlos Manique da Silva 3; 410; 461; 592
- Carlos Sanz Simón 465; 527
- Carlota Boto 69; 70
- Carmen Sanchidrián Blanco 188; 199; 411
- Cassia Danielle Monteiro Dias Lima 172
- Cássia Geciauskas Sofiato 468
- Cassiane Fernandes 276
- Celso João Carminati 395
- Cesar Augusto Castro 71; 425; 470
- César Evangelista Fernandes Bressanin 224; 576
- Céu Basto 596
- Cilene Maria Valente da Silva 429; 470
- Circe Maria Fernandes Bittencourt 413
- Cirila Cervera Delgado 402; 533
- Clara Freire da Cruz 287
- Cláudia Ribeiro 543
- Cláudia Severo 613
- Claudino Gilz 561; 598
- Claudio Afonso Peres 381
- Cleonice Aparecida de Souza 561; 598; 599
- Conceição Solange Perin 248; 280
- Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes 100
- Cristiano Ferronato 578
- Cristina Alarcón 112; 157; 158
- Cristina C. Vieira 124
- Cristina Redondo Castro 408
- Cristine Brandenburg 243

D

- Daise Silva dos Santos 384; 456
- Dalvit Greiner de Paula 240; 362
- Damares Regina Alves 303; 610
- Daniela Diesel 562
- Daniela do Nascimento Rodrigues 399
- Daniela Luque 528
- Daniel Ferraz Chiozzini 271; 605
- Danielle Barreto Lima 452
- Danielle Pereira Gomes Flores 515
- Danielly Cristinne Barbosa de Campos 364
- Daniel Revah 132
- Dayane de Freitas Colombo Rosa 333
- Dayse Mara Ramos da Silva 251
- Décio Gatti Júnior 552
- Desire Luciane Dominschek 538; 539
- Diana Carvalho de Carvalho 463; 516
- Diana Mandelert 424
- Diego Ramires Silva Santos Santos 294
- Dileno Dustan L. Souza 511
- Dulcinéia Medeiros 577

E

- Eduardo Lautaro Galak 152; 176; 213; 214; 216
- Eduardo Norcia Scarfoni 349
- Egidiane Michelotto Muzzatto 566
- Eglem de Oliveira Passone Rodrigues 327
- Elaine Maria Santos 99; 387
- Eliana Curvelo 328
- Eliana Xerri 284
- Elida Lucila Campos Alba 197; 198
- Eliete Vasconcelos Gonçalves 434
- Eliezer Raimundo de Sousa 500
- Elza Alves Dantas 107
- Emery Marques Gusmão 350
- Emir Antonio Cruz Rentería 522
- Ernesto Candeias Martins 491
- Estela Munguía Escamilla 370
- Estela Muñoz 206
- Estela Socías Muñoz 348
- Eugenio Otero Urtaza 453
- Eulália Colledemont 214; 215
- Eveline Viterbo Gomes 302

F

- Fabiana Moraes 570
- Fabiana Teixeira da Rosa 368
- Fabrícia Vellasquez 531
- Felicitas Acosta 75; 177; 181; 183
- Felipe Jiménez Mediano 256
- Fernanda Sosa Cedrani 375
- Fernando Lamas 545
- Flaviana Alves de Oliveira 431
- Flavia Rezende 458
- Francisca Izabel Pereira Maciel 326
- Francisco Alexandre 445
- Francisco Colomer Villalobos 403; 404
- Francisco Hernández Ortiz 430; 522
- Francisco Martín Zúñiga 114

G

- Gabriela Isbaes 385
- Gabriela Ossenbach 3; 69; 72; 75; 103; 105
- Gabrielle Carla Mondego Pacheco 379
- Gabriel Scagliola 191; 195
- Gavira Marquez Maria Concepcion 418
- Geraldo Gonçalves de Lima 552
- Gerardo Antonio Galindo Peláez 440; 542
- Gercina Ferreira da Silva 283; 296
- Germán Soprano 347
- Gilson Braga 428
- Giovanna Camila da Silva 170
- Giselda Shirley da Silva 222
- Gisele Ferreira Silva de Oliveira 372
- Glenda Miralles 131
- Gloria Maria Naranjo Quintero 311
- Guillermo Ramón Ruiz 361
- Gustavo Adolfo Enríquez Gutiérrez 278

H

- Halferd Carlos Ribeiro Junior 177; 180
- Helder Henriques 79; 80; 200
- Helder Pinto 541
- Helena Vieira 543
- Heliodoro Manuel Pérez Moreno 498
- Heloísa Helena Pimenta Rocha 104; 153; 357

I

- Ilvar Josué Carantón Sánchez 495
- Inês Amorim 225; 230
- Inmaculada González Pérez 91
- Ione Rodrigues 422
- Irlen Antônio Gonçalves 493
- Isabela Sanchez 282
- Isabel Bilhão 322
- Isabel Grana Gil 408
- Isis Sanfins Schweter 605
- Isolina Medeiros 325
- Itacyara Viana Miranda 591
- Ivana Marta da Silva 590
- Iván Pérez Miranda 188
- Iviny Cristina Aguiar da Silva 484
- Izaias Costa Filho 239

J

- Jackson Aleksandro Peres 355
- Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira 237
- Jaime Caiceo Escudero 209; 346; 348
- Jane Elisa Otomar Buecke 296; 484
- Janeth Carvalho da Silva Cardoso 425
- J. António Moreira 314
- Jean Carlo de Carvalho Costa 464
- Jean Robert Batana Pires Ferreira 559
- Jefferson da Costa Soares 344
- Jennyane Vasconcelos de Moura Rufino 289; 610
- Joana Célia de Oliveira Borini 369; 397
- Joana Miguelena 480; 574
- Joanna de Ângelis Lima Roberto 237; 266
- Joao Batista Coelho Cunha 393
- João Fortes Rocha 309
- João Lúcio Mazzini da Costa 364
- João Pereira Lopes 272
- Joaquim Pintassilgo 115; 459
- Joaquim Tavares da Conceição 228; 602; 603
- Jordi Garcia Farrero 218
- José Ángel Ayllón Gómez 449
- José António Afonso 225; 229; 472
- José Carlos Loureiro Loureiro 419
- Jose Cicero Pinto dos Santos 264
- Jose Claudinei Lombardi 538
- José Claudinei Lombardi 376
- José Eduardo Franco 163; 167
- José G.Viegas Brás 246

- José Joaquim Pereira Melo 333
- José Luis Hernández Huerta 185; 187
- José Malheiro 145
- José María Hernández Díaz 95; 254
- Josep Casanovas 215
- José Pedro Marín Murcia 597
- José Roberto Pereira Peres 505
- Josiane Silva de Alcântara 477
- Josineide Siqueira de Santana 354
- Juan B. Alfonseca Giner de los Ríos 110
- Juan Carlos González Faraco 498
- Juan Luis Rubio Mayoral 186
- Juan Ramón Jiménez Vicioso 498
- Juçara da Silva Barbosa de Mello 398
- Júlia Catani 499
- Juliana dos Reis Domingues 455; 495
- Juliana Filgueiras 386
- Juliana Marsico 518
- Juliana Ribeiro Leite Soares 286
- Juliana Rocha 472
- Juliano Guerra Rocha 326
- Julio Cesar Araújo dos Santos 266; 356
- Jussara Cassiano Nascimento 400; 529
- Justino Magalhães 3; 69; 73; 269; 392

K

- Kadine Teixeira Lucas 277
- Kalline Laira Lima Santos 565
- Karine Gonçalves 407; 546
- Karoline Santana Moreira 271
- Katya Mitsuko Zuquim Braghini 82; 452
- Kazumi Munakata 79; 82; 300
- Keides Batista Vicente 268; 575
- Kemily Toledo-Quiroga 292
- Kênia Hilda Moreira 327
- Kimberly Araújo Gomes Pereira 524

L

- Larissa Freire Pereira 390
- Laura Graciela Rodríguez 160; 347
- Laura Maria da Silva Araújo Alves 274; 494
- Laura Rangel Bernal 330
- Leandro Ávila 517
- Leandro Silva de Paula 392
- Leni Rodrigues Coelho 319

- Leonardo Tovar Bernal 241
- Leoncio López-Ocón 81
- Leziany Silveira Daniel 359; 414
- Lia Ciomar Macedo de Faria 96
- Lia Fialho 243
- Lia Machado Fiuza Fialho 95
- Libania Nacif Xavier 3; 508
- Lília Letícia Ferreira da Silva 307
- Liliana Graciela Paredes 544
- Lorena Bischoff Trescastro 429
- Luana Inês Alves Santos 387
- Lucas Henrique Silva Gonçalves 553
- Lucia Helena Reily 468
- Luciana de Almeida Silveira 437
- Luciano Mendes de Faria Filho 300; 362
- Luciano Oropeza Sandoval 454
- Lucía Rivera 396; 435
- Lucía Ruth Rojas Méndez 535
- Luisa Deon 569
- Luís Grosso Correia 177; 181; 184
- Luis Miguel Lázaro Lorente 507
- Luis M. Naya 480; 574
- Luís Mota 129; 202
- Luis Pablo Orozco Varela 583
- Luis Torrego Egido 525
- Luiz André Brito Coelho 442
- Luiza Silva Moreira 267; 360
- Luiz Carlos Barreira 349
- Luiz Coppi 481
- Luiz Eduardo Oliveira 97; 98
- Luiz Henrique Portela Faria 323

M

- Mabelin Garrido 519; 528
- Macioniro Celeste Filho 343
- M^a del Carmen Ruiz Pérez 338
- Mafalda Resende 611
- Maiza de Albuquerque Trigo 471
- M^a José Martínez Ruiz-Funes 597
- Manuela Garcia de Oliveira 565
- Manuel Hijano del Río 408
- Marcela Cockell 305
- Marcela Ginestet 441; 544
- Marcela Silva da Conceição Brito 593
- Marcelino Guerra Mendoza 396; 435
- Marcelo Peralli Broti 366
- Márcia Cabral da Silva 482

- Marcia de Almeida Gonçalves 536
 - Marcia Serra Ferreira 292; 518
 - Marcia Terezinha Cruz 225; 227; 609
 - Márcio José Pereira de Camargo 588
 - Marcos Cesar de Oliveira Pinheiro 265
 - Mar García Arenas 101
 - Margarida Borges Ferreira 371
 - Margarida Louro Felgueiras 225; 226; 492; 596; 611
 - Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho 504
 - Maria Aparecida Franco Peireira 423
 - Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo 283
 - Maria Betânia Gomes Grisi 324
 - Maria Celi Chaves Vasconcelos 122; 204
 - María Concepción Martínez Omaña 614
 - María Cristina Linares 191; 194
 - María Daniela Martín Hurtado 92
 - Maria das Dores Daros 368; 414
 - Maria de Fátima Guimarães 599
 - Maria de Fátima Machado Pinto 332
 - Maria de Fátima Rodrigues Pereira 239
 - Maria de Lourdes Sá Earp 424
 - Maria do Amparo Borges Ferro 273; 289
 - Maria do Carmo Caldas Leite 367
 - Maria do Carmo Martins 118; 496
 - María Dolores Molina Poveda 411; 485
 - Maria do Perpetuo Socorro Avelino de França 601
 - Maria do Socorro Pereira Lima 494; 604
 - Maria Edith Romano Siems-Marcondes 474
 - María Guadalupe García Alcaraz 454
 - Maria Helena Cámara Bastos 138; 186
 - Maria João Mogarro 191; 193; 474
 - María José Draghi 520
 - Maria José Remédios 321
 - Maria Julieta Weber Cordova 293
 - Maria Lourdes Glez-Luis 90
 - María Lourdes González Luis 89
 - Maria Luísa Quaresma 235
 - Maria Luís Queirós 568
 - Maria Margarida Gomes 431
 - Mariana Elena de Souza 379; 487
 - Mariane Inês Ohlweiler Ohlweiler 608
 - Maria Neves Gonçalves 246
 - Marianne Helfenberger 75; 77
 - Maria Paula dos Santos Pereira 351; 352
 - Maria Romeiras Amado 557
 - Maria Stephanou 613
 - María Teresa Bejarano Franco 120
 - Maria Teresa Miceli Kerbauy 328
 - Maria Teresa Santos 204; 331
 - Maria Teresa Santos Cunha 204
 - Maria Verônica Rodrigues da Fonseca 506
 - Maria Zeneide de Almeida 221; 224; 576
 - Marilane Machado de Azevedo Maia 564
 - Marina Mendes da Costa 534
 - Mario Allan da Silva Lopes 484
 - Marize Vieira de Oliveira 356
 - Marlúcia Menezes de Paiva 299
 - Marta Maria de Araújo 121; 124; 307
 - Mateus Dias Soares 250
 - Matheus Luiz de Souza Céfaló 421
 - Mauro Castilho Gonçalves 163; 165; 262
 - Mavi Corell Doménech 312
 - Mayara Sousa Ferreira 273
 - Meily Assbú Linhales 173; 174
 - Melânia Mendonça Rodrigues 512; 514
 - Michela D'Alessio 142
 - Michele Ribeiro de Carvalho 482; 483
 - Micheli Tavares 581
 - Mireya Martí Reyes 402; 533
 - Miriam Fernandes Muramoto 433
 - Miriam Sonllewa Velasco 490; 527
 - Moises Levy Pinto Cristo 296
 - Monica Otero 503
 - Mônica Teresinha Marçal 463; 516
 - Monica Vázquez Astorga 615
 - Mônica Yumi Jinzenji 500; 558
 - Monika de Azevedo Reschke 364
 - Monique Adriele da Silva 382; 510
 - Moysés Kuhlmann Jr. 201; 428
-
- N**
- Nádia Rezende 432
 - Nara Vilma Lima Pinheiro 555
 - Natalia Pais Álvarez 92
 - Natasha Guerrize 579
 - Nathália Mesquita Neumann de Sousa 247
 - Nayara Alves de Oliveira 354
 - Niédja Maria Ferreira de Lima 512; 514
 - Norberto Dallabrida 163; 164; 564
 - Nuno Martins Ferreira 255
-
- O**
- Odete Palaré 607
 - Olga Magalhães 223

P

- Pablo Álvarez Domínguez 122
- Pablo Pineau 3; 113; 117; 149; 151; 432
- Pablo Toro-Blanco 150; 157; 161
- Paola Dogliotti 169; 170
- Paolo Bianchini 106
- Patrícia Aparecida do Amparo 412
- Patrícia Batista dos Santos 354; 578
- Patricia Coelho da Costa 457
- Patrícia Rodrigues Augusto Carra 306; 335
- Paula Dantas de Oliveira Pelizer 466; 560
- Paula Leonardi 247
- Paula Malán 171
- Paula Serrao 106
- Pauli Dávila 480; 574
- Pavel Roel Gutiérrez Sandoval 587
- Pedro Henrique Prado da Silva 551
- Pedro L. Moreno Martínez 192
- Pedro Perera Méndez 90
- Pía Batista 405
- Priscila Carriel de Lima 585
- Priscila de Araujo Garcez 523
- Priscila Dieguez 260
- Priscila Mueña Zamorano 315

R

- Rachel Duarte Abdala 86
- Rachel Tomás dos Santos Abrão 616
- Rafaela Cravo de Melo 602; 603
- Rafaela Silva Rabelo 475
- Rafael Hernandez Castellanos 391
- Raquel Cercós 215
- Raquel da Costa 380
- Raquel Pires 469
- Raúl Miguel Malmierca 449
- Rayane Jéssica Aranha da Silva 118
- Rayane Monte 243
- Raylane Andreza Navarro Barreto 93; 94; 339
- Regina Helena de Freitas Campos 466; 560
- Reginaldo Alberto Meloni 589; 590
- Reislá Silva 459
- Renata Marcílio Cândido 585
- Renata Maria de Oliveira Neiva 259
- Renata Rodrigues Chagas Pessoa 308
- Renato Barboza 589
- René Amaro Peñaflores 330

- Rene Medina Esquivel 353
- Ricardo Felipe Santos da Costa 594
- Ricardo González Leandri 130
- Rísia Rodrigues Silva Monteiro 602
- Rita Balsa de Pinho 163; 167
- Rita de Cassia Gallego 84
- Roberlayne Roballo 513
- Roberto González 396
- Roberto González Villarreal 435
- Roberto Sani 139; 189
- Robson Freitas da Silva 381
- Rodrigo Azevedo 378
- Rodrigo Belfort Gomes 387
- Rogério Luiz de Souza 285
- Rony Rei do Nascimento Silva 205
- Rooney Figueiredo Pinto 606; 612
- Rosana Areal de Carvalho 392
- Rosane Michelli de Castro 540
- Rosa Ortiz de Santos 236; 525
- Roseli Fernandes Rocha 427
- Roseli Gall do Amaral da Silva 333
- Rossano Silva 556; 595

S

- Samuel José de Carvalho 329
- Samuel Robes Loureiro 238
- Sandra Lima de Vasconcelos Ramos 303
- Sandra Mara de Paula Dias Botelho 324
- Sandra Regina Pereira Ramos 497
- Sandra Sylvia de Santana Ziegler 554
- Sara Dias-Trindade 314
- Sara González Gómez 189
- Sara Ramos Zamora 166
- Sebastian Neut 519
- Sebastião Souza 328
- Sergio Ramirez 298
- Shayenne Schneider Silva 420
- Sidélia Suzan Ladevig Garcia 616
- Silvana Elisa de Moraes Schubert 442; 537
- Silvana Lazzarotto Schmitt 249
- Silvia Finocchio 127; 128
- Silvia Helena Andrade de Brito 372; 438
- Silvina Gvirtz 83; 85
- Simone Pires Ferreira de Ferreira Batana 559
- Simone Ribeiro 511
- Sirlene Ribeiro Alves da Silva 304
- Sofia Guadalupe Corral Soto 587

- Sonia Cerecetto 365
- Soraia Aparecida Belton Ferreira 291
- Soyane da Silva Santos 482
- Suellem Pantoja 417
- Susana Gala Pellicer 567
- Susana Saborano 611
- Suzete Bornatto 334

T

- Taís Temporim de Almeida 300; 389
- Tamara Parada 172
- Tamima Bastos 492
- Tassia Monique Castro 366
- Tatiana Ranzani Maurano 310; 546
- Tatiane de Freitas Ermel 186
- Tatiane Ermel de Freitas 78
- Tatiane Godoy Campos da Silva 488
- Terciane Ângela Luchese 135; 136; 144
- Teresa González Pérez 203; 207; 210
- Teresa Rabazas Romero 163; 166
- Teresinha de Jesus Nogueira 303; 610
- Terezinha Oliveira 248; 280; 331
- Thais Palmeira Moraes 489
- Thalita Di Bella Costa Monteiro 323

U

- Úrsula Andréa de Araújo Silva 299

V

- Valdivina Alves Ferreira 394
- Valdivino Aparecido dos Reis 593
- Vandeir José da Silva 223
- Vanessa dos Santos Novais 600
- Vanessa Tessada Sepúlveda 383
- Vânia Mara Pereira Machado 436
- Vera Lucia Gaspar da Silva 79; 191; 195
- Vera Lúcia Nogueira 240; 401
- Vera Nogueira 252
- Verônica Gomes de Aquino 320
- Vinicius Monção 451; 476
- Virgínia Ávila 577
- Vítor A. de Oliveira 575
- Vítor Rosa 406

- Vívía de Melo Silva 512; 514
- Vivian Batista da Silva 460
- Viviane Cardoso da Silva 376

W

- Wânia Cristina dos Reis José Balassiano 521
- Washington Dener dos Santos Cunha 270
- William Batista Vieira 593
- Wilson Sandano 467; 588
- Wojciech Kulesza 448

X

- Xavier Laudo Castillo 403; 404

Y

- Yohana Soares dos Reis 540

C I H E L ▲ 202i